FRANCO NOGUEIRA

SALAZAR

VOL. IV

O ATAQUE

(1945 - 1958)

ATLÂNTIDA EDITORA
COIMBRA

FRANCO NOGUEIRA

SALAZAR

IV

O Ataque
(1945-1958)

ATLÂNTIDA EDITORA, S. A. R. L.

DO AUTOR:

Jornal de Crítica Literária — 1954
A Luta pelo Oriente — 1957, 2.ª ed. 1962
As Nações Unidas e Portugal — 1961, 2.ª ed. 1962
Política Externa Portuguesa — 1964
Terceiro Mundo — 1967, 2.ª ed. 1969
Debate Singular — 1970
As Crises e os Homens — 1971
O Vento e as Grades (poemas) — 1975 (fora do mercado)
Salazar — Volume I — *A Mocidade e os Princípios (1889-1928)* — 1977
Salazar — Volume II — *Os Tempos Áureos (1928-1936)* — 1977
Salazar — Volume III — *As Grandes Crises (1936-1945)* — 1978
Diálogos Interditos — I Volume — 1979
Diálogos Interditos — II Volume — 1979
Salazar — Volume IV — *O Ataque (1945-1958)* — 1980

A seguir:

Salazar — Volume V — *O Último Combate (1958-1970)*

ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

(com 60 anos)

ÍNDICE

Volume IV — O ataque (1945-1958)

1 Capítulo I A OPOSIÇÃO

73 Capítulo II A GUERRA FRIA

135 Capítulo III O TRABALHO DA PAZ

325 Capítulo IV O CERCO

443 Capítulo V O ATAQUE

autor: FRANCO NOGUEIRA

direitos reservados: © ATLÂNTIDA EDITORA
Coimbra — 1980

composição e impressão: ATLÂNTIDA EDITORA, S. A. R. L.
Zona Industrial da Pedrulha
Coimbra

CAPÍTULO I

A Oposição

1

De súbito, terminada a guerra naquele verão de 1945, as ruínas do mundo ficam silenciosas. Entre os escombros, a ocidente e a oriente, erra uma humanidade perplexa, destroçada e empobrecida, e que parece ignorar como viver em paz. Cerca de doze milhões de homens foram mortos; outros tantos encontram-se estropiados, ou famintos, ou sem pátria; e são gerais a escassez de abastecimentos, a deficiência de transportes e comunicações, a crise do Estado e da autoridade, o dilaceramento ideológico e moral. Desde os últimos meses de hostilidades, as potências vizinhas da vitória tentam preparar uma nova ordem mundial. Foram as reuniões de Dumbarton oaks, de Yalta, de São Francisco. Emerge a *Organização das Nações Unidas*, de âmbito planetário, destinada a garantir a paz e a fomentar o progresso. Afirma-se aos homens que as *Nações Unidas* assentam em princípios democráticos: igualdade da soberania dos Estados, cabendo a cada país um só voto; não-interferência nos negócios internos; proibição de recorrer à força, ou à ameaça da força, para solução de conflitos; autodeterminação dos povos submetidos a ocupação estrangeira; cooperação e desenvolvimento económico; decisões tomadas por maioria simples ou qualificada quando, também por maioria simples, for decidido que são importantes os pontos em

debate. Para administrar a nova ordem mundial, as Nações Unidas são dotadas de órgãos próprios. Destes destacam-se a *Assembleia-Geral*, que se ocupa dos problemas gerais, e o *Conselho de Segurança*, para deliberar em matéria específica de paz ou guerra (1). Mas na estrutura do *Conselho de Segurança*, que é órgão fulcral, abandona-se o princípio democrático: entre os seus onze membros, cinco consideram-se permanentes (Estados Unidos, União Soviética, França, Inglaterra e China), e os demais são renovados por eleição: e os membros permanentes dispõem do poder de *veto* num estatuto de base *aristocrática*. É o governo *mundial* (2). E este e toda a organização são erigidos em mito sagrado. Exausto por seis anos de guerra, sôfrego de bem-estar, desorientado perante o colapso de todos os valores em que acreditava, ansioso por sarar as chagas que ainda sangram, o mundo entrega-se às Nações Unidas e confia-lhes o futuro: sobre a humanidade desce uma era nova: os conflitos, as ameaças, as guerras, são pesadelo do passado e estão abolidos para sempre.

No seu interior, todavia, os povos debatem-se com problemas que parecem tão difíceis como os da guerra. Desmobilizar os exércitos, reconverter para a paz a indústria e o comércio, reconstruir as grandes ruínas, reorganizar o Estado, restabelecer a normalidade da vida e melhorá-la: são as questões que no findar de 1945 absorvem os homens de governo. Em Inglaterra, a nova

---

(1) Além da *Assembleia-Geral* e do *Conselho de Segurança*, a Carta atribuía às Nações Unidas outros órgãos: o *Conselho Económico e Social*; o *Conselho de Tutela*; o *Tribunal Internacional de Justiça*; o *Secretariado*. Na prática da Organização, esta dividiu desde logo a Assembleia-Geral em comissões: comissão política, comissão de política especial, comissão económica e financeira, comissão social e de direitos humanos, comissão colonial, comissão jurídica. Os problemas eram discutidos e votados nas comissões, e só depois subiam à Assembleia-Geral, que aprovava as decisões daquelas ou podia reabrir o debate.

(2) No fundo, tratou-se evidentemente de constituir um *directório mundial*. Repetiu-se um sistema antigo, firmado em precedentes históricos: o *directório* saído de Munique (França, Inglaterra, Alemanha, Itália), o *directório* do Congresso de Viena (França, Inglaterra, Prússia, Áustria, Rússia), etc. O número de membros do *Conselho de Segurança* foi posteriormente aumentado para 15; mas não foi alterado o número de membros permanentes, e portanto privilegiados, nem o seu estatuto.

administração trabalhista executa o *Plano Beveridge*, (1) que institui serviços nacionais de saúde, de assistência, de desemprego, de habitação, de educação: é a criação de um Estado Social. Mas o povo britânico, embora depauperado pela guerra, não está dilacerado por conflitos internos graves: e o Reino Unido entra na paz sem convulsões. É diversa a situação na Europa continental: às dificuldades gerais somam-se, em cada país, conflitos ideológicos. Tendo participado da resistência à ocupação pela Alemanha, depois que esta declarou guerra à Rússia, os partidos comunistas haviam-se «*insinuado em posições de poder, na máquina do Estado e nos sindicatos*»; e agora procuram, como estratégia, «*enfraquecer o funcionamento das instituições democráticas, explorar as dificuldades de governos novos e muitas vezes sem experiência, provocar desassossego industrial para obliterar a recuperação nacional* (1) Em França, um governo provisório presidido pelo general Charles de Gaulle, e em que participam todos os partidos, procura reerguer o Estado em novas bases; mas o embate entre socialistas, comunistas, católicos, republicanos populares, torna-se agudo e o povo francês vive na instabilidade. Esta é vencida mais rapidamente na Bélgica e na Holanda, onde as crises políticas não atingem a estrutura do Estado, e os movimentos sócio-cristãos dispõem de largo apoio para governar. Na Itália, sem embargo da agitação das esquerdas, sobressai a democracia-cristã. Esmagada, a Alemnha é dividida em quatro zonas, ocupadas pela Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e União Soviética. Na Europa Central e Oriental, estão em aberto problemas de nacionalidade e de fronteiras: o estatuto de uma nova Áustria, a delimitação de uma Hungria vencida e de uma Polónia partilhada entre russos e alemães, a reconstituição de uma Checoslováquia desmembrada, a redifinição do mosaico balcânico sacudido pelos grandes beligerantes. No fundo, são os objectivos da guerra que estão em causa: a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos haviam entrado na luta para garantir as fronteiras, a liberdade e a soberania daqueles países. Mas é

---

(1) Do nome do seu autor, Sir William Beveridge, depois Lorde Beveridge.

(2) David Thomson, *Europe since Napoleon*, Londres, 1972, pág. 829.

diferente o ponto de vista da União Soviética. Com o seu território devastado até Moscovo, as suas indústrias e campos destruídos, milhões de homens mortos, o governo russo quer empurrar as suas fronteiras para ocidente e assegurar-se de que lhe fiquem subordinados os países adjacentes; e Estaline inicia a sua política de implantação da *democracia popular* na Europa oriental. Para além da Europa, a África está convulsa, a China mergulhada na guerra civil entre nacionalistas e comunistas, e o Japão militarmente ocupado pelos Estados Unidos em nome dos aliados vitoriosos.

Se em torno dos problemas urgentes se produzem dissídios, os responsáveis apercebem-se de que para além das realidades imediatas avulta um outro conflito mais amplo e profundo. Compreendem os espíritos isentos que a guerra assentara num equívoco: os grandes aliados combatiam em nome de ideologias que se opunham. Mantido em surdina, o equívoco vem agora à superfície: enquanto os Estados Unidos e a Inglaterra são paladinos dos valores políticos da democracia, a União Soviética proclama os princípios económicos e sociais do comunismo e não oculta os propósitos de conduzir, à sua sombra, uma revolução mundial. As potências ocidentais, todavia, vêem os riscos, para o equilíbrio da Europa e do mundo, de um alargamento excessivo do domínio russo a oriente. Aceitam que Moscovo tenha um interesse político em toda a vasta região: há que desarmar os países da Europa de leste, manter a ordem, assinar armistícios com as novas autoridades: mas, nos termos da *declaração* sobre a Europa livre, aquele interesse russo, de momento assegurado pelo *exército vermelho*, haveria de ser temporário e cessaria quando, de harmonia com a Carta das Nações Unidas, eleições democráticas determinassem o regime e o governo dos países da Europa oriental. Neste sentido, é assumido um compromisso por Moscovo, Londres e Washington. Mas a União Soviética, firmada no seu exército de ocupação, pratica uma política unilateral de reforço dos partidos comunistas locais, em detrimento dos restantes, e de eliminação dos chefes que durante a guerra, no exílio ou na resistência clandestina, haviam combatido o nazismo em nome da democracia e do nacionalismo. Apoiado no seu potencial económico e militar, no entanto, e dispondo do monopólio da arma

nuclear, o governo de Washington confia em que os Estados Unidos saberão e terão a vontade nacional de impor em devido tempo o respeito por aquele compromisso. Com uma Alemanha prostrada, uma França dilacerada, uma Inglaterra exangue, nenhum outro país pode a ocidente contrariar os objectivos soviéticos. E por toda a Europa, e no mundo, enquanto os chefes responsáveis se devotam aos seus problemas nacionais, nos meios de imprensa e nos círculos políticos e intelectuais continua áspero o debate ideológico: já não estão em causa os objectivos da luta, mas o tipo da sociedade internacional do após-guerra.

2

Não fica imune à influência deste clima o povo português. Decerto: findara o pesadelo da guerra, há uma sensação de alívio. Para mais, Portugal emerge do conflito em situação que muitos consideram de privilégio. Não perdera território; não correra sangue português; reforçara as suas posições estratégicas, e valorizara-as; mantivera velhas amizades com aliados, e firmara outras com países que emergem do após-guerra; não sofrera dano em interesse vital, nem beliscadura na sua honra ou dignidade como nação; e eleva-se respeitado como povo, como entidade colectiva diferenciada. Noutros planos, é também favorável a posição do país. Desenvolvera alguns sectores industriais, e ampliara as suas exportações, preenchendo carências dos beligerantes, forçados a adoptar uma economia de guerra; se perdera alguns mercados, conquistara outros que podiam manter-se e desenvolver-se na paz; acumulara reservas substanciais, que permitiam recomeçar actividades ou refazer estruturas que definharam durante o conflito, e relançar planos de fomento suspensos por falta de bens de equipamento; têm maior procura as suas matérias-primas, que atingem mais altos preços; e a moeda está sã. Mantém-se a escassez de abastecimentos nalguns sectores, todavia; e os preços sobem sem contrapartida de salários, continuando o governo uma estrita política anti-inflacionista. Mas no terreno político, amortecida a euforia da paz, surgem sintomas de mal-estar no termo de 1945: o após-guerra invade Portugal.

Paralisados durante a luta pela complexidade dos problemas, ou receosos de atitudes que lhes criassem responsabilidades futuras, ou inibidos por motivos ideológicos ao sabor de mutações alheias, movimentam-se agora os círculos políticos de oposição tradicional, os sobreviventes da democracia parlamentarista: são os representantes dos antigos partidos que procuram ressurgir. Juntam-se-lhes alguns de novas gerações, que por opção ideológica ou vínculos familiares os acompanham. E também muitos monárquicos, sem esperança de uma restauração através do Estado Novo, e alguns republicanos e católicos, cansados do seu afastamento da vida política por não terem querido aderir às instituições; e ainda os descontentes, os ressentidos, os feridos nos seus interesses, os ambiciosos, os aventureiros. Todos têm os olhos postos numa democracia do após-guerra, sob cuja bandeira fora conduzida a guerra a ocidente, e do seu triunfo militar e político fiam a queda do regime português. Para além daqueles, intensificam agora a sua actuação os grupos de extrema-esquerda, comunistas e socialistas: desorientados e refreados durante a colaboração nazi-soviética, vêem no apoio de uma Rússia vitoriosa o caminho do êxito em Portugal. E todos, se sentem dificuldades no plano interno, não deixam de desenvolver no exterior uma actividade sôfrega.

Antes de outros, são os núcleos de exilados, voluntários ou compelidos, que se agitam. Em Paris, desaparecera o antigo *Grupo de Buda*, chefiado por José Domingues dos Santos (1). Mas este continua a residir em França, e preside à *União Patriótica e Democrática Portuguesa*. No n.º 196 do *Boulevard de la Villette*, reúnem-se os seus componentes: Emídio Guerreiro, como secretário-geral, e Alexandrino dos Santos, Agostinho das Neves, Francisco Guerra, Armindo Estevan, Fernando Tavares, Israel Anahory, outros ainda. Apelam para o governo inglês, dirigem-se ao Primeiro Ministro Atlee. Escrevem: «*são todos anti-fas-*

(1) Recorde-se que José Domingues dos Santos ocupara a pasta do Trabalho nos dois gabinetes Sá Cardoso, no gabinete Liberato Pinto e no de Bernardino Machado; a pasta da Justiça no gabinete de Álvaro de Castro; e fora Presidente do Ministério (22-11-1924 a 15-2-1925) como representante da ala radical do Partido Democrático.

cistas convictos, alguns bateram-se durante a guerra de Espanha nos exércitos republicanos, e outros em França nas fileiras dos exércitos aliados, contra o fascismo e o nazismo bárbaros e sanguinários»; na Europa existem ainda «*dois focos de infecção fascista representados por Franco e Salazar*»; e se se fala muito do primeiro, nem por isso «*a ditadura de Salazar é menos perigosa, nem menos nefasta*». Em Portugal, «*todas as liberdades foram suprimidas*»; e «*os democratas são implacavelmente perseguidos e muitos foram assassinados nas prisões ou em campos de concentração*». E o apelo de José Domingues dos Santos e seus adeptos termina por exprimir confiança no governo britânico: «*nós somos aliados e amigos, a nossa situação não vos pode deixar indiferentes*». Depois, José Domingues dos Santos procura passar a Inglaterra, para conversas com membros do gabinete de Londres. Pede o auxílio de Luís Araquistan, jornalista espanhol anti-franquista (1). Este sugere que sejam utilizados os préstimos de Armando Cortezão, homem de alta integridade pessoal, e bem relacionado em meios académicos de Londres, onde reside. Cortezão avista-se com Ivor Thomas, deputado inglês, que vê dificuldades na visita de Santos; no entanto, intercede junto de Noel Baker, também deputado, que por seu turno se dirige ao *Foreign Office*; mas este declara não saber quem é José Domingues dos Santos. Armando Cortezão tenta outro amigo. Escreve a Harold Laski (2), e solicita-lhe que obtenha do *Foreign Office* autorização de entrada para Santos. Mas o *Foreign Office*, que entretanto colhe informações, não considera Santos um homem de «*confiança*»; recorda que desde 1938 se revelara inimigo activo da Grã-Bretanha; julga-o «*mais um conspirador do que um político genuíno*»; e conclui que não merece «*o favor de entrar no Reino Unido*». Não é somente o grupo de José Domingues dos Santos, no

---

(1) Recorde-se que desde 1928 Araquistan publicava artigos contra o governo português e tinha entendimentos com os democráticos portugueses. Ver vol. II, pág. 21.

(2) Harold Laski (1893-1950) era então considerado um dos mais eminentes ideólogos e doutrinadores do trabalhismo e do socialismo britânico. Aderiu depois ao Marxismo. Durante a guerra fora assistente de Atlee, então Vice-Primeiro Ministro.

entanto, que se empenha junto do governo britânico. De Lisboa, o *Conselho Nacional da Unidade Anti-Fascista* tenta corresponder-se com o gabinete de Londres, e a este, e à embaixada britânica em Lisboa, são remetidos os seus panfletos de propaganda e crítica. E é ainda António Sérgio (1). Da sua casa na Travessa do Moinho de Vento, à Lapa, Sérgio escreve a Laski e, depois de traçar da situação portuguesa um quadro que a equipara ao nazismo e ao fascismo vencidos, solicita-lhe que consiga a nomeação para Portugal de um embaixador britânico anti-fascista, que apoie os democratas portugueses e intervenha junto das forças armadas portuguesas para as afastar do governo. Laski submete a carta ao *Foreign Office*, e este arquiva-a. E o *Grande Oriente Lusitano Unido* escreve ao Presidente Truman: os membros da Maçonaria portuguesa são perseguidos pela «*gestapo portuguesa*»: mas continuam a manter um «*alto nível de energia e confiança na causa da liberdade*»: e pedem que a sua mensagem seja mantida sob sigilo.

Se na França e na Inglaterra estão activos alguns portugueses contra o governo de Lisboa, também se agitam outros no Brasil. No Rio de Janeiro, tem sede o *Comité Central do Movimento Anti-Fascista dos Portugueses do Brasil*, e em nome deste é Lúcio Pinheiro dos Santos que se multiplica em panfletos antisalazaristas, e dirige apelos aos partidos socialistas e círculos intelectuais da Grã-Bretanha Estados Unidos, União Soviética, América Latina, França, Nações Unidas. Mas no Brasil é Jaime Cortezão, irmão de Armando Cortezão, o vulto central dos oposicionistas. Intelectual de alta estirpe, historiador eminente, ensaista, antigo deputado na I República, Jaime Cortezão é também homem de integridade pessoal e de vivo patriotismo; em redor da sua figura congregam-se os oposicionistas do Brasil; mas Cortezão, dotado de consciência cívica, sente-se inibido de assumir em terra alheia atitudes radicais contra o governo do seu país. Para além de Cortezão, mostram-se activos Moura Pinto, Jaime de Morais, Sarmento Pimentel, oposicionistas de sempre, que estavam fixa-

---

(1) António Sérgio de Sousa. Escritor, ensaísta. Fora Ministro da Instrução de 18-12-1923 a 28-2-1924, no gabinete Álvaro de Castro.

dos no Brasil, e ainda outros. Estes haviam constituído um grupo rival do *Movimento;* e também telegrafam às Nações Unidas, encabeçando Ricardo Seabra a lista dos que firmam a mensagem. Por outro lado, a massa esmagadora da colónia portuguesa no Brasil, orientada pelos velhos patriarcas Albino de Sousa Cruz e Sousa Batista, está ao lado do governo de Lisboa. Não encontram assim ressonância os grupos oposicionistas, que apenas disporiam, segundo corre entre portugueses e brasileiros, da protecção financeira de Ricardo Seabra. Dada a especialidade de relações entre o Brasil e Portugal, todavia, às atitudes daquele grupo é dado um relevo que as amplia: porque encontram acolhimento em muitos sectores brasileiros: e porque estes, para marcarem hostilidade ao seu governo, aproveitam e exploram as posições tomadas pela oposição portuguesa. E para este resultado muito contribuem alguns órgãos da imprensa do Brasil em que se destacam, pelas suas críticas ao governo português, jornais prestigiosos como o *Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã.* Para mais, são intensas as ligações familiares entre os portugueses do Brasil e o seu país de origem; e através daqueles, e dos contactos que proporcionam, emana de Lisboa uma torrente de informações, de planos, de críticas desfavoráveis ao gabinete português. E neste sentido mantêm correspondência aturada com o Brasil homens residentes em Portugal, como Nuno Simões, António Sérgio, Carvalhão Duarte, Ferreira de Castro, Aquilino Ribeiro, outros ainda.

Não deparam os adversários do governo de Lisboa, todavia, com apoio entre os aliados vitoriosos. Washington e Londres defrontam problemas sobejos: pelo mundo prevalecem a instabilidade e a incerteza: e ingleses e americanos não desejam que o sobressalto se instale numa área sensível da Europa do ocidente e do Atlântico. Mas é outro, por razões estratégicas, o ponto de vista de Moscovo. Estaline, que em Potsdam não suscitara objecções ao governo português, determina agora que este passe a ser atacado, e que seja ampliado o apoio à esquerda portuguesa. E na propaganda soviética a situação em Portugal é condenada por não permitir liberdade de imprensa, nem de reunião, e por não autorizar partidos políticos: e Salazar é acusado de conluio com os círculos reaccionários da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Comenta o embaixador britânico em Moscovo (1): a União Soviética «*esquece a base dos Açores, fala da ajuda de Portugal à Alemanha durante a guerra, critica os contactos com o Vaticano*». E o embaixador conclui que o governo russo «*quer varrer a Península Ibérica, e o desaparecimento de Salazar e do presente regime português ao mesmo tempo da queda de Franco, ou logo após*», e por isso há que «*estar vigilante quanto a este problema*».

Da malha de hostilidades contra o governo de Lisboa, todavia, não tem o povo português clara percepção.

3

Oliveira Salazar aproxima-se dos cinquenta e sete anos. Fisicamente, está fatigado, exausto. Haviam acabado as guerras, a de Espanha e a do mundo: quase dez anos de ponderação, de risco, de vigília permanente. Para trás, no conjunto, estão mais de dezassete anos de governo, preenchidos por trabalho intenso, cortados de crises. Por já ser longa a caminhada, parece que na distância se dilui o ponto de partida: o ressurgimento financeiro, a chefia do governo, a reconstrução do Estado, o sistema corporativo, a reorganização da defesa nacional, a unidade com o ultramar, a instituição de toda uma nova estrutura social, os grandes planos de educação e fomento. É toda uma vasta obra, de realizações e algumas sombras. E agora é o êxito perfeito, acabado, no domínio da política externa, superando escolhos, dominando situações, frustrando ciladas, e o país não pode deixar de aplaudir. Está finda a sua missão? Cumpriu o seu destino? Intelectualmente, está intacto: não tem ranhuras a sua lucidez, nem há quebra na sua vontade. Mas a tensão dos nervos, a subjugação imperiosa de si próprio até ao limite da ruptura, haviam desgastado as suas energias. Findo o pesadelo, vem o relaxa-

---

(1) Na altura, Frank Roberts,que em representação do *Foreign Office* tomara parte destacada nas negociações de Lisboa sobre a base nos Açores durante a guerra.

mento, o colapso. Oliveira Salazar sofre das suas velhas enxaquecas, e causam-lhe incómodo redobrado; mais do que nunca, mortificam-no os olhos, exaustos de aplicação sem mercê; e afligem-no tonturas prolongadas, e a crença de que não pode andar sem o apoio de alguém, nem permanecer de pé sem se arrimar a uma parede, a um móvel. Não tem enfermidade de raiz, segundo atestam os médicos; e trata-se de mal para que o repouso é a receita mais eficaz. Mas Salazar compreende que atingiu uma encruzilhada: no passado está uma sociedade que se desmoronou, o presente constitui um sobressalto que abarca o mundo, no futuro não se sabe o que estará. Por isso hesita: continua, ou torna à vida privada, à sua universidade, às origens da sua aldeia? Para mais, sente por tudo e todos uma repugnância, uma saturação, uma misantropia invencível. Distrai-se na sua Beira, e no convívio de Carolina Asseca, viúva jovem, de matriz aristocrática; são longas as conversas ao telefone, aturada a correspondência entre ambos; e quando Carolina Asseca está presente, em cerimónias ou recepções a que Salazar tenha de comparecer, este não oculta a sua preferência, quase o seu derriço. Fala-se de namoro, de casamento, da retirada de Salazar para os seus quintais da Beira Alta. Salazar considera incompatível o casamento, a vida de família, com a entrega total à vida pública, ao serviço do Estado: vai abandonar o poder: e não cabe outra conclusão. Ao mesmo tempo, Salazar está pessoalmente interessado num outro assunto: trazer a Portugal um dos maiores vultos da guerra, Winston Churchill. Ao duque de Palmela, em Londres, envia instruções para convidar o antigo Primeiro Ministro; e o embaixador avista-se com Churchill. Este aceita o convite, e está falador, recorda episódios da luta: a concessão portuguesa de uma base nos Açores, que «*nenhum inglês poderia esquecer*»; a retirada de Dunquerque; a rendição do Japão; a bomba atómica. Churchill quer agora passar a maior parte do seu tempo a pintar; e justamente recorda-se de que estivera uma vez no Tejo, durante umas horas, sem desembarcar, e de que ficara impressionado com a luz sobre Lisboa. Palmela comenta que a visita será particular, e que Churchill terá todo o tempo e facilidades para compor os seus quadros. Salazar lembra a Palmela que «*a nossa melhor luz é a do outono*»: que o diga ao antigo Primeiro Ministro. Churchill

conclui que está encantado com a perspectiva da visita, e que falará urgentemente a sua mulher sobre a viagem e sua data.

Em 6 de Outubro de 1945, depois de Salazar se avistar com o Presidente Carmona, o governo decreta e o chefe de Estado promulga a dissolução da Assembleia Nacional e a convocação dos colégios eleitorais para, em 18 de Novembro, ser escolhida a nova câmara. No dia seguinte, o país toma conhecimento da extensa nota oficiosa em que se dá conta da recuperação de Timor para a soberania portuguesa (1). E nesse mesmo dia, 7 de Outubro de 1945, Oliveira Salazar comparece perante os deputados e pronuncia, na sala da biblioteca do Palácio de S. Bento, um longo discurso político.

Que diz o chefe do governo? Propõe-se tratar de problemas internos, sem esquecer as «*indicações do momento internacional*». Fora revista a constituição política na última Assembleia, havia sido aumentado de 90 para 120 o número de deputados: impunha-se a audiência do eleitorado. Não sente qualquer receio, tão geral tem sido a aceitação dos princípios fundamentais da orgânica constitucional e social. Mas «*há momentos em que pode convir politicamente esclarecer o ambiante por meio de uma consulta à Nação*» e, com mais afoiteza que os «*nossos democratas*», tem confiança nas urnas. E em qualquer caso entende, até por dignidade própria, que de direito e de facto sejam garantidas a «*seriedade, a segurança e a liberdade*» correspondentes a um acto daquela natureza. Para tanto, vai ser decretada amnistia para delitos políticos, salvo os crimes de rebelião armada ou de terrorismo; será abolido o regime de excepção quanto à segurança do Estado e defendida a liberdade efectiva dos cidadãos contra eventuais prisões arbitrárias; a polícia de defesa do Estado será estruturada em moldes de polícia judiciária; e não será de excluir a instituição do *habeas corpus*. Embora não numerosas, por erro dos homens ou imperfeição das instituições, podem ter sido praticadas injustiças, e o «*nosso dever*» é evitar que se repitam. E espera ainda que «*haja a liberdade de imprensa suficiente para que possam ser apreciados sem restrição os actos do governo*

(1) Ver volume III, último capítulo.

e seja possível a propaganda das ideias políticas e dos candidatos apresentados ao sufrágio». Tudo isto se integra no desenvolvimento da vida política interna, e não se aparenta com a «*concorrência eleitoral em que a Europa tão afadigadamente se lançou*»; mas não há dúvida de que o conflito «*findou num clima social e político que se lhe reporta e há necessidade de ter em consideração*». Esse *clima social* é uma «*espécie de nebulosa*», provocada pela guerra total e pelos sofrimentos vividos em comum, e exige reformas talvez possíveis com as riquezas da paz mas inviáveis nos escombros da guerra; e por isso é de «*recear que, em vez de mais equitativas distribuições de riquezas criadas, se assista aqui e além à traslação em massa dos meios de produção, o que deixará o problema praticamente no mesmo ponto, com outros beneficiários e diferentes queixosos*». Pelo que respeita ao *clima político*, a bandeira da vitória é a da democracia; mas o pensamento político europeu parece em crise; e por isso um «*grande número, receoso de não estar na moda, se esfalfa a repetir tiradas de discursos tão antigos como inúteis*». Deste modo, o problema consiste em saber como pode o «*vento da guerra*» contender com os interesses portugueses primordiais. No plano externo, o país está hoje habilitado a avaliar como foram defendidos os seus interesses nacionais na maior convulsão que houve de ser atravessada desde o começo da nacionalidade; e «*aos que não puderam ainda fazer-nos justiça, nem às intenções nem aos actos, eu aconselharia se regozijem ao menos com os resultados e deixem à História a julgamento definitivo*». Mas se perante esta é necessário deixar o depoimento de «*alguém que viveu intensamente todo o drama, eu posso dizer, eu devo em consciência dizer que sem ordem interna, sem calma política, sem unidade nacional nem espírito patriótico, sem finanças e sem crédito, sem organização e direcção superior da economia, sem armas e sem exército, sem navios e sem armada, sem governo estável, sem disciplina e autoridade, quer dizer, fora e à margem de tudo o que constitui o trabalho, a essência e o espírito desta situação política, não sei como havíamos de distinguir o nosso interesse do interesse alheio, separar do acidental e transitório a directriz permanente da nossa História, e vencer com amigos e inimigos tão grandes dificuldades. Não afirmo que outros com engenho*

excepcional e no meio da habitual desordem as não pudessem vencer; digo apenas que de outra forma eu não saberia fazê-lo». Mas agora, nestes inícios do após-guerra, está sendo suscitado um clima social que, se de um lado pode levar a reformas saudáveis, pode também conduzir a subversões catastróficas; e isso porque algumas forças políticas desenvolvem uma táctica, de que muitos se não apercebem, e que consiste em «*reclamar instituições fracas para se instalar e exigi-las depois fortes para se manter*». No regime português, quaisquer reformas são consentidas no plano social, desde que respeitem a «*hierarquia dos valores*» e se conjuguem na unidade do interesse nacional; por isso, antes de muitos outros, se tratou da elevação do trabalhador, de modo a transformar a sua posição na vida económica e no Estado, e se proclamou o «*direito ao trabalho*» que, sejam quais forem as dificuldades de execução, deve ser «*a grande conquista do século e o mais sério instrumento de emancipação do trabalhador*». E o essencial é isto: «*instrução aos mais capazes, lugar aos mais competentes, trabalho a todos*». Aliás, esta é a tendência marcada na Constituição, no sentido de caminhar para uma «*democracia orgânica*», em que o Estado aparece como sendo a «*Nação socialmente organizada*». Mas, «*porque somos de opinião de que não se pode governar contra a vontade persistente de um povo, este dirá se deve mudar-se de sistema*».

Se se quiser alterar o sistema, que fórmulas estão disponíveis? A fórmula «*pela nação através do partido*» não teve nem pode ter séria aplicação em Portugal: quando as dificuldades são graves, e é preciso transcender as rivalidades pessoais ou de grupo, procuraram-se «*entendimentos ou tréguas parlamentares, neutralização de certas pastas, governos de concentração, governos extra-partidários, governos nacionais*». Assim, faz um apelo para que colaborem «*todos os homens independentemente da sua origem e categoria, do seu credo religioso, das suas preferências de regime, de suas antigas filiações partidárias, para um trabalho de conjunto a bem da Nação*». Já há «*mais de vinte anos tive a ousadia de proclamar* (1) *que todo o Estado, mesmo o Estado libe-*

(1) Salazar alude aqui à conferência feita no Funchal, em 4 de Abril de 1925, sobre «*Laicismo e liberdade*».

ral, obdece a uma concepção filosófica e que o governo é por si mesmo uma doutrina em acção». Tem procurado executar este pensamento a *União Nacional:* e por isso não tem sido necessário pertencer aos seus quadros para que qualquer possa preencher cargos nos mais altos corpos do Estado, do Governo, das Câmaras, da administração pública. Neste espírito, «*nada impede que a União Nacional inclua nas listas apresentadas ao sufrágio nomes de pessoas independentes, que por formação mental ou modo de ser não se dispõem a aderir a tais ou tais dos nossos princípios, mas podem com vantagem desempenhar os seus deveres de deputados*». Há indivíduos que querem concorrer às eleições com lista própria, de oposição? «*Podem e têm direito de fazê-lo; e, se as pessoas apresentadas ao sufrágio, pelo facto de representarem altos valores mentais e morais ou constituirem mesmo verdadeiras autoridades sociais, que tão lamentavelmente vão desaparecendo no nosso tempo e na nossa terra, forem superiores aos candidatos apresentados pela União Nacional, será até vantajoso que a Nação os prefira*». Salazar fará apenas uma restrição: «*é que se dispam do seu facciosismo, se o tem, do seu espírito de partido, se o conservam, das suas ideias feitas, porque nada disso interessa ao país, ou melhor, ao país interessa decisivamente que nada disso ressuscite*». Mas a verdade é que «*a maior parte da actividade mental de muitos inimigos da situação tem sido despendida em insultos de ordem pessoal, dos quais a maior percentagem, não digo honrosamente, mas de direito, me é dirigida a mim. Julgo porém que além da primeira semana, seria difícil com tal bagagem governar ou resolver o mais insignificante problema nacional*». Nas críticas feitas, todas as realidades são desconhecidas, com frases «*sonoras e ôcas*» sobre aquelas «*decantadas liberdades que nos foram liberalmente recusadas em tempos idos*». E «*o pior é que, enquanto o país político for Lisboa, o caso pode repetir-se*». De facto, «*por baixo e por trás de enganosas aparências, a pura, a seca realidade do parlamentarismo e partidarismo português parece ser que nunca tivemos mais que um grande partido, e outro ou outros que, na melhor hipótese e nos intervalos, descansavam o primeiro das canseiras do poder. E quando por acaso não foi isto, foi ainda pior, isto é, veio a*

incapacidade de governar através do fraccionamento das forças partidárias».

Um ponto «*delicado*» falta examinar. Para alguns a estabilidade governativa parecer ter «*criado a sensação de que estão indefinidamente barrados os acessos e de que as renovações desejáveis, o aproveitamento de valores novos, a satisfação de ambições legítimas não podem nestas circunstâncias verificar-se. A situação — talvez pessoalmente eu próprio — aparecerá como árvore frondosa sob cuja sombra espessa nada politicamente pode vicejar e crescer*». Ora, «*nada mais injusto e menos exacto*». Quanto ao Chefe do Estado, a sua permanência, através de plebiscitos sucessivos, tem sido uma vantagem. Quanto ao Chefe do governo, o problema só teria interesse se, de direito ou de facto, houvesse diarquia; mas não é assim; e «*um dos princípios do regime que fielmente adopto e sigo*» é o de «*não haver nunca razão contra o Chefe do Estado, o que significa terem os problemas só um árbitro supremo, a cuja decisão esclarecida todas as forças obedecem*». E «*nem eu podia pensar nunca, trocando o patriotismo pela vaidade, no que de lisonjeiro pudesse deduzir-se da situação actual; antes entendi sempre que a força e o interesse do país não estão em apresentar um exemplo de longevidade governativa, mas em dispor de muitos homens preparados para as altas funções do Estado*». E Oliveira Salazar acentua: «*Demais, não tenho ambições nem interesse em governar (digo-o por não ser qualidade mas defeito). Apenas tenho o desejo, esse sincero e profundo, de que uma obra à qual muitos dedicaram e tantos já sacrificaram a vida não seja exposta à ignara incompreensão, à incompetência total, ao redemoinho de tão baixas mentalidades e de tão vis paixões que nos desonrem como homens e nos envergonhem e traiam como portugueses*». Além disto, somente mais duas palavras, para um apelo ao país: o povo português é avesso ao voto; não gosta de fazer sacrifícios; durante a guerra foi-lhe poupado o sacrifício do sangue para defender a honra e os interesses da Nação; mas não pode agora ser-lhe poupado o do voto. «*Votar assim é um grande dever*».

Havendo sido marcadas para 18 de Novembro de 1945 as eleições gerais, está-se perante um processo eleitoral que terá a duração de quarenta dias. E com este discurso Oliveira Salazar

abre pessoalmente a campanha. Depois de o pronunciar, o chefe do governo vai, naqueles meados do Outono, para a sua aldeia do Vimeiro, numa quase reclusão.

4

De súbito, produz-se um levante no país. O discurso de Salazar é lido, relido, interpretado. Procura-se aprofundar o sentido de algumas frases, tenta-se surpreender os propósitos do chefe do governo. Por que teria feito alusão à democracia, ainda que orgânica? E a referência a candidatos independentes ou mesmo de oposição? Decerto: faz a crítica do partidarismo e do espírito de facção: mas como compreender aquela parte do discurso se não como maneira indirecta de admitir partidos políticos? Aliás, sabe-se que este ponto fora debatido na *comissão de redacção* da Assembleia Nacional que termina o mandato, e que alguns deputados se lhe haviam mostrado favoráveis. Salazar estava informado, e escreve a Mário de Figueiredo: «*Ouvi ontem dizer que há para aí alguma especulação à roda dos trabalhos da comissão de redacção, na parte relativa à suposta admissão de partidos. Alguma coisa deve ter transpirado do que discutiram*». E sobre este particular torna-se intensa a especulação, pensa-se em ressuscitar velhos partidos, criar alguns novos. Para mais, este aspecto também se liga intimamente a outro passo do discurso: a proclamação da liberdade de propaganda de ideias políticas. Se esta é permitida durante a campanha eleitoral, no pensamento mais recôndito de Salazar estará na verdade a formação de partidos, talvez apenas de um partido de oposição: em qualquer caso, um grupo ideológico diferente da *União Nacional*. Mais do que estes pontos, todavia, causam surpresa as considerações de sabor pessoal: a ausência de ambições, o desapêgo pelo governo, o apelo a novos valores, a entrega ao Chefe do Estado da arbitragem política suprema, a alusão com um traço de ironia à longevidade governamental. Não parecem lícitas dúvidas: Salazar encara o abandono dos negócios públicos, considera finda a sua missão, prepara o terreno para ser substituído após as

eleições. E surgem como plausíveis os motivos psicológicos: fadiga física, consciência de que a sua época está superada num mundo novo que parece surgir, desejo de encerrar a sua passagem pelos negócios públicos num momento alto de êxito, acaso um projecto de vida de família. Neste ponto, correm especulações várias; e se alguns têm como certo o próximo casamento de Salazar, agências internacionais dão-no como já realizado secretamente. Em qualquer caso, nos círculos políticos não existem dúvidas de que o chefe do governo abrira um horizonte largo, de que jogava uma cartada nova. Entre os seus partidários, e sobretudo nos responsáveis pela *União Nacional*, suscita-se um estado de espírito de perplexidade; formulam-se interrogações; há a sensação de que o chefe *se ausenta*; e cria-se uma incerteza quanto ao rumo a adoptar na campanha eleitoral. Na roda da oposição, vencida a paralisia do espanto, recobra-se ânimo, e julga-se que chegou o momento de derrubar um regime que a si próprio marca um fim. Da aldeia, Salazar assiste, hermético.

5

Logo ao outro dia do discurso, os adversários do regime iniciam uma actividade febril de âmbito nacional. Em 8 de Outubro de 1945, no *Centro Republicano Almirante Reis*, em Lisboa, reúnem-se duas centenas de oposicionistas, e imediatamente se multiplicam por cidades e vilas os conciliábulos, os conluios, os pactos, os planos de acção política. Os serviços de censura recebem ordem para libertar a imprensa. E alguns jornais — em particular o *Diário de Lisboa*, a *República*, *O Primeiro de Janeiro* — começam a inserir artigos e entrevistas de crítica ao governo e às instituições; outros — como *A Voz*, além do *Diário da Manhã* — rebatem as acusações e saiem em defesa do regime; e os grandes órgãos de informação — o *Diário de Notícias*, *O Século*, *O Comércio do Porto* — procuram manter uma atitude neutral, em que é possível surpreender um pendor favorável à situação. Regressam ao combate antigos vultos da I República. Nesta, e salvo raras excepções, tinham sido homens de segundas linhas, mas porque haviam desaparecido os grandes chefes histó-

ricos, ou se tinham retirado outras figuras eminentes, aqueles homens assumem agora papel de relevo nos arraiais oposicionistas. Filiados nos antigos partidos, ou seus descendentes políticos, procuram agora reconstituir os mesmos grupos. Pensa-se de novo num *Partido Democrático*, num *Partido Liberal*, num *Partido Republicano*, num *Partido Socialista*; e muitos monárquicos e católicos projectam fazer ressurgir os seus agrupamentos. A par destas gerações já antigas, aparecem homens novos, que alinham nas mesmas famílias ideológicas: são nomes desconhecidos do público: e nascem agora para a luta política aberta. A uns e outros se alia a esquerda clandestina, constituída sobretudo pelo *Partido Comunista*. Mas da reunião do *Centro Almirante Reis* não sai um programa político, um plano de governo, coerente e de alternativa institucional, que recolha o apoio unânime dos duzentos oposicionistas. É estabelecido, no entanto, um esquema de campanha, que se ramifica pelo país. Criam-se comissões distritais, concelhias, de freguesia; organizam-se sessões de propaganda; circulam brochuras e panfletos. Para aliciar os espíritos e mobilizar as vontades, e estruturado em retalhos de princípios gerais e num ecletismo partidário, nasce o *Movimento de Unidade Democrática*, que é completado pelo *Movimento de Unidade Democrática Juvenil*. No país, perpassa uma atmosfera de agitação e a maioria do povo sente-se estupefacta.

Descem à liça, desde logo, alguns sobreviventes da I República. Helder Ribeiro (1) proclama os seus ideais democráticos e parlamentares. António Sérgio ataca os problemas de ensino e cultura, e condena a falta de uma rigorosa selecção dos estudantes. Pedro Pita (2) critica a elaboração do recenseamento, enquanto Ramada Curto e Manuel Rodrigues travam uma polémica bem humorada sobre reformas de justiça. E entram no combate Tito de Morais (3), que deseja um regresso aos tempos

---

(1) Recorde-se que Helder Ribeiro fora ministro da Guerra nos gabinetes Sá Cardoso, Domingos Pereira, António Granjo e José Domingues dos Santos, e da Instrução com Álvaro de Castro.

(2) Advogado ilustre, bastonário da *Ordem dos Advogados*.

(3) Almirante. Comandava o *S. Rafael* no 5 de Outubro, e com Norton de Matos e Cabeçadas constituíra a *Aliança Republicana-Socialista*, já depois de 1926.

anteriores, e Mário de Azevedo Gomes (1), que ataca a obra do governo em bloco. Estão particularmente aguerridos Barbosa de Magalhães (2) e Cunha Leal (3). Mas são as gerações mais novas que na realidade conduzem a luta. Acácio de Gouveia ataca o corporativismo, a que atribui a carestia da vida; Pinto Barriga exige que a crítica seja permanentemente livre, e não produto esporádico de acto gracioso do governo; e Joaquim de Carvalho, mestre eminente da Universidade de Coimbra, afirma a sua fé democrática. José de Azeredo Perdigão, advogado de prestígio e fama, entende que o «*alto pensamento político do Sr. Presidente do Conselho*» está sendo «*comprometido por sabotadores intransigentes e inábeis*»; e uma vez que se pretende recensear os democratas portugueses, então subscreve as decisões do *Centro Almirante Reis*. Alberto Dias Pereira faz reviver o *Grupo de Estudos Democráticos*; e Jaime de Gouveia, professor de Direito em Lisboa, adere ao *M. U. D.* Mário de Castro, advogado de categoria, afirma a sua certeza de que existe uma «*fortíssima oposição*» e que os seus elementos «*também sabem muito bem o que querem e para onde vão*». Adelino da Palma Carlos, inteligência de relevo na sua geração e jurista de destaque, ataca a lei eleitoral e defende a abstenção dos oposicionistas nas urnas. E lançam-se na refrega homens cujos nomes surgem pela primeira vez na vida política portuguesa.

Para além das críticas acerbas, e da negação total da obra do regime, o *Movimento de Unidade Democrática* confronta o governo com exigências numerosas. Logo aos primeiros dias de campanha, os oposicionistas apresentam o pedido de que não seja dissolvida a Assembleia Nacional. Encabeça o pedido Barbosa

---

(1) Professor de agronomia. Ministro da Agricultura com Álvaro de Castro.

(2) José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães Professor Jubilado da Faculdade de Direito de Lisboa, fora ministro da Instrução no 3.º gabinete Afonso Costa, da Justiça no gabinete Azevedo Coutinho e dos Estrangeiros no 2.º gabinete António Maria da Silva.

(3) Recorde-se que Francisco Pinto da Cunha Leal fora ministro das Finanças, por dez dias, com Álvaro de Castro, e depois com Liberato Pinto, e Presidente do Ministério de 16-12-1921 a 6-2-1922.

de Magalhães, e subscrevem-no Armando de Adão e Silva, Mayer Garção, Câmara Reis, Rodrigues dos Santos, Sá Cardoso, Mário de Lima Alves. Declara o governo a sua impossibilidade de anuir. Depois são formulados outros requerimentos. Em substância, deseja o *M. U. D.*: adiamento de eleições por seis meses; preparação, durante este período, de um novo recenseamento eleitoral; autorização para serem constituídos mais partidos; lançamento imediato de novos jornais de combate político; protecção acrescida das liberdades individuais. Considera o governo as exigências, e para as negar alinha as suas razões: não pode ser retardado o acto eleitoral porque a Assembleia dissolvida não tem competência para aprovar a *lei de meios* e esta tem de ser votada até 25 de Novembro, pelo que terá de ser a nova câmara a fazê-lo; não cabe novo recenseamento, porque este é anual, e esteve aberto durante o período legal à inscrição de todos os cidadãos, não sendo culpa do governo se estes não quiseram inscrever-se, sobretudo quando no ano em curso aquele período fora prolongado de quinze dias; a constituição em vigor não encara a formação de partidos; podem ser fundados novos jornais nos termos da legislação aplicável; e têm-se por bastantes as garantias de liberdade individual, em tudo análogas às dos sistemas democráticos. Para mais, o governo decretara uma amnistia para delitos políticos e contra a segurança do Estado, salvo para crimes de rebelião ou por elementos de organizações clandestinas. Em 16 de Outubro de 1945, o governador civil de Lisboa, Nuno de Brion convoca a Comissão dos oposicionistas, e entrega-lhe a resposta governamental. Lima Alves, que assume a responsabilidade pessoal pelo movimento, embora considere que os chefes deste «*são todos os portugueses de oposição*», declara a Brion que a comissão se sentirá obrigada a recomendar ao eleitorado a abstenção. E diz: «*é o abismo, o abismo total que se abre no país. Quer o governo tomar essa responsabilidade?*» No dia imediato, outros comissionados — Lima Alves, Câmara Reis, Adão e Silva, Gustavo Soromenho, Teófilo Carvalho dos Santos, José Magalhães Godinho, Manuel Mendes — solicitam uma audiência ao Presidente Carmona; este recebe-os prontamente; mas declara-lhes que não deseja interferir na atitude do governo. E o *movimento* resolve interpôr recurso para o Supremo Tribunal Administrativo. E no

dia 18 de Outubro, Cunha Leal apresenta oficialmente a sua candidatura por Angola.

Na segunda quinzena daquele mês sobe no país a tensão política. Por recintos públicos e privados, sucedem-se as reuniões, os discursos arrebatados, as acusações, as críticas que não deixam pedra sobre pedra. É completa a rede do *movimento*, e a sua actividade de propaganda vai até às vilas, às freguesias, e de norte a sul efectuam-se sessões de campanha. Do ponto de vista da oposição, não tem aspectos positivos a obra do Estado Novo; contesta-se o saneamento financeiro; negam-se virtudes à política externa; repudia-se o sistema corporativo; apouca-se a reorganização e reapetrechamento das forças armadas; critica-se a administração do ultramar; minimizam-se as obras públicas, o fomento, a economia; e recusa-se a Constituição. Surgem os ataques pessoais, as insinuações; e já não estão em causa princípios e factos, mas homens. E são organizadas listas para adesões: ficam abertas à assinatura popular em estabelecimentos comerciais e outros lugares. Dão-lhes publicidade os jornais, e diariamente surgem *listas* de nomes a enfileirar na oposição. Nelas aparecem vultos da cultura e da inteligência portuguesa: Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Carlos Olavo, Casais Monteiro, Gaspar Simões, António Navarro, Domingos Monteiro, José Gomes Ferreira, José Régio, Vitorino Nemésio, Rodrigues Lapa, Hernâni Cidade, Julião Quintinha, Assis Esperança, outros ainda. Sobressaiem algumas mulheres distintas: Maria Lamas, Irene Lisboa, Elina Guimarães. Miguel Torga declara que o regime tem sido «*um calvário lento e amargo*», e que agora «*vislumbra a ressurreição*». E as listas são assinadas por homens do comércio e da economia, advogados, médicos, professores, funcionários públicos; no país há a sensação de que são aos milhares, às dezenas de milhar. Desenvolve-se um estado de espírito de vitória: e aos oposicionistas sinceros juntam-se os ressentidos, os oportunistas, os aventureiros. Na altura, a opinião pública julga aperceber-se de uma realidade: na crueza dos factos, a II República não tem um partidário, um simpatizante.

Em 21 de Outubro realizam-se por todo o país eleições para Juntas de Freguesia. Decorrem serenamente. Salazar vem a Lisboa para votar, na freguesia de Santa Isabel. Regressa de novo à sua

aldeia. Não se interessou o *movimento* por estas eleições locais, e não se apresentam listas de oposicionistas (1). De retorno a Santa Comba, Salazar desloca-se em 22 de Outubro à área de Mangualde: aí assiste a manobras militares de Outono, em que participam vinte mil homens. Mas na sua vinda a Lisboa, Salazar compreendera quanto era mau o estado de espírito nos arraiais do Estado Novo. Perante a tempestade desencadeada, estão atónitos os responsáveis da *União Nacional*. De surpresa, ficam imobilizados. No ministério do Interior, o ambiente é de perplexidade. Júlio Botelho Moniz substituira quase todos os governadores civis, sem consulta às forças políticas, e escolhera homens que não tinham raízes locais; e os chefes de distrito, sem contactos ou apoios sentem-se impotentes para opor uma barreira à avalanche que tudo parece subverter. Na confusão generalizada, e num percurso político que faz pelo Porto, Braga, Guimarães, Botelho Moniz profere palavras violentas e de ameaça, que a oposição explora. Por outro lado, Salazar apercebe-se das repercurssões externas da campanha eleitoral. No Brasil, é criada a *Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa*, e homens eminentes exprimem a sua solidariedade ao *M. U. D.* Entre eles, os mais consagrados escritores brasileiros: Manuel Bandeira, Gilberto Freire, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado, Joracy Camargo, Carlos Drumond de Andrade. Através de telegramas de agências, é largo o noticiário nas imprensas inglesa, americana e francesa: e muitos relatos aparecem distorcidos. Em face da situação, Salazar resolve regressar a Lisboa. Em 26 e 27 de Outubro, reúne-se com os membros da comissão central da *União Nacional*; e depois convoca o Conselho de Ministros (2).

---

(1) Foi nesta altura que se produziu um episódio pitoresco. Em Aljustrel, a *União Nacional* apresentou ao sufrágio uma lista de homens que *haviam assinado as listas da oposição*. Foram eleitos. Tomaram posse. E depois saudaram Carmona por telegrama, declarando a sua oposição.

(2) Tem interesse a minuta pessoal de Salazar para este Conselho de Ministros. Transcrevo-a na parte que importa: «*Ambiente político geral*—*pontos*: a) *democratas*; b) *comunistas*; c) *monárquicos*. *A situação em liquidação, ideia aglutinante das oposições. Opinião pública; fraqueza do governo; filmes russos* — ? *inimigos; divisão do próprio governo; escolha do funcionalismo e*

E assume a direcção efectiva da campanha por parte do governo. Não sente espanto perante os ataques pessoais, mesmo as calúnias. Mas surpreende-o o objectivo real que os oposicionistas revelam, e sobretudo a extensão que parece assumir a hostilidade na massa da opinião pública. Salazar reage, infunde ânimo nos tíbios. Declara ao Conselho que o único elemento aglutinante das oposições consiste na ideia de que «*a situação está em liquidação*»; mas o chefe do governo considera que não está, não pode estar, e que «*a situação tem de continuar*». Pela sua serenidade e ânimo resoluto, impõe-se ao governo e aos responsáveis da *União Nacional*. Convoca em separado os ministros militares, as autoridades de segurança. E dá as suas directivas para réplica enérgica às oposições. De repente, os círculos políticos afectos ao governo desenvolvem actividade sem fadiga. Todos os ministros se deslocam para comícios, sessões de propaganda; pelo Interior, pela Economia, pela Guerra, são publicadas notas de esclarecimento e refutação de críticas dos oposicionistas. Ulisses Cortês multiplica-se em entrevistas e réplicas; Amaral Pyrrait justifica o corporativismo; Francisco Costa defende o governo no plano da cultura; e homens de gerações novas, como Manuel Gomes da Silva e Henrique Martins de Carvalho, saiem a terreiro para sublinhar que as oposições não apresentaram um programa político, nem ideias ou princípios novos. Ao mesmo tempo, os partidários de velha guarda percorrem incansavelmente o país, em comícios e sessões: João do Amaral, João Ameal, Manuel Múrias, monárquicos de sempre; e França Vigon, Diniz da Fonseca, Ricardo Durão, Castro Fernandes, Camilo de Mendonça, situacionistas desde o início. São combativos os homens que pela primeira vez se candidatam a deputados, desde Albano Homem de Melo a Luís Pinto Coelho, desde Craveiro Lopes a Bustorff Silva. Por outro lado, Oliveira Salazar deseja apurar a origem verdadeira das listas publicadas; sob a presidência de um magistrado é iniciado um inquérito (1); e averigua-se que há muitas assinaturas

---

sector corporativo. P.C.P., M.U.D. Juvenil. Católicos progressistas. A situação tem de continuar Questões postas pelo Mt.º do Interior».

(1) Foi neste momento que se deu o episódio, que ficou famoso, da *entrega* das listas pelo advogado Mário de Castro. Solicitado pela polícia,

duplicadas, e triplicadas, e outras forjadas. No Porto, os detentores de listas recusam-se a entregá-las às autoridades; e como entre aqueles se encontra Ruy Luiz Gomes, é preso este professor. Entretanto, o Supremo Tribunal Administrativo declara em 9 de Novembro que não pode conhecer do recurso interposto pelos oposicionistas: a convocação dos colégios eleitorais é prerrogativa constitucional do Presidente da República e constitui acto político de que não há apelo. Em face desta decisão judicial, o governo conclui que não tem de adiar a data das eleições e portanto não tem de abrir outro período eleitoral; e porque entretanto a oposição não houvesse apresentado quaisquer candidaturas (salvo a de Cunha Leal) não vê o gabinete motivo para que continue a propaganda de oposicionistas que se não apresentarão às urnas. Então, são restringidas as actividades dos adversários do regime, e deixam de ser autorizadas as sessões públicas, os comícios. Há um retraimento em apoios e adesões, sente-se uma viragem no ambiente geral. Desabafa Salazar com um estrangeiro: «*os portugueses tendem para o exagero e o excesso; a história de Portugal é uma oscilação violenta entre tirania e anarquia; os portugueses odeiam os seus chefes e atacam-nos sem mercê até derrubá-los*». Como é que Salazar na realidade vê a situação? Sintetiza o seu parecer para os representantes de Portugal no estrangeiro. «*Detraz da primeiras fila das oposições, constituída por velhos marechais dos partidos expulsos do poder e de alguns jovens sem experiência, há porém os comunistas que confessam dar-lhes apoio para restabelecimento de instituições democráticas mas se reservam acção futura*». E em 11 de Movembro, o *Movimento de Unidade Democrática* recomenda ao eleitorado a abstenção total.

Se foram agora limitadas as actividades da campanha, nem por isso a imprensa deixa de reflectir o momento político. Salazar contribui pessoalmente com declarações que, por intermédio de

---

entregou-as a esta. A oposição não perdoou a Mário de Castro, que era homem de grande integridade e dignidade pessoal, além de um dos mais ilustres advogados de Lisboa. Não se encontra explicação plausível para as acusações a Mário de Castro: este entregou às autoridades documentos que a oposição destinava a serem entregues às autoridades.

António Ferro, faz ao *Diário de Notícias* e a *O Século*. Marca o chefe do governo as distâncias entre nazismo e fascismo e o regime português. E que é democracia? É mais uma técnica de designação de governantes do que uma doutrina; e por isso em democracia pode haver um governo liberal ou socialista, e parlamentar ou presidencialista, ou outro regime bem distinto pela sua doutrina. E a liberdade? Não é um valor absoluto, nem nunca o foi; e mais importam as liberdades definidas por lei, mais ou menos latas como a liberdade religiosa, de trabalho, outras ainda. Se for possível chegar à compreensão do interesse colectivo e auto-disciplina da imprensa sem intervenção da autoridade, não haverá motivo para a existência da censura, que em nenhum caso deve impedir a crítica construtiva. E que pensa do programa das esquerdas? A terminologia de esquerdas e direitas está desactualizada, tanto mais que são os governos considerados ou acusados de ser de direita que apresentam as mais avançadas realizações sociais, e apenas ficam de fora as reivindicações de carácter socialista ou comunista; de modo que o *movimento*, se quiser ir além do regime na matéria, teria dificuldade, ou teria de se confessar «*francamente comunista ou pelo menos fortemente socialista, o que não sei se lhe convém... Ao país, decididamente não*». Salazar acentua o valor da colonização interna, e aponta a necessidade de uma reforma agrária. Pelo que toca às eleições, se o *M. U. D.* queria provar que tinha consigo o país, «*fossem às eleições e procurassem ganhá-las no terreno legal*»; e considera o voto do próximo dia 18 «*absolutamente livre, como na livre Inglaterra*». E há ainda que distinguir *democracia orgânica* e *democracia individualista;* o país não suporta ditaduras violentas, não tolera violência, arbitrariedade; por outro lado, «*quando o partidarismo lhe exacerba as paixões, o divide e subdivide em pequenos clans, constituídos para exploração do tesouro público, deixa de ter tranquilidade, deixa de ter ordem e, pior do que tudo, deixa de ter governo*». Não será por isso melhor «*o meio termo: nem ditadura nem demagogia*»? E como se comportou a oposição? «*Discutiu-se tudo o que se não negou e negou-se a própria evidência — desde o equilíbrio das contas às realizações materiais*», inclusivamente a eficiência da política externa durante a guerra. Mas então não se sente

Salazar impressionado com o facto de os nomes dos mais ilustres médicos, advogados, artistas, haverem assinado as listas? Salazar replica, perguntando: «*mas além da sua inteligência e do seu valor de profissionais, conhecem também os assuntos sobre que se pronunciaram?*» «*Democraticamente, sim; realmente, não*». E as muitas entrevistas publicadas? Salazar pergunta: «*Julgarão os entrevistados que o Poder ficava nas suas mãos, se o deixassemos cair? Das suas mãos ou das suas mãos intermediárias, continuo firmemente convencido de que viria a cair na rua*». E Salazar conclui com um apelo: «*ao bom povo português das nossas cidades, vilas e aldeias, aquele a cuja família pertenço, que trabalha de sol a sol, e não tem tempo para fazer política*»; e aos católicos, «*que nunca mais foram perseguidos*»; e aos republicanos e monárquicos nacionais, «*portugueses antes de mais nada*»; e ao Exército, que fez a Revolução, e à Armada, que recebeu uma esquadra nova, e à juventude, «*que desejo seja realmente nova*».

Em face das declarações de Salazar saiem a terreiro alguns oposicionistas. Vieira de Almeida (1) formula críticas à oposição e ao governo; condena o pessoalismo de poder; e pondo em destaque a precariedade de eleições, o carácter indispensável da liberdade junta à responsabilidade, a heterogeneidade tanto da oposição como dos situacionistas, faz uma defesa da monarquia por assegurar a continuidade do poder, o que é diferente de continuidade de uma pessoa. Mas é Barbosa de Magalhães que ataca a fundo as declarações de Salazar: «*as palavras do Sr. Presidente do Ministério são tão extraordinárias que só podem explicar-se por uma perturbação do seu espírito, geralmente tão sereno*». E contesta as afirmações ou conceitos de Salazar sobre política externa, democracia, liberdade; verbera o pessoalismo do chefe do governo; condena a condução da campanha eleitoral, o não adiamento das eleições, o inquérito feito às listas, os efeitos perniciosos do regime na consciência nacional; e insiste em que o espírito de Salazar sofre evidente perturbação. Mais denso na

(1) Francisco Vieira de Almeida, monárquico, professor da Faculdade de Letras de Lisboa.

crítica, todavia, e mais elevado, é Cunha Leal. Já nas vésperas do acto eleitoral, a 16 de Novembro, comenta longamente as declarações de Salazar. Não esconde que, num ponto ou outro, discordou da táctica dos oposicionistas durante a campanha; e não sairia do seu mutismo se a isso o não incitassem as afirmações do chefe do governo. Considera que Salazar julga a sua obra perfeita como a de Deus, e intangível, pelo que uma oposição não é desejável mas será tolerável se for construtiva; e por isso apenas consente «*tímidos reparos de forma que não tenham a pretensão de atingir a substância íntima daquela verdade*». Salazar está endeusado pelos seus partidários; e «*na realidade o Sr. Presidente do Conselho não quer, nem sabe trabalhar senão quando nas ruas reina um pávido silêncio e ninguém discute os frutos do seu labor*». Depois, Cunha Lal ataca a política externa durante a Segunda Guerra Mundial. Confessa que esperava da vitória aliada a queda do Estado Novo; mas independentemente desse facto, julga que foi errada a política externa de Salazar, ou tão maquiavélica que se não compreende. «*Quando de Portugal saíam para a Alemanha o volfrâmio, o estanho, as conservas*», e quando o «*Sr. Presidente do Conselho, altivamente e muito bem, protestava a propósito do ataque australiano e holandês contra Timor e baixava de tom para lamentar a repetição do facto pelos japoneses*», e quando deixava Timor «*sem guarnição militar e os Açores estavam pletóricos de soldados*», «*andavamos positivamente a ser enganados pelos maquiavelismos do nosso ministro dos Estrangeiros*» (1). Depois, compara o Estado Novo com o fascismo e o nazismo; e admite que, embora ténues, há algumas diferenças, não se podendo classificar de totalitário o regime, sem embargo do «*partido único, a censura, a*

(1) Não são procedentes estas acusações de Cunha Leal. Seguiam volfrâmio e outros produtos para a Alemanha (como para as nações aliadas) porque, se Portugal suspendesse aquelas exportações para a Alemanha ao mesmo tempo que concedia facilidades nos Açores à Inglaterra, corria o risco de levar Berlim a uma declaração de guerra; a diferença de tom para com o Japão justificava-se pelos perigos de uma ocupação de Macau, cercado pelos japoneses; os Açores foram fortemente guarnecidos em virtude de uma clara intenção de Roosevelt em os ocupar.

hipertrofia da polícia política, o empolamento do conceito de crime político e das correlativas penalidades, os castigos corporais e os campos de concentração». Cunha Leal critica o conceito que Salazar tem da liberdade, afirma que o aumento de salários não tem acompanhado o custo de vida, e justifica a inabilidade de a oposição formular um programa de governo «*em seguida a um período prolongado em que toda a actividade política esteve suspensa*». E conclui: «*Na realidade, o Sr. Dr. Oliveira Salazar parece, ao que se deduz das suas entrevistas, inadaptável às realidades políticas dos tempos que se avizinham. Já constitui hoje um estorvo para aqueles seus partidários que quereriam adaptar o presente ao futuro. Não se atrevem estes a dizer-lho. Digo-lhe eu sem pretensões de ofensa pessoal ou graçola, pois não lhe quero nenhum mal. Ouça o meu aviso e faça de conta que sou ainda o seu reitor*» (1).

Outras refutações sofrem as declarações de Salazar. Lima Alves defende a atitude da oposição em se abster de ir às urnas, em não haver apresentado programa político, e ataca os homens do regime: «*consideram que são eles e eles só a nação*». E Lima Alves afirma a intenção de continuar a luta do movimento: «*enquanto nos fôr consentido, a nossa luta continuará*». Além desta, outras vozes se erguem no final da campanha. Ferreira de Castro, como Aquilino Ribeiro, clama que o Estado Novo fez da literatura uma das grandes vítimas, prejudicou a criação artística pela censura e por tentar impôr uma ética, e comprometeu a obra literária de muitos autores. E é Azevedo Gomes que tem novas críticas a formular: o descaso para com a agricultura; o baixo nível de vida em cidades, centros industriais, núcleos de operariado, e meios rurais; são de louvar as obras públicas e de hidráulica agrícola, embora com reservas quanto ao seu rendimento social; e de tudo há a concluir que Salazar está *mal informado*, porque de outra forma não quereria «*impor a todos a excelência irrecusável da sua própria obra*». De todos os críticos, no entanto, um constitui espinho particular para o chefe do governo: Francisco Veloso. Companheiro de

(1) Recorde-se que Cunha Leal fora reitor da Universidade de Coimbra.

Coimbra, membro do *CADC*, colaborador do *Imparcial*, Veloso evoluira para uma posição em que, embora afirmando-se fiel aos valores da democracia cristã, estava quase vizinha do socialismo. E agora aderira também ao *M. U. D.*, e dirige a Salazar frases duras. Na véspera do acto eleitoral, publica um depoimento, onde há muito de contraditório mas de contundente também. Critica o passado, que também não reconhecia por democrático; pretende regressar às fontes de Leão XIII e Maritain; e deseja a instituição de uma democracia pura, à maneira de Lincoln, em que nem o povo é soberano «*porque em democracia não há soberano*». Verifica que a ditadura, que deve ser apenas um caso transitório e de emergência, se transformou num «*regime de Estado*». «*Reconheço sem esforço que durante estes últimos dezanove anos houve e há realizações e obras perfeitas e de alto interesse público, quer na administração do Estado, quer na vida e corpo da nação*». Mas há também erros que precisam de ser apontados. E há uma crise, e há novas gerações que não foram chamadas à vida política e que «*são portadoras de espírito novo nas reformas democráticas da vida nacional*». Tem-se governado «*longe do povo, em círculo fechado e de portas cerradas*», sem «*se consultar nem ouvir*», e sem «*contactos com a vontade popular e com as aspirações das classes livremente expressas*». Tudo isso provoca inevitáveis reacções. Em que sentido? Responde Francisco Veloso: «*no sentido de uma instauração perfeita da democracia em Portugal*». E qual a solução? Neste momento, «*cumprir sem reservas mentais nem desvios as disposições da actual constituição da República*», «*embora ulteriormente se viesse a proceder a uma revisão desse estatuto*». E dentro do seu múnus pastoral, pronuncia-se mais uma voz: a do Cardeal Patriarca de Lisboa. Nas «*Novidades*», em nome de toda a hierarquia, escreve Cerejeira: «*A Igreja está acima e fora da política concreta de regimes, sistemas, governos, partidos, programas, pessoas — enquanto estes respeitam a liberdade da Igreja e os princípios fundamentais de ordem moral e política*». «*Em conclusão: na consulta feita ao País, a Igreja não tem que responder. Quem tem que responder são os católicos*». Ao assumir o poder, mais de uma década atrás, Salazar dissera ao seu companheiro dos *Grilos* que desde aquele momento representava César, apenas César, e que era

independente e soberano; e Cerejeira reitera agora, com igual força, que representa a Deus, a Deus integral, e afirma que este é independente, soberano e, o que é mais, está acima de César.

Na madrugada e até alta manhã daquele domingo, dia 18 de Novembro de 1945, cai sobre Lisboa, durante horas, uma chuva torrencial. Largas zonas da cidade estão inundadas; há prejuízos de monta. Antes das dez horas, Salazar está em Santa Isabel a votar; e pela tarde Carmona vota no Lumiar. Há concurso de eleitores; e ao princípio da noite as informações chegadas ao ministério do Interior indicam que houve igual afluência no país e que decorreu tranquilamente o acto eleitoral. No Vimieiro, votaram 92,3 % dos inscritos.

6

Enquanto se desenrolam a campanha eleitoral e o sufrágio, Oliveira Salazar está também preocupado em liquidar o rescaldo da guerra no plano externo. Há o problema da dívida da Grã-Bretanha a Portugal, que excede oitenta milhões de libras; Londres não está em situação de pagar; mas, assumindo uma atitude inteiramente correcta, os ingleses concordam em obrigar-se, além dos juros, a uma *cláusula ouro*, que actualise constantemente aquela soma em função do preço deste metal. Portugal fica assim a dispor de um largo crédito, e aumenta as suas reservas. Há o problema da participação portuguesa na estrutura que vier a ser dada à sociedade internacional, e esta parece de momento concentrar-se na Organização das Nações Unidas. Mas para Salazar há sobretudo o problema da recuperação das bases dos Açores, concedidas a ingleses e americanos durante a guerra.

Neste particular são maiores os cuidados. Deformadas pelo complexo da vitória, encarando o mundo do após-guerra à luz dos seus interesses e das suas convicções, legitimando todos os objectivos pelos sacrifícios feitos durante a luta, Washington e Londres podem tentar evadir os seus compromissos e manter-se nas bases. Oliveira Salazar receia que surja uma situação grave: não é viável expulsar pela força os americanos e ingleses: nada há a esperar das Nações Unidas, a que Portugal não pertence

e que aliás estão inteiramente sob o domínio dos Estados Unidos: como resolver o problema? Mas justamente naqueles fins de 1945 o governo britânico toma uma iniciativa: comunica em Lisboa estar pronto a abandonar os Açores, conforme previsto nos acordos de guerra: e dentro de pouco discutiria com o governo português os pormenores técnicos da entrega da base às autoridades portuguesas. Salazar julga que se vai fechar com êxito o problema máximo em aberto no plano político-militar. De Washington, no entanto, Bianchi informa que tem conhecimento de um grandioso projecto americano, ainda secretíssimo e em exame nos Estados Maiores: negociar uma *aliança tripartida* — Portugal, Estados Unidos, Inglaterra — para cobertura e defesa de todo o Atlântico. Para o efeito, seriam consideradas todas as posições estratégicas portuguesas a norte e a sul; e Washington auxiliaria massiçamente a ampliação e o rearmamento das forças armadas de Portugal. Salazar está perplexo; e considera o projecto americano como mais uma expressão do propósito dos Estados Unidos, que se tornou claro durante a guerra, em partilhar e chamar a si as amizades e as alianças de que a Grã-Bretanha dispõe. E efectivamente, e sem que Salazar o saiba, o governo de Washington, quando fica a par da atitude britânica, pede em Londres no maior segredo que suspenda qualquer retirada da base, e que não faça a Lisboa nova comunicação. E desvenda um dos seus desígnios: manter a base nos Açores. Admira-se o *Foreign Office*, e consulta o seu embaixador em Lisboa. O'Malley dá o seu parecer: o governo português reagirá fortemente contra a ideia de uma base puramente americana; também não a aceitará se for americano-portuguesa; talvez possa considerar a hipótese de uma base luso-anglo-americana; e a eventualidade de a incluir num sistema geral de segurança, sob a égide do *Conselho de Segurança* das Nações Unidas, dependerá da atitude destas, mas Salazar apenas a admitirá se Portugal pertencer à organização. E O'Malley comenta: «*se os portugueses tiverem a impressão de que estão sendo forçados a negociar sob ameaça, não só porão em causa a nossa boa-fé como as negociações se tornarão extremamente difíceis*». Em qualquer caso, remata o enviado britânico em Lisboa, a Inglaterra deveria participar dos arranjos a concluir, nos termos da aliança luso-britânica e como forma de mitigar a riva-

lidade anglo-americana na Europa; e seria talvez útil, por outro lado, associar o Brasil às propostas que houverem de ser apresentadas em Lisboa. Em face deste parecer, conclui o *Foreign Office* que deve apoiar e conseguir a entrada de Portugal nas Nações Unidas; e que se impõe evitar a apresentação, por parte de Washington, de um pedido em Lisboa para uma base americana nos Açores. Londres sente que tem na matéria responsabilidades especiais, em virtude da «*aliança e do que por causa desta Portugal fez por nós durante a guerra*».

Em memorial de Novembro de 1945, o Secretário de Estado norte-americano Byrnes desvenda a Londres o seu pensamento: os Estados Unidos desejam adquirir o direito de manter, a longo prazo, bases militares nos Açores e em Cabo Verde, como parte de um plano de bases militares no após-guerra: e pretendem para o efeito o auxílio do governo de Londres junto de Lisboa. Depois, Byrnes escreve de novo ao Secretário de Estado inglês, Ernest Bevin, e especifica os objectivos americanos: ocupar e controlar bases aero-navais em Santa Maria, nas Lages, e ainda noutras ilhas açoreanas, e também em Cabo Verde, em ilhas a escolher oportunamente: reconhecer-se-ia a independência e soberania de Portugal: e as bases nos Açores e em Cabo Verde «*fortaleceriam a eficácia das Nações Unidas na manutenção da paz*», ficando à disposição do *Conselho de Segurança*, se para tanto houvesse acordo do governo de Lisboa. Mas às pretensões norte-americanas reage então com vigor o Secretário de Estado Bevin. Diz: «*O Sr. Byrnes compreenderá que temos de considerar seriamente o efeito das propostas americanas na aliança luso-britânica e as responsabilidades que nos incumbem por esse facto. Temos também de ponderar a situação que poderá surgir na hipótese de os Estados Unidos ficarem neutrais numa guerra em que participe a Grã-Bretanha*». E Bevin formula perguntas: serão as bases dos Açores e Cabo Verde as únicas bases americanas no Atlântico oriental? Ou deseja o governo de Washingon obter também bases em Dakar, ou na Libéria, ou noutros pontos da costa africana? Ou serão parte de um sistema internacional, no quadro das Nações Unidas? No que toca à eventual associação do Brasil, Bevin sugere que apenas Portugal deve tomar essa iniciativa. Em qualquer caso, o Reino Unido deseja participar em todos

os acordos a que se chegar, e como parceiro a título idêntico ao dos Estados Unidos. E Bevin, embora não pretenda desencorajar os americanos no seu interesse pelo que acontece «*nesta parte do mundo*», insta «*fortemente no sentido de o Sr. Byrnes não prosseguir de momento este assunto*». E o Secretário de Estado britânico não oculta as suas preocupações: se os americanos se dirigirem unilateralmente ao governo de Lisboa, é «*quase certo*» que este consultará o governo inglês e lhe fará um apelo em nome da aliança luso-britânica; o governo de Washington parece não estar consciente do embaraço em que se encontra Londres porque, tendo a obrigação de abandonar a base existente e havendo já endereçado nesse sentido uma primeira comunicação ao gabinete de Lisboa, suspendeu a pedido americano uma segunda comunicação que estava na iminência de fazer sobre a data de retirada, e o facto causa estranheza em Lisboa; e os americanos cometerão «o *maior erro*» se pensam que podem obter concessões ameaçando o governo português de não se retirarem dos Açores e de não cumprirem portanto os seus compromissos.

Sem embargo das objecções britânicas, o Departamento de Estado de Washington, estimulado pelos chefes militares americanos e incitado pela crescente agressividade da política soviética, persiste na exigência de bases nos Açores e em Cabo Verde, tomando como certa a concordância de Portugal. Assume o governo trabalhista inglês uma atitude mais dura. Sugere por um lado que às bases dos Açores seja dado um carácter civil, sob autoridade portuguesa, e postas à disposição da aviação comercial de todos os países; e salienta que o «*Dr. Salazar é homem extremamente difícil de tratar*» e que sente «*suspeitas medulares dos Estados Unidos*». Mas a essência da oposição britânica tem raiz em motivos mais vastos. Diz Bevin para o seu embaixador em Washington: «*Muitos neste país estão apavorados com a impetuosidade dos Estados Unidos em querer bases que nos cercam completamente e que, segundo se depreende, se destinam a ser apenas americanas. Não tenho receio de qualquer dificuldade com os Estados Unidos no futuro, mas muitas pessoas ponderadas neste país estão a ficar enervadas por aquele facto, e eu desejo evitá-lo*». Tornam-se menos ávidos os Estados Unidos; e no pensamento de Londres e Washington passa a afigu-

rar-se preferível encaminhar o problema no sentido de incluir as bases num sistema geral de segurança colectiva, no quadro das Nações Unidas. Mas o *Foreign Office* deixa cair uma palavra de frio aviso: «*a dificuldade pode consistir em a Rússia opor o seu veto à admissão de Portugal nas Nações Unidas; nesse caso, o argumento de que as bases nos Açores são apenas parte de um esquema de conjunto, e de que Portugal estará dando uma valiosa contribuição para o sistema, cairá pela base*».

Entretanto, Domingos Palmela, em Londres, e Marcello Mathias, em Lisboa(1), procuram averiguar o que se passa e determinar a data em que ingleses e americanos se propõem abandonar os Açores. Salazar sente-se impaciente, e desagradado, e surpreendido com o silêncio dos ingleses após a iniciativa que haviam tomado.

7

Entre o Vimieiro e Lisboa, Oliveira Salazar continua enfermiço. Enxaquecas e fortes tonturas perseguem-no. Estão ansiosos os seus amigos mais chegados: por motivos pessoais e por razões políticas. Ficará impossibilitado de governar? Com o Presidente Carmona em avançada idade, e o país ainda em turbulência, qual o futuro das instituições? Asseguram os médicos, todavia, que é apenas psicológica a crise de que Salazar padece; e os seus íntimos — Mário de Figueiredo, José Nosolini, Bissaia Barreto, o Cardeal Cerejeira — insistem em que deve reagir, vencer o que não passa de um complexo, entregar-se de novo à coisa pública. Salazar reflecte no desenrolar da campanha eleitoral, na virulência dos ataques, na atitude política do *M. D. U.*. Está consciente de que tentara ir ao encontro de uma oposição construtiva, e de base nacional. Considerara a hipótese de deputados oposicionistas, e que sem espírito partidário fiscali-

---

(1) Recorde-se que Domingos Palmela substituira Armindo Monteiro como embaixador em Londres e que Marcello Mathias, após a morte de Luís Teixeira de Sampaio em Maio de 1945, desempenhava as funções de Secretário-Geral do M.N.E. na sua qualidade de Chefe da Repartição dos Negócios Políticos.

zassem a administração, oferecessem críticas e sugestões ao governo em nome do bem comum, e que gradualmente pudessem constituir-se, dentro das instituições, numa alternativa válida. Conclui o chefe do governo, no entanto, que se não desejava uma reforma: pretendia-se uma revolução. Tudo fora posto em causa; nada foi havido como aproveitável; e os adversários do regime, apelando para apoios estrangeiros ou invocando figurinos alheios, queriam o regresso ao passado. Fora então inútil toda a experiência feita, vã toda a obra realizada, esquecida toda a doutrinação de quase vinte anos? De certo existiam problemas, dificuldades, desvios da pureza da doutrina: isso que era em face de um interesse nacional superior a tudo?

Entre fins de Novembro e inícios de 1945, e sem embargo do seu estado de espírito, o chefe do governo resolve convocar para sucessivas reuniões a Comissão Central, a Comissão Executiva, a Junta Consultiva da *União Nacional:* trata-se de examinar o momento político como rescaldo das eleições. Relatam os membros daqueles órgãos os factos presenciados, nas suas deslocações pelo país durante a campanha eleitoral, e os motivos que determinavam o eleitorado: constituíam um acervo de queixas individuais, de velhos hábitos de campanário, de pequenos atritos e ódios de província. Salazar fica atónito, e sobretudo transido de desilusão, e decepcionado quanto a si e quanto ao povo português. Muito poucos, se alguns, haviam atentado nos interesses nacionais supremos, nas razões profundas de uma política, nos altos motivos de uma decisão ou de uma atitude. «*Parece que não aprendemos nada*», comenta Salazar. E depois de ouvir a *União Nacional*, o chefe do governo ausculta o Conselho de Ministros. Em sessões consecutivas, Salazar relata os acontecimentos; e solicita dos ministros o seu parecer individual. Alguns não se pronunciam, como Américo Tomaz, ministro da Marinha, e Caeiro da Mata, da Educação Nacional. Mas outros não refreiam as suas críticas. Entre estes, destacam-se Santos Costa, ministro da Guerra; Botelho Moniz, ministro do Interior; e Cavaleiro de Ferreira, ministro da Justiça: todos põem em causa a actuação do governo, a política seguida. Mas é Marcello Caetano, regressado de uma viagem às províncias de África, quem desfere as críticas mais contundentes: pouco está certo no pas-

sado, muito pouco no presente: duvida da competência dos ministros: julga severamente as soluções dadas a alguns problemas: e tem por desastrosa a actuação da *União Nacional* nas últimas eleições. João da Costa Leite, ministro das Finanças, e Luís Supico Pinto, ministro da Economia, procuram fazer frente ao ataque e reduzir a gravidade da situação aos seus termos exactos. Salazar escuta atentamente. Não interrompe, e não faz comentários ou perguntas; e tem-se por ilucidado.

Ao outro dia, Salazar recebe Costa Leite. Desabafa. Confessa que ficara exasperado, e ferido. Não pudera dormir nessa noite, numa insónia até de madrugada. Meditara sobre as críticas, que tomara como dirigidas a si próprio; e considerara ser seu dever apresentar-se em Belém e pedir a demissão. Mas às cinco horas da manhã resolvera-se na cama, e dissera de si para si: «*Ora, são uns garotos*». E adormecera.

8

Gradualmente, Salazar toma em mão os negócios. Não está ainda refeito de todo: naqueles fins de 1945 e princípios de 1946, procura reservar-se, evita comparecer em actos públicos, limita no possível o seu trabalho. Não é depressão de espírito, nem moleza de ânimo: é amargura interior, indignação surda, desapontamento feito de pasmo e de incredulidade. Como fora possível que tantos se não apercebessem dos perigos vencidos e dos êxitos alcançados nos dez anos de guerra que Portugal conseguira atravessar incólume? E a quem se devia o facto? A que lucidez, frieza, serenidade, determinação, coragem, se devia tudo isso? E agora? Haviam sido feitos mil sacrifícios: não é seu dever ficar, recompor as malhas esgaçadas? Muito ainda se poderia salvar. E essa é a opinião dos seus amigos. Estes insistem, assediam-no: tem de regressar à rotina do governo e do Estado. É Mário de Figueiredo, é Garcia Pulido, é Cerejeira; e é Bissaia Barreto, que no rito já sagrado não falta a um jantar de sábado. E Salazar recupera aos poucos a sua personalidade integral; mas há que vencer as tonturas, as vertigens, as dores de cabeça. Entretanto, pensa numa remodelação profunda do gabinete.

Depois dos Conselhos de Dezembro último, alguns ministros não poderiam continuar nos seus lugares, nem o desejariam decerto. Mas havia que aguardar algum empo, e ter uma certeza sobre o comportamento das forças armadas. Segundo as informações que lhe chegam, os círculos militares, em particular do Exército, haviam-se conservado leais às instituições vigentes durante a campanha eleitoral; e não se sentiam impressionados com as críticas da oposição, a que no seu conjunto se mantinham alheios. De momento, todavia, Salazar julga mais importante esclarecer a opinião do país sobre os desígnios reais dos adversários do regime: há que colocar a nação em face dos seus problemas e das suas responsabilidades colectivas. Discursar em público constitui agora, mais do que nunca, um pesadelo; mas Salazar começa a dispor as suas notas para o que há-de dizer aos portugueses. E vai alargando o seu contacto com o mundo exterior. Recebe uma comissão de madeirenses que, acompanhada de Daniel Barbosa, governador civil da Madeira, vem agradecer a solução de problemas da ilha; cumprimenta o Presidente Carmona pelo quarto aniversário da eleição para o seu terceiro mandato; e dirige à Assembleia Nacional uma comunicação em que remete as conclusões do inquérito, determinado pelo ministro da Economia a organismos corporativos, e de que resulta a substituição dos corpos directivos de alguns em consequência dos factos apurados. Em fins de Fevereiro, Santos Costa e Botelho Moniz partem em digressão política para o norte do país: deslocam-se ao Porto, a Viseu, a Coimbra: e, além de visitas a unidades militares, fazem apelos à unidade e ao apoio da opinião pública. Salazar tem-se mantido silencioso.

Mas então o chefe do governo, a pretexto de se reunir de novo com a *União Nacional*, combina uma sessão com os corpos directivos na Biblioteca da Assembleia Nacional. Em 23 de Fevereiro de 1946, pelas onze da manhã, Salazar comparece. Nada trai no exterior o seu estado de espírito íntimo; e está nítido, apurado, no seu fato preto e gravata cinzenta clara. Esperam-no os nomes feitos no regime: Mendes do Amaral, que preside à Comissão Executiva; José Alberto dos Reis, o lente de Coimbra desde sempre devotado a Salazar, e que preside à Junta Consultiva; e Albino dos Reis, Lopes Mateus, Melo Machado, Ulisses

Cortez, Antunes Guimarães, Garcia Pulido, Braga Paixão, ainda outros homens da situação, além dos presidentes das comissões distritais. Salazar faz o ponto do acto eleitoral de há quatro meses e do debate que o procedeu, «*tão largo e tão livre que se pode ajuizar com bastante rigor dos intentos, dos métodos e das possibilidades*», das «*ideias com que pode governar-se*» e «*também arruinar-se um paiz*». Esse debate, em síntese, partia de duas posições: o regime tinha a seu favor o «*inequívoco êxito*» da sua política e a obra, «*extensa e profunda*», efectuada em vinte anos; o «*inimigo*» tirou das «*dificuldades momentâneas e da carestia da vida*» o seu único argumento para atacar a situação. Mas, segundo foi dito a propósito de Churchill (1), «*a gratidão pertence à história, não pertence à política*». Salvas as proporções, «*a sentença bem nos poderia ter servido a nós*», na *União Nacional*, muito embora o passado seja o melhor alicerce do futuro e os que alguma coisa fizeram sejam a melhor segurança do que são capazes de fazer. Mas no fundo o resultado eleitoral exprime dois sentimentos: «*gratidão e confiança*» dos portugueses. Não é exacto dizer-se, como alguns, que «*as eleições criaram uma oposição*»: apenas precipitaram os descontentamentos em nome dos quais a oposição se «*resolveu a lutar*». Do que fez da liberdade concedida, não cabe tomar nota: nada aprendeu, nada esqueceu: e «*a liberdade em Portugal não se limita nem se disciplina a si própria*». De que se tratava? De uma aspiração à mudança do pessoal político? Não: tratava-se «*de tentar o o regresso ou uma revolução — por via constitucional, se possível; por outra qualquer, se o não for*». Mas por detrás desta oposição, numa «*sombra prudente e recolhida*», estavam os que «*receiam a revolução social que empreendemos e desejariam fazê-la violentamente por conta própria, ou alheia*». Em face deste facto, há apenas a «*solução nacional*» ou a «*solução extremista*». Desta última, são partidários os que «*têm ao menos, rigidamente erguida sobre princípios falsos, a grande força da lógica e não se lhes dará muito da liberdade*». Esses são os que exigem

(1) Recorde-se que, logo após o fim da guerra na Europa, o Partido Conservador inglês, que Churchill chefiava, foi derrotado em eleições gerais, tendo Churchill sido substituído por Clemente Atlee, chefe trabalhista.

a liberdade «*para vencer e a dispensam para governar*». E o povo português, em face das realidades e dos perigos, deve compreender que se não trata de pugnas pessoais mas da escolha de princípios. Neste contexto, e pela «*preocupação de reconduzir e tudo integrar no plano nacional*», e ainda na defesa intransigente do interesse geral, há que dizer uma palavra clara: porque alguns não têm «*podido elevar-se acima dos seus pequenos sentimentos de grupo, desejamos lealmente que se compreenda bem ser muito duvidoso podermos continuar a tratar no plano nacional aqueles que a si próprios teimam em confinar-se e agir no plano partidário*». Todos estes pontos, no entanto, devem ser encarados num outro contexto também: o da atmosfera internacional do após-guerra. «*No limiar deste novo mundo*» existem equívocos e fraquezas. Decerto: nenhum povo civilizado pode deixar de «*garantir nas leis e na realidade os direitos fundamentais da pessoa humana*». Nesta base suscitaram-se equívocos: equiparou-se a liberdade com democracia, esta com parlamentarismo, e este com oposição. Mas a verdade é que o problema da liberdade não está, por si, ligado à forma de organização do poder; alguns desejam excusar-se ao debate deste ponto; e esses venceram a dificuldade «*vestindo ou crismando à moda as suas instituições*» (1). De qualquer forma, e não obstante a gama de interpreções atribuídas à palavra liberdade — desde a independência política até à extinção dos privilégios de classe — haverá sempre «*a autoridade necessária e a liberdade possível*». Para já, «*está moribunda*» a liberdade económica: o regime tem defendido a ideia de que a liberdade é salutar para a vida económica e isso «*nos distinguirá a nós dos socialistas e dos comunistas*»: mas no momento parece que o intervencionismo do Estado faz lei: e isso, ainda que se não queira, é o «*crepúsculo da liberdade económica*». Mas no mundo do após-guerra aparece ainda outra tendência perigosa: «*a da uniformidade dos regimes políticos como base indispensável da cooperação internacional*». E este aspecto leva ao problema do novo organismo designado por *Nações Unidas*, de que Portugal não faz parte. No entanto, «*mais importa à paz*

(1) Alusão sarcástica às «*democracias populares*».

do mundo o espírito dos homens do que as palavras da Carta e os seus órgãos». Não apresentou Portugal ainda o seu pedido de admissão porque esta iria de momento alterar o equilíbrio das *Nações Unidas*. Mas o facto não prejudica a defesa dos interesses portugueses: o organismo não poderá abarcar toda a vida internacional: e «*dentro ou fora das Nações Unidas a nossa política externa não tem senão que seguir, ao lado dos tradicionais imperativos históricos e geográficos, as claras indicações do último conflito*». E estas são no sentido de que o centro de gravidade da política europeia, senão da política mundial, se deslocou mais para o oeste e situou no primeiro plano o Atlântico, com os Estados que o rodeiam. «*Em reconhecê-lo não deixamos de ser europeus; o que damos é mais largo sentido ao Ocidente*». E Salazar conclui: «*O meu desejo, o meu empenho é que os portugueses se elevem por momentos acima das suas preocupações e pequeninos despeitos, para considerarem estes problemas que transcendem a vida de todos os dias e cuja correcta solução interessa ao futuro da pátria*».

Com este discurso, Oliveira Salazar reforça a sua confiança de aparecer, de falar em público. Na imprensa, as suas palavras têm destaque. Em *O Século*, todavia, sob a aparência de elogio, o discurso é havido como «*um certificado de bem-estar*»; e o *Diário de Lisboa* recorre ao subterfúgio de omitir o texto na edição normal e publica uma edição especial de muito poucos exemplares que não alcança o grande público. *O Sol* afirma que o chefe do governo vai iniciar uma nova política externa; e Serras e Silva, o velho amigo e protector de Salazar dos tempos de Coimbra, assina nas *Novidades* um artigo equívoco, lembrando que «*pouca gratidão merecerá quem não souber merecer amor*». Na massa da opinião pública, no entanto, o discurso restabelece a calma; e revigora a coragem entre os partidários do governo. Foi recuperada a *normalidade*. Passa em Lisboa o Cardeal Spellman, que há pouco subiu à púrpura, e Salazar oferece-lhe um almoço na sua residência, à Rua da Imprensa: e Spellman faz, num jantar do embaixador americano Baruch, o elogio público do chefe do governo. E depois, a 9 de Março de 1946, Salazar vai a Tancos. Carmona, cada vez mais frágil nos seus setenta e sete anos, está doente: e não pode comparecer. Salazar assite

a exercícios militares junto à Ribeira de Seival, visita a Escola Prática de Engenharia. Acompanham-no Santos Costa e Gomes de Araújo. Numa demonstração de apoio, estão os grandes nomes do Exército: Passos e Sousa, major-general; Barros Rodrigues, chefe do Estado Maior; Pereira Coutinho, governador militar de Lisboa; os directores das armas; os comandantes das corporações militarizadas; outros ainda. Almoça o chefe do governo com os oficiais, numa atitude de camaradagem. E diz: «*numa terra em que muita coisa está fora do seu lugar, é consolador assistir ao que assisti e ver que há muita gente que cumpre bem*».

9

Na superfície, a vida dos portugueses tornara à rotina. Estão longe de eliminadas as consequências económicas e sociais da guerra. Portugal dispõe de amplas reservas em ouro e moedas fortes; mas a crise que esmaga todos os países não permite a sua utilização em medida significativa. Há ainda escassez de alguns géneros, os preços não descem, a produção não ganhou o ritmo máximo. Mas a atenção da opinião pública é também distraída para novos sucessos. Plínio Salgado (1) vem a Lisboa proferir conferências que atraem audiências conservadoras. Dino Grandi (2) que há anos reside discretamente em Portugal, emerge como um fantasma dos tempos da guerra, e faz declarações de elogio à política de Portugal no conflito. Salazar recebe o jornalista inglês Randolph Churchill (3), e depois este, numa série de artigos na imprensa britânica, dá conta das suas entrevistas com o chefe do governo, e contrapõe o regime português aos sistemas

---

(1) Escritor e político brasileiro, considerado teorizador do monarquismo do Brasil.

(2) Recorde-se que, alta figura do fascismo, Grandi representara a Itália no Comité de Londres durante a guerra de Espanha e aí defendera energicamente Portugal. Grandi contribuiu depois decisivamente para a queda de Mussolini.

(3) Filho do antigo Primeiro Ministro britânico Winston Churchill.

totalitários. E Sir Samuel Hoare (1), que agora ascendeu ao pariato com o título de Lord Templewood, publica um volume descrevendo a sua *Missão em Espanha*, e faz revelações sobre o papel eminente de Salazar na conjuntura. Maior interesse, todavia, desperta a elevação ao cardinalato do Arcebispo de Lourenço Marques, D. Teodósio Clemente de Gouveia (2). Atribui-se a escolha do Prelado ao interesse da Santa Sé pela África portuguesa. E o governo resolve homenagear o novo purpurado. Na Sociedade de Geografia é organizada em 1 de Março de 1946 uma sessão: preside Carmona, já restabelecido: transborda a *Sala Portugal* de católicos e homens do ultramar: e Marcello Caetano, como ministro das Colónias, profere palavras de elogio do Prelado, de Carmona, de Salazar, do regime. É uma manifestação de apoio ao governo. Mas Salazar não está presente: escusa-se em carta a Marcello Caetano: não se quis «*aventurar*» porque não está a «*passar bem*» e receou «*os efeitos das grandes tonturas de cabeça*». No entanto, cinco dias mais tarde, Salazar surge em público. Em 22 de Março aporta a Lisboa uma esquadra britânica, do comando do Almirante Syfret. É política a visita. Abrem-se as portas da embaixada inglesa para um banquete em honra de Carmona e dos comandos da esquadra. Salazar comparece: está urbano, atento, afável, sóbrio na sua casaca. O'Malley elogia a neutralidade portuguesa e a colaboração que esta permitiu durante a guerra. Carmona afirma que «*continuamos inspirados nos mesmos ideais ao serviço da mesma causa*»

---

(1) Recorde-se que Hoare, antigo ministro dos Estrangeiros da Inglaterra, fora durante a guerra embaixador do seu país em Madrid, e nessa qualidade viera a Lisboa numerosas vezes para se avistar com Salazar, de quem colhia informações, e mesmo orientações para sua actividade em Espanha, na política de manter esta neutral.

(2) No mesmo consistório de 18 de Fevereiro, em que Spellman fora também designado Cardeal. No que toca a Portugal, esperava-se que fosse escolhido D. José da Costa Nunes, grande Prelado missionário, antigo Bispo de Macau e agora Arcebispo de Goa e Patriarca das Índias Orientais. Mas a Santa Sé deve ter receado melindrar a Índia, onde as reivindicações de independência eram já prementes; e também deve ter jogado a simpatia pessoal do Papa por D. Teodósio.

e considera a aliança luso-britânica uma «*instituição política e moral*».

Nos subterrâneos do dia-a-dia, contudo, há agitação e mal-estar. Entre os círculos do governo correm acusações, críticas: não é poupado, sobretudo, Luís Supico Pinto, ministro da Economia. Nível de preços, escassez de alguns géneros, dificuldades de abastecimentos, são atribuídos à actuação de Supico Pinto. Na campanha, embora de forma não ostensiva, salientam-se Marcello Caetano, Santos Costa, Botelho Moniz. Estes últimos parecem particluarmente activos; e Botelho Moniz, pela atitude que permite aos seus governadores civis, põe em causa as normas de racionamento. Cada região, com efeito, consumia o que produzia, sem observar aquele; apenas permitia que saíssem para outras áreas os excedentes; mas em troca destes pretendia o fornecimento do que lhe faltava. De tudo provinha algum desiquilíbrio, que afectava os preços; e a fiscalização era impotente para sustar e reprimir os abusos de especuladores que exploram a fricção entre os departamentos ministeriais. Além de tudo, estas dificuldades são aproveitadas pelos grupos oposicionistas. Não se extinguira o *M. U. D.*, na verdade, nem se dissolvera. Mantêm-se activas muitas das suas facções, em particular as de extrema-esquerda; algumas procuram contactos com o Chefe do Estado, que os declina; e em nome dos democráticos, Barbosa de Magalhães dirige àquele uma exposição escrita, reiterando as reclamações da campanha eleitoral. E enquanto a esquadra britânica está de visita a Lisboa, e pela cidade se espalham os seus marinheiros, o *M. U. D.* de novo procura apoio estrangeiro e ataca o governo. São distribuídos panfletos violentos. Escrevem: «*Por que é que as Nações Unidas desprezam a situação espanhola e portuguesa, esquecendo o perigo que isto representa para a paz da Europa e do Mundo? Porque é que elas realmente auxiliam os ditadores em vez de auxiliar o povo a libertar-se deles?*» E solicitam aos marinheiros ingleses: «*Levai este papel convosco! Mostrai-o aos vossos amigos! Auxiliai a formar uma consciência do perigo do fascismo na Europa!*» Não se deixam impressionar, todavia, os representantes britânicos em Lisboa, nem esfria a expressão das boas relações anglo-portuguesas. E através de tudo o *M. U. D.* tenta promover reuniões e conferências de propa-

ganda, e aliciar os meios fabris e rurais. Conseguem as autoridades, no entanto, desmantelar as sucessivas redes que se procuram organizar.

Oliveira Salazar, porém, mantém-se sereno: embora não haja ainda recomposto a sua saúde, retomou o domínio de si próprio. E está confiante: pensa que o estado de espírito europeu, a ocidente, se modificará: e que dentro de um ano, ou de dois, será maior a estabilidade social e política de cada país. De momento, há que governar na crise.

10

Preocupam Salazar novos problemas de política externa. Está em dissolução a velha Sociedade das Nações e há que transferir para o organismo de Nova-York o património daquela. Salazar pede a Caeiro da Matta que presida à delegação a deslocar a Genebra para o efeito; e Portugal vota também o fim inglório da Liga. E há graves problemas de navegação aérea. Com o fim da guerra, toma vulto a aviação civil internacional; e Lisboa, e os territórios portugueses disseminados pelo mundo, adquirem importância como pontos de escala, e suscitam as cubiças gerais. Está-se sobretudo perante o desejo americano, afirmado desde a conferência de Chicago, de dominar a aviação comercial; e Salazar procura resistir-lhe, e defender os direitos das pequenas potências, em particular das que, como Portugal, dispõem de posições estratégicas vitais. E é a Mário de Figueiredo, que já representara Portugal em Chicago, que Salazar confia o tratamento jurídico da matéria, coadjuvado no plano político por Vasco Garin, delegado do Ministério dos Estrangeiros. Mais perto, preocupa de novo Salazar o problema da Espanha. A Ocidente, impulsionada pela França, levanta-se a questão do regime político espanhol: há um sentimento contra o general Franco, considera-se essencial que a Espanha regresse a um sistema democrático. Partilham deste ponto de vista a Inglaterra e sobretudo os Estados Unidos, e estes propõem uma declaração conjunta sobre o assunto. Salazar sente-se preocupado: prevê a possibilidade de «*graves perturbações internas*» em Espanha, horroriza-o

a perspectiva de uma nova guerra civil naquele país. Acontece que acaba de chegar a Portugal o Conde de Barcelona, D. João de Espanha, pretendente ao trono espanhol; Salazar pensa que o facto dá «*possibilidades excepcionais*» de troca de pontos de vista sobre a restauração monárquica em Espanha; e tem receio de que esta solução, «*que continuamos a considerar mais conveniente para a Espanha e a tranquilidade da Península, fique comprometida*» com a projectada declaração. Mas os Estados Unidos, a França e a Inglaterra publicam a sua condenação tripartida. Madrid, por seu turno, faz saber a Salazar que considera inconveniente a presença do Conde de Barcelona em Portugal. Salazar esclarece que o pretendente tem um visto para três meses, e que não sabe se aquele deseja encurtar ou ampliar o prazo; e nenhuma pressão fará sobre D. João. Franco informa Salazar de que não deseja quaisquer conversas com o Conde de Barcelona, e de que não se propõe restaurar a curto prazo a monarquia em Espanha, que não teria apoio da opinião pública; e quanto ao exterior, «*nada se lhe dá da opinião pública mundial*», «*nem das posições dos governos estrangeiros*», «*nem até das pressões que possam fazer*», e «*dispõe-se a lutar e a resistir*». Salazar comenta: «*acho nesta política muito orgulho e pouca prudência, e continuo a crer que muito conviria Franco tivesse tudo preparado e disposto para uma crise que não pudesse vencer sem grande sacrifício da Espanha*». Franco, todavia, «*tem razão em pensar que, quando o mundo pede a monarquia em Espanha, no fundo deseja apenas uma monarquia bastante fraca e suficientemente parlamentar para não dar um passo e deixar-se vencer em pouco tempo pela onda extremista*». Por outro lado, do ponto de vista da defesa do Ocidente, Salazar considera que o regime de Franco dá sólidas garantias e, que «*nada de melhor há a esperar da monarquia*». Fica em suspenso o assunto e da vinda do Conde de Barcelona a Portugal nada resulta: mas está criado o Ocidente um problema espanhol. E de novo constitui cuidado para Salazar, noutro plano, a visita a Portugal de Winston Churchill: este não pode afinal aceitar o convite do ano passado: impediram-no dificuldades da política interna britânica: mas propõe-se vir passar quinze dias em Portugal entre fins de Outubro e inícios de Novembro: e só deseja descansar e pintar: poderá ser? Salazar

sugere a ideia de Churchill receber em Coimbra um doutoramento: «*Teria grande prazer em ser doutor de uma das mais antigas universidades do mundo*», responde Churchill a Palmela. Ajustar-se-á mais tarde o programa. Depois, são outras questões ainda em aberto que ocupam Salazar: a do efectivo abandono dos Açores por ingleses e americanos e a da entrada de Portugal nas Nações Unidas. No que toca à primeira, Salazar está apreensivo porque, se os britânicos estão prontos a devolver a base, os segundos mostram-se renitentes, e alegam agora necessidades militares derivadas da ocupação da Alemanha vencida e do estacionamento de tropas americanas na Europa: e as negociações prosseguem. Mas a admissão de Portugal nas Nações Unidas é para Salazar problema secundário: não lhe merece crédito a organização, nem se lhe afigura que venha a ser eficaz ou benéfica; mas é o governo de Washington, sequioso de preponderar no organismo, que pretende a entrada de Portugal, e nesse propósito insta em Lisboa para que seja apresentado o pedido português. E é o apelo feito ao mundo pelo Secretário de Estado Bevin: de harmonia com uma resolução adoptada pelas Nações Unidas, e consoante as recomendações da conferência sobre alimentação reunida em Londres, o ministro britânico solicita a todos os países que aumentem a produção de géneros alimentícios e se entreajudem: e dirige-se também ao governo de Lisboa. Salazar, a 2 de Abril, dá satisfação ao apelo de Bevin, em longa nota oficiosa. Há classes da população, diz o chefe do governo, que «*podem a si próprias impor-se como dever nada desperdiçar, nada consumir além do estritamento necessário ao seu sustento*». E «*desfeita a ilusão de que haviam de terminar com a guerra as privações*», a orientação a seguir tem de ser «*produzir e poupar*».

Mas justamente com a entrada do mês de Abril de 1946 inicia-se no país um ciclo de comemorações. Oliveira Salazar quer alhear-se de qualquer celebração: embora melhor de enxaquecas e tonturas, sente repugnância em estar em público, no contacto de multidões: e agora sofre de rouquidão, as cordas vocais não lhe permitem falar longamente e em voz alta. No entanto, os homens da *União Nacional* e as forças que apoiam o regime querem aproveitar o momento para uma manifestação de poder.

Em 27 de Abril, para vincar os dezoito anos que Salazar leva de governo, a *União Nacional* organiza sessões por todo o país. Destaca-se a de Lisboa, no Teatro da Trindade, com uma assistência que se derrama por toda a sala. É um comício: a atmosfera é de entusiasmo, de exaltação: desapareceram as inibições de há meses, as tibiezas do início da campanha eleitoral. Discursam grandes veteranos da política, como Albino dos Reis e João do Amaral, e outros mais recentes como Bustorff Silva e Quelhas de Lima, ou Augusto Cerqueira Gomes, que há pouco fora pela primeira vez eleito deputado. São vitoriados os nomes de Carmona e Salazar. E as folhas da Beira Alta, sucessoras das que há mais de trinta anos se regozijavam com os triunfos do *senhor padre Salazar* e do moço lente de Coimbra, voltam a manifestar o seu júbilo: são a *Política Nova*, de Viseu, e o *Notícias da Beira*, de Mangualde, e o *Beirão-Dão*, de Santa Comba, que exprimem o orgulho inspirado pelo seu patrício.

De permeio com as celebrações políticas, no entanto, interpõe-se uma outra, e essa é de carácter religioso. Para Maio, a 13, estão planeadas as cerimónias nacionais da coroação da Virgem de Fátima. Empenham-se em dar-lhes brilho e vulto o Bispo de Leiria e sobretudo o Cardeal Cerejeira. Porque devem constituir grande manifestação de fé, interessa-se o Vaticano; e para presidir às solenidades Pio XII designa como Legado Pontifício o Cardeal Aloisi Masella. Pretende o Patriarca de Lisboa, naturalmente, que seja numerosa a representação do governo, e elevada; mas nota reticências de parte oficial; e chegam-lhe rumores de que, não tendo a Igreja tomado partido nas eleições, e para evitar paralelos, não desejaria o Poder contribuir para o relevo das cerimónias. Fica Cerejeira agastado, e ferido; e escreve a Salazar uma carta, que é de afecto, mas de protesto também. E diz: «*Não posso crê-lo; e se te falo nisto é só por descargo de consciência, a evitar qualquer boato tendencioso*». E chama sempre Salazar à modéstia, à humildade cristã, e adverte-o: «*Mais do que ninguém precisas das luzes de Deus e da protecção de N.ª Senhora*» (1). Mas afinal a representação do governo agrada

(1) Por que é um documento de patriotismo e de fé, transcrevo na íntegra esta carta do Cardeal Cerejeira: «*António: De Roma perguntaram*

a Cerejeira: cinco ministros anunciaram a sua presença a título oficial. E quando o Cardeal Masella chega a Lisboa, a 10 de Maio de 1946, Salazar comparece no aeroporto a receber o Prelado; e este, por seu turno, transmite-lhe saudações pessoais de Pio XII. Depois, Salazar vai ao Seminário dos Olivais para cumprimentos

---

quais as pessoas dos altos poderes do Estado q. tomavam partes nas comemorações nacionais de Fátima. Respondi q. estariam o Ministro do Interior com a representação oficial do Chefe do Estado e o da Justiça com a do Governo, e q. além destes tomariam parte os Ministros da Guerra, e das Obras Públicas, q. eu sabia já tinham anunciado a ida ao Bispo de Leiria. Depois disto já ouvi q. iria também o da Marinha e alguns Sub-Secretários. Perguntaram-me ainda se tu irias. A isto não soube responder, senão que se não pudesses ir certam.e te farias representar. Estava tranquilo naquela resposta, quando alguém me trouxe esta informação anónima: q. só os dois primeiros apareceriam e os outros estariam incógnitos no meio da multidão. Não posso crê-lo; e se te falo nisto é só por descargo de consciência, a evitar qualquer boato tendencioso. Estão lugares reservados pa. as pessoas oficiais q. assistirem. Se ficassem vazios, eu ficaria mal por ter enganado (embora involuntàriamente) a Sa. Sé; e o Governo também ficaria mal, alheando-se significativam.e os seus membros de, estando presentes, tomarem parte nas manifestações certam.e mais numerosas e importantes da Igreja em Portugal, quando sem melindres assistem aí a qualquer desafio de foot-bal. Isto havia de magoar os católicos, q. se declararam no último censo 93 % de toda a população portuguesa. Em acto de tão transcendente significado nacional, e até internacional, suponho q. nos colocaria mal a todos. Mas tu certam.e te rirás da ingenuidade com que estou arrombando uma porta aberta, tomando a sério um mero boato descabelado. E agora permite ao amigo esta pergunta, q. não demanda resposta: e tu não poderás lá dar um salto no dia 13? Nossa Senhora tem-te protegido tanto até agora! Foste tu o escolhido pela Providência pa. realizares tão grandes coisas quase miraculosamente. Mas novos furacões se levantam diante do teu caminho e do de Portugal. Mais do que ninguém precisas das luzes de Deus e da protecção de N. Senhora, contra os perigos de toda a ordem q. te ameaçam e a todos nós, e para bem guiares o barco português nos difíceis caminhos do presente. Precisas de levar ao fim, na inteira fidelidade a ela, a missão que Deus te deu: na graça de Deus, na paz da tua consciência, na serenidade do teu espírito, na liberdade do teu coração. E o milagre de Fátima está à vista. Tu estás ligado a ele: estavas no pensamento de Deus quando a Virgem SS.ma preparava a nossa salvação. E ainda tu não sabes tudo... Há vítimas escolhidas por Deus pa. orarem por ti e merecerem pa. ti. Abraço-te afectuosamente, Manuel. — P.S. — Já depois de escritos os dois cartões anteriores, recebo do Bispo de Leiria a informação de que anunciaram a ida a Fátima os seguintes Ministros: Interior, Justiça, Colónias, Guerra, Obras Públicas, e

particulares ao Legado papal; e se não se desloca a Fátima em 13, vai despedir-se de Masella na partida deste. Salazar atravessa, aliás, um momento de pesar: morrera Jerónimo de Lacerda, o seu amigo do Caramulo. Mas conseguiria os seus objectivos a carta de Cerejeira.

Entretanto, os partidários do governo preparam uma outra celebração de tomo: numa quinzena cumprem-se vinte anos de Revolução Nacional, de Estado Novo, de II República. Designada pela *União Nacional*, uma comissão planeia os actos comemorativos de maior simbologia, e outras comissões estão empenhadas nos distritos e freguesias. De todo o país afluem assinaturas para uma mensagem de fidelidade e apoio a Carmona e Salazar. E o Chefe do Estado abre a invocação do 2 de Maio de 1926. Concede uma entrevista ao jornal *Vitória:* recorda os vinte anos de luta, o caminho percorrido: afirma que «o *pior está vencido*»: e apela para a unidade nacional. Depois, no Porto, é Marcello Caetano que profere uma conferência política. Carmona não pode presidir: sente extrema fadiga, depois da sessão na Câmara Municipal. Mas no Palácio da Bolsa congregam-se as forças vivas, a gente de consequência. Marcello Caetano faz o elogio de Carmona e de Salazar; vinca o papel desempenhado pelas forças armadas; recorda o drama do passado quando se sentia vergonha de ser português; lembra como o Estado Novo resolvera a *questão financeira*, a *questão económica*, a questão *administrativa*, *a questão social*, a *questão religiosa* (1); defende a obra realizada em vinte anos; e afirma que as instituições são as mais afeiçoadas aos problemas que o país enfrenta e ao carácter português. E conclui: «*Hoje como ontem, Portugal quer viver; hoje como ontem, Portugal quer o Estado Novo*». Tem repercussões no país a conferência de Marcello Caetano: é adoptada como uma peça de defesa da situação. Mas é para Braga que no dia seguinte, 28 de

---

o *Sub-Secretário da Assistência. Ao que disse anteriormente, acrescento q. me referia sobretudo às cerimónias do dia 13*».

Carta datada de 8-5-1946. Não encontrei entre os papéis de Salazar cópia de qualquer resposta.

(1) Aqui, na seriação dos problemas, Marcello Caetano parece ter-se inspirado em parte no discurso pronunciado por Salazar, em 9-6-1928, no Quartel General de Lisboa.

Maio de 1946, converge a alta roda da política. Depois de mil insistências dos seus mais íntimos, Salazar resolve comparecer: mas por não lho permitir a voz, previne que nada dirá em público. Chega a Braga antes do Presidente, e vai esperar este para lá do termo, às *Voltas*. Tomam os dois homens lugar em carro aberto, organiza-se o séquito, dirigem-se à cidade em festa. De todo o norte acorreu povo; há bandeiras, e arcos de boas-vindas, e gente pelas janelas; e há flores a submergir o automóvel presidencial. À Porta Nova estão o Arcebispo Primaz e os notáveis locais; e as charangas rompem com o Hino Nacional. E depois é igual como há dez anos. Pela Rua Nova, entre homens em armas e alas de arraia-miúda, segue o cortejo para o terreiro de Agrolongo, e é a missa campal perante a multidão. Finda esta, por locais da meia-idade — Rua do Santo, Largo do Barão, Campo de Santiago — Carmona e Salazar chegam à Biblioteca Pública. Há almoço oficial. Salazar não pronuncia para a assistência quaisquer palavras. É Santos Costa quem profere o discurso político. Recorda a afirmação feita por Salazar há dez anos, ali em Braga: findara a era da restauração, ia começar a do engrandecimento nacional. Mas acontecimentos superiores aos homens — guerra de Espanha, guerra mundial — haviam impedido o progresso do país ao ritmo de todos desejado. Não está esmorecido o ânimo, porém; e se se mantiver a unidade dos portugueses serão precisos apenas mais cinco anos para se atingir a era prometida por Salazar. E Santos Costa repete que «*Braga é a cidade santa da Revolução Nacional*». No regresso a Lisboa, Carmona é vitoriado em apoteose. E a imprensa desenterra uma parte da velha-guarda do *28 de Maio*, já aposentada no limbo da história: com relevo são publicadas palavras de Domingos de Oliveira, Vicente de Freitas, Daniel de Sousa e Lopes Mateus (1), a recordar os tempos remotos da chamada de Salazar ao poder.

(1) Recorde-se: Domingos de Oliveira fora o último chefe do governo da ditadura antes de Salazar; Vicente de Freitas antecedera Domingos de Oliveira na chefia do governo em que Salazar entrara definitivamente para as Finanças; Daniel de Sousa fora ministro da Guerra no primeiro gabinete de Salazar; e Lopes Mateus fora ministro do Interior e depois da Guerra com Domingos de Oliveira, e já portanto com Salazar nas Finanças.

De retorno a Lisboa, Salazar conclui um problema em aberto. Em 30 de Maio de 1946, é firmado acordo com ingleses e americanos: as bases de Santa Maria e das Lages são devolvidas à administração portuguesa em 3 de Junho. Por troca de notas com os embaixadores O'Malley e Baruch, é reduzido a escrito o resultado das conversas. Na data prevista, o general Spakman, pelos ingleses, e o coronel Agee, pelos americanos, entregam ao brigadeiro Sintra as bases açoreanas. Estas, nos termos do mesmo acordo, poderão ser usadas, sob superintendência portuguesa, por mais dezoito meses pelos aviões ingleses e americanos ao serviço das forças de ocupação na Alemanha e no Japão; mas o pessoal militar da Inglaterra e dos Estados Unidos terá de retirar dentro de cento e vinte dias. Com este resultado, cessa um pesadelo do chefe do governo: neste plano, fica liquidado o rescaldo da guerra para Portugal. Para celebrar o sucesso, Salazar convida para um banquete, nas Necessidades, os enviados britânicos e norte-americanos. Diz-lhes: as «*duas poderosas nações honram com simplicidade os seus compromissos, honrando o respeito que reivindicamos como devido a Portugal*». Em resposta, Baruch acentua que o governo americano «*está plenamente consciente do auxílio que lhe foi dado por Portugal durante a guerra*»; e O'Malley regista «*o grande auxílio prestado à causa aliada pelo governo português*». E no mesmo sentido, e pela mesma ocasião, se pronuncia Bevin ao anunciar nos Comuns a devolução das bases, vincando o alcance da aliança anglo-portuguesa, «*velha de seiscentos anos*». E para valorizar no plano político, entre os portugueses, os resultados obtidos, é publicado um *Livro Branco* contendo os documentos básicos das negociações durante a guerra. Marcello Mathias, que interinamente está como secretário-geral dos Estrangeiros, convoca uma conferência de imprensa: e difunde entre os jornalistas a colectânea de textos. De momento, reconhece-se que a política de guerra do chefe do governo constitui um êxito pessoal. E esta mesma nota é acentuada quando, em 5 de Julho, ocorre mais uma data de relevo político: Salazar cumpre 14 anos na chefia do governo. Albino dos Reis resume num artigo os sentimentos dos partidários do regime: «*Salazar, sim, é ainda, depois de catorze anos, o voto da Nação*».

Enquanto se processam as negociações que levam à devolução das bases dos Açores, americanos e ingleses reiteram o empenho noutro problema: o da admissão de Portugal nas Nações Unidas. Sem embargo do carácter universal que se pretende atribuir à organização de Nova-York, e da sua vocação estatutária nesse sentido, e não obstante o mito generalizado de que o novo organismo será pródigo em benesses para a humanidade, Salazar está céptico, e até receoso. Pensa ser inviável uma estrutura supranacional, um governo do mundo; e julga que as Nações Unidas, se não forem dominadas por uma potência ou grupo de potências, reflectirão somente os interesses dos mais fortes com prejuízo dos mais fracos. Americanos e ingleses, todavia, invocam a urgência de reforçar, perante a agressividade da União Soviética, a posição dos países ocidentais na ONU; e consideram que Portugal é elemento de valia. Para obter a sua entrada, Washington e Londres prometem em Lisboa pôr em jogo a sua capacidade de manobra política e o seu prestígio. Com reluctância, Salazar, após decisão do Conselho de Ministros, manda apresentar em Nova York, em 3 de Agosto de 1946, o pedido de ingresso de Portugal na ONU (1). Gratos, os Estados Unidos multiplicam-se em gestos de cordialidade. Para a exprimir, e para frisar com a anterior visita da esquadra britânica, vem a Lisboa uma poderosa armada norte-americana. E o governo português corresponde ao gesto: aos almirantes Hewitt e Cassady e seus oficiais, Salazar oferece um almoço em Sintra; Carmona recebe-os para uma festa no Palácio de Queluz; há uma tourada à velha moda portuguesa, a que Salazar comparece; e no banquete na embaixada americana, Carmona e Salazar trocam com Baruch e os almirantes saudações e cumprimentos de intimidade. E aos jornalistas que na altura se deslocam a Lisboa, o chefe do governo declara que o pedido português para entrada na ONU se filia na doutrina da Constituição: esta preconiza a arbitragem como forma de dirimir conflitos internacionais, impõe a cooperação de Portugal com outros Estados, e consagra como limites à sobe-

(1) Salazar está consciente de que a Rússia se oporá à admissão de Portugal, e assim o diz aos Estados Unidos. A apresentação do pedido português foi combinado com o da Irlanda.

rania do país a moral e o direito. Mas Salazar deixa cair uma palavra de dúvida prudente: se Portugal não for admitido, será porque a ONU «*se encontra ainda numa fase da sua vida em que o direito de entrada das nações pacíficas não é claramente reconhecido*». E a revista americana *Time* dedica a Portugal e ao chefe do governo uma extensa crónica: alude a aspectos positivos, acentua ou avoluma os pontos negativos do regime: e para a *Time* Salazar é «*o decano dos ditadores da Europa*». E por entre o texto está uma fotografia: romanticamente sentados, frente a frente, Salazar e Carolina Asseca. Em Londres, Churchill diz a Palmela que se apresta para ir a Portugal: quer ver Salazar, percorrer a zona da Batalha do Buçaco, observar as linhas de Torres, e pintar.

11

Entra o verão, Salazar acolhe-se no Vimieiro. Tem o propósito de prolongar a sua estadia, refazer-se enfim da sensação enfermiça que o persegue. Mas está em contacto diário com Lisboa, em particular como o ministério dos Estrangeiros. Segue os debates na ONU. Com surpresa, vê que a Noruega apresenta uma proposta para que Angola seja transformada numa pátria judaica. Sem espanto, é informado de que, embora a maioria do Conselho de Segurança favorecesse a entrada de Portugal na organização, a União Soviética opusera o seu veto, e a Polónia também se pronunciara contra o pedido português. De harmonia com a nova política antiportuguesa adoptada por Estaline, a delegação russa declara agora que não aprova o governo de Lisboa: considera que este teve durante a guerra entendimentos íntimos com o *Eixo*; e, além do mais, a União Soviética não tem relações diplomáticas com Portugal. Salazar faz difundir em Lisboa, a 4 de Setembro de 1946, uma nota oficiosa: fora a pedido da Inglaterra e dos Estados Unidos que havia sido solicitada a admissão de Portugal; aquelas duas nações pareciam confiadas no seu poder e na colaboração russa; mas, perante o veto soviético, o governo português «*não está arrependido de ter solicitado a admissão nem*

pesaroso de não entrar»; e, «*pelo contrário, orgulha-se de ter contribuído para desfazer equívocos em que aquelas duas nações, e muitas com elas, parecem laborar*». Maior cuidado, todavia, sente Salazar pela situação interna. De Lisboa e do Porto, visitam-no os íntimos; e todos lhe dão conta do estado de espírito do país. Tornaram as divisões e as dúvidas aos círculos situacionistas. Fervilham as críticas: do funcionalismo público, civil e militar; dos meios patronais, que alegam limitações aos negócios; dos meios operários, que reclamam aumento de salários; e do público em geral, que pensa ser tempo de cessarem faltas e restrições. E outras críticas encontram o seu apoio em Santos Costa, ministro da Guerra, e em Botelho Moniz, ministro do Interior: nem um nem outro poupa o governo: e de novo dirigem os seus ataques ao sector da Economia, de que é responsável Luís Supico Pinto. Vítima do condicionalismo do após-guerra, lutando com falta de transportes, rarefacção de mercados externos, débil poder de compra internacional, escassez de bens de equipamento e de matérias primas, Supico Pinto é havido por culpado das dificuldades gerais. Também Marcello Caetano não se acanha de o sublinhar. Do mesmo passo, Santos Costa viaja pelo país, desloca-se aos Açores; Botelho Moniz percorre o norte; e se o primeiro recebe os altos comandos, que sem prejuízo da reafirmada fidelidade apresentam publicamente as suas reclamações pela voz do general Pereira Coutinho, o segundo recolhe as homenagens dos governadores civis em banquete que estes lhe oferecem. Na opinião pública, cria-se a ideia de que há da parte de ambos uma actividade política autónoma. Supico Pinto está ferido, quase exasperado. Visita Salazar no Vimieiro; dá-lhe conta das críticas, dos ataques; confessa que chegou ao fim a sua paciência; e solicita a demissão. Salazar está calmo, desapaixonado. E diz a Supico Pinto: «*o senhor é ingénuo, está enganado, as críticas são contra si, mas é a mim que procuram atingir*». E abre-se com o ministro: tenciona fazer uma crise de governo nos inícios de 1947: é seu propósito abandonar o ministério dos Estrangeiros e ocorreu-lhe que Supico Pinto poderia suceder-lhe naquele departamento: até então haveria que ter paciência, calma. Supico declara-se disposto a aceitar os Estrangeiros. Mas a outros homens o chefe do governo desabafa no

plano pessoal: está farto, está saturado, pesa-lhe o fardo do poder: por que não há-de abandoná-lo? Para mais, a oposição torna à ofensiva, e no domínio que mais fere o chefe do governo: o da política externa. Porque, com efeito, o veto soviético é agora explorado internamente, Circula um manifesto da oposição: acusa-se o governo de provocar o isolamento do país; afirma-se o direito de Portugal estar representado na ONU; esse direito não está sendo exercido por culpa do governo; e o facto não se verificaria se o Estado português se integrasse numa ordem democrática, de harmonia com as tradições liberais. Embora houvessem sido as democracias ocidentais a patrocinar a candidatura portuguesa, o manifesto infere do veto russo uma preocupação de Moscovo por instituições portuguesas democráticas. E estes sentimentos da oposição são agravados pela visita das esquadras inglesa e americana: Londres e Washington haviam abandonado a causa da liberdade em Portugal: e a visita fora uma «*traição*».

Nos inícios de Outubro de 1946, Salazar está entregue às suas vindimas. Mas na mardugada de 9 para 10, Santos Costa telefona de Lisboa: uma formação militar, em atitude de sedição, saíra do Porto para o sul: e não sabia ainda a amplitude do movimento nem os seus objectivos. Salazar regressa precipitadamente a Lisboa, de automóvel. Entretanto, Santos Costa determinava as disposições militares adequadas: às guarnições de Coimbra, Tomar, Aveiro e Figueira da Foz foi ordenada a intervenção para deter os revoltosos: e em Lisboa eram adoptadas precauções pelo governador militar. Apurava-se ao mesmo tempo que se tratava de forças do Regimento de Cavalaria 6, do Porto, num total de setenta elementos, a que se haviam juntado oficiais milicianos e outros afastados do serviço. No ministério do Interior, Botelho Moniz parece desalentado. Salazar e Santos Costa, porém, não hesitam, nem tergiversam. Vão ao encontro dos sublevados as forças da 2.ª Região Militar, e barram-lhes o caminho perto da Mealhada: e aqueles rendem-se sem luta. Durante o dia 10, o governo interrompeu as comunicações telegráficas e telefónicas no país, e com o estrangeiro; e são mantidas de prevenção as forças militares e de segurança pública. Na noite de 10, Salazar publica uma nota oficiosa, que assina, dando conta do

episódio. São feitas algumas prisões, e é designado o coronel Pinheiro Coelho para apurar responsabilidades.

Na superfície não se altera a vida dos portugueses, mas correm no país interpretações desencontradas. Não se sabe se fora acto isolado de alguns oficiais, ou um plano que envolvesse o conjunto das forças armadas, e que houvesse falhado. Das investigações parece de concluir pela primeira hipótese; mas o governo fica na dúvida. Em sucessivas reuniões, os grandes nomes das forças armadas conferenciam para apreciar o incidente e o momento político; Carmona usa do seu prestígio junto dos círculos militares, e do respeito e carinho que estes sentem pela sua figura; e os altos comandos significam ao Presidente da República e ao chefe do governo o seu apoio. Mas do incidente fica um travo amargo, que agrava o estado de espírito da opinião pública. No estrangeiro, são largas as repercussões. Para alguns, o regime entrou no seu «*crepúsculo*»; para outros, Salazar é agora a «*sombra de um ditador*»; e para muitos está aberta a sucessão do chefe do governo. Aventam-se hipóteses neste particular: Botelho Moniz seria o homem escolhido por Carmona; ou o próprio Chefe de Estado assumiria o poder executivo, durante algum tempo; ou chamaria Tito de Morais, para preparar uma transição; ou o extremismo radical apoderar-se-ia do governo. Em França, José Domingues dos Santos é entrevistado por alguns jornais menores: ataca com violência o governo de Lisboa, afirma que este «*chegou ao fim*», e defende a «*federação ibérica*» como destino de Portugal. Se estas são as reacções da esquerda europeia, é outro o pensamento da imprensa moderada e dos círculos de governo. Desde a *Tribune des Nations* ao *Monde* e ao *Times*, não se considera que Salazar esteja no termo do seu governo, salvo por vontade própria. E Clemente Attlee, Primeiro Ministro britânico, aceita um convite de Domingos Palmela para celebrar na Sociedade Anglo-Portuguesa, em Londres, a «*velha e resistente aliança*». Salazar envia uma mensagem de saudação. E o couraçado *Richelieu*, em representação de uma marinha francesa que se refaz, vem a Lisboa em visita de cortesia.

Sobrevindo um ano após a última campanha eleitoral, o episódio da Mealhada constituiu um abalo político. Grupos e fac-

ções voltam a agitar-se. Procuram os monárquicos reorganizar-se, num espírito de maior coesão e eficácia; correm mesmo rumores de que o seu candidato ao trono português não seria já D. Duarte de Bragança mas D. João de Espanha (1); *A Voz* repudia com indignação o boato; e a obediência ao príncipe português, havido por único rei natural, é reafirmada. Aliás, a queda da monarquia na Itália desanimara os monárquicos portugueses (2). Entre as facções do *M. U. D.*, todavia, apenas num ponto havia convergência: derrubar o regime. Para além deste aspecto, surgia desde logo a luta; e, segundo o *Sunday Times*, estavam prontas a trair-se uma às outras na primeira oportunidade. Seria esta a explicação da falência do episódio da Mealhada: dado o sinal de revolta às três da manhã, todas as unidades implicadas ficaram inertes na expectativa da actuação das demais. E estão inquietos os dirigentes da *União Nacional:* desde Fevereiro nada de substancial e esclarecedor é dito à opinião pública: e todos estão aterrados e perplexos pelo desapego e apatia de Salazar.

Deste sentimento surge a ideia de uma *Conferência* da *União Nacional*, que Salazar aprova, e encontra em Ulisses Cortês o seu animador entusiasta. Destinar-se-ia a recolher críticas e sugestões, e a ilucidar os responsáveis principais. Mas é indispensável que o chefe do governo se dirija à *Conferência*, e a estimule. Salazar recusa: não pode, o seu estado de saúde não lho permite, é uma violência o que pretendem. Insistem os íntimos, os colaboradores mais chegados: Mário de Figueiredo, Costa Leite, Ulisses Cortês, Marcello Caetano, afirmam serem imperiosas a presença e a palavra de Salazar: de outra maneira, será preferível não prosseguir com a ideia. Salazar acaba por anuir.

No liceu Filipa de Lencastre, em 9 de Novembro de 1946, abre-se a *Conferência*, em reunião plenária. Estão os veteranos, a guarda antiga, desde Albino dos Reis e Mendes do Amaral a José Alberto dos Reis; pelo governo, Marcello Caetano e Botelho Moniz; e dirigentes locais da metrópole e do ultramar.

---

(1) O pretendente ao trono espanhol, o Conde de Barcelona D. João, acaba por estabelecer por esta altura residência em Portugal.

(2) O antigo rei de Itália, Humberto de Saboia, veio também fixar residência em Portugal.

Salazar comparece, como prometera, e inicia a *Conferência*. São de preocupação e ansiedade os tempos que correm, diz o chefe do governo aos conferencistas, e muitos julgam descobrir no verbalismo actual os dogmas salvadores; mas tem-se assistido, mercê desse equívoco, a horrores que nem se filiam em princípios do passado nem definem ideais do futuro. Não há dúvida, no entanto, que vai surgir uma sociedade diferente: não podendo em grande parte ser refeito o que se destruiu, há que substituí-lo. Como? E quanto a Portugal? Para os portugueses, tudo parece assumir natureza política, ainda que seja puramente técnico, ou moral, ou desportivo, ou cultural; e, embora lamentando-o, há que partir desse facto. E por isso cumpre perguntar: teriam as actuais instituições encarado bem o problema político? Por mais de um critério se pode este aferir: sendo de excluir a unanimidade em torno de uma solução, porque jamais a obteve algum regime, os monárquicos darão uma resposta, e os comunistas outra diversa, e os adversários da situação não haverão por resolvido o problema sem que vinguem os seus pontos de vista. De modo que parece preferível apurar se existe um governo estável, aceite pela massa dos cidadãos, e que lhes defenda liberdades e interesses essenciais. Em suma: que torne possível o «*progresso na paz*». Ora «*não é discutível se gozamos de um e da outra em Portugal nos últimos vinte anos*». Mas a solução encontrada não terá de ser substituída em face das transformações políticas em outros países? Para alguns, dir-se-ia indispensável seguir os demais: por espírito de imitação, deficiente análise dos acontecimentos, gosto de novidade e até porque o próprio bem cansa o coração humano. A verdade é que, entre as virtudes do português, «*não se conta uma forte independência mental*», e Portugal parece sempre submetido ao «*jugo das concepções alheias*». Se a última guerra foi conduzida à sombra de uma bandeira, isso não significa que a ideologia fosse a mesma em todos os campos; e «*já nem mesmo se sabe o que deve entender-se por democracia*». Neste após-guerra, dois factores emergem: a deslocação do poder político internacional; a ascensão das massas ao bem-estar, à segurança, à actividade política. Esmagados o Japão e a Alemanha, e empobrecida a Inglaterra embora vito-

riosa, dois grandes poderes surgiram para a hegemonia mundial: os Estados Unidos e a Rússia. Subiram os Estados Unidos à eminência da cena internacional pelos seus recursos, pelo mérito próprio; a Rússia elevou-se a um papel de destaque, não só pelo seu valor ofensivo e de organização, mas também por «*uma capacidade de deliberação e de execução com que outros não podem competir*», e por não ter em conta a sua opinião pública, e ser «*fonte viva duma ideologia ou mística que se pretende universal, portadora de uma mensagem de libertação de todos os povos*». Talvez a União Soviética seja pacífica: mas «*quando se compara a vastidão do seu território e recursos de população e riqueza, com o fio de pequenos países seus vizinhos na Europa, não se pode deixar de sorrir ante a insistência com que tem feito aceitar as imposições do seu direito de defesa*». E o certo é que «*a Rússia tem hoje todas as possibilidades de dominar inteiramente a Europa e pode fazê-lo sem que a maior parte dela possa sequer lutar*». Ora acontece que a Europa se bateu para rejeitar uma «*nova ordem*» de concepção germânica; e no entanto as ruínas que ficaram estão à mercê da «*nova ordem comunista*», que é «*exclusiva e inconciliável com o conceito de civilização de que se orgulham as outras hegemonias*». Por isso, «*a Europa tem de escolher*». E, em face de todos estes problemas transcendentes, para alguns portugueses «*o remédio mais imediato é a existência de três, seis ou dez partidos, um parlamento tumultuoso e um governo paralizado pela pressão de elementos contraditórios*»: assim verifica «*com profunda tristeza a cegueira dos homens*». E quanto à ascensão das massas? Não é exacto que o fenómeno seja resultado da guerra, embora esta o tenha apressado; e a sua raiz deve buscar-se na desmoralização das élites e na supremacia do número. Decerto: o Estado moderno tem de ser social: ninguém discute a necessidade de «*melhor distribuição da riqueza produzida*» e a «*admissão da generalidade dos indivíduos aos benefícios da civilização*». Qual a melhor forma de o conseguir? Qual a «*melhor forma de representação e de defesa dos trabalhadores no Estado?*» Demonstra a experiência que não constitui solução satisfatória o sistema parlamentar, nem mesmo através de um partido socialista apoiado numa organização sindical paralela porque, tendo aquele de se ocupar do conjunto

dos problemas nacionais e não apenas das reivindicações de classe, o interesse do operariado deixa de ter prioridade e logo se rompe o paralelismo. Afigura-se assim que mais se ajustará ao problema um tipo de Estado «*no qual o conjunto dos interesses da Nação, integralmente organizados, tenha representação efectiva e directa por intermédio dos próprios interessados*». E é isto «*que pacientemente temos procurado fazer*». E nesta altura Salazar intercala um parêntese no seu discurso: morrera há pouco um homem de «*grande inteligência e de primores de carácter*»; fora ministro da Instrução no sistema democrático; porque havia sido seu professor, Salazar visitara-o um dia em que descera a Lisboa; e encontrara esse homem, no seu gabinete, lacerado de desânimo e a dizer que «*não, não se pode fazer nada*» (1). Esse homem, por disciplina partidária, aceitara «*esta coisa horrível que é o sacrifício do valor próprio à inutilidade total*». É para esse sistema que alguns pretendem tornar? Seria «*desassisado*». E Salazar conclui: «*sobretudo, não percamos o ânimo nem a serenidade neste tormentoso mar de paixões e sejamos prudentes. Tempos houve em que os portugueses se dividiam acerca da forma de melhor servir a Pátria; talvez se aproximem tempos em que a grande divisão, o inultrapassável abismo há-de ser entre os que servem a Pátria e os que a negam*». E com este discurso, Salazar desmente os rumores de doença grave e irremediável, mostra-se consciente das realidades que o cercam e capaz de as analisar, mais uma vez inspira confiança e ânimo aos seus partidários, e imprime à acção destes uma directriz.

Depois, a *Conferência* debate os problemas da actualidade portuguesa. Ventilam-se as dificuldades da agricultura, do comércio, da indústria, dos abastecimentos, dos preços. Luís Supico

---

(1) Não lhe citou o nome, mas Salazar referia-se a Alberto da Cunha Rocha Saraiva. Nome hoje muito esquecido, salvo talvez na memória dos seus antigos alunos — eu fui seu aluno durante dois anos — Rocha Saraiva foi das inteligências mais lúcidas, dos expositores mais claros, dos dialectas mais poderosos, dos espíritos mais excelsos que jamais terão passado pela Faculdade de Direito de Lisboa. Sem prejuízo das suas convicções democráticas, Rocha Saraiva tinha por Salazar, no plano pessoal, a mais alta admiração.

Pinto dá explicações minuciosas. Usa-se da mais lata liberdade: não se poupam críticas ao governo, à administração. E a *Conferência*, após uma sessão de cinema no S. Luís e cumprimentar o Presidente da República, encerra-se com uma intervenção de Marcello Caetano. Este passa em revista a situação interna e externa, defende a obra realizada, mostra os perigos de desvios na doutrina e na acção. Tem êxito. Carmona e Salazar felicitam-no.

12

Entre fins de 1946 e princípios de 1947, Carmona está enfermiço, mas a remodelação do governo é o cuidado prioritário de Salazar. Assentou em abandonar os Negócios Estrangeiros: os problemas agudos ficam para trás: e não dispõe de forças para o dia-a-dia das Necessidades. Mas este problema está resolvido com a saída de Luís Supico Pinto da Economia para os Estrangeiros. Obviamente, Júlio Botelho Moniz não pode ser mantido no Interior: foi mais do que frouxa a sua acção na campanha eleitoral de 1945: e está incompatibilizado com os meios políticos, que não quis ou não soube cativar. Por outro lado, Moniz é havido como *homem* de Santos Costa; e demitir aquele será desagradar a este e talvez criar um atrito com as forças armadas. E há o problema de Marcello Caetano. Este tem sido crítico da *União Nacional*, cujos dirigentes responsabiliza pelas dificuldades políticas, pela frouxidão do contra-ataque na campanha eleitoral, pela falência em ligar o governo com a opinião pública. Atenta a idade de Carmona, e seu estado de saúde, em qualquer momento pode abrir-se uma campanha presidencial e, em todo o caso, esta haverá de realizar-se dentro de ano e pouco. Decerto a oposição apresentará um candidato seu: e não se pode repetir a surpresa e a impreparação de 1945. E há que tomar pelo seu valor as acusações de Marcello Caetano: se tanto criticou, será porque sabe fazer melhor: e portanto, para evitar que amanhã possa de novo alegar faltas e insuficiências de outros, convém prendê-lo à responsabilidade das suas palavras. Deste ponto de vista, está indicada para Marcello Caetano a presidência da Comissão Executiva da *União Nacional*. Politicamente, justifica-se a escolha

pela repercussão do discurso que aquele pronunciará no fecho da *conferência* recente; e trata-se apenas de encontrar a fórmula de apresentar o problema. Salazar troca impressões com Albino dos Reis; a ideia espalha-se nos círculos políticos; e Salazar convoca Marcello Caetano e formula o convite. Este aceita. Fica livre a pasta das Colónias. E há que substituir Botelho Moniz sem ferir as forças armadas; Salazar oferece a este os negócios ultramarinos; mas Botelho Moniz recusa. Há assim três pastas fundamentais a preencher: Economia, Interior, Colónias. Salazar aconselha-se amiúde com Albino dos Reis, e também com Marcello Caetano, uma vez que este vai encarregar-se da *União Nacional*. Para a primeira, convida Daniel Barbosa, que está como governador civil da Madeira; para o Interior, vai buscar às Obras Públicas o engenheiro Cancela de Abreu, que tem relações de amizade com Marcello Caetano; e para as Colónias dirige-se a Teófilo Duarte (1), que Marcello Caetano recomendara, e que também aceita. Mas com estas conbinações Salazar desguarnecia as Obras Públicas e Comunicações. É a pasta desdobrada, todavia, e enquanto faz ascender às Obras Públicas o engenheiro José Frederico Ulrich, até agora sub-secretário, escolhe para as Comunicações o sub-secretário da Guerra, Manuel Gomes de Araújo. Está completa a remodelação do gabinete. Para o *Diário do Governo* são enviados os decretos nomeando os novos membros e exonerando os cessantes. Mas então intervém Santos Costa: este não esconde os seus reparos à nomeação de Supico Pinto para os Negócios Estrangeiros. Santos Costa alega que a escolha representa a promoção de um homem que, além de impopular, se incompatibilizou com os militares; realizada simultaneamente com o afastamento de Botelho Moniz do Interior, constitui uma afronta às forças armadas; e criar-se-ia nestas um estado de espírito cujas consequências podiam ser graves. Salazar fica perplexo,

---

(1) Teófilo Durte fora sidonista exaltado, e antigo governador de Timor; e depois preso e condenado sob o governo de José Relvas. Pouco antes de nomeado ministro, era acentuada a sua hostilidade a Salazar. Procurára mesmo aliciar Santos Costa para uma qualquer acção. Santos Costa cortou relações com Teófilo Duarte, e manteve o corte mesmo quando este fez parte do governo.

e hesitante; e ouve os seus conselheiros (1). Estes receiam a advertência de Santos Costa. Exceptua-se Albino dos Reis: o convite a Supico Pinto fora feito; o decreto de nomeação está lavrado; um soberano não volta atrás na palavra dada; e portanto aquela é de manter. Salazar inclina-se para o parecer da maioria, e sacrifica Supico Pinto. Decidido a abandonar os Estrangeiros, no entanto, solicita a Caeiro da Mata, personalidade neutra sem malquerenças, que tome aquela pasta; e porque assim Caeiro deixa a Educação Nacional, para esta Salazar convida Fernando Pires de Lima, professor de Coimbra. Salazar sente-se, porém, coagido; e tem de dar uma explicação a Supico Pinto. Com grande dignidade, e surdo pesar, escreve-lhe uma carta serena de homem magoado. Diz-lhe: «*Esta carta vai ser uma surpresa e causar-lhe um certo descontentamento, mas a minha confiança na sua compreensão é absoluta e por isso lha escrevo com tranquilidade. A recomposição em que venho trabalhando teve de sofrer um desvio da linha primitivamente traçada, em virtude de o Ministro do Interior recusar passar para a pasta das Colónias, como empenhadamente lhe pedi. Essa recusa provocou um desiquilíbrio que me obrigou a mudar de orientação e a solicitar ao Doutor Caeiro da Matta para tomar conta dos Estrangeiros. Não me esqueço porém das suas preferências e qualidades e em harmonia com umas e outras se procederá mais adiante como as circunstâncias permitirem. Embora nestes trabalhos nada deva considerar-se definitivo senão o que aparece no D. do Governo,*

---

(1) Entre os «*conselheiros*» que Salazar quis ouvir, figura Mário de Figueiredo. Neste particular, a carta seguinte é expressiva: «*Meu caro Mário: Três assuntos de uma vez só. Não te envio cumprimentos pela nomeação para a J.N.E.* (Junta Nacional de Educação) *porque, tendo sido ouvido e achado no caso, me pareceu isso artificioso; estou em trabalhos de recomposição do governo e gostava de te ouvir «coisas». Como certamente não faltas ao foot-ball amanhã, a tarde deve considerar-se perdida, e por isso se pudesses vir de manhã, 11,30 — meio dia, eu agradecería muito. Tenho de reorganizar a comissão executiva da U.N. e como não será presidente um deputado que pudesse exercer a liderança, como dizem os nossos amigos brasileiros, tens de ir preparando o teu espírito para fazeres de líder da Assembleia, a sério. Parece que não se podem dizer mais coisas em menos linhas. Até amanhã. Mto. amigo e g.to, Ol. Salazar*». Carta de 25-1-1947.

em todo o caso eu tinha para mim próprio assente num certo caminho que me custa abandonar por muitas razões. Espero que o caso não tenha importância para a sua vida; em qualquer caso sabe que pode contar sempre com a minha gratidão e estima» (1). Apenas agora fica solucionada a crise aberta por Salazar. E em 4 de Fevereiro o *Diário do Governo* publica o elenco do novo gabinete (2).

Não chega ao conhecimento da opinião pública a luta travada nos meandros do poder. Mas nos círculos próximos deste não é despercebida a pressão sobre Salazar; e os mais avisados, embora na ignorância dos factos, compreendem que *alguma coisa* se passara. Pela primeira vez, sofrera uma limitação a vontade de Salazar; pela primeira vez, em matéria de política interna, fora contrariada uma decisão do chefe do governo e este havia sido desviado do caminho que se traçara; e pela primeira vez

---

(1) A esta carta responde Supico Pinto de forma igualmente digna, e de absoluta isenção. Por que lança luz sobre o temperamento dos dois homens, transcrevo-a na íntegra. Diz Supico Pinto: «*Senhor Presidente: Compreendo perfeitamente as razões que levaram V. Exc.ª a alterar o rumo primitivamente traçado quanto à recomposição ministerial. Na minha vida pública só me tenho norteado pelo desejo de servir com fé, com entusiasmo, dedicadamente. Esta alevantada noção da obrigação de servir leva-me a reconhecer, em consciência e sem contrariedade, que os interesses da política da Situação não coincidem neste momento com a posição pessoal que V. Ex.ª me tinha indicado e a que, confesso, já estava intimamente apegado. Saio do Governo sem qualquer amargura, tenho a consciência de ter posto todos os meus fracos préstimos ao serviço do País e de ter velado, em todas as emergências, pelos negócios do Estado que me estiveram confiados. Retiro-me convencido de ter sido sempre justo e recto, e ràpidamente esquecerei — se já deles não me esqueci — os agravos de uns e as críticas de outros. A terminar, Senhor Presidente, peço-lhe que acredite na minha profunda afeição e estima, e permita que lhe agradeça todas as provas de amizade e de carinho que me deu durante estes anos em que tive a honra de ser directo colaborador de V. Ex.ª. Maior recompensa não poderia esperar*».

(2) Com as alterações ministeriais foram feitas algumas modificações nos subsecretariados de Estado: Lopes da Silva substitui Gomes de Araújo na Guerra; Veiga da Cunha sucede a José Frederico Ulrich nas Obras Públicas; José Correia de Barros rende Castro Caldas no Comércio e Indústria. Os restantes continuam com os ministros que se mantêm, ou são reconduzidos com a anuência dos novos ministros.

a sua intangibilidade fica maculada, o seu prestígio pessoal está embaciado. Do episódio extraem os íntimos da política a conclusão implícita: o *poder* não é detido por um só homem, o *poder* é partilhado. Cumpre agora averiguar qual é e onde reside, no momento, a realidade do poder. Em Salazar, sem dúvida, e na parte maior: o apoio que recebe na opinião pública, a sua personalidade, o peso de uma força que já vem de longe, mantém Salazar como figura central. Mas onde estão outras fracções daquele poder que impediram o chefe do governo de escolher livremente, e segundo o seu juízo, os ministros que lhe parecem indicados? Em Santos Costa? Este tem atrás de si uma obra: fora a alma da reconstrução e rearmamento das forças armadas: transformara estas num corpo disciplinado e eficiente: e, não obstante haver criado inimigos por autoritarismo excessivo, encabeça a expressão política dos círculos militares. E terá Santos Costa ambições políticas pessoais? Há dúvida na resposta à pergunta; mas a possibilidade da sua formulação indica que novo sol pode nascer e faz reflectir os espíritos, e atrai alguns elementos para a órbitra do ministro da Guerra. E residirá uma fracção do poder em Marcello Caetano? Este ensinara já uma geração de novos, tem nome conhecido no país, e são claras as suas ambições políticas; e muitos imaginam que a sua escolha para a *União Nacional*, numa conjuntura difícil, significará a sua designação indirecta como sucessor de Salazar. Na roda política, deste modo, põe-se um problema de *delfinato* do regime; e esboça-se uma luta pelo poder. Do facto tem Salazar nítida consciência, e é com fastio que encara a situação. Diz a Mário de Figueiredo que se considera diminuído, e que portanto não verá com clareza as realidades da política; mas entende ter sido desastrosa a solução da crise; e concluídos os trabalhos para a próxima eleição presidencial, e eleito novo Chefe de Estado, propõe-se abandonar definitivamente a vida pública. E entre os colaboradores mais directos de Salazar a sensação é de desgosto. Supico Pinto escreve a Pedro Theotónio: «*Não julgo mal o Dr. Salazar. Tenho pena dele, que está nas mãos de um grupo, que o obriga a tomar uma decisão contrária à sua vontade e à sua palavra*»; mas «*tenhamos paciência e continuemos a ajudar o Dr. Salazar*». E Pedro Theotónio, que de Madrid passara a

embaixador no Rio de Janeiro, manifesta do Brasil o seu pesar. Comenta a crise: «*O que mais me aflige nisto tudo é a evidência de ter sido panela mexida por muitos e mal mexida de todas as formas. Há uma quebra de prestígio que me enche de tristeza, para não dizer de ansiedade. O que se passou veio convencer-me que há quebra de autoridade e manobras de divisão mais poderosas do que aqui de longe poderia esperar*». E acrescenta: «*Não conheço os antecedentes, nem sei até que ponto o nosso Amigo é plenamente responsável pelo que aconteceu. Mas não é homem para se deixar conduzir, senão quando é o que ele quer*». E neste ponto Pedro Theotónio está a levantar implicitamente uma dúvida: no fundo das coisas e em verdade, teria Salazar sido realmente contrariado? Ou agradar-lhe-ia que se delineassem duas facções — uma civil, em torno de Marcello Caetano, e outra militar, chefiada por Santos Costa — que afrontando-se se anulavam? No desenrolar de tudo, porém, Salazar está sereno. E no próprio momento da crise encontra tempo para escrever a Supico Pinto: «*Muito obrigado pela sua carta de ontem que era precisamente como esperava*». E para lhe enviar dois dias depois, quando aquele se despede no Ministério da Economia, uma frase amável, afectuosa: «*Gostei das suas palavras no Ministério da Economia, ontem: sóbrias, exactas e prudentes*».

Em 8 de Fevereiro de 1947, Salazar reúne o novo Conselho de Ministros. E diz-lhes, com surpresa de alguns, ser necessário que os ministros «*evoluam politicamente*».

13

Há que empossar a nova Comissão Executiva da *União Nacional*. Salazar trabalha nas declarações que haverá de proferir. Sente que lhe é penoso o esforço: e avança lentamente. Está inseguro sobre o rumo a seguir no rescaldo da crise, e o tratamento a dar à agitação que permeia os círculos políticos. Nas vésperas da posse, há uma reunião em Évora, de aparente homenagem ao governador Félix Mira; mas a comparência de Botelho Moniz, que já não é ministro do interior, e a de Santos Costa, ministro da Guerra, vem vincar um clima de *facção militar*

e de *facção civil*. Marcello Caetano protesta junto de Salazar; mas este, sem embargo de achar «*incompreensível*» a presença de Santos Costa, replica que nunca verificou «*má intenção*» e está seguro de que a não houve também agora. E em 4 de Março de 1947, na sala da Biblioteca de S. Bento, o chefe do governo cobre com as suas declarações a nomeação de Marcello Caetano para a *União Nacional*.

Este, diz Salazar, ofereceu-se expressamente para abandonar as Colónias com o intuito de pôr à disposição da *União Nacional* «*as largas possibilidades tanto da sua inteligência e capacidade de trabalho como da sua fé nos destinos da Revolução Nacional*». Deste facto concluir-se-á pelo valor da acção política a desenvolver. Alguns terão suposto passos em frente mais largos, que afinal negariam o que o regime tem sido: uma grande «*frente nacional*» que, «*melhor ou pior*», tem servido o exclusivo interesse do país. Ora a feição antipartidária do regime é de manter; mas há que «*valorizar politicamente a obra da governação*». Decerto: tem havido alguma campanha internacional, que repercute com «*fidelidade o eco dos obreiros desocupados da oposição*». E muitos, compungidos ou sarcásticos, perguntam como vai o regime sair da actual situação. Salazar é mordaz na resposta: «*Mas não desejamos sair; pretendemos ficar*». Por isso quereria saber como vai sair da situação em que se encontra a massa dos críticos. Reconhece-se o fenómeno sociológico de divergências de opinião — «*só a Rsúsia realizou o milagre da unanimidade nacional ao redor dos sovietes*» — mas não há por isso que admitir o enfraquecimento de poder através de partidos que actuam como órgãos constitucionais. «*O que me preocupa acima de tudo — e deve preocupar-nos a todos — é não se tratar no caso presente de escolher entre pessoas, todas supostas portuguesas e patriotas, mas entre princípios que no fundo são a Nação ou o partido, a Nação ou os interesses, a Nação ou as paixões de que ela mesma seria vítima*». E Salazar é cáustico: «*e os mesmos, precisamente os mesmos que partiram as carteiras, não puderam governar quando eram governo, não deixaram governar quando eram oposição, pretendem voltar a S. Bento, se o povo os eleger; ah! mas agora, pés juntos, mãos nos joelhos, olhos baixos, ar respeitoso, muito bem comportadinhos...*» Mas regime

sem partidos equivale a governo sem política? De modo algum: há que distinguir a *política*, que tem por fim agir na consciência pública para obter o seu apoio, e a *agitação*, que subalterniza a política às lutas partidárias. E estas foram caracterizadas pelos «*sucessivos movimentos que revelavam ou o estado de insatisfação permanente ou desordem endémica na sociedade portuguesa, a carência da autoridade, a insuficiência da administração*». Para evitar estas dificuldades, impõe-se uma acção política junto da massa dos portugueses. E conta-se com a *União Nacional*.

Procura Marcello Caetano renovar e revitalizar a *União Nacional*. Daniel Barbosa lança-se numa política económica que busca popularidade para o governo, e inicia a aplicação de reservas na compra massiça de abastecimentos. Mas as facções oposicionistas continuam activas, em especial os grupos de extrema-esquerda, que se infiltram nos meios operários e disseminam intensa propaganda clandestina. Sob pretexto de jogo Portugal-França, o *M. U. D. Juvenil* pretende organizar uma viagem a Paris e participar numa *semana de democracia juvenil;* mas as autoridades proíbem a deslocação. E no Conselho de Ministros de 1 de Abril de 1947, Salazar dá conta de uma greve de braços caídos nos estaleiros de construção naval. São feitas algumas prisões. E porque não fosse possível manter a disciplina social, são aqueles temporariamente encerrados. Tem aspectos mais graves o movimento sedicioso marcado para 10 daquele mês: mas a polícia consegue frustrá-lo. Verifica-se que estão implicados alguns oficiais. E em torno do projectado movimento desencadeiam-se rumores: o objectivo não era a mudança das instituições, mas a demissão de Salazar; e os oficiais tinham o apoio de Carmona. E ao relatar e apreciar o incidente no Conselho de Ministros de 15 de Abril, o chefe do governo afirma a necessidade de uma orientação diversa da que fora adoptada desde o fim da guerra. Nos últimos dois anos, haviam-se multiplicado as cedências de autoridade, as transigências; era o clima internacional que o aconselhava, uma vez que os aliados pareciam convencidos da boa-fé russa; mas esta ilusão está desfeita, e os Estados Unidos e a Inglaterra já compreenderam quanto é aguerrida a atitude soviética, a que apenas governos fortes podem

opor-se; e por isso não haverá perigo mas vantagem em alterar o rumo seguido. Está o mundo numa curva da estrada, diz Salazar, e há que extrair do facto as consequências internas. Entretanto, Santos Costa actua entre os círculos militares; e para desfazer boatos e intrigas parece oportuno executar a ideia, já antiga, de elevar o general Carmona à dignidade de Marechal (1). Com este propósito, é publicada legislação apropriada, que atribui competência aos órgãos militares e ao governo. Santos Costa obtém daqueles as necessárias propostas, e o gabinete, em reunião de 2 de Maio de 1947, promove por distinção Fragoso Carmona ao posto de Marechal (2).

Fora resolvido o problema dos estaleiros navais, já reabertos e em funcionamento: a esmagadora maioria dos operários regressou ao trabalho. Mas surge uma agitação universitária, que se concentra em especial na Faculdade de Medicina de Lisboa. Grupos de estudantes manifestam-se violentamente, e agridem colegas que não participam do tumulto; e a polícia entra no edifício, ao Campo de Santana, e expulsa os alunos. António Flores, director da Faculdade, pede a demissão; e Francisco Gentil, homem de prestígio científico e mestre mais antigo, procura Pires de Lima, solicita-lhe que não defira a demissão de Flores, e informa o ministro de que nenhum outro professor aceitaria o cargo. Replica o ministro que nessa hipótese seria nomeado um estranho, nos termos permitidos pela lei. Reúne-se o Conselho da Faculdade, e reitera em exposição ao ministro a atitude expressa por Gentil. Está aberto conflito. E este, embora de forma atenuada, repercute-se nos estudantes de Coimbra. Oliveira Salazar põe o assunto em Conselho de Ministros, e dá pormenores: alguns professores apoiaram e até influenciaram a agitação académica; muitas aulas constituíam comícios contra o governo; eram perseguidos alunos e assistentes que não perfi-

---

(1) A ideia não era nova, nem foi um expediente de ocasião. Em 1935, sob proposta de Carneiro Pacheco, a Assembleia Nacional aprovara um diploma elevando Carmona ao marechalato. Mas Carmona, num gesto de elegância, opôs o seu veto ao diploma, e não o promulgou.

(2) Trata-se do Decreto n.º 36 304, e do § 2.º do seu art. 94.º. Verdadeiramente, o diploma constitui o *Estatuto dos Oficiais*.

lhassem as opiniões políticas dos professores oposicionistas. Salazar acrescenta que alguns elementos do *M. U. D.* se propõem submeter um protesto escrito ao Presidente da República. Em face destes factos, o Conselho de Ministros toma uma decisão: manter as aulas até ao fim do ano escolar, proceder depois ao apuramento da actividade política dos professores enquanto exercida no desempenho das suas funções docentes. Entretanto, ocorre a data de *28 de Maio*, e na sua tradição o regime assinala a efeméride. Momento mais alto das celebrações é o da entrega do bastão de Marechal ao Presidente da República, em cerimónia de aparato militar, e que simbolicamente traduz o apoio das forças armadas ao Chefe do Estado e ao governo. No Conselho de Ministros de 3 de Junho de 1947, Salazar congratula-se com as manifestações, que considera «*muito boas*», e felicita o ministro da Economia, Daniel Barbosa, pelo discurso em que apresentou ao país um quadro promissor da situação económica. Concluem-se pouco depois as investigações sobre a agitação em alguns meios militares e na Faculdade de Medicina de Lisboa. Salazar informa o Conselho de Ministros de 14 de Junho de quanto se averiguou e das provas reunidas. Como consequência, propõe ao Conselho medidas drásticas: providências disciplinares contra alguns oficiais e seu julgamento; demissão ou suspensão de alguns professores. E em nota oficiosa de 15 o governo dá conta à opinião pública da atitude assumida. Causa o facto emoção nos círculos oposicionistas, e por Lisboa correm boatos: a repressão é medonha, e muito mais ampla do que o governo deixa perceber; o gabinete está dividido; Salazar vai pedir auxílio a Franco, e para o efeito vão encontrar-se a bordo de um navio de guerra espanhol no Mediterrâneo (1). Não têm

(1) Foram efectivamente presos alguns militares, como os generais Marques Godinho, Corregedor Martins, ainda outros oficiais. Foi também afectado o comandante Mendes Cabeçadas, que contribuira para o 28 de Maio, mas que em pouco entrara em conflito com o regime. Foram demitidos professores. Entre estes, alguns homens eminentes na ciência, como Pulido Valente e Fernando Fonseca. Alguns professores recorreram, e viram providos os seus recursos: foi o caso dos professores Flávio Resende, Cândido de Oliveira, Celestino da Costa, Torre de Assunção.

fundamento os rumores, que em pouco são desmentidos pelos factos. No conjunto, a vida portuguesa reentra na normalidade. Salazar ocupa-se das minúcias da administração: desde o problema do aquecimento nos liceus à construção da Cidade Universitária, desde a reforma do ensino secundário ao horário de trabalho nos serviços públicos, desde as instalações hospitalares até aos grandes aproveitamentos hidro-eléctricos. Reencontra a sua rotina.

CAPÍTULO II

A Guerra Fria

1

Mais de dois anos estão decorridos sobre o termo da guerra, e o mundo interroga-se: e a paz? Nas Nações Unidas depositam-se as maiores esperanças: de paz, de reconstrução, de melhoria do nível de vida, de progresso, de liberdade. Simplesmente, a estrutura da organização, para ser eficaz, supõe um entendimento entre os membros permanentes do Conselho de Segurança sobre os maiores problemas mundiais. De outro modo, o Conselho é paralisado pelo *veto*, que é prerrogativa dos *grandes:* basta que um destes o oponha para que se haja por derrotada qualquer resolução, ainda que todos os demais votem em seu favor. E desde os primórdios do organismo é cada vez mais nítida uma fractura entre os *grandes*. De um lado os ocidentais, sob a chefia política dos Estados Unidos; e em posição oposta está a União Soviética (1). Iludindo os compromissos assumidos quanto à reconstituição democrática dos países europeus de leste, baseada

(1) Cumpre recordar que, por ingenuidade americana, à União Soviética foram atribuídos *três votos*, nas Nações Unidas: o da União Soviética, o da Ucrânia, o da Bielo-Rússia. Estas duas, embora simples repúblicas federadas da União, foram no entanto admitidas na ONU como se fossem Estados independentes e soberanos.

em eleições livres, Moscovo organiza comissões locais com elementos dos partidos comunistas; estes rejeitam a legitimidade dos governos constituídos no exílio durante a guerra; e Moscovo reconhece aquelas comissões como governos provisórios a que é lícito prestar o seu auxílio. E, apoiados no Exército Vermelho, esses governos instituem nos seus países regimes comunistas. Sucessivamente transformam-se em Estados marxistas, sob a designação de *democracias populares*, a Polónia, a Bulgária, a Hungria, a Roménia, e depois destes também a Checoslováquia; e sobre todos exerce soberania política, militar e económica a União Soviética. Designa-os o ocidente por *países satélites*; e sobre a Europa, dividindo-a, desce a *cortina de ferro* (1).

Da situação criada pela União Soviética são reflexo os debates na Assembleia-Geral e no Conselho de Segurança da ONU, que repercutem o conflito aberto entre o Mundo livre e o Mundo comunista. Dera-se um primeiro embate na admissão de novos membros. Depois torna-se mais agudo o problema de Espanha. O governo de Paris, fundando-se nas decisões de Potsdam que consideram fascista o governo de Madrid e na declaração tripartida de Março de 1946, sugere que na ONU não seja admitida a Espanha: e assim o propõe ao Conselho de Segurança. Não chega este órgão a um acordo, e o assunto passa à Assembleia-Geral; e esta, por proposta do Panamá, aprova a não entrada da Espanha e recomenda que cortem relações com Madrid os países membros das Nações Unidas. É o bloqueio político daquele país: o povo espanhol é convidado a derrubar o governo do general Franco: mas a opinião pública espanhola, ferida no seu patriotismo altivo, ignora a resolução aprovada em Nova York (2). Neste particular, todavia, não há desacordo entre os *grandes:* como o ocidente pratica uma política que convém à União Soviética, esta não

---

(1) Expressão que se supõe usada pela primeira vez por Winston Churchill, num discurso em Fulton, Estados Unidos, em 5 de Março de 1946.

(2) Durante algum tempo, existiram em Madrid apenas três representações diplomáticas: Santa Sé, Argentina e Portugal. Aliás, Portugal não tinha motivo para cumprir a resolução da ONU: não era membro desta: e além disso estava ligado pelo Tratado de Amizade e Consulta com a Espanha.

suscita obstáculos. Mas os demais problemas graves, que o após-guerra faz surgir, são afectados pelo clima de receio que a política da União Soviética a leste suscita a ocidente. Entre todos, o da eneriga atómica, tanto para fins militares como pacíficos. Detém os Estados Unidos o monopólio da sua produção, e propõem que o controle desta, e sua eventual extensão a todos os países, seja entregue a uma autoridade internacional; mas a União Soviética recusa, e exige que o problema seja da alçada do Conselho de Segurança, onde dispõe de *veto*. E ao obstrucionismo russo na matéria segue-se a sua oposição nos domínios que possam atingir ou proteger a paz geral: a estrutura de um *comité* de Estado Maior da ONU e de uma força internacional, a orgânica do *comité* dos armamentos clássicos, o estatuto do Conselho de Segurança.

Para além do quadro da ONU, é também áspero o embate entre o ocidente e o leste. Trata-se de reordenar a Europa, e o Médio-Oriente, e o Extremo-Oriente: são múltiplos os problemas económicos, políticos, militares, e de fronteiras: e todos se tornam agudos na negociação dos tratados de paz com as potências que haviam estado sob ocupação alemã e nipónica. Sucedem-se as conferências internacionais de ministros dos Estrangeiros dos *grandes*, ou dos seus suplentes: de Londres, de Moscovo, de Paris, e do *Conselho dos Quatro*, reunido em Paris ou Nova-York. Discutem-se com emoção e violência problemas de fronteiras, a transferência de povos e de territórios, reparações de guerra, e o regime de áreas especiais, como a da bacia do Danúbio ou a dos estreitos turcos. E surgem os tratados de paz com a Polónia (que perde largos territórios em favor da Rússia, compensados em parte com outros tomados à Alemanha), com a Roménia (que cede à União Soviética algumas largas províncias, como a Bessarábia e a Bucovina), com a Bulgária (que mantém as suas fronteiras, mas é desmilitarizada), com a Hungria e com a Checoslováquia (que por igual são retalhadas consoante interesses da Rússia). E é elaborado o tratado de paz com a Itália: Triste é o ponto de discórdia em que Roma tem o apoio dos ânglo-saxões enquanto Moscovo sustenta as pretensões jugo-eslavas: e consegue-se um compromisso que atribui àquela cidade um estatuto internacional provisório sob a égide da ONU. E são

os problemas da ocupação da Alemanha, e do Japão, que fica à responsabilidade norte-americana e britânica, ao mesmo tempo que a Rússia no *Conselho Aliado*, em Tóquio, levanta obstáculos à política dos Estados Unidos naquele país. E, enquanto no Médio-Oriente os países árabes acedem à independência e o Estado de Israel é proclamado no antigo mandato britânico da Palestina, por todo o Extremo Oriente é posto em causa o equilíbrio de forças. Levantam-se em armas a Indonésia e a Indochina contra a Haia e contra Paris; a Coreia reganha a sua independência, na órbita aliada; a China emerge como grande potência e membro permanente do Conselho de Segurança, mas está internamente retalhada pela guerra civil entre o Partido Nacionalista, de Chiang-Kai-Shek, e o Partido Comunista, de Mao-Tsé-Tung; e no sub-continente hindustânico triunfam os movimentos lançados por Ghandi e secundados por Nehru, e o Reino Unido reconhece a independência da Índia e do Paquistão. Territorialmente, trata-se de uma nova Europa e de uma nova Ásia, e politicamente também. E os observadores mais frios perguntam-se qual será, no plano ideológico, o futuro dos dois continentes.

De momento, porém, concentram-se na Europa as atenções; e a reconstrução urgente dos países europeus parece indispensável à paz mundial e à sobrevivência de uma cultura e de uma civilização. Além do mais, no pensamento de muitos, refazer a economia europeia constitui modo eficaz de barrar a ideologia comunista no seu caminho de Moscovo para ocidente. Estão em risco imediato a Grécia, onde guerrilhas comunistas desenvolvem grande actividade, e a Turquia, sobre que a Rússia exerce forte pressão. Washington resolve intervir. Truman substitui o Secretário de Estado Byrnes pelo general Georges Marshall; em discurso perante o Congresso, denuncia a imposição, pela União Soviética, de regimes totalitários nos países da Europa oriental; e decide um substancial auxílio económico e financeiro à Grécia e à Turquia. Depois, é uma nova reunião dos *quatro grandes* em Moscovo: prolonga-se por mês e meio: e não há acordo. Então, o Secretário de Estado Marshall, na Universidade de Harvard, profere um discurso em que classifica de «*muito grave*» a situação mundial. E Marshall propõe aos países europeus um

auxílio americano massiço. Entendem-se a Inglaterra e a França, que convidam a Rússia, e os *três grandes* reúnem-se em Paris para concertarem a forma de aceitar e utilizar a ajuda dos Estados Unidos. Mas a União Soviética é terminante: a oferta de Marshall constitui um atentado à soberania dos Estados: e em qualquer caso a Rússia e os seus aliados orientais possuem já planos económicos em execução, e que não abandonam. Sem embargo, a França e a Inglaterra resolvem convidar todos os países europeus para uma conferência em Paris. Escusam-se a União Soviética e seus satélites, salvo a Checoslováquia, que aceita; mas perante ordens categóricas de Moscovo declina depois o convite. E os demais Estados europeus, congregados em Paris, concordam em ir ao encontro da proposta americana (1). Para recolher a ajuda dos Estados Unidos, e administrá-la, é lançada a *Organização para Cooperação Económica Europeia.* Reage a União Soviética criando o *Kominform,* em sucessão do *Komintern,* como órgão coordenador e de ligação de Moscovo e seus satélites.

Dois anos cumpridos sobre o termo das hostilidades, confrontam-se os grandes aliados e estão desfeitos os equívocos ideológicos mantidos em surdina durante a luta. Se desce na Europa, para leste, uma *cortina de ferro,* o mundo verifica também que está agora dividido em dois blocos antagónicos. É a *guerra fria.*

2

Salazar está consciente de que é grave o momento. Não receia uma nova guerra no rescaldo da anterior: não a deseja uma Rússia exangue, não a pode empreender uma Europa prostrada, nem os Estados Unidos, sem embargo do monopólio atómico, se lançam isolados numa aventura. Mas inquieta-o o clima político e ideológico do mundo. Na Europa, teme o peso expan-

(1) Participaram, além da França e da Inglaterra, a Itália, Irlanda, Grécia, Holanda, Áustria, Islândia, Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Turquia, Dinamarca, Suécia, Noruega. Portugal foi convidado e participou. Recusou a Finlândia, invocando motivos políticos e geográficos. Não foi convidada a Espanha.

sionista da União Soviética, contraposto à dúvida e à miséria do ocidente; e no Extremo-Oriente, com a reordenação da carta da Ásia, receia por Goa, Macau e Timor. Em particular, Goa: à promessa britânica de independência seguem-se discursos exaltados dos futuros dirigentes da Índia em que já apresentam a reivindicação daquela província portuguesa. E Salazar aborda o problema quando, a 11 de Julho de 1947, numa sala da Assembleia Nacional, se dirige às delegações do Ultramar, regressadas de Roma e das cerimónias de canonização de S. João de Brito. Repisa a sua concepção de Império: a unidade «*por laços de parentesco, de vida económica e política, de cultura e de fé, à roda da lareira, na velha casa paterna, quando o mundo parece se esboroa e decerto se divide em irredutibilidades e ódios*». E refere as «*apaixonadas campanhas*» em relação com os «*laços que ligam Portugal às suas províncias do Oriente*». Há que confiar no espírito de justiça e de respeito pelos direitos alheios sobre que se está procurando construir a sociedade do futuro. Mas, «*bem vistas as coisas, os princípios de igualdade racial, de independência, de elevação moral e material dos povos, se alguém os pregou e os executa na medida das máximas possibilidades, somos nós*»; e por isso «*não temos de iniciar agora viagem com vento de feição, mas de prosseguir caminho trilhado em séculos*». Assim, «*por exemplo, se nos sentimos indissoluvelmente presos ao Estado português da Índia, não é pelos interesses materiais — pequenos para nós e para outros — mas porque constitui, com Macau, um padrão do espírito do Ocidente que tivemos a glória, cometemos a audácia, fizemos o sacrifício de implantar ali, tornando possível S. Francisco Xavier e, com ele, a esplêndida floração da mais alta espiritualidade cristã*» (1). Mas esta preocupação

(1) Estes curtos trechos, deixados cair quase incidentalmente e que à maioria passaram na altura despercebidos, contêm em si toda uma definição de política ultramarina externa. Estão implícitas as seguintes afirmações: *a)* os ideais em cujo nome se exije a independência de territórios, já Portugal os pratica há muito; *b)* a base jurídica e os direitos adquiridos são oponíveis a tudo o mais; *c)* não há que alterar rumo ao sabor dos *ventos de feição* (os futuros *ventos da história* ou da *mudança*); *d)* não há reivindicações sobre Goa que possam ser satisfeitos porque são indissolúveis os laços que a prendem a Portugal.

pelo que se passará no Extremo-Oriente está directamente ligada aos cuidados pela crise da Europa ocidental. Possui esta energias morais e físicas para se reconstituir? Dentro deste quadro, considera positivos o discurso de Truman e a proposta de Marshall. E quando os governos britânico e francês, em diligência conjunta em Lisboa, convidam Portugal a participar na reunião de Paris, Salazar acolhe com regozijo a iniciativa. Resolvida a assistência portuguesa à reunião, Caeiro da Matta desloca-se a Paris. E sem surpresa ouve do Secretário de Estado inglês, Bevin, palavras amargas para com a Rússia. Esta, diz Bevin a Caeiro da Matta, parece querer a guerra; Estaline tem por política *torpedear* todas as iniciativas; e apenas não desencadeia aquela guerra por saber que os Estados Unidos e a Inglaterra possuem cento e oitenta bombas atómicas, capazes de destruir todos os centros vitais da União Soviética. Salazar vê confirmados os seus receios. E em face deste quadro repõe em Conselhos de Ministros, de 8 de Agosto de 1947, o problema da admissão de Portugal nas Nações Unidas: deve manter-se a candidatura, e sujeitá-la ao *veto* soviético, ou retirá-la? Salazar comenta que seria interessante obrigar a Rússia a multiplicar os seus *vetos* no Conselho de Segurança, demonstrando-se assim a impotência dos ocidentais, e que está curioso de ver como actuará Moscovo, que alega não haver Portugal contribuído para a vitória aliada, quando depois dos tratados de paz se apresentarem à admissão na ONU os antigos inimigos. Resolve o governo desinteressar-se do assunto: não insiste na candidatura portuguesa, não a retira. Entretanto, na ausência de Caeiro da Matta em Paris, o embaixador de Inglaterra, Sir Nigel Ronald, que substituira O'Malley, dirige a Salazar uma comunicação importante: em 15 de Agosto, a Índia e o Paquistão tornam-se independentes. Salazar responde que formula os «*votos mais sinceros*» pelas prosperidades dos dois países, e pede para transmitir aos respectivos governos as «*felicitações*» do governo português. No mesmo dia, Oliveira Salazar telegrafa ao Primeiro Ministro Nehru: «*Animado pelo nunca desmentido interesse com que durante séculos tem acompanhado os destinos da Índia, o governo português deseja nesta memorável ocasião apresentar a V. Exia. os seus melhores votos pelo sucesso da actividade pacífica e pelo bem estar futuro*

dos povos da Índia». Responde Nehru no dia imediato: «*Apresso-me a agradecer a V.ª Exia. pela amável mensagem que me enviou na ocasião em que a Índia alcançou o seu almejado objectivo de soberania e aproveito esta oportunidade para lhe apresentar os protestos da minha mais alta consideração*». E quando três dias mais tarde, por instruções de Lisboa, o Governador-Geral de Goa visita e cumprimenta o Primeiro Ministro de Bombaim, este recebe-o friamente (1).

3

Parecem esgotados o nervosismo e a agitação dos círculos políticos, e está calma a opinião pública portuguesa. Decerto: há intermitentes sobressaltos, correm alguns rumores. Marcello Caetano teria solicitado a sua demissão da *União Nacional*. E na verdade aquele escrevera da Suíça, onde ocasionalmente se encontrava a participar na Conferência Internacional do Trabalho e num Congresso de Ciências Administrativas, uma carta em que declarava afectado pelo modo como fora conduzido o episódio dos professores de Medicina, sendo como era amigo de alguns; e sentia-se também desiludido com o seu nulo papel na *União Nacional*, uma vez que verificara não lhe serem facultados meios de influênciar a política no governo, nem este lhe dar audiência. Pelas duas razões pede a Salazar que o demita da presidência da Comissão Executiva daquele organismo, para que fora nomeado há escassos seis meses. Salazar insiste, todavia, em que Marcello Caetano não torne público o seu desejo; lê a carta em Conselho de Ministros, que a deplora e rejeita; Salazar, por outro lado, e no fundo das coisas, não deseja uma *ligação oficial* da *União* com o governo; e quando Caetano regressa a

(1) Notar-se-á o *gelo* dos telegramas trocados entre Salazar e Nehru. Salazar salienta as *seculares* relações entre Portugal e a Índia e sublinha que esta não é uma *nação* mas um conjunto de *povos*. Nehru agradece e cumprimenta. Não há a menor referência a relações cordiais entre os dois países, nem as habituais cortesias em casos análogos. Salazar telegrafou também ao Primeiro Ministro do Paquistão, Ali Jiná.

Lisboa, procura persuadi-lo a continuar na *União Nacional*, sobretudo tendo em vista as próximas eleições presidenciais (1). Mas a opinião pública não tem conhecimento destas combinações, e extinguem-se os rumores. Surgem outros: Carmona teria dito aos oficiais insubordinados que se sentia coagido; embora a Constituição lhe confiasse os mais latos poderes, estava impossibilitado de actuar como necessário ao bem do país, e com isto significava que pretendia demitir o chefe do governo; mas não lhe era consentido; e Cabeçadas apenas havia tentado restituir ao marechal a autoridade da lei. Salazar examina estas versões em Conselho de Ministros: são evidentemente falsas: mas considera-as somente «*desagradáveis, sem grande importância*». E parece-lhe que no conjunto o ambiente político está sereno.

Intensifica agora o chefe do governo a sua participação nos problemas administrativos e de fomento. Mais do que outros ministros, recebe Daniel Barbosa e José Frederico Ulrich. Merecem-lhe particular cuidado os grandes esquemas hidro-eléctricos, como motores da industrialização do país. Pondera e discute com minúcia os planos para o aproveitamento do Douro nacional e internacional, do Rabagão, do Zêzere. Depois, impulsiona também a construção ou o estudo de outras obras públicas: a *Cidade Universitária* de Coimbra, a ponte sobre o Tejo em Vila Franca de Xira, pavilhões hospitalares, estradas, escolas primárias, um novo arranjo do Santuário de Fátima. Problemas de abastecimento, de distribuição, de preços, constituem também motivo de atenção especial. Considera com Ultrich uma vasta exposição de Obras Públicas. E com Pires de Lima estuda a reforma do ensino secundário.

Naquele verão de 1947 organizam-se as *Festas de Lisboa* para comemorar os oito séculos da conquista da cidade aos mouros. Há cortejos, cerimónias cívicas, celebrações populares e culturais.

---

(1) Esta conversa realizou-se em meados de Agosto. Marcello Caetano parece ter ficado convencido de que fora ele quem então sugerira a Salazar a designação de um *líder* para a Assembleia Nacional e de que lembrara para o cargo o nome de Mário de Figueiredo. Não é exacto. Desde Janeiro tivera Salazar essa ideia e escolhera Figueireido. Ver *Minhas Memórias de Salazar*, de Marcello Caetano.

Acorrem a Portugal numerosos jornalistas estrangeiros. Alguns são recebidos por Salazar. Escreve depois o repórter da *La Libre Belgique*: «*Ele vive de nada, devorado por uma chama interior*». E o do *Times*: «*Não há dúvida de que existe no seu fundador* (do regime) *um alto sentido de dever nacional, áustero e indefectível, mas profundamente espiritual na intenção*». São particularmente entusiastas as crónicas de Cândida Yvette para a imprensa brasileira. Vem a Lisboa o Príncipe Carlos, irmão do Rei Leopoldo da Bélgica. Salazar organiza para este um passeio a Coimbra, com visitas à Universidade e à Sé Velha. E Giovanni Papini, do seu retiro de Florença, elogia em Salazar o governante cristão e católico.

Nos princípios de Setembro, Salazar recolhe-se à sua aldeia da Beira.

4

Salazar atarda-se no Vimieiro: faz «*todos os esforços para recuperar energias e boa disposição*». Regressa a Lisboa apenas em 20 de Outubro. Mas vem completamente refeito. São mais assíduos os Conselhos de Ministros, que se reúnem pelo menos duas vezes por mês, e se prolongam por horas; e Salazar trabalha intensamente com os diferentes ministros, em despachos individuais, ou com pequenos grupos de ministros, consoante os problemas em curso. Assentou agora o hábito de tratar dos negócios públicos no seu escritório particular, no rés-do-chão da residência oficial. Em frente da secretária, e quase encostadas a esta, estão dispostas frente a frente duas largas poltronas de couro; entre aquela em que Salazar se senta e a secretária, estão numa pequena cadeira os telefones, blocos, cartões; e pelo chão em torno alastram-se documentos, telegramas, relatórios, processos em estudo. E na poltrona em face senta-se o visitante.

Se nestes começos de Outubro de 1947 parece apaziguado o ambiente político interno, Salazar pensa desde já na próxima campanha persidencial, a um curto ano de distância. Será de reeleger o Marechal Carmona, sem embargo da sua idade avançada? Estará o velho militar em condições físicas? Quererá?

E que outro candidato se poderá propor ao país? Em qualquer caso, o governo e as forças que o apoiam não podem estar desprevenidas, perante uma oposição que decerto se levantará, como sucedera nos fins de 1945. Há que intensificar a acção política, revigorar para o efeito a *União Nacional*. Depois de múltiplas conversas, Marcello Caetano acaba por anuir: continuará na presidência da Comissão Executiva, e preparará o movimento para o combate. Mas se há uma surdina na atmosfera política, acentuam-se alguns cuidados no exterior. Há indícios de que, na nova China que emergiu da guerra, não se aceita pacificamente a posição de Macau; a guerra entre holandeses e indonésios pode vir a ter repercussões no Timor português, ainda não recuperado dos danos causados pela ocupação nipónica; e as repetidas declarações dos novos responsáveis da União Indiana, em particular do Primeiro Ministro Nehru que afirma a intenção de absorver Goa na Índia, deixam entrever perspectivas sombrias. E a situação geral e o estado da Europa do Ocidente avolumam nos espíritos a incerteza. Por isso, desde o seu regresso a Lisboa, Oliveira Salazar pensa em se dirigir ao país mais uma vez. E convoca para 25 de Novembro de 1947, na biblioteca da Assembleia Nacional, os deputados e os corpos da *União Nacional*. Salazar preside, e tem à sua direita Albino dos Reis e à esquerda Marcello Caetano, vincando assim a manutenção deste na Comissão Executiva .Que diz Salazar à Nação?

Num traço, lança o quadro actual da Europa e do Mundo: «*a miséria e o medo*» são a «*própria vida de hoje*». Porquê? Por ter sido errada a política de guerra dos ânglo-saxões; e foram erros maiores a tese de rendição incondicional da Alemanha e a prioridade do teatro europeu de operações. Da posição assim assumida resultaram o esmagamento da Alemanha, que deixou de ser uma força produtora e um factor de equilíbrio defensivo, e a inevitabilidade do avanço russo até ao coração da Europa. Portanto ,miséria. E medo: da Rússia, do comunismo. «*E parece ter razão*». Historicamente, e sem embargo de todas as vicissitudes, o germano tem sido o fronteiro da Europa em face do eslavo; mas a Rússia, czarista ou soviética, verá o problema em sentido inverso; e tendo perdido a oportunidade de 1918, não há-de querer desperdiçar a actual, com o duplo objectivo de

diminuir no que possa a força alemã e aumentar os espaços de resistência entre a União Soviética e a futura Alemanha. Há-de portanto seguir uma política que «*desconhece ou subalterniza qualquer solidariedade europeia de base igualitária a uma ideia de defesa ou de domínio*». Não será ainda a guerra, ou mesmo o seu prenúncio; mas a Rússia «*venderá caro*» a sua desistência de uma política de alargamento. E «*em tais termos a Europa está condenada a viver anos em estado de permanente alerta e de sobressalto*»; e, além disso, a Europa «*não pode pensar, ainda que se unisse sob a pressão das circunstâncias, em resistir sozinha*». Deslocado para oeste o centro de gravidade da política mundial, como resultado da guerra, as decisões não podem já ser apenas europeias, mas euro-americanas quando muito; e as mesmas razões, que atraíram os Estados Unidos a duas guerras e os conduziram ao cume do poder, levá-los-ão (e à Comunidade Britânica) a uma alternativa: «*dividir o Mundo com a Rússia, o que é impossível, além de contrário aos seus interesses e aos seus princípios, ou bater-se com ela, e na Europa, para os salvar*». E se esta posição não implica a fatalidade da guerra, põe em muitos espíritos a dúvida sobre se «*a Europa do ocidente não estará condenada no próximo século a escolher entre ser americana ou ser russa*». Acorreu a América em auxílio da Europa (1) e isso, ainda que não premeditadamente, atribuirá aos Estados Unidos uma tendência hegemónica, de domínio político ou económico, de desvio ou deformação do espírito europeu; e a estes resultados apenas poderá a Europa opor-se se souber evitar «*a diminuição do seu ser colectivo, das reservas de força moral e material que ainda possua para continuar a afirmar-se no Mundo*». E «*eu penso ou ao menos quero acreditar que a Europa do ocidente possui condições suficientes para se restabelecer e reconquistar o seu lugar*». Condições morais, em primeiro lugar: Inglaterra, França, Alemanha ,Itália, as duas nações da Península hispânica, devem possuir as que sejam precisas para a recuperação. E as condições materiais? Ora, «*por feliz coin-*

(1) Salazar refere-se aqui ao *Plano Marshall*, que Washington acabava de lançar.

cidência ou providencial disposição, os destinos de toda a África são solidários com a Europa do ocidente»; uma atitude concertada de defesa e de valorização económica aumentará de forma assombrosa as possibilidades de vida e intercâmbio mundial; e por isso a «*África é base suficiente para a política que se deseje fazer*». Mas nada será viável com espírito de passividade. Lamentações sobre o desastre actual, desabafos mais ou menos insultosos contra a Rússia, desânimo, posições de mão estendida que procura apoio ou esmola, serão negativas e estéreis. «*Será necessário alguma coisa de decidido e construtivo, se a Europa não quer demitir-se da sua posição: embora diminuída na relatividade das coisas, é ainda capaz de partilhar com o continente americano, filho do Ocidente, e felizmente solidário com ele, as maiores responsabilidades*».

Prevê Salazar um futuro sombrio? Não: «*eu não prevejo a catástrofe*»; os «*dirigentes soviéticos têm-se revelado duros, tenazes, mas também prudentes*»; e sem arriscar nada, hão-de sobretudo esgotar as possibilidades de acção indirecta. E por isso o «*Mundo tem medo do comunismo*». Este «*recebe do estrangeiro a súmula doutrinal do seu programa e a orientação efectiva*». Mas, «*em face do comunismo, o que sobretudo importa não é saber que é protegido ou apoiado de fora — mas a essência da sua doutrina e as verdadeiras intenções da potência inspiradora*». E isto reconduz o problema à atitude da Rússia na Europa e no Mundo: qual a constituição de uma comunidade de nações chefiada por aquela e qual o grau de independência de cada país na gestão dos seus negócios internos e externos? Uma coisa será clara: o privilégio ou a preferência dos interesses da potência que se reserva a posição de suzerana. Pode ser que a Rússia, «*por amor de um interesse político seu*», se desinteresse algumas vezes pelo comunismo fora das suas fronteiras. «*O comunismo, porém, não se desinteressará de si próprio*». Como doutrina integral, que quer moldar homens e sociedade à sua feição, o comunismo não pode aceitar o pluralismo ideológico, salvo se constituir em partido, assim designado apenas para prestígio exterior. «*De modo que ou se contradiz e se anula no puro jogo de forças políticas concorrentes ou há-de por todos*

os meios fazer a sua revolução» (1). E «*não cuide alguém que esta se limita a procurar corrigir desmandos, abusos, ilogismos, desacertos ou injustiças — tantos revela a actual organização social contra que temos de lutar sem descanso — nem a provocar a transferência do Poder de uma para outra classe ou legitimar a transferência de bens de uns para outros indivíduos: trata-se de criar um tipo diferente de humanidade, outra civilização (se é que esta forma de me exprimir se pode considerar correcta). Pouco importa saber que o não logra porque, frustrada a revolução, terá pelo menos conseguido a desordem*». Mas há quem assim não cuide, e por isso, em quase todo o mundo, «*o comunismo goza da liberdade de propaganda e organização, bastando-lhe — o que não custa nada — declarar-se integrado no plano das forças políticas nacionais*». Este modo de proceder significa «*que se considera o comunismo tão legítimo como outro qualquer programa partidário e apto à realização do interesse nacional ou que se espera torná-lo inofensivo num regime de absoluta liberdade política*». Assim, «*temos ouvido dizer que os grandes remédios contra a doença comunista são: na Europa, a democracia e o socialismo; na América, a liberdade e o bem-estar geral*». Mas parece não haver confiança na terapêutica, pois que os povos vivem receosos e intranquilos. E «*o mundo tem medo do comunismo e os sovietes servem-se dele para os seus fins*».

Depois Salazar volta-se para a política portuguesa. Há a preocupação do Ultramar; mas neste domínio, em que se reivindicam o livre acesso às matérias primas e a redistribuição de colónias, verificou-se que os erros assacados aos países coloniais eram somente cartas de jogo e que estas apenas mudaram de mãos. Depois, como encarar a exclusão de Portugal das Nações Unidas? Sempre a Rússia opôs o seu *veto* no Conselho de Segurança à candidatura portuguesa, patrocionada por mais de dois terços dos votos. Ao fazê-lo, «*os sovietes estavam dentro da sua lógica, mas não estavam no seu direito*». Portugal não renova

---

(1) Trinta anos mais tarde surgiria a tese do *euro-comunismo*. Como que profeticamente, Salazar antevê a tese, e regeita-a, e salienta a impossibilidade lógica e doutrinal do euro-comunismo.

o pedido, nem o retira. «*Foi-me no entanto agradável ver que nações inimigas durante a guerra tiveram melhor tratamento que os neutros*». E porque os Estados Unidos e a Inglaterra se houvessem empenhado na admissão de Portugal, e tivessem visto frustrado esse empenho, Salazar lança um sarcasmo: «*não há que afligir-nos por isso: os excluídos somos nós, mas os batidos são outros*». Mais graves que todas, no entanto, são as preocupações no Extremo-Oriente, em particular quanto a Goa. E Salazar, sem o referir, responde a Nehru. Goa é fruto de uma cultura e de uma civilização que Portugal implantou no Oriente: os portugueses de Goa são apreciados na Índia: e em Portugal exercem os mais altos cargos. «*Simplesmente, não se vê como havia de voltar-se contra nós essa nossa mesma superioridade*». E «*se geograficamente Goa é Índia, socialmente, religiosamente, culturalmente, Goa é Europa*». Deste modo, não se podem deixar de «*estranhar algumas afirmações de pessoas responsáveis, que, por o serem, devem conhecer os limites do seu direito*». Por causa de Goa, não corre a Índia o menor risco; e seria deplorável que na União Indiana se procurasse fundar um Estado nos mesmos erros contra os quais a própria União combatera. Em qualquer caso, Goa é parte do Império Português.

E no que importa à política interna? Parece o ambiente compreensivo, embora desagrade àqueles para quem política activa significa agitação dos espíritos e debate estéril. Partidarismo e liberalismo estão ultrapassados. E o problema do regime põe-se como nos seus primórdios: «*solução nacional aberta a todos os homens de boa-vontade e de são patriotismo, ou nada*». Sem embargo de tudo isto, fora descoberto há meses um movimento sedicioso, agora entregue aos tribunais; e surgiram rumores de incompatibilidade entre o governo e o Chefe do Estado, que por coacto não podia demitir aquele, como desejava. Ora, «*não tendo eu sido sagrado nem eleito, a origem dos meus poderes não é outra se não a vontade de quem me confiou a missão, por outro lado firmado no que possa realizar em benefício do País*»; «*todos me devem a justiça de considerar-me escravo dos princípios e incondicionalmente pronto a obedecer à decisão superior*»; e por isso «*a dignidade do governo é suficiente garantia da liberdade do Chefe de Estado*». E Salazar coloca-se assim

no rigoroso cumprimento da constituição: se demitido pelo marechal Carmona, obedecerá sem hesitar (1).

Causa apreensões o discurso do chefe do governo. Entre os círculos que apoiam o regime, torna-se mais firme o sentimento de unidade como condição de defesa; na oposição moderada, que por ser anti-governamental não deixa de ser anti-comunista, também há receios de provocar uma situação que possa depois ser dominada por elementos revolucionários; e uns e outros, por motivos diversos, contribuem para o ambiente de tranquilidade política.

5

Neste ambiente, um grupo de mulheres lança um movimento de solidariedade para com o governo e de homenagem a Salazar. Na base, está ainda o facto de Portugal se haver mantido neutro durante o último conflito: as mulheres portuguesas querem agradecer a Salazar ter eximido o país à guerra, e de lhes haver por este modo poupado o sacrifício dos seus homens. E surge a ideia de erigir um pequeno monumento no jardim municipal da Rua da Imprensa, que corre paralelo ao muro do parque da residência oficial do chefe do governo; e a encomenda é feita a Leopoldo de Almeida, que talha uma figura de mulher fitando o céu em atitude de gratidão. No dia 11 de Janeiro de 1948, ao princípio da tarde, convergem para o local milhares de mulheres. Maria Teresa Andrade Santos lê uma mensagem exaltando Salazar. Depois, invadem o parque, e Salazar aparece no topo da escadaria da residência; e a Condessa de Sabugosa, nos seus noventa anos, entrega-lhe a mensagem que o aponta como «*exemplo de um grande português*». Salazar responde que não sabe se a homenagem é devida ou merecida em memória dos anos de guerra: «*sei apenas que alguns curtos anos foram como uma longa vida e que vida tão longa e dura não a poderia viver outra vez*». Quanto a ser um grande português, apenas Deus

(1) É nesta reunião com os deputados que Mário de Figueiredo é oficialmente escolhido como *líder* da Assembleia Nacional.

sabe quem é grande e pode ser maior: por si, é só um «*português, sim, sem adjectivação, sem qualificativo, sem mais nada que não seja a preocupação absorvente de Portugal*». E em nome do Município de Lisboa, a que preside, Salvação Barreto aceita a obra de escultura, que fica pertença da cidade.

Mas é no campo da política externa que se levanta agora um aspecto delicado. Com intermitências, continua reunida em Paris a *conferência dos dezasseis*, para organizar e administrar o auxílio económico e financeiro dos Estados Unidos. Caeiro da Matta, em sucessivas viagens a Paris, avista-se sobretudo com Bevin e Bidault (1), e ambos mostram a melhor disposição perante o governo português. A este, apresentam-se dois problemas: a atitude a tomar em face do pedido de Madrid para ser acrescentada a Espanha aos «*dezasseis*» e a posição a assumir para com o próprio *Plano Marshall*. Em Conselho de Ministros, de 27 de Janeiro de 1948, Salazar submete as questões ao gabinete. Não há dificuldade quanto ao primeiro ponto: na medida do possível e, sem prejuízo dos seus interesses, Portugal apoiará a Espanha. Mas suscita-se debate quanto ao segundo problema. Deve Portugal aceitar empréstimos, créditos e mesmo dádivas dos Estados Unidos para acorrer às necessidades mais prementes e para fomento em geral? Alguns ministros, mais directamente ligados ao fomento, inclinar-se-iam para a aceitar a aplicação do *Plano Marshall* ao país. Salazar segue, no entanto, um ponto de vista diverso. Tem o chefe do governo suspeitas dos objectivos americanos: receia que a penetração dos Estados Unidos no sentido da Europa constitua, mais do que um auxílio a esta, um desígnio imperial de Washington; teme que uma preponderância económica e financeira americana no ocidente europeu seja apenas uma forma de acesso às posições europeias no continente africano; e apavora-o a ideia de que a vulnerabilidade das estruturas portuguesas possa tornar estas presa fácil de um credor poderoso, que para mais se julga predestinado ao exercício da hegemonia global. Estes aspectos, expostos pelo chefe do governo

---

(1) Político francês, que emergira da *resistência*, e que é agora Ministro dos Estrangeiros.

ao Conselho de Ministros, levam o gabinete a uma decisão negativa. Portugal comunica aos demais *quinze* que, em princípio, dispensa largos créditos americanos: prefere pagar com exportações portuguesas o que houver de adquirir: e apenas deseja, além de uma ou outra ajuda limitada, que sejam progressivamente eliminadas as restrições impostas pelos outros países e que nestes se abram mercados aos produtos portugueses. E pelo que respeita à Espanha os delegados de Lisboa deparam com uma recusa: no ocidente europeu, os regimes de matiz socialista não querem admitir aquela, sem embargo de reconhecerem a sua importância no conjunto económico.

Noutro domínio, crescem as preocupações pela situação de Goa. Responsáveis indianos, e em particular o Primeiro Ministro Nehru, sobem o tom dos seus clamores: o Estado Português da Índia tem de ser integrado na União Indiana. Reconhece o Primeiro Ministro, explicitamente, a individualidade de Goa e as características ocidentais e cristãs dos goeses; promete respeitar aquela e estas; mas justifica a anexação territorial com base na unidade do sub-continente asiático, entendendo por inaceitável que, havendo a Índia obtido dos ingleses a sua liberdade, existam na sua ilharga áreas de «*domínio*» estrangeiro. Declara que se norteará por dois princípios: não violência, respeito da vontade popular. Logo após, a própria Índia atravessa um momento de sobressalto e emoção: Gandhi é assassinado. Salazar envia as suas condolências; Nehru agradece em termos correctos. E agora abre-se outro problema. Tradicionalmente, e nos termos dos acordos de Padroado com a Santa Sé, o Arcebispo de Bombaim é alternadamente de nacionalidade britânica e portuguesa; o actual prelado é britânico, e deverá portanto suceder-lhe um Bispo português; mas a esta solução opõe-se o governo de Nova Delhi, impulsionado pelo próprio prelado britânico, que propôs à Santa Sé um sucessor da sua nacionalidade, e sobretudo pelo bispo adjunto, Gracias, que é indiano e quer obrigar aquele a demitir-se, para o substituir. Salazar entende que Portugal não pode tomar a iniciativa de abdicar de qualquer posição que por direito lhe pertença; e que apenas o Vaticano pode suscitar uma questão a ser regulada por novo acordo de Padroado. Entretanto, Gracias agita-se, e faz declarações que excedem o seu

ministério religioso para assumirem carácter político, e anti-português. Lisboa faz sentir em Roma que à Santa Sé incumbe a responsabilidade de manter os prelados no domínio religioso ou, se este for excedido, de se dissociar das declarações que os mesmos proferirem, em matéria temporal. Não querendo desagradar a Portugal, país católico e missionário, nem à União Indiana, país novo cujo favor tenta conquistar, o Vaticano escolhe uma atitude ambígua: mas deixa perceber que tenciona renegociar os acordos do Padroado.

Entretanto, os círculos culturais de Lisboa festejam a visita de Pierre Benoit. Júlio Dantas, Egas Moniz, Mosés Amzalak, saúdam-no na Academia das Ciências: e o escritor francês, no seu agradecimento, faz o elogio de Salazar. Este envia flores a Marcelle Benoit, que lhe exprime «*do fundo do meu coração o testemunho da minha admiração*». E por seu lado Pierre Benoit escreve a Salazar: «*Penso em todos os cataclismos que poderiam ter sido evitados ao meu país nos últimos trinta anos se tivesse tido a boa sorte de ter à frente alguém como aquele a quem tenho a honra de dirigir estas linhas*». Depois, é o antigo rei dos belgas, Leopoldo, que passa em Lisboa, acompanhado da Princesa de Rethy. Leopoldo aposenta-se em casa de D. João de Espanha, deixa cartões a cumprimentar Carmona, e avista-se com Salazar durante hora e meia. «*Foi simpático comigo*», regista Salazar. «*Tinham-me dito que o Rei Leopoldo era um pouco como o Pai, tímido e silencioso. É verdade que falou menos do que eu, mas parece-me que apenas pelo motivo de eu falar mais do que Ele*». Leopoldo recorda a correspondência trocada com Salazar, poucos dias antes do deflagrar da guerra, numa tentativa de mediação entre os futuros beligerantes (1). E o antigo Rei está tão à vontade, «*sentiu que estava num país amigo e com pessoas tão amigas*», que «*me deixou óptima impressão*». Praticam os dois homens da «*situação actual do mundo, as perspectivas, as possibilidades de guerra, a situação económica de cada país do Ocidente, e muito desenvolvidamente da evolução provável dos regimes políticos*». Leopoldo interessa-se pelo regime português,

(1) Ver Volume III, págs. 222-225.

faz perguntas sobre a Constituição portuguesa. Depois ocupa-se da crise do trono na Bélgica. Salazar comenta que «*havia pelo menos dois pontos nessa questão que eram favoráveis, e não se deviam perder porque sobre eles se poderia construir o resto: um era que não estava em jogo nem se discutia a monárquia; o outro, era que não estava em jogo a dinastia e nem sequer o ramo reinante*». Para mais, havia a sorte de o Regente, Príncipe Carlos, ser homem sério e consciencioso, sem ambições. Leopoldo concorda, embora anote que o Regente está «*mal rodeado*», e pergunta a Salazar com «*ar da maior modéstia e simpatia se eu não tinha algum conselho a dar-lhe*». Salazar diz que Leopoldo seria hábil se deixasse regressar à Bélgica o Príncipe herdeiro, Balduino, «*porque estou convencido de que a questão deve ser conduzida de modo que se salve o máximo possível — o Rei; senão o Rei, o ramo reinante; senão este, a dinastia e com esta a monarquia*». Leopoldo revela que estivera na antevéspera a tratar do caso com Spaak, mas nada ficara resolvido; agora ia dar um passeio às Antilhas; desejava que o Príncipe herdeiro, que está com dezassete anos e tem «*levado quase vida de prisioneiro*», fosse aos Estados Unidos porque lhe faria bem a visita a um grande país; mas receava que o regresso do Príncipe Balduino à Bélgica fosse o primeiro passo para o seu afastamento definitivo. E Leopoldo diz isto «*com timidez e pareceu-me com um ar de tristeza*». De tudo, conclui Salazar, «*só não gostei de uma coisa: pareceu-me que o Rei deseja, Ele próprio, dar um salto aos Estados Unidos, quando acabar ou durante a sua visita às Antilhas. Desde que o Regente está convidado para uma visita oficial, julgo que o Rei devia abster-se de aparecer, mesmo no mais rigoroso incógnito*» (1). Mas a visita de Leopoldo a Portugal passa sem repercussão. E no público suscita mais interesse uma larga exposição, organizada por António Ferro, e subordinada ao tema: «*Catorze anos de política de espírito*».

---

(1) Como se sabe, a crise belga, motivada pela atitude do Rei Leopoldo durante a guerra (em que o Rei, perante a invasão da Bélgica pelos alemães, resolveu constituir-se prisioneiro destes e não abandonar o país, sendo acusado de colaborar com os invasores), teve como desenlace a Regência do Príncipe Carlos, a abdicação de Leopoldo e a ascensão de Balduíno ao trono.

6

Entre Fevereiro e Abril de 1948, Salazar está entregue à rotina da administração pública. Embora a sua saúde não seja o que era, sente-se quase refeito. Justamente, fora convidado pelo Regente belga, Príncipe Carlos, a ir à Bélgica repousar. Não pode: «*difícil continua a ser que eu vá descansar uns dias à Bélgica, ao menos nos tempos mais próximos. Cada vez está mais pesada a vida; cada vez é menos fácil abandonar, mesmo por pouco tempo, este pequeno barco. Por outro lado, não estou ainda restabelecido*» e «*continuo a defender-me de tudo para poder trabalhar*». E agradece ao Regente em carta; mas «*já não tenho tempo de, como de costume, fazer a tradução francesa*»; e remete a carta por intermédio de Vieira Leitão, em Bruxelas, a quem confia o encargo de a traduzir, pelo que vai aberta e «*mando junto umas folhas de papel para a tradução se lhe for necessário*». E junta um exemplar do *Inventário Artístico* de Portugal, referente a Coimbra, para ser oferecido ao Regente, porque pode dar ao Príncipe «*algum prazer reviver, através das reproduções, uns momentos do seu descanso na Beira*». No exemplar, nada escreve «*porque a gente não sabe nada do protocolo dos Reis*». No plano externo, Salazar vê com apreensão o agravamento dos problemas internacionais, em particular na Europa ocidental; e no plano interno começa a tomar vulto e a influenciar o ambiente a perspectiva da eleição presidencial. A propósito do *31 de Janeiro*, esboçara-se alguma agitação; e a polícia efectua algumas prisões. Nada afecta, contudo, a ordem pública. E Salazar intensifica agora a actividade política das forças que apoiam o governo. Entre estas, há que estimular de novo o movimento da *União Nacional*. Para o efeito, começa a receber com frequência Marcello Caetano, que se mantém na chefia da Comissão Executiva. Caetano, por seu lado, percorre as capitais de distrito, procura reorganizar e revitalizar as comissões regionais do movimento. E estabelece um plano para aproveitar as datas de significado político, e que possam servir de pretexto à propaganda e afirmação do regime. E consta que Norton de Matos, perante a insistência de amigos, anuira a apresentar oportunamente a sua candidatura à Presidência da República.

De permeio, Salazar aplica-se a compor um prefácio para a quarta edição do Volume I dos seus *Discursos*. Que diz? Há vinte anos, se havia divergências quanto às causas e os remédios, havia unanimidade quanto à crise do país; impunha-se a seriação prioritária das questões nacionais; e quando pôs por ordem os problemas *financeiro, económico, social* e *político*, estava a traduzir uma preferência decisiva para a acção. Resolver o problema financeiro era assegurar a independência nacional: «*pelas suas faltas de devedor e urgência de dinheiro, Portugal teve de aceitar contratos leoninos e acordos cujas cláusulas se afastavam do teor normal entre pessoas ou Estados solventes*» e em que contavam «*pouco os direitos, a integridade, a soberania de uma Nação, suposta independente, segura e garantida*». Além disso, «*um país que preza a independência tem de acautelar-se de criar pontos vulneráveis tanto nas suas finanças como na sua economia*». Ordenado o problema financeiro, havia que ser prudente quanto à questão económica, precisamente para se não criarem novas dependências, e tudo dentro de um nacionalismo económico que não fosse socialista, autárquico ou exclusivista. Nesta base pôde o país progredir e daí partir para atacar o problema social, uma vez que para distribuir é preciso criar. Mas a criação da riqueza não é viável através da socialização nem dos conflitos de classe; e apenas é possível com uma economia global próspera, a dignificação do trabalho, o acesso de todos à propriedade, o aproveitamento dos maiores valores sem privilégios de fortuna ou nascimento. Pelo que respeita ao problema político, «*sinto-me embaraçado*». Não é solução definitiva a Constituição de 1933, e há que evoluir; mas «*uns pensam que essa evolução se fará com o fim de se completarem os seus princípios, enquanto outros, dominados pela pressão ideológica exterior, pretendem que deverá fazer-se no sentido da reposição das ideias — causas da nossa decadência passada*». Depois da guerra, houve uma regressão do pensamento político; e parece que se oscila entre o empirismo inglês e o sovietismo russo. Diz-se que as nações «*devem fazer — e pagar — a aprendizagem da liberdade*»; mas «*chega a temer-se que os governos tenham força para governar e, com o terror pânico da autoridade, vão os países um a um, por métodos mais ou menos democráticos, caindo no despotismo; não é*

brilhante». Por si, os governos comunistas tem as vantagens da facilidade de decidir e da rapidez de execução; mas, no seu conglomerado de misticismo e realismo brutal, tem contra si «*uma filosofia inconciliável com a dignidade humana e inadaptável às exigências da civilização ocidental*». Há hoje grande confusão na terminologia política, e há falta de *verdade* e de *sinceridade*. Já não governam os governos: defendem-se. «*Se os grupos partidários a cada momento se consideram candidatos ao Poder com fundamento na porção de soberania do povo que dizem representar, a maior actividade — e vê-se até que o maior interesse público — não se concentra nos problemas da Nação mas só na luta política*». Em Portugal, não se chegou ainda a uma fórmula que sintetise com felicidade e concilie a *luta política* e a *governação activa*, e a autoridade de um governo forte e livre com uma liberdade individual que se não afunde por hipertrofiada. Apesar de tudo, o país tem caminhado e progredido, e muito poucos portugueses terão sofrido na sua vida ou actividades com a «*nossa maneira de agir*». E «*alegra-me sobretudo que, tanto como os amigos, os adversários gozem tranquilamente daqueles benefícios a que tem direito como portugueses e do prestígio da Nação, que decerto os encherá do orgulho como patriotas*».

Como primeira data de valor político surge no mês de Abril, a 27, o vigésimo aniversário da entrada de Salazar para o governo. Das Juntas de Freguesia de Lisboa parte uma iniciativa: organizar uma grande manifestação nacional de homenagem. Rapidamente, a iniciativa ganha a adesão dos municípios da metrópole e do ultramar. Entretanto, a 15 de Abril, o Marechal Carmona perfaz também vinte anos na chefia do Estado; a sua figura é exaltada pela imprensa e o Presidente recorda para o *Diário da Manhã*, em entrevista concedida a Manuel Múrias, os alvores do *28 de Maio*, as incertezas, as dificuldades, até que o regime encontrasse o seu trilho ideológico. Mas à manifestação projectada para 27 de Abril opõe-se Salazar, e os organizadores desistem. Pelo país, todavia, multiplicam-se actos comemorativos. Pela *União Nacional*, pela *Liga 28 de Maio*, são promovidas sessões; e atingem vulto a de Coimbra, em que Cabral de Moncada faz o elogio de Salazar, e a do Porto, em que Veiga de Macedo exalta o chefe do governo, num Palácio da Bolsa que regorgita

de público. Noutro plano, são inauguradas numerosas obras públicas: e assume particular relevo a abertura de 243 escolas com seiscentas salas de aula. Professores de Coimbra e outros homens proferem conferências (1); e na Assembleia Nacional, sob a presidência de José Alberto dos Reis, os deputados Bustorff Silva, Henrique Tenreiro, e Froilano de Melo traçam o elogio do chefe do governo. E depois os mestres de Coimbra, com o Reitor Maximino Correia, vêm a Lisboa cumprimentar Salazar (2). Este recebe-os, e sublinha que «*vinte anos seriam tempo de sobra para esquecer e ser esquecido*», salvo pela força dos «*laços da escola a que devemos a nossa formação*»; naqueles anos, «*a vida não tem sido fácil, nem doce, nem isenta das maiores preocupações e desgostos*»; e apenas de vez em quando brilha um «*raio de luz*», como é este momento de «*fraterna camaradagem*» com os colegas. «*Em todo o caso*», diz Salazar, «*em todo o caso espero ansioso o momento de regressar...*».

Num âmbito restrito, outras celebrações assumem matiz sentimental. Em 28 de Abril, Santa Comba Dão e Vimieiro estão festivas, engalanadas, com filarmónicas atroando as ruas. De manhã, grupos de mulheres depõem flores nos túmulos de Maria do Resgate e António de Oliveira, duas pedras em campa raza, à beira da Igreja de Santa Cruz, onde Salazar foi baptizado. E estão o Padre António Coimbra (3), e Marta, já com os seus sessenta e seis anos, e Elisa, apenas um ano mais nova, e Mário Pais de Sousa, antigo Ministro do Interior e que em Coimbra, quando estudante, coligia as lições de Salazar. Depois, durante o dia, comparecem membros do governo: João Costa Leite, José Frederico Ulrich, Luís Leite Pinto. E são os discursos, a exaltação do conterrâneo ilustre feita por José António Marques e Esme-

---

(1) Reunidas depois em separata, sob o título de *Um grande português e um grande europeu*. Colaboraram na iniciativa Cabral de Moncada, António Almeida Garrett, Ruy Ulrich (já reconcilidado com Salazar), João Ameal, Lopes de Almeida.

(2) Cabral de Moncada recusou-se a acompanhar os seus pares, não por hostilidade pessoal ou política, mas por não considerar *digna* essa deslocação a Lisboa.

(3) Não confundir com Padre António Nunes de Sousa, que baptizara Salazar, mas que entretanto morrera.

raldo Prata, a inauguração de novos edifícios para os Correios, a Caixa Geral de Depósitos, e o abastecimento de água à vila. E segundo o *Beira-Dão*, «*havia lágrimas nos olhos de muita gente*».

Salazar não comparece em Santa Comba. Nesse mesmo dia 28, mais de um milhar de oficiais das Forças Armadas, das mais altas patentes, vai a S. Bento cumprimentar o chefe do governo. Salazar responde à saudação do major-general do Exército, e insiste e repisa as suas teses. Leva vinte anos seguidos na gestão da coisa pública, e esta «*exagerada permanência*» deve-se à confiança do Chefe do Estado, que é fiador supremo de um pensamento de renovação nacional, e ao favor da Nação e suas forças, e entre todas à força armada, por cujas prosperidades faz votos. Espera que esta a todo o momento esteja ao serviço do país e da civilização cristã: e o facto leva a algumas considerações. Finda a guerra, e muito além das necessidades da sua segurança, a Rússia, com a força e a ameaça da força, enveredou por um imperialismo de clara hegemonia. As potências aliadas descansaram depois da vitória, como se significasse paz. Quer dizer que, para estas, o esmagamento da Alemanha era o objectivo da guerra. Para a União Soviética, o fim a prosseguir, se puder realizá-lo, é a revolução mundial. Num futuro próximo, as atitudes possíveis do Ocidente em relação à Rússia são: a guerra, o isolamento, a colaboração pacífica na sociedade internacional. Pelas suas riquezas, valor, ciência e arte, seria desejável a colaboração russa, sob condição de Moscovo deixar de «*representar o papel de inimigo de toda a ordem constituída e de fomentador de revoluções*». Mas a Rússia pode praticar o isolamento, porque tem condições para se fechar sobre si mesma. Querê-lo-ão os dirigentes soviéticos? Não se afigura que o venham a preferir: «*a grande, porventura insolúvel, dificuldade estaria em conciliarem um isolamento que fosse instrumento de defesa e impermeabilidade às ideias e instituições do Ocidente com uma acção de presença internacional, suficientemente vincada para defender interesses ou atingir o objectivo de livre acesso aos grandes mares, que a Rússia tem desde há séculos pretendido*». E a pior hipótese «*seria evidentemente a guerra*». Para o Ocidente seria uma catástrofe: este «*mergulharia então na decadência, na sua longa, trágica e porventura definitiva*

noite»: e isso mesmo independentemente do sinal da vitória. Daqui há que tirar duas conclusões: «*primeira, o Ocidente não se lançará por deliberado intento em guerra contra a Rússia; segunda, o Ocidente tem de empregar os máximos esforços para evitar que a Rússia se lance em guerra contra ele*». Se se reconstituirem a Alemanha e a Itália, e forem chamadas à colaboração com o Ocidente, este terá elementos morais e materiais de resistência. Resta saber como deverá esta ser organizada. Não parece que deva ser supranacional nem federal: há que ser realista e aproveitar a base nacional, ou seja, a existência de nações independentes: e estas fornecerão suficiente ponto de apoio para «*os entendimentos precisos*». Mas esses entendimentos, além de evitarem a guerra, serão bastantes para reconduzir a Rússia à melhor política sob o aspecto dos seus próprios interesses e dos interesses mundiais? «*Devo dizer que não o considero assim*». E isso porque a Rússia há-de utilizar «*todos os fermentos de indisciplina e rebelião contra as sociedades organizadas em bases diversas das suas, e fora das suas fronteiras tudo faz por dividir e enfraquecer as nações*»; e o «*apoio material, a preparação dos chefes sediciosos, o envenenamento doutrinal através dos mil meios da propaganda moderna tendem a criar em cada país, ao mesmo tempo que um factor de desagregação nacional, pontos de apoio à política externa dos sovietes*». Por outras palavras: «*essa suposta frente que o Ocidente tende a organizar é contrabatida, minada, posta em perigo na retactaguarda por potencial inimigo*». De tudo resulta uma funda perversão da inteligência contemporânea, e «*poucos momentos terá havido através dos séculos de maior perturbação mental do que a vivida no nosso tempo*». Por mórbido gosto de inedetismo, ou de novidade, ou de oposição, e não por amor da verdade, «*muitas inteligências se empregam em colorir com as ostentações da ciência os pontos de partida e as conclusões do comunismo*». Aliás, «*não é a primeira vez na história do mundo que a inteligência trai o espírito*»; e «*pelos mesmos motivos a política pode atraiçoar o interesse da nação*». E Salazar conclui. Conclui afirmando que apenas perante um auditório militar se permitira tão crua linguagem: e que em verdade só importa saber que «*em cada momento nos*

encontramos todos ao serviço da Nação e dos princípios que em oito séculos cimentaram a sua história».

Dias depois, Salazar vai ao gabinete dos majores-generais do Exército e da Armada retribuir os cumprimentos. E a imprensa comenta simultaneamente os vinte anos de governo e o discurso de 28 de Abril. Escreve o *Diário de Notícias:* são «*vinte anos de ininterrupta afirmação nacional*». Escreve o *Século:* a pátria portuguesa está de «*dia para dia mais digna do seu passado e mais apta para conquistar o futuro a que tem direito*». E muitos jornais traçam paralelos entre o discurso de Salazar e as declarações de Secretário de Estado Ernest Bevin relativas à defesa do Ocidente perante a agressividade da União Soviética. E outros órgãos recordam o passado, os primeiros discursos de Salazar, o caminho percorrido. Em vinte anos, o antigo professor de Coimbra formara seis governos; e alguns companheiros da arrancada inicial — Duarte Pacheco, Manuel Rodrigues, outros ainda — haviam já morrido. Em torno de Salazar, porém, constituira-se um vasto círculo de homens devotados, de partidários, de conselheiros escutados, de defensores estrénuos, de executantes capazes e de alta inteligência, e cujos nomes aparecem sempre nas crises, nas emergências, nos postos de confiança e responsabilidade. E estes homens têm por seu turno outros homens que lhes são dedicados, e que preenchem as segundas linhas. É todo um *mundo salazarista* que se identifica pelo comportamento, pela afinidade ideológica, pela subordinação à mesma autoridade carismática. E, além de vinte anos no governo, Salazar cumprira cinquenta e nove anos de idade.

7

Perante o crescente embate entre os ocidentais e a União Soviética, parece inviável organizar a comunidade internacional do após-guerra. No Extremo-Oriente, lavra na China a luta sem quartel entre nacionalistas e comunistas; o Japão está militarmente ocupado e por todo o sudeste asiático, desde a Indochina à Indonésia, a instabilidade, o conflito, a guerra local constituem os traços dominantes. Mas para a paz mundial é a Ocidente que

se apresentam mais graves os problemas; e entre estes preocupa os espíritos a questão alemã. Estabelecida uma administração quadripartida da Alemanha, organizam-se zonas de ocupação, atribuídas aos Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética; e da mesma forma é dividida a cidade de Berlim, que fica submetida a uma gestão interaliada. Moscovo rompe os acordos quadripartidos, e procura integrar Berlim na zona soviética; e para o efeito o comando russo cerca militarmente as zonas ocidentais da antiga capital alemã. É o *bloqueio de Berlim*. Respondem os ocidentais com uma *ponte aérea*, que assegura o abastecimento das áreas por que são responsáveis. Sobe o estado de tensão por toda a Europa. E são lançadas ideias para uma defesa colectiva do ocidente europeu em face da agressividade russa: Churchill funda o *Comité Provisório da Europa Unida*, a que se segue o *Movimento Europeu*, sob a presidência conjunta daquele e de Léon Blum, Alcide de Gasperi e Paul Henri Spaak; é sugerida a criação de uma *União Europeia*, de uma *Federação Europeia*; pensa-se num *Conselho da Europa*, num *Parlamento Europeu*; e debate-se a proposta de um *Exército Europeu*. Alguns países firmam uma aliança política: a Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo únem-se no *Benelux*. Pelo *Pacto de Bruxelas*, a Inglaterra e a França juntam-se ao Benelux. E naquele mês de Abril de 1948 os ocidentais travam em Washington conversações exploratórias: pensa-se num acordo mais amplo para defesa do Ocidente europeu, do Atlântico Norte, dos Estados Unidos, do Canadá. Do mesmo passo, os aliados ocidentais verificam que se impõe reconstituir a Alemanha, e chamá-la à colaboração europeia. Entretanto, na Organização das Nações Unidas é áspero e ameaçador o debate entre ocidentais e soviéticos. E menos de três anos após a catástrofe mundial, tudo parece a ponto de se repetir. Salazar comenta para Palmela: «*as coisas vão-se agravando de momento a momento, os trunfos estão quase todos nas mãos da Rússia, para as quais levianamente os grandes dirigentes das potências ocidentais os transferiram*».

8

Em virtude do despacho de Salazar de 27 de Abril, adjudicando a construção da ponte sobre o Tejo em Vila Franca de Xira, as populações beneficiadas do Ribatejo e do Alentejo resolvem exprimir o seu regozijo, e em 10 de Maio acorrem ao Terreiro do Paço muitas dezenas de milhar em manifestação de apoio. Rodeado de campinos, pescadores da borda d'água, camponeses, Salazar dirige-se à multidão: «o governo *nada fez para ser agradável, mas tudo fez para ser útil*»; «*a data (de 27 de Abril) poderá não ser simpática a toda a gente mas tem ao menos a virtude de uma certa historicidade*»; «*e daqui a dois anos e pouco, nós iremos a Vila Franca de Xira pagar esta visita e inaugurar a nova ponte*». Do facto tiram os homens do regime e a imprensa partidária motivo para exaltar a obra do Estado Novo. Mas logo após é aproveitada uma data de mais significado. Em 5 de Julho seguinte cumprem-se dezasseis anos sobre o dia em que Salazar assumiu a chefia do governo. É recordado o caminho percorrido, são repostas na memória da opinião pública as vicissitudes atravessadas: a restauração financeira, a conquista da ordem púbiica, o triunfo da neutralidade na guerra. E de novo se repara, além fronteiras, na situação portuguesa. Em alguns jornais franceses traça-se um paralelo entre Salazar e Charles de Gaulle. Na *Gazette de Lausanne* atribui-se a Salazar a «*renascença de Portugal*». Paul Bartel, velho conhecido que se avistara com Salazar nos seus primórdios políticos, declara para a imprensa francesa que o chefe do governo português «*é um dos maiores homens de hoje*». Gilberto Freire, que representara o Brasil na Unesco (1), passa em Lisboa, confessa a sua surpresa perante o prestígio de que Portugal goza em França. Colin Coote, grande jornalista britânico e que se tornara amigo e admirador de Salazar, afirma no *Daily Telegraph* que Portugal constitui um oásis no deserto da Europa desorganizada; e, em Espanha, Martin

(1) Como se sabe, designa-se assim por abreviatura, a organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Artajo (1) faz a exaltação pública do chefe do governo português e seu regime. Assis Chateaubriand, nos *Diários Associados* do Brasil, e McCormick, no *Chicago Tribune*, participam do friso de admiradores e defensores de Salazar. E na *Sociedade Anglo-Portuguesa*, em Londres, Lord Templewood, recordando os seus tempos dramáticos da guerra em Espanha e as suas visitas a Salazar em Lisboa, mais uma vez acentua a estatura, o humanismo, o alto virtuosismo do chefe do governo português. No polo oposto, e dado o abismo ideológico cavado nas forças políticas ocidentais, muitos órgãos da imprensa esquerdista europeia não cessam nos seus ataques ao «*ditador*» de Lisboa e ao seu regime «*fascista*». E num mundo convulso, e numa Europa instável em que tudo é precário, Salazar aparece a uns e outros como um caso ímpar de capacidade política: é uma *instituição* permanente: faz parte da cena internacional.

Com a entrada do verão, não está sereno o ambiente político. É conhecida a sentença lavrada contra os oficiais implicados na tentativa de sedição no mês de Abril de 1947: e imediatamente aquela é explorada pela oposição. Esta sente-se desanimada, todavia, *pela visita de uma poderosa esquadra americana a Lisboa* em fins de Junho de 1948, e que toma como expressão de apoio ao governo. Nem por isso, no entanto, deixa de agitar os meios políticos. No fundo, há uma preparação para a campanha presidencial. Em surdina, circula um nome entre os adversários do regime: Norton de Matos (2). Mas o chefe do governo tem outras informações: alguns grupos, que se afirmam adeptos da situação mas que no íntimo procuram derrubá-la, pensam em lançar como candidatos o coronel Passos e Sousa e o brigadeiro Costa Ferreira. Salazar recomenda a todos os ministros que, nos seus departamentos, intensifiquem a acção política: há que frustrar a apresentação de candidaturas que não sejam claramente do governo ou dos seus adversários. E neste sentido há que aproveitar como

---

(1) Político espanhol e ministro dos Estrangeiros durante longos anos.

(2) Será inútil recordar que o general José Mendes Ribeiro Norton de Matos, fora Ministro da Guerra nos gabinetes José de Castro (1915), Afonso Costa (1917). Fora depois Alto Comissário em Angola. Está neste momento com 80 anos.

cartaz a *Exposição de Obras Públicas*, há pouco aberta no Instituto Superior Técnico, para documentar as realizações efectivas do Estado Novo. Salazar visita-a, e anota no *Livro de Ouro:* «*coisas muito grandes tornadas realidades*». E Marcello Caetano, sobre sugestão de Salazar e Ulrich, leva à *Exposição* os dirigentes das comissões distritais da *União Nacional*. Salazar felicita aquele pelas palavras então pronunciadas: «*muito gostei do discurso aos homens da U. N. na sua visita à Exposição*» e «*o entusiasmo deles vai transmitir-se a outros*». Mas apesar das núvens que toldam o ambiente interno, não se mostra apreensivo o chefe do governo.

Na União Indiana, uma campanha de imprensa reclama Goa, Damão e Diu. Sem embargo, Lisboa deseja abrir relações diplomáticas normais com Nova-Delhi; e Palmella, em Londres, aborda o assunto com o Alto Comissário indiano, Khrisna Menon, que dá o acordo do seu governo àquela intenção. Preferiria a União Indiana, todavia, que o estabelecimento daquelas relações subentendesse ou coincidisse com qualquer alusão ao futuro dos territórios portugueses. Mas Lisboa mantém-se terminante: Goa, Damão e Diu são parte de Portugal: o seu estatuto não é passível de discussão com quaisquer potências: e as relações diplomáticas tem de ser firmadas sem condições prévias, ou compromissos, ou não o serão. Nova-Delhi acaba por concordar ser prematuro levantar o problema e em qualquer caso, se vier a ser debatido entre governos, a existência de representação diplomática é essencial a esse debate. Menon propõe-se ir a Lisboa para ultimar o assunto; mas a sua visita sofre sucessivos adiamentos. Entretanto, levantam-se rumores de contactos e mesmo de conluio entre Lisboa e Hyderabade (1), de forma hostil para Nova-Delhi; os jornais acusam o governo português de fornecer armamento a Hyderabade; este estaria ademais interessado no porto e no caminho de ferro de Mormugão; e correm rumores de que Sir

(1) Hyderabade é um dos Estados indianos que não quis integrar-se na União Indiana. Sob a chefia do Nizam (título do soberano), pretendia manter-se independente.

Alexander Roger (1), que se desloca a Lisboa com frequência, é o intermediário entre o Nizam e Salazar. Mas Lisboa, em modo convincente, desmente categoricamente todos os boatos, e nega a existência de quaisquer combinações. Depois, enxerta-se outro problema: o do Padroado português do Oriente. E efectivamente Nova-Delhi suscita o caso junto do Papa e de Monsenhor Tardini, com o intuito de eliminar de jurisdição eclesiástica portuguesa qualquer território indiano; mas Lisboa entende que, tratando-se de acordos entre Portugal e a Santa Sé, apenas a esta compete levantar o assunto; e Tovar (2) recebe instruções para aguardar as iniciativas do Vaticano. Menon, por seu turno, continua sem poder vir a Lisboa, invocando os seus afazeres em Londres. Caeiro da Matta, que se propõe seguir para a sua habitual cura em Vittel, sugere um encontro em Paris. Aquele aceita. E na conversa de Paris, entre Caeiro, Marcello Mathias e Menon, alcança-se um entendimento quanto à abertura de relações diplomáticas e aos termos da nota oficiosa a emitir. Esta é publicada a 12 de Agosto de 1948. E logo após, Lisboa solicita o acordo de Nova-Delhi à nomeação de Vasco Garin para ministro de Portugal na União Indiana.

Em Conselho de Ministros, Salazar faz larga exposição do problema. Antevê a evolução com pessimismo. Nota que Nehru reconhecera a tipicidade de Goa, Damão e Diu; regista que Menon acentuara a Palmella, por mais de uma vez, que a Índia queria respeitar a vontade das populações e desejava portanto que estas decidissem por plebiscito; Salazar não confia, no entanto, naquelas afirmações; considera como mau preságio as cedências que os franceses se preparam para fazer quanto aos seus estabelecimentos na Índia, muito embora não exista analogia entre o estatuto destes e o dos territórios portugueses; e para o chefe do governo a melhor defesa de Goa está no pacifismo de que Nehru é paladino, e que inibe a União Indiana de usar

(1) Sir Alexander Roger era presidente da Carris de Lisboa e dos Telefones, até à adquisição destas companhias por Portugal. Amigo pessoal de Salazar.

(2) O Conde de Tovar fora colocado como embaixador no Vaticano, tendo Carneiro Pacheco passado para Madrid.

a força como método de conquista, sob pena de se negar e destruir a sua autoridade moral e influência no Mundo. Em qualquer caso, Nova-Delhi não tem legitimidade para reivindicar Goa, e a Portugal é defeso entrar em debate ou negociação que envolva a soberania portuguesa; e Nova-Delhi apenas pretende incorporar Goa, pelo que estará interessada somente em negociar a transferência de soberania, e mais nada. Mas o futuro de Goa depende também da vontade política do Ocidente: este quererá afirmar-se e defender-se, ou não? Neste particular, Salazar está sombrio: a União Soviética acaba de reafirmar a *pureza* de uma directriz leninista-estalinista: compreendeu que o comunismo, sob risco de extinção, tem de estar em ofensiva permanente: e por isso o seu objectivo há-de ser o da socialização da Europa sob a hegemonia de Moscovo. Sem embargo, Salazar espera que ainda seja possível evitar uma nova guerra, pelo menos a curto prazo, e Portugal em nada deve contribuir para a perda de posições que, além de portuguesas, são por esse facto ocidentais também.

Está a aproximar-se a data da eleição presidencial. Nos inícios daquele verão de 1948, fala-se já abertamente numa candidatura Norton de Matos. Alguns órgãos de imprensa perguntam se este se apresentará ao eleitorado. E a Norton de Matos atribuem-se declarações: está revoltado contra o Estado Novo, e tudo fará para o derrubar, se eleito Presidente.

9

Efectivamente, em 9 de Julho de 1948, dá entrada no Supremo Tribunal de Justiça o documento de candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República. E nesse mesmo dia o candidato convida para a sua casa de Lisboa, no n.º 5 da Travessa da Bela Vista à Lapa, os representantes da imprensa nacional e estrangeira. Estão presentes cerca de trinta jornalistas, e entre estes vêem-se redactores de *A Voz*, das *Novidades;* e Norton faz-lhes declarações. Afirma desde logo que há vinte e dois anos está em oposição ao regime e que «*não penso noutra coisa que não seja fazê-lo desaparecer para sempre do meu paiz*»: e propõe-se restaurar uma democracia parlamentar.

Politicamente, como se define o candidato? É republicano, e não é «*conservador, nem socialista, nem comunista*»; e é um liberal. Dentro deste liberalismo advoga métodos rasgados para o progresso dos «*territórios portugueses*» e de todos os seus habitantes, «*brancos ou de cor*». Mas rejeita o socialismo e o comunismo: o primeiro, por inadaptável a Portugal; o segundo, porque o não compreende e por ser fonte de intranquilidade, receio e desassossego. E que apoios espera? Conta com as adesões de todos os portugueses que se oponham ao regime político em vigor; e porque é contrário «*a quaisquer excomunhões por motivos políticos ou religiosos*», não exclui o apoio de socialistas e comunistas. Depois, Mário de Azevedo Gomes e Eduardo Santos Silva, que acompanham Norton, fazem o elogio do candidato e a crítica da situação política. E ao outro dia a imprensa é autorizada a publicar uma nota sóbria dando conta da candidatura.

Ao mesmo tempo, Norton de Matos distribui um manifesto à Nação. Que diz? Antes de mais, tem em mente o Ultramar. Este é um «*grande campo de acção*» perante o qual, desde há séculos, tem «*desaparecido sempre todas as nossas discórdias, quando logra dominar-nos uma visão superior*»: e esta é a «*missão histórica de Portugal*». Como deve realizar-se? Há que «*levar a cabo a Unidade Nacional, concebida aliás desde a primeira hora das descobertas dos nossos antepassados*»; e isso porque «*a Nação é uma só, formada por territórios situados na Europa e por outros em continentes diversos, províncias portuguesas d'aquém e de além-mar, que assim lhe chamaram os nossos maiores*». Para este efeito, afirma Norton de Matos, a *Unidade Nacional* implica a *unidade territorial*, a *unidade económica*, a *unidade de acção*. Deste modo, «*não há política colonial, há apenas política nacional*» (1). Depois, o manifesto ataca o regime

(1) Depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, a figura de Norton de Matos tem sido largamente explorada. Mas *apenas como opositor de Salazar*. Ora a verdade é que, em matéria ultramarina, o pensamento de Norton de Matos (como o de todos os democratas portugueses) coincidia com o de Salazar, tal como consagrado no *Acto Colonial* e depois na Constituição de 1933. Mas este aspecto foi omitido por completo: e por isso o retrato que o 25 de Abril nos dá de Norton constitui não só uma amputação como uma traição à sua memória.

político, as instituições. Neste particular, Norton advoga o regresso à democracia parlamentar, e reivindica a amnistia para delitos políticos, a abolição da censura, a liberdade de organização e actuação de partidos, a liberdade de propaganda. Para além disso e no plano das garantias individuais, o candidato oposicionista retoma preceitos na generalidade consagrados na Constituição vigente. E em matéria de política externa, Norton de Matos segue Salazar: relações especiais com o Brasil, manutenção da aliança inglesa para «*troca de benefícios mútuos*», e boas relações de vizinhança e amizade com todos os povos (1). Através de tudo, Norton afirma com veemência a decisão de se manter dentro da legalidade, da ordem, do civismo. Dias depois, já em Agosto, Norton de Matos reúne-se em sua casa com alguns amigos políticos, e combinam a estratégia da campanha eleitoral. Surge a polícia, que penetra na entrada, e ocupa as imediações da residência. Saiem alguns dos convivas de Norton, e são presos. Passam as horas. Então Norton de Matos, que fica acompanhado por dois amigos, telefona para a residência de Salazar, e expõe o que se passa a um secretário do chefe do governo. «*Pouco tempo decorreu e tudo se sanou: a polícia retirou; os meus dois amigos puderam sair sem que alguém interferisse com a sua liberdade e os outros sete que tinham sido presos puderam seguir para suas casas*». E Norton de Matos apressou-se «*a apresentar os meus agradecimentos*» a Salazar, «*juntamente com a afirmação da minha alta consideração e respeito*».

Na aparência, é moderada a atitude assumida por Norton de Matos. Mas Salazar não sente ilusões, e está convencido de que a candidatura daquele, em virtude das forças que a alimentam, se transformará em campanha que há-de pôr em causa a obra feita. E quando, em 29 de Agosto, no cinema Tivoli, Salazar assiste à exibição de um documentário sobre Obras Públicas, na presença de governadores civis, presidentes de municípios, jornalistas, faz afirmações de quem está preocupado com o acto político que se avizinha. E diz: «*não tardará muito que a Nação*

(1) Para a imprensa estrangeira, Norton de Matos forneceu traduções do manifesto para francês e inglês.

tenha de ser consultada sobre as suas preferências por esse princípio de governo ou sistema de administração» que significam riqueza, prestígio, bem comum, «*em contraste com a desordem, decadência, vergonha e destruição*».

Nos primeiros dias de Setembro, Salazar sai para a sua aldeia, a sua vindima, as suas férias. E «*em paz, se me deixarem*».

10

No Vimieiro, Salazar está em contacto com os ministros. Caeiro da Matta traz dois problemas de política externa: insiste a Espanha em que seja renovado espectacularmente o *tratado* de amizade e não-agressão entre os dois países, firmado em 1939 e que expira em Setembro; e o ministro dos Estrangeiros de Espanha manifesta a Carneiro Pacheco o empenho do generalíssimo Franco em visitar Portugal, sugerindo que este fica esperando um *convite*. Por sua parte, os espanhóis justificam aquele empenho: está ajustada para a primavera de 1949 uma visita do Presidente argentino, Péron, a Madrid; Franco retribui-la-á no outono seguinte; mas o generalíssimo não desejava efectuar nenhuma visita oficial ao estrangeiro antes de a fazer a Portugal. Como reage Salazar perante os dois problemas suscitados pela Espanha? «*A prorrogação expressa do Tratado de Amizade permite afirmar o seu valor no passado e demonstra confiança no seu valor para o futuro. Compreende-se o interesse da Espanha no caso: o isolamento a que a tem condenado a generalidade dos países faz com que busque, reforce ou multiplique as ocasiões de afirmar que não está só. Por outro lado, a amizade leal e desinteressada de Portugal é um contrapeso útil na sua política com a Argentina, à qual está e deve estar muito grata por ter tido a coragem de romper o cerco*». Não vê Salazar qualquer inconveniente em anuir ao desejo espanhol neste particular e «*podem notar-se-lhe algumas vantagens, a mais importante das quais é chamar a atenção para os frutos da política seguida na Península*». Mas a visita de Franco já suscita maiores dúvidas, e não lhe podia dar resposta tão rápida. «*A Espanha, desejando a visita, procura realmente mostrar a todos que não está isolada. Mesmo que a*

visita apareça, como aparecerá, como retribuição da que o Marechal Carmona fez a Madrid e Barcelona em 1929, o efeito internacional será o mesmo. Para Portugal, esse acto representa uma deferência e confirma as excelentes relações que temos feito jogar em favor do ocidente. Que nestes tempos calamitosos, mais ainda que os da guerra, Portugal se revele em condições de ajudar ao entendimento da Espanha com as chamadas potências ocidentais, só nos pode favorecer e favorecer o Ocidente». Mas há um ponto obscuro na questão: «*a possível reacção das grandes potências, reacção desfavorável para a Espanha ou que prejudicasse a evolução que em sentido mais compreensivo elas estão fazendo*». Esta evolução está-se verificando, e «*a imprensa mundial por seu lado já tem podido chamar a atenção para a pouca inteligência e razão das potências ocidentais na sua atitude para com a Espanha*». Ao receber Franco, «*nós estamos na linha geral*». Por isso, pode ser dada «*uma resposta favorável em princípio*». Esta, a pedido de Madrid, foi guardada em estrita confidência; e «*por isso estranhamos que a coisa tenha transpirado e chegado a Londres*». Fica aprazada para a segunda quinzena de Outono a visita, sujeita a alterações impostas por desenvolvimentos ulteriores.

Para o imediato, multiplicam-se as actividades da *União Nacional*. Está no ar, lançada por Marcello Caetano, a ideia de uma nova *Conferência* do movimento, talvez a realizar no Porto. Marcello Caetano percorre o norte, em viagem política. Encontra-se com Salazar no Vimieiro, e em longa conversa analizam a situação e consideram planos de campanha. Realidades de hoje, contudo, não apagam o passado, e Salazar é fiel às suas raízes, aos tempos que foram. Lembra-se do Padre Matteo, do sacerdote que há mais de vinte anos fora companheiro nos *Grilos*, do místico que o aconselhara a aceitar a pasta das Finanças e perante quem havia comungado antes de comunicar a Duarte Pacheco a decisão de assumir aquele encargo. E agora cumprem-se cinquenta anos de vida sacerdotal do Padre Matteo: Salazar, que de longe tem seguido as suas peregrinações pelo mundo, não se esquece do velho padre, que para mais está doente, e alquebrado, depois de muito caminhar em nome de Cristo-Rei: e envia a Matteo um telegrama de afecto e felicitações pelo jubileu. E aquele agradece: manda a Salazar uma fotografia e uma longa

carta. Trata-o de «*querido, muito querido e inolvidável amigo*». E elogia Salazar pela sua coragem «*de maravilhoso homem de Estado*»; sente-se «*comovido e orgulhoso*» da amizade de Salazar e abraça-o «*com um coração grande, como outrora nos Grilos*»; e acentua que «*nesta hora de trevas, nesta hora de Judas e de Pilatos, Cristo tem necessidade urgente de amigos e soldados da sua envergadura e da sua têmpera*». Matteo não sabe que «*corrente de opinião o cerca* (a Salazar) *no seu país, mas sei positivamente quanto Roma aprecia o seu magnífico trabalho, tão discreto como prudente, na recristianização social e nacional*». Tem Salazar inimigos? É «*evidente e inevitável, dada a sua missão e a sua fidelidade aos grandes princípios*»; mas deve consolar-se porque tem também «*um grande regimento de amigos decididos, que se fariam massacrar por si e pela sua causa*»; e à «*cabeça destes encontro-me eu*». E Matteo recorda a inesquecível véspera da sua partida dos Grilos: «*falámos então até tarde pela noite dentro*»: e desde então ficara amigo «*para a vida e para a morte*». Mas o Padre Matteo confessa uma tristeza: «*o bom Cardeal Cerejeira não me escreve há anos, e isso causa-me grande dor, porque me sinto fortemente ligado à vossa pátria, a terra de Santa Maria*». Quanto à fotografia, «*guarde-a perto, muito perto dos seus olhos e sobretudo do seu coração, e que nas horas de luta e de angústia a imagem do seu pobre e grande amigo o conforte e o lance nos braços e no Coração de Jesus*» (1). E Matteo «*beija e abençoa*» Salazar. Mas estas sombras do tempo que foi misturam-se com os passeios na aldeia, e os cuidados com as latadas, e as conversas com o pedreiro Ilídio. De um caso especial trata com apego: o plantio de novos bacelos. Para o efeito, submetera um requerimento à repartição competente do Ministério da Economia. Acaba de receber comunicação oficial de que é deferido o seu desejo, nos termos da lei (2). E Salazar combina com a Marta a plantação urgente dos

---

(1) Salazar guardou a fotografia, que encontrei entre os seus papéis perfeitamente conservada.

(2) A título de curiosidade, transcrevo o despacho do ministério da Economia: «*S.E. o Director Geral encarrega-me de comunicar a V. Ex.ª que por despacho de 12-6-1948 foi deferido nos termos da informação o requerimento*

bacelos novos. De permeio atravessam-se os negócios do Estado. Há problemas que são solúveis enquanto em Santa Comba. Com Caeiro da Matta combina uma alteração da resposta de princípio dada aos espanhóis: renovar o *Tratado* mas adiar a visita de Franco. E com efeito, em 20 de Setembro, Caeiro e Nicolau Franco prorrogam por mais dez anos o *Pacto Peninsular*. Mas é dito ao embaixador que a vinda do generalíssimo é decerto encarada com o maior gosto: atenta a proximidade da eleição presidencial, todavia, parece preferível que apenas depois desta se efective aquela visita. A Santa Comba chegam também os ecos da emoção sentida pelos fiéis católicos de Lisboa, e até do país: em 1 de Outubro morre o Padre Francisco Cruz — o *Padre Cruz* — havido como benfeitor e santo pelo povo: e dois dias depois, em S. Domingos, o Cardeal Cerejeira preside a exéquias solenes e ao funeral a que concorrem multidões como não há memória. Entretanto, levanta-se uma crise ministerial limitada, e Salazar nos inícios de Outubro está de retorno a Lisboa.

Daniel Barbosa acaba de solicitar a sua demissão de ministro da Economia. Lavra uma campanha contra o ministro, decerto, e círculos económicos e financeiros acusam-no de uma política de facilidades, permitindo a delapidação de reservas para financiar consumos. Salazar, no entanto, julga inoportuno o afastamento de Daniel Barbosa, talvez mal interpretado pela opinião pública. Já em Lisboa, avista-se com Carmona, e este concorda em que se procure sustar a demissão do ministro. Neste sentido, são feitas diligências junto daquele, mas em vão; e Daniel Barbosa escreve ao chefe do governo uma carta terminante. Salazar dá conta ao Presidente de que vai procurar substituir o titular da Economia (1). Ao outro dia, convida Castro Fernan-

---

do Exm.º Sr. Dr. António de Oliveira Salazar pedindo autorização para plantar 320 bacelos em 420 m² e 2.000 bacelos em 2.700 m² em dois talhões, numa propriedade denominada Quinta das Ladeiras e situada na freguesia da Ovoa, Santa Comba Dão. Nos termos do Art. 1 n.º 6 do Dec. n.º 33 544, é permitida a pretensão, não podendo exceder a área e o número de pés indicados. 12 de Junho de 1948. O Chefe da Repartição. a) N. Azevedo Coutinho». Tem à margem a nota: «*Pagou 232$00*».

(1) Por documentar o *clima* das relações entre os dois homens, transcrevo na íntegra a carta de Salazar a Carmona: «*Senhor Presidente, em segui-*

des, que exerce as funções de sub-secretário das Corporações e Previdência Social, e que aceita; e em 16 de Outubro toma posse da Economia (1). Para render Castro Fernandes, Salazar recruta Mota Veiga (2), que se dedicara a problemas de trabalho e economia. Na pasta da Economia há outras modificações: sai Correia de Barros do subsecretariado do Comércio e Indústria e entra Jorge Jardim; do da Agricultura sai Luís Quartin Graça e entra Pereira Caldas. Na opinião pública há alguma surpresa. Mas não se produz sobressalto de monta, e compreendem-se os riscos da política de Barbosa.

No país, a atenção é desviada para outros acontecimentos. É sabido que Carmona se encontra doente, e na sua idade qualquer mal pode assumir carácter grave; e logo o assunto é objecto de especulação política. Corre também que Norton de Matos acaba de dirigir a Salazar uma representação: pede garantias de liberdade de propaganda da sua candidatura, de fiscalização do sufrágio, de revisão do recenseamento, de consulta dos cadernos eleitorais. E efectivamente, em documento datado de 2 de Outubro, Norton apresenta aquelas reclamações. Salazar julga prematura uma resposta. E quando é encerrada a Exposição de Obras Públicas, a 7 de Novembro de 1948, ainda se encontra enfermo o Chefe do Estado. Na cerimónia, Salazar substitui o Presidente. E o chefe do governo faz declarações. Nada deixa transparecer dos pedidos de Norton. Regozija-se com o êxito da Exposição: meio-milhão de portugueses, e com estes muitos estrangeiros, admiraram o esforço realizado em quinze anos de obras públicas. E não foram apenas restaurados os palácios, os castelos, os tem-

---

mento à conversa que com Vossa Excelência tive na terça-feira, tenho a honra de comunicar que fracassaram todos os esforços empregados para levar o Eng.º Daniel Barbosa a renunciar ao seu pedido de demissão de Ministro da Economia. Recebi hoje dele uma carta que considero encerrar a questão definitivamente. Procuro agora resolver a dificuldade que nos causa esta retirada pela forma possível, e logo tenha conseguido alguma fórmula de solução, terei de pedir a Vossa Excelência o obséquio de me receber para a propor. Com a mais subida consideração, de Vossa Excelência mto. att. obg. e grato, O. Salazar». Carta de 14-10-1948.

(1) De seu nome completo, António Júlio de Castro Fernandes.

(2) De seu nome completo, António Jorge Martins da Mota Veiga.

plos de um povo carregado de história e de arte. Foram as largas estradas e caminhos rústicos, fábricas e igrejas, portos e barragens, escolas e hospitais: muito, enfim, do que é próprio de uma «*sociedade hierarquizada sem privilégios, trabalhadora sem servidão, modesta sem miséria, progressiva sem despegar-se do passado de que se orgulha*» e em que o povo «*não é mesmo uma classe porque é aos nossos olhos a própria Nação*». E Salazar elogia e agradece a todos que colaboraram na Exposição, desde o operário ao engenheiro: e ao ministro, em nome de Carmona, entrega a Grã-Cruz de Cristo (1). E depois surgem em Lisboa personalidades estrangeiras de destaque. É o ministro da Educação de Espanha, Ibañez Martin, que vem participar de comemorações em memória de Suarez. É o Primeiro Ministro da Rodésia do Sul, Sir Goddfrey Huggins, que no seu regresso de Londres pára em Lisboa para conversas com Salazar sobre a utilização, por aquela, do porto e do Caminho de ferro da Beira, em Moçambique (2). E é o ministro dos Estrangeiros do Brasil, Raúl Fernandes, cuja visita é pretexto para exaltação da amizade entre os dois povos. Sensação maior, e interesse, provoca o anúncio do aumento médio de dez por cento nos vencimentos do funcionalismo civil e militar. Começam a chegar a Lisboa as novas unidades da Marinha Mercante — o *Império*, o *Pátria* — cuja construção fora determinada por despacho do ministro da

(1) Foi Salazar quem propôs a Carmona a condecoração de José Frederico Ulrich. Para documentar a minúcia com que em todas as circunstâncias se ocupava dos assuntos, transcrevo um trecho da carta que sobre este pormenor escreveu ao Presidente: «*Quando Vossa Excelência encerrou a Exposição do Mundo Português em Belém, em 1940, condecorou o Ministro das Obras Públicas, Eng. Duarte Pacheco. Não sei se o Eng. Ulrich tem já a Grã-Cruz de Cristo, mas suponho que não. Nesta hipótese parecia-me que Vossa Excelência poderia aproveitar o momento do encerramento da Exposição que foi brilhante e atesta o valor do Ministro que a promoveu e conseguiu realizar, para condecorar com a Grã-Cruz de Cristo o Eng. J. F. Ulrich, se, como penso, ainda a não possui. Estou convencido de que todos achariam muito justa a distinção conferida por Vossa Excelência*». Carta de 5-11-1948.

(2) Em 28 de Julho de 1948, fora publicada pelo Ministério das Colónias uma nota oficiosa dando conta do resgate do Caminho de Ferro e do Porto da Beira, da aquisição da Companhia de Moçambique (até aí *magestática*), e dos problemas de ligação para as Rodésias e para a Niassalândia.

Marinha, Américo Thomaz (1), e que Salazar visita. E uma alta figura do partido democrático americano, James Farley, que é portador de uma carta pessoal do Cardeal Spellman, visita Salazar e faz deste elogio rasgado.

De súbito, os membros do governo são chamados a tomar consciência do problema que há meses paira sobre a vida portuguesa: em Conselho de Ministros de 7 de Dezembro de 1948, Salazar pergunta ao gabinete que candidato «*vamos apresentar*» à Presidência da República. E ao mesmo tempo informa que recusou um convite de Prelados e homens públicos franceses para presidir a uma organização que tem por objectivo a defesa da civilização ocidental e cristã.

11

Está marcada para o dia 13 de Fevereiro de 1949 a eleição presidencial. Salazar inicia o processo de escolha do candidato a apresentar pela *União Nacional*. Justamente na altura em que aborda o problema em Conselho de Ministros, o chefe do governo convoca sucessivamente os vultos grados do regime. Começa por José Alberto dos Reis, presidente da Assembleia Nacional, e Albino dos Reis, vice-presidente da Comissão Central da *União Nacional;* depois, ouve Santos Costa; pede ainda o parecer de José Gabriel Pinto Coelho, presidente da Câmara Corporativa, e do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Procurador Geral da República; e por último solicita a opinião de Mário de Figueiredo. É quase unânime o aviso de todos: como candidato deve ser apresentado o próprio Salazar; se este não o quiser, deverá ser proposto para reeleição o Marechal Carmona. Exceptua-se Mário de Figueiredo: este afirma que somente aceita Salazar como candidato. E quando Salazar lhe diz ser possível que, por motivos de saúde, tenha de deixar a vida pública, Figueiredo «*recusa-se a examinar as consequências de eu ter de em breve abandonar a Presidência do Conselho por falta de saúde*». Depois,

(1) Foi este o despacho n.º 100, que ficou famoso.

o chefe do governo consulta ainda o general Domingos de Oliveira, que defende a candidatura de Carmona, e Pedro Theotónio, que se pronuncia pela candidatura de Salazar, com absoluta exclusão de qualquer outra presonalidade. E Marcello Caetano, em repetidas conversas, sustenta esta mesma tese.

De permeio com esta troca de impressões, Salazar visita o Chefe do Estado em 12 de Dezembro de 1948, um Domingo, e levanta a questão. «*Apresentei o problema da eleição presidencial, como a pedir conselho ou luzes na orientação a seguir. Fundamentei a conversa e o pedido na circunstância de eu não ser candidato e o Chefe do Estado ter mostrado sempre o seu desinteresse pessoal ao lado do interesse patriótico pela solução destes problemas. Pôs habilmente e elegantemente a questão à volta da minha pessoa. Se fosse possível que na Presidência da República eu tivesse a acção efectiva que tenho na Presidência do Conselho, deveria ir-se para essa solução. Mas se não é possível, como substituir-me na chefia do governo? Acentuei que o meu caso estava arredado, pois não aceitaria a candidatura. Então repetiu o que várias vezes tenho ouvido ao Chefe do Estado: desejo de descansar e de se retirar, mas espírito de servir onde e quando necessário. Conclusão: aceitação, creio eu, se lhe for pedida a apresentação da candidatura como um serviço. Falou no começo em que a actual situação era provisória, mas não aprofundei a afirmação, de modo que não compreendi todo o seu significado. Deu-me a impressão de querer dizer que por ora o regime está sujeito a crises violentas ou contestação de parte da opinião pública (candidatura da oposição?). A conversa foi conduzida em termos de se poder seguir qualquer caminho*».

Salazar está agora habilitado a pôr frontalmente o problema em Conselho de Ministros especial, que convoca para 17 de Dezembro. E a discussão é larga, e aberta. Salazar diz desde logo ao gabinete que Marcello Caetano visitara todas as capitais dos distritos, como presidente da *Comissão Executiva* da *União Nacional*, e colhera o sentimento geral de que o chefe do governo deveria ser o candidato, salvo se o Marechal Carmona manifestasse forte empenho em permanecer, e neste caso todos os nacionalistas votariam a reeleição do actual Chefe do Estado. Simplesmente, Salazar, como «*premissa fundamental e irremovível*», não

aceita ser candidato. Há que examinar o problema, portanto, sob os demais aspectos. E o chefe do governo comunica ao gabinete os avisos já escutados às personalidades ouvidas. Que pensa agora o Conselho? Há um ponto inicial: deverá ser civil ou militar o próximo candidato? Entre os civis ocorrem dois nomes: José Alberto dos Reis e Caeiro da Matta. Mas o primeiro tem o inconveniente da idade — está nos seus setenta e três anos — e é desconhecido no país; e o segundo não o deseja. Entre os militares, além de Carmona, são sugeridos os nomes de Américo Rodrigues Thomaz e Ortins de Bettencourt. Em que sentido se inclina o Conselho? Costa Leite, Santos Costa, Pires de Lima e Gomes de Araújo, são abertamente em favor da reeleição de Carmona; definem a mesma atitude, mas somente porque o Presidente do Conselho se recusa, Cancela de Abreu, Américo Thomaz, Ulrich, Castro Fernandes e Caeiro da Matta; e Cavaleiro de Ferreira deseja a candidatura de Salazar, sem alternativa (1). De tudo extrai Salazar a conclusão: o Conselho pronuncia-se pela reeleição de Carmona. E o chefe do Governo pondera as vantagens e os inconvenientes. Entre as primeiras, estão o prestígio de Carmona nas Forças Armadas, a popularidade carinhosa que o cerca, a verdadeira veneração nacional que inspira. Entre os inconvenientes há alguns sérios: está o Presidente com setenta e nove anos, há o risco de progressiva perda de faculdades, o perigo de um novo acto aleitoral em curto prazo e condições menos favoráveis do que as actuais. Mas, expresso que foi o sentimento do Conselho, será transmitido à *União Nacional*, que se vai reunir imediatamente. Salazar pede ao gabinete absoluto segredo.

Ao dia imediato, a 18, Salazar preside à Comissão Central da *União*, que se reúne conjuntamente com a Comissão Executiva. Comparecem Albino dos Reis, Peixoto e Cunha, Lopes Mateus, Vieira Machado, Cordeiro Ramos, Mendes do Amaral, Ortins de Bettencourt, Mário de Figueiredo, Sebastião Ramires, Ulisses Cortez, Pais de Sousa, Marcello Caetano, França Vigon,

---

(1) Por doença, não assiste ao Conselho o ministro das Colónias, Teófilo Duarte, que no entanto se pronuncia em carta por uma posição semelhante à de Cavaleiro de Ferreira.

Diniz da Fonseca, Costa Leite e André Navarro. E Salazar abre imediatamente o debate. «*Pus a questão como no Conselho de Ministros, omitindo algumas apreciações e pormenores, e acrescentando a opinião do governo. Foi dada em primeiro lugar a palavra ao Doutor Marcello Caetano que mais uma vez expôs e defendeu o seu ponto de vista. Falaram todos os presentes, com excepção dos dois restantes vogais da Comissão Executiva* (1), *cujo parecer e voto eram iguais aos do seu presidente, Doutor Marcello Caetano. Os presentes falaram pela ordem por que pediram a palavra. Como os oradores insistiam em apresentar razões que demonstravam dever ser apresentada a candidatura do Presidente do Conselho, tive de intervir para notar que a discussão nessa base a nada conduzia, senão a ter de voltar-se ao princípio. Isso não obstou a que com excepção dos Doutores Mário de Figueiredo* (2) *e Costa Leite, que defendiam directamente a reeleição, independentemente da posição do Presidente do Conselho quanto à sua própria candidatura, os restantes oradores, mesmo os que afinal votaram pela reeleição, defendessem a candidatura do Presidente do Conselho. Fiz o apuramento de votos pela reeleição e contra a reeleição, pois como expliquei, no caso de haver maioria contra a reeleição, devíamos passar naquela ou noutra sessão a estudar o nome a apresentar. Contados os votos da forma indicada acima, e com a explicação que deixo apontada, verificou-se serem a favor da reeleição 8 votos e contra a reeleição outros 8, contado aparte o do Dr. Albino dos Reis. Então, como alguns destes últimos disseram que só votavam contra a reeleição com o fim de ser proposta a minha candidatura e que, posto o dilema reeleição ou escolha de 3.º nome, optavam pela reeleição, resolveu-se considerar que a tese reeleição obtivera maioria e para fins oficiais a mesma tese se considerava unanimemente aceite. (Nota: o Dr. Albino dos Reis e o General Peixoto e Cunha foram abertamente de opinião que se passasse à escolha de um terceiro nome a apresentar ao eleitorado . Eu não votei!!)*». E ao

(1) França Vigon e Ulisses Cortez.

(2) Note-se que Figueiredo exprimia agora opinião diversa da que manifestara na conversa privada com Salazar.

anunciar o resultado da sessão, Salazar sorri francamente. Riem os presentes também, e Carmona é o candidato da *União Nacional* (1).

Mas ainda nesse dia, já ao cair da noite, Salazar recebe José Frederico Ulrich e abre-se com o ministro. E confessa-se apreensivo com a decisão tomada. Na realidade, era partidário de uma terceira solução, de um nome novo. Carmona está idoso, exausto, frágil. Considera-o mentalmente já incapaz para orientar a política. Tem um carácter recto, nobre, e será incapaz de se «*transviar*». Mas ele, Salazar, sente-se neste momento «*muito doente*», e provavelmente terá de abandonar a Presidência do Conselho (2). E então apavora-o a ideia de deixar «*tudo nas mãos de uma pessoa incapaz*». Ulrich, como Marcello Caetano, repete a tese da ascenção de Salazar à Presidência da República: seriam menos trabalhosas as funções. Salazar refuta a ideia: se fosse eleito e nomeasse um chefe de governo forte, não seria viável o governo; se designasse uma pesonalidade frouxa, procederia contra a sua consciência, e sobre a chefia do Estado recairia afinal todo o trabalho. Em qualquer caso, ficaria sempre sob «*o pesadelo moral de uma situação que lhe desagradaria totalmente*».

Em 19 de Dezembro, Salazar, na sua qualidade de presidente da Comissão Central da *União*, avista-se com Carmona, transmite-lhe o voto unânime a que se chegara, formula o convite para que se candidate. Carmona aceita: mas «*sem a menor alegria, antes contrariado no seu desejo de se retirar*». Depois o Presidente mostra-se preocupado, pessimista: não se perderia a eleição? «*Combati essa impressão*». E Carmona conclui que «*não*

---

(1) Votaram francamente pela reeleição Mário de Figueiredo, André Navaro, Costa Leite. Caetano votou contra, por defender a candidatura de Salazar. Os demais votaram pela reeleição porque Salazar não se candidatava.

(2) Nenhuma documentação ou testemunho encontrei que comprove ou sugira qualquer grave doença de Salazar nesta altura. Deverá aceitar-se que de súbito se sentiu afectado pela mesma depressão que o atingira depois da guerra.

era em todo o caso a questão pessoal que punha, mas a do futuro do país, que o preocupa acima de tudo». E é tornada púbilca a nova candidatura do marechal Carmona (1).

12

Entra-se em período de campanha eleitoral. Logo em 3 de Janeiro de 1949, Norton de Matos convoca para sua casa uma nova reunião com a imprensa. Está rodeado pela velha guarda da I República e homens de novas gerações. Norton insurge-se contra a censura, e as pressões sobre os jornais, que estariam sendo feitas pelo ministro da Justiça; reivindica liberdade de propaganda, garantias para a sua candidatura, revisão da lei eleitoral; saúda todos os portugueses, «*quer no continente, quer nos territórios portugueses do Ultramar*»; e revela que enviou uma nova exposição a Salazar, reformulando as mesmas exigências anteriores. Dois dias mais tarde, em entrevista à *República*, Norton ataca o governo pelos seus métodos opressores, alega a existência de exilados, reclama uma ampla liberdade. Por parte do governo, a campanha inicia-se com a *Conferência* da *União Nacional*, no Porto. Acorre a alta roda da política: membros do gabinete, deputados, procuradores, filiados e dirigentes da *União*, governadores civis, presidentes de municípios. São os *Conferencistas* acolhidos no antigo Paço Episcopal, agora Paços do Conselho, e saúda-os Luís de Pina, presidente do Município. Há vibração, entusiasmo, unidade ideológica, firmeza de propósitos. Mas o interesse e a curiosidade incidem sobre Salazar. Depois de hesitações e receios de saúde, o chefe do governo resolve deslocar-se ao Porto e inaugurar a *Conferência*. Chega de manhã e hospe-

(1) Aprofundei com alguma minúcia este episódio não só pela sua importância como por demonstrar o processo de formação da vontade do *Estado Novo* em matéria política. Não há dúvida de que foi tomada uma decisão *contra* o parecer de Salazar. Mas a leitura dos documentos deixa uma outra sensação curiosa: aquela decisão foi tomada por muitos *pensarem* que correspondia à opinião de Salaazr. Este evitou tanto influenciar os ministros e os dirigentes da União Nacional que acabou por lhes criar um sentimento contrário ao seu próprio.

da-se em casa do seu amigo José Nosolini. Aí o vai encontrar Marcello Caetano. Almoçam os três homens, e Salazar sugere que as suas palavras, que penosamente preparara, sejam lidas por Marcello Caetano. Mas este recusa. E pela meia tarde dirigem-se para o Palácio da Bolsa. Perante quase duas mil pessoas, que se esmagam no salão nobre, Salazar pronuncia o seu «*depoimento*». É o dia 7 de Janeiro de 1949.

Destina-se a *Conferência*, afirma o Presidente do Conselho, a proclamar o candidato à chefia do Estado e a expor às forças políticas do regime um certo número de problemas da actualidade portuguesa nos domínios político, social e económico. É marginal o primeiro ponto: tratando-se do marechal Carmona, sabe-se que este constitui o «*mais nobre expoente do regime e o mais sólido fiador do pensamento do 28 de Maio*». Mas é importante o segundo aspecto: porque a próxima eleição presidencial «*não se limita a escolher um dentre dois candidatos mas, pela força das coisas, a escolher um dentre dois regimes*». E o regime aceita desta vez, e por um vez, a luta no terreno marcado pelo adversário. Em tão grave circunstância, não deve faltar com o seu «*depoimento*». Pode fazê-lo «*sincero, honesto, desinteressado?*» Pode. Porque «*sou um homem independente*», e «*sou, tanto quanto se pode ser, um homem livre*»; e ainda porque foi «*humano*», e «*pude esclarecer-me*», e «*pude servir*», e «*pude comparar*». E assim, «*sem ambições, sem ódios sem parcialidades, na pura serenidade do espírito que procura a verdade e da consciência que busca o caminho da justiça, eu entendo que posso trazer ao debate um depoimento — depoimento sincero e, senão convincente, ao menos vivido e desinteressado*» (1).

---

(1) A abertura deste discurso de Salazar no Porto ficou como uma das mais famosas páginas de antologia na literatura política do Estado Novo. E nesse plano, e mesmo no plano puramente literário, essas páginas tem de ser havidas como muito belas, além da contribuição que fornecem para traçar a imagem que Salazar se fazia de si próprio. Por isso transcrevo os trechos essenciais. Disse Salazar:

«*Devo à Providência a graça de ser pobre: sem bens que valham, por muito pouco estou preso à roda da fortuna, nem falta me fizeram nunca lugares rendosos, riquezas, ostentações. E para ganhar, na modéstia a que me habituei e em que posso viver, o pão de cada dia não tenho de enredar-me*

Depois Salazar analisa o regime em face da Nação. E a primeira realidade política a considerar neste debate é justamente a Nação e o que a Nação representa para o regime. Para este, é «sobretudo uma entidade moral, que se formou através de séculos pelo trabalho e solidariedade de sucessivas gerações» e «a que não repugna crer esteja atribuída no plano providencial uma missão específica no conjunto humano». Há o dever

---

na trama dos negócios ou em comprometedoras solidariedades. Sou um homem independente.

Nunca tive os olhos postos em clientelas políticas nem procurei formar partido que me apoiasse mas em paga do seu apoio me definisse a orientação e os limites da acção governativa. Nunca lisonjeei os homens ou as massas, diante de quem tantos se curvam no mundo de hoje, em subserviências que são uma hipocrisia ou uma objecção. Se lhes defendo tenazmente os interesses, se me ocupo das reivindicações dos humildes, é pelo mérito próprio e imposição da minha consciência de governante, não por ligações partidárias ou compromissos eleitorais que me estorvem. Sou, tanto quanto se pode ser, um homem livre.

Jamais empreguei o insulto ou a agressão de modo que homens dignos se considerassem impossibilitados de colaborar. No exame dos tristes períodos que nos antecederam esforcei-me sempre por demonstrar como de pouco valiam as qualidades dos homens contra a força implacável dos erros que se viam obrigados a servir. E não é minha a culpa se, passados vinte anos de uma experiência luminosa, eles próprios continuam a apresentar-se como inteiramente responsáveis do anterior descalabro, visto teimarem em proclamar a bondade dos princípios e a sua correcta aplicação à Nação Portuguesa. Fui humano.

Penso ter ganho, graças a um trabalho sério, os meus graus académicos e o direito a desempenhar as minhas funções universitárias. Obrigado a perder o contacto com as ciências que cultivava, mas não com os métodos de trabalho, posso dizer que os reencontrei sob o ângulo da sua aplicação prática; e, folheando menos os livros, esforcei-me em anos de estudo, de meditação, de acção intensa, por compreender melhor os homens e a vida. Pude esclarecer-me.

Não tenho ambições. Não desejo subir mais alto e entendo que no momento oportuno deve outrem vir ocupar o meu lugar, para oferecer ao serviço da Nação maior capacidade de trabalho, rasgar novos horizontes e experimentar novas ideias ou métodos. Não posso envaidecer-me, pois que não realizei tudo o que desejava; mas realizei o suficiente para não se poder dizer que falhei na minha missão. Não sinto por isso a amargura dos que merecida ou imerecidamente não viram coroados os seus esforços e maldizem dos homens e da sorte. Nem sequer me lembro de ter recebido ofensas que

de servi-la, e «*tudo pela nação, nada contra a nação*» apenas constitui divisa política se não for aceite por todos; e «*de facto não é*». Porque o comunismo soviético perfilha o nacionalismo na Ásia, mas prega o internacionalismo na Europa. Todo o Extremo Oriente está em chamas, com o auxílio e protecção da Rússia. Se o comunismo triunfa na Ásia, «*não tardará muito que deite o fogo à África*». Na Europa, o comunismo faz a apologia do internacionalismo mas «*incoerentemente subordina os interesses da comunidade nacional aos de uma soberania estrangeira que lhes é hostil*». E este doce país que é Portugal — «*pequeno na Europa, grande e dilatado nos outros continentes*» e abrigando as populações mais diversas — não pode, no IX século da sua história, «*duvidar da sua realidade de nação*». E esta realidade, que engloba a independência, a unidade orgânica e a missão civilizadora (1), é o ponto de partida e foge a toda a discussão. Daqui este corolário: «*quem não é patriota não pode ser considerado português*». Mas, além deste, há o problema do regime em face do governo. Por função, o governo tem de seleccionar e sintetizar as aspirações, os interesses, os problemas e suas soluções. Neste particular, não haverá divergência com a oposição. Surge o conflito, todavia, quando se trata de definir a «*sede da autoridade dominante*». Nos regimes parlamentares, a tendência é no sentido de a localizar numa assembleia eleita por votos de tipo individualista e base partidária. Demonstra a experiência que o poder se degrada, se dissolve, e o governo não é possível ou não é eficaz. E «*quando as dificuldades se acumulam, a desordem cresce, a carência de autoridade torna a vida social precária e as próprias liberdades políticas se transmudam em licença geral, elevam-se do país vozes a reclamar um governo que governe*».

---

em desagravo me induzam a ser menos justo ou imparcial. Pelo contrário: neste país, onde tão ligeiramente se apreciam e depreciam os homens públicos, gozo do raro privilégio do respeito geral. Pude servir.

Conheci Chefes de Estado e Príncipes e Reis e ouvi discretear homens eminentes de muitas nações, ideologias e feições diversas sobre as preocupações do governo, os problemas do mundo ou as dificuldades dos negócios. Pude comparar».

(1) Registe-se a rigorosa identidade de concepções entre Salazar e Norton de Matos nestes pontos capitais.

«*Costuma ser o fim de um processo; mas parece que era por aí que se devia ter começado: haver um governo que governe*». De outra forma, o governo fica condenado «*à instabilidade, à agitação estéril, à inópia da autoridade*». Por sua vez, o problema do governo liga-se ao dos partidos. Teoricamente, os partidos constituem uma agremiação de forças políticas em torno de princípios doutrinários ou de interesses, e os seus programas subentendem-se como conjuntos de soluções para problemas nacionais concretos. Quer dizer: o partido ao serviço da nação. Na prática, todavia, as agremiações partidárias converteram-se «*em clientelas, sucessiva ou conjuntamente alimentadas pelo Tesouro*». Através de combinações e compromissos entre grupos concorrentes, o «*espírito de partido corrompe ou desvirtua o poder, deforma a visão dos problemas de governo, sacrifica a ordem natural das soluções, sobrepõe-se ao interesse nacional, dificulta, senão impede completamente, a utilização dos valores nacionais para o bem comum*».

Como pano de fundo de todo este quadro, situa-se o problema das liberdades. Entre estas, as que mais interessam à vida política são as de imprensa, de reunião e de associação. Estão inscritas na Constiuição; mas, porque sujeitas a condicionamentos, alguns crêem que não há liberdade em Portugal. A liberdade não se mede pelos textos, mas pelos costumes; e o seu exercício real pressupõe civismo, tolerância, justiça, responsabilidade, que se não equivalem em todos os países. A propósito da liberdade de associação e de reunião, Salazar recorda os episódios por si vividos na Associação Católica do Porto, que no decurso de uma sua conferência sobre *Democracia e a Igreja* fora invadida e destruída pelos «*defensores da liberdade*», e em S. João de Almedina, em Coimbra, onde um comício de católicos fora interrompido por «*grupos de liberais*», que desfizeram a reunião (1). Deste modo, as liberdades públicas apenas eram «*efectivas para os partidários do governo*». Actualmente, há sem dúvida limitações; e não «*defendo as coisas como se encontram, mas justifico as cautelas que têm sido necessário tomar*». Tem sido um regime

(1) Ver volume I, págs. 101-105 e 107-109.

de legítima defesa; e é natural que os habituados à luta puramente política, à demagogia, à exaltação emocional, à agitação própria e das forças partidárias, não hajam sido capazes de compreender e de se adaptar. Como resolver o problema? Não se encontra solução capaz nos regimes partidários, nem nos regimes totalitários de partido único. Precisa o Poder de se sentir limitado, através de leis, da consciência dos governantes, do funcionamento dos órgãos de soberania, do juízo da opinião pública, da comunicabilidade entre o Poder e a Nação. E provavelmente a solução de todo o problema há-de encontrar-se «*através da organização das actividades nacionais cuja representação venha a ser junto do Estado, no Estado, o espelho e a síntese do sentir geral da Nação*».

Importa agora averiguar a posição do regime em face dos trabalhadores. E antes de mais o Estado toma uma atitude: não os considera uma classe àparte na sociedade portuguesa nem tenta fazer, com o seu apoio, uma política, para satisfação apressada de reivindicações sociais: e essa é a maior prova de respeito pela liberdade e dignidade dos trabalhadores. Desta forma, «*a massa trabalhadora ou, mais precisamente, o operariado não constitui para nós nem individualmente nem em conjunto matéria-prima para a vida política*». Estando em crise os partidos socialistas, dilacerados entre os princípios e o logicismo revolucionário, «*o operariado não tem diante de si senão duas perspectivas, quero dizer dois caminhos — comunismo e corporativismo*». Leva o primeiro à socialização dos meios de produção, ainda que inconveniente para a riqueza geral, à direcção rígida da vida e supressão da liberdade, à miragem de os trabalhadores julgarem que são o Poder e o Estado; o segundo, permite escolher os processos de maior rendimento colectivo, assegura os interesses materiais e morais do trabalho, defende a liberdade do membro da família, do trabalhador, do cidadão, e garante a realidade da sua comparticipação no Estado e nos interesses da Nação. E aos trabalhadores «*nada peço senão compreensão e patriotismo*». Mas, além dos trabalhadores, há todo um outro vasto sector a que Salazar deseja também dirigir-se: os católicos. Portugal nasceu e cresceu à sombra da Igreja; e a uniformidade católica do país através dos séculos constituiu um dos mais pode-

rosos factores de unidade e coesão da Nação Portuguesa. E se a Lei da Separação, de 1911, era caracterizada por jacobinismo antigo e iniquidade, a Concordata de 1940 «*deve ser considerada no domínio religioso como a reparação possível das espoliações passadas e a garantia da liberdade necessária à vida e disciplina da Igreja, ao exercício do culto e à expansão da fé*». Como tal, «*a Igreja não tomará, não pode tomar posição num debate político*», «*mas os católicos não podem manter-se indiferentes às suas consequências*».

Salazar é longo na sua exposição, mas quer ainda tratar dois problemas: *o regime e a sociedade internacional e o regime e a sua evolução futura.* Quanto ao primeiro, Portugal não vive isolado, e as relações que mantém e a colaboração que presta derivam da sua índole e dos interesses a defender como agregado político autónomo. Neste capítulo, não haverá divergências entre o governo e a oposição. Mas aquelas surgem quando se trata da aplicação prática e da atitude a tomar perante problemas concretos. De momento, um ponto emerge como mais controverso: a admissão nas Nações Unidas e as relações com a Rússia. Acontece que a oposição dá aos dois problemas sentido e alcance internos, e «*nada está mais longe da realidade dos factos, nada se concebe mais contrário aos interesses da Nação*». Portugal requereu a admissão na ONU, a que a União Soviética opôs o seu veto; e este não proveio da reprovação de Moscovo pelo regime interno português, mas do desejo russo de não reforçar a representação ocidental no seio do organismo. «*De modo que ressuscitar a Constituição de 1911, com o seu partidarismo tumultuante, restabelecer mesmo relações diplomáticas com a Rússia — tudo é para aquele efeito inoperante. A questão é outra: fazer ou não fazer o jogo russo para a destruição da Europa e a sovietização do mundo; trair ou não trair na arrumação das forças os interesses da civilização ocidental*». E pelo que respeita ao regime, que se pretende? Que, atendendo às virtudes e defeitos dos homens e da comunidade portuguesa, «*realize, no máximo possível de ordem e de liberdade individual, as condições necessárias ao progresso da vida colectiva*». Não tem os homens do passado querido dar a sua colaboração ao regime actual, e isso porque só pensam no retorno ao sistema de par-

tidos, à «*mesma desordem parlamentar, à mesma instabilidade governativa*». Decerto: «*temos de reconhecer que não alcançámos ainda soluções satisfatórias para todos os problemas constitucionais do regime*». Este não tem de destruir-se, nem de adoptar os princípios contrários, mas de desenvolver os próprios: e essa evolução tem de realizar-se sem precipitações e também «*sem paragens e sem hesitações*». «*Pelo menos deverá ser esta a última vez em que é tecnicamente possível um golpe de estado constitucional*». E no mais a «*oposição vai fazer a sua campanha eleitoral, pregar, nos termos mais pacíficos já se vê, a sua guerra civil*».

Este «*depoimento*» de Salazar foi recebido com aclamação tumultuosa. Quando o chefe do governo declarou que não tinha ambições de subir mais alto e que no momento oportuno deveria outro substituí-lo, a sala rompe em protestos. No ambiente há vibração, entusiasmo, unidade ideológica, ânimo de luta: ao contrário de 1945, as forças do governo estão prontas para o embate. Salazar permanece muito sereno, muito senhor de si; e esboça apenas gestos a solicitar calma. E voltando-se para Marcello Caetano, diz: «*Afinal, parece que não querem!...*»

Depois, durante os dias 8 e 9 de Janeiro de 1949, a *Conferência* defende as posições do Estado Novo sobre os grandes problemas da actualidade portuguesa. Aparecem nomes consagrados: Mário de Figueiredo contrapõe à política de partidos uma política nacional, que rejeite os sistemas totalitários, em que o Estado anula o homem, e os sistemas democráticos, em que o indivíduo e portanto os partidos se sobrepõem à nação, e que adopte o sistema em que os interesses individuais são arbitrados por um Estado que os coordena com os da nação; Rui de Sá Carneiro justifica e explica a política ultramarina unitária; José Frederico Ulrich analisa a política de Obras Públicas; Castro Fernandes faz o ponto da situação económica; Trigo de Negreiros traça o quadro da assistência social; e Leite Pinto (1) mostra o progresso feito na redução do analfabetismo. E aparecem nomes

(1) Luís Filipe Leite Pinto, sub-secretário da Educação Nacional. Não confundir com seu irmão, Francisco Leite Pinto, mais tarde ministro da mesma pasta.

de homens mais novos, de competência nas suas especialidades, como Afonso Queiró, que analisa as funções da Câmara Corporativa; Ulisses Cortez e João Dias Rosas, que se ocupam de economia; Henrique Tenreiro, que estuda a indústria da pesca; José Soares da Fonseca, que se dedica a problemas da marinha mercante; Alberto de Saraiva e Sousa, que analisa questões de habitação; e Manuel Cerqueira Gomes, estudioso da saúde e assistência públicas. Marcello Caetano encerra a *Conferência*, com uma palavra de apreço para o candidato da oposição, a recordar a sua obra em Angola e a estranhar que agora perfilhe um sistema político que a destruiria. E Salazar felicita Caetano pelo êxito da reunião e pela repercussão pública conseguida. Embora oficialmente aberta no dia 1, apenas agora em verdade está lançada a campanha eleitoral.

13

Simultaneamente, a oposição rompe com audácia. Norton de Matos aparece como figura central. A que se deve a sua escolha pela oposição? Di-lo Mário de Azevedo Gomes: é grande vulto da I República, realizou obra de envergadura em Angola, foi distinto o seu serviço como ministro da Guerra e representante em Londres. Norton dispõe de apoios de matiz complexo: monárquicos, democráticos e republicanos históricos, liberais progressistas, socialistas, comunistas. Como antigo grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, consta que tem a aprovação desta. Mas não é unânime o apoio de todas aquelas correntes ideológicas. Estão divididos os monárquicos: a Causa Monárquica considera o acto eleitoral como *res inter alios:* autoriza os seus filiados e partidários, todavia, a votar de harmonia com a sua consciência. Maioritariamente, estes inclinam-se para a candidatura de Carmona. São muitos os monárquicos eminentes, no entanto, que apoiam Norton de Matos, ou pelo menos não aderem à candidatura da *União Nacional;* e para assim o proclamarem, saiem a terreiro homens como Pequito Rebelo, Vieira de Almeida, Luís de Almeida Braga, Rui de Andrade, outros ainda. Estão divididos os republicanos históricos. Manuel Serras, que se intitula secre-

tário do antigo *Partido Republicano Português* ou *Partido Democrático*, declara que está reorganizando o agrupamento, e tem por inoportuna a candidatura de Norton, que se destina a ser retirada no último momento. Não é também havida por segura uma adesão massiça da Maçonaria: alguns dos seus membros tinham-se ligado ao Estado Novo: e o próprio marechal Carmona é antigo filiado. Outros republicanos históricos, receosos de ligações extremistas, abstêm-se de intervir, ou preferem votar no candidato da *União Nacional*. Mas é geral o apoio das restantes forças políticas oposicionistas, em particular as que se situam na esquerda.

Desde os primeiros dias de Janeiro de 1949, logo após a declaração pública de Norton, entram em actividade ostensiva os *Serviços Centrais da Candidatura*. Repete-se o quadro de 1945: por todo o país surgem as comissões de propaganda, as listas de adesão, os comícios, as sessões. Reproduzem-se as entrevistas à imprensa, reentram os mesmos nomes, lançam-se as mesmas reclamações e ideias. Como proponentes da candidatura, reaparecem homens da I República: Domingos Pereira (1), Daniel Rodrigues (2), Manuel Monteiro (3), Barbosa de Magalhães, Santos Silva (4). E outros, que a oposição declara formarem um total de mil e duzentos nomes. A estes, juntam-se homens de profissões liberais, escritores, comerciantes. De novo, Rodrigues Lapa é dos primeiros a sair à luta: afirma que Portugal retrocedeu um século; os portugueses são a vergonha e constituem os «*cafres*» da Europa; o regime aproxima-se do fim; e tudo foi abastardado pelo «*pedagogos da ditadura*» (5). Marcello Caetano refuta vigorosamente as acusações de Lapa, e defende a obra de ensino do Estado Novo. Depois, é Vieira de Almeida que dá

(1) Domingos Leite Pereira, duas vezes Presidente do Ministério (1919-1920).

(2) Ministro das Finanças no gabinete Rodrigues Gaspar.

(3) Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro, Ministro do Fomento com João Chagas e José de Castro.

(4) Eduardo Ferreira dos Santos Silva, ministro da Instrução no 4.º e 5.º governos António Maria da Silva.

(5) Consideradas injuriosas as suas declarações, Rodrigues Lapa é preso em 7 de Janeiro e solto quatro dias mais tarde.

a sua adesão aos oposicionistas, proclamando sempre o seu ideal monárquico. Entretanto, Norton de Matos dirige-se directamente a Salazar: protesta contra a assistência da autoridade às suas sessões de propaganda e a censura que se pretende impor à *República*, órgão da sua candidatura. Egas Moniz (1), que o Congresso Mundial de Psico-cirurgia acaba de propor para o Prémio Nobel da Medicina (2), declara-se retirado da política, mas rejeita a situação existente e critica a orientação dada ao ensino superior. No Porto, estão activos Helder Ribeiro, Rodrigo de Abreu, Duarte Leite (3). Para o *Diário de Lisboa*, Barbosa de Magalhães insinua que Salazar pode pretender repor a monarquia; mas inclina-se a acreditar que o chefe do governo tem a intenção de alterar a forma de escolha do Chefe do Estado, que passaria para um colégio eleitoral restrito. E de novo se apresenta António Sérgio: numa série de artigos, que intitula *Depoimento contra depoimento*, refuta os conceitos políticos de Salazar no discurso do Porto, defende o pluripartidarismo, condena o governo como entidade de selecção e síntese. Azevedo Gomes conclui que ficara demonstrada a falta de «*pujança espiritual*» do «*representante máximo*» do regime.

Prolonga-se o embate entre oposicionistas e governamentais, e cresce a tensão no país. Por meados de Janeiro, tornam-se mais vigorosos os ataques daqueles. Moreira de Campos afirma que a Marinha de Guerra está em mais precária situação do que antes de 1926; Rolão Preto volta à superfície para dizer que a experiência salazarista está virtualmente terminada; Mário de Castro reitera a sua irredutibilidade com o regime; e Lopes de Oliveira sugere a criação de um grande partido político que abranja todos os democratas. Descem a terreiro, de novo, algu-

(1) Recorde-se que António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz fora secretário de Estado dos Estrangeiros com Sidónio e ministro da mesma pasta com João Tamagnini e com José Relvas.

(2) Subscrevera a candidatura Norton. As autoridades oficiais portuguesas apoiaram a proposta do Congresso junto das entidades outorgantes do prémio.

(3) Duarte Leite Pereira da Silva, ministro das Finanças com João Chagas, Presidente do Ministério e ministro do Interior em 1912-1913. Embaixador no Brasil. Historiador, homem de alta craveira intelectual.

mas das mulheres já activas em 1945. É Maria Lamas, que deplora a condição feminina no Estado Novo e pergunta se este tem medo da consciência esclarecida da mulher; é Maria Isabel de Aboim Inglês, que repudia a ideia, também perfilhada por Salazar, de que os homens são *desiguais*, e acusa o governo de destruir as «*melhores virtudes cívicas*» e de fomentar a «*crueldade* e o *barbarismo*»; e são Manuela Porto, que combate o princípio de confinar a mulher ao lar, e Maria Helena Novais, que apresenta as reivindicações da *Juventude Feminina Progressiva*, e Maria Tito de Morais, para quem a mulher portuguesa vive sob arregimentação fascista ou nazi, e Cesina Bermudes, que critica a situação hospitalar e da enfermagem. Maior sensação do que as demais causa no país a intervenção de Cunha Leal. Este afirma que «*não tenho nenhum acinte pessoal contra o general Norton de Matos*», e que continua com firmeza oposto ao regime e apegado aos ideais democráticos. Mas Cunha Leal vem denunciar a participação comunista na candidatura de Norton. Diz: «*Apercebendo-se num relance do estado de espírito dos democratas portugueses, os comunistas trataram de encorajar todas as tentativas de aglutinação oposicionista, ora aparecendo às escâncaras, como seus inspiradores, ora escondendo-se atrás de elementos um pouco menos rebarbativos do que eles*». Acrescenta: «*Vêmo-los assumir o papel de obreiros eficientes da orgânica oposicionista, de fabricantes de comissões por eles controladas, e de autores do seu sistema de dependências e das regras da sua mecânica funcional*». E Leal esboça o quadro da situação: «*Assim, pela acomodação do Partido Comunista dentro dos arraiais oposicionistas de Portugal, como pardal dentro de um ninho de andorinhas, operou-se uma divisão dos democratas, ficando: de um lado, os que, na sua clarividência, se resignam ao ostracismo e a uma atitude de expectativa pacífica, na esperança de que um dia o bom senso em todos os campos políticos venha a reclamar os seus direitos; do outro lado, os que, enredados e confundidos com os comunistas, são por estes arrastados na sua sequela, embora mais cedo ou mais tarde hajam de arrepiar caminho*». Esta denúncia de Cunha Leal, porém, não é tida em conta por alguns oposicionistas; mas Leal vem assim confirmar a que fora feita por Salazar no seu discurso à *União Nacional*.

Em 23 de Janeiro, Norton de Matos está no Porto, e preside a um vasto comício, na Quinta das Pedreiras, à Fonte da Moura. Multiplicam-se os discursos: de Tito de Morais, de Santos Silva, de Gustavo Soromenho. E Norton de Matos repete depois as suas queixas, reitera os princípios do seu manifesto, evoca o passado; «*vinte e dois anos de ditadura*» roubaram ao povo a «*alegria de viver*»; exalta o cidadão como «*unidade fundamental*» com «*atributos inamovíveis*». Então, o candidato dirige-se pessoalmente a Salazar. Considera que este o ofendeu quando afirmou que a oposição «*e, portanto, eu, teremos o cuidado de não pôr a descoberto o apoio dos comunistas*»; e entende que Salazar pôs em causa o seu patriotismo. Norton exprime a sua indignação: Salazar «*sabe bem que eu posso ser seu mestre em noções de patriotismo e em regras de lealdade*», e que «*sou incapaz de dar um único passo que possa trazer o menor perigo para Portugal, que possa tocar na sua independência como Nação livre*». E pergunta: «*por que me ofendeu então? Terá, antes do seu último minuto de vida, de me pedir desculpa a mim e a todos os seus adversários políticos*». Salazar não reage a estas palavras de Norton; mas Santos Costa não vê ofensa no que Salazar dissera e não cala o seu protesto. Em reunião com quatrocentos oficiais, e perante os comandantes das regiões militares, Santos Costa exclama: «*Tremendas palavras estas, pronunciadas por um homem que aspira à chefatura do Estado e se propõe ser expoente da boa alma portuguesa*». Depois, Norton de Matos percorre o país, preside a comícios em Évora, em Beja.

Do lado do governo, e além dos seus membros, estão numa actividade incansável os serviços da *União Nacional*. Marcello Caetano coordena a campanha. Batem-se os homens já veteranos da situação, como Ulisses Cortês, França Vigon, Mário de Figueiredo; acorrem mulheres nacionalistas; e Figueiredo e Daniel Barbosa travam polémica com Cunha Leal. Ao comício do Porto, responde o governo com uma viagem de Carmona àquela cidade, e em que este obtém um triunfo pessoal; às sessões da juventude da oposição contrapõe o regime um comício no Teatro da Trindade, sob o lema «*rumo ao futuro*»; e o Pavilhão dos Desportos, num outro comício, regorgita de partidários do Estado Novo. Em fundo do *Diário de Notícias*, com isenção política e elegância

de atitude, Armindo Monteiro vem dar o seu apoio à candidatura da *União Nacional*. Salazar não o aprecia, e diz a Manuel Múrias: «*que recompensa terá recebido?*» No seu regresso a Lisboa, Carmona é acolhido por multidão compacta. E quando, no dia 10 de Fevereiro, Carmona preside a um último comício, de novo no Pavilhão dos Desportos, as forças do governo antevêem já o apoio da maioria da nação.

Sem embargo do estado emocional, e da tensão constante que paira sobre o país, e salvo por actos isolados de violência praticados dos dois lados, a ordem pública não é alterada.

14

No dia 11 de Fevereiro de 1949, Salazar dirige-se aos portugueses, pela radiofonia, e encerra a campanha. Segundo o chefe do governo, a oposição cometera três erros: «*disputar a eleição presidencial; pôr sobre ela toda a questão do regime; aliar-se com os comunistas e quase submeter-se à orientação destes*». Já não é pouco dura a necessidade de os povos, por este ou aquele processo, escolherem o Chefe do Estado. Não sendo o Chefe do Estado, todavia, ao mesmo tempo chefe do governo, e não sendo portanto responsável directo pela governação, não deveria ser aquele diminuído, em particular tratando-se de um homem com a popularidade de Carmona. E sobre isto foi colocada toda a questão do regime. «*Acerca do passado, estávamos todos elucidados, sem que a convicção geral se sentisse abalada pelo orgulho com que foi reivindicado por alguns*». E quanto ao futuro? Alguns disseram: «*destruir o que está; o resto ver-se-ia depois*». «*Foram horríveis*» estas palavras. Porque o «*resto é tudo: é a vida, a saúde, o trabalho dos portugueses; a segurança da família e dos lares; o progresso da terra; a garantia do direito; as normas de sociabilidade; o anseio da cultura e do bem estar; a ordem pública e a justiça nas relações sociais*»; e são «*os interesses, os problemas e a vida da Nação; é a sua alma, o seu tipo de civilização e de cultura; a sua história e projecção no mundo; o seu prestígio, a sua dignidade, a sua colaboração efec-*

tiva na sociedade internacional». E, por último, «*a aliança com os comunistas está possivelmente na origem destes males e constitui só por si o mal maior*». «*Para se garantir com o dinamismo dos filiados, a oposição resignou-se a perder o concurso dos valores que não transigiam com eles, e teve de comprometer-se ao mínimo de assegurar ao comunismo liberdade de propaganda e de organização no Estado futuro*»; «*aliás, ele não precisaria de mais nada*». No fundo, a oposição mostrou «*a obsessão do partido — do partido que aparece e desaparece, que se fracciona, que se funde, que se transforma, que entra em combinação ou desfaz acordos, que pretende interpretar as correntes de ideias do país e praticamente pouco mais consegue representar e alimentar que as ambições das clientelas*». E se o governo deu liberdade para propaganda do acto eleitoral, a oposição «*seguiu a conhecida táctica de negar a evidência e exigir o impossível*». Mas a nação reagiu. «*Desejamos ardentemente que a oposição o verifique nas urnas*»; e «*se no último momento fugir ao acto eleitoral, dela poderemos então dizer que fez todo o mal que pode e evitou o único bem que podia fazer*». «*Seja como for, nenhum de nós pode faltar*».

Ao encerrar a campanha, Salazar deixa pressentir que está informado sobre o que se passa nos arraiais oposicionistas. E efectivamente Norton de Matos está ultrapassado por muitos dos que se afirmam seus partidários. Homem íntegro, oficial de alta competência, de grande dignidade pessoal, de profunda boa-fé, patriota, Norton está para além dos oitenta anos e insensivelmente deixa-se iludir, enredar; e o movimento que se desencadeara em torno da sua figura cai no domínio de uma esquerda aguerrida e determinada, que ultrapassa os ideais do candidato, e os anula. Pelo caminho, durante os quarenta dias da campanha, alguns foram-se apercebendo do cariz que tomava a candidatura; e, sendo tão anti-Estado Novo como anti-comunistas, afastaram-se a pouco e pouco, e o seu entusiasmo inicial esfriou. De súbito, num derradeiro clarão, Norton percebe a situação criada: está apenas nas mãos do esquerdismo: e sente-se ofendido, logrado, mesmo humilhado. Então, em 12 de Fevereiro, Norton de Matos desiste de tudo, retira a sua candidatura, escreve a Salazar, entrega a sua renúncia no Supremo Tribunal de Justiça. Frus-

trado e desgostoso, acolhe-se à sua casa de Ponte de Lima (1). E temendo pela sua segurança, solicita a protecção policial do governo, que lha concede.

Em 13 de Fevereiro, com largo concurso às assembleias de voto, Carmona é reeleito. E Salazar comenta em carta a Marcello Caetano, que se encontra doente: «*Foi um dia de festa em numerosíssimas terras e as pessoas circulavam não apenas com a convicção da vitória eleitoral mas de ter assegurado a tranquilidade da vida pública e privada*». Mas Salazar também se sente exausto: «*Estou precisado de fugir daqui três ou quatro dias*».

(1) Não sei de documentação que o comprove, mas constava na altura que Norton de Matos dizia aos seus íntimos: «*enganaram-me, foram uns canalhas, uns garotos*».

CAPÍTULO III

O Trabalho da Paz

1

Desde as eleições de fins de 1945, Salazar sente-se mais e mais preocupado com o futuro do regime. Compreende que os oposicionistas não pretendem criticar a técnica do governo, os métodos de administração, as decisões políticas tomadas, os critérios adoptados na solução de problemas nacionais. Salazar considera legítimo que o fizessem, e até salutar, para corrigir abusos, fornecer sugestões construtivas, limitar o próprio Poder. Verifica no entanto que o objectivo é outro: pôr em causa a estrutura do Estado, derrubar as instituições, retroceder ao passado e, para muitos, abrir caminho para a revolução social. E a campanha para a eleição presidencial vem confirmar aqueles temores. Como evitar os perigos que antevê? Mais grave do que outros, há o problema da chefia do Estado. Permite a eleição do Presidente *um golpe de Estado constitucional;* e desde logo perderia o regime a sua continuidade. Como assegurar esta? Teoricamente, idealmente, apenas há um processo: restaurar a monarquia. Salazar examina esta possibilidade, e discute-a com Fezas Vital, José Nosolini, Mário de Figueiredo. Todos estes, monárquicos convictos, defendem essa solução. Mas Salazar tem receios; não quer introduzir um factor de cisão entre os portugueses; e não crê estar à altura das circunstâncias a personalidade do pretendente ao trono. Em qualquer caso, o trono português é um valor carregado de tradição e de serviços ao país, e faz parte do seu património político e moral. Há que garantir a permanência desse

valor potencial, e prover os que o representam com as possibilidades materiais de existência. Vedado como é encarar o fim de Portugal, há que prevenir todos os caminhos do futuro: não poderá um dia ser vital para a nação repor a coroa portuguesa?

Salazar chama José Nosolini. Expõe-lhe as suas preocupações. E entrega-lhe uma carta para Dona Amélia de Orleans e Bragança. Nosolini procura a antiga rainha no seu Castelo de Bellevue, junto de Versalhes. Dona Amélia está nos seus oitenta anos, mas ainda com «*aprumo de pessoa nova*», embora apoiada à sua bengala preta de castão de ouro. Declara que se lembra de Nosolini, dos tempos em que este, mais de quarenta anos atrás, acompanhava pelo norte do país o moço rei D. Manuel e a rainha viúva. E recorda a viagem de peregrinação e saudade que fizera a Portugal no termo da guerra: «*Tenho de Portugal as melhores lembranças e passei lá as maiores amarguras. Mas aquela visita encheu-me de consolação. Aquele instante dolorosíssimo da minha entrada em S. Vicente, aquele acolhimento amigo do povo! Fez-me bem, deu-me tranquilidade! Fui mal tratada em Portugal, ferida, caluniada! Mas aquela visita compensou-me! E como Portugal está! O progresso, o nível da gente, a alma do povo!*» Mas Dona Amélia lê a carta de Salazar: este tem letra que «*não é feia mas é difícil*»: e fala-lhe de um assunto de «*certa delicadeza*», que Nosolini haveria de expor. A rainha quer saber de que se trata, como está Salazar, como estão as coisas em Portugal. Nosolini arrasta-se em explicações, discreto e cauteloso. Salazar resolvera o problema financeiro; dera à nação desafogo económico; e firmara pela Concordata a paz religiosa. E agora pretendia restabelecer a paz política, garantir a continuidade do Poder, evitar debates cíclicos sobre o Chefe do Estado. Dona Amélia sobressalta-se: «*Restaurar a monarquia? Mas pensa-se em restaurar a monarquia? Nada deve fazer-se sem o Dr. Salazar!*» Não, de momento não se pensava em nada; outra seria a situação se D. Manuel não houvesse morrido; e isso porque, depois das suas provações no exílio e trabalhos e prestígio, era conhecido dos portugueses, e daria fácil solução ao problema. Mas morrera. Sim: «*e sem filhos*», lamenta a rainha, «*mas continue*». Ora bem: o Presidente do Conselho entende que, em qualquer caso, é indispensável assegurar condições de vida ao futuro rei de Portugal,

ao actual Duque, D. Duarte, ou aos seus filhos. «*Ah! conhece o Senhor D. Duarte?*» Sim, conhecera-o há pouco, diz Nosolini, e escutara-lhe um pensamento de bom senso: os reis não têm que ser homens de génio mas de qualidades médias: seria possível encontrar algum rei que tivesse, por exemplo, a estatura de Salazar? E Nosolini continua, lento, constrangido. Para breve ou para daqui a muito tempo, é preciso que o futuro rei de Portugal esteja preparado para reinar, e garantidas a sua educação, a sua vida, a sua independência económica. Decerto: existe a Fundação da Casa de Bragança: mas antes de uma restauração o governo não pode utilizá-la: e como poderão viver os príncipes? «*Sim, o Senhor D. Duarte não tem nada, a mulher tem alguma coisa, mas pouco*», comenta Dona Amélia. Justamente: é para esse problema que o Presidente do Conselho quer chamar a atenção da rainha, pensando que esta quererá fazer mais alguma coisa por Portugal, sem embargo das amarguras que lhe causou.

Dona Amélia compreende: «*compôs-se na poltrona, atirou a estola de peles para uma cadeira*». E fala da sua situação económica. Agora, não era má: «*mercê quase exclusivamente da fortuna dos meus, a minha situação não é má. É verdade que o franco não vale nada; é verdade que me posso deslocar para a Suíça porque tenho lá alguns valores; é verdade que a gente se mata para receber uma libra da Inglaterra; mas com as heranças que recebi pude comprar este castelo e posso viver*». Precisamente: o Presidente do Conselho pensou que a antiga soberana poderia reflectir no problema posto, talvez em disposições de última vontade quanto a bens em Portugal. Dona Amélia contempla um retrato de D. Luís Filipe. E diz a Nosolini: «*Olhe! Diga ao Sr. Presidente do Conselho que pelo país, e por ser governado por ele, alguma coisa farei. Os bens em Portugal... Sim, diga-lhe que alguma coisa farei, pelo Presidente do Conselho a quem devo gratidão, justiça, fidalguia de trato. Alguma coisa farei. O quê? Vou pensar, tenho de falar com algumas pessoas*». E «*eu verei, eu escreverei ao Presidente do Conselho*». E Dona Amélia remata: «*diga ao Presidente do Conselho que o lembro nas minhas orações, que o admiro na sua obra e que, se pudesse, o faria Rei de Portugal!*» Dias mais tarde, Dona Amélia pede ao Duque de Palmela, em Londres, que numa das

suas viagens a Lisboa passe por Paris. Palmela desloca-se a Bellevue. E a rainha informa-o de que tomara a deliberação de deixar os bens que possuía em Portugal a D. Duarte Nuno ou ao filho mais velho. Mas logo após é atingida por grave congestão cerebral. Sobrevive, restabelece-se. Salazar comenta para Nosolini: «*Quando teve a conversa com Palmela, a rainha ainda não devia ter feito testamento. Caso contrário, e com os seus oitenta e dois anos, teria morrido*». Efectivamente, em carta para Salazar, que o Visconde d'Asseca traz de Paris, D. Amélia informa que dera execução à promessa de deixar em favor do outro ramo português da Família de Bragança os bens que possuir em Portugal, à data da sua morte. D. Amélia contempla assim o filho mais velho de D. Duarte Nuno, de quem é madrinha; e no caso de aquele ter falecido na data da abertura do testamento, caberá a herança ao que se lhe seguir em idade. Diz a Rainha que, se fez o que acabava de fazer, foi única e exclusivamente porque Salazar lho pedira. Este comenta para Palmela: «*a Providência ajudou-nos em tudo e, tendo a Rainha recuperado forças que lhe permitiram sem abalo fazer um addendum ao testamento, veio o notário e procedeu-se ao acto nos melhores termos*». Salazar acrescenta: «*Esperamos que a Nação, quando um dia conhecer o acto da Rainha, tenha para esse acto a melhor compreensão e o mais alto apreço*». E na sua carta de agradecimento à antiga soberana, Salazar considera a atitude de D. Amélia como decisiva para criar à Família de Bragança uma base económica e prover à educação dos Príncipes e sua preparação para todas as hipóteses futuras.

Mas o chefe do governo, para além da continuidade da chefia do Estado, pretende julgar o sufrágio à luz do momento português e internacional. Em Conselho de Ministros de 15 de Fevereiro de 1949, Salazar apresenta o problema frontalmente. Decerto: fora invulgar a afluência às urnas; os oposicionistas cometeram erros de que os mais salientes haviam sido os ataques à Igreja e a subordinação ao Partido Comunista; e o regime saíra revigorado da prova. Mas Salazar considera que é difícil e perigoso manter a situação presente: o golpe de estado constitucional é uma clara possibilidade. Para o evitar, há que tomar resoluções, e urgentes, porque em Outubro haverá novo sufrágio,

desta vez para deputados. E o chefe do governo põe duas hipóteses: prosseguir e completar a evolução do regime, dentro dos seus princípios, e estruturar uma verdadeira República Corporativa; ou inflectir no sentido da democratização, admitindo as minorias a serem politicamente representadas. Em qualquer circunstância, e a curto prazo, impõe-se reorganizar a Presidência do Conselho, de modo a libertar de minúcias o chefe do governo: e importa ainda dar maior utilização à Câmara Corporativa, pôr termo à censura prévia, regulamentar a liberdade de imprensa e de reunião e associação, promulgar uma lei sobre responsabilidade ministerial e uma nova lei eleitoral. Que pensa o governo? Este divide-se: com surpresa de Salazar, os ministros mais novos favorecem a primeira alternativa, enquanto os mais velhos ou mais antigos defendem a segunda orientação. E é confiado ao chefe do governo o encargo de apresentar soluções concretas.

Deparam-se entretanto outros problemas mais imediatos. De Espanha, o generalíssimo Franco insiste na sua visita, e esta é aprazada para a segunda quinzena de Abril. Ficará instalado em Queluz e, com Ulrich, Salazar visita o Palácio para combinar os arranjos indispensáveis. Pela Educação Nacional, e com anuência de Salazar, é alterado o regime de concursos para professores universitários. Há reacção da parte destes, e Marcello Caetano, em artigo de *A Voz*, vem a público com acerba crítica a Pires de Lima, que se sente em causa, e põe a questão de confiança. Salazar não pode abrir uma crise ministerial, nem o pretende, e a oportunidade surge assim de exonerar Caetano, consoante este solicitara antes da eleição presidencial. Escreve-lhe o chefe do governo: «*Creio que terá sido seu intento marcar uma atitude que não lhe permita desistir do pedido de demissão da presidência da Comissão Executiva da União Nacional*». E toda a Comissão abandona as suas funções. No ânimo de Salazar, contudo, maior peso tem o problema da Índia Portuguesa. Fora nomeado novo Governador Geral, Quintanilha Dias (1), homem rijo e disposto a bater-se, se preciso. E o governo de Nova Delhi acaba de levan-

(1) Oficial de Marinha. De seu nome completo, Fernando de Quintanilha e Mendonça Dias.

tar formalmente, em nota, o problema das dioceses católicas. Pretendia que cessassem os privilégios portugueses, concedidos pela Santa Sé, quanto à designação de Bispos para Bombaim, Meliapor, Cochim, Mangalore, Quilôa e Trinchinopole; e que a Arquidiocese de Goa se restringisse à área de Goa, deixando de abranger territórios de soberania indiana. É a extinção do Padroado; e perante essa perspectiva Salazar sente mágoa profunda. No parlamento indiano, por outro lado, deputados reclamavam agora a anexação de Goa, Damão e Diu, e isso imediatamente e por quaisquer meios. Nehru intervém: é pacifista a política da União Indiana: os territórios portugueses, sob uma influência de quatrocentos anos, tem características especiais no plano moral, linguístico, religioso, cultural: e há que proceder com respeito por estes factos. Entretanto, o ministro de Portugal junto da União Indiana, Vasco Garin, chega a Nova Delhi, e tem longa conversa com Nehru. É afável e cortez o Primeiro Ministro; mas não deixa de suscitar o problema do Estado Português da Índia; e como Garin replicasse que um debate acerca da soberania portuguesa não está no âmbito da sua missão, Nehru observa subtilmente que na verdade um problema de tanta magnitude não pode ser conduzido apenas pelo ministro de Portugal. Antes de partir, Garin fora recebido por Salazar, e este dera-lhe naquele particular instruções rigorosas e terminantes: os direitos de Portugal em Goa são inalienáveis, e não passíveis de discussão. E à despedida, diz-lhe: «*Garin, espero que o não matem por lá. Mas se tiver de morrer, saiba morrer bem*».

2

Afadigadamente, perante a ameaça da União Soviética, procura a Europa recompor o seu desalinho, e organizar a defesa, e dessa preocupação partilham os Estados Unidos. Na base de tudo, está o problema alemão. Surgem neste particular divergências com a França, sempre receosa do potencial germânico, e Paris desejaria prosseguir o sonho antigo de integrar o Sarre na economia francesa. Não o consente a Alemanha, que estaria disposta no entanto a uma união franco-alemã, com parlamento

único e nacionalidade comum. Perante as necessidades europeias colectivas, no entanto, tem prioridade a reconstituição da unidade alemã, de forma a permitir que o povo germânico desempenhe o seu papel como força de produção e de defesa do Ocidente. Não é viável, porém, obter de Moscovo o acordo à integração da zona alemã atribuída à União Soviética; e os aliados ocidentais começam a pensar num Estado alemão, de estrutura federal, que inclua somente as zonas francesa, americana e britânica. Neste caminho, terá de ser lenta a evolução; e os requisitos de uma defesa comum são prementes. Paris e Londres põem o problema a Washington; e o Senado americano, numa alteração radical da política externa dos Estados Unidos, autoriza o governo a entrar, em tempo de paz e fora do continente americano, numa coligação política e militar para prevenir qualquer agressão ao Ocidente. Desde esse momento, podem iniciar-se negociações entre os cinco países europeus já aliados no Pacto de Bruxelas — Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo — e os Estados Unidos e Canadá. Em Washington, o Secretário de Estado Marshall é substituído por Dean Acheson, que tem uma visão larga do seu país e da Europa ocidental nos negócios mundiais. Coadjuvado pelos senadores Connally, democrático, e Vandenberg, republicano, Acheson prepara, de colaboração com os europeus, um projecto de tratado multilateral. Firma-se a designação de *Pacto do Atlântico*. Em Março, ainda antes de ser assinado, os governos interessados resolvem dar publicidade às cláusulas do novo instrumento defensivo. No preâmbulo, estabelece-se a intenção de proteger, pela força se necessário, os regimes democráticos ocidentais; em caso de *ameaça*, que será declarada pelo país ameaçado, os Estados signatários consultar-se-ão; em caso de *agressão* contra a área geográfica abrangida pelo tratado, cada parte contratante empreenderá imediatamente, a título individual e de acordo com as demais partes contratantes, a acção que julgar útil para restabelecer a segurança; não há incompatibilidade entre o *Pacto* e a *Carta* da ONU ou qualquer compromisso anterior de algum dos aliados; é criado um *conselho* que possa reunir-se com urgência; e todas as decisões são tomadas por unanimidade. Por todo este enquadramento do *Pacto* sente-se alvejado o governo de Mos-

covo. Este reputa de agressivo o tratado, que considera dirigido contra a União Soviética, e alega que o texto é inconciliável com a *Carta* das Nações Unidas e os acordos entre Moscovo, por um lado, e Paris e Londres por outro. Pelos ocidentais não são havidas como válidas as objecções soviéticas. E os promotores do Pacto do Atlântico convidam, para serem co-signatários, a Noruega, a Dinamarca, a Islândia, a Itália e Portugal. Da tribuna das Nações Unidas, Spaak, o duro socialista belga, justifica o Pacto e atira à face dos delegados soviéticos: «*é que nós temos medo*».

3

Que resposta deverá ser dada ao convite? Oliveira Salazar formula a pergunta em Conselho de Ministros de 19 de Março de 1949, e faz o historial do problema. Não há dúvida, pensa o chefe do governo, que se está perante uma atitude positiva, e corajosa, sobretudo por parte dos Estados Unidos. Ele próprio, em discursos de há muito, salientara que uma política ocidental seria possível enquanto os norte-americanos julgassem do seu interesse e do seu dever apoiar a Europa livre, e se esta, em conjunto com a África, se organizasse num sistema de defesa solidária (1). É precisamente este o pano de fundo do novo Pacto. Parece assim que nada se opõe a que Portugal o subscreva. No entanto, o texto do Tratado pode conter dois elementos de risco: a alusão à Carta da ONU e a profissão de defesa dos ideais democráticos, entendendo-se por estes os sistemas anglo-saxões. Ora Portugal fora rejeitado até agora pelas Nações Unidas, mercê do *veto* soviético; muitas disposições da Carta, em especial quanto a territórios coloniais, podem no futuro suscitar dificuldades; e a menção de regimes democráticos pode consti-

(1) Sobretudo nos discursos de 28 de Novembro de 1947 e de 28 de Abril de 1948. Não é viável documentar até que ponto as teses então expostas e defendidas por Salazar tiveram influência e peso nos governos ocidentais, em particular na Inglaterra e França. Mas não há dúvida de que Salazar foi o primeiro a expor tais teses, e que o *Pacto do Atlântico* lhes corresponde inteiramente.

tuir um princípio de divisão. Portugal apresentou neste particular alguns reparos, que não foram atendidos, e designadamente solicitou em vão que o prazo de vigência do Pacto fosse reduzido de vinte para dez anos. Que fazer? Não dá o Conselho de Ministros o assunto por esgotado, e Salazar convoca nova reunião dentro de dois dias, a 21 de Março. Caeiro da Matta informa que a Espanha acaba de intervir em Lisboa. Madrid entende que Portugal não pode subscrever o *Pacto do Atlântico:* a tanto se opõe o *Pacto Peninsular:* em qualquer caso, este último obriga a consultas prévias. É de novo adiada a visita do generalíssimo Franco. E em nota áspera o governo espanhol afirma que, se Portugal e Espanha conduzem políticas independentes, então mais convém à Espanha não ter compromissos e actuar numa linha também independente. Caeiro conclui que, se Portugal não aderir ao *Pacto do Atlântico,* os espanhóis podem dizer que a recusa é devida à pressão de Madrid, e o governo de Lisboa sairá diminuído no conceito internacional. Mas Salazar refuta as objecções espanholas. Nada no Pacto Peninsular obriga Portugal a consulta prévia desta natureza. Para mais, a Espanha, sem embargo da sua situação externa, tem concluído alguns acordos secretos, em especial com os Estados Unidos, e não tem dito uma palavra em Lisboa. Por outro lado, e se Portugal não aderir, pensar-se-á que o gabinete de Lisboa não foi tido a par das negociações, nem convidado; os oposicionistas, dentro e fora do país, não deixarão de explorar essa circunstância; e será suposto que o governo, já rejeitado pela ONU, é também repelido pelo próprio Ocidente. E Salazar torna a perguntar ao Conselho: que caminho seguir? Estão divididos os ministros. Costa Leite advoga a adesão de Portugal: caso contrário, poderá sobrevir uma situação económica insustentável para o país. Cavaleiro de Ferreira julga de aguardar, e de insistir no prazo de dez anos para vigência do Pacto. Caeiro da Matta apoia a assinatura sem hesitações. De igual parecer é Américo Thomaz. Mas José Frederico Ulrich sustenta opinião inversa: se o Pacto é de defesa contra a Rússia, e esta fizer a guerra, Portugal entrará no conflito de qualquer modo: e se não aderir por questão de princípio, o risco económico salientado pelo ministro das Finanças passa a segundo plano. Não se pronunciam os demais com clareza: sem o afirmarem aberta-

tamente, dão a entender a sua relutância pela adesão de Portugal. Mas do Conselho estão ausentes os ministros do Interior e da Guerra, e Salazar entende que devem ser ouvidos antes de uma decisão final. Em 23 de Março, Salazar efectua uma terceira reunião do gabinete. Participam Cancela de Abreu e Santos Costa. Ambos defendem a adesão portuguesa, em particular o ministro da Guerra; e este recomenda também que se abram conversações com a Espanha. Salazar conclui que o governo se pronuncia no sentido afirmativo. Entretanto o embaixador dos Estados Unidos, MacVeagh, entrega a Salazar uma carta do Secretário de Estado Dean Acheson, em que este salienta os propósitos defensivos do *Pacto* e convida Portugal a subscrevê-lo, como membro originário. E a Caeiro da Matta são dadas indicações para assinar o *Pacto do Atlântico*. Dias depois, o ministro dos Estrangeiros parte para Washington, acompanhado de António de Faria, que a título interino desempenha o lugar de Secretário-Geral nas Necessidades. Ali se encontram com Pedro Theotónio Pereira, que do Brasil passara a Embaixador nos Estados Unidos. Caeiro da Matta avista-se com Dean Acheson. Volta a acentuar a preferência portuguesa por um *Pacto* limitado a dez anos; todos entenderiam que se tratava de organizar a defesa perante uma agressão russa; mas um período de vinte anos poderia arrastar o *Pacto* para conflitos de outra natureza ou origem; e Portugal não deseja ver-se envolvido em dificuldades que surjam entre membros da aliança. Acheson explica que, no espírito de alguns países ocidentais, está a ideia de uma agressão russa mas também de uma nova agressão germânica; e um período inferior a vinte anos não seria aceite pelos que vão firmar o tratado. E no dia 4 de Abril de 1949, em cerimónia espectacular no Departamento de Estado, presidida por Truman, Caeiro da Matta e os demais onze ministros ocidentais assinam o *Pacto do Atlântico*. Portugal torna-se membro da maior coligação política e militar dos tempos de paz.

Causa sensação no país, e no mundo, a entrada de Portugal no *Pacto do Atlântico*. Sentem-se descoroçoados os oposicionistas: esperavam encontrar numa recusa um pretexto de ataque ao governo. Mas é sobretudo em Espanha que o facto suscita interesse. Solicita a *United Press* uma entrevista a Salazar, e este

concede-a. Diz: «*A Espanha deveria ser incluída no Pacto do Atlântico, primeiro pela falha geográfica e estratégica que a sua ausência traduz; segundo, pela real importância da sua eventual contribuição; e terceiro, porque o valor e significado da própria adesão de Portugal são diversos conforme a Espanha esteja ligada ao Pacto e, na hipótese de não estar, conforme a política que seguir em caso de conflito que ponha o Pacto em funcionamento*». E qual a incidência no Pacto Peninsular? Salazar responde: os dois pactos «*são em princípio compatíveis. Assim o consideramos e o declaramos. Mas os compromissos eventualmente emergentes do Pacto (do Atlântico) ou assumidos em virtude dele tem de ser a cada momento confrontados com os princípios daqueles (dos Pactos com a Espanha) pelos motivos indicados acima*». Esta entrevista apazigua as susceptibilidades espanholas. Toda a imprensa de Espanha lhe dedica larga atenção: *Pueblo, El Alcazar, ABC, Informaciones*, elogiam a posição assumida por Lisboa: e salientam a necessidade de um *arranjo* que, pelo menos indirectamente, ligue a Espanha ao novo Pacto.

Mas depressa a opinião pública portuguesa é distraída para outras preocupações. Está marcada para 20 de Abril de 1949 a posse solene do Marechal Carmona, para início do seu novo mandato. E surgem rumores, correm informações *fidedignas:* Salazar apresentará a sua demissão, retirar-se-á, e haverá pelo menos uma vasta crise ministerial. Na véspera, a 19, Salazar aborda o assunto em Conselho de Ministros. Sim: fala-se de crise, da sua saída do governo. Mas Salazar não julga que sejam favoráveis aos interesses da nação as crises ministeriais repetidas: os ministros devem ter longa permanência nas funções: apenas assim poderão tornar-se experimentados e conhecer bem os problemas dos seus departamentos. Mas sabe que são opostos os sentimentos da opinião pública: parece que esta aprecia mudanças, vive na ânsia permanente de novos nomes. Quanto a si próprio, desejaria «*ardentemente*» solicitar em definitivo a sua dispensa do governo. Mas está hesitante: tem entre mãos e em estudo numerosos problemas de alta importância: e se é fácil encontrar outros homens igualmente competentes, já seria mais difícil de momento encontrá-los com igual experiência. Ainda não levantou o assunto com o Chefe do Estado, e não sabe que

resoluções este tomará no início de novo mandato. Espera esclarecer a situação dentro de dias. Mas o Marechal Carmona, após o seu juramento solene perante as Câmaras, reitera a confiança a Salazar, e está na altura afastada uma crise.

Para mais, Carmona está em declínio. Lúcido, decerto, mas de extrema fragilidade; e é já longínquo o seu interesse e o seu envolvimento nos altos negócios do Estado. Confia tudo a Salazar. E este, embora pudesse aproveitar o início de novo mandato presidencial para introduzir modificações no governo, não as julga na verdade oportunas. Além dos problemas de política interna — eventuais reformas constitucionais, próximas eleições para deputados — existem no plano externo motivos de ansiedade a curto prazo. Não é somente a questão de Goa: não é de esperar de momento um ataque armado, e justamente o governo de Nova Delhi acaba de nomear um ministro da União para Lisboa: mas é provável que a táctica de Nehru consista em bloquear Goa: e há que enfrentar com êxito essa eventualidade. Maior cuidado imediato provoca a situação no Extremo Oriente. Na China, progridem por toda a parte os exércitos de Mao Tsé-Tung, e estão às portas de Macau, que lhes sente a pressão. Porque a sorte de Macau está ligada neste particular à de Hong-Kong, Salazar combina com Caeiro da Matta apresentar o problema ao governo britânico: qual a atitude de Londres e que meios militares pode ceder a Portugal para defesa de Macau? Em princípio, está-se perante uma hipótese em que poderia jogar a aliança luso-britânica. Londres não o nega; mas não tem possibilidade de uma defesa eficaz de Hong-Kong, e menos ainda a teria para prover à de Macau ao mesmo tempo. Se houver ataque das forças chinesas, terá de ser simbólica a resistência. Todavia, para que esta não seja ridícula, Salazar resolve com Santos Costa o despacho de três mil homens para Macau. Através de tudo, no entanto, Salazar não descura a administração do dia-a-dia: e está agora debruçado sobre os estudos para a nova ponte de Coimbra, para o metropolitano de Lisboa, e os arranjos para a inauguração de algumas barragens quase concluídas. Entre Belém e a Cidadela de Cascais, Carmona está agora longe de tudo e é apenas uma sombra de valor moral que o país venera sentimentalmente. E neste quadro inicia o seu novo mandato.

4

Em 27 de Abril de 1949, Salazar completa vinte e um anos de governo. No dia seguinte, cumpre sessenta anos de idade. Todo o cabelo, ainda farto, está completamente branco; e sempre muito cuidado, muito penteado. Tem o rosto marcado pela vida, mais do que por vincos do tempo; a pele é clara, glabra, dir-se-ia de uma transparência de marfim, sem sombreados de barba; e os olhos estão vivos, e inquietos, e perscrutadores, sempre numa interrogação ou numa suspeita, e num esquadrinhar minucioso de coisas e pessoas. E apurado no vestir, mas sóbrio, de cores escuras, e nunca tem um pó, um fio. Da figura desprende-se serenidade, domínio de situações, incapacidade de se surpreender ou perturbar. De saúde, sente-se inteiramente recuperado, salvo pelas suas aflições crónicas: as enxaquecas, os olhos exaustos. Acentua-se, porém, um toque incómodo da vesícula. Cerqueira Gomes, que por vezes o examina, diagnostica cálculos, e recomenda uma intervenção cirúrgica; mas Bissaia Barreto, concordando com o diagnóstico, desaconselha vivamente uma operação. Não é enfermidade, no entanto, que prejudique ou torne penosa a rotina do governo. Gradualmente, tem alterado alguns dos seus hábitos. Desloca-se com menor frequência a Santa Comba e ao Vimieiro; e são mais amiudados os seus telefonemas e as suas cartas para Marta, sempre na preocupação da sua lavoura e da administração das suas terras. Abandona os seus passeios a pé pelos arredores de Lisboa: e é agora o parque da residência que percorre longamente em todos os sentidos. Para a missa dominical, quase não vai à capela do seu amigo Trocado, e ainda menos ao Patriarcado. No andar superior da casa da Rua da Imprensa, uma divisão foi transformada em capela, e por intermédio do Cardeal Cerejeira obteve da Nunciatura permissão para que ali seja celebrada missa. Cerejeira vem em muitos domingos dizer a missa, ou faz-se substituir pelo seu padre-secretário. Mas Salazar mantém-se fiel ao passado, às coisas e às pessoas já remotas e diluídas por anos e anos. Paga pontualmente as suas cotas para o *CADC*, para a Associação Académica de Coimbra; assina os jornais da sua Beira; e troca frequente correspondência com a Coimbra Editora sobre as vendas dos volumes de *Discursos*.

De Viseu, Felismina, o devaneio amoroso dos tempos do seminário, escreve sempre por aniversários, por datas ou acontecimentos importantes. O cónego Correia Pinto, monsenhor Alberto Carneiro de Mesquita, companheiros das lutas do *Imparcial*, são visitas assíduas; é inalterável a sua amizade pelos Lacerdas, mesmo depois da morte de Jerónimo, e Maria Arminda aparece com frequência; e para o jantar dos sábados, Bissaia Barreto é o convidado infalível. E à governanta, sempre a Maria de Jesus, confia as responsabilidades domésticas da parte pessoal da casa da Rua da Imprensa.

Registam os jornais os aniversários político e natalício. Em fundo, Augusto de Castro escreve no *Diário de Notícias* que Salazar tem sido durante vinte e um anos um «*chefe solitário*» que, ao serviço da nação, «*envelheceu uma existência*». Diz *O Século*: «*O Presidente do Conselho consumiu no serviço interrupto*» do país «*os melhores dias da sua vida*». Sem embargo da sua posição política noutros domínios, o *Diário de Lisboa* reconhece que Salazar, «*até hoje à frente do poder executivo, continuou a ser o mesmo trabalhador infatigável, vidente e previdente, a quem o país se entrega sem condições, pois vê nele um timoneiro seguro da felicidade de que os povos ainda hoje podem desfrutar*». Na Assembleia Nacional, ainda em sessão, João do Amaral, Craveiro Lopes e Quelhas de Lima fazem o elogio de Salazar e comparam a situação de há vinte anos com a de hoje. Carmona telefona as suas felicitações, e oferece uma fotografia sua, que manda entregar por Carvalho Nunes; e os majores-generais do Exército e da Armada, o governador militar de Lisboa, os comandantes das corporações militarizadas, comparecem na residência para cumprimentos de significado político. Na *Liga 28 de Maio*, sob a presidência de Cancela de Abreu, a velha guarda da revolução ressurge a lembrar e a reviver a mística dos primórdios do regime: é Lopes Mateus, que recorda a atmosfera que levou ao movimento do *28 de Maio;* é Ricardo Durão, que fala em nome dos homens da primeira hora e que querem manter a pureza dos princípios revolucionários como definidos por Salazar; e outros, de gerações mais novas, como França Vigon ou Alberto de Araújo, vem afirmar que continuará a revolução. E através do país são inaugurados melhoramentos locais: desde os edifícios

escolares e os bairros de pescadores até às casas de renda económica e às obras de rega, perfazem mais de uma centena.

Salazar mantém-se afastado de todas as celebrações, e silencioso.

5

No plano interno, naqueles fins de Abril de 1949, os portugueses não sentem qualquer problema de consequência: e é intenso o ritmo de trabalho pelo país além. Mas Salazar apercebe-se, de súbito, de que é difícil a situação económica e financeira. Dos créditos a serem concedidos pelos Estados Unidos, ao abrigo do Plano Marshall, apenas seria possível contar com cerca de dez milhões de dólares, e não com os sessenta a cem milhões que Portugal acabara por solicitar. Haviam sido levadas a bom termo as negociações com a Inglaterra, e está firmado um acordo monetário e de pagamentos: mas o mercado britânico, pelas suas dificuldades próprias, não pode fornecer o que Portugal necessita nem absorver o que este pode exportar. Impõe-se assim a adopção de medidas internas severas: de outro modo há o risco de ficar em escombros toda a obra financeira e económica do Estado Novo. Salazar tem repetidas sessões de trabalho com Costa Leite. Mas há que tratar do problema em Conselho de Ministros: todo o governo tem de se empenhar num programa de recuperação.

De momento, na superfície, nada é alterado. Estão previstas durante Maio algumas inaugurações de outros melhoramentos. E entre estes avulta a barragem do Vale do Sado. Ulrich resolveu atribuir-lhe o nome de «*Salazar*», e insiste com o chefe do governo para que presida ao acto inaugural. Salazar discorda da designação e procura eximir-se à comparência; mas acaba por ceder. E em 29 daquele mês, no Vale do Sado, Salazar profere algumas palavras. Não se deveria ter dado o seu nome à obra: os nomes dos que colaboram no esforço colectivo da grei devem ficar sujeitos ao desgaste do tempo. «*Se, passados séculos, viverem ainda na memória dos homens*», então gerações futuras consagrá-los-ão. Mas, «*tendo Leopoldo de Almeida esculpido no bronze e integrado na pedra da barragem a minha efígie, ficou*

o nome confiado ao respeito devido à obra de arte». E Salazar está bem humorado: considera-se um «*rural*», que entende a importância da água na agricultura. «*A minha experiência de minúsculo agricultor a 300 quilómetros de distância e regularissimamente deficitária*» permitiu «*a compreensão fácil e vivida deste problema: o que é e pode ser a água na terra portuguesa*». E «*coube a esta geração ter sentido as necessidades do seu tempo e sabido trabalhar nas grandes obras de rega*». Por isso Salazar repete o incitamento que, há mais de duas décadas, quando estudava economia em Coimbra, encontrara num livrinho de Rui Mayer: «*A regar! A regar!*»

Mas o tom prazenteiro de Salazar mascara séria preocupação. No Conselho de Ministros de 7 de Junho de 1949, o chefe do governo declara sem rodeios que é «*gravíssima*» a situação financeira e económica do país, e mais difícil ainda pela longa seca. Encargos extraordinários haviam sido cobertos por saldos do orçamento ordinário, por empréstimos, por excedentes de anos económicos findos; e pela primeira vez, desde 1928, apresentava déficit a conta do Tesouro no Banco de Portugal. Em 1947, as disponibilidades ascendiam a 3 000 000 de contos; eram apenas de 1 800 000 contos em 1948; por Janeiro do ano em curso estavam reduzidas a 800 000 contos; e agora é negativo o saldo. Há que recorrer ao tratamento clássico: aumentar receitas, reduzir despesas, e impor de forma geral uma *lei-travão*. De modo algum se deve desesperar. Estão sólidos os grandes pilares das finanças: Banco de Portugal, Caixa Geral de Depósitos, a moeda, o crédito. Mas impõe-se um critério severíssimo para se recuperar o desafogo anterior. Estas notícias são desagradáveis para o Conselho, e Salazar lamenta-as, e sobretudo dói-lhe que ao fim de vinte anos seja possível surgir uma crise financeira. Ademais, continua o chefe do governo, sente-se cansado, velho, sem forças para lutar como em 1928. Em todo o caso, já pensara em algumas medidas de emergência: aumentar de 20% para 50% o adicional sobre algumas importações, e de 5 % para 12 % o imposto sobre alguns produtos industriais; reduzir a antecipação de fundos; suspender nomeações e promoções; e de forma geral economizar nos serviços, e na administração. E Salazar pede a

todos uma colaboração devotada para que sejam superadas as dificuldades. Dias depois, em conversa com Ulrich e Costa Leite, o chefe do governo já se mostra confiante, quase optimista.

Mas chega o verão. Por recomendação das Obras Públicas, há que fazer alguns reparos na residência da Rua da Imprensa. Por outro lado, Bissaia Barreto insiste numa mudança de atmosfera, se possível à beira-mar. Salazar não se sente com disposição para uma estadia em Santa Comba; e porque em larga parte está devoluto, o chefe do governo resolve instalar-se para o estio no Forte de Santo António do Estoril. Mas a instalação é primária, de estudante pobre. Não tem sequer boas comunicações; Salazar sente-se bem humorado, todavia; e escreve a Mário de Figueiredo: «*Estou no Forte de Santo António no Estoril, para permitir obras na casa de Lisboa. Tele. 304 (companhia). Pelo Estado é preciso pedir «Central da Guarnição» e depois «está o Forte?». No fim não deve ouvir-se nada...*».

Entretanto, corre seus termos, no plano internacional, a ratificação do *Pacto do Atlântico* pelos governos signatários. Todos os países membros têm estado atentos à atitude norte-americana: por um lado, sem a participação efectiva de Washington não tem valor o tratado; por outro, os Estados Unidos são fortemente isolacionistas; e assim é essencial ter a segurança de que aqueles ratificam o pacto que subscreveram. Justamente, o Senado norte-americano acaba de iniciar o debate sobre o *Pacto do Atlântico*, e sabe-se que o aprovará; e está assim aberto o caminho para acto idêntico por parte dos demais países membros. Salazar julga que chegou o momento de Portugal proceder de igual modo, e inicia o processo de ratificação. Dada a importância política e militar do novo tratado, entende que aquela, depois do parecer da Câmara Corporativa, deve ser feita pela Assembleia Nacional. Esta não se encontra em funcionamento, e há que reuni-la em sessão especial, a ser convocada pelo Presidente da República; e para o efeito este tem de ouvir o Conselho de Estado. Para mais, Salazar deseja comparecer pessoalmente na Câmara, e apresentar-lhe o *Pacto* e solicitar a sua ratificação. No Forte de Santo António começa a compor o discurso que terá de proferir. E escreve a Carmona para combinar os pormenores da convo-

cação da Assembleia (1). E só agora, a 28 de Junho, responde Salazar à carta de Dean Acheson. Reitera a solidariedade portuguesa na defesa do Ocidente; mas repete também a preferência por um prazo de dez anos. E Salazar é nítido: como Portugal não tem voz na formulação da paz entre os antigos contendores, nem intervém de momento na política geral, não deseja ver-se envolvido em conflitos que, por qualquer daquelas causas, possam surgir entre os signatários. Nada invalida, todavia, o apreço do governo de Lisboa pelos esforços americanos e o apoio dos Estados Unidos à defesa da Europa ocidental.

Em 25 de Julho de 1949, Salazar comparece perante os deputados. É rude, e repetitivo, na análise da situação a que as potências ocidentais haviam conduzido a Europa. Terminara a última guerra entre louros pelos feitos das grandes nações; mas

---

(1) Tem interesse documental a carta que sobre este caso Salazar escreve a Carmona. Diz: «*Senhor Presidente, Pelas últimas notícias recebidas o Pacto do Atlântico deve ficar aprovado no Senado dos Estados Unidos na próxima 5.ª feira, 21 do corrente. Isto quer dizer que, na orientação que estava assente, a Assembleia Nacional pode começar a apreciação do Tratado na 6.ª feira seguinte. Para isso porém será necessário, segundo me comunica o Senhor Presidente da Câmara, que se publique o dec. de convocação para a sessão extraordinária na 4.ª feira, o mais tardar. Como Vossa Excelência sabe, a reunião extraordinária da Assembleia não pode realizar-se senão depois de ouvido o Conselho de Estado. Temos assim que este deveria ser convocado, por exemplo, para a próxima terça-feira 19. Tudo assim parece perfeitamente ordenado. Quanto à Assembleia Nacional, é natural que comece o estudo do Tratado na 6.ª feira, depois da reunião plenária, e acabe a discussão e votação na segunda-feira da semana seguinte. Tudo está preparado para poder seguir sem demora a Carta de ratificação. A rede telefónica militar não deixa grandes esperanças de resolver pelo telefone qualquer pequena dúvida. Mas se Vossa Excelência o ordenar, irei a Lisboa. Vossa Excelência dignar-se-á dar-me as suas ordens. Com a mais subida consideração e respeito, de Vossa Excelência Mtto. att. obgdo. e grato, Oliveira Salazar*». Carta de 16-7-1949. Seis dias depois, Salazar escrevia de novo a Carmona a apresentar uma pequena modificação no governo: Veiga da Cunha, que pedira a demissão há muito, era substituído como subsecretário de Estado das Obras Públicas por Alberto Saraiva e Sousa; e para suceder a Luís Leite Pinto, que entrara na vida privada e partira para o Congo Belga, é designado Henrique Veiga de Macedo, «*pessoa inteligente, modesta e de grandes qualidades de trabalho*».

o após-guerra tem decorrido entre lamentações pelos seus desenganos. Quis-se evitar a hegemonia alemã, e praticou-se o erro de esmagar a Alemanha; quis-se criar uma nova organização internacional, e praticou-se o erro de ressuscitar velhos ideais da Liga de Genebra. Não há hoje dúvida de que se frustraram os dois objectivos: ao desígnio de uma hegemonia germânica sucedeu a mais forte hegemonia russa em parte da Europa e da Ásia: e esta hegemonia pela sua própria existência, é oposta aos ideais de igualdade de Estados e à universalidade que deviam caracterizar a Organização das Nações Unidas. Houve assim uma vitória ocidental? Não: «*a glória pertenceu a uns, a vitória coube efectivamente a outros*». Porque, na verdade, a política de guerra dos ocidentais trouxe os exércitos russos ao coração da Europa e às regiões de onde esta pode ser dominada: «*todas as chaves do Ocidente ficaram confiadas à potencial agressividade das tropas eslavas*»: «*e a Rússia poderia, se quisesse, ou pode, se quiser, levar os seus exércitos, numa arrancada, até à Mancha e aos Pirinéus*». E à força das posições dominadas acresce o sistema doutrinário de que são portadores os exércitos soviéticos. Por toda a parte, os factos passam-se com similitude: alinhamento político com a União Soviética; subordinação económica a esta; reforma social em termos paralelos; desprezo pela vontade, a moral e os interesses dos povos; recusa de toda a liberdade, seja política, religiosa ou mesmo civil. «E o *pior é que parece não serem as violências do comunismo só para ele se impor, mas para viver, assim se colocando no polo oposto ao da ordem social europeia*». Deste modo, e ao menos para os anos mais próximos, a defesa do Ocidente tem de ser organizada. Neste quadro, o Pacto do Atlântico, com o apoio da força americana, e a reanimação da economia europeia pelo Plano Marshall, vem corresponder a uma necessidade. Por que razão abandonaram os Estados Unidos o seu isolacionismo? São vários os motivos: «*compreensível sentimento de solidariedade humana; responsabilidade na direcção política do Mundo que a grandeza do seu esforço de guerra lhes granjeou e a alteração do valor relativo das grandes potências inegavelmente lhes impôs; fazem-no ainda por bem conduzido cálculo dos seus interesses materiais e morais*». Se subvertida a Europa, e com esta a África, os Estados Unidos

ficariam confinados e delimitados pelos dois oceanos, e haveriam de enfrentar uma potência russa que lhes aplicaria, de fora para dentro, um novo monroismo. Para os próximos decénios, portanto, será comum a história euro-americana. Além destes aspectos de defesa, todavia, cabe perguntar se o Pacto do Atlântico terá também um conteúdo ideológico. Neste particular, há no preâmbulo do tratado uma definição infeliz dos seus propósitos ideológicos; mas no seu significado podem entender-se como consentânea com os princípios da civilização que se procura defender. E agora há que averiguar uma última questão: a entrada de Portugal para o Pacto «*pode considerar-se em certa medida desvio da nossa política externa tradicional?*» Na realidade, a aliança luso-britânica tem constituído, para a Iglaterra e para Portugal, um instrumento fundamental das rotas marítimas, tão essenciais a um país como ao outro; e sempre que Portugal se misturou aos negócios da Europa, por iniciativa própria ou compelido por outros, «*distraímo-nos prejudicialmente das nossas tarefas ultramarinas, e sem lucros, antes com graves danos e perdas de vidas e fazenda, voltámos para a Pátria, se às vezes com glória, sempre desiludidos das nossas intervenções*». E «*através da História estes desvios da linha mestra que é definida pelas necessidades vitais do povo português — face ao mar, costas à terra — não constituem precedentes a seguir, mas a evitar na medida do possível*». Dentro desta premissa, cumpre apurar se a intervenção norte-americana joga como reforço da aliança anglo-portuguesa e se há riscos de conflito entre nações da Europa Ocidental, signatárias do Pacto, em que Portugal possa ver-se envolvido. Quanto ao primeiro ponto, o apoio americano, com a deslocação para oeste do centro de gravidade da política mundial, tem de entender-se como reforço das posições ribeirinhas no Atlântico Norte; e pelo que respeita ao segundo ponto, «*parece não poder prever-se nos próximos vinte anos qualquer conflito entre as próprias potências signatárias, nem mesmo provocado por uma Alemanha renascida*». Alheios à área geográfica do Pacto, encontram-se os territórios de além-mar; mas as dificuldades que possam surgir nestes ficam sujeitas ao processo de consultas previsto no artigo 4.º do Pacto, em relação ao qual «*será prudente não fiar demasiado das vantagens nem despre-*

zá-las completamente». E um derradeiro aspecto há que tratar: a política portuguesa para com a Espanha. Efectuadas longas conversações com o governo de Madrid, ficou bem nítido que o Pacto e os tratados com aquele país eram em princípio compatíveis, e desta conclusão haviam sido notificados os americanos; e nesta ordem de ideias a Espanha deveria ser incluída no Pacto, e nisso tem Portugal insistido, mesmo com risco de incompreensão, parecendo que um entendimento deve substituir a adesão da Espanha e permitir o contributo desta à defesa da frente ocidental. E Salazar termina com uma síntese sobre a Europa: «*desta Europa gerada na dor das invasões*», «*descobridora, viageira, missionária*», «*desta Europa simultaneamente trágica e gloriosa, ainda hoje se pode asseverar que mantém o primado da ciência e das artes*», e que criou, «*sob inspiração cristã, valores universais*». Mas agora, «*devastada, empobrecida, dividida, moralmente desfeita, corroída pelo desânimo, a braços com uma perigosa desorientação mental*», poderá perguntar-se se esta decadência não será definitiva: terá chegado o «*finis Europae?*» Todavia, o Mundo há-de continuar a ser regido pelo Espírito, e o que importa é saber se, apoiada em suficiente base material, a Europa pode ainda arrogar-se o seu primado. Apoiada pela América, que sai contrariada do seu isolacionismo, a Europa constitui guarda avançada da segurança daquela. Ninguém pode querer a morte ou a abdicação do velho continente, e o problema que está posto é o de averiguar se este «*dispõe, com a África, de reservas materiais e morais que lhe permitam recobrar forças para prosseguir o seu papel histórico*». Se não desistir de todo o esforço, poderá enfrentar os que se interrogam «*sobre se a Europa não está condenada a escolher entre a América e a Rússia*». E por isso «*pareceu difícil em tais circunstâncias estarmos ausentes*».

Aprova a Assembleia Nacional, por oitenta votos contra três, o texto do *Pacto do Atlântico*. Em Espanha, o discurso de Salazar é celebrado, e são vincadas as passagens que importam à posição daquele país. Nos Estados Unidos, tem repercussão a atitude portuguesa. E o *Times* de Londres congratula-se por haver entrado para a *comunidade atlântica* um membro estável, cujo interesse pela Europa Ocidental só pode ser benéfico para

todos. Para a oposição portuguesa, o facto é politizado, por ser havido como vitória do governo. Mas entre partidários e adversários deste há a consciência de que Portugal tomou uma atitude histórica, e de que o país se abeira de uma época diferente.

6

Durante o verão de 1949, Salazar mantém-se no Forte de Santo António do Estoril. Pela manhã, lê os jornais, ao ar livre, junto à muralha que dá para o mar. Passeia longamente no terraço, de um lado para o outro, ou no corredor aberto, encimado por uma alta abóbada onde vem ressoar o barulho das ondas. Nos dias de calor, veste um casaco de linho, branco ou cor de areia, e na botoeira mete um ramo de manjerico, que colhe dos vasos dispostos em filas no corredor. São agora mais raros os Conselhos de Ministros: apenas uma sessão em cada mês. Não deixa, todavia, de trabalhar com os membros do governo, ou de receber visitas. Acolhe-os numa divisão do primeiro andar: é um soalho acanhado, onde se apertam uma escrevaninha, uma estante, duas cadeiras baixas, de tubos de ferro cromado, com assentos e costas forradas de uma imitação de pergaminho. A um canto da secretária uma jarra com flores. Ao fundo, uma porta dá para outro soalho: tem um catre, uma mesa de cabeceira tosca: é o quarto de Salazar. Tudo é pobre, modesto, descarnado, monástico.

Pensa o chefe do governo nas eleições que se aproximam. Recebe os seus conselheiros e informadores de política interna. Costa Leite comparece com frequência para exame da situação financeira; e com Ulrich analisa a execução dos planos de estradas, de obras de rega, do laboratório de engenharia civil, e interessa-se particularmente pelos estudos e desenhos das fachadas para os novos edifícios da Cidade Universitária de Coimbra; e com Caeiro da Matta ajusta a orientação sobre problemas externos pendentes. Neste particular, não cessam as preocupações. Haviam sido acalmadas as susceptibilidades espanholas, decerto; e a visita do generalíssimo Franco está agora assente para a segunda quinzena de Outubro. Mas crescem os cuidados quanto a Goa. Claramente inspirada pelo governo de Nova-Delhi,

sobe a campanha da imprensa indiana, em particular nos jornais de Bombaim; são perseguidos na Índia os goeses ali residentes e que não renegam a nacionalidade portuguesa; e no parlamento de Delhi continuam violentos os clamores pela anexação de Goa. Nehru, embora em termos aparentemente moderados, é progressivamente mais nítido: Goa é parte da União Indiana e a esta deve regressar. Para já, insiste na solução do *problema* do Padroado. Neste ponto, Salazar está agora de posse do parecer do Patriarca das Índias, D. José da Costa Nunes, em resposta à carta que lhe escrevera, e dos relatórios dos Bispos de Meliapor e de Cochim. Têm os Prelados receios pelo futuro do catolicismo na Índia; mas ao chefe do governo parece «*difícil de sustentar*» que os cidadãos indianos sejam excluídos do Episcopado nas dioceses em território da União e que um Estado estrangeiro, ao lado da Santa Sé, possa intervir na escolha de Prelados para essas dioceses. Deste modo, o Conde de Tovar, no Vaticano, recebe instruções para abordar o assunto com a Secretaria de Estado, entendendo-se que Portugal está preparado para desligar Roma dos compromissos decorrentes da Concordata de 1886 e do Acordo de 1928. Entretanto, Nova-Delhi acredita um ministro em Lisboa, Menon (1); mas Salazar não pensa que o facto pressuponha o abandono das reivindicações indianas. E sobre este problema projecta-se o de Macau. Já conta cerca de seis mil homens a guarnição da cidade. Continuam vitoriosas, no entanto, as forças chinesas comunistas: se resolverem atacar, pouco mais de simbólica poderá ser a resistência: e Salazar espera somente que esta seja digna.

Mas vai realizar-se em Washington a primeira reunião dos ministros dos Estrangeiros do Pacto do Atlântico, e Caeiro parte para os Estados Unidos. Em 16 de Setembro de 1949, acompanhado por Pedro Theotónio, avista-se com Dean Acheson. Discutem problemas de organização do *Pacto*. Portugal deseja participar em alguns *grupos de trabalho*, cuja criação está prevista para assuntos regionais específicos; mas receia-se uma tendência para dar prioridade a esses grupos sobre as relações bila-

(1) Não confundir com Krishna Menon.

terais; e o governo de Lisboa dá preferência a estas, em particular com os Estados Unidos e a Inglaterra. Acheson não tem dúvidas de que surgirão problemas, no quadro do tratado, que hão-de requerer estreita cooperação entre Lisboa e Washington e Londres. Então, Caeiro aborda a situação no Extremo-Oriente. Portugal sente preocupações por Macau. É verdade que os Estados Unidos enviaram conselheiros militares ou oficiais de ligação para Hong-Kong? Não exactamente, informa Acheson: em virtude do avanço das forças comunistas, apenas fora transferido para aquele território britânico o pessoal militar que se encontrava em Nankin e Cantão. E Acheson diz mais: examinara a situação na China com Ernest Bevin; os ingleses não haviam solicitado auxílio militar e os Estados Unidos não encaravam qualquer acção nesse domínio; se Hong-Kong fosse atacado, Washington consideraria o facto como atentório da *Carta* da ONU e apoiaria os ingleses nas Nações Unidas; e finalmente Wasgington não deseja precipitar o reconhecimento de um governo comunista chinês, preferindo esperar que este o solicite e que, além disso, preencha os requisitos para esse reconhecimento, provando que domina todo o território e cumpre as suas obrigações internacionais. Caeiro da Matta descreve as circunstâncias em que se encontra Macau, e esboça a ideia de uma declaração norte-americana que sublinhasse o interesse dos Estados Unidos tanto por Macau como por Hong-Kong. Mas Pedro Theotónio persuade Caeiro a não insistir neste ponto.

Está no seu termo o verão. Ao Forte de Santo António chegam ecos de perturbação do ambiente no país. Avizinham-se as eleições parlamentares marcadas para 13 de Novembro de 1949. Há que reorganizar a *União Nacional*, esclarecer as forças que apoiam o governo, dar-lhes ânimo. Salazar resolve dirigir-se aos portugueses. E ainda no Forte começa a preparar um longo discurso. De momento, contudo, trata-se de elaborar a lista de nomes que a *União Nacional* deverá apresentar ao sufrágio de Novembro. Nos círculos interiores do Estado Novo desencadeia-se luta de grupos, de personalidades, de ambições. Alguns homens têm afinidades pessoais com outros que não pertencem às fileiras do Estado Novo, e sentem-se divididos. Agitam-se sobretudo os monárquicos. De algum modo, pelo Visconde de

Asseca — irmão de Carolina Asseca e representante pessoal de Dona Amélia de Bragança—haviam transpirado rumores da missão de Nosolini ao Castelo de Bellevue; e do facto alguns concluíam por uma próxima restauração do trono. Surge assim a hipótese de candidaturas monárquicas, qualificadas como independentes, mas no fundo oposicionistas; e a ideia tem curso entre homens da lavoura, de que José Pequito Rebelo aparece como representante qualificado. Mas é mais intenso o conflito pessoal entre os que são afectos ao governo. Na escolha dos candidatos, estão muito activos Mário de Figueiredo e Albino dos Reis: recomendam uns nomes, levantam objecções a outros. Está empenhado Ulisses Cortez em organizar a *sua* lista; e, muito chegado a Marcello Caetano, pretende incluir alguns amigos deste. Deparam-se incompatibilidades, malquerenças individuais; e há quem não aceite a candidatura se um outro nome não for incluído, ou se for incluído. Salazar quer manter os homens de mais categoria pessoal ou política, e ao mesmo tempo remoçar parte da Câmara. Mas há atritos, rixas. Gonçalves Rodrigues pretende regressar à sua Faculdade de Letras; e para o substituir pensa-se em Lopes de Almeida, por Coimbra. Ubach Chaves quer ser reeleito, e Ulisses Cortez apoia-o; mas Diniz da Fonseca opõe-se. Abrantes Tavares tem o favor de Albino dos Reis; mas Daniel Barbosa e Rafael Duque afastam-se se aquele for incluído. E Albino dos Reis, já muito veterano da política e dos homens, desabafa com Mário de Figueiredo, fala de «*tibiezas e complacências*», receia alguns elementos novos capazes de criar dificuldades políticas e declara que, se não confiasse na autoridade daquele para imprimir disciplina (1), preferia juntar-se «*aos que ficaram pelo caminho*». E a lista definitiva apenas fica apurada na primeira quinzena de Outubro de 1949. Entretanto, Salazar conclui o seu discurso. Para se dirigir ao país, resolve fazê-lo por intermédio dos candidatos a deputados e escolhe mais uma vez a sala da biblioteca da Assembleia Nacional. Em 20, reúne-se com aqueles, e estão também os governadores civis, as comissões distritais da União Nacional.

---

(1) Recorde-se que Mário de Figueiredo desempenhava as funções de *líder* da Assembleia Nacional.

Como caracteriza o chefe do governo o momento político? Lança uma seta aos susceptíveis, aos que colocam as preferências pessoais antes do interesse público: «*sou das raras pessoas que neste país obedecem sem discussão*». E é sarcástico: «*desejaria que fosse breve e compreensível, não me castigue Deus e me obrigue a fazer segundo discurso para explicar o primeiro*». E aborda os problemas da altura. Não obstante a paz interna e externa de que o país beneficiou nas duas últimas décadas, também «*em nós se repercutem as vagas de inquietação que agitam o grande Mundo*». Haverão de ser vencidas as dificuldades, porque se venceram outras mais graves e quando havia menos recursos; mas há que compreender a inquietação dos espíritos e a irritação causada pelas limitações materiais de alguns no presente momento. E alude às lutas entre os candidatos: as listas combinaram a «*estabilidade e a tradição*», mantendo deputados antigos, com a «*renovação suficiente*» para revelar outros valores políticos, em particular de gente nova, com ambições legítimas. E por isso «*se sacrificaram pessoas que pelas suas qualidades e serviços deveriam ser indicadas para reeleição e o não foram só para que se experimentassem outras possibilidades*». E a oposição? Pois bem: se ganharem nalguns distritos as listas de oposição, o governo «*aceita todas as consequências que legalmente podem resultar das candidaturas e da vitória destas oposições, que aliás não deseja*». Seria preferível que esses homens fossem incluídos nas listas da *União Nacional*, como independentes; e o regime estaria disposto a sacrificar para o efeito alguns valores seus, integrados na sua ideologia e na sua ética; mas então seria preciso que esses independentes subordinassem o interesse de grupo ao interesse geral, actuassem com espírito isento, e não obedecessem a qualquer disciplina exterior. De qualquer modo, a futura câmara terá poderes constituintes. E o facto pode abrir várias interrogações. Da campanha eleitoral de Janeiro-Fevereiro, e depois da nação reviver os «*tempos de política apaixonada e tumultuária*», e depois «*dos primeiros alvoroços da novidade*», veio para o país «*a sensação de enjôo pelo lugar comum de uma oratória em desuso, pela crítica sem objectividade, pelas torvas ameaças sem justiça e fúrias de destruição sem critério*». Pelo seu voto, os portugueses rejeitaram então o regresso ao sistema

anterior. Apesar disso, alguns perguntaram-se se não seria razoável constitucionalizar os partidos políticos. «*Com efeito, o panorama nacional oferece elementos para a organização de cinco ou seis, logo de começo; mas chefes temos para mais*». No entanto, mesmo para além da experiência portuguesa, a solução puramente partidária, «*como fonte de apoio de governo*», já não existe; e salvo em países de regime comunista, o «*governo de partido tornou-se impossível em face das novas realidades políticas*». Por isso, «*as concentrações partidárias, os governos nacionais, os governos antipartidários ou extra-partidários, são fórmulas de compromisso entre a necessidade irremovível de um governo e o artifício da concepção partidária como fonte e organização do poder*». Uma atitude simplesmente negativa, todavia, não é bastante: a política tem de encontrar soluções. Se se acreditar que está ultrapassado o individualismo, e uma vez que o socialismo é fórmula de transição para o comunismo, «*temos de tentar um princípio de organização e vida colectiva no qual e através do qual o homem possa ainda ser livre e afirmar a sua personalidade*». Ora a Constituição portuguesa é de base corporativa; esse corporativismo deve ser de associação e não de Estado; mas por motivos poderosos a doutrina sofreu desvios ou paragens na sua aplicação, e por isso alguns não lhe encontram benefícios, e a outros não ocorre atribuir-lhe as regalias materiais obtidas. Deste modo, há que revivificar o sistema, e prolongá-lo nas suas consequências, dando poder e destaque às Corporações e alargando a intervenção da Câmara Corporativa. E impõe-se criar a breve prazo o Ministério das Corporações. E a Assembleia Nacional? Se a Câmara Corporativa representa os interesses materiais e morais, e por esse facto não é exclusivamente técnica, à Assembleia caberá representar «*um interesse político geral, relativo à Nação como ser e unidade moral*». Na verdade, o corpo social revela aspirações e tendências que pressupõem um intérprete autorizado; e se «*a crítica sistemática é deletéria e inimiga da acção*», a «*crítica bem informada, séria, objectiva, tem efeitos salutares, só com não deixar criar a mística da infalibilidade ou da irresponsabilidade, sobretudo nos órgãos secundários da administração*», e ainda porque há «*instrumentos de domínio social, como a riqueza e o poder*», que

«são de tão delicado manejo que muitas pessoas não podem utilizá-los sem risco de abuso».

Mas agora Salazar quer ocupar-se de um *«ponto delicado»*. Refere-se à proposta de revogação das *leis de banimento* (1). Por outras palavras, o chefe do governo aborda o problema da restauração da monarquia. E afirma: *«o país não tem interesse em ter uma monarquia para três meses nem mesmo para três anos»*. Monarquia ou República têm interesse quando constituem solução nacional de um problema de regime, e por isso deve ser resolvido pela razão esclarecida dos homens; mas *«a questão do regime não está posta e não tem por isso que ser discutida»*. Este é um ponto; e outro ponto diverso é o de saber que destino dar à proposta de revogação das leis de banimento. Não pode o governo pôr objecções a que seja aprovada a proposta; e a Assembleia Nacional, neste assunto como nos demais, é inteiramente livre. Aliás, o próprio governo tem deixado cair em desuso tais leis. E isso porque *«príncipes portugueses só deveriam crescer e ser educados em Portugal, embalados pelo nosso mar, acariciados pelo nosso sol, falando de criancinhas a língua, sentindo a lusitanidade da terra e da gente, vivendo o seu drama, acompanhando o seu trabalho, interpretando o seu sentir»*. Príncipes assim educados, ao *«contacto dos vivos e dos mortos da sua pátria — dos que a fizeram com heroísmo e a continuam com duro esforço — são, seja qual for o seu destino, património moral da Nação»*. Posto isto, entender-se-á que os príncipes de Bragança podem viver em Portugal; mas *«eu reputaria inconveniente para a tranquilidade da família portuguesa a residência permanente no país do Senhor Dom Duarte Nuno»*. No seu alto critério, o Duque de Bragança o julgará assim também; e como as razões são mais de sensibilidade que de inteligência, há que respeitá-las.

E por último, de novo a questão do Extremo-Oriente. Importa assinalar que a Ásia sofre uma das suas transformações milenárias, e que por uma estranha lei da história vai realizar-se

---

(1) Proscreviam a Família Real portuguesa de residir em Portugal, e a sua revogação fora proposta por Botelho Moniz.

segundo as ideias de um Japão vencido. Três factos maiores caracterizam hoje aquele continente: o aparecimento de dois grandes Estados no sub-continente industânico, a transformação que deve seguir-se à vitória comunista na China, a próxima emergência da República da Indonésia. Ora, Goa está situada na Índia; Macau, incrustado no território chinês; Timor, paredes meias com a Indonésia. «*Daqui as preocupações, senão as dificuldades já existentes*». Estas não poderão ser vencidas pela força, que será insuficiente; e o problema consiste em saber se a razão evitará as violências, respeitará o direito, conciliará os interesses. Timor poderá sofrer o expansionismo da nova Indonésia. Macau não é produto de conquista ou domínio militar; é um padrão do primeiro contacto entre a Europa e o Oriente, um símbolo de convívio entre raças diferentes; e, embora não possa prever-se o comportamento das novas autoridades, parece de pensar que atribuam, no seu esforço de reconstrução, maior valor às boas relações com outros Estados do que a ideologias de duvidoso fundamento. Mais grave é o caso de Goa. A União Indiana sente-se impelida por um ideal de unidade geográfica: mas este foi já frustrado, sem culpa de Portugal (1). Aparte isto, a Índia tem possibilidades infinitas de dificultar a vida de Goa: a contiguidade geográfica e os laços económicos são armas poderosas. Nada é razão, e muito menos direito, porque «o *direito é Goa estar integrada há vários séculos na soberania portuguesa*». E assim, «*no terreno da absorção ou da integração forçada do Estado Português* (da Índia) *na grande Índia não se acha saída às dificuldades; no da boa vizinhança e colaboração amigável, muitas e fáceis*».

Este discurso de Salazar é havido na opinião pública como início da nova campanha eleitoral. Mas esta não se desencadeia desde logo: porque não abrira ainda o período legal de propaganda e porque as atenções gerais se concentram noutro domínio.

---

(1) Salazar queria dizer que a existência do Paquistão ocidental e do Paquistão oriental (este último mais tarde transformado em país independente sob o nome de Bangla-Desh) havia já frustrado a unidade geográfica do sub-continente industânico.

7

Com efeito, dois dias mais tarde chega finalmente a Lisboa o generalíssimo Francisco Franco. Salazar ocupara-se da visita com minúcia; estudara as cerimónias previstas. E a 22 de Outubro entra no Tejo uma esquadra espanhola que conduz o Caudilho. Este desembarca do *Almirante Cervera*, e é recebido no Terreiro do Paço, com aparato e pompa. Acompanha-o Martin Artajo, ministro dos Assuntos Exteriores, além de séquito numeroso. Há o brilho dos grandes uniformes militares, dos civis de fraque e chapéu alto. Estão Carmona, Salazar, e Albino dos Reis e José Gabriel Pinto Coelho, como presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa. E perante a tribuna, erguida contra o Tejo, desfilam dez mil homens das forças armadas portuguesas. Depois, inicia-se um programa exaustivo. Há os grandes banquetes da Ajuda e de Queluz. É reiterada a cordialidade das relações luso-espanholas. Franco cumprimenta a cidade de Lisboa, e é recebido no município, onde assina o *Livro de Ouro*. No Campo Pequeno, assiste a uma tourada, organizada em estilo português do século XVIII. E depois desloca-se pelo país. Em Mafra, acompanhado por Santos Costa e Gomes de Araújo, observa manobras militares de fogos reais, conduzidas pela Escola Prática de Infantaria. Visita Sintra, Alcobaça e a Batalha. E fica instalado no Buçaco. Daqui, vai a Coimbra. É a cerimónia de investidura do Caudilho no grau de doutor, segundo a praxe da Universidade: Franco encorpora-se no cortejo dos lentes, da biblioteca joanina à Sala dos Capelos, e aí lhe são impostas as insígnias de doutor em ciências jurídicas. É *apadrinhado* pelo Cardeal Cerejeira (1): mas este, apesar de *doutor* também, conserva as suas vestes prelatícias. Guilherme Braga da Cruz, mestre de prestígio, profere o elogio de Franco: considera a cerimónia de Coimbra a mais rica de simbolismo e de significado, entre todas as homenagens prestadas ao Caudilho espanhol: e pede para este

(1) Francisco Franco mostrara o desejo de que o seu patrono fosse Salazar. Mas este escusou-se. No seu íntimo, havia decidido que nunca seria «*padrinho*» de ninguém. E não foi. A deliberação de outorgar o grau de doutor a Franco foi tomada pelo Conselho da Faculdade em 22-9-1949.

a concessão das insígnias doutorais. Eduardo Correia, depois de salientar em Franco a «*personalidade forte de militar e de político*», faz o elogio do *padrinho* do generalíssimo, e destaca em Cerejeira a inteligência, a cultura, o brilho do estilo, o calor da palavra, e o continuador da «*epopeia da dilatação da fé dos nossos maiores*»; e pede também ao magnífico Cancelário-Reitor (1) as insígnias doutorais para Franco. Este agradece, carregado de emoção e deslumbramento.

Salazar e Franco, depois da entrevista de Sevilha em 11 de Fevereiro de 1942 (2), não haviam tornado a encontrar-se. Franco parece ávido de falar com o chefe do governo português. No passado dos dois homens, estão momentos graves e da maior complexidade e risco: foram os tempos da guerra civil de Espanha e do conflito mundial: e ambos houveram de afrontar perigos comuns ou que, por via de consequência, podiam atingir sucessivamente um e outro. Sem deixar de ser espanhol até ao cerne, e galego na sua astúcia e suspicácia, Franco tem consciência de que Salazar está na origem do seu triunfo e do seu poder; e, se por si firmou depois a sua posição de Caudilho de Espanha, sente no entanto reconhecimento pessoal. Aparte isto, a personalidade de Salazar, a sua experiência política, a sua visão eminente dos homens e das coisas, impressionam Franco: este comporta-se como quem quer aprender, penetrar através de Salazar o segredo da arte de governo. E o aspecto poderoso e marcial de Franco contrasta com um Salazar que é cidadão da República, paisano e mestre-escola. No encontro daquele mês de Outubro, e já arredadas as dificuldades surgidas por ocasião da assinatura do *Pacto do Atlântico*, Franco faz numerosas perguntas: a agressividade da União Soviética e da sua doutrina imperial, a reconstrução política e económica do Ocidente e sua defesa, a atitude da Maçonaria, constituem suas preocupações fundamentais. E Franco suspeita da França e do seu jacobinismo; e da Inglaterra e seus enredos; e critica sobretudo os Estados Unidos, que não entendem a mentalidade e o espírito europeus e que conse-

(1) Na altura, Maximino José de Morais Correia.
(2) Ver Volume III, págs. 373 e segs.

guem descontentar todos. No plano espanhol, Franco está apreensivo quanto à estrutura do regime que implantou. Fora um desastre a experiência das duas repúblicas. Por isso a Espanha é hoje um *reino*. Mas que Rei escolher? Esta é a dificuldade suprema. Porque de momento a monarquia não tem ambiente no país; e além disso não há uma personalidade que possa ser monarca espanhol. Não se apercebe desse facto o Conde de Barcelona: nas mãos de um punhado de nobres falhados, não tem prestígio entre o povo: e não é tão inteligente e compreensivo como seu pai, Afonso XIII. No termo da guerra civil, que Afonso XIII julgava ter sido feita para restauração do seu trono, o antigo Rei escrevera a Franco estranhando que este o não chamasse. Franco respondera em palavras claras: o reinado de Afonso XIII fora uma falência, descontentara sempre o povo espanhol, não deveria o antigo soberano jamais pensar em tornar a Espanha. Afonso XIII concordara: dispusera-se a abdicar na pessoa que Franco indicasse: e apenas salientara a necessidade de uma família real ter um chefe com prestígio e aprumo. Poderia o Conde de Barcelona ter sido esse chefe; mas não é; embora homem simpático, não tem carácter nem força de vontade; e foi com extrema dificuldade que Franco o convenceu a permitir que o filho João Carlos seguisse para Espanha afim de ser educado no país, e o moço príncipe cumprira um ano lectivo. Sim: Franco está inteiramente de acordo com o discurso de Salazar de há dias: não pode reinar num país quem nele não haja sido educado. Simplesmente, este ano o Conde de Barcelona já não autorizou João Carlos a tornar a Espanha, e isso por intrigas da Maçonaria espanhola, a que não foi estranha a Maçonaria portuguesa. E por este motivo resolveu criar um Conselho de Regência. Enquanto viver, será Franco a indicar à Nação o rei que convenha a esta; quando faltar, a escolha será feita por aquele órgão. Aliás, não é a existência de um rei que evita a convulsão de uma Pátria. Veja-se a Itália: tudo se desmoronou, não obstante o trono.

Em 27 de Outubro, regressa Franco ao seu país. No aeroporto de Lisboa, Salazar comparece a despedir-se: os dois homens trocam estreito abraço.

8

Sem embargo da importância que atribui à visita de Franco, não se distrai Salazar dos altos assuntos pendentes. Escreve a Mário de Figueiredo: «*eleições e Pacto do Atlântico tem-me absorvido todo o tempo*» (1). E com efeito o país está de novo em campanha eleitoral. Tornam os oposicionistas a agitar-se. No seu discurso de 20 de Outubro, não dissera o Presidente do Conselho que o governo aceitaria as consequências legais da vitória de deputados de oposição nos círculos em que estes triunfassem? Por isso, em alguns distritos, há tentativas de lançar candidaturas oposicionistas, algumas de matiz democrático clássico, outras com o dístico de independentes; e numas e noutras misturam-se homens de raiz ideológica díspar, desde os monárquicos aos republicanos históricos e aos socialistas. Surgem incidentes inesperados. Salazar sugerira à *União Nacional* que Henrique Galvão fosse de novo incluído na lista de candidatos a deputado, e proposto pelo círculo de Setúbal. Galvão aceita em carta; mas dias depois, na mesma altura em que Salazar lança a campanha eleitoral, escreve nova carta a recusar. E pouco após compõe e faz publicar no *Jornal de Notícias* um violento artigo, atacando a Assembleia Nacional e criticando chocarrei-

(1) Nessa carta, Salazar convida Figueiredo para Comissário do Governo junto da C.P., na altura em profunda crise financeira e administrativa. Formula o convite a pedido do ministro das Comunicações, Gomes de Araújo, que deseja reorganizar a companhia; mas Salazar faz seu o convite e insiste em que Figueiredo o aceite, sublinhando que não se trata de uma sinecura mas de lugar para intenso trabalho e de responsabilidade. E conclui: *É apenas dispores-te a fazer este serviço ao Ministro, à C.P., ao País. Pensa pouco, resolve e diz que sim*». Responde Figueiredo: «*Contrafaz-me muito dizer-te que o não aceito*». E mais: «*Sei que me não cabe determinar os cargos em que posso convir ao serviço público; mas creio que me pertence resolver sobre se aqueles em que se entenda que eu convenho ao serviço me convém ou não. O que agora me é oferecido não me convém. Desculparás*». Figueiredo ficou irritado porque já havia dito que não a Gomes de Araújo; e viu que este recorrera a Salazar, presumindo que Figueiredo responderia afirmativamente. Figueiredo já fora convidado para idêntico lugar junto do Banco Nacional Ultramarino; e também havia recusado. Tudo isto «*arreliou*» Salazar, como se verá adiante.

ramente Mário de Figueiredo, embora sem lhe mencionar o nome. Salazar teme um conflito, e uma reacção emocional e intempestiva da parte de Figueiredo. Está-se em vésperas do sufrágio, e Salazar apressa-se a enviar a Mário de Figueiredo um cartão de calma e solidariedade (1). Ulisses Cortez também procura serenar Figueiredo. Este consegue conter em público a sua cólera. E a oposição não tem unidade que baste para se impor nem encontra na opinião pública ambiente propício; e não repete por isso a sua táctica dos fins de 1945 e dos inícios deste ano de 1949. Pelo país não há alteração de monta. E em 13 de Novembro efectuam-se às eleições, dentro da normalidade constitucional. Acorre às urnas uma maioria substancial dos eleitores inscritos, e vota nas listas da *União Nacional*. Em conselho de Ministros, no dia 15, Salazar analisa os resultados e características do sufrágio, e considera que decorreu «*satisfatoriamente*».

Está marcada para 29 de Novembro a abertura solene da nova Assembleia Nacional. Entretanto, a 24, completa o marechal Carmona oitenta anos de idade. Está uma figura seca, franzina, mirrada; mantém o seu aspecto impecável, o seu aprumo ao mesmo tempo afável e digno; mas tão frágil é o seu vulto que uma viração pode derrubá-lo. Pelo país a data é celebrada com solenidade, carinho, respeito; e em Belém o Presidente recebe os cumprimentos dos grandes da política, dos altos corpos do

---

(1) Carta de Salazar para Figueiredo: «*Meu caro Mário, chegou-me agora às mãos um artigo publicado no Jornal de Notícias e com que me afirmam o autor te quis visar. É um produto infeliz em qualquer caso, e parece não se lhe poder dar maior importância que a uma pedrada da rua que partiu um vidro. É só desagradável. Com um abraço mto. amigo, Ol. Salazar*». Figueiredo, porém, está possesso de cólera; e responde. «*Meu caro Salazar, muito obrigado pelo teu cartão. Já tomei as disposições que julguei adequadas para castigar o garoto*». As duas cartas são datadas de 11-11-1949. Ulisses Cortês exproba a Galvão o seu procedimento. Galvão responde que se sente desconsiderado, que ele é que tem sido atacado, e que ignora quem seja a pessoa «*talentosa e ilustre*» a que se referira Cortês na sua carta. Figueiredo queixa-se de Galvão; e em 23-11-1949 é instaurado processo disciplinar contra este. Deve datar-se deste episódio a passagem de Henrique Galvão para activa oposição a Salazar. Aliás, Galvão vinha dando sinais de ressentimento desde que Salazar não o nomeara para a pasta das Colónias após Marcello Caetano.

Estado. Salazar, sobre o que impõe o protocolo, deseja sublinhar a sua deferência por aquele ancião que é já reliquia de outra época. E escreve a Carmona: «*Senhor Presidente: Eu desejava associar-me às homenagens prestadas hoje a Vossa Excelência por motivo do seu 80.º aniversário, para além das fórmulas protocolares de Belém, e lembrei-me de enviar a Vossa Excelência uma fotografia que peço licença para oferecer-lhe. Ela significa o respeito que todos lhe devemos pela sua vida e a gratidão de todos pela sua obra. Com a mais subida consideração e os mais fervorosos votos pela continuação da vida e saúde de Vossa Excelência, tenho a honra de assinar-me mto. att. grato, Ol. Salazar*». E há consciência de que Carmona é uma vida que se extingue. Salazar entretanto regressara à sua residência oficial em Lisboa. Nos últimos dias de Novembro, as novas Câmaras efectuam as suas sessões preparatórias. Não há dificuldade quanto à presidência da Assembleia Nacional. Há acordo entre Salazar, Mário de Figueiredo e os chefes da *União Nacional* para reconduzir Albino dos Reis: e este é reeleito. Mas apresenta problemas a presidência da Câmara Corporativa. José Gabriel Pinto Coelho, jurista de relevo e reitor da Universidade de Lisboa, deseja abandonar essas funções. E Salazar pensa em Marcello Caetano. Depois de se demitir da chefia da comissão executiva da *União Nacional*, Caetano afastara-se de uma actividade política ostensiva e, embora mantivesse os seus contactos, considerava-se numa posição de ostracismo. Salazar pratica uma sondagem junto de Caetano; este admite a possibilidade de aceitar; mas não quer ferir Pinto Coelho, seu antigo mestre e seu amigo. Salazar combina com Pinto Coelho ser este a efectuar o convite. Caetano então aceita; o seu nome é proposto aos novos procuradores; e é eleito presidente da Câmara Corporativa.

Em 29 daquele mês de Novembro, consoante aprazado, as novas Câmaras reúnem-se solenemente. Para lhes ser dirigida por Carmona, preparou Salazar a mensagem presidencial, e na véspera remete o texto ao Chefe do Estado: «*Vossa Excelência terá a bondade de ver se deseja lhe sejam introduzidas quaisquer alterações*». Mas o chefe do governo, preocupado com a fragilidade do velho marechal, acrescenta: «*A mensagem tem o defeito de ser um pouco longa e de a leitura o fatigar bastante*». Apesar

de todos os esforços, não conseguiu encurtá-la; mas lembra que a Constituição permite que o documento seja endereçado ao Presidente da Assembleia e lido por este. «*Desta forma Vossa Excelência poderia libertar-se do encargo e fadiga da leitura*». E previne que «*na suposição de que será reeleito hoje o Dr. Albino dos Reis, me entendi já com ele e lhe enviei (também para uso do deputado que há-de responder à mansagem) um exemplar*». Mas Carmona comparece, de grande uniforme, sorridente, em ostensiva cordialidade com Salazar. Não tem forças, todavia, para ler a mensagem: desempenha-se da tarefa Albino dos Reis. Largo espaço é devotado à situação internacional, que é de «*perturbação e insegurança*»; e são sublinhadas as dificuldades da Europa Ocidental no após-guerra, o papel dos Estados Unidos, a pobreza das economias. Em qualquer caso, há que contar com o esforço nacional: «o *maior risco estaria em crer-se que se pode descansar nas organizações mundiais e que estas podem ou devem substituir o esforço de cada nação*»: e «*não se podem hoje fechar os olhos ao facto concreto que se traduz na actual crise da civilização ocidental e aos perigos que essa crise comporta para a independência das nações, primeiro fundamento da liberdade dos indivíduos*». E depois de salientar as obras de fomento, na metrópole e no ultramar, Carmona faz um apelo ao trabalho dos portugueses e à sua unidade. Responde o deputado Lopes de Almeida que, em nome das Câmaras, faz uma profissão de fé em Carmona e Salazar, e na continuidade das instituições.

Se a preocupação das eleições está arredada, e os órgãos do Estado funcionam regularmente, outros cuidados sobrevêm no plano externo. Estão em debate a orgânica do Pacto do Atlântico e a estrutura da cooperação económica dos países ocidentais. Como pôr em prática, e tornar eficiente, uma tão vasta aliança multilateral? Entre os aliados surgem divergências na busca de um equilíbrio interno da coligação que reflicta as forças e recursos de uns e outros; e os papéis principais são naturalmente desempenhados pelos Estados Unidos, Inglaterra e França. Por outro lado, há que harmonizar a parte civil e política da aliança com a sua estrutura militar: a primeira tem de ser suprema, e todos os aliados estarão em pé de igualdade; mas

na segunda tem de repercutir-se o poder de cada aliado, e assim os Estados Unidos assumem desde logo uma eminência própria. Salazar aceita esta como um facto da vida, uma realidade da política internacional; mas não julga que por via de consequência esse mesmo facto se haja de converter em direito, nem que a aliança deva perder o seu carácter atlântico, ou que, no terreno dos princípios e das decisões políticas, deva ser diminuída a voz de qualquer aliado. E por isso pensa que na orgânica do Pacto há que assegurar a hegemonia da política. Sobre todo o problema cruzam-se ideias entre os membros da aliança. Como organizar as reuniões de ministros dos Estrangeiros? Como estabelecer um órgão permanente que possa representar os governos? Que ligação deverá existir com o sector militar? Como integrar os contingentes a fornecer por cada aliado numa força militar coesa? Como definir uma hierarquia de comandos, reparti-los por áreas geográficas, e subordiná-los a um chefe supremo? No seu espírito, Salazar revolve todas estas questões, e norteia-se por um princípio: Portugal deve colaborar lealmente, no limite das suas possibilidades, com os seus aliados; Portugal tem de defender-se com vigor de quaisquer tentativas que possam afectar a sua soberania. Paralelamente, é discutida a colaboração ocidental no domínio económico e financeiro, e são examinadas as medidas que se impõem para tornar mais eficiente a *Organização Europeia de Cooperação Económica*. Do trabalho já feito resultou um sistema de pagamentos intereuropeus, um programa de liberalização do comércio, um estudo técnico da situação nos diferentes países membros, um conjunto de recomendações para acelerar a recuperação económica da Europa ocidental. E agora, para assegurar um trabalho eficaz e estabelecer a continuidade entre as reuniões de ministros, os Estados Unidos sugerem a escolha de uma personalidade europeia como secretário-geral da organização. E entre Lisboa, Paris e Londres, Caeiro da Matta e Castro Fernandes deslocam-se com frequência para participarem nas reuniões ministeriais.

Destes problemas complexos não sente repercussões a opinião pública. Naquele final do ano de 1949, processa-se *habitualmente*, conforme os desejos e objectivos de Salazar, a vida dos portugueses. Mercê das severas restrições de despesas públi-

cas está quase restabelecida a situação financeira; e a moeda continua forte, os preços mantém-se estáveis. Na Academia das Ciências, sob a presidência de Júlio Dantas, Augusto de Castro trata da *Crise internacional e a política externa portuguesa*. No seu Castelo de Bellevue, D. Amélia de Orleans e Bragança adoece de novo, gravemente; e escreve a Salazar uma carta afirmando a sua vontade de ser enterrada em Portugal. A Egas Moniz, vulto destacado na I República e cientista de marca, é atribuído o Prémio Nobel da Medicina. E em 2 de Janeiro de 1950, Winston Churchill chega ao Funchal para descansar, fugir à invernia britânica, e pintar os seus quadros. Depois de muitos projectos, Churchill resolve não vir a Lisboa.

9

Quase cinco anos após o termo da Segunda Grande Guerra, o mundo continua impotente para organizar a paz. Multiplicam-se as zonas de conflito. Entre fins de 1949 e princípios de 1950, há a desintegração e o colapso das forças nacionalistas chinesas; retiram para a Formosa os seus chefes políticos e militares; e os exércitos comunistas dominam todo o território chinês continental e atingem a fronteira da Indochina francesa. Por todo o Extremo-Oriente é profunda a repercussão: desde a Coreia à Malásia, desde as Filipinas à Indonésia. A União Soviética e a nova China firmam um tratado de amizade, aliança e assistência mútua. Pequim dirige-se a todos os países do mundo, e propõe o estabelecimento de relações; mas a Ocidente, e em particular nos Estados Unidos, a proposta é acolhida com reserva. Na Indochina, Paris enfrenta uma situação de guerra generalizada; o governo da Holanda resolve obedecer a uma resolução do Conselho de Segurança, e no fim de 1949 transfere a soberania para a nova República da Indonésia; e na Coreia, pela fronteira do paralelo 38, as forças russas ao norte confrontam as forças americanas ao sul, e da situação resultam dois Estados coreanos, ideologicamente hostis. Entre a Índia e o Paquistão, debate-se em termos políticos e militares o problema de Cachemir, que ambos reivindicam. Pelo Médio Oriente deparam-se

novas convulsões. Por virtude da penetração soviética, surgem perturbações no Irão. Na Palestina, o novo Estado de Israel está em conflito com os palestinianos, que encontram a solidariedade e o apoio do mundo árabe. Por toda a África do Norte, são patentes os estados de tensão, desde os embaraços da Inglaterra no Egipto aos da França na Tunísia e Marrocos; e a Liga Árabe impulsiona a luta contra Paris e Londres. E a Europa não está isenta de sobressaltos. Na fronteira turca, é nítida a pressão de Moscovo; mercê do apoio soviético, guerrilhas operam na Grécia e lançam o país em luta civil; e na Jugoslávia, ao impor a sua independência em face da União Soviética, Tito cria um sentimento de ansiedade pelo risco de intervenção russa. Através da América Latina são difíceis as relações com Washington. Nas Nações Unidas, os ocidentais e o bloco de países comunistas afrontam-se com violência sem quartel. Continua a guerra-fria.

10

No início de nova década, para a Revolução do 28 de Maio estão decorridos vinte e quatro anos: o marco de partida aparece desvanecido pelo tempo, pelos homens, pelas realidades da vida. Salazar recuperou todo o seu vigor físico, toda a sua capacidade de decisão; e mentalmente está intacto. Naquele princípio de 1950, preocupa-o a reorganização da estrutura do governo, que se torna urgente. Pensa em criar um ministro da Presidência do Conselho, que possa aliviar o chefe do governo; e em reformar os ministérios militares, de modo a serem coordenados por um ministro da Defesa. Para completar a evolução do regime julga indispensável um ministério das Corporações. Mas neste particular suscita-se controvérsia pública. Marcello Caetano, numa conferência, rejeita a ideia: parece-lhe tão absurda a existência de um ministério das Corporações num regime corporativo como seria a de um ministério da Liberdade num regime liberal. Sendo Caetano presidente da Câmara Corporativa, muitos tomam a atitude como de ataque frontal a Salazar. Este não reage, todavia; e persiste no seu propósito. Mas, para além da estrutura do gabinete, não se imporá uma remodelação minis-

terial? Salazar está apreensivo com o ministério dos Estrangeiros. Perante as dificuldades existentes e as que Salazar advinha, não lhe parece que o actual ministro seja a personalidade apropriada. E o chefe do governo perdeu a confiança em Caeiro da Matta. Este presta escassa assistência ao departamento; e é pouco discreto, pouco prudente nas suas conversas, e por vezes frouxo nas suas reacções, Verdadeiramente, os Estrangeiros assentam em António de Faria (1): este é alto profissional: e continua, a título interino, nas funções de Secretário-Geral. Além de orientar o ministério, é o homem de confiança de Salazar: a António de Faria dá as suas instruções escritas, transmite os seus comentários: e o Secretário-Geral é intermediário entre o chefe do governo e o ministro. Há factos ou episódios que Salazar oculta de Caeiro da Matta. Diz a Faria: «*Mando a carta só para seu conhecimento e de nenhum modo do Ministro*». Ao remeter um relatório de Eduardo Leitão, enviado português em Bruxelas, sobre a atitude russa na questão de Berlim, Salazar recomenda a Faria: «*Não deve dizer nada ao Senhor Ministro*». Mas não é apenas a actuação de Caeiro da Matta que suscita dúvidas a Salazar. Nas Colónias, Teófilo Duarte demonstra exígua sensibilidade política, fraco sentido administrativo. Castro Fernandes, na Economia, não tem sido um êxito, apesar da sua inteligência viva e intuitiva; e é atacado pelos círculos económicos e financeiros, pela lavoura, pelo comércio. Cancela de Abreu é homem de carácter, de grande integridade moral; mas no Interior, sem embargo da dedicação e boa vontade, é por vezes ingénuo, e deixa-se enredar pela intriga política. Em face deste quadro, Salazar pergunta-se se deverá proceder a uma remodelação ministerial. Não lhe agrada fazê-la, não gosta de mudar os ministros com frequência; e para mais não está ainda executada a modificação que pretende na estrutura do gabinete.

Por outro lado, e uma vez que Caeiro da Matta dá escassa assistência ao Ministério dos Estrangeiros, Salazar tem de ocupar-se de um movimento de embaixadores em postos de con-

---

(1) Recorde-se que desempenhara as funções de conselheiro e encarregado de negócios em Londres, durante a guerra, com Armindo Monteiro e com Palmela, e ao findar das hostilidades fora ministro na Haia.

sequência. Palmela exprimiu-lhe o seu desejo de abandonar Londres; António de Faria sente-se exausto; Pedro Theotónio, que do Rio passara a Washington, pretende regressar a Portugal; e há que preencher a embaixada no Rio de Janeiro. Para substituir Faria, Salazar chama o Conde de Tovar, que se encontra no Vaticano, e que nomeia Secretário-Geral dos Estrangeiros; e para a Santa Sé faz convidar por Caeiro da Matta o seu velho amigo Mário de Figueiredo, que em 1940 tivera parte destacada na negociação da Concordata. Salazar empenha-se a fundo no convite; mas Figueiredo recusa com firmeza. E ao concluir a carta em que se resigna a essa recusa, Salazar escreve a Mário de Figueiredo: «*Apesar das arrelias que a tua atitude me causou, aí vai um abraço*» (1). Salazar dirige-se então a outro velho amigo,

---

(1) Não obstante ser longa, e como documentação das relações entre os dois homens, transcrevo na íntegra esta carta de Salazar para Mário de Figueidedo. Diz: «*Meu caro, reflecti demoradamente sobre a nossa última conversa e pareceu-me poder deduzir dela que o que realmente te interessa é ocupar o posto em que no momento mais útil possa ser a tua acção, sem preocupação pela categoria, proventos ou quaisquer outras vantagens do lugar que te fora oferecido e chegaste a aceitar na ideia de que o convite assentara sobre um juízo meu e do governo naquele respeito. Tal não era porém o caso, e ser-me-ia impossível corresponder à nobreza, brio e desinteresse da tua atitude defendendo, contra a evidência das coisas, a prevalência da Embaixada do Vaticano sobre a tua actuação política e parlamentar no actual momento, embora com o fim de acalmar os teus escrúpulos e favorecer alguma coisa a tua posição. Eu não prometo ser indefinidamente fiel a esta atitude que, utilisada como sistema, não permitiria nunca premiar os bons serviços, e a dedicação das pessoas, fazendo-as subir a outras situações que, por serem às vezes aparentemente mais cómodas, não são desprovidas de exigências e grandes responsabilidades. Mas nos meios políticos e parlamentares notou-se tal preocupação pela falta que farias e há tanta necessidade do teu conselho e da tua actividade nas presentes circunstâncias que me decido por aconselhar ao senhor ministro dos Negócios Estrangeiros a tua dispensa. Nestes termos, e para que o sacrifício (que o é objectivamente, embora o não constitua para o teu modo de ser) nos seja ao menos da maior utilidade, terás de tomar de novo o encargo que te foi confiado, e tem o aplauso geral, de leader da Assembleia. A Câmara vai proximamente reabrir, há muitos trabalhos a apreciar e a Câmara não pode estar abandonada e sem uma condução autorizada na parte necessária a todas as assembleias e que não possa ser exercida pela respectiva presidência. Demais temos em suspenso a questão da revisão constitucional. Parecia-me utilíssimo que em meu*

José Nosolini, que aceita. Para o Rio de Janeiro fica assente nomear António de Faria; e para Washington segue outro homem dos Estrangeiros, Luís Esteves Fernandes, que estivera no Japão durante a guerra. E para Londres? Salazar decide apagar um despique antigo. Rui Ulrich nunca perdoara a Armindo Monteiro e a Salazar a demissão que lhe fora imposta quando em Londres, quinze anos atrás, obsequiara na embaixada o Duque de Bragança, pretendente ao trono português. E agora Caeiro da Matta defende a reparação do que fora havido como injustiça, e Salazar concorda: Rui Ulrich abandona de novo a sua cátedra da Faculdade de Direito de Lisboa e é nomeado embaixador em Londres. Mas porque Salazar resolve não abrir de momento uma crise ministerial, Caeiro da Matta continua à frente dos Estrangeiros.

Justamente na altura em que o chefe do governo está embrenhado nestes arranjos internos, pratica o governo da União Indiana uma diligência grave. Em 24 de Fevereiro de 1950, o ministro da Índia em Lisboa, Menon, é recebido por António de Faria. Depois dos cumprimentos de circunstância, há um

---

nome convocasses a antiga comissão — o Rafael Duque não poderá agora dar-nos assistência e colaboração senão acidentais — e aproveitasses este interregno paralamentar para com ela elaborar o ante-projecto com as disposições constitucionais alteradas em harmonia com as conclusões dos seus estudos. Sobre esse trabalho seria mais fácil ao governo tomar posição. Paralelamente pedi ao Ministério das Colónias confiasse a uma pequena comissão de pessoas competentes a revisão do Acto Colonial, para o mesmo efeito. Penso que assim poderemos avançar mais alguns passos no nosso caminho. Eu comunicarei ao Dr. Albino dos Reis o que antecede. Apesar das arrelias que a tua atitude me causou aí vai um abraço do velho amigo grato, Ol. Salazar». A esta carta respondeu Mário de Figueiredo assim: «*Meu caro Salazar, acabo de ler a tua carta a que respondo. Vale para mim bastante mais do que um lugar de embaixador ou outro qualquer. Não precisei de renunciar; mas dispor-me-ia a todas as renúncias para a possuir. Não digo para a merecer, pois ainda não perdi o sentido da medida a ponto de não distinguir o que nela é filho da amizade e da observação objectiva. Soube-me bem e — pronto. Vou já pôr em movimento as tuas indicações. Concluo como tu: apesar das arrelias que a tua atitude me causou, aí vai um afectuoso abraço do velho, grato amigo, Mário de Figueiredo*». Cartas de 7-2-1950.

silêncio pesado. Menon afirma então que vem falar da «*questão de Goa*». Faria interrompe «*para dizer que ele já conhecia a nossa posição sobre o assunto*», e «*que não poderíamos discutir com um governo estrangeiro as questões de soberania dos nossos territórios*». Menon tira do bolso um envelope espesso, que Faria presume conter uma nota. Faria atalha para dizer que não pode aceitar qualquer documento sobre o problema: é matéria que apenas com o ministro dos Estrangeiros deverá ser tratada. Menon pergunta se Caeiro da Matta o «*poderia receber já*». Não pode, está ocupado com audiências. Mas três dias mais tarde, a 27 de Fevereiro, Caeiro recebe Menon. Este apresenta finalmente, por escrito, a reivindicação formal de Goa por parte da União Indiana: o movimento nacionalista que levou à independência da Índia não estava confinado ao que fora a Índia britânica; Nova-Delhi estava em conversas com Paris para a transferência dos estabelecimentos franceses; o governo da Índia dirigia-se agora ao governo português para abertura imediata de negociações acerca do futuro das colónias portuguesas na Índia; a Índia deseja a amizade portuguesa e a questão de Goa é a única que divide os dois países; e o governo de Delhi esperava de Portugal uma resposta amigável. Caeiro reitera a posição de Lisboa: «*o governo português não podia discutir ou negociar com um governo estrangeiro questões de soberania dos seus territórios*»; e se a Índia desejava a amizade de Portugal, «*era indispensável partir-se da base de que Goa era e tinha de continuar a ser Portugal*». Caeiro conclui por dizer que também responderá por escrito à nota indiana. Simultaneamente, em Nova-Delhi idêntica diligência é praticada junto de Vasco Garin: o ministro dos Estrangeiros indiano procura dar ao enviado português cópia da nota entregue em Lisboa, e acrescenta que o faz por cortesia: mas Garin recusa-se a aceitá-la pois «*a minha consciência de funcionário indicava-me que não devia tomar qualquer contacto directo ou indirecto, formal ou informal, com esse documento em que se punha em causa a soberania de Portugal sobre territórios que lhe pertenciam há quatro séculos e meio*». Aliás, sublinha Garin, o assunto já fora suscitado em Lisboa, e a *questão de Goa* não se incluía no âmbito da sua missão na Índia. E conclui para Lisboa: «*é claro que não sei qual vai ser a reacção*

do Primeiro Ministro Nehru». Caeiro aprova a atitude de Garin. E se não contém ameaças a nota indiana, nem por isso Salazar acalenta ilusões: tem consciência de que vão passar por uma fase difícil as relações de Portugal com a União Indiana. E declara em Conselho de Ministros que está agora mais preocupado com o futuro do Ultramar português do que o estivera durante a guerra.

Por estar serena a atmosfera do país, Salazar pode voltar à rotina da administração. Em Conselhos de Ministros sucessivos, é apreciada longamente a proposta de Gomes de Araújo sobre uma concessão única e global de transportes ferroviários à *Companhia Portuguesa;* são discutidos financiamentos à *Companhia das Águas de Lisboa;* examinam-se planos para concluir o Estádio de Braga, construir novos sanatórios, prosseguir novos aproveitamentos hidro-eléctricos; e é apreciado o ritmo da reconstituição económica do país. Em Março de 1950, todavia, a polícia descobre uma rede de actividades clandestinas, em conspiração contra o governo; e são detidos alguns elementos de extrema-esquerda, filiados no partido comunista. Não é alterado, porém, o ambiente da vida colectiva dos portugueses. Para mais, a opinião pública sente-se presa das notícias quanto a Goa, e apreensiva: com frequência a imprensa portuguesa reproduz declarações hostis, proferidas por Nehru ou outros vultos políticos indianos, ou artigos anti-portugueses dos jornais de Bombaim. Ao mesmo tempo, cresce um estado emocional: pelo mundo além, na África Oriental, no Paquistão, nos territórios portugueses, as comunidades goesas reúnem-se, organizam-se, manifestam o seu portuguesismo, a sua diferenciação dos indianos, a sua fidelidade a Portugal, o seu repúdio pela integração na Índia. Salazar está profundamente ansioso; mas não o mostra. Devota cuidada atenção aos preliminares da reforma constitucional, e tem repetidas conversas com Mário de Figueiredo, Albino dos Reis, Marcello Caetano. Entretanto, em fins de Março, vem mais uma vez a Lisboa Sir Godffrey Huggins, Primeiro Ministro da Rodésia do Sul, à frente de numerosa delegação. Acompanhado por Sir Nigel Ronald (1), Huggins tem longas entrevistas com Salazar. É reexa-

(1) Novo embaixador de Inglaterra em Lisboa, que há tempo substituira Sir Owen O'Malley.

minado todo o problema do acesso ao Índico por parte da Rodésia do Sul, através dos caminhos de ferro de Moçambique e do porto da Beira, e discutem-se os termos de uma convenção que regulamente o tráfego e defina os direitos e deveres dos dois lados. Por seu turno, a Assembleia Nacional retoma o seu funcionamento. Aprova uma larga amnistia política e revoga a *lei do banimento* da Família Real portuguesa. Em Conselho de Ministros, Salazar considera a primeira como injusta, por excesso de clemência, e a segunda tem-na por inútil, uma vez que os membros da Casa de Bragança há muito entram e saiem livremente do país. Carmona pensa opor o seu veto a ambas, sobretudo quanto à segunda, que julga ofender as suas susceptibilidades de velho republicano. Mas Salazar empenha-se junto do Chefe do Estado para que este promulgue os dois diplomas. E com a revogação da *lei do banimento* sentem-se jubilosos os monárquicos, e o Duque de Bragança. Da sua residência de Gunten, na Suíça, este escreve para o Porto, a José Nosolini, e diz: «*Meu caro José Nosolini, muito agradeço, a si e a sua Mulher, as vossas simpáticas felicitações. É-me grato verificar que, depois de 116 anos de injustiças, os Representantes da Nação souberam, numa consciente unanimidade, prestar-nos aquela reparação moral que nos era devida. Deus tenha o meu caro José Nosolini em Sua Santa Guarda. Duarte*».

De súbito, o ambiente político parece adensar-se. Por virtude da compressão de despesas públicas, surge descontentamento; e a subida de algumas taxas de importação provocara uma alta de preços em alguns artigos. Na Assembleia Nacional, o deputado Melo Machado ataca o governo, em especial o ministério das Obras Públicas, em matéria de desemprego; e há insatisfação entre o funcionalismo. Nalguns círculos de oposição formulam-se críticas quanto à atitude assumida no problema de Goa: é preciso evitar a sua perda; mas a intransigência do governo em negociar com a União Indiana poderia levar àquele resultado. Por outro lado, para além fronteiras, são publicadas memórias ou depoimentos de personalidades que desempenharam um qualquer papel na guerra de 39-45, e em alguns casos é ignorada a atitude de Portugal favorável aos aliados, ou é subestimada, ou desvirtuada. Marcello Mathias, de Paris, é prestes em assinalar

livros, artigos, entrevistas de estrangeiros, que carecem de rectificação, ou impõem desmentido. E Salazar, por intermédio de Augusto de Castro, provoca no *Diário de Notícias* alguns *fundos*, que aquele jornalista elabora e submete ao chefe do governo, e que este por vezes corrige do seu punho (1). Observadores esclarecidos atentam nos artigos; mas estes não alteram a opinião pública, de memória fugaz e preocupada com o imediato. E pelo país, embora resguardando Salazar, há um desejo generalizado de profunda remodelação ministerial.

No princípio da primavera, pelos últimos dias de Abril, o chefe do governo sai de Lisboa, e volta a instalar-se no Forte de Santo António do Estoril. E aí, a 28 de Abril, cumpre os

---

(1) Nesta altura, ocupava-se Augusto de Castro dos Açores e dos acordos de guerra para conceder uma base à Grã-Bretanha e depois aos Estados Unidos. Em 30 de Março de 1950 Salazar escrevia a Augusto de Castro: «*Exmo. Sr. Dr. A. de Castro: Para não me estender em explicações, envio a V. Exia. uma carta agora recebida do Marcelo Mathias que sugere um artigo do Diário de Notícias sobre uma frase de um livro há pouco aparecido da autoria do almirante americano Leahy. Esta frase sobre os Açores conhece-a talvez V. Exia. Acerca da possibilidade de gisar um artigo na orientação definida pelo Dr. Marcelo Mathias, não me pronuncio sequer, pois V. Excia. é mestre no assunto e sabe melhor do que eu o que pode ou convém fazer. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar*». Em 6-4-1950 voltava a escrever: «*Confundi as cifras relativas às nossas forças nos Açores com as que tivémos nos três arquipélagos do Atlântico. Mando junto um apontamento particular que pedi ao Ministério da Guerra e pelo qual V. Exia. pode construir o artigo aproveitando o que a V. Exia. interessar mais. Quando não precisar do apontamento, é favor devolver-mo. A primeira carta que o Presidente Roosevelt escreveu para destruir o efeito da declaração publicada na América é de Julho de 1941. É uma longa carta, muito amável, em que as questões são postas de uma maneira perfeitamente correcta. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar*». Quatro dias depois, perante uma frase de Castro sobre neutralidade, Salazar dizia-lhe: «*Pode supor-se ingénuo o reparo que V. Exia. faz, porque no próximo conflito ninguém respeitará nenhuma neutralidade. Ele estender-se-á por vastas zonas geográficas dotadas de contiguidade e que a bem ou a mal serão levadas a jogar o mesmo jogo*». O Almirante Leahy foi representante de Roosevelt junto do governo de Vichy e depois seu homem de confiança como conselheiro militar. Sobre todo este episódio, ver III vol., pags. 323-329.

seus sessenta e um anos de idade. E naquele dia, em envelope tarjado de confidencial, e com marca dos correios do Estoril, recebe duas largas fotografias de uma mulher. No verso de uma, está escrito: «*Cresce-me de dia em dia com a idade a afeição*». E na outra: «*Recordação dum longo amor*». Salazar anota no envelope: «*Recebido 28-4-1950*».

11

Em Conselho de Ministros de 16 de Maio de 1950, Salazar pede ao ministro do Interior um relato sobre a situação política interna. E Cancela de Abreu resume-a: está o pior possível; o prestígio e autoridade do Presidente do Conselho não estão ainda afectados; mas em qualquer caso impõe-se uma vasta reforma do governo. Salazar declara que compreende alguns dos descontentamentos, aliás remediáveis; mas repete a sua reluctância em abrir crises ministeriais. Neste particular, reitera o seu parecer de que normalmente deve ser longo o serviço dos ministros no governo, porque a experiência acumulada é útil ao país; e acentua que a sua aversão por uma crise se torna invencível quando esta é exigida pela «*rua*». E justamente na altura não lhe parece indicada qualquer mudança: não estão publicados os diplomas necessários à reestruturação do gabinete, não se deve ceder a pressões, aproxima-se o vigésimo-quarto aniversário do *28 de Maio*. Mas os conselheiros do chefe do governo têm a mesma opinião dos ministros: pelo menos, é indispensável que Salazar se dirija aos portugueses. Neste ponto Salazar concorda. Por sugestão de José Frederico Ulrich, marca-se a inauguração do novo Estádio de Braga para 28 de Maio; e a data, que celebra vinte e quatro anos de Revolução Nacional, e o local, que simboliza a matriz do movimento militar, são aproveitadas pelo chefe do governo para falar ao país. A 27, Salazar, de automóvel, segue para Braga, e aí pernoita. E ao outro dia profere o seu discurso, numa sala da biblioteca. Como chefes políticos das forças armadas, comparecem Santos Costa e Américo Rodrigues

Thomaz. E à cidade em festa vieram os notáveis da política e da sociedade do Minho, com o seu Arcebispo Primaz (1).

Cabe-lhe fechar a série dos discursos proferidos, diz Salazar, com uma chave qualquer, já que «*as de ouro estão pela hora da morte*». Sente-se emocionado com o entusiasmo transbordante que a cidade está vivendo: porque significa um facho que se não extingue, uma fé que se não abala, uma dedicação que não amortece e que mantém, passados mais de vinte anos, a mesma alegria e a mesma confiança. E Salazar continua no plano emotivo: «*As verduras e flores que alcatifam essas ruas, os conjuntos musicais que as animam, os descantes e danças populares, os estrondos do fogo que dão à cidade o ar de festa e despertam o entusiasmo, que são? que representam?*» E responde: representam «o *transbordar dos corações, a necessidade vital da alegria, tão precisa como o pão, neste caso despertados pelo espírito de justiça do povo*». Depois Salazar invoca as forças armadas, a sua acção no passado, o seu papel no presente: tendo-se desinteressado de posições de mando e entregues hoje às tarefas de

---

(1) Durante a permanência em Braga, Salazar visita o Estádio, e no caminho uma criança austríaca (do grupo acolhido em Portugal por altura da guerra) corre para o chefe do govreno. Dias mais tarde, aquela criança, de nome Úrsula Brunner, escreve a Salazar uma carta em que pede para não voltar para a Áustria. Responde-lhe o chefe do governo:—«*Minha pequenita—Vou tentar escrever umas linhas em letra que possas entender. Recebi a tua cartinha toda enfeitada com flores. Lembro-me muito bem de te ver em Braga, a caminho do Estádio, junto de uma senhora que naturalmente era tua madrinha adoptiva. Tenho muita pena de vós e da vossa situação na Áustria mas suponho que as pequenas austríacas não irão já em Outubro mas só nos primeiros meses do ano que vem, se as boas senhoras portuguesas, vossas protectoras, não se opuserem. Vamos assim apreciando e gozando as graças que a Providência nos dispensa por meio desta nova concessão. Tu pedes-me um favor que neste momento eu não sei como poderia satisfazer. Mas tudo há-de melhorar cá e lá, de modo que o teu paisinho não quererá sair de Viena porque é lá que faz os seus projectos e ganha a sua vida. Peçamos a Deus que afaste da Áustria e de todo o mundo a sombra e a ameaça da guerra e que as pequenas austríacas possam desejar ir em breve ver os seus paisinhos, sem se esquecerem das pessoas amigas portuguesas. Quando tiveres um retratinho, manda-mo. Darte-ei em troca um pequeno retrato meu que podes levar um dia para Viena. Respeitosos cumprimentos aos teus protectores e muitos beijos para ti. Ol. Salazar*».

defesa pátria, não podem agora ser responsabilizadas pelas incorrecções e deficiências da obra feita. E que obra é esta? Para além das realizações materiais, há sobretudo a «*dignificação da vida da nação portuguesa; a reintegração de Portugal no sentido universalista e espiritual da sua história; saber e poder reivindicar os seus direitos e determinar-se conforme os seus sentimentos e interesses; o estreitamento dos laços que prendem a família portuguesa aqui e em todas as partes do mundo*». E tudo se deve à possibilidade, criada revolucionariamente, de reaportuguesar Portugal, reconstituir o ideal pátrio, obedecer a uma moral.

Mas Salazar desce ao terreno da política. Reverte a uma ideia-mestra da Revolução: a unidade substancial do país como inspiradora da acção do governo para além de grupos, seitas ou facções. Esta unidade, contudo, não significa uniformidade de pensamento acerca de problemas de administração, de processos de governo, ou estrutura do Estado. Do facto é claro exemplo a Assembleia Nacional. Essa unidade também não é uma simples afirmação de patriotismo: será sempre indispensável definir este e conduzi-lo. E depois, nas últimas décadas, a perturbação mental é tão vasta que os espíritos são solicitados para diversos caminhos por escolas políticas, económicas, filosóficas, estéticas; e quem tentar reunir apenas homens de pensamento uniforme, conseguirá somente um pequeno grupo e haverá de impedir, no seu seio, a liberdade de pensar. Obedecem a este esquema os partidos políticos, e por isso não podem representar nem servir a unidade nacional, salvo quando se coligarem e unirem e, portanto, se negam a si mesmos. Por isso, ao lançar-se a *União Nacional*, pretendeu-se apresentar um acervo de princípios, ou aspirações, que fossem plataforma comum; e porque é mais fácil unir os homens em torno de esforços do que de princípios ou sentimentos, é indispensável propor-lhes tarefas colectivas de interesse nacional, como podem ser uma relevante acção ultramarina ou um vasto e bem concebido plano de fomento económico. É tão evidente esta realidade que mesmo nos países citados como exemplos — a França, a Inglaterra, os Estados Unidos — há matérias que assentam em base bipartidária ou multipartidária; e a realização é confiada a uns com o apoio de todos. «O *que signi-*

fica: a Nação tende instintivamente para a unidade; os partidos para a divisão». De tudo resulta que, na orientação seguida nos últimos vinte anos, apenas duas ordens de pessoas poderiam considerar-se excluídas de colaborar: «*os que não aceitam a noção de Pátria, os que não se importariam de subordinar a Nação e os seus interesses a ideias e interesses que lhe são opostos*». Mas alguns, com pejo de admitir que estavam ultrapassadas as suas fórmulas, recusaram-se a colaborar, e preferiram o suicídio político; e outros confiam no futuro democrático-socialista e negam-se a ver que, mau grado as aparências, os problemas se põe hoje em outras bases. E «*pode dizer-se que só o reduzido grupo comunista e elementos afins exploram, para poderem medrar à sua sombra, a sobrevivência partidária*». Mas, mais do que interno, «*o comunismo é hoje um problema internacional*». Problema de muito maior interesse, todavia, é o de «*saber se nalguns países ou em todos os países a chamada democracia individualista ou o socialismo (ponho de lado os partidos daquele nome mas de pura tendência social) podem constituir barreira suficiente ao comunismo*». E «*pelo que nos respeita podemos com segurança asseverar que não só o não impediriam como seriam o mais seguro veículo para o seu triunfo*». Deste modo, o caminho a seguir é «*em frente*», e para tanto «*só é necessária a conjunção de quatro ordens de factores: viver a doutrina, interessar a Nação, ajustar a orgânica das instituições, produzirem os governos trabalho eficiente em harmonia com as necessidades*».

Deseja o chefe do governo, no entanto, analisar mais a fundo o comunismo. Este podia ser apenas, como o liberalismo ou o socialismo, um fenómeno político e social de maior ou menor amplitude e influência na vida dos povos. «*Um dos grandes acontecimentos dos nossos dias é, porém, que se tornou elemento dominante da política externa*». Depois de tergiversações e tenteios, as potências do Ocidente assentaram numa conclusão: «*a Rússia prossegue uma política de hegemonia mundial e faz do comunismo ao mesmo tempo veículo, fim e apoio externo dessa política; o comunismo é essencialmente inconciliável com os princípios da chamada civilização ocidental e nenhuma fórmula de entendimento ou compromisso sério se pode conseguir com ele*». E a gravidade da situação não pode escapar a nin-

guém. Porque o comunismo «*é cultivado e propaga-se como um fenómeno de características religiosas, ainda que puramente materialista e confessadamente ateu*»; e por isso «*trouxe para o campo do combate a virulência das guerras de religião com a agravante de que, sendo por essencia doutrina totalitária de vida e de Estado, tem de ser intolerante quanto aos princípios e senhor tirano quanto a todo o poder*». Quando a Rússia se declarou solidária com o comunismo fora das suas fronteiras, e assentou que a expansão daquele era o objectivo de revolução mundial, e considerou os diversos partidos comunistas como secções nacionais do seu partido de governo, demarcou o campo em que há-de decidir-se a sorte do mundo. Modificações acidentais, pequenos entendimentos ou desentendimentos, acalmia ou agressividade nas relações diplomáticas, restabelecimento ou ruptura de negociações, são escaramuças ou fintas que não alteram a essência das coisas. No Ocidente, a posição tem sido e «*penso continuará a ser meramente defensiva*», como se afigura convir ao pacifismo estrutural de europeus e americanos. Mas ideológica e politicamente a situação russa «*parece*» superior à da generalidade dos países que se lhe opõem. «*A Rússia soviética tem uma doutrina e um governo; para todos os efeitos externos crê na doutrina e propaga-a servindo-se dos meios que os seus adversários lhe consentem ou facultam; impõe-na aos seus sequazes sempre que as circunstâncias lho permitem e não pode ser doutrinariamente batida no seu próprio território. Contra essa ideologia, e em virtude dos seus próprios canones, as democracias defendem-se com dificuldade; e, embora a civilização cristã do Ocidente contenha princípios vivos que podem opor-se vitoriosamente ao comunismo, o que vemos sobretudo invocar é a defesa dos princípios democráticos contra que a Rússia se precaveu a tempo, tornando-se paladina da liberdade dos povos e da chamada* democracia popular, *de que ela faz uma espécie de quinta-essência da mesma democracia. Na generalidade dos países os partidos comunistas entram ainda no jogo normal das forças políticas nacionais, e numerosos dirigentes europeus agem como se estivessem convencidos de que a organização comunista da sociedade corresponde a um estádio fatal da evolução humana, pelo que a atitude mais racional será apenas*

atenuar a violência do choque. Assim, e para estes, a luta é reconduzida ao plano de interesses transitórios, cuja conciliação se está sempre disposto inutilmente a tentar. A conclusão a que chego é que um trabalho sério de rectificação de posições doutrinárias e políticas será necessário para se poder dispor da superioridade ideológica que apenas potencialmente possuímos». E esta posição política é agravada por a Rússia dispor de «*posições estratégicas que ingenuamente se lhe entregaram, de potencial humano abundante, de poderio industrial crescente*». Todavia, esta superioridade não está verificada e será porventura impossível que venha a exceder a potência conjunta europeia e americana; e o potencial económico parece superior a Ocidente, por maior rendimento do trabalho e melhor organização. «*Mas para tanto é preciso considerar seguro e utilizável todo o continente americano e a África na dependência da Europa*»; e «*nem de outro modo se entenderia que a Rússia se mostre tão empenhada em vários países da América do Sul e tenha começado a deitar fogo à África, com a cooperação de muitos e inocentes ideólogos*», que parece não perdoarem a Portugal e a outros países haverem derramado sangue e dispendido fazenda para levar à África «*ordem, trabalho, saúde e, com a fé, um pouco de civilização*». E neste particular o chefe do governo afirma: «*o medo está fazendo perder à Europa a serenidade com que dantes se habituara a encarar as mais graves crises*»; e, «*não atentando nas lições da sua milenária experiência, começa tristemente a pôr em discussão, e talvez em breve em almoeda, as virtualidades das soberanias nacionais, como revivescências de um período heróico e ultrapassado*».

Neste quadro, o que é Portugal? Do confuso estado de coisas surgem problemas, alguns maiores do que as próprias responsabilidades nacionais. Portugal não pode ser uma «*unidade perdida em conjunto indiscriminado, o que equivaleria a ter deixado subverter a própria consciência da Nação*». E «*toda a diminuição dos poderes soberanos em regiões ainda atrazadas para a vida autónoma sob qualquer regime, através de intervencionismos abusivos ou de mais que suspeitas internacionalizações, se deve considerar contrária aos interesses da comunidade atlântica que se pretende servir*». E Salazar conclui com uma sau-

dação: «*à Igreja, cuja espiritualidade sempre viva e cujo magistério sempre seguro tem de continuar a ser guia dos povos nas horas incertas que vivemos; ao Exército, supremo guardião da honra e destinos da Pátria; à terra berço do movimento, Cidade Santa da Revolução*».

Para além de Braga, é por igual ampla a repercussão do discurso de Salazar. Mesmo entre os adversários, é reconhecida a superioridade da sua expressão, a argúcia da sua análise, a subtileza das suas fórmulas. Homens mais esclarecidos lêem e relêem o texto, e a cada leitura descobrem novas implicações mais profundas, e novas virtualidades políticas. Destas minúcias não se apercebe a massa dos portugueses; mas estes sentem-se perante um homem que infunde a convicção de encarar os problemas à altura do Estado e do mundo. E Braga, na inauguração do seu ambicionado Estádio, vitoria em festa o chefe do governo.

12

Regressado ao Forte de Santo António do Estoril, Salazar examina com Caeiro da Matta um problema em suspenso: a resposta escrita à nota apresentada pelo ministro da Índia na sua diligência de 27 de Fevereiro. Salazar julga oportuno responder: importa não deixar que se suscitem dúvidas sobre a atitude assumida, destruir as razões alegadas pelos indianos, registar para efeitos futuros os fundamentos da posição de Lisboa. E em 15 de Junho de 1950, Caeiro da Matta convoca o ministro da União Indiana e entrega-lhe a nota portuguesa. Caeiro recorda a Menon a promessa que lhe fizera meses atrás; e vem agora cumpri-la. E a nota sublinha desde logo que as negociações desejadas pela União Indiana, e as razões aduzidas, são no sentido da reunião de Goa, Damão e Diu à República da Índia. «*As negociações seriam por isso apenas para definir a forma como o Estado Português da Índia seria integrado na União Indiana*». Do lado de Portugal, reconhece-se a vizinhança dos territórios, as ligações económicas e até culturais. Para problemas que possam emergir desse facto, Portugal tem afirmado e continuará a afirmar boa-vontade e sentimento amigáveis para com a Índia. Mas «*não se*

encontraria lógica e não se estaria por isso autorizado a partir desta base de confiante colaboração nos problemas de vizinhança para uma posição em que estes mesmos problemas deixariam de existir pela entrega à Índia duma parcela da Nação Portuguesa». A este motivo acrescem outros. Nem há paridade na solução encontrada para os demais territórios europeus na Índia (1), nem a aspiração geográfica, reclamada pela Índia, tem valor jurídico ou moral; e isso tanto mais quanto é certo que a própria unidade geográfica do sub-continente industânico ficou destruída pela criação de dois estados, a União Indiana e o Paquistão. Por último, e quanto a Goa, não pode ser invocado pela Índia o princípio da libertação dos povos nem o dos direitos humanos, porque neste capítulo Portugal precedeu a União Idiana, uma vez que todos os habitantes do Estado Português da Índia gozam de liberdades e regalias que são idênticas às reconhecidas em qualquer outra fracção territorial da Nação Portuguesa. Goa, Damão e Diu, através de um processo histórico que vai em quatro séculos e meio, estão pacificamente integrados no Estado Português, nos planos jurídico, político e moral. Deste modo, e perante a questão que lhe foi posta, o governo português «*deve lealmente declarar que essa é uma questão que ele não pode discutir e muito menos aceitar para ela a solução que se lhe propõe*». E ao receber a nota, Menon não mostra surpresa, e é correcto.

Paralelamente, no Vaticano, o Conde de Tovar negociava com a Santa Sé, para dar satisfação à Índia, o termo efectivo do Padroado português no Extremo-Oriente. Sem dificuldades correm as conversas entre Tovar e Monsenhor Tardini: trata-se de desligar a Santa Sé dos seus compromissos para com o Estado português. Num ponto há embaraço: uma nova delimitação da Arquidiocese de Goa: e isso porque, abrangendo aquela territórios indianos, o governo de Nova Delhi deseja que as suas fronteiras religiosas se restrinjam às geográficas: mas Lisboa não está

(1) Referência aos estabelecimentos franceses. Quanto a estes, Nehru propusera primeiro um plebiscito, e depois rejeitou-o, por ver que os seus resultados lhe seriam contrários e por não querer aplicar o mesmo critério ao Cachemir, em disputa com o Paquistão.

disposta a qualquer medida, em vida do actual Patriarca, pela diminuição que representa para este. E em 18 de Julho, Tardini e Tovar assinam o acordo: o governo português renuncia ao privilégio atribuído ao Presidente da República portuguesa de apresentar à Santa Sé os nomes de Prelados para provimento das Sés de Mangalor, Quiloa, Trichinopolis, Cochim, S. Tomé de Meliapor e Bombaim; é desligada a Santa Sé do compromisso de consultar Portugal e de nomear Prelados portugueses para Cochim e S. Tomé de Meliapor, e para Bombaim um Arcebispo português alternadamente com um Arcebispo britânico; não haverá discriminação, todavia, contra candidatos portugueses, embora cessem aqueles privilégios; não serão afectados os bens que pertencerem às entidades suas proprietárias; é mantida a dignidade metropolitana e patriarcal da Sé de Goa; e o governo português fica desobrigado das dotações e encargos por que era responsável quanto às áreas agora soltas do Padroado. Comunicado o texto do acordo ao governo indiano, este tem-no por satisfatório, e exprime o seu agrado (1). Ao outro dia, Tovar parte para Lisboa, a assumir as funções de Secretário-Geral dos Estrangeiros.

Se o discurso de Salazar em Braga causara impressão na opinião pública, nem por isso o ambiente político está sereno e os próprios partidários da situação clamam agora por mudanças no gabinete. Para Salazar constitui um esforço cada vez mais doloroso trabalhar com outros ministros, habituar-se a outros rostos, dispender largo tempo a expor a cada novo ministro os problemas departamentais, criar nas reuniões do gabinete a atmosfera de cooperação. Sem embargo, em face da realidade política, inicia as suas consultas, encara as combinações possíveis. Do mesmo passo, prepara os diplomas necessários à reorganização do governo, consoante anunciara em discursos e notas oficiosas: a criação de um ministro da Presidência, de um ministro da Defesa Nacional, de um ministro do Exército e outro das

(1) O governo português já havia dado conhecimento a Nova-Delhi, com alguns dias de antecedência, das linhas gerais do acordo, solicitando da Índia garantias quanto ao clero português em exercício e seus bens, o que o governo indiano prestou.

Corporações e Previdência Social. Mas que novos nomes recrutar? Para a Presidência e Defesa Nacional são óbvias as escolhas: para o primeiro cargo, Costa Leite, antigo aluno, já com larga experiência em mais de quinze anos no governo; e para o segundo, Santos Costa, profundo conhecedor das forças armadas desde 1936, e de prestígio entre estas, não obstante a erosão de tão longo exercício de funções. Com a nomeação de Costa Leite para ministro da Presidência, ficarão vagas as Finanças. Salazar convida Águedo de Oliveira: é um entusiasta do Estado Novo, e como sub-secretário colaborara já com o chefe do governo em 33-34 quando este ainda geria aquela pasta: e Águedo aceita. Para o novo ministério do Exército, Santos Costa recomenda Abranches Pinto (1), e este também aceita. Maior delicadeza existe para substituir Caeiro da Matta nos Estrangeiros e Teófilo Duarte nas Colónias. É complexa a estrutura que está sendo dada à sociedade internacional: disseminam-se os organismos multilaterais, de natureza política, económica, técnica, cultural; e a actividade externa portuguesa tem de diversificar-se e apartar-se dos rumos e métodos clássicos. Salazar busca um homem novo, activo, de prestígio intelectual, e sem beliscadura no plano político: e esse homem vai encontrá-lo em Paulo Cunha (2). Professor desde 1935 da Faculdade de Direito de Lisboa, admirado já por algumas gerações de alunos, Paulo Cunha fora sondado para sub-secretário das Finanças e depois da Educação Nacional, mas recusara; e agora, com pouco mais de quarenta anos, dispõe-se a assumir a responsabilidade dos Estrangeiros. De igual dificuldade é o preenchimento das Colónias: os problemas de Goa, de Macau, de Timor, todo o novo ambiente internacional que rodeia as questões de África, impõem a maior actividade ao departamento e um ministro firme. E ao mesmo tempo, em virtude da atmosfera política, convém que se trate de homem com ligações ou contactos em círculos ideológicos internos variados, inclusivamente em sectores oposicionistas: de algum modo,

(1) De seu nome completo Adolfo do Amaral Abranches Pinto. Oficial com uma carreira estritamente militar. Servira por algum tempo no Ultramar.

(2) De seu nome completo, Paulo Arsénio Viríssimo Cunha.

e sem o admitir expressamente, seriam assim despolitizados os negócios ultramarinos. Depois de hesitações, Salazar convida Sarmento Rodrigues (1), oficial de Marinha, que está no momento a governar a Guiné, é havido por homem liberal, e membro da Maçonaria. Sarmento Rodrigues não recusa o convite do chefe do governo. E há ainda que escolher outros nomes. Desde que está politicamente queimado Castro Fernandes na Economia, há que substituí-lo: e para essa pasta, sempre impopular e difícil, a escolha recai em Ulisses Cortez (2). Trata-se, além do mais, de reconhecer e recompensar serviços políticos prestados na *União Nacional* e na Assembleia Nacional; e Ulisses Cortez, embora com uma carreira feita nos quadros do Estado Novo, é homem de muitas ligações, hábil, astuto, que se compraz na manobra de bastidores e que a si próprio se intitula «*republicano da Rotunda*». E para o Interior? Cancela de Abreu, homem de carácter e técnico de competência, não está à vontade na pasta, onde não tem sido um êxito. Albino dos Reis sugere Trigo de Negreiros (3), com dez anos de experiência governamental como sub-secretário das Corporações e depois da Assistência Social: e Negreiros aceita. Por último, para o novo ministério das Corporações e Previdência Social, Salazar faz uma escolha sentimental. Vai recrutar Soares da Fonseca (4). Trata-se de um genro dos Serras e Silva; na casa destes em Coimbra, à Estrada da Beira, Salazar fora acolhido como filho nos tempos de estudante, e aí participara com o então Padre Cerejeira em reuniões a que comparecia a alta roda intelectual de Coimbra; fora Salazar quem pedira Maria Tereza, a *Carochinha*, em casamento para Soares da Fonseca; e Prudência Serras e Silva, pouco antes da morte, escrevera a Salazar, a quem trata por filho, solicitando que o genro fosse nomeado ministro. Soares da Fonseca é uma inteligência viva, ágil, subtil, embora hesitante, e não construtiva; e o seu nome é também recomendado por Ulisses Cortez. E Salazar, ao cabo de semanas de consultas, conversas, combinações

(1) De seu nome completo, Manuel Maria Sarmento Rodrigues.
(2) De seu nome completo, Ulisses Cruz de Aguiar Cortez.
(3) De seu nome completo, Joaquim Trigo de Negreiros.
(4) De seu nome completo, José Soares da Fonseca.

de nomes, tem completa em fins de Julho a remodelação do governo no plano ministerial.

Todas estas alterações impõem um movimento entre os sub-secretários de Estado. Extinto o sub-secretariado das Corporações, Mota Veiga abandona o governo; para sub-secretário do Exército é designado Sá Viana Rebelo (1); Jorge Jardim, desde 1948 sub-secretário do Comércio e Indústria, continua no mesmo cargo; e Pereira Caldas é rendido, na Agricultura, por Vitória Pires (2). Para as Finanças Águedo de Oliveira leva dois nomes novos: no Orçamento, Fernando de Seabra (3); no Tesouro, Pinto Barbosa (4), já professor de destaque no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, e havido por técnico de valor acima dos seus pares. Por seu turno, Joaquim Dinis da Fonseca deixa o sub-secretariado das finanças, ferido por não ter sido elevado a nível ministerial; e Rui de Sá Carneiro, ao cabo de sete anos, abandona iguais funções nas Colónias, onde de momento não é substituído.

Conduzida no segredo do Forte do Estoril a remodelação, Salazar reúne em 31 de Julho de 1950 o Conselho de Ministros. Está sereno, natural, sem sair da rotina. Acaba de morrer Guilhermina Suggia (5), diz o chefe do governo, e quer informar o Conselho de que recebera do embaixador de Inglaterra uma nota apresentando as condolências do gabinete e do povo britânicos. Salazar presta também o seu tributo à artista. Depois submete um projecto de decreto criando os cargos de ministros da Pre-

---

(1) De seu nome completo, Horácio José de Sá Viana Rebelo.

(2) De seu nome completo, Domingos Rosado Vitória Pires.

(3) De seu nome completo, Fernando Maria Alberto de Seabra.

(4) De seu nome completo, António Manuel Pinto Barbosa.

(5) Guilhermina Suggia era a mais eminente violoncelista portuguesa, altamente admirada também na Grã-Bretanha. Já doente, fora a Londres submeter-se a uma intervenção cirúrgica. Regressada a Portugal, falecia na madrugada de 31 de Julho na sua casa do Porto. Refiro o episódio do Conselho de Ministros para vincar, com um exemplo frisante, a faculdade de Salazar, num momento de preocupação, de crise política, em se ocupar de assuntos totalmente diversos e alheios, e isso com igual atenção, além da homenagem que quis prestar a uma grande artista portuguesa que honrava o seu país. Nada o obrigava a levar a nota inglesa a Conselho.

sidência, da Defesa Nacional e os ministérios das Corporações e Previdência Social, e do Exército. Não há discordâncias de fundo. Américo Thomaz, todavia, suscita em nome da Armada objecções de princípio: entende o novo departamento da Defesa Nacional apenas como entidade coordenadora, sem prejuízo para a autonomia do ministério da Marinha, nem diminuição do seu estatuto (1). Salazar assegura que de momento não se trata de adoptar esse critério. É aprovado o diploma, assente a sua publicação a 2 de Agosto, e separam-se os ministros, alguns ignorando ainda o seu destino. E Salazar conclui o *expediente da crise:* o envio, no dia 1, de cartas de agradecimento aos ministros cessantes. E naquele dia 2 de Agosto é também comunicada ao país a composição do novo gabinete.

São diversamente interpretadas na opinião pública as alterações feitas e o seu sentido. Nos círculos oposicionistas entende-se que nada foi modificado; e é motivo de surpresa a nova posição de Santos Costa, que muitos consideram haver sido neutralizado pela atribuição de um cargo eminente mas julgado sem conteúdo. Entre os afectos ao regime, porém, são vistas favoravelmente as modificações e acolhidos com aplauso os novos nomes. Pelo país, suscita-se alvoroço, e esperança. Na imprensa, é largamente comentado o acontecimento. E está-se no verão, interrompem-se muitas actividades, dispersam-se os círculos políticos.

13

Ao tempo em que Salazar trabalha na recomposição do seu gabinete, sofre o mundo um sobressalto: as forças da Coreia do Norte atacam a Coreia do Sul, e invadem esta em toda a linha do paralelo 38. Declara a União Soviética que os coreanos do norte estão somente a repelir uma agressão dos coreanos do sul. Mas a amplitude da ofensiva da Coreia do Norte, e os meios

(1) Era com efeito ideia antiga de Salazar reunir sob um ministério da Defesa Nacional os três ramos das Forças Armadas, sendo a cada um atribuído um sub-secretário de Estado.

lançados no combate, não deixam na opinião mundial dúvida sobre o carácter premeditado das operações. Em Washington, não obstante os avisos dos coreanos do sul e das informações secretas do quartel-general de MacArthur em Tóquio, há surpresa completa. Truman e Dean Acheson solicitam a convocação urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Recusa-se a União Soviética a participar enquanto no Conselho tiver assento o delegado da Formosa e estiver ausente o representante do novo governo comunista de Pequim. Mas sob pressão americana reúne-se apesar de tudo o Conselho: este condena o ataque armado à «*República da Coreia*» por forças norte-coreanas, considera que o mesmo traduz uma ruptura da paz, reclama a cessação imediata das hostilidades e a retirada dos invasores para lá do paralelo 38. Dias depois, o Conselho de Segurança aprova (com voto contrário da Jugoslávia e abstenção da Índia e do Egipto) a aplicação de sanções à Coreia do Norte. E as Nações Unidas entregam o comando das operações das *suas forças* ao general MacArthur, ao mesmo tempo que o Presidente Truman autoriza este a bloquear a Coreia do Norte, a utilizar a aviação americana, a transferir do Japão para Coreia efectivos militares dos Estados Unidos. Truman dirige-se ao Congresso, e pede novos créditos para a defesa nacional. Nehru envia a Estaline e a Truman uma proposta de compromisso: uma paz satisfatória contra a admissão do governo de Pequim na ONU. Mas a opinião pública americana prefere o risco de guerra geral a um apaziguamento semelhante ao dos anos 1936-1939. MacArthur intensifica as operações ofensivas. Parece que o mundo está à beira de conflito generalizado.

Estremece a opinião pública em Portugal, e algumas vozes encaram a última crise ministerial como preparação para a guerra. Surgem novas interpretações. Não foi criado um departamento de Defesa Nacional? Não estão a América e a Rússia lançadas naquele caminho? Pelo jogo do Pacto do Atlântico, de que Portugal é membro, não pode o país ser forçado a entrar no conflito? Salazar procura restabelecer a serenidade, definir melhor alguns problemas externos e internos. Para o efeito, e por intermédio de Leitão de Barros, concede uma entrevista a *O Século*. Desde logo insiste na necessidade de defesa do Ocidente. Neste

particular, é um erro conservar a Espanha afastada. Formas de governo ou concepções de política interna devem ser tidas por irrelevantes: estes aspectos são exclusivos da soberania espanhola: e é absurdo que se baseie nos mesmos a recusa da colaboração daquele país. Não é exacto que a América do Norte e a Inglaterra se aliaram durante a guerra à Rússia, para defesa e ataque, sem cuidarem do regime interno desta? E é pueril pensar que se modifica o regime espanhol através de pressões externas. E depois Leitão de Barros formula a pergunta crucial: perante o desvairo e a inquietação do mundo, estar-se-á na iminência de uma terceira conflagração? Responde Salazar: «*É minha firme convicção que na guerra da Coreia se não enxerta imediatamente, nem se enxertará, um conflito de extensão mundial. Ao contrário, penso que as operações do Extremo Oriente o deverão impedir*». E se se produzir um choque frontal entre a Rússia e os Estados Unidos, poderá a Europa ocidental manter-se neutra? Com as possíveis excepções da Suíça e da Suécia, se estiverem dispostas a integrar a sua economia na do invasor, todos os demais países dificilmente poderão escapar a uma ocupação. A Suíça será «*aquele pequeno refúgio ou sossegada antecamara que sempre é conveniente ter armada*» para negociações. Quanto à Ásia? Esta pretende traçar os seus rumos sem a Europa, mas é um erro que o procure fazer contra a Europa; e se Portugal em nada pode intervir na evolução do continente asiático, tem no entanto posições que constituem uma presença europeia e, «*sem provocações nem desvairos*», e com «*a dignidade e a consciência dos nossos insofismáveis direitos*», é «*nosso desejo firme e inabalável*» que um «*património para nós sagrado por séculos de sobrevivência não desapareça da vida nacional sob a nossa bandeira*». Depois é sobre a África que Leitão de Barros interroga o chefe do governo. E Salazar repete e amplia, com vigor e nitidez, a sua tese: a complementaridade da Europa e da África. E «*desta visão deduz-se tudo o mais — isto é, o que respeita à integração da África no sistema defensivo ocidental, ou mais precisamente atlântico, à necessidade do aproveitamento económico, do desenvolvimento demográfico, da ordem e estabilidade do continente em que o comunismo de Moscovo ateia já as suas fogueiras*». Impõe-se evitar, todavia, que por humanitarismo irreflectido se

exija que a Europa se esgote ao serviço da África. E «*seria lamentável que os Estados Unidos, em matéria tão delicada e tão grave, dessem a mão à Rússia contra a Europa e o seu verdadeiro interesse*». Leitão de Barros volta ao conflito da Coreia: repercutir-se-á em Portugal? «*Direi que serão nulas*» as repercussões; e isso «*porque somos no caso espectadores interessados*», e mais nada. Mas Salazar quer falar de um «*sentimento puramente pessoal*». «*Eu sou um rústico. Nasci na aldeia*». «*Sabe o que é o valentão da aldeia?*», pergunta o chefe do governo por sua vez. Pois «*é um homem como os outros, mas que usa um varapau e criou a mística do medo*». À sua passagem, trancam-se portas, correm-se ferrolhos; e não é condenado porque o medo o defende. Ora «*o grande valentão do mundo de hoje é a Rússia*»; e «*o mundo treme!*» A verdade é que «*as grandes legiões do medo, da indolência, da passividade, formam vastas divisões em sua defesa. Ninguém chega a pôr, objectivamente, o problema do varapau. Ninguém lhe mede a força. Eis tudo!*» Mas então não se chegará às vias de facto? «*Não! Já lho disse!*» Mas dentro de algum tempo chegará uma altura em que o problema tem de ser posto. Então, a Rússia, «*dentro do realismo da sua política, feito o balanço dos ganhos que excederam já o que poderia ambicionar em séculos e apurado o valor dos riscos, não menores para ela do que para os outros, compreenderá a necessidade de uma política, se não de colaboração, talvez impossível para o seu carácter e sem dúvida para o seu regime, ao menos de uma atitude que permita aos outros povos fazerem em paz a sua vida*». E Salazar acrescenta: «*Não creio que a América do Norte possa manter a missão serviçal de correr a apagar incêndios onde toque a sineta da agressão russa. Não pode ela, ou mesmo as Nações Unidas, policiar um Mundo onde seja possível provocar, sob variados pretextos e nos locais onde isso convenha à política russa, a agressão premeditada*».

Leitão de Barros refere-se ao estado de espírito dos portugueses, a alguns dos seus problemas. Não, afirma Salazar, não se está a viver em economia de guerra. É «*preciso acabar com esse alarme surdo, doentio, que tudo paralisa na expectativa do pior, como se a vontade de viver não fosse o maior remédio que ainda se encontrou para a própria vida*». Preparar a defesa,

arrumar a casa, estar alerta — «*não é fazer testamento*». E essa economia de defesa terá reflexos no nível de vida português? Não o crê o chefe do governo: deverá decerto aplicar-se o critério de máxima severidade nos gastos e de máxima produtividade nos empreendimentos: mas há sobretudo que combater um estado de espírito que leva à especulação e evitar que se utilize o pânico «*como agente de vendas*». E qual a posição de Portugal perante as Nações Unidas? Bem: o governo não desiste do pedido, nem o renova. Aliás, a ONU revela-se tão ineficiente que tudo se passa à sua margem. É evidente que a ONU é impotente para manter a paz, ou para evitar um conflito entre duas grandes potências, ou uma injustiça que um *grande* se proponha fazer a um *pequeno;* e quando muito poderá sanear uma escaramuça entre dois pequenos países. E acredita Salazar na União Europeia, na Federação Europeia, no Conselho da Europa? Não julga que tenham viabilidade as tentativas nesse sentido. Federação de tipo político, com abdicação de velhas soberanias, não parece possível; mas a colaboração ampla e compreensiva é uma necessidade, e afigura-se constituir uma tendência segura. Torna o jornalista a problemas mais especificamente portugueses: a última remodelação ministerial, a economia, os métodos de governo. Salazar dá esclarecimentos. Motivos puramente administrativos estão na raiz das modificações na estrutura do governo; e a criação de um departamento de Defesa Nacional não tem carácter de emergência. Na Economia, haverá maior coordenação, e o ministério deixará de ser um «*ministério de abastecimentos*», que foi imposto pelas necessidades, para o ser de fomento. Por outro lado, os processos de trabalho do governo tem sido virtude mas também defeito. Virtude, na medida em que o trabalho do Presidente do Conselho com o ministro ou ministros directamente responsáveis permite resolver problemas com mais celeridade do que em plenário do Conselho, mais apropriado para debate de questões políticas e para definição das grandes traves orientadoras; e defeito, enquanto o labor do governo parece rodeado de segredo, com o inconveniente da falta de comunicabilidade com o público, que aprecia conhecer a marcha dos negócios do Estado. E este defeito, sem se cair num exagero demagógico, tem de ser corrigido.

Depois o jornalista desvia a conversa para o problema do comunismo, e dos intelectuais em face deste. Certamente, diz Salazar, «*há escritores de talento, designadamente no romance, que manifestam uma simpatia e uma esperança por novos sistemas de vida social*». Há o tipo do «*sonhador ingénuo*» que, havendo perdido contacto com a realidade humana, não conhece a origem da dor e da miséria, e pretende sinceramente expulsá-las do mundo. Há o tipo do que tem temperamento subversivo, revoltado, inadaptado a qualquer ordem social. E há os que seguem a moda, por excentricidade, por vezes sem valor real, e que imprimem um tom de vanguarda a novos de idade e a alguns velhos que tem pavor de perder a simpatia dos novos. Todos recebem apoio do Estado comunista oficial, embora a doutrina comunista não esteja realizada em parte alguma. Mas este aspecto é transformado em vantagem do proselitismo: «*é preciso que os fiéis da nova religião esperem sempre do futuro*». «*E veja como é chocante para a nossa sensibilidade, habituada ao respeito da consciência e da liberdade de pensar, saber que há intelectuais do partido, funcionários da inteligência*», «*com todas as hierarquias do dinheiro, não ganho por cada um na luta de franco-atirador da vida, mas pertença do Estado*». E tudo isto sucede «*em ordem ao valor das ideias ou das expressões estéticas? Meu Deus! Não. Em ordem ao interesse utilitário do partido que governa*». Deste modo, «*o comunismo só pode manter-se fechado, em meio artificial, ao abrigo das correntes de ar*»; e «*a intercomunicação com outros sistemas ou regimes fálo-ia sem demora depravar e desaparecer*». «*Há um erro fundamental em considerar o comunismo como um partido político, um partido como qualquer outro. Os ocidentais fornecem aos russos, com essa tese, a sua mais poderosa arma. Assim, estes usam, dentro da Rússia, o processo ditatorial, e fora da Rússia, como vemos na ONU, a táctica democrática da irresolução, da discussão, do compromisso*». E ainda a propósito de reformas sociais, Leitão de Barros levanta a questão de uma colectivização da terra, e da excitação que o assunto provoca nos rurais. Salazar comenta: «*É natural*». Se se disser ao aldeão que «*a quinta de que você paga a renda ao Sr. Conde passará a ser sua, o aldeão, católico ou protestante, chinês ou esquimó, ficará radiante. O pior é que*

não pagará a renda ao Conde — mas vai pagá-la ao administrador da Fazenda mais próximo».

Dá relevo à entrevista de Salazar a imprensa espanhola, e jornais franceses, alemães e ingleses transcrevem largas passagens. Muitos salientam o papel que o chefe do governo atribui à África para sobrevivência da Europa ocidental, e alguns círculos americanos destacam sobretudo a análise da política russa. Em Portugal, entre a opinião pública, é larga a repercussão. Pela sua linguagem chã, tom desataviado, sentido popular, apresentação comezinha dos conceitos e dos argumentos, a entrevista é acessível e penetra em vastas camadas: é um êxito. E Augusto de Castro, no *Diário de Notícias*, salienta-se no elogio entusiástico de Salazar. Este escreve-lhe um cartão: «*Não costumo agradecer as referências amáveis da imprensa, mas o artigo de V. Exia. de ontem é tão excepcional (e excessivo) que me obriga a uma palavra de vivo agradecimento pela expressão elogiosa que nele me dirige e de protesto amigo contra os exageros*».

Em 22 de Agosto de 1950, Salazar convoca o primeiro Conselho de Ministros do novo governo. E vai depois para a sua aldeia, a sua vindima, as suas flores e leiras.

14

Salazar está na sua Beira, e o generalíssimo Franco encontra-se a bordo do *Azor*, junto às costas da Galiza. Franco convida Salazar a visitá-lo, sem protocolo, e este aceita. Nos últimos dias de Setembro, a 26, Salazar sai de automóvel da sua aldeia; segue por Agrela, perto de Santo Tirso, onde visita a casa da família Carneiro Pacheco; e dirige-se ao Paço de Meiras, na Corunha, onde o generalíssimo o aguarda. Ali se lhes juntam Martin Artajo, Santos Costa, Nicolau Franco, Carneiro Pacheco. Depois percorrem a Galiza, detém-se em Santiago de Compostela, caminham como turistas pelas ruas de Vigo. Pernoitam em Meiras. Então Salazar convida Franco a um passeio pelo norte de Portugal. Entram por Valença, e Salazar leva o caudilho espanhol a Santo Tirso, Porto, Braga Monção, e é demorada a visitação ao Paço dos Duques, em Guimarães. Franco saúda

Carmona por telegrama; e Paulo Cunha, que não está presente sob pretexto de afazeres inadiáveis, telegrafa a Artajo os seus cumprimentos cordiais. Franco regressa à Corunha, a continuar a sua pesca e as suas férias; Salazar torna à sua aldeia. E é difundida uma nota oficiosa sobre as conversações entre os dois homens: tendo passado alguns dias juntos em território espanhol e português, aproveitaram a oportunidade para um exame da situação internacional de harmonia com o *Tratado de Amizade e Não-Agressão* de 1939; verificaram completo acordo nessa análise da situação internacional; e reafirmaram a convicção mútua de que o entendimento entre Portugal e Espanha constitui uma garantia da sua segurança e um exemplo de efectiva cooperação entre duas nações. Pelo mundo, a imprensa internacional pública largas referências ao encontro, e muitos interpretam-no como mais um gesto de Franco para romper o isolamento espanhol, e um gesto de Salazar para vincar perante o Pacto do Atlântico a vantagem de inserir a Espanha no sistema de defesa ocidental. Na primeira quinzena de Outubro, volta Salazar a Lisboa, e em Conselho de Ministros de 21 dá conta das conversas e dos passeios, e das visitas, e entende que tudo correu «*bem*».

Regressa o chefe do governo à rotina da administração e da política, e ocupa-se dos grandes assuntos e das minúcias. Há crise de desemprego no Alentejo, e chama a atenção do ministro da Economia para a necessidade de estudar o problema a fundo; há que impulsionar as obras do porto do Funchal e proceder ao arranjo definitivo da Praça do Império; importa que a Educação Nacional e as Obras Públicas avancem nos planos da nova Biblioteca Nacional, no conjunto da Cidade Universitária de Lisboa; convém seguir com atenção a *Conferência de Transportes* na África Austral, e participar de forma a evitar que, através de sistemas ferroviários ampliados, a União da África do Sul venha a dominar Moçambique e a inutilizar os grandes portos de Lourenço Marques, que serve o Transvaal, e da Beira, que serve as Rodésias; impõe-se iniciar com urgência as obras do grande edifício da nova embaixada no Rio de Janeiro, cujo atrazo é motivo de desprestígio nos meios brasileiros e na colónia portuguesa do Brasil; torna-se urgente nomear uma nova Comissão Executiva da *União Nacional*, desfalcada pela demissão já antiga

de Marcello Caetano, e pela saída de Ulisses Cortez para a Economia; e porque está em desalinho a pousada de Óbidos, há que reorganizá-la. Mas Salazar parece estar preocupado, ansioso. É duro na apreciação do trabalho dos ministérios, acerbo nas críticas: tudo e todos estão mal. E de feito a situação mundial volta a dar motivo aos maiores cuidados. Na Coreia, a China acaba de intervir: sob a capa de «*voluntários*», tropas do exército regular chinês atravessam a fronteira e atacam as forças do comando de MacArthur. Pelo mundo, a inquietação é geral: estar-se-á em véspera de nova catástrofe? Parece que os factos estão a contradizer Salazar: há pouco, na entrevista a *O Século*, declarara que pelo conflito da Coreia não haveria guerra mundial, e afirmara-o de forma peremptória. Estará equivocado? Entretanto, superado o choque de surpresa, MacArthur retoma a ofensiva, e promete que as operações estarão findas pelo Natal. Mas em Novembro mais vinte divisões do exército chinês entram em combate. Pergunta-se o mundo se está perante o prelúdio de uma intervenção russa na Ásia ou mesmo de hostilidades na Europa. Salazar interroga-se: estariam invalidadas as suas conversas com Franco? Não sendo agora viável a neutralidade portuguesa, como o fora entre 39-45, deveria preparar o país para a guerra? Ou será de tentar, apesar de tudo, manter uma neutralidade a que no entanto parece opor-se a participação no Pacto do Atlântico? Salazar medita: e está convicto de que se deve jogar na carta da paz. Mas, mesmo em ambiente de paz, um ponto sobressalta a sensibilidade política de Salazar: a campanha que internacionalmente se lança contra a existência de ligações de soberania entre a Europa ocidental e territórios noutros continentes. Já há anos, em discurso público, aludira a ventos que poderiam pegar fogo à África; e em Conselho de Ministros de há tempo declarara estar no momento mais preocupado com o futuro do ultramar português do que o estivera durante a guerra. E agora Salazar verifica que se interpretam e procuram aplicar algumas disposições da Carta das Nações Unidas no sentido de pôr em causa e destruir os laços políticos que a Europa ocidental mantém na Ásia e África; e o maior perigo reside em os Estados Unidos e a União Soviética, no seu intervencionismo, darem à Carta da ONU, naquele capítulo, uma interpretação semelhante,

e no facto de a Europa parecer desejosa de alijar as suas responsabilidades pelo mundo. Perante as grandes forças, e as borrascas que desencadeiam, há que resistir até ao amainar da tempestade: e o chefe do governo procura incutir no país o ânimo apropriado, e habilitá-lo a descortinar com nitidez as realidades por detrás das aparências. Depois de muitas sondagens, está finalmente escolhida uma nova Comissão Executiva da *União Nacional*, e Cancela de Abreu aceitou ser o seu presidente. Com pretexto na sua posse, Salazar resolve mais uma vez falar aos portugueses. E de novo na sala da Biblioteca da Assembleia Nacional, a 12 de Dezembro de 1950, reúnem-se as Comissões da *União*, e os altos círculos políticos que apoiam o governo.

Salazar sublinha que no próximo ano, a 2 de Maio, cumpre um quarto de século o regime, e há que celebrá-lo. Conviria promover um Congresso da *União Nacional*, a reunir em Coimbra, como fora em 1946 sugerido por Santos Costa, à sombra da velha Universidade e sob a égide da Cidade Universitária que ali se está erguendo. Perante o desvairo do mundo e as nações desorientadas e infelizes, poderia mostrar-se como o povo português se mantém à margem das grandes convulsões e oferece uma expressão de humanidade, muito rara, na disciplina da sua vida e na elevação dos seus sentimentos colectivos. Nesse congresso, deveriam ser revistos os estatutos do movimento, preparado em tempo por acto do governo, e isso porque a «*massa dos nacionalistas muito bem pode já tomar sobre si definir os laços que os ligam e a orgânica em que desejam integrar-se*». Por outro lado, há que assinalar aquele vigésimo-quinto aniversário com a inauguração de algumas obras de vulto: não será possível ainda fazê-lo quanto ao grande Hospital Escolar de Lisboa: mas podem inaugurar-se algumas das maiores barragens jamais construídas em Portugal, o fabrico de adubos azotados no *Amoníaco Português*, a ponte de Vila Franca. Mas à *União Nacional* compete uma outra tarefa: acompanhar a política interna com inteligência e lealdade. Decerto: a actividade política não deve ter em si própria o seu fim. Porque a actividade política não pode ser «*esse alarido de promessas sem consistência e de exigências sem seriedade*», «*esse borbulhar de ideias sem fundo e arquitectar de planos sem base*», «*esse correr sem*

brio atrás de uma notoriedade sem mérito», «*esse atear de paixões incontroláveis e doentia exploração dos piores sentimentos*», nem «*essa estranha equivalência da verdade e da mentira*». A actividade política é uma forma de vida das sociedades humanas, indispensável à sua condução; mas o seu fim útil consiste em dar expressão e valor políticos aos actos do governo, e orientar a consciência nacional; e embora a mentira possa ser mais agradável do que a verdade, o povo «*não quer viver enganado*».

E quanto ao ano parlamentar em curso? Como factos mais salientes, a Assembleia Nacional terá de se ocupar da revisão da Constituição e do Acto Colonial, e de definir um programa de fomento; e a Câmara Corporativa deverá intensificar os seus trabalhos. Enviara o governo às Câmaras as suas propostas e demais estudos, para que aquelas possam melhor procurar as soluções mais convenientes. Uma palavra especial quer dedicar o chefe do governo à revisão do Acto Colonial. Está-se perante uma crise do pensamento colonial, que «*se exprime pela condenação sumária da obra de colonização empreendida por várias nações europeias e pela finalidade única, um tanto ingénua e presunçosa, assinada nos areópagos internacionais à administração dos chamados territórios dependentes*». Mas se «*os nossos juízos, os nossos actos não influem nas deliberações alheias*», é verdade que «*também não são influenciados por elas*». Pelo que respeita à revisão constitucional, há que ser prudente. Vivem as constituições pela sua adaptação ao sentir e aos problemas dos povos; e duram enquanto são vividas. Parece aconselhável por isso que as alterações constitucionais vão acompanhando a organização do regime, e que se empreguem esforços para a fazer progredir, senão para a completar. E paralelamente com estes problemas, a Assembleia tem de ocupar-se da lei de meios e dos planos de fomento. Neste particular, a instabilidade da atmosfera internacional, os embaraços opostos ao comércio, o estado dos mercados, as disparidades de cotações, impõem «*a maior severidade nos gastos e na vida*». Por despesas de guerra e rearmamento do exército e da armada, foram absorvidos cerca de oito milhões de contos; e outros tantos por obras de toda a espécie e por investimentos nas empresas privadas de projecção nacional. Daqui resulta, nesta fase de transição, a necessidade de se ser

moderado nas ambições, e de empenhar esforços para apoio à pequena e média produção e empreendimentos reprodutivos: os esquemas hidroagrícolas, os adubos, a energia eléctrica, o ferro. Jogando na carta da paz, parece viável executar esse programa, e impulsionar o papel da Economia, libertando-a da teia dos abastecimentos e desviando-a para a acção fomentadora.

E uma terceira tarefa incumbe à *União Nacional:* apoiar e colaborar na acção externa do governo. Neste domínio, são conhecidos os dados do problema. E Salazar, certo de que, mais do que a de outros povos, é fugaz a memória dos portugueses, insiste nos seus temas. Em face dos erros cometidos pelos ocidentais, na sua política de guerra, a Rússia tem explorado com êxito a vitória, criando à sua volta uma rede de países em que a identidade do sistema constitui elemento de defesa e de monopólio económico; o comunismo deixou de ser havido por doutrina filosófica ou económico-social como qualquer outra, aspirando a partilhar do poder ou a realizar no poder certo número de reformas em favor das massas; o carácter totalitário da doutrina torna-a incompatível com a civilização do Ocidente, e os partidos comunistas funcionam «*efectivamente como secções de um partido que é um Estado estrangeiro*»; todas as tentativas de conciliação na ordem interna ficam votadas ao fracasso; e a vastidão do império russo dá-lhe imunidade quanto ao exterior, ao mesmo tempo que se arroga o direito de intervir por toda a parte. Felizmente, desde há um ano, as potências ocidentais retomaram a iniciativa, e as vantagens tem sido evidentes. Se todos os povos, incluindo o russo, aspiram à paz, «*só é política digna dos nossos esforços a que tenda e consiga evitar a guerra*». Mas um conflito apenas pode ser prevenido «*através de uma preparação bastante*» que restabeleça «*um equilíbrio de forças*», de modo a tornar «*a guerra negócio arriscado e grave*». Ao Ocidente compete, portanto, «*reforçar a sua defesa e não largar de mão as poucas cartas que, embora diminuídas, ainda lhe ficaram no desbarato final das operações militares*». Esta política de se «*armar para a guerra por amor da paz*» exige sólidas frentes interiores, e sobre a «*formação da nossa farei as minhas últimas considerações*». Importa ter em conta que «*o comunismo não é necessariamente um partido nem precisa*

de dispor de maioria: basta-lhe dispor de uma minoria, movida por uma fé e servida por uma técnica de proselitismo e de combate, técnica que é a síntese de tudo quanto a experiência e a psicologia descobriram para dominar e conduzir massas humanas». Para se opor ao comunismo, há uma tendência para depositar esperanças na repressão; mas estas são excessivas; e impõe-se sobretudo uma «*acção intensiva de aliciação das inteligências à volta de um sistema de ideias que o repilam*». E o chefe do governo conclui: «*Tomemos sobretudo em mãos a iniciativa da campanha, porque é para mim evidente que o comunismo em Portugal só pode tomar o lugar que nós deixarmos vago na inteligência e no coração dos portugueses*».

No *Diário de Notícias*, em dois longos *fundos*, Augusto de Castro comenta o discurso de Salazar. E pergunta: há uma ideologia ocidental? Há: «*é greco-latina, cristã, atlântica, mãe soberba de todas as grandes invenções*».

15

Da guerra na Coreia e da instabilidade geral do Extremo Oriente—conflito indo-paquistanês, conflito na Indochina, ocupação americana do Japão, outros incidentes locais — surge a Ocidente um revigorado espírito de coesão e de defesa. Nos fins de 1950, as potências do *Pacto do Atlântico* procuram organizar, de forma eficiente, as estruturas políticas e militares do tratado. Reunidos em Londres, os aliados estabelecem um *conselho permanente*, constituído por doze embaixadores, coadjuvados pelos peritos necessários. Ao mesmo tempo, e com reuniões periódicas, é criado um *conselho de defesa* económica e financeira, composto pelos doze ministros das Finanças, e que é assistido por um *comité de defesa*, de que são membros os doze ministros da Defesa Nacional. No plano militar, um *grupo estratégico permanente* tem a responsabilidade da orgânica integrada e da direcção das operações que houver a empreender; são seus membros os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França; e tem a sede em Washington. Subordinado ao grupo estratégico, estão os *grupos regionais:* Canadá-América, Atlântico Norte,

Europa do Norte, Ocidente Europeu, Europa do Sul-Mediterrâneo. Em 19 de Dezembro de 1950, o *Conselho* dos doze ministros dos Estrangeiros, reunido em Bruxelas, escolhe o comandante-chefe das forças aliadas na Europa, que fica dependente do *grupo estratégico* de Washington. Como maior potência militar, é reconhecida aos Estados Unidos a faculdade de ter um nacional seu no desempenho daquelas funções; e é atribuído a um britânico o lugar de segundo comandante. Recai a designação do Conselho no general Dwight Eisenhower. Como chefe supremo dos exércitos aliados na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, tem a auréola do general vitorioso; e, embora não seja a de um *cabo de guerra*, a sua personalidade impõe-se como a de um hábil negociador, que desfaz susceptibilidades, aplana divergências, vence rivalidades nacionais ou pessoais. Depois, como adjunto de Eisenhower, é designado o marechal Montegomery, que grangeara reputação eminente na condução do VIII Exército britânico no Norte de África, na invasão da Normândia, nas operações militares na Europa.

Paralelamente, pelo mundo, adquire consistência e dimensão a ofensiva ideológica contra os países ocidentais. Seguindo a orientação política que já Lenine propusera, e uma vez que está organizada a defesa da Europa ocidental, Moscovo procura contornar esta, e enfraquecê-la em áreas que ficam para além dos limites geográficos do *Pacto do Atlântico*. À derrota do Japão sucede o esboroamento da hegemonia ocidental no extremo-asiático; e paradoxalmente o Japão vencido vê triunfar, naquela parte do mundo, os ideais e os objectivos por que se batera e fora esmagado. Mas outro continente está ligado à Europa: é a África: e ambos se entreajudam e são complementares nos planos económico, estratégico, político (1). Nesta base, a ruptura e a hostilidade entre os dois arrastam ao enfraquecimento recíproco; e este convém à União Soviética, e aos novos países cuja independência fora proclamada na Ásia depois da guerra. Para o conseguir, os adversários exploram os princípios de que o pró-

(1) Como se viu nas páginas que ficam para trás, Salazar não se cansava de afirmar, em discursos e declarações públicas, esta tese da complementaridade euro-africana.

prio ocidente é autor e lhe são caros: a dignidade da pessoa humana, os direitos individuais, a legitimidade do facto nacional, o direito dos povos a determinarem o seu destino, o consenso democrático em torno de instituições ou regimes, a liberdade de expressão do pensamento. Do mesmo passo, acusa-se o Ocidente europeu de se contradizer, e alega-se o imperialismo, a opressão, o racismo, a exploração económica a que está submetido o continente africano. Julgam os países europeus que se encontram presos de um dilema: proclamarem para si princípios que negam para outros. E a Europa, ainda exangue, perturbada, em crise moral e mental, suscita no seu seio um *complexo de culpa:* há que redimir os pecados, há que ser genuína no respeito e aplicação dos princípios. E entre os europeus dissemina-se uma convicção: a melhor forma de destruir as acusações consiste em aceitar a sua procedência. Se se instituir por toda a África o princípio da democracia de raiz ocidental, este facto leva por si à rejeição de regime totalitários e assegura a continuidade da cooperação e do entendimento entre a Europa do Ocidente e a África. Para mais, uma tal solução aliviará a Europa de pesadas responsabilidades, de despesas de administração, de gastos militares para defesa da soberania. Está-se assim perante uma situação que é, ao mesmo tempo, ideológica e de expediente político. Por parte da União Soviética, seus satélites e novos países, há o objectivo de enfraquecer a Europa, batendo-a com os seus próprios princípios, e de negar a esta o apoio e os recursos da África; e por parte do Ocidente há o objectivo de, dando razão ao adversário, frustrar as acusações deste, e manter para a Europa a cooperação da África, garantindo assim a complementariedade dos dois continentes. Conquistar ideologicamente a África torna-se fundamental: e para tanto segue-se uma política de licitação pública, numa corrida de concessões em que cada um procura exceder as dos adversários, para assim aliciar as boas graças daqueles cujo apoio busca. Está firmado o *anti-colonianismo.*

Encontra este o seu centro impulsionador no plano das Nações Unidas, e à sombra da *Carta.* Para promover o bem-estar dos povos e assegurar entre as nações a colaboração nos domínios económico, social, educativo e até político, a Carta estabelece três modalidades: a *Cooperação Internacional Económica*

e *Social*, regulada nos capítulos IX e X; a *Declaração sobre Territórios Não-autónomos*, de que se ocupa o capítulo XI; e o *Sistema Internacional de Fideicomissos ou Curadorias*, tratado no capítulo XII. Ao primeiro sistema, e para o executar, corresponde o *Conselho Económico e Social*, onde se debatem os problemas económicos e sociais que afectem áreas determinadas ou grupos de nações; e ao terceiro corresponde o *Conselho de Curadorias*, onde se examinam as questões respeitantes a territórios sob o antigo mandato da Liga de Genebra, ou que as potências responsáveis hajam espontaneamente colocado sob curadoria internacional. Mas para administrar o sistema do capítulo XI — relativo a *territórios não-autónomos* — não estabelece a *Carta* qualquer órgão. No entanto, o *anti-colonialismo* rapidamente aproveita a *Quarta Comissão* da Assembleia-Geral e transforma-a no órgão de ataque às potências coloniais. Para o efeito, o capítulo XI, nos seus arts. 73.º e 74.º, é interpretado através de sucessivas resoluções como impondo às *potências administradoras* de territórios não-autónomos obrigações equivalentes às das potências com territórios em fidei-comisso. Nestes termos, os territórios não-autónomos são havidos por *colónias* e da parte das potências detentoras há o dever de conduzir os seus habitantes à auto-determinação, sob a égide e fiscalização da ONU: e os membros das Nações Unidas que possuam colónias são solicitados a *declarar* as suas intenções e os seus planos para se alcançar aquele objectivo. Achou o anti-colonialismo a sua *plataforma parlamentar* para acção política.

16

Desde 25 de Novembro, Salazar não tem reunido o Conselho de Ministros. Arreiga-se a sua convicção de que é pouco profícuo o trabalho do Conselho em plenário. Para mais, preocupa-o a revisão constitucional, e em particular a do *Acto Colonial*. Trata-se de integrar este, de forma homogénea, no corpo da Constituição. Importa acima de tudo, no entanto, resolver um problema básico: mantém-se para os territórios de além-mar a designação de *colónias* ou regressa-se à de *províncias ultrama-*

rinas? Não é apenas vocabular a questão; e são muitas as implicações no plano interno e no externo. No primeiro, a mudança supõe uma ideia de integração progressiva, nos domínios económicos e político, entre metrópole e ultramar, com toda uma visão *nova* e *em grande* da nação portuguesa; no plano externo, nega frontalmente as teses anticolonialistas, e portanto exime os territórios de além-mar à aplicação dos princípios proclamados pelas Nações Unidas; e finalmente, por paradoxal que parecesse a muitos, significa o abandono da noção de *império* e de estruturas imperiais, incompatíveis com uma integração paritária (1). Este último ponto, todavia, suscita dúvidas e objecções em alguns sectores. Do *Acto Colonial*, por que Salazar fora responsável quando gerira as Colónias, passara-se a uma concepção imperial, a que Armindo Monteiro dera o seu esforço, quando ministro daquela pasta. Depois de demitido da embaixada em Londres e de um regresso acerbo a Lisboa, atravessara um período de ressentimento e ostracismo. Esbatida a mágoa, Monteiro reaproxima-se do governo, e pela mão de Marcello Caetano entra como procurador na Câmara Corporativa. Mas agora enfileira entre os que se opõem à conversão de *colónias* em *províncias*. Salazar encara o problema sob ângulo diverso: há que colocar o país num terreno jurídico e político que lhe permita resistir com êxito à onda de anti-colonialismo. É nesta base que Salazar concebe as propostas de revisão constitucional a apresentar à Câmara Corporativa e à Assembleia Nacional e que, além do

(1) Na tradição do direito público português e na terminologia corrente os territórios de além-mar haviam tido a designação de *províncias*. Esta designação é usada desde 1576 e consta de um diploma de 12 de Março de 1633; e foi transladada para as constituições liberais, desde 1820, que consideravam as *províncias ultramarinas* como *parte integrante* da Coroa portuguesa. O Título V da Constituição de 1911 designava-se: *Administração das Províncias Ultramarinas*. Posteriormente, a I República adoptou a designação de *colónias*. A abolição deste nome e o regresso ao de províncias foi assim um retorno a uma tradição de séculos. No plano internacional, o governo português foi depois acusado de *inventar* a expressão províncias ultramarinas e de a usar como um expediente político para escapar ao anti-colonialismo. Este factor teve decerto influência; mas não foi o único; e em qualquer caso não se tratou de facto de uma invenção.

Acto Colonial, afectam outros artigos da Constituição, para os tornar conformes com a nova terminologia. Salazar concentra-se no problema com atenção e minúcia; e consulta repetidamente os seus conselheiros e numerosas personalidades ultramarinas. Pensa, reflecte, avança com lentidão. Para mais, o funcionamento da Assembleia está suspenso, e não é necessário precipitar a submissão das propostas.

Desta preocupação é Salazar distraído em meados de Janeiro de 1951. Numa viagem que o leva às capitais dos países membros do Pacto do Atlântico, chega a Lisboa o general Eisenhower, e na manhã de 17 daquele mês é recebido pelo chefe do governo. É no gabinete de S. Bento; Salazar está bem disposto, com modo afável mas decidido, e calmo e senhor de si. Felicita Eisenhower pela designação para Comandante Supremo das forças do *Pacto*, e estima a escolha, tão lembrado como o general é desde as campanhas da Europa. Eisenhower parece intimidado: fala de locais pitorescos de Lisboa, das fotografias que tirou. Salazar pergunta que estado de espírito encontrou o general nas capitais já visitadas. Tem melhorado, afirma Eisenhower, mas há um problema psicológico: os europeus não actuam sem que os americanos entreguem os equipamentos prometidos, os americanos não entregam os equipamentos sem saber o que estão os europeus fazendo de concreto. Comenta Salazar que este lhe parece ser um problema político: se solucionado, os demais resolver-se-ão também. Depois, o chefe do governo expõe o seu ponto de vista sobre a situação actual. Foi errada a base de partida. Julgou-se ser a miséria a única fonte do comunismo. «*Isto é uma ilusão: o comunismo pode desenvolver-se mesmo em meios ricos ou pobres: é uma atitude de snobismo intelectual, com a pretensão de ser diferente dos demais*». E assim «*os milhões de dólares americanos não bastarão para o conter*». Todavia, em virtude do plano Marshall, está hoje facilitada a missão do Comandante Supremo; agora, importa evitar a guerra, não importa vencê-la; e apenas pela força é possível evitá-la. Seriam idênticos para todos os resultados de um conflito: a destruição. «*Decerto*», interpõe Eisenhower, «*mas se a guerra deflagrar, a última das coisas a fazer seria perdê-la*». Salazar entende que pior do que derrota é a escravidão. Por si, a «*Rússia não quer a guerra*»; e «*não*

haverá guerra se for possível preparar defensivamente todo o Ocidente». Mas Eisenhower sente um receio: as correntes isolacionistas nos Estados Unidos. Homens de consequência, como Hoover ou Taft (1), desconfiam da Europa, e sustentam que a América não tem que assumir responsabilidades para além-fronteiras. Há que persuadi-los de que a Europa está pronta a dar a sua contribuição. «*É muito perigosa para os próprios Estados Unidos a tese do Senador Taft*», diz Salazar. Sem dúvida: mas veja-se como é aliciante: «*não mais encargos, não mais impostos a pagar*». Há que rebater a tese antes de conquistar muitos adeptos; e por isso Eisenhower está desejoso de ir aos Estados Unidos para «*poder falar dos esforços feitos na Europa, do que viu e ouviu com os seus próprios olhos e ouvidos*». Sim, conclui Salazar, a Europa está pronta, se os Estados Unidos forem firmes no seu apoio, e há ainda valores europeus desaproveitados, que o poderiam ser com benefício. Eisenhower despede-se. Mas antes de sair quer pedir desculpa de um incidente. Desculpa? Um incidente? Sim, um incidente durante a guerra. Um piloto americano, dirigindo-se a África, aterrou por engano em Portugal, e só então se apercebeu de que estava em país neutral; prometeu à torre de comando que se apresentaria às autoridades portuguesas; mas levantou vôo, e fugiu. Quebrara assim a promessa, e iludiu a boa-fé daquelas. Então Eisenhower entrou em contacto com o embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, e pediu-lhe para comunicar às autoridades portuguesas que estava disposto a mandar o piloto para ser internado. Simplesmente, o governo de Lisboa responde que «*esquecera*» o incidente. E Salazar ri: «*Ah! é que houve a intenção de não diminuir as forças de que dispunha o general!*» Depois o Comandante Supremo visita ainda Santos Costa, Paulo Cunha, entidades militares superiores, e cumprimenta Carmona. E quando atravessa o Atlântico e, em Otava, se avista com os ministros canadianos reunidos em Conselho, Eisenhower diz-lhes: «*De todos os estadistas europeus com quem conversei, Salazar parece-me o mais lúcido e avisado*».

---

(1) Herbert Hoover, antigo Presidente dos Estados Unidos, e Robert Taft, influente senador do partido republicano.

Dos problemas da Europa e do Ocidente, Salazar transfere o seu cuidado para questões ultramarinas. De novo chega a Lisboa o Primeiro Ministro da Rodésia do Sul, Sir Godffrey Huggins, e mais uma vez é a questão do porto da Beira, em Moçambique, que o preocupa. São múltiplos os problemas: ampliação do Porto da Beira para servir uma Rodésia em crescimento; utilização do caminho de ferro; construção de um oleoduto, que atravesse Moçambique. Sir Godffrey tem profunda admiração por Salazar, e este respeita no Primeiro Ministro a sua integridade, a sua boa-fé. Compreende o chefe do governo quanto importa a Moçambique a solução daqueles problemas, e a preponderância que daí advém sobre a Rodésia e o interior da África Austral; mas essa solução, além de implicar investimentos vultosos, tem de ser encontrada de modo a que, servindo os interesses da Rodésia, não coloque nas mãos desta armas que no futuro possa voltar contra Moçambique. Salazar escuta Sir Godffrey com atenção, toma notas, compromete-se a resolver as dificuldades, embora acentue a necessidade de avançar com prudência. E por entre as negociações, como na altura se efectua a inauguração da Barragem do Castelo do Bode, Salazar convida o Primeiro Ministro a assistir à cerimónia (1). E em Conselho de Ministros de 23 de Janeiro de 1951 Salazar dá conta ao gabinete das conversas havidas e dos problemas tratados com Eisenhower e Huggins. E depois retoma o hábito de trabalhar individualmente com cada ministro.

---

(1) Quando ministro da Economia, Luís Supico Pinto impulsionara vigorosamente a construção da barragem. Mas na cerimónia não lhe é dado o lugar correspondente ao papel que tivera, nem nos discursos este é destacado de forma apropriada. Salazar nota-o. E no regresso a Lisboa escreve a Supico Pinto uma carta. Diz: «*Não fui capaz de o avistar ontem à saída do Castelo do Bode, do que tive muita pena, pois queria cumprimentá-lo pela parte muito especial e importantíssima que lhe cabe naquela obra. Vi que o Simões de Almeida lhe prestou a devida justiça e notei que as pessoas informadas acompanharam o orador nas palavras com que definiu e elogiou a sua acção. O Supico esteve verdadeiramente de parabéns no dia de ontem. Eu que me lembro muito bem do esforço realizado e das dificuldades vencidas não o esqueceria no momento em que os resultados aparecem a toda a luz. Um abraço pois e os melhores cumprimentos de Ol. Salazar*». Carta de 22-1-1951.

Nada parece afectar a normalidade da vida. Há um choque emocional nos primeiros dias de Fevereiro: um avião da Força Aérea, saído dos Açores, despenha-se no Atlântico: e morrem catorze oficiais e soldados. Naquele mês, corre rigoroso o inverno; e grande parte do país está coberto por um nevão inusitado, que causa prejuízos, afecta comunicações, deixa isoladas algumas vilas. Entre os católicos, há um júbilo particular: o Papa determinara que as celebrações do Ano Santo tivessem o seu fecho em Portugal. Paira sobre todos, no entanto, o peso da atmosfera internacional: da guerra fria resultará um novo conflito generalizado? Muitos interrogam os homens responsáveis, e a agência noticiosa *United Press* procura o parecer do chefe do governo português. Salazar não se exime a dar a sua opinião, em entrevista publicada a 3 de Março. Entende que os responsáveis pela política mundial terão falhado se não evitarem uma nova guerra. Neste ponto, há unanimidade de sentimentos: «*somos todos pela paz*». Por isso o movimento chamado dos *partidários da paz* constitui uma hipócrisia, uma mentira. *Deve ser* evitada a guerra: mas *pode* ser evitada? Não é lícito partir de uma ideia de fatalidade das guerras; há que ser realista, no entanto; e impõe-se examinar desapaixonadamente as aspirações nacionais e os conflitos de interesses. Está a ser considerada uma conferência dos *Quatro Grandes:* é bem que se realize. Não espera algum resultado útil, todavia. «*A forma como foram cumpridos os tratados de paz que puderam elaborar-se; a dureza da intervenção nos Estados satélites, a caminho de uma integração económica e política na Rússia soviética, intervenção aliás construída sobre a concessão rooseveltiana da zona de influência nos países de Leste; a dupla política que a Rússia se impôs de procurar relações pacíficas com os Estados cuja paz arruina por meio dos partidos comunistas*» — tudo isto cria natural cepticismo. Deste modo, as nações ameaçadas têm de cuidar da sua defesa; se esta for eficaz, não será inevitável a guerra; e isso porque a Rússia parará onde encontrar a força. Daqui poderá resultar um «*compromisso sério e normas razoáveis de convivência internacional*»; e o facto traduzirá uma viragem na política do mundo. E também pode acontecer que a Rússia prefira o isolamento: «*não sendo tão bem, representaria ainda para a*

paz do mundo uma solução». Paralelamente com a elaboração desta entrevista, e na rotina do dia-a-dia, Salazar está embrenhado na execução dos grandes planos de fomento e obras públicas. Mas nos primeiros dias de Abril de 1951 surge uma preocupação que se sobrepõe a tudo.

17

Em 8 daquele mês, Salazar visita o Presidente Carmona. Está doente o chefe do Estado: gripe forte, um foco de pneumonia. Salazar encontra-o «*muito em baixo*». Julgam os médicos ser possível o restabelecimento. Todavia, o Presidente do Conselho tem a sensação de que está próximo o termo daquela vida; e em reunião do gabinete no dia seguinte não deixa os ministros em dúvida sobre o problema que se avizinha. Nos dias imediatos não subsistem nos médicos quaisquer esperanças: extingue-se rapidamente uma vida já débil: o público é informado do agravamento do estado do Presidente: e a 18 de Abril de 1951 morre Carmona(1). Desaparece um homem que, durante quase trinta anos, desempenhara papel de relevo na vida portuguesa; e deixava atrás de si um exemplo de patriotismo, de dignidade, de correcção de maneiras, firmeza com tolerância, compostura cívica, espírito público, altivez afável, e na figura franzina tinha a nobreza de um príncipe com a simplicidade de arraia-miúda. Tornara-se uma instituição, um hábito, uma coordenada moral: não era um chefe político: era uma figura nacional. Sente a perda a opinião pública, e no país a emoção é profunda, e geral. Salazar assume, nos termos constitucionais, a Presidência interina da República, e convoca imediatamente o Conselho de Ministros. Declara que, embora o esperasse, o passamento do Presidente Carmona fora um «*golpe duríssimo*»: depois de mais de vinte anos de trabalho em comum sentia-se «*seriamente abalado*». Mas Salazar não põe ao gabinete o problema político que acaba de se abrir. Cuida apenas do imediato: a organização de funerais nacionais, luto nacional,

---

(1) Completaria 82 anos em 24 de Novembro.

o estabelecimento de uma pensão do Estado à viúva (1). E perante a urna do velho marechal, exposta no Palácio de S. Bento, passa o povo anónimo, às dezenas de milhar, desfilando noite e dia pelas escadarias e pelo largo em frente. E depois, no funeral para os Jerónimos, é também massiça a presença popular.

Dias mais tarde, a 23 de Abril, convoca Salazar novo Conselho de Ministros. Reúne-se de manhã. Discute frontalmente o problema político em aberto. Antes de tudo, as celebrações previstas para o *28 de Maio* e o Congresso da *União Nacional* ficam prejudicadas; há que ter em conta o luto decretado para o país; e há que aguardar as exéquias solenes a realizar em S. Domingos dentro de um mês. Mas importa desde já fixar uma directriz para a sucessão presidencial. Que parecer tem o Conselho? Por si, Salazar deseja acentuar que o problema não deve pôr-se em função de «*pessoas*». Não é evidentemente viável encontrar *outro* Marechal Carmona. Não cabe também procurar soluções de emergência, para ocorrer a uma dificuldade; e nem convém adiar o problema, dado o ânimo ansioso do país. Prevê a Constituição que, no caso de morte do chefe de Estado, há lugar a sufrágio no prazo de sessenta dias (2): e assim se deve proceder. Acontece, no entanto, que a Assembleia Nacional, de novo reunida, está precisamente a discutir o problema: e não se sabe se a câmara quererá introduzir algumas alterações nos preceitos correspondentes. Impõe-se ao governo, no entanto, assentar num critério para o recomendar à Assembleia e à *União Nacional*. Quer esclarecer desde já, acrescenta Salazar, que não é candidato: a sua posição é rigorosamente idêntica à que assumiu na eleição de Fevereiro de 1949. Já ouviu sugestões no sentido de se caminhar para um presidencialismo aberto ou mitigado. Não concorda: convém manter o dualismo de funções, permitindo sempre ao Chefe de Estado a substituição do chefe do governo: importa resguardar o Presidente, e por isso ele, Salazar, tem sido o *ditador* enquanto Carmona era o *liberal*: e por

---

(1) Maria do Carmo Carmona. Ficava em dificuldades financeiras. É decretada uma pensão vitalícia de dez mil escudos mensais e o uso de um automóvel do Estado.

(2) Era de trinta dias anteriormente.

essa mesma razão procurou, nos últimos vinte anos, evitar no possível aparecer em público com o Presidente, não por receio, mas para prevenir o aniquilamento simultâneo de ambos. Por todos estes motivos também não sanciona uma outra modalidade que tem sido aventada: a da inerência das duas funções. E tão pouco lhe parece viável a criação de um Vice-Presidente: seria um elemento inútil, e em qualquer caso vulnerável e fonte de atritos, por poder tornar-se hostil à política do Presidente. Perante estas considerações, qual o aviso do governo? Durante momentos, há o silêncio de todos os ministros. Depois, antes de outros, pronuncia-se o ministro da Defesa, Santos Costa: defende como solução lógica e fácil a candidatura de Salazar: esta corresponde às conveniências políticas, é imposta pela opinião pública. No mesmo sentido se pronunciam os demais. Gomes de Araújo acrescenta uma dúvida: não julga existir nas Forças Armadas, nos altos postos, um homem com qualidades bastantes para o cargo. Santos Costa rebate a afirmação: se lhe for solicitado, pode apresentar mais de um nome, de homem de bom senso e lealdade, apto ao exercício das funções. Salazar então reitera a sua atitude. Pode abandonar a vida pública, se o desejarem; pode continuar com quem quer que seja eleito, se este o entender, e a nação não ficaria privada dos seus serviços, se é isso o que se pretende; mas não se lhe peça para exercer outra magistratura, recomeçar uma vida, porque «*por mais que se diga, seria mudar, recomeçar uma vida*». Então, comenta José Frederico Ulrich, «*todos à uma considerámos única solução a candidatura e eleição apoteótica do Doutor Salazar*». Agradece o chefe do governo as palavras e a atitude dos ministros; mas declara que não lhes agradece a colaboração; e isso porque estiveram inutilmente a gastar tempo num terreno que «*não podia ser trilhado*». Verificava que afinal todos faziam «*parede*» para contrariar a sua orientação básica. E remata: «*não se adiantou nada*».

Entretanto, agita-se a alta roda da política. Na sede da *União Nacional* congregam-se os grandes vultos do regime. Mário de Figueiredo lança uma ideia: é a altura azada para se restaurar a monarquia. Que outra coisa fora Carmona se não um rei eleito? Justamente a Assembleia Nacional estava a discutir o título da Constituição referente ao Chefe do Estado: era o momento pro-

pício. Albino dos Reis, todavia, tem a sugestão por insensata; e também se lhe opõe Marcello Caetano. Mas Mário de Figueiredo manobra por seu turno. Reúne na Assembleia uma falange de deputados monárquicos e, sem conhecimento prévio de Salazar, consegue fazer aprovar pela câmara um novo artigo determinando que, no caso de vagatura da Presidência da República, a «*Assembleia Nacional reunirá por direito próprio no sexagésimo dia após a vagatura para deliberar sobre a eleição presidencial*» (1). Do mesmo passo, encaminha a câmara para a modalidade da *inerência:* o Presidente do Conselho fica «*investido das atribuições de Chefe de Estado, conjuntamente com as do seu cargo*» (1). Está criada uma ambiguidade: pode até protelar-se indefinidamente o acto eleitoral. De seu lado, e ao mesmo tempo agastado com a decisão da câmara, Salazar convoca uma reunião de alguns dos seus conselheiros políticos, com o intuito de sair do ponto morto suscitado pelo Conselho de Ministros. Estão Albino dos Reis, Marcello Caetano, Costa Leite, Trigo de Negreiros, Cancela de Abreu, Mário de Figueiredo. Este, vivamente e sem ambages, defende a solução monárquica: Carmona, pela sua longa permanência, habituara o povo à monarquia; apenas o rei era independente de facções; e constituía o melhor traço de ligação entre todos os territórios do Império. Cancela de Abreu e Costa Leite apoiam Figueiredo. Opõem-se os demais. E Salazar considera que continua a não se avançar no problema. Resolve então ouvir separadamente, nos dias imediatos, outros homens. De todos os pareceres, julga fundamental o de Santos Costa: este, apesar de monárquico também, declara que as Forças Armadas não estão dispostas a aceitar a restauração do trono. Salazar vê os dias correrem, sente a impaciência curiosa da opinião pública. Em 28 de Maio, na Praça do Império, uma imponente parada militar glorifica as forças armadas e traduz o apoio destas ao governo. Mas a crise política tem de ser resolvida com presteza. De novo chama os seus conselheiros oficiais: pede-lhes ideias, solicita-lhes nomes. Mário de Figueiredo e Costa Leite declaram sem rodeios que, não querendo Salazar candidatar-se, se recusam a colaborar

(1) É a Lei n.º 2048.

na eleição de um Presidente da República e que se desinteressam do problema: e abandonam a reunião. Salazar está perplexo. Depois, aventam-se hipóteses: um civil ou um militar? Santos Costa é partidário de um candidato civil: seria uma forma de demonstrar a maturidade política da situação. Mas Salazar e a maioria dos seus conselheiros pronunciam-se por um candidato militar: importava acima de tudo garantir a paz pública, a estabilidade governativa: e um presidente militar, mais independente dos políticos, dava maiores seguranças nesse sentido. Consultados os meios militares, apuram-se quatro nomes: os generais Aníbal Passos e Sousa, Fernando Pereira Coutinho, Miguel Pereira Coutinho, Afonso de Sousa Botelho. Desde logo se excluem os dois irmãos Pereira Coutinho: são vincadamente monárquicos. Salazar prefere Passos e Sousa, oficial de grande aprumo e inteligência. Santos Costa insiste por Afonso Botelho, que comanda a Guarda Republicana, e que é também oficial de grandes virtudes militares e distinção pessoal. E dos conclaves dos notáveis do regime sai a escolha de Afonso Botelho. Porque comanda a Guarda, subordinada ao Interior, é Cancela de Abreu encarregado de o sondar; mas Botelho recusa. Santos Costa, autorizado por Salazar, insiste e faz um apelo ao patriotismo daquele oficial. Botelho, todavia, além de aversão ao cargo, alega razões de saúde. Diz: se é absolutamente indispensável, aceitaria; mas na Presidência da República haveria apenas um «*farrapo*». Salazar entende que não é lícita maior instância com Afonso Botelho. A quem recorrer? Santos Costa recebe uma nova ideia: enquanto pratica equitação no Picadeiro dos Príncipes, às Necessidades, encontra-se com o major Luís Deslandes, e este lembra o general Craveiro Lopes (1). Santos Costa transmite o nome a Salazar. Este discute-o com os seus conselheiros, e é resolvido sondar aquele oficial. Cancela de Abreu aplaude; e apresta-se para essa missão; mas parece preferível confiá-la, de forma preliminar, a Santos Costa. Entretanto, a sua personalidade é examinada: combatera em Moçambique contra os alemães na primeira guerra, ganhara a Torre e Espada; estivera em Goa, gover-

(1) De seu nome completo, Francisco Higino Craveiro Lopes.

nara Damão; descende de uma família de militares ilustres; fora deputado em mais de uma legislatura; e era casado com uma senhora de excelso porte. Limitações? Talvez de inteligência mediana, talvez rígido no seu temperamento. De grande integridade pessoal, no entanto. De permeio, a Assembleia Nacional envia a Salazar a lei que votara com alterações constitucionais; e ao chefe do governo, nas funções de chefe do Estado, cabe promulgá-la. Em Conselho de Ministros de 4 de Junho de 1951, Salazar põe o dilema: promulga o diploma, com que não concorda, ou usa do *veto*, criando uma crise? Ademais, se não assinar o diploma, fica em vigor a lei actual e a eleição tem de realizar-se até ao dia 18 de Junho: dado o tempo perdido, torna-se inviável. Tem assim que promulgar o que foi decidido pela câmara. Mas vai dirigir-se ao país, e explicar a sua posição pessoal.

Em largos sectores da opinião pública, no entanto, surgira logo após a morte de Carmona o propósito de levar o chefe do governo à Presidência da República. Disseminara-se a ideia, e alguns jornais, sem citarem nomes, faziam alusões discretas àquela possibilidade. Augusto de Castro toma então a iniciativa de abrir no *Diário de Notícias* uma campanha nesse sentido. Escreve um artigo em que faz o elogio de Carmona, e salienta que este fora o símbolo da continuidade. Desaparecido o Marechal, essa continuidade «*chama-se Salazar*». «*Há eleições de votos — e há eleições de História. A História já elegeu*». Mas os serviços de censura à imprensa suspendem o artigo, e remetem as provas a Salazar. Castro reclama, escreve ao chefe do governo. Este pondera o assunto, e responde-lhe numa longa carta. Diz: «*Agradeço reconhecido a atenção da carta de V.ª Exia., e a amabilidade de me enviar as provas do seu artigo sobre a sucessão presidencial. Em virtude de instruções dadas, a censura tinha-me enviado as provas com alguns apontamentos seus para mais fácil apreciação, de modo que já conhecia o artigo, e antes de lê-lo conhecia já o pensamento de V.ª Exia. Pareceu-me que no momento em que a Assembleia estava a discutir, ou estava para discutir a forma de preenchimento da chefatura do Estado, não seria correcto que a imprensa começasse a apresentar fórmulas de escolha, ou nomes a escolher. Parecia-me ainda sem van-*

tagem fazer demasiada pressão em certo sentido sobre a opinião pública quando era certo que a indicação não seria seguida. Quero dizer: primeiro, eu não tenho moral para recomeçar e seria recomeçar uma vida assumir a presidência da República; segundo, considero um erro inutilizar na chefatura do Estado as possibilidades que ainda me restem e mais utilmente seriam empregadas na chefia do governo. As pessoas que estão aí fora e não conhecem bem os métodos de trabalho podem ter outra ideia, mas eu não posso estar enganado em assunto que tão bem conheço. Por fim, a junção das duas competências numa pessoa só ou a forçada inerência da Presidência da República com a Presidência do Conselho por longo prazo ou indefinidamente não são aconselháveis nem são solução mas arranjos, com mira às pessoas. Eis os motivos por que me parece que o artigo de V. Exia. não pode ser publicado, como está redigido. A solução parece a lógica mas não é a boa e, sendo assim, e devendo nós caminhar para outra, o artigo nos seus excessos actuais deixaria bastante deminuída a pessoa que faça o sacrifício de aceitar. E a situação pode de facto continuar assim, reservada, já se sabe, a inteira liberdade de acção do novo Presidente. Peço me desculpe a franqueza das minhas reflexões que afinal pretende corresponder à confiança e amabilidade da sua atitude para comigo. Com respeitosos cumprimentos e os melhores agradecimentos, Ol. Salazar». No rumo desta carta, o chefe do governo mantém as suas directivas aos serviços de censura: não se inicia qualquer campanha.

De harmonia com a sua decisão, Salazar elabora uma longa nota para se dirigir ao país e esclarecer a sua posição individual. Nas suas considerações, está implícita uma crítica à decisão da Assembleia Nacional. Antes de a publicar, dá a conhecer o texto a Mário de Figueiredo. Este, na sua qualidade de *leader* da câmara, sente-se pessoalmente visado, e melindra-se; e apresenta as suas objecções. Salazar tem em atenção os reparos, e modifica a nota em conformidade. Mas escreve a Figueiredo: «*Muito obrigado pelas observações ao n.º 4 da nota que faço tenção de publicar. Não estando no meu ânimo nem censurar nem sequer discutir publicamente decisões da Câmara, mas só discordar, refundi totalmente o número, aceitando a interpretação do pre-*

ceito constitucional por ti defendida. Creio que ficou inócuo; apesar disso alguns colegas do governo fizeram o favor de rever ainda o texto, com o fim de limar uma ou outra palavra. Penso por isso não te dará agora aborrecimentos. Só não posso concordar com a tese de que o Presidente do Conselho, exercendo função de Chefe de Estado, não pode discordar da Assembleia, senão através da denegação da promulgação de uma lei que no caso presente é obrigado a promulgar. Pensei que te desse menos massada. Desculpa fazer-te perder parte da noite quando tinhas de partir cedo. Um Abraço. Ol. Salazar». E no mesmo dia em que remete esta carta a Figueiredo, a 5 de Junho de 1951, publica o chefe do governo a nota que preparara.

Salazar presta homenagem a Carmona, faz o seu elogio, esboça o seu retrato de homem, de cidadão, de político. Era «*tão frágil que a brisa ameaçava tombá-lo, tão forte que uma revolução o não podia subverter: nele claramente se via a imensa força dessa coisa delicada e inacessível que nos homens se chama consciência*». Reduziam-se a muito pouco os seus princípios: na administração, economia e honestidade; no governo, supremacia do interesse nacional; na política, a verdade e a justiça; na sociedade, a benevolência e a caridade. Mas agora, prestados os tributos devidos ao homem que desapareceu, há que atender às exigências da vida. Não há dúvida de que, sob Carmona, a chefatura do Estado teve solidez e continuidade. Obedeceu-se a um critério básico: «*a Nação que é de todos servida por um Estado para todos os portugueses*». Se alguns não aceitaram até hoje o convite à colaboração, nem prestaram o seu concurso à obra colectiva, não importa: «*o essencial é que cada um tenha aí o seu lugar*». De modo que o problema consiste em saber se os portugueses são capazes de se manter unidos, demais em face de uma situação internacional que atingirá o seu ponto crítico em dois ou três anos: «*não podemos pensar senão em estar mais unidos e mais fortes para momentos que podem ser decisivos para o futuro dos povos*». E isso porque «*o que nos divide enfraquece-nos, e o que nos enfraqueça diminui-nos perigosamente*». Mas perante a situação actual como procedeu a Assembleia? Sentiu-se impressionada pela perturbação que poderia resultar de uma nova eleição dentro de sessenta dias; e daí as

emendas que constam da lei de revisão constitucional. Todavia, as emendas, em vez de fixar um prazo ou estabelecer um processo especial de provimento da vaga, investiram a «*Assembleia de uma faculdade que poderá em certas hipóteses ter uso perturbador da posição relativa dos órgãos de soberania*». Na verdade, não pode admitir-se a hipótese de a Assembleia se arrogar a faculdade de elaborar uma lei de sucessão presidencial para cada caso em que se verifique a vagatura da Presidência no decurso de um mandato; e nem tão pouco se pode aceitar que o Presidente do Conselho, quando na falta do Presidente da República fica investido na função deste, possa fixar o acto eleitoral para época tão dilatada que transformaria de facto o regime no presidencialismo que nunca quis ser, pelos riscos que comporta e por se afastar muito da melhor tradição política portuguesa. E assim as emendas não podem conduzir «*a mais que à fixação do acto eleitoral para período não afastado e harmónico com o interesse geral*» (1). Em todo este processo, qual a posição pessoal do chefe do governo? Esboçou-se um movimento para o eleger; e é responsável por que o mesmo não tivesse expressão generalizada e pública. Se aquela solução tinha lógica e era simples e segura, nem por isso deixava de ser uma solução de comodidade. Mas a «*verdade é que não tenho já resistência física para começar vida nova e fazer outra magistratura*». Sem dúvida: todos se devem à pátria e esta merece todos os sacrifícios. Numa sociedade ordenada, no entanto, aquele imperativo tem de ser temperado: cada um deve estar na situação mais consentânea com o seu modo de ser e em que o seu esforço possa dar maior rendimento. Trata-se de um problema de consciência e portanto é «*uma questão fechada pela própria natureza das coisas*». E assim não há que perder tempo com o passado, que não se reviverá mais, nem a confrontar méritos e qualidades. Há riscos? Correm-se sempre riscos em toda a empresa humana. Não se fugiu a esforço de reflexão, consulta, apreciação objectiva da realidade; e os habituados a manobras políticas não com-

(1) Foi esta parte da nota, que corresponde ao seu 4, que feriu Mário de Figueiredo: frustrava os intentos da sua manobra e implicava uma crítica ao seu papel de *leader*.

preenderão mesmo o cuidado posto em encontrar a orientação conveniente. Há que escolher um homem: não precisa de ser sábio, santo ou herói: basta que esteja integrado na missão histórica da Nação Portuguesa e que se sinta, ele próprio, sentinela vigilante da defesa e da continuidade da Pátria. «*Em última análise: um homem de bom espírito e de boa vontade, portuguesmente um homem de bem*» (1).

Perante esta firme atitude de Salazar, ficam perplexos muitos círculos políticos e largos sectores da opinião pública. Que vai passar-se? Atingiu o regime o seu termo? Salazar retira-se? Como vai resolver a situação? Durante mais de vinte anos, Carmona e Salazar, não obstante alguns momentos de atrito, haviam colaborado e tomado em comum decisões fundamentais. Entre ambos não se estabelecera ciúme político ou rivalidade pessoal: Carmona aceitava a superioridade mental, o prestígio intelectual e a capacidade governativa de Salazar; este aceitava a popularidade carinhosa e a simbologia nacional de Carmona. Quebrado o binómio pela ordem natural das coisas, como vai evoluir o regime? Do problema e para evitar compromissos com o futuro, alheiam-se os monárquicos: estes consideram, segundo um comunicado do Lugar-Tenente do Duque de Bragança, Fezas Vital, que a eleição de um Presidente da República é acto que não lhes respeita. Salazar fica desagradado; e muitos, sabendo a intimidade de relações entre o chefe do governo e o Lugar-Tenente, tomam o comunicado de Vital como um abandono do regime

---

(1) Salazar era indubitavelmente sincero em recusar a Presidência da República. Assim procede nas duas oportunidades que se lhe oferecem. Além das que tornou públicas, devem ter militado nesse sentido as seguintes razões: *a)* entender que o Chefe do Estado deve-o ser para todos os portugueses e não estar sujeito a ódios que resultam da luta política; *b)* preservar a figura presidencial de modo a poder nomear outro chefe do governo que desde o início não estivesse *inquinado* politicamente, o que não seria o caso se fosse Salazar, como Presidente da República, a nomeá-lo; *c)* manter sempre um dualismo que, por desaparecimento de um homem, permitisse ao outro salvaguardar o bem comum; *d)* não expor o Chefe do Estado ao exercício do poder político efectivo ,e sua erosão, nem estar no seu temperamento o exercício de funções sem poder político real; *e)* sendo monárquico, repugnava à sua consciência ser o chefe supremo e o guardião de uma constituição republicana.

pelos monárquicos. Pressentirão estes que o navio está prestes a sossobrar? Não o julgam assim as forças políticas do regime, e numerosos monárquicos, se não a maioria, não deixam de o apoiar, não obstante a desilusão de alguns, como Figueiredo ou Costa Leite; e todos se preparam para o combate. Mesmo no estrangeiro há curiosidade pela evolução da crise. Em Londres, o *Times* comenta a situação: são «*espantosos os sucessos conseguidos*; o «*visitante a Portugal verifica um ar de prosperidade acentuadamente diferente do resto da Península*»; e a «*crítica é razoavelmente livre e ninguém, salvo se for comunista ou perigoso opositor, tem de sentir receio da eficiente polícia política*». E através de tudo, por entre a opinião pública, correm nomes julgados bons candidatos: Theotónio Pereira, Costa Leite, Caeiro da Matta, entre os civis; Santos Costa entre os militares. Mas oficialmente nada transpira.

Para além das fronteiras, estão preocupados com os destinos portugueses os círculos conservadores de França. Jacques Maritain, Henri Massis, Charles Maurras trocam impressões entre si. Está sobretudo ansioso o velho lutador da *Action Française*. É indispensável que Salazar não se retire, não abandone a fortaleza. Da sua prisão de Clairvaux, Maurras escreve a Salazar uma longa carta, de que é portador Marcel Wiriath. «*É com alegria que aproveito a ocasião para lhe exprimir, Senhor Presidente, a admiração entusiástica que me inspiram os seus trabalhos, o seu sucesso, o seu triunfo, e desde algum tempo a curiosidade angustiada com que acompanho a nova fase (não crítica decerto, mas grave) da nobilíssima história a que dedicou o seu nome e a sua pessoa*». Na véspera, estava a ler «*o meu Horácio*» e sentiu um «*sobressalto do coração*» ao percorrer a Ode XIV do primeiro tomo, e relembrou a «*felicidade merecida de que goza o seu povo, a grande obra de estabilidade e prosperidade que lhe valeram o respeito universal*», e que «*representam tão grandes bens, tão raros hoje, que grande número de Europeus se lhe devotaram, como se fossem património seu, e os seus votos longínquos acompanham-vos e abençoam-vos como parte do seu próprio destino*». E Maurras incita Salazar: «*Sobretudo, não nos falte! Fique! Aguente!*» Sem dúvida: Salazar, «*acaba de perder o soldado firme*»: mas «*continue a erguer o ramo dou-*

rado da ordem, da autoridade e das liberdades!» E Maurras continua entusiasmado: lera na adolescência uma gramática portuguesa; recordara-se de Homero, do espírito greco-latino dos helenos da Hespéride antiga que haviam alcançado as margens do rio-oceano; e não estará agora tudo esquecido em nome de um internacionalismo unificador e mais ou menos federal ou confederal? Com orgulho melancólico pensa na «*sua Goa, no seu Macau, como na nossa Pondichéry*». É um passado findo que só pode renascer em figuras do futuro. Quem sabe? Quem pode sabê-lo? «*Quando os seus navegadores seguiam o sol poente para procurar novos mundos e fundar novos impérios, o seu sangue e o seu pensamento não se tinham preparado para esplêndidas ressurreições?*» E Maurras remata: «*Empenhou o seu país na via do Renascimento; que nela se mantenha e corra; e que ao correr, nos arraste. Eu sou o homem da Esperança*». Salazar sente-se profundamente impressionado com a carta de Charles Maurras, do homem, do teorizador, do panfletário que tanto o influenciara nos seus alvores de Coimbra, há mais de quarenta anos atrás. Mas a sua decisão está tomada e publicada: não ascenderá à Presidência da República.

Sem embargo das atenuações feitas, Mário de Figueiredo sente-se magoado e ofendido com a nota oficiosa de Salazar, e quer abandonar a sua função de porta-voz do governo na Assembleia. No dia imediato ao da publicação, escreve nesse sentido a Salazar. Este encontra-se mergulhado em múltiplas consultas sobre o momento político. Mas responde-lhe a 7 de Junho num cartão já agastado: «*Recebi ontem de manhã a tua carta mas o dia foi tão mau que não pude responder-lhe logo. Não compreendo as conclusões que tiras da nota publicada nos jornais; e, como não compreendo, recuso-me a ir atrás de ti em precipitações inconvenientes. Estudaremos melhor o assunto, para o que é melhor deixar passar uns dias. Agradeço a boa e amiga disposição de me servires; mas propriamente quem precisa mais de ti, e de todos, é o País, não sou eu. Simplesmente, um de nós tem de se encontrar em posição de dizer: vem tu para aqui, vai tu para ali, vai aquele para além, e estar seguro de que são cumpridas estas indicações. Era assim que o Centurião, ansioso pelo milagre, explicava as coisas. Um abraço do mto.*

amigo, Ol. Salazar». Figueiredo não se sente apaziguado. Mas Salazar continua embrenhado na escolha do nome a apresentar ao sufrágio. Não convoca agora reuniões dos seus conselheiros: escuta-os de preferência isoladamente. De harmonia com a opinião generalizada, não pode apresentar-se um civil ao sufrágio. Retomada a consideração de nomes de militares, reafirma-se um consenso em torno de Craveiro Lopes. Na reunião da Comissão Central, a que Salazar preside em 1 de Junho, o nome é proposto e aprovado. E aceitará? Salazar pede a Santos Costa que o procure e faça a primeira sondagem. Craveiro Lopes está fora de Lisboa, em exercícios militares no Buçaco; e o ministro da Defesa vai ao seu encontro. Um problema pessoal preocupa Salazar: sabe que Mário de Figueiredo pretende falar-lhe e que continua irritado, desejando renunciar ao cargo de leader: e o chefe do governo não tem podido receber o seu velho amigo de Coimbra. De novo lhe escreve uma carta: «*continuo pensando que seria impossível eu dar publicidade a uma eventual exoneração das tuas funções de leader: isto daria a impressão que deixaste de ter da minha parte a plena confiança de que tens gozado e continuarás a gozar, ou que exerceste o cargo por nomeação minha, o que a Câmara não aceitaria bem. O essencial é pois saber se tens ainda ou não a confiança dos deputados. Não tenho dúvidas a esse respeito nem as tenho de que a manifestarão inequivocamente se lhes for apresentado o teu desejo de renúncia*». E no dia seguinte, a 17 de Junho, um domingo, recebe Figueiredo: este parece mais calmo. Mas nesse dia Salazar recebe também Craveiro Lopes, que Santos Costa trouxera e que aparece acompanhado do seu amigo Abranches Pinto, ministro do Exército. Decorre a sós a conversa, no entanto, e é breve. Salazar informa Craveiro Lopes de que o seu nome fora proposto e aprovado na Comissão Central da União Nacional para candidato à Presidência da República: aceita? Responde o general que, habituado como militar ao cumprimento do dever, não se escusará se a aceitação for considerada também um dever. Depois, o chefe do governo dá pormenores sobre a instalação oficial, indaga dos desejos de Craveiro Lopes neste particular; e fala de vencimentos, da organização da casa Militar e Civil,

do processo eleitoral que vai seguir-se. Salazar recolhe uma impressão mediana. Subtilmente, diz a Marcello Caetano: «*A conversa foi fácil. A impressão corresponde às informações que me tinham aqui dado da pessoa e do seu carácter. Agora vamos à propaganda*».

Três dias mais tarde, é anunciada a *candidatura nacionalista* de Craveiro Lopes. É marcada a eleição para 22 de Julho de 1951. Salazar completara há dois meses sessenta e dois anos de idade.

18

Conhecida a candidatura proposta pela *União Nacional*, pergunta-se a opinião pública se outras serão apresentadas, e por que forças políticas. Nos meios oposicionistas, de há tempo que se travam conversas, negociações. Norton de Matos e os seus amigos pensam em Egas Moniz; elementos democráticos moderados recorrem ao almirante Quintão Meireles (1); a extrema-esquerda fixa-se em Ruy Luís Gomes; e entre as várias correntes não se chega a acordo. Para o país, nada transpira. Mas em 3 de Junho de 1951, são tornadas públicas as duas candidaturas de Quintão Meireles e Ruy Luís Gomes. Meireles, na casa dos setenta e um anos, é homem banal, personalidade sem brilho; e Luís Gomes fora professor de matemática na Universidade do Porto, até ao seu afastamento em 1947. Aparece a primeira candidatura apoiada por individualidades que, em conjunto, se abstêm de qualquer qualificativo político; o *candidato da paz*, Ruy Luís Gomes, surge apoiado pelo *Movimento Nacional Democrático;* e o *Partido Republicano Português* declara que não toma posição quanto à candidatura de Meireles e que se dissocia da de Luís Gomes. Inicia-se uma nova campanha eleitoral. Craveiro Lopes convoca uma reunião com a imprensa, e afirma os seus objectivos: garantir a estabilidade e a continuidade; defender a tradição e a civilização que são as de Por-

(1) De seu nome completo, Manuel Carlos Quintão Meireles, oficial de Marinha, com patente de contra-almirante. Fora Ministro dos Estrangeiros com José Vicente de Freitas, de 19-12-1928 a 8-7-1929.

tugal; e «*promover a união e solidariedade na grande família que todos constituimos*». Egas Moniz agradece publicamente a Norton de Matos a indicação do seu nome, e afirma que se recusa a candidatar-se por motivos de saúde e que dá o seu apoio a Meireles. Por seu lado, quantos apoiam este último procuram evitar a acusação que fora lançada a Norton de Matos, e repudiam a extrema-esquerda. Em comunicado de 1 de Julho de 1951, a comissão da candidatura de Meireles anuncia ao país: «*Não há nem haverá, nem se criaram, não se esperam nem se desejam quaisquer entendimentos, ligações ou formas de aparentamento com o grupo que propõe a candidatura do Sr. Prof. Ruy Luís Gomes, ou com quaisquer grupos ou partidos cuja acção se encontra directa ou indirectamente na dependência de uma potência estrangeira*». E dois dias mais tarde Quintão Meireles é ainda mais claro: repele com firmeza «*todas as combinações, entendimentos e colaboração presente ou futura, com o Partido Comunista, inspirado por uma potência estrangeira. Não nos ligamos a partidos de inspiração estrangeira*». E Meireles publica então o seu *manifesto político* dirigido aos portugueses. Informa que os seus apoios se baseiam em oficiais e civis que «*de armas na mão*» se bateram pelo *28 de Maio*, para eliminar uma situação dominada por um *partido único*; e verificam que vieram a «*encontrar-se perante o domínio de direito de outro partido único*», instalado à custa do triunfo daqueles. À sombra deste novo partido único, foi traído o *28 de Maio*, e «*pecados e erros*» não foram punidos; «*o país está doente*»; o poder está gasto; e dentro da actual constituição há que renovar e moralizar. Aceita a fórmula «*tudo pela nação, nada contra a nação*»; mas para a cumprir. Nestas coordenadas, são quinze os pontos que Meireles submete aos portugueses: fazer acatar sem sofismas a constituição em vigor; repudiar o partidarismo político, que é «*atentório da dignidade e integridade da Pátria e da sua extensão territorial ultramarina*»; procurar sem distinção de credos políticos ou religiosos a concórdia e «*pacificação*» de todos os portugueses; respeitar os sentimentos religiosos da nação, sem prejuízo da independência do Estado; garantir a liberdade de opinião e de reunião; moralizar a administração pública; promover a justiça, sem vinganças ou represálias; assegurar intransi-

gentemente a ordem pública; prosseguir em ritmo conveniente a obra de reconstrução nacional iniciada há 25 anos; rever e reformar a administração ultramarina, «*sem prejuízo da unidade imperial e do espírito tradicional da colonização portuguesa*»; devolver às Forças Armadas o seu prestígio; fortalecer a aliança luso-britânica, a política de boa vizinhança com a Espanha «*em termos de perfeita independência recíproca*», a fraternidade com o Brasil, a amizade com os Estados Unidos e a França e todos os países empenhados na defesa do Ocidente, confirmando ainda a posição assumida no Pacto do Atlântico; reorganizar a assistência social a todas as classes; elevar o nível de vida e bem-estar económico da população, «*pelo melhor rendimento e distribuição dos bens de produção*»; corresponder aos anseios patrióticos de justiça social, «*trazendo à solução do problema os vastíssimos recursos e possibilidades que, no quadro das realidades nacionais, o Ultramar português oferece à valorização pessoal e à elevação do nível de vida, em condições mais seguras e concretas do que pela adesão a doutrinas económicas e sociais concebidas num quadro de mútuas instituições e possibilidades internacionais*». Deste modo, há um abismo entre o programa de Meireles e o que fora apresentado pela oposição em 1945, ou dutante a candidatura de Norton; e Meireles aparece a defender um ideário semelhante ao de Salazar. Há a mesma condenação do partidarismo político e defesa da ordem pública; igual valorização do Ultramar na unidade de soberania, com repúdio de qualquer internacionalismo; idêntica política externa; e respeito pela constituição vigente. Sem embargo, o *Partido Republicano Português*, e uma vez que Egas Moniz recusara, vem declarar que apoia a candidatura de Meireles, embora repudie a alusão ao *partido único* existente antes de 1926.

Depois, no decurso dos dias, repete-se o que é já monótono ritual entre governo e oposição. Surgem as sessões de propaganda, os comícios pelo país, os cartazes, as entrevistas na imprensa. E reproduzem-se as mesmas queixas e as mesmas contra-queixas: pelo candidato, imperfeições do recenseamento, insuficiências dos cadernos eleitorais, limites à fiscalização do sufrágio; pelo governo, a lei está sendo cumprida, são caluniosas as afirmações do candidato. Meireles apela para Craveiro Lopes: se é idêntico o

interesse nacional de ambos, porque não reclamarem em conjunto providências do governo que garantam a imparcialidade e isenção do sufrágio? Trocam-se cartas, Craveiro Lopes escusa-se a intervir em matéria que considera da esfera governamental; e Meireles confessa-se «*estupefacto*». Meireles acusa o governo de ilegalidades, de propotências; o governo acusa Meireles de fazer alegações sem as fundamentar. E reaparecem os vultos de sempre: António Sérgio, que se atribui agora o «*papel natural de pregador da reforma da mentalidade*» e da emancipação dos trabalhadores pelo cooperativismo; Mendes Cabeçadas, que também entende haver sido traído o *28 de Maio*, e que não deseja uma solução de continuidade e se pronuncia por uma autoridade forte mas limitada; e Vieira de Almeida, sempre monárquico, e que apoia Meireles; e Aquilino Ribeiro, e outros. Entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça julga Ruy Luís Gomes inelegível. Fica Meireles em campo, e por todo o país continua o debate entre a *União Nacional* e os partidários daquele. Deslocam-se os ministros incessantemente; multiplicam-se os comunicados, as reclamações; mas no país, se há curiosidade pela campanha, não há um clima de emoção ou de tensão social. Há cepticismo, quase fadiga. Dias mais tarde, a 19 de Julho de 1951, Quintão Meireles anuncia que sem as garantias que tem por essenciais, retira a sua candidatura. Para os monárquicos, o sufrágio continua a ser um acto *inter alios*. Fecha-se o ciclo ritual. E no encerramento da campanha, realizam-se dois comícios espectaculares, com a presença de Craveiro Lopes: um no Porto, presidido por Marcello Caetano; outro, em Lisboa, presidido por Salazar.

Salazar comparece no Palácio dos Desportos, no mesmo dia em que Meireles declara a sua renúncia. Abre com um sarcasmo sangrento. Confessava que se encontra *cansado*, a oposição decretara que estava *gasto*, alguma imprensa estrangeira afirmava-o *abúlico* e *letárgico*: assim «*julguei que seria desta vez poupado às injúrias da liberdade*». E é curioso: não tendo querido apresentar a sua candidatura, «*sou eu sobretudo, ou a minha má sombra que, simbolicamente já se vê, com mais furor tem sido alvejada*». E quanto aos dois candidatos oposicionistas? Um designa-se a si próprio *candidato da paz*, ou outro reclama-se

ser o *candidato da pacificação* da família portuguesa. Como se explica que a paz, sendo almejada por todos, constitua bandeira apenas de alguns? Quem fez a guerra, ou a viveu, ou lhe sentiu as repercussões e os sofrimentos, não pode deixar de querer varrê-la do mundo. Simplesmente, com mais ingenuidade que clarividência, as potências ocidentais julgaram atingir aquele objectivo desarmando-se e desmobilizando-se; e a Rússia, mais realista, adoptou o processo de multiplicar armas e reforçar posições, não como política de paz mas de expansionismo e hegemonia. Então, o Ocidente teve de rever atitudes e intensificar a sua defesa. E a União Soviética passou a prosseguir os seus objectivos por duas políticas contraditórias: uma, o armamento da Rússia e satélites; outra, pretender que o Ocidente se desarme. É nesta política que se filia o *candidato da paz*. «*Sem falar em comunismo, sem decretar comunismo, sem operar as grandes reformas agrárias, possivelmente mesmo evitando as nacionalizações, se não visse preferência em promovê-las para arruinar os respectivos sectores da produção, desviando o comércio para rumos convenientes, deixando cair a força armada, abrindo as portas à espionagem organizada através da representação diplomática e consular, a política do candidato da paz constituiria, com graves consequências imediatas ou futuras a que nem quero aludir, o grande serviço a Moscovo*». E isso evitaria ao menos a guerra? Não: apenas colocaria Portugal «*do lado contrário àquele em que se situam os nossos interesses permanentes*». E o *candidato da pacificação*? Pois bem: a pacificação ou acalmação, depois do assassinato de D. Carlos, levou ao derrube da monarquia; a pacificação, que se seguiu ao assassinato de Sidónio, conduziu Canto e Castro, um sidonista, a entregar o poder aos inimigos do chefe morto e o governo ao partido democrático. Assim, ambas as situações destruiram o que procuravam conservar. «*Quando o poder se esquiva a distinguir o bem do mal e o justo do injusto; e pretende ser neutral entre a ordem e a desordem; e se dispõe a reconhecer como legítimos tanto o uso como o abuso da liberdade; e cede perante pressões ilegítimas; e permite desenvolverem-se movimentos emocionais de massas desvairadas pela paixão; e deixa desafiar impunentemente a sua autoridade pelos ambiciosos e aventureiros — é fatal que se avo-*

lumem, como ondas alterosas, as reivindicações e as queixas, as exigências injustificadas, as ambições desmedidas e as acusações sem prova». E por isso, quando a oposição diz que o poder não cairia na rua, faz uma profecia que a sociologia não abona e a história política portuguesa desmente: «o *Poder cairia na rua*». Assegurava o «*candidato dos comunistas ter consigo o povo*»; e «*os comunicados do Sr. Almirante Quintão Meireles dizem-no apoiado pela maioria da Nação*». Já na verdade José Luciano (1) dissera a D. Carlos, em resposta a uma pergunta do Rei, que «o *país... são os políticos*». Sim: quando o sistema se funda num reduzido grupo de eleitores, a «*mentira sacrílega*» de José Luciano exprime «*a flagrante verdade das instituições*». E Salazar responde a Meireles: nem os homens do Estado Novo traíram o *28 de Maio*, nem os oposicionistas desertaram: estão todos onde estavam há vinte e cinco anos. É indispensável por isso abrir outros caminhos e buscar outras soluções que possam representar o país com mais justeza. Importa acima de tudo saber se um regime assegura a estabilidade de um governo independente, coeso, nacional, e se garante condições de trabalho, e se permite que todos os portugueses de boa vontade possam colaborar em torno de meia dúzia de princípios fundamentais: estas são as perguntas a que o povo português deve responder: e a resposta apenas pode ser afirmativa quanto ao regime actual. Na eleição que se avizinha, nenhuma consciência patriótica pode manter-se indiferente. Craveiro Lopes dá todas as garantias de continuidade e estabilidade. E são estas verdades que, pelo voto, há que proclamar de modo que «*os surdos as ouçam e os próprios cegos as vejam*» (2).

---

(1) José Luciano de Castro, como se sabe um dos mais eminentes homens públicos do tempo do rotativismo monárquico.

(2) No comício do Pavilhão dos Desportos, além de Salazar, foram oradores também Mário de Figueiredo, João do Amaral, Albino dos Reis. Salazar, logo que pronunciou o seu discurso, abandona o comício. Não se esquece de escrever depois uma palavra de desculpa a Figueiredo e a João do Amaral. Diz a Figueiredo: «*Eu peço-te desculpa de abandonar a sessão do Pavilhão dos Desportos logo depois de falar e de não ficar para ouvir os restantes oradores. Mas era-me impossível ficar até ao fim e, se não saísse naquela altura, não sabia como nem quando podia fazê-lo. Vim ouvir os restantes discursos,*

Ao Forte de Santo António, entretanto, estão afluindo pedidos de jornalistas estrangeiros, vindos a Lisboa para observar os acontecimentos, e que pretendem entrevistas com o chefe do governo. Todo entregue à situação política interna, Salazar recusa-se. Mais tenaz que outros, teima Christine Garnier, romancista e jornalista francesa. Durante três semanas em Lisboa, assedia de insistências o Secretariado de Informação; e recebe, como rotina, a desculpa de que o Presidente do Conselho está muito absorvido, lamenta não ter um instante livre. Christine Garnier apela para Marcello Mathias, em Paris; e esta recomenda-a a Salazar. Não obstante as preocupações e a fadiga, o chefe do governo resolve dar-lhe um quarto de hora. Christine chega ao Forte, sobe ao terraço, uma criada indica-lhe uma porta para as escadas que levam ao primeiro andar. E em cima, imóvel no meio do corredor, vê Salazar, que lhe diz em tom divertido: «*Sim, sou eu*». Christine está pouco além dos trinta e cinco anos: é loura. de cabelo apartado ao meio e todo em ondas em torno da cabeça: tem a pele muito branca, muito fresca, e olhos alegres, que riem sempre: veste com apuro sóbrio, pisa com elegância: e é a parisiense, a mulher cheia de vida, de bulício, de graça, agitada e febril, já com um passado, ainda com sonhos de futuro, e que sofre por uma frivalidade e se sacrifica por um nada. Mas agora está enleada, tímida, subjugada. Salazar fica surpreso; e no meio da crise, das manobras e das intrigas de bastidores, do jogo de forças e de interesses políticos, fascina-o aquela mulher, de uma vida e de um mundo que apenas advinha, e que estão muito para lá dos seus horizontes. Salazar diz-lhe para estar à vontade, sem cerimónia, sem receios. Christine sente-se desnorteada, não faz as perguntas em que meditara.

---

o do J. do Amaral no carro até ao Estoril, e os restantes, entre os quais o teu, já no Forte. Verifiquei pela força do pensamento e da dicção que pudeste vencer os efeitos da gripe mais rapidamente do que é costume. Parabéns por tudo — pelo discurso e pelo completo restabelecimento. A sessão teve o contra de ser demorada demais e o Albino escusava de levar tanto tempo a fechar a porta. Um abraço do Ol. Salazar». É em termos semelhantes a carta a João do Amaral, de que destaco este passo: «*A noite estava calma, o aparelho funcionava lindamente e eu não perdi uma palavra. Permite que o cumprimente pela elevação e beleza do discurso?*».

Falam de flores, dos jardins de Lisboa, do papel das mulheres na sociedade. Depois, Christine manifesta o desejo de visitar o parque da residência de S. Bento, Salazar responde que irá a Lisboa para a receber. Afinal, dura mais de uma hora a entrevista, e outra fica aprazada. Salazar remergulha nas realidades imediatas.

Em 21 de Julho tudo está calmo pelo país (1); e no dia seguinte, como marcado, o sufrágio realiza-se, e tudo se processa correctamente. «*Foi grande pena*», diz Salazar a Marcello Caetano, «*que o candidato da oposição não fosse até às urnas: o confronto das votações teria a maior utilidade. Mas penso que do outro lado nunca tiveram intenção de defrontar o eleitorado*». E a 23, já de posse dos primeiros resultados eleitorais, Salazar felicita Craveiro Lopes: «*Suponho estarem todos de parabéns e muito especialmente V.ª Exia., a quem a Nação acaba de eleger por forma tão expressiva seu Chefe de Estado*» (2). E no

---

(1) Nesse dia, Salazar escreve a Craveiro Lopes: «*Exmo. Senhor General Craveiro Lopes* — *Esta última semana de campanha eleitoral foi tão absorvente que não me deixou tempo para agradecer a V. Exia. as referências que teve a gentileza de fazer à minha pessoa na conferência de sábado passado com a imprensa estrangeira. A amabilidade de V. Exia. confundiu-me e pelas suas bondosas palavras lhe apresento os meus rendidos agradecimentos. Chegou a campanha eleitoral ao fim, não com a elevação que desejava que tivesse. Mas alguma responsabilidade teve sob este aspecto o candidato da oposição, pelo ataque de descrédito, ora indiscriminado ora puramente pessoal em que se lançou e muito irritou a gente do nosso lado. Infelizmente não se conseguiu que a candidatura fosse até ao fim, o que seria de grande utilidade para todos. Suponho porém que nunca houve intenção de chegar até ao voto. Em tais condições é mais difícil despertar e movimentar o eleitorado. Esperemos no entanto que a votação de amanhã seja pelo menos honrosa. Com respeitosos cumprimentos, Of. Salazar*».

(2) Tem interesse documental esta carta. Na íntegra: *Exmo. Senhor General Craveiro Lopes* — *Em face das informações que o governo já tem, vê-se que o acto eleitoral revestiu o carácter duma consagração do regime e do Candidato, ao mesmo tempo que pode considerar-se como expressão sadia de consciência cívica. Suponho estarem todos de parabéns e muito especialmente V. Exia., a quem a Nação acaba de eleger por forma tão expressiva seu Chefe de Estado. Permita-me V. Exia. que o cumprimente por esta primeira manifestação da vontade do País que claramente quis secundar o nosso desejo de que o Presidente entrasse com o maior prestígio no*

dia seguinte, em Conselho de Ministros, Salazar aprecia o acto eleitoral. Verificou-se uma sensível melhoria, acentua o chefe do governo, na consciência cívica do eleitorado: este acorrera em massa às urnas, em percentagem mais elevada do que em vezes anteriores, e tudo se desenrolara na melhor ordem. Haviam levantado dificuldades os monárquicos; e fora lamentável a declaração do Lugar-Tenente, Fezas Vital. E fora também deplorável a campanha do *Diário da Manhã*: «*incorrecta, grosseira, mal orientada*». Desde o início, sabia-se que Meireles se propunha desistir: a oposição não queria ir às urnas mas suscitar desconfiança e provocar um pronunciamento militar que liquidasse o regime. E agora torna-se indispensável prever e preparar o futuro. Podem encarar-se três soluções para o país: um sistema de partido único, que se transformaria em totalitário; um sistema de muitos partidos, que enfraqueceria a nação; e um sistema de corporativismo institucionalizado. São de rejeitar os dois primeiros: apenas o último serve um país como Portugal. Mas para isso, conclui Salazar, há que trabalhar intensamente e interessar a nova geração.

---

exercício das suas funções. A exigência dos números representativos do Ultramar que, mesmo telegraficamente, parece não poderem chegar ao Supremo Tribunal em menos de quinze dias, faz com que não se possa esperar a proclamação para antes do dia 5 de Agosto, pouco mais ou menos. Só depois disso se poderá realizar a cerimónia da posse. E o governo tem interesse em a abreviar, se não houver objecção da parte de V. Exia. O Conselho de Ministros dar-me-á amanhã indicações com as quais poderei ocupar-me depois com V. Exia. do assunto. Seria porém bom que a cerimónia pudesse realizar-se entre 5 e 10 ou entre 5 e 12 de Agosto. Além do interesse politico em normalizar a chefatura do Estado, há que ponderar o incómodo dos juízes do Supremo, deputados, procuradores à Câmara Corporativa, etc., que têm de adiar ou interromper as férias por ser necessária a sua presença. Acabo de receber a carta de V. Exia. A partir de 4.ª feira estou ao dispor de V. Exia.: digo a partir de 4.ª feira porque desejava estar já habilitado com indicações do Conselho de Ministros sobre outros pontos que tratarei com V. Exia., além dos da chefia da Casa Militar. Eu posso procurar V. Exia. onde deseje e também me seria muito agradável receber V. Exia. no Forte, onde estou actualmente. Far-se-á como for mais cómodo a V. Exia. E se V. Exia. não se importa poderia combinar-se pelo telefone o dia e a hora do encontro. Com a mais subida consideração de V. Exia. mtto. att. e grato. Ol. Salazar».

Entretanto, ficam apurados os números totais do sufrágio. E em 4 de Agosto, Salazar de novo se dirige a Craveiro Lopes. «*Senhor Presidente*», escreve o chefe do governo, «*renovo os meus cumprimentos a Vossa Excelência* (1) *pelos resultados do acto eleitoral, agora finalmente verificados, como de lei, pelo Supremo Tribunal de Justiça; e faço os melhores votos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e por que na suprema magistratura do País possa realizar, como decerto ambiciona, uma obra proveitosa e fecunda em benefício deste bom povo. Envio junto as insígnias da Banda das Três Ordens, que a Vossa Excelência pertence e deveria usar no acto solene da posse. Espero que não haja objecção a que esta se efectue no dia 9, próxima quinta-feira, como estava previsto. Vossa Excelência fará o favor de dar as suas ordens no sentido que entender. Com a mais subida consideração e respeito, de Vossa Excelência mto. att. e grato, Ol. Salazar*». E a 9 de Agosto de 1951, com efeito, entre filas de militares das três armas, Craveiro Lopes segue pela manhã de Belém para a Assembleia Nacional: recebem-no o governo, o Cardeal Cerejeira, os altos dignatários: está o corpo diplomático: e são os grandes uniformes, as casacas, as condecorações que enchem os corredores e as salas do Palácio. Salazar reparou que a escolta motorizada, «*aliás sempre preferível à escolta a cavalo, não fora bem*»; e notou «*pouco público e pouco entusiasmo*». E o chefe do governo agradece a Augusto de Castro o apoio que este, através do *Diário de Notícias*, dera à eleição de Craveiro Lopes (2). Inaugura-se um novo ciclo na vida do regime e na vida política do chefe do governo.

---

(1) Repare-se num pormenor pitoresco mas ilucidativo. Durante a campanha eleitoral, e enquanto Craveiro Lopes era *candidato*, e já depois do acto eleitoral, Salazar tratava-o por *Senhor General* e *V. Exia.* Após a proclamação pelo Supremo Tribunal de Justiça, mas só após esta, Salazar trata-o por *Senhor Presidente* e *Vossa Excelência* (por extenso). É pitoresco pelo formalismo; mas é ilucidativo da consciência e do respeito de Salazar pela *hierarquia* e *dignidade da função*, e obediência cega à lei.

(2) Tem interesse documental a carta escrita a Augusto de Castro: «*Como não pude fazer seguir no próprio sábado os meus agradecimentos pelo artigo de V. Exia., apresento-lhos muito reconhecido. Aparte as referências pessoais que por excessivamente elogiosas me confundiram, vi desde*

19

Na tarde de 9 de Agosto, convoca Salazar o Conselho de Ministros. Comunica que vai apresentar ao Presidente Craveiro Lopes a demissão colectiva do governo. Desconhece as intenções do Chefe do Estado. Não haviam trocado até agora uma palavra sobre o assunto. Se for aceite a demissão, será natural que dentro de dias o Presidente designe uma nova personalidade para constituir gabinete. Se for reiterada a confiança, não tenciona Salazar abrir uma crise. Não ignora que alguns ministros desejam abandonar os seus cargos. Mas pede a todos, desde já, que se conservem em funções: oportunamente fará a remodelação ministerial que se afigurar mais conveniente. Craveiro Lopes recebe Salazar: e afirma-lhe toda a sua confiança. Fatigado pelo interregno presidencial, e exausto pela actividade desenvolvida durante a campanha, o chefe do governo toma na segunda quinzena de Agosto as suas férias, que tenciona passar no Forte de Santo António e, em Setembro, na sua aldeia do Vimieiro.

Se há um afrouxamento da actividade governativa naquele verão de 1951, nem por isso se mantém inactiva a política externa. Paulo Cunha está embrenhado em negociações com os Estados Unidos sobre a base dos Açores. Washington considera fundamental para a defesa do Ocidente dispor de facilidades no arquipélago, e Salazar, no clima de guerra fria que paira sobre o mundo, entende que a Portugal não é lícito negá-las. E em 7 de Setembro de 1951, Paulo Cunha e o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln MacVeagh, assinam um novo acordo: as facilidades de que o governo norte-americano continua a disfrutar

---

logo no artigo que ele seria o maior eleiçoeiro desta campanha. As notas que frisou foram as justas e o artigo deve ter traduzido um estado muito geral da consciência pública, ao mesmo tempo que a esclareceu sobre as posições principais. De várias partes me informaram que as pessoas que localmente defenderam a candidatura Quintão Meireles se apresentaram a votar no general Craveiro Lopes. O que se terá dado? Um esclarecimento que o Diário de Notícias terá levado através do artigo de V. Exia., a muitas inteligências? Se o artigo não fosse tão forte e muito laudatório, cumprimentava-o por ele. Assim, limitar-me-ei a agradecer o óptimo serviço prestado».

enquadram-se no espírito do *Pacto do Atlântico* e podem eventualmente ser extensivas aos outros membros deste. Na sequência do acordo, vem a Portugal uma missão militar americana; e, nos termos da assistência mútua prevista entre os dois países, o departamento da Defesa Nacional anuncia a vinda de material de guerra moderno fornecido pelos Estados Unidos. Por outro lado, está amortecida a campanha pela anexação de Goa, que Nehru mantém em surdina; mas as autoridades indianas estão assediando os territórios portugueses de embaraços ao comércio, ao tráfego e ao movimento de pessoas através das fronteiras. E agora o governo de Nova Delhi insiste num problema pendente: a redelimitação da Arquidiocese de Goa. Está o governo português disposto a satisfazer os desejos da União; mas continua a não querer tomar uma iniciativa sem que a Santa Sé proporcione a D. José da Costa Nunes uma «*satisfação moral que ressalve no Extremo Oriente o seu prestígio pessoal e o prestígio da Nação Portuguesa*». Sobre o assunto, José Nosolini, que se mantém no Vaticano, avista-se com Monsenhor Tardini; e este limita-se a dizer que a Santa Sé, por sua parte, esperará «*novos dados*» da Índia que justifiquem o seu pedido. Lisboa responde a Delhi invocando a posição da Santa Sé. Mas Nosolini tem também conversas com Monsenhor Montini (1): conseguira tornar-se íntimo deste, falam com grande franqueza apesar de Montini ser «*prudente e cauteloso, afável mas distante*». Montini confirma a atitude expressa por Tardini; e há dias, após um jantar na Embaixada de Cuba, Montini fala de outros assuntos. Interessa-se pelo governo português, em particular pela figura de Salazar. Pergunta a Nosolini: «*O Presidente do Conselho nunca sai de Portugal?*» Sim, fizera várias viagens antes de entrar para o governo; depois, apenas a Espanha. Replica Montini: «*Senhor Embaixador, temos de trazer aqui o Presidente do Conselho*». É um convite, na subtileza da Santa Sé. Nosolini informa Salazar; mas este não encara uma viagem a Roma. Não são estas, contudo, as questões mais prementes. Com dinamismo,

(1) Futuro Papa Paulo VI.

Paulo Cunha cuida da participação activa de Portugal no Pacto do Atlântico; e prepara-se para conseguir que se realize em Lisboa a próxima reunião de inverno. Por outro lado, crescem as preocupações com a vaga de anti-colonialismo que vai alastrando. Congregam-se alguns países para organizar uma colaboração em África; fora criada a *Comissão de Cooperação Técnica em África ao Sul do Saará*, que engloba a Inglaterra, a França, a Bélgica, a África do Sul e Portugal, e o governo de Lisboa resolve assumir papel cada vez mais destacado na organização; e agora os mesmos países, preocupados por questões de segurança, lançam a *Conferência de Defesa de África* que, em sucessivas reuniões, estuda providências militares e logísticas para defesa daquele continente. Através de tudo, porém, o anti-colonialismo encontra a sua expressão nas Nações Unidas, e tornam-se agudos os ataques às potências com responsabilidades em África. Não sendo membro da ONU, Portugal não é directamente visado; mas o clima que aquela suscita ameaça por igual o ultramar português.

Antes de seguir para a Beira, Salazar vem a Lisboa para receber Christine Garnier e mostrar-lhe a residência oficial de S. Bento, os jardins, o parque. Confessa então a jornalista francesa que é sua intenção escrever um livro sobre o chefe do governo, para o editor Grasset. Salazar encoraja o propósito, prontifica-se a ajudá-la; sugere que desejará certamente investigar o seu passado, ou observar os locais onde viveu a sua infância, a sua adolescência, e se formou; e convida-a a visitar o Vimieiro e Santa Comba. Christine aceita, e parte de automóvel, acompanhada por um funcionário do Secretariado da Informação. Salazar recomenda a jornalista às irmãs, e estas, em particular a Marta, acolhem-na de bom grado. Christine está deslumbrada perante o pequeno mundo íntimo de Salazar, embevecida com aquele chefe político que a rodeia de cuidados, de afabilidades, de minúcias. Percorre as cercanias de Santa Comba, vai ao Buçaco, à Urgeiriça. Salazar, em Lisboa, prepara algumas notas para o volume; e entrado Setembro, depois de presidir em 4 a um Conselho que se ocupa de promoções militares, segue também para o Vimieiro. Christine está na Urgeiriça; mas dispende os dias no Vimieiro, almoça e janta com Salazar; sentados

nas escadas de pedra à beira do tanque examinam textos em comum; e dão longos passeios entre flores, latadas, arvoredos. De permeio, Salazar recebe Café Filho, Vice-Presidente do Brasil, que acompanhado do embaixador tem a «*amabilidade*» de ir expressamente a Santa Comba para o visitar. Depois ,já em fins de Setembro, a romancista torna a Lisboa. Procura entrevistar os que julga poderem informá-la sobre o chefe do governo: Mário de Figueiredo, Gonçalves Cerejeira, Ricardo Espírito Santo, José Palha, Augusto de Castro, os Lacerdas. Figueiredo dá-lhe uma síntese: «*Nunca pronuncia as palavras que se esperam; nunca se deixa arrastar pelo impulso esboçado*». Cerejeira traça um breve perfil: «*Hoje, como antigamente, o seu primeiro gesto é de tímido. Hesita antes de se lançar na acção. Necessita de ser apoiado, e depois lança-se. Nunca vi tantos contrastes na mesma pessoa*». E é com Cerejeira a conversa mais longa, entrecortada de episódios antigos, de recordações de Coimbra e dos *Grilos*. Depois, o Patriarca de Lisboa dá conta da conversa, e traça o próprio retrato de Salazar. Escreve a este: «*Não te dei notícias da visita da senhora francesa. Está conquistada por ti, me parece, ao amor de Portugal. Na nossa conversa, que foi longa, interessava-lhe o teu aspecto humano. Falámos da riqueza de dons com que Deus te dotou — a maior riqueza de dons, os mais variados e às vezes aparentemente contraditórios, que foi dada a qualquer da nossa geração — dons de inteligência poderosa, profunda, ao mesmo tempo teórica e prática, dominada pelo bom senso; dons de vontade forte, serena, metódica, tenaz; dons de coração, sensibilidade quase feminina, dedicação escondida, fino gosto. E tudo isto esmaltado, na conversa ondeante, de casos que vinham à recordação. De ordem geral, só me disse, ao despedir-se, que não tinha dificuldade nenhuma para o livro, se não quanto ao último capítulo. Preocupava-a a conclusão. Subjugada e encantada pela tua personalidade, rendida diante da obra realizada, pareceu-me ver-lhe uma dúvida sobre o futuro, a continuidade quando tu desapareceres. Teu, Manuel*». Depois, já com o plano do volume e um primeiro rascunho de alguns capítulos, Christine regressa a França. Salazar telefona-lhe para Paris, e a romancista, emocionada e toda alterada, numa confusão de sentimentos,

escreve uma carta reconhecida. E já falou com Grasset, e Grasset está entusiasmado.

Nos inícios de Outubro Salazar está em Lisboa (1).

20

De Versalhes, do Castelo de Bellevue, chega a notícia de que está na agonia Dona Amélia de Orleans e Bragança. Salazar sente-se atristado. Desde já, e segundo os desejos expressos da antiga Rainha, há que preparar S. Vicente para receber os seus restos mortais. Por troca de correspondência com o Conde de Paris, está combinado que a transladação será feita um mês após o passamento. Salazar trata com José Frederico Ulrich da construção de um mausoleu apropriado em S. Vicente. Entretanto, chega a seu termo o Ano Santo. No Pavilhão dos Desportos decorre o Congresso Internacional sobre a Mensagem de Fátima e a Paz: e ao Santuário de Fátima aflui um milhão de peregrinos. Como seu legado pontifício, e para presidir às cerimónias de encerramento do Ano Santo, o Papa envia a Portugal o Cardeal Tedeschini. Craveiro Lopes recebe-o na Ajuda, em banquete solene; e Salazar fala longamente com o Prelado. Nota-se que é também muito demorada a conversa do chefe do governo com o embaixador brasileiro. Este acentua o prazer que o governo do Rio teria numa visita de Salazar ao Brasil, por si ou acom-

---

(1) Nesta altura, Salazar escreve nova carta a uma outra criança austríaca que partira de Portugal. Por julgar expressivos, transcrevo alguns trechos: «*Minha querida amiguinha*» — «*Quando partiste, eu estava fora de Lisboa, num pequeno forte, à beira-mar*»; «*seria muito fácil mandar um carro buscar-te ao hotel, se tenho recebido a tempo a tua cartinha e tenho sabido a data da partida*»; «*mando por este mesmo correio um pequeno diccionário que pode ajudar-te a encontrar uma ou outra palavra que te esqueça por falta de prática. Tirei da tua carta uma nota das palavras que escreveste mal e mando-as como se escrevem correctamente, para te ires aperfeiçoando. Vê se não esqueces o português. Quem sabe se um dia te pode ser útil e servir para alguma coisa. Estive para mandar dactilografar esta carta com receio de não compreenderes bem a minha letra. Mas esforcei-me por fazer boa letra, embora não tão bonita como a tua*».

panhando o novo Presidente português. No que lhe respeita, Salazar «*comenta a hipótese a rir*»; mas «*fui em todo o caso dizendo que não se pode encarar nenhuma visita desse tipo ao Brasil sem que a visita oficial, feita há dezenas de anos pelo Presidente António José de Almeida, fosse retribuída, como devia ser*». E o embaixador, «*diplomaticamente, já se sabe*», deu a entender que se ocuparia do assunto no Rio, durante as suas férias; mas «*não liguei importância ao caso nem nele falei ao Ministro ou ao Chefe do Estado*». Dias depois, a 25 de Outubro de 1951, vem a notícia esperada: D. Amélia morrera em França. Nos últimos momentos, e como derradeiras palavras perceptíveis, a Rainha recomenda que seja dito a Salazar que rezava sempre por sua intenção. E são conhecidas então as suas últimas disposições. Por codicilo de 18 de Julho de 1949, a ex-soberana deixa a totalidade dos seus bens e direitos reais em Portugal ao herdeiro do Duque de Bragança. Deste modo, fica assegurada base económica suficiente aos únicos representantes do ramo português da Família de Bragança. Com a missão de Nosolini a Versalhes, Salazar preservara para eventuais efeitos futuros um património político que era pertença da nação. E no Conselho de Ministros de 6 de Novembro (1) são decretados funerais nacionais.

De súbito, produz-se nos meios políticos uma agitação febril. Aproxima-se o III Congresso da *União Nacional*, que fora adiado pela morte de Carmona, e cuja reunião está marcada para fins de Novembro, em Coimbra. Preparam-se teses, fazem-se combinações sobre a estratégia a adoptar, traçam-se rumos a seguir. E nas tertúlias, nos gabinetes ministeriais, nos grupos que se entretem a imaginar alta política, erra uma informação: o Congresso vai defender e recomendar a restauração da monarquia. É difuso o rumor: não se conhecem exactamente os seus autores. Terá sido lançado por Fezas Vital, para avaliar reacções? Partirá de situacionistas que são monárquicos impenitentes, como João do Amaral, Mário de Figueiredo, ou Costa Leite? Não é verdade

(1) Neste Conselho de Ministros é promovido a Contra-Almirante o ministro da Marinha, Américo Rodrigues Thomaz.

que é monárquico o próprio presidente da Comissão Executiva, Cancela de Abreu? Em qualquer caso, ficam alarmados os republicanos e quantos julgam inoportuna a questão das instituições. Serão os próximos funerais nacionais de D. Amélia uma preparação psicológica? Correm os dias, aproxima-se a data de abertura do Congresso; e há membros da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa que se sentem preocupados. Naquela primeira quinzena de Novembro, Salazar está com forte gripe, resguarda-se; vai revendo a edição, prestes a sair, do quarto volume dos seus *Discursos e Notas Políticas*, que resolve dedicar à memória do Marechal Carmona; e do mesmo passo prepara o discurso que há-de pronunciar em Coimbra, no Congresso. Já refeito, é visitado por Albino dos Reis e Marcello Caetano: estes transmitem-lhe as notícias, acentuam o melindre da situação que se criaria ao Presidente da República, recentemente eleito, se o Congresso da *União Nacional*, que o apresentara como candidato, emitisse agora o voto de que deveria ser restaurada a monarquia. Salazar vê os perigos, e a incongruência da manobra, e promete intervir para a sustar.

Em 22 de Novembro de 1951, nos novos edifícios que ampliam a velha Universidade, começa em Coimbra o III Congresso. Salazar comparece, e é seu o discurso inaugural. Logo recorda que cumpriu vinte e cinco anos o regime, e que em grandes realizações estão também embrechados erros, desvios, atrasos. Há que fazer um exame crítico da administração e dos princípios; mas tem de ser feito à luz de realidades e contingências. E o certo é que em poucos anos se sucederam factos que normalmente demandariam séculos. Em verdade, nos últimos vinte e cinco anos, toda a estrutura do mundo foi revolvida: duas guerras; a Europa dividida e diminuída; as Américas fortalecidas; a Ásia sublevada, e ainda em busca de rumo; a África agitada; impérios em escombros, tronos subvertidos; países desapareceram, outros se formaram; e há a procura de um novo equilíbrio de forças mediante novos arranjos. Por outro lado, ruiram sistemas económicos e políticos, massacraram-se populações, fizeram-se nacionalizações que estrangularam economias; um suspeito humanitarismo clama contra a posse de territórios coloniais enquanto são colonizadas nações independentes e civi-

lizadas; criminosos arvoraram-se em juízes e condenaram as pessoas de bem; e nos espíritos criou-se em estado de insatisfação, de angústia, de ansiedade. Ora bem: durante aquelas décadas, «*neste canto da Península, no largo Atlântico e nos três continentes por onde se estende, Portugal, sem deixar de sentir a ressaca dos temporais, pôde em paz reparar estragos, vencer atrasos, consolidar posições, estreitar a solidariedade colectiva, progredir materialmente sem alterar, antes vincando ainda, a sua facies moral. Porquê?*» Por não estar nas fronteiras dos grandes choques ideológicos; e por ter actuado em harmonia «*com grandes certezas*». É por si evidente a primeira razão; e a segunda? Pois essas grandes certezas são as proclamadas em Braga em 1936: Deus e a virtude; a Pátria e a sua História; a Autoridade e o seu prestígio; a Família e a sua moral; o Trabalho e o seu dever. Na adopção destes valores, como encontrar o equilíbrio? Entre Na adopção destes valores, como encontrar o equilíbrio? Entre os nacionalismos que despertam e a demissão das nações europeias; entre a degradação do poder e a tirania comunista anti-humana; entre a colectivização que é factor de empobrecimento, e a propriedade privada, que pode converter-se em factor de exploração económica; entre a estagnação da sociedade e as quimeras dos ideólogos — «*onde encontrar o meio termo e, na ordem dos factos, a realização possível?*» Para Portugal, foi preciso descobrir e rasgar um caminho próprio, firmado em elementos da tradição nacional; e sobre isso assentam a calma e o relativo desafogo da nação. Em termos práticos, tudo se resume nisto: um Estado que seja capaz de definir e prosseguir uma política, uma Nação que a inspire ou compreenda e apoie. Uma coisa e outra dependem da orgânica do Estado e do condicionalismo interno e externo. Mutações de regime, de pessoal político ou de orientação podem ser necessários ou úteis: erro existe quando uma crise é havida por expressão de vida política e da sua normalidade: e a maior virtude do regime português é a de ter dotado o país de governação estável pela força dos seus princípios e equilibrio das instituições. No plano externo, e porque a política de uma nação não pode ser conduzida em espaço livre, um país deve libertar-se, ainda que onerosamente, de dependências exteriores, sem prejuízo de uma colaboração em domínios

essenciais. Esta deve basear-se, contudo, na nação como unidade integradora dos seus próprios interesses, ou partir destes directamente para a organização internacional. Sem dúvida: a intensificação das relações entre Estados condiciona a política destes, quer fazendo actuar as soberanias nacionais, quer impondo-se-lhe; mas, neste último caso, com prejuízo geral; e, de qualquer modo, a política externa é uma resultante de todas as outras políticas — a financeira, a económica, a ultramarina — e aparece como o seu somatório, a sua cúpula. A esta luz, a política externa portuguesa, sem prejuízo das suas mais antigas alianças e amizades, foi mudada na Península, na África, no Atlântico, na própria Roma pontifícia. Tudo isto resulta de princípios e instituições; e a distinção entre aqueles e estas deve fazer-se também entre instituições e regimes. Neste particular, convém fazer referência a algumas teses apresentadas ao Congresso, e que concluem pela monarquia. Mas esta não é um regime: é apenas uma instituição. E hoje as consciências andam absorvidas por problemas muito diferentes: a paz, as questões económicas e sociais. Sendo assim, a monarquia não é só por si a garantia da estabilidade de um regime; não importa senão quando coroamento lógico de instituições; e desta maneira convém que «*estudemos tudo mas não nos dividamos em nada*». Na consciência colectiva está a melhor garantia da estabilidade de um regime. E o actual dirige-se aos homens de boa-vontade: «*a ninguém pede que adira; a todos pede que sirvam*». E Salazar conclui por invocar a «*sombra da velha Universidade de Coimbra*», e das escolas, para que continuem a iluminar o país com a sua sabedoria.

Prossegue o Congresso, e não obstante o discurso de Salazar, afastando claramente a restauração monárquica no momento, mantém-se as manobras e tentativas dos monárquicos, largamente representados na reunião. Marcello Caetano participa, e dispõe-se a intervir no sentido da sua conversa anterior com Salazar. Soares da Fonseca está activo nos bastidores, e tenta dissuadir Caetano, e entre os dois homens há atrito sério. De visita ao Porto, entretanto, Craveiro Lopes, ao entregar a espada que à cidade legara seu pai, afirma publicamente que nada o demoveria de cumprir a constituição republicana a que jurara fidelidade. E Marcello Caetano, em Coimbra, intervém com um discurso em

que advoga a manutenção do Estado Novo, que deverá prosseguir, quando Salazar desaparecer, os princípios e a lição deixados por este. Provoca celeuma o discurso, e ataques a Caetano, e nestes salienta-se *O Debate*, órgão monárquico. Haviam sido inutilizadas, no entanto, as manobras dos monárquicos, tanto mais que Caetano afirmava a aprovação de Salazar ao seu discurso. E este, com efeito, felicita Marcello Caetano pela sua intervenção de Coimbra, atribui os ataques a um «*sector mais extremista*», e em Lisboa escreve-lhe: «*Enfim, não se pode neste mundo de Cristo agradar a toda a gente*».

Em Paris, Christine Garnier trabalha intensamente no seu volume, desenvolvendo os seus apontamentos de Lisboa e notas elaboradas por Salazar. Grasset está eufórico: telefona duas, três vezes por dia a saber do progresso. E Christine é solicitada por revistas e jornais: *Nouvelles Littéraires, Daily Mirror, Post, Hommes et Mondes, História, Images du Monde:* todos pretendem artigos, crónicas sobre Salazar. Mas Grasset opõe-se, não deseja que o livro seja diminuído por revelações antecipadas. E Christine é procurada por homens eminentes, para a ouvir acerca do chefe do governo português: é o Núncio Roncalli (1), com quem trava uma longa conversa; é Robert Schumann, o antigo Presidente do Conselho francês; é o Arquiduque Otão, herdeiro dos Habsburgos; e Edgar Faure, figura de relevo na política francesa, convida-a para almoçar. Toda devotada à sua obra, Christine vive agora no deslumbramento e na saudade da sua estada em Lisboa e das suas recordações de Salazar. De súbito, vê-se aterrada com a importância da tarefa que empreendeu. De permeio com a renda de capítulos que vai tecendo, na sua residência da Rua de Verneuil, escreve longamente a Salazar. Pede que este lhe telefone, com frequência e a horas combinadas, muitas vezes pela meia-noite: sente-se reanimada com os telefonemas: a voz de Salazar ajuda-a a recriar o *clima*, o ambiente para o livro. Em algumas noites, todavia, a voz de Salazar chega-lhe fria e distante: perturba-se-lhe o coração. Depois, vem à superfície o seu espírito maternal, preocupa-se da sua saúde;

(1) Futuro Papa João XXIII.

e está intranquila quando o sabe em público. Esteve tentada a vir a Coimbra, a assistir anónima ao Congresso da *União Nacional;* mas dominou-se; e considera que foi notável o discurso de Salazar. Sente-se ela feliz a escrever o livro? Não sabe, não tem a certeza, talvez esteja. Está ansiosa por acabar; a seguir, escreverá um romance. Para isso, irá para a solidão do Saharâ, no oásis de El Bolea, entre areia, e do fundo do deserto virá depois a Santa Comba para passear com Salazar entre vinhedos e sombras de árvores. E quando quer Salazar que ela volte? E se não for ao Saharâ? Decerto, o Saharâ não é o fim do mundo; mas pode ir para os Alpes, a Borgonha. Sim, Salazar tem um dom raro e subtil de magoar, de causar dor; mas promete ser boa, amável. E quer ir para um hotel pequeno, bem tranquilo; só deseja vê-lo, mesmo pouco; e isso é a única coisa importante. Sente amizade intensa; mas é preciso acabar com os entusiasmos súbitos, e depois as reservas mudas, e as dúvidas, naturais entre seres sensíveis. Ah! e as fotografias que Salazar lhe enviou? Admiráveis; e enterneceu-a o seu cuidado em protegê-las por folhas do bloco branco que tão bem conhece. Enfim, está decidido: tornará a Lisboa nos primeiros dias de Janeiro.

21

Chega a seu termo o ano de 1951: fora um ano político agitado, difícil. Em fim de Novembro, a Lisboa popular emociona-se. Trazido de Brest a bordo do *Bartolomeu Dias,* desembarca no Terreiro do Paço o féretro de Dona Amélia e, entre larga multidão, é conduzido para S. Vicente. E Salazar continua preocupado com a situação internacional. No Conselho de Ministros de 8 de Dezembro, expõe os seus cuidados; e Paulo Cunha relata os últimos desenvolvimentos do *Pacto do Atlântico,* e anuncia a intenção dos membros deste de se reunirem em Lisboa, nos inícios de 1952. Neste ponto, Salazar está sobretudo atento às implicações financeiras, para Portugal, do esforço de defesa colectivo do Ocidente. Impõe-se cooperar, sem dúvida, tanto mais que está em causa a civilização ocidental; mas tem

limites a capacidade económica portuguesa; a ajuda a fornecer não pode excedê-los, nem depender de auxílio externo, que poderia comprometer a independência nacional; e chega por isso à conclusão de que, acima de tudo, importa continuar a desenvolver a economia, como meio de colaborar com os demais sem sacrificar o nível de vida dos portugueses. Em meados de Dezembro, o ministério das Obras Públicas dá por pronta a ponte sobre o Tejo, em Vila Franca, e José Frederico Ulrich pretende que Salazar presida à inauguração. É resolvido atribuir o nome de *Marechal Carmona* ao novo melhoramento. E a 21 daquele mês o chefe do governo desloca-se a Vila Franca e, por entre o entusiasmo local e o folclore das lezírias, é aberta ao tráfego uma ponte que fora sonho de muitas décadas. Salazar discursa com boa disposição. Presta homenagem a Carmona. E depois pede desculpa de, em Maio de 1948, haver assumido o compromisso de comparecer na inauguração: como cidadão livre de um país livre poderia sempre fazê-lo: mas como chefe do governo? Não era razoável considerar-se seguro do cargo: a isso se opunham exigências éticas da própria constitucionalidade do regime. Em qualquer caso, ali se encontra. E a inauguração da ponte representa uma realização concreta: ou melhor, «*um pensamento, uma vontade, um Estado, digamos a palavra, uma política*».

Do Brasil, no entanto, chegam notícias que agastam Salazar. Tem estado muito activo António de Faria, e para além dos seus relatórios para as Necessidades mantém Salazar a par do que directamente possa interessar ao chefe do governo. Este segue com atenção a política interna brasileira, as dificuldades de Getúlio Vargas, as crises nos meios militares; e também os problemas pendentes entre os dois países, desde a *Convenção Ortográfica* e as negociações comerciais até à projectada *Convenção de Amizade e Consulta*. No plano pessoal, todavia, um facto magoa Oliveira Salazar. Tomás Ribeiro Colaço acaba de publicar uma entrevista que Dona Amélia lhe teria concedido antes de morrer; e à antiga soberana atribui atitudes, pensamentos ou opiniões menos agradáveis para o chefe do governo. Este espera que Augusto de Castro escreva sobre Dona Amélia, no *Diário de Notícias*, e reponha a verdade; mas Castro está no Brasil, para

uma conferência no Gabinete Português de Leitura. Salazar desabafa então com António de Faria. Ao contrário do que afirma aquele «*vesgo intelectual*», é «*suficientemente conhecida de toda a gente a simpatia, a amizade, a ternura com que a Rainha me tratava*». E quando esta veio pela última vez a Portugal? «*Nunca se pensou em instalar a Rainha num palácio*»; e «*tão pouco é verdade que pagasse a conta do hotel*» porque «*todas as despesas foram integralmente satisfeitas pelo governo*». Decerto: «*a Senhora Dona Amélia, como Rainha que era, me deu e à Misericórdia de Lisboa (além de muitas outras esmolas) importâncias suficientes para cobrirem muitas vezes a conta do hotel; mas não a pagou nem se ofereceu para pagá-la*». E saberá o jornalista, por exemplo, «*que as últimas palavras perceptíveis que a Rainha pronunciou foram para recomendar me dissessem que rezava sempre por mim?*» De modo que a entrevista é toda «*falsa, mas inconferível, visto que o jornalista se reservou para falar depois da morte da Rainha*». Mas Augusto de Castro, após o seu regresso, publica efectivamente um artigo esclarecedor, e que no Brasil é transcrito pela *Voz de Portugal* e pelo *Jornal do Comércio*.

E chega a noite de fim do ano. Christine Garnier celebra-a alegremente com amigos em jantar no Plaisir de France. Mas regressa a sua casa antes da meia-noite. E de Lisboa telefona Salazar os seus bons votos: a voz do chefe do governo abriu para Christine o novo ano. E esta diz-lhe que esqueceu totalmente o livro, e despede-se: até ao dia nove de Janeiro.

22

Está finalmente publicado o IV volume dos *Discursos e Notas Políticas* de Salazar. Este oferece o exemplar n.º 1 à viúva do Marechal Carmona. E em 8 de Janeiro de 1952 escreve ao Presidente Craveiro Lopes a explicar que, por aquele motivo, lhe envia o exemplar n.º 2. Tudo parece tranquilo na superfície; mas não está. Por Lisboa correm boatos, fala-se de crise. E com efeito, no Conselho de Ministros do mesmo dia 8, Trigo de Negreiros comunica que a polícia acaba de surpreender uma

conspiração. Estavam combinados alguns oficiais, de mistura com um pequeno grupo de civis; a polícia conseguira apreender vasta documentação e desmantelar a rede já estruturada; e foram feitas algumas prisões. Que propósitos tinham os conspiradores? Derrubar as instituições, decerto; mas para tanto não teriam força; e por isso talvez os objectivos fossem apenas os de desprestigiar o governo e abalar o regime. Sabendo-se já que se efectuaria em Lisboa uma próxima reunião dos países do *Pacto do Atlântico*, pretender-se-ia mostrar que Portugal era frágil aliado. Em pouco, porém, cessam os rumores. E em 9 de Janeiro encontra-se Salazar de novo com Christine Garnier.

Christine traz consigo o manuscrito, já avançado. Entre Lisboa e Santa Comba, na maior intimidade, o texto é visto e revisto. Vai álgido o tempo, e invernoso, mas apesar disso são longos os passeios nos arredores da aldeia, ou pelos córregos da Urgeiriça e do Buçaco. Christine está em puro enlevo, e Salazar possuído por sentimento que há muito não conhecia. Quando Christine regressa a Paris, nos fins de Janeiro, é diferente e mais total a afeição entre ambos. Mas então sucede um desastre: na estação de Paris desaparece a mala em que Christine guarda o manuscrito. É o desespero. Telefona imediatamente a Salazar, e este vai procurar ajudá-la a reconstituir o texto (1). Dias depois,

---

(1) Como Augusto de Castro houvesse fornecido o original de um estudo seu, para ser traduzido em francês, Salazar logo escreve ao jornalista uma carta que tem interesse documental. Diz: «*Exmo. Senhor Dr. Augusto de Castro — Mme. Garnier que seguiu no sud de sexta-feira para Paris, telefonou-me hoje a dar notícias da sua viagem e entre elas esta muito aborrecida: desapareceu-lhe na estação de Paris a mala em que levava o original do trabalho que preparámos e que tinha corrigido em Lisboa. Entre os papéis ia uma tradução francesa que eu tinha mandado fazer aqui do estudo que V. Exia. teve a amabilidade de emprestar-lhe para a elaboração de um dos capítulos relativo à política externa. Não fiquei com qualquer cópia do original de V. Exia., que aliás não estava autorizado a tirar, nem da tradução francesa, que mandei preparar para exclusivo uso de Mme. Garnier. Temos agora de ajudar a senhora a reconstituir, como puder ser, o trabalho feito para o caso de a mala não lhe ser restituída (nela levava também jóias). Para este fim, vinha pedir a V. Exia. o obséquio de tornar a emprestar o seu trabalho. Vou pedir de novo mo traduzam e enviem a tradução para Paris, devolvendo a V. Exia. o original português. Esperando dever-lhe a fineza*

contudo, a polícia francesa encontra a mala, e Christine pode dedicar-se aos últimos retoques no seu livro. Mas de novo vive sob a emoção da sua estada em Portugal, e compreende bem a saudade portuguesa. Por entre os cuidados do volume, as conversas com Grasset, os preparativos da edição, as solicitações sociais, Christine pensa, imagina uma nova visita a Lisboa, à «*quinta*» do Vimieiro. Agora, que a vida para ela mudou de sentido e de rosto, promete a Salazar ser paciente e doce, e obedecer-lhe para sempre. E um dia Marcello Mathias convida-a a um passeio por Paris, encaminha-a para a Rua Royale. Param de fronte de uma joalharia; Mathias pergunta a Christine, muito naturalmente, qual dos anéis expostos mais lhe agrada; ela aponta uma das jóias; e Mathias diz-lhe que, a partir daquele momento, o anel lhe pertence, em nome de Salazar. Christine fica aturdida, e escreve para Lisboa que não se trata de um simples anel, mas de uma jóia, já carregada de passado, e aureolada de luz, de encanto, de ternura. E diz mais a Salazar: beija-lhe as mãos, num amor imenso, total: e que beija as suas cartas.

Entretanto, em Londres morre Jorge VI e sucede-lhe Isabel II, e em Lisboa prepara-se a reunião dos países membros do *Pacto do Atlântico*. Paulo Cunha desenvolve grande actividade, e organiza o encontro nas instalações do Instituto Superior Técnico. Salazar visita as salas, segue com meticulosidade todos os pormenores. Sente-se mal disposto, todavia, e agastado, farto: confessa a José Frederico Ulrich que está «*sem pachorra*» para coisa alguma. Surge um conflito entre Ulisses Cortês e Jorge Jardim: o primeiro pretende uma extensa liberalização do comércio a que se opõe o segundo: Jardim pede a sua demissão: (1) e é substituído por Magalhães Ramalho. Chegam a Lisboa jorna-

---

acima, peço a V. Exia. me creia, com toda a consideração, mtt. att. e grato, Ol. Salazar». Carta de 27-1-1952. Augusto de Castro ficou «*desolado*», e satisfaz prontamente o pedido.

(1) Devendo Jardim despedir-se do Chefe do Estado em Belém, é marcada data e hora para o efeito; mas Jardim recusa-se a comparecer por haver marcado para esse dia e hora o batisado de um filho; Salazar escreve a Jardim: «*Altera-se a data para Belém porque não vale a pena, por causa de uma remodelação ministerial, adiar uma festa familiar*».

listas do mundo e figuras de marca na política internacional do Ocidente: Dean Acheson, pelos Estados Unidos; Anthony Eden (1), pela Inglaterra; Paul Van Zeeland, pela Bélgica; Dirk Stikker, pela Holanda; Edgar Faure, Robert Schumann e Georges Bidault, pela França; Lester Pearson, pelo Canadá; Alcide de Gasperi, pela Itália. No Palácio de S. Bento, a 20 de Fevereiro de 1952, reúnem-se todas as delegações para uma sessão solene, sob a presidência de Costa Leite, em representação de Salazar. Paulo Cunha profere um discurso de abertura: são seus temas o Ocidente, o reforço da sua defesa, a admissão da Espanha no *Pacto*. No *Diário de Notícias*, Augusto de Castro reivindica para Portugal e Salazar a prioridade na definição de atitudes do Ocidente, que foram mais tarde perfilhadas e seguidas pelas grandes potências (2). Depois, são as sessões de trabalho no Instituto Técnico. São tomadas decisões básicas: a entrada definitiva da Grécia e da Turquia como membros do *Pacto*; a criação de um

---

(1) Tem interesse referir a génese do artigo de Castro. De Paris, Marcello Mathias chamara a atenção de Salazar para a coincidência entre os pontos de vista dos ocidentais, na actualidade, e as opiniões expressa há anos pelo chefe do governo. E então Salazar escreve a Augusto de Castro uma carta: «*O Dr. Marcello Mathias tem a ideia de que seria possível a V. Exia. fazer para o dia 20, em que se realiza a sessão inaugural do Conselho do Pacto do Atlântico, um artigo a publicar no seu jornal, reivindicando, em termos discretos, para Portugal a prioridade de certo número de atitudes em política externa que o Plano Marshall e o Pacto realizaram depois. Eu tinha chamado a atenção do Embaixador para o que se encontra publicado no tomo IV dos «Discursos e Notas Políticas», a págs. 61, 97, 113, 211, 291, 292, 293 e 294, 327 e seguintes, para fins diferentes. Mas o Dr. Marcello Mathias parece que se impressionou com o facto de uns poucos de anos antes das deliberações e dos factos se ter chamado em Portugal a atenção para o caminho que se devia seguir ou se havia de seguir. E dai a sugestão acima. O Mathias vai telefonar a V. Exia. sobre o assunto, pois o acha a pessoa capaz de fazer com prudência, discrição e brilho o artigo em que ele pensa e não saberia confiar a mais ninguém. Escrevo estas palavras para indicar que conheço a ideia do Embaixador, e se V. Exia. puder com a sua responsabilidade, e sem nos pôr nos bicos dos pés, escrever um artigo para 20, penso que será um pom serviço*».

(2) Em virtude de novas eleições em Inglaterra, o Partido Conservador voltara ao poder: Churchill era de novo Primeiro Ministro, Eden reentrara no *Foreign Office*.

posto de Secretário-Geral; o reforço do dispositivo de segurança; a mobilização de 50 divisões de combate; a atribuição de novos créditos para despesas militares (1). Salazar recebe individualmente os principais ministros estrangeiros. Recebe o seu amigo André de Staerck, delegado belga junto da NATO, que «*deu o prazer de vir um dia almoçar comigo*» mas «*não me soube dar notícias do Príncipe Carlos*». E «*pude estar três quartos de hora com Van Zeeland, que foi brilhante como sempre*». É longa a conversa com Eden: conhecem-se enfim aqueles dois homens que há quase vinte anos, cortados de algumas intermitências, conduzem entre si negócios graves para Portugal e Inglaterra, mesmo para o mundo. E é também extensa a entrevista com Dean Acheson. Este sente-se surpreendido: «*Fiquei muito impressionado com Portugal*». Não notou tensões sociais, nem os indícios de uma ditadura; o povo parecia tranquilo, tanto na cidade como nos campos. «*E fiquei especialmente impressionado quando visitei Salazar*», no edifício da Assembleia Nacional. Não havia polícia, nem guardas; no gabinete, não viu telefones; Salazar não tinha papéis em cima da secretária. Salazar diz que o seu interesse consiste em equilibrar o orçamento, manter estável a moeda, assegurar pleno emprego, fortalecer e ampliar uma vasta classe média, garantir preços baixos para géneros essenciais. E industrialização? Decerto; mas com vagar e prudência, para não criar desemprego. E que retrato de Salazar fixa Dean Acheson? «*Ele é uma personalidade muito forte, e agradável, de tipo português*»; «*a coisa mais impressionante em Salazar, são as suas mãos, extraordinariamente belas, e sempre activas enquanto fala, esculpindo no ar aquilo de que fala, como se o ar fosse feito de plástico e ele o estivesse a talhar*»; «*nada tem de pomposo, nem pretende impor-se*»; «*enterra-se na poltrona, quase fica suspenso pelos ombros, pernas estendidas, e conversa com muita facilidade e calma*». E Dean Acheson estranha o gabinete, modesto embora digno, mas sem bulício, sem agitação: «o do *Pre-*

(1) A admissão da Grécia e da Turquia havia sido discutida e assente na reunião de Otava e confirmada na de Roma, tendo entretanto sido ratificada pelos parlamentos nacionais, pelo que aqueles dois países participavam agora em Lisboa como membros de pleno direito.

sidente dos Estados Unidos é um cortiço, com gente a entrar e a sair, telefones a tocar, processos e papéis por toda a parte». Salazar comenta: «*Eu não poderia trabalhar assim; fazer muitas coisas ao mesmo tempo e ter a sensação de estar muito atarefado não significa realização efectiva*»; quando enfrenta um problema, tem de o estudar: e «*não julga que muitos telefones a tocar e muitos secretários a correr o pudessem auxiliar*». Não: pondera uma questão como um navegador, com a bússola e a carta, traça o rumo; no percurso surge toda a sorte de problemas, o mar calmo, as tempestades, os escolhos; vai-os resolvendo um a um; e com bússola e carta mantém o navio no rumo certo. Acheson observa que essa é a técnica de quem espera o futuro calmamente, sem pressas; e isso faz-lhe lembrar uma velha senhora sua conhecida, para quem a coisa melhor que o futuro tinha era aproximar-se apenas por um dia de cada vez. «*É isso*», diz Salazar, «*essa senhora é muito sábia*». Depois, durante a semana por que se prolonga a reunião do *Pacto*, são as conferências de imprensa dos ministros estrangeiros, o almoço nas Necessidades dado por Paulo Cunha, as sessões de trabalho, o banquete de Salazar em Queluz. A este, faltou Van Zeeland, «*porque se sentiu mal do coração*». Em carta a Augusto de Castro, Salazar resume: «*a reunião de Lisboa, segundo toda a gente, foi um sucesso diplomático para Portugal além de um bom motivo de propaganda*». E em Conselho de Ministros de 29 de Fevereiro, Salazar congratula-se pelo êxito, e felicita Paulo Cunha pelo brilho e perfeição com que tudo havia decorrido. De permeio com estes assuntos de Estado, Salazar está em contacto com Christine Garnier, que vem a Lisboa, a passar a Páscoa. Em Paris, deixou adiantada a impressão do seu volume. Já está assente o título: *Férias com Salazar*. E a 9 de Março, Christine fica instalada na Urgeiriça (1). Salazar parte para o Vimieiro.

(1) Pormenor de interesse: todas as despesas de Christine Garnier — transportes, hotéis, viagens, presentes — eram integralmente pagas do bolso pessoal de Salazar. Geralmente, eram liquidadas por Ricardo Espírito Santo, a quem Salazar reembolsava por cheques, cujos talões encontrei entre o seu espólio.

Da reunião do *Pacto do Atlântico* em Lisboa, e da congregação dos grandes nomes em conversas com Salazar, resultara para este um rejuvenescimento de fama e prestígio internacional. Mas agora depara-se um problema: em virtude do *tratado* especial com a Espanha, não haveria obrigação de informar Madrid dos resultados da reunião de Lisboa? E como fazê-lo? Dada a importância de que tudo se reveste, Salazar julga indicada uma entrevista no mais alto nível. De igual forma pensa o generalíssimo Franco, e este sugere um encontro em Cidade Rodrigo. E em 15 de Abril de 1952, parte Salazar para Espanha. Acompanham-no Paulo Cunha e Santos Costa. Franco aguarda-o, e tem consigo Martin Artajo, o general Vigon, ainda outras personalidades. São dois dias de conversações. Salazar relata com minúcia as decisões de Lisboa, a atmosfera da reunião. Franco mostra-se preocupado com a defesa do Ocidente e em enquadrar a política militar espanhola na política geral dos membros do *Pacto;* mas não parece interessado em pertencer à aliança, julgando suficientes os acordos com Portugal e os Estados Unidos. Franco sugere uma visita oficial do Presidente Craveiro Lopes a Espanha. E são reafirmadas a posição de ambos os países, no quadro dos acordos existentes, perante a ameaça contra a civilização cristã e a necessidade de serem tomadas medidas pelos dois governos, dentro do plano geral de defesa do Ocidente. Pelo mundo além, reconhece-se o relevo que assume o papel de Portugal na política da península. Mas, em Conselho de Ministros de 23 de Abril, Salazar faz apenas uma curta referência ao encontro: misteriosamente, deixa os ministros na ignorância do que se passara.

Após a conferência do *Pacto do Atlântico* em Lisboa, intensifica-se a cooperação militar de Portugal com os demais países ocidentais. Vem a Lisboa o Marechal Montgomery, de fama conquistada durante a guerra, e agora segundo-comandante das forças do *Pacto*. Montgomery avista-se com Salazar, Santos Costa, Abranches Pinto, os chefes militares portugueses, e inspecciona instalações militares. Faz o elogio do soldado português; mas tem reservas quanto ao corpo de oficiais. Depois, são planeadas manobras conjuntas de forças portuguesas — em especial da Marinha e da Força Aérea — com efectivos britânicos, norte-ameri-

canos e de outros países membros. Começa-se um intercâmbio de oficiais portugueses com os quartéis-generais da organização do *Pacto* — que é conhecida por NATO (1) — e com os seus centros de instrução e treino. E Salazar e Santos Costa, nos termos dos compromissos tomados, decidem organizar e instalar em Santa Margarida contingentes portugueses destinados à NATO e a serem integrados nos planos comuns.

Para além das ligações com a *NATO*, no entanto, Salazar encara os interesses portugueses noutras áreas e com outros países. Para um exame das condições locais e como afirmação de soberania, em face das alterações no Extremo Oriente e dos clamores indianos, Sarmento Rodrigues, como ministro do Ultramar, parte para uma prolongada visita a Goa, Macau e Timor. Mas no âmbito externo é sobretudo no Brasil que de momento incidem as atenções de Salazar. Paulo Cunha e António de Faria procuram dar largo impulso às relações luso-brasileiras; Salazar sente o valor do Brasil para as coordenadas geo-políticas portuguesas; tem afeição pelos brasileiros; mas é com ceptismo que olha todas as negociações com o Rio de Janeiro, de que nunca espera resultados. «*Tenho negociado e tratado com todo o mundo*», diz Salazar, «*desde os ingleses aos japoneses, e sempre no fim se apura qualquer coisa, quinze por cento, dez por cento dos esforços feitos; mas com o Brasil não sei o que é, não se apura nada. É mensagem para lá, mensagem para cá, e nada*». Não obstante, o chefe do governo mais uma vez porfia em conseguir «*qualquer coisa*». Gilberto Freire passara por Lisboa, avistara-se longamente com Salazar, percorrera a convite de Sarmento Rodrigues uma parte do Ultramar português, e Goa em especial; e no seu regresso ao Brasil proferira declarações que criavam boa atmosfera. Getúlio Vargas é um amigo, um partidário da causa luso-brasileira. Nos círculos ligados ao Catete e ao Itamaraty, fala-se agora num convite a Craveiro Lopes para visitar o Brasil; e Vargas teria nisso empenho. Mas Salazar mantém a posição indicada no banquete da Ajuda: Craveiro Lopes não

(1) Corresponde à designação inglesa: *North Atlantic Treaty Organization*. Na designação francesa: *OTAN*, ou seja, *Organization du Traité de l'Atlantique Nord*. Em Portugal, adoptou-se mais a nomenclatura inglesa.

pode ir ao Brasil enquanto não for retribuída a visita do Presidente António José de Almeida. Sustenta o embaixador do Brasil em Lisboa, Leão Gracie, que aquela visita já fora retribuída com a vinda a Lisboa de Epitácio Pessoa; mas afirma-o «*sem convicção nenhuma*» pois bem sabe que Pessoa, se já estava eleito, não estava na altura ainda empossado. Aventa-se a possibilidade de Vargas se deslocar a Portugal, e para o efeito receberia convite português; mas Vargas está mergulhado em intrigas e dificuldades políticas internas, circulam boatos de golpes militares; receia qualquer atitude de Café Filho, vice-presidente, e de Ademar de Barros, governador de S. Paulo e candidato declarado à presidência; e Vargas não julga que possa ausentar-se do país. João Neves, que fora embaixador em Lisboa e está agora à frente do Itamaraty, é entusiástico defensor dos interesses portugueses; mas é precária a sua posição política junto de Vargas; e além disso está melindrado por ainda não haver recebido a Grã-Cruz de Cristo, que ambiciona avidamente. No entanto, João Neves, ao comentar a carta em que Craveiro Lopes cumprimenta Vargas, diz: «*Precisamos de o trazer ao Brasil*». Faria, sabedor da posição de Salazar, mais uma vez esclarece que essa visita não é viável enquanto não for paga a de António José em 1922. Transformado por António de Faria, o ambiente é no conjunto, todavia, favorável às coisas portuguesas no Brasil. Causara boa impressão na colónia portuguesa a visita de Francisco Vieira Machado, governador do Banco Nacional Ultramarino, ainda com vastos interesses naquele país; e fora bem acolhida a Delegação Universitária de Coimbra. Para corresponder a este bom espírito, Salazar aprova o envio de uma missão político-cultural ao Brasil. Para o efeito, é aproveitada a ida do *Vera Cruz*, nova grande unidade da marinha mercante, que com o *Santa Maria* vai estabelecer carreiras regulares para a América do Sul. Quando o navio entra na Guanabara, há sensação e orgulho entre a colónia portuguesa, que acorre em massa ao cais de Mauá; e mercê dos esforços de António de Faria, o Presidente Vargas almoça a bordo. Da missão fazem parte deputados, como Vasco Lopes Alves, Henrique Tenreiro e Daniel Barbosa; professores como Ferrer Correia e Orlando Ribeiro; e escritores como João Ameal, Vitorino Nemésio, Luís Forjaz Trigueiros, José Osório de Oliveira. Com os

seus maiorais à frente, Sousa Cruz e Sousa Batista, a colónia recebe com generosa hospitalidade a missão; e João Neves, Pedro Calmon e as autoridades brasileiras procuram dar-lhe todo o relevo. Mas não é completo o sucesso obtido: algumas das conferências proferidas estão mal preparadas, e tem escassa assistência; a época não é a mais propícia; e entre os membros da missão, à maneira portuguesa, há disputas, rivalidades, intrigas. Por outro lado, há ataques da parte de alguns oposicionistas portugueses no Brasil. Tomaz Colaço publica os seus artigos com doestos e críticas; mas tem escassa ressonância. E outros aproveitam a estadia de Aquilino Ribeiro no Brasil para, em torno do escritor, manifestar o seu oposicionismo. Contam também com Jaime Cortesão; mas este não é homem de ódios, e estão apaziguados muitos dos seus extremismos ideológicos. Faria põe o problema a Salazar: deve ou não convidar Cortezão para a Embaixada? Salazar diz a Faria: «*Todos reconhecem que é pessoa de grande mérito como investigador de assuntos históricos, mas todos sabem também que é muito fraco de vontade e de carácter*»; «*em todo o caso, não há da parte do governo uma atitude ou recomendação de desconhecer a sua existência no momento em que alguns intelectuais vão em missão ao Brasil onde o J. Cortezão trabalha*»; «*se entender que pode decentemente convidá-lo ou que daí se pode mesmo tirar algum benefício, convide-o*». Faria faz uma sondagem: Cortezão explica que recebera de Nuno Simões uma carta em que este informa não autorizar o governo o seu regresso ou pelo menos uma viagem a Portugal: no mesmo sentido lhe teriam escrito Carvalhão Duarte e Álvaro Pinto: e Cortezão declina o convite (1). Não se presta contudo a ser manipulado pelos oposicionistas, e exerce mesmo acção moderadora; e aqueles, a quem Ricardo Seabra está progressivamente retirando o seu apoio financeiro, não chegam a perturbar, perante o público brasileiro, os objectivos da viagem do *Vera Cruz* e da missão político-cultural. Entretanto, continua Sarmento Rodrigues pelo Extremo Oriente: está optimista e

(1) Não era fundada a informação, que resultara de um equívoco mais tarde esclarecido, o que permitiu a vinda de Cortezão.

impressionado com o portuguesismo de Goa, Macau e Timor: mas sente as maiores receios pelo futuro, em particular quanto ao Estado da Índia.

Em França, surge finalmente o volume de Christine Garnier: *Vacances avec Salazar*. Logo de imediato, publica-se em Lisboa a tradução portuguesa. Em torno da obra, suscita-se curiosidade acesa, e polémica também.

23

Como resultado do Congresso de Coimbra, e de modificações estatutárias, há que remodelar alguns órgãos da *União Nacional*. Mas Salazar hesita: em torno do problema agitam-se teses desencontradas: há os partidários da supressão do movimento, que alegam consistir numa série de comissões sem entranhas, e José Nosolini defende junto de Salazar esse ponto de vista; e há os ortodoxos do regime, que vêem na *União Nacional*, embora depurada e revitalizada, um instrumento indispensável. Salazar perfilha a segunda opinião, e é para esta que se inclina a maioria. Nesta linha, são reorganizadas as comissões da *União*, em particular no escalão distrital (1). Nos primeiros dias de Maio, Salazar pronuncia algumas palavras perante os novos dirigentes. Agradece-lhes o serviço a que se prontificam; invoca os perigos que o mundo atravessa; apela para o esforço e coesão nacionais; reafirma, como há muitos anos em Braga, os valores que são essência do regime, Deus, Pátria, Autoridade, Família, Trabalho; e apela para os homens de boa vontade e que tenham a consciência da solidariedade nacional. E diz: «*Na época apocalítica que vivemos, não nos salvaremos uns tantos, mas todos ou nenhuns*». Além de breves, as palavras de Salazar roçam apenas pelos problemas, e reiteram conceitos já afirmados; e ressumam desinteresse, tristeza, acaso melancolia. Como dissera a José Frederico Ulrich: de momento, está «*sem pachorra*».

---

(1) Entre outros órgãos, foi também reorganizada a Comissão Executiva, tendo entrado Luís Supico Pinto e Luís de Pina Guimarães e saído José Manuel da Costa e Pinto de Mesquita.

Não se propõe Salazar, durante algumas semanas, reunir o Conselho de Ministros, e entre conversas políticas e trabalhos de reorganização da *União Nacional*, aplica-se a autografar e distribuir volumes dos seus *Discursos* e alguns exemplares do volume de Garnier. Destaca-se o envio ao Papa da colecção dos quatro tomos dos discursos. Pio XII sente-se particularmente desvanecido: chama Nosolini, e pede-lhe que transmita ao chefe do governo os seus agradecimentos. E a Secretaria de Estado do Vaticano, em nome do Pontífice, escreve: «*O Santo Padre, que de há anos segue com benevolente interesse a incansável actividade do Presidente Salazar no posto de responsabilidade em que a Providência o colocou, não podia deixar de receber com viva satisfação esta delicada homenagem*». Depois oferece a Craveiro Lopes a tradução portuguesa do livro de Garnier. Fez a casa editora uma tiragem especial de dúzia e meia de exemplares fora do mercado, e «*estou a distribuí-los pelas pessoas que a autora entrevistou*»; o «*n.º 1 reservei-o para Vossa Excelência, cuja posse Mme. Garnier descreve num dos capítulos*». E outros exemplares são remetidos a Cerejeira, a Mário de Figueiredo, a Bissaia Barreto. Mas há um outro homem de quem Salazar se não esquece: o cónego António Barreiros (1). Há mais de quarenta anos atrás, Barreiros acolhera o ex-seminarista Salazar, proporcionara-lhe um lugar modesto de *perfeito* no *Colégio da Via Sacra* em Viseu; e agora o chefe do governo lembra-o ao ser publicado um volume que menciona o antigo *perfeito*, e manda-lhe um exemplar. Barreiros fica sensibilizado, agradece a Salazar, elogia o trabalho: «*esta notável autora soube com habilidade e discreta audácia pesquisar o mais íntimo dos seus sentimentos e pensar*» e traçar o retrato do «*pensador, doutrinário, estadista, homem de coração*». Entretanto, *Férias com Salazar* é largamente difundido em França e na Bélgica. Muitos jornais publicam críticas elogiosas; e Christine Garnier é solicitada para conferências, palestras na rádio, entrevistas com homens de fama; recebe uma proposta, que recusa, para escrever um trabalho semelhante sobre o generalíssimo Franco; e o Príncipe Carlos, da

(1) Ver. Vol., I, págs. 33-35,.

Bélgica, manda adquirir todos os exemplares com encardenação de luxo. Mas em Portugal as reacções são contraditórias. No grande público, há curiosidade; nos círculos políticos, alguns fazem ironia, consideram piegas o trabalho; e outros tem-no por simples propaganda pessoal, tomando-se as declarações de Salazar como desprovidas de sinceridade, mesmo como hipócritas (1). É entre as mulheres portuguesas, todavia, que a celeuma se levanta ruidosa, e são maiores as reacções. Salazar procedera com ligeireza, com leviandade, ao conceder entrevistas a uma estrangeira, a uma francesa, e a deixar-se fotografar em passeios bucólicos, solitários, ou sentado com Christine numa fraga à beira do tanque. É um ciúme feminino generalizado.

Justamente Christine Garnier escreve-lhe agora de África. Está na Libéria, num local remoto, entre areia, palmares gigantes, barulho das vagas do mar, e tudo é tão bucólico que lhe lembra Bernardim de Saint-Pierre. E desloca-se ao Senegal, à Guiné francesa, à Costa do Marfim: documenta-se para um romance. Mas são imensas as saudades de Salazar: ele habita-a «*estranhamente*»: por que filtro enfeitiçado lhe terá dado de beber nos vinhedos do Vimieiro? Não se aparta jamais do anel comprado na Rue Royale; e Salazar é a sua luz. E está estupefacta: em África, entre jovens africanos das universidades, conhecem o livro, falam-lhe de Salazar, fizeram-lhe perguntas numerosas. Que sensação! Que reviver de lembranças ternas e queridas! Ah! mas propõe-se, no regresso a Paris, descer em Lisboa e passar três dias: convém a Salazar? De momento, está com forte ataque de paludismo: esqueceu-se de tomar o seu quinino. Mas Salazar responde que pode vir a Lisboa. E Christine, quase restabele-

---

(1) Lido e estudado à distância de quase trinta anos, o volume aparece a uma luz inteiramente diferente. O retrato que Salazar traça de si próprio e as afirmações que Garnier lhe atribui, quando confrontadas com a documentação hoje disponível e a análise da personalidade que resulta da mesma, demonstram que tudo é muito mais sincero e genuíno do que na altura se supôs. Nas «*Férias*», Salazar confessa que em novo fez versos de amor. Empresta assim verosimilhança à notícia de que terá publicado um volume de poemas — *Ais* — que depois fez destruir. Ver Vol. I, nota de pág. 51. No conjunto, todavia, a obra é frouxa, mesmo superficial em alguns capítulos, que de nenhum modo vão ao fundo dos problemas.

cida, está em Portugal, em fins de Maio, no Forte de Santo António. Demora-se com Salazar os três dias combinados, e segue para Paris.

Nestas meias-férias que se atribui, Salazar recebe também alguns escritores franceses. Sente cada vez maior fascínio perante a inteligência, a cultura da França; e se profundamente admira as *maneiras* e a civilização e educação dos ingleses, é com os franceses que intelectualmente se encontra, no rigor da sua língua, no cartesianismo do seu pensar, no brilho da sua expressão verbal. E porque está à vontade no uso da sua linguagem falada ou escrita — considera Garnier que os seus progressos foram espantosos no último ano — tem redobrado gosto no convívio com escritores de França. Naquele mês de Maio de 1952 acolhe Daniel Rops: Salazar faz-lhe um inquérito minucioso sobre a situação francesa: e Rops acha-o calmo e sereno. Mas é com Henri Massis, seu conhecido de há quinze anos, que conversa mais longamente. Massis visita-o em S. Bento, e a residência, o parque, as árvores, os muros, lembram-lhe a casa de Bergson, em Auteuil: é o tugúrio do filósofo, do meditativo, do solitário. Massis traz uma nova mensagem de Maurras: este, já muito doente, fora transferido da prisão de Clairvaux para a clínica de Saint-Grégoire, em Tours: e do hospital encarrega Massis de transmitir a Salazar a sua «*velha admiração e a sua ternura, porque ele devolveu à autoridade uma face humana*»: E Massis entrega também um exemplar de um volume de Maurras, que este dedicara ao chefe do governo português. Salazar pergunta agora a Massis: «*Maurras pensa que ainda se pode salvar o Ocidente*»? Responde o autor de *D'André Gide a Marcel Proust:* «*Maurras é o homem da Esperança; o Ocidente está enfermo, mas vive!*» E Massis recolhe os comentários de Salazar sobre a situação mundial: os homens parecem inferiores aos acontecimentos, e em vez de os enfrentar, fogem-lhes; a Europa está desvastada, empobrecida, corroída pelo declínio das virtudes que a formaram; e, ainda que não se veja aí um sintoma de decadência, importa não desconhecer a força das correntes de ideias e costumes que alteram o curso da história. Não será isto pessimismo? Não: tinha razão Thibon quando definia o pessimismo de Salazar como prudência, lucidez, sentido do real e do possível.

Sim, é isto: não diz Salazar que, na crise, «*se dirige à inteligência para lhe pedir as razões de não ter medo*»? Mas perante a crise do Ocidente, que Massis acaba de sublinhar numa conferência em Coimbra, que fazer? Valéry diz que o caos conduz os povos aonde não sabem e a aonde não querem. Salazar comenta: «*Isso explica a passividade, o espírito fatalista com que a Europa se dispõe a deixar de ser ela própria*». Massis atribui ao comunismo o definhamento ideológico da Europa: é o *fixismo* do materialismo, a construção de uma sociedade sem classes que, se fosse viável, ficaria sem futuro real por se recusar a admitir o *além* e o *depois:* e por isso o comunismo diz ao mundo para «*marchar*» ao mesmo tempo que lhe fixa os limites da marcha e lhe diz para «*parar*». Decerto, observa o chefe do governo, é uma «*ideologia contrária à natureza das coisas*»; e «*falsa nas suas premissas e nas suas conclusões*»; e por isso apresenta-se sempre como a «*promessa de um futuro imaginário*» que nunca chega ao fim nem «*repousa sobre uma experiência de facto que pertença ao passado*». E numa segunda conversa, antes de Massis deixar Portugal, Salazar ainda acrescenta: é indispensável conservar as forças nacionais, aproveitar-lhes a sua capacidade construtiva; estas serão mais capazes de refazer a Europa do que um conjunto amorfo, privado de vida profunda; e, na hora do conflito, o aparato de forças seria ineficaz na guerra. Nada se faz sem se ser forte: «*de mãos estendidas a pedir apoios ou esmolas, é uma atitude negativa e estéril*», conclui Salazar.

Continua a controvérsia feminina sobre o volume de Garnier. E a mesma mulher que lhe oferecera dois retratos como testamunho de uma longa afeição, que crescia com o tempo, escreve agora a Salazar uma carta indignada: o livro, os passeios, as entrevistas, as fotografias com Christine, constituem «*traição a um amor de vinte anos*».

24

Em fins de Maio de 1952, torna Salazar a embrenhar-se a fundo nos negócios públicos. São múltiplos os assuntos miúdos: instalações de serviços públicos em Viseu; empréstimos à Companhia das Águas de Lisboa; reconstrução da embaixada em Lon-

dres; obras e estradas nos Açores e na Madeira; aprovação do projecto da Biblioteca Nacional; ligações de Olivença com Portugal, a pedido dos *Amigos de Olivença;* recomendação a José Frederico Ulrich para que, com urgência, se façam os trabalhos que permitam a abertura e o funcionamento do *Centro de Estudos Egas Moniz.* Regressado Sarmento Rodrigues do Extremo-Oriente, Salazar escuta a sós com o ministro a longa exposição deste sobre a viagem a Goa, Macau e Timor: o ministro vem optimista e emocionado com o portuguesismo dos territórios mas preocupado com o seu futuro em face da evolução da Ásia. Por entre os assuntos do dia-a-dia, dois problemas dominam nos começos daquele verão o espírito de Salazar: a revisão do texto constitucional e o plano de fomento.

Sobre o primeiro problema, entende-se Salazar com Mário de Figueiredo, Marcello Caetano, Albino dos Reis (1). Havia que corrigir a alteração parcelar, feita à pressa e como manobra política, por altura da eleição presidencial de 1951; e depois há que rever o trabalho da Comissão Especial da Assembleia Nacional e prosseguido pela Comissão de Legislação e Redacção. Além dos problemas emergentes da integração do *Acto Colonial* no texto constitucional, quatro são os capítulos básicos suscitados pelas comissões: forma de designação do Chefe do Estado; designação dos deputados; funcionamento da Câmara Corporativa; relações entre o governo e a Assembleia Nacional. Considera Salazar como relevantes no primeiro capítulo as hipóteses de «*acontecimentos que tornassem impossível a convocação dos colégios eleitorais (guerra, invasão, com ocupação e saída do Chefe do Estado do paiz, etc.)*» e a «*exigência de determinada idoneidade política aos candidatos, idoneidade a ser verificada pelo Conselho*

(1) Dirigidos a estes três homens, são numerosos os memoriais e cartas de Salazar, com ideias e sugestões. Como curiosidade, transcrevo o início de uma longa carta a Marcello Caetano, de Fevereiro: «*Como o dia está chuvoso e prenuncia uma muito divertida tarde de Carnaval, vou tentar escrever umas linhas sobre a proposta de revisão da Constituição Política. Seria talvez mais conveniente falarmos, mas não vejo maneira de o poder fazer por minha parte nesta semana e na próxima, em que naturalmente se ocupará do assunto*».

de Estado», não se vendo «*maneira nem de fechar os olhos à falta de idoneidade política nem de a fazer julgar por outro corpo que não seja o Conselho de Estado, devidamente alargado*»; «*mas a ideia do governo é que só a idoneidade política seja da competência do Conselho de Estado, continuando a pertencer ao Supremo Tribunal de Justiça o julgamento dos requisitos legais que deve possuir o Presidente*». Daqui decorre a necessidade de alterar o Conselho de Estado (cujo número de membros passa de 10 para 15) e de criar um processo de renovação daquele órgão. Comenta Salazar: «*Penso que se fosse possível transformá-lo num grande órgão político, fiador da continuidade de uma política nacional, só por isso se acreditaria na consciência pública*». Nos demais capítulos básicos, são propostas pelas comissões melhorias de redacção (1). Mas outros aspectos são ainda levantados, quer pelas comissões, quer pelo governo: as relações entre a Igreja Católica e o Estado português; o direito ao trabalho; a designação dos territórios do Ultramar. Quanto ao primeiro, Salazar julga de manter a doutrina em vigor, embora «*com maior elegância no tratamento da religião católica*»; no que toca ao segundo, «*não vejo com clareza o problema e, como inimigo dos golpes políticos ou das promessas vagas que sei executar com seriedade, inclino-me para que convirá não inscrever por ora o direito ao trabalho na constituição*», sem embargo de aceitar que «*no mundo de hoje o direito ao trabalho pode considerar-se um aspecto do direito à vida*»; e, por último, Salazar pensa que são de ter em conta as realidades quanto a territórios de além-mar e que, ao contrário dos pareceres de Armindo Monteiro e Rafael Duque, são de substituir as designações de «*império*» ou de «*colónias*» pela de «*províncias ultramarinas*». E nestas bases é elaborada uma proposta governamental, que é submetida à Câmara Corporativa e à Assembleia Nacional.

Através da ponderação dos problemas, o chefe do governo sai por vezes de Lisboa em visita a empreendimentos ou locais

(1) É nesta revisão que o número de deputados à Assembleia Nacional, inicialmente de 90 e depois de 120, passa para 130.

pitorescos. Dá um salto a Castelo do Bode, para observar a barragem em funcionamento normal; e numa lancha da Marinha vai à Berlenga Grande, acompanhado de Américo Thomaz, Santos Costa, e Agostinho Lourenço. Por outro lado, percorre uma Exposição Histórica organizada no ministério das Finanças; e em 22 de Julho, com o governo e dirigentes da *União Nacional*, comparece em Belém a saudar Craveiro Lopes por este haver cumprido um ano de mandato. Ao hospital de S. José vai visitar Fezas Vital, que se encontra gravemente doente; e os médicos não lhe deixam dúvidas de que vai desaparecer mais um dos seus companheiros de Coimbra, um dos professores que, há quase quarenta anos, fora também suspenso pela I República, por razões políticas. Entretanto, Salazar escolhe com o Presidente as individualidades a convidar para o novo Conselho de Estado ampliado; e em nome do Chefe de Estado escreve a Albino dos Reis, Marcello Caetano, Costa Leite, Santos Costa, Ortins de Bettencourt, Mário de Figueiredo, Caeiro da Matta (1). Todos aceitam. E de permeio com estes assuntos de Estado, Salazar vai ao espectáculo do Teatro do Povo, com Sarmento Rodrigues e Águedo de Oliveira, e as suas duas pupilas, a Maria da Conceição e a Maria Antónia; e recebe longamente Anthony Eden que, acabado de casar pela segunda vez, e cativado por Lisboa durante a conferência do Pacto do Atlântico, vem passar a lua-de-mel a Portugal.

Se Oliveira Salazar discute e prepara a revisão constitucional com os seus conselheiros políticos, já é em Conselho de Ministros que examina e debate o Plano de Fomento. Depois de uma primeira apreciação no Conselho de 17 de Junho de 1952, e de dedicar as reuniões de 22 de Julho e 5 de Agosto ao relato oficial de Sarmento Rodrigues em Conselho, Salazar convoca o

---

(1) Em carta a Craveiro Lopes, Salazar dá conta das reacções: «*Senhor Presidente — Acabei agora de receber as últimas respostas às cartas que por incumbência e em nome de Vossa Excelência dirigi às entidades a quem Vossa Excelência se dignou de escolher para o Conselho de Estado. Todos os convidados agradecem a honra recebida e aceitam o encargo que Vossa Excelência deseja confiar-lhes*». Segue a carta com indicações sobre decretos de nomeação, ordem dos nomes, publicidade, etc.

gabinete em sessões seguidas, nos fins de Agosto, para se debruçar sobre o Plano de Fomento. Entrega-se o chefe do governo por completo ao assunto: «o *demónio do Plano de Fomento*», diz a Mário de Figueiredo, «*tem-me absorvido todo o tempo disponível dos negócios muito urgentes*». E nos primeiros dias de Setembro o Plano está aprovado. São consideráveis as obras a lançar e os investimentos previstos. Na metrópole, atribuem-se 1 300 000 contos à agricultura; 3 310 000 à indústria; 2 540 000 às comunicações; 200 000 para escolas técnicas; 160 000 para o Banco de Fomento do Ultramar; e a aproveitamentos hidro-eléctricos e redes de transporte e distribuição dedicam-se 2 430 000. Aos territórios de além-mar consignam-se 102 000 contos para Cabo Verde; 78 000 à Guiné; 210 000 a São Tomé e Príncipe; 2 896 000 a Angola; 2 342 000 a Moçambique; 180 000 ao Estado da Índia; 120 000 a Macau; e 72 000 a Timor. E prevêem-se obras de hidráulica agrícola nas campinas da Idanha, Vale do Sorraia, Vale de Campilhos; povoamento florestal; pesquisas das riquezas mineiras do país; produção de energia mais barata; protecção às pequenas e médias obras de regadio; criação de novas indústrias; colmatagem das deficiências da agricultura em satisfazer o consumo interno e para exportação, em quantidade, qualidade e preço; siderurgia para 100 000 toneladas entre gusa e laminados; refinaria de petróleo e seus derivados para um milhão de toneladas; obras portuárias em Viana do Castelo, Aveiro, Portimão, Leixões, Lisboa, e nas ilhas atlânticas; modernização e ampliação das linhas aéreas para o ultramar e Brasil; produção de adubos azotados, folha de Flandres, celulose, papel; aproveitamentos do Cunene, Cuanza, Biópio, Matala, Vale do Limpopo, Revué, Lago Niassa; portos do Lobito, Moçâmedes e Nacala; e caminho de ferro de Tete. Depois de aprovado pelo governo, Salazar remete o *Plano* a Craveiro Lopes, para leitura, e submete-a à Câmara Corporativa, que designa José Ferreira Dias para seu relator.

Anunciado à imprensa, esta publica o *Plano* com destaque especatcular. Sabe-se que o seu relator é Ferreira Dias, e o nome deste, sobretudo depois da publicação da sua *Linha de Rumo*, é de prestígio, e sinónimo de progresso industrial do país. Nalguns círculos oposicionistas formulam-se objecções: para uns, não

é suficiente o que se planeia para cinco anos; para outros, não se estabelecem as prioridades adequadas; e para terceiros não se define um esquema harmonioso de desenvolvimento que, pela sua interligação, *fomente* o conjunto, mas apenas se elaborou uma lista de obras públicas desconexas. Mas é favorável, e até de aplauso, a reacção da massa dos portugueses: reconhece-se o esforço e os propósitos construtivos do governo, admira-se a capacidade financeira do tesouro e da nação, elogia-se o rasgo e a audácia de alguns empreendimentos. Apesar de o verão já ir adiantado, Salazar está ainda em Lisboa. Em 5 de Setembro, morre José Vicente de Freitas, o homem que ainda ao tempo da ditadura, vinte e quatro anos atrás, chamara Salazar para as Finanças. Salazar presta homenagem a um pioneiro do Estado Novo, e comparece no funeral. Dois dias depois parte para Santa Comba e Vimieiro.

25

Nos primeiros dias de Outubro, Salazar está de regresso a Lisboa, e de súbito encontra-se enrodilhado em mal entendidos das relações luso-brasileiras. No plano político, há em Lisboa motivos de satisfação. Como se soubesse que a União Indiana tinha o propósito de levantar o problema de Goa na ONU, na assembleia-geral a decorrer em Nova-York, o Brasil assumira posição amistosa: na ausência de Portugal, este não deve ser atacado; se o for, compete ao Brasil defendê-lo; e a atitude da União Indiana é insustentável em face da Carta da ONU porquanto Nova-Delhi não deseja a autonomia ou independência de Goa mas a sua incorporação na soberania indiana. António de Faria agradece no Itamaraty a compreensão e o apoio; mas não deixa de prevenir Lisboa de que a propaganda anti-colonialista influencia muitos sectores da opinião pública brasileira. Paralelamente, suscita-se um problema de natureza pessoal, que se transforma em político. Gracie, embaixador em Lisboa, está transferido para Londres; há que substituí-lo; e Getúlio Vargas prometeu o posto a Olegário Mariano. Este é poeta menor, e conservador do registo predial; excelente homem, sem dúvida, e desvanecido com Portugal, onde estivera em 1940; mas incapaz de

se aperceber dos problemas reais entre os dois países, e muito menos de os tratar. Neste momento, vem a Lisboa o político brasileiro Ademar de Barros, governador de S. Paulo e candidato à Presidência da República; e, com a desenvoltura impetuosa da sua personalidade extrovertida, diz tudo, fala de tudo, sem inibições ou limites de conveniência. Pede para ser recebido por Salazar; e, entre chávenas de café e cálices de vinho do Porto, Ademar critica acerbamente Getúlio Vargas, a sua inacção; declara as suas ambições políticas; e, quanto às relações luso-brasileiras, «*fez a crítica que eu faria, se pudesse falar à vontade, à falta de correspondência sistemática entre as palavras ou mesmo os sentimentos e os factos*». E Ademar aborda a questão de Olegário Mariano: «*Contou-me ter dito ao Olegário Mariano, de quem se disse amigo, que não aprovava a sua nomeação para Lisboa por não conhecer nele as qualidades necessárias para o desempenho eficiente do cargo*»; «*e foi-o prevenindo de que, no caso de ser nomeado, ele o demitiria, logo que ascendesse à Presidência da República*». Salazar reage com prudência: «*Eu limitei-me a dizer que o Olegário tinha bom nome como poeta*» e «*se dizia amigo de Portugal e dos portugueses. Por mim, desconhecia se o poeta estaria à vontade nos problemas económicos e políticos que conviria tratar. Fui adiantando que a obra dos Embaixadores do Brasil em Lisboa — alguns aliás de excelente categoria por sua inteligência e ilustração e todos cheios de boa vontade — não correspondia de facto nem ao mérito dos homens nem aos esforços empregados. Mas eu não fazia ideia (por demais a faço!) das razões por que as coisas se passavam assim*». E depois Salazar comenta para Faria: «*O Dr. Ademar de Barros, que tem ideias assentes sobre uma grande política que o bloco luso-brasileiro pode fazer no mundo, reiterou as suas primeiras afirmações sobre a incapacidade do Olegário Mariano para ser o transmissor, intérprete e executor dessa política. Só não me lembro precisamente se ele disse que no regresso ao Rio falava ao Dr. Getúlio Vargas no novo Embaixador. Certo é que prometeu falar-lhe nas actuais dificuldades económicas de que tomou conhecimento nas conferências havidas na Associação Económica. Vejo que, chegado ao Brasil, me atribuiu, na conversa com o Presidente, pelo menos parte das coisas que ele próprio*

me disse. E talvez repetisse com exactidão a conversa e fosse o jornal a adulterar a paternidade das afirmações. No fundo talvez lucremos em que o poeta não venha e o governo o faça substituir por homem de carreira ou fora dela mas capaz de interpretar os nossos anseios e necessidades, senão os do seu governo. No meu espírito restará sempre um traço de dúvida ou de desconfiança: o Brasil tem tido aqui homens magníficos e o resultado é sempre pouco mais ou menos o mesmo».

Efectivamente, de volta ao Brasil, Ademar afirma que Salazar não quer Olegário Mariano em Lisboa. Levanta-se intriga política. João Neves, que não deseja a vinda de Olegário, rejubila. Gilberto Freire é de novo lançado como candidato, e tem o apoio de Lourival Fontes, secretário da Presidência; agita-se Pedro Calmon; aparece o nome de Negrão de Lima, ministro da Justiça; e o Itamaraty volta a insistir em homem de carreira. António de Faria avista-se com o Presidente Vargas, e este pergunta-lhe se na verdade Salazar se opõe à nomeação de Olegário. Faria exime-se a uma resposta, declara que não tem instruções, e que vai solicitá-las. Por ser muito desejada a embaixada em Lisboa, a imprensa faz-se eco dos boatos, dos nomes, da luta de bastidores entre uns e outros. Mas Getúlio Vargas tinha feito uma promessa firme, a que não quer faltar; e também não deseja afrontar os sentimentos de Salazar. Será exacto o que diz Ademar? De novo o Presidente recebe Faria, insiste: «*Há realmente uma contra-indicação à ida de Olegário?*» Já munido de instruções, Faria hesita propositadamente, e replica: «*Não há contra-indicação, no sentido de que V.ª Exia. pode nomear quem entender*».

Deste episódio, desvia-se Salazar para questões mais prementes. Chega a Lisboa Lord Ismay, Secretário-Geral da NATO. Salazar recebe-o longamente, e oferece-lhe um almoço particular na residência. Ismay está preocupado com os aspectos orgânicos da aliança e a integração dos meios militares dos países membros; e Salazar promete toda a cooperação, dentro dos recursos portugueses. Justamente, estão planeados exercícios militares conjuntos entre forças portuguesas e britânicas. Humberto Delgado, colaborador fiel, expõe ao chefe do governo alguns problemas militares, em particular da aeronáutica. De novo visita Lisboa

o Marechal Montgomery, desta vez a título não oficial, e que Salazar recebe ao cair da noite e convida para jantar. A todos escuta, e faz comentários e perguntas; e a todos impressiona a faculdade do chefe do governo de *saber perguntar*. Ao largo do Cabo Espichel, forças navais e aéreas portuguesas e britânicas, fazem manobras conjuntas; e a partir do Entroncamento contingentes portugueses de terra procedem a exercícios, integrados num plano NATO, e sob observação de oficiais do quartel-general inter-aliado. Paralelamente, a política interna ocupa Salazar. Com o Presidente e Albino dos Reis, combina a convocatória de uma sessão extraordinária da Assembleia Nacional, para 29 de Outubro. Em sucessivos Conselhos de Ministros é discutido e aprovado um decreto de vasto alcance: torna-se obrigatória a instrução primária para todas as crianças dos sete aos treze anos: entidades patronais, encarregados de educação, autoridades, são responsabilizados no cumprimento do diploma: reorganizam-se os serviços da Educação Nacional, as cantinas, a assistência a alunos pobres, as comissões recenseadoras: e intensifica-se a campanha nacional para acesso das grandes massas ao plano da cultura. E celebra-se em Goa o IV Centenário de S. Francisco Xavier: e Pio XII designa como delegado pontifício o Cardeal Cerejeira. Dezenas de milhares de peregrinos de toda a Índia e do Oriente afluem a Goa; e o Papa exalta em português a obra apostólica de S. Francisco Xavier e dos portugueses naquelas paragens. Salazar encontra ainda tempo para visitar a I Exposição de Arte de Trabalhadores, no Pavilhão dos Desportos; e faz chegar uma palavra de agradecimento à Academia do Mediterrâneo, de que é eleito sócio, com De Gasperi e Paulo Cunha. E Pedro Calmon, no Brasil, elogia a obra de Salazar no encerramento do ano lectivo do Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto, no Liceu Literário Português.

Na vida colectiva dos portugueses, no termo daquele ano de 1952, tudo parece decorrer com a *habitualidade* almejada por Salazar. Estão de luto o teatro e as letras portuguesas: morrem Maria Matos e Teixeira de Pascoais. Em França, morre Charles Maurras, e desaparece um homem cujas opiniões e doutrinas, embora sem as partilhar totalmente, Salazar acompanha há mais de quarenta anos. Jaime Cortezão, enfim regressado a Portugal,

profere na Sociedade de Geografia uma conferência sobre os fundamentos geográficos e humanos do Brasil. Paulo Cunha e Sir Nigel Ronald procedem a uma troca de notas que ampliam ao governo britânico as facilidades de trânsito concedidas na base das Lages aos Estados Unidos. Calouste Gulbenkian, o multimilionário dos petróleos, e que durante a guerra encontrara abrigo em Portugal, oferece aos museus portugueses mais uma das suas obras de arte: um quadro de Velasquez. Mas nos últimos dias do ano agita-se o ambiente político. Em Santa Clara, é pronunciado o julgamento dos oficiais que, segundo documentos apreendidos pela polícia, conspiravam para derrubar o regime: brigadeiro Maia, coronéis Martins dos Reis e Tadeu, capitão Henrique Galvão. Maia e Galvão negam qualquer actividade subversiva; os documentos exibidos no tribunal, segundo Galvão, eram notas pessoais imaginárias; mas Tadeu admite que participou em reuniões na Avenida do Aeroporto e no Ginásio. É condenatória a sentença, de dois a três anos. Acusados e promotor de justiça recorrem da sentença. Salazar manda cópia a Craveiro Lopes, e diz «*Não se pode dizer que seja uma grande peça*».

26

Depois da surdina na sua campanha, o Primeiro Ministro Nehru volta a atacar a política portuguesa em Goa. Para mais, o relevo dado pelo governo português e pela Santa Sé ao IV Centenário de S. Francisco Xavier agastou Nova-Delhi. E em 9 de Janeiro de 1953, o governo indiano insiste na redelimitação da Arquidiocese de Goa: «*uma vez que terminaram as celebrações do IV Centenário de S. Francisco Xavier, espera-se que aquele facto possa verificar-se em futuro próximo*». E poucos dias mais tarde, a 14, repisa a posição anterior; e como o governo de Lisboa se recusa a negociações com vista à «*reunião das possessões portuguesas com a India*», nenhuma outra solução é possível salvo «*uma transferência directa que assegure a fusão daqueles territórios com a União Indiana*». E sugere mais: Portugal deve transferir imediatamente Goa para a União a título de facto: e depois, com tempo, procederá a alterações constitucionais para,

do ponto de vista português, legalizar a situação: Nova-Delhi saberia esperar. É agora mais claro do que nunca o governo de Nova-Delhi: as negociações que propusera não se destinavam a regular problemas de vizinhança, nem a garantir uma autonomia ou independência de Goa, nem a consultar ou averiguar a vontade do povo de Goa: as negociações pretendidas deviam ter como objectivo somente a entrega do território à Índia: e há portanto que discutir somente os termos e datas daquela entrega. Em face desta atitude nítida, Salazar resolve informar os Estados Unidos, a Inglaterra e a França; e Vasco da Cunha (1) convoca os representantes dos três países. Mostra-se interessado, e favorável ao ponto de vista português, o embaixador americano Cavendish Cannon, que há pouco substituiria Mac-Veagh; não esconde a sua indiferença e alheamento Sir Nigel Ronald; e Bernard Durand, encarregado de negócios francês, é compreensivo. Vasco da Cunha sublinha que Portugal nada está a pedir, mas apenas a fornecer elementos. Garin, por seu lado, mantém os representantes daqueles três países em Nova-Delhi a par dos desenvolvimentos do problema. Lisboa não responde àquelas insistências indianas. Na União Indiana, recrudesce a campanha de imprensa contra Portugal, e são diárias as alegações de que são perseguidos em Goa elementos favoráveis a Nova-Delhi; e Nehru, no parlamento, multiplica-se em declarações hostis. De seu lado, a Santa Sé considera o problema da redelimitação da arquidiocese. Entretanto, é elevado à dignidade de Cardeal o Arcebispo de Bombaim, Gracias, duro inimigo da presença portuguesa em Goa. Salazar considera que o Vaticano procurou dar uma satisfação aos brios indianos: mas o gesto será havido como apoio do Vaticano à tese de Nova-Delhi: e virá reforçar quantos em Bombaim se agitam contra Portugal.

No espírito e Salazar não subsistem dúvidas sobre o bom fundamento da decisão tomada quanto a Goa. Torna-se agora

---

(1) Como o Conde de Tovar fosse colocado à frente da Delegação permanente de Portugal junto da NATO, abandonou o cargo de Secretário Geral do MNE, e sucede-lhe na função Vasco Pereira da Cunha, até aí Director Geral dos Negócios Políticos.

necessário que os portugueses compreendam o que está em causa: a União Indiana *quer* o Estado Português da Índia, *quer* anexá-lo, conquistá-lo, integrá-lo na sua soberania: qualquer política, ou proposta, ou negociação, que não levem àquele resultado, serão sempre rejeitadas pela União Indiana. Na tribuna do parlamento de Nova-Delhi, Nehru acusa Lisboa de intransigência, de inflexibilidade: são palavras que em Portugal perturbam alguns, ou são exploradas por outros: e há os que se perguntam por que não *transige* Portugal em negociar, por que não tem Portugal a *flexibilidade* de conversar com Nova-Delhi. Na falta de capacidade crítica do escol português, ou na sua tendência a impressionar-se com as atitudes dos estrangeiros, muitos perdem de vista os *objectivos reais* da União Indiana e julgam possível, *ao mesmo tempo*, conservar Goa e apaziguar a Índia: deseja-se acima de tudo evitar dificuldades, sacrifícios, complicações: e por isso se pretendem os resultados de uma política, a de manter Goa, e os resultados de uma política contrária, a de boas relações com Nova-Delhi: e muitos preferem não atentar em que a *única política* que satisfaz a União é a da entrega, sendo inútil fingir que se vai entregar Goa sem se entregar. Por outro lado, cabe perguntar: agradar à União Indiana serve o interesse nacional português — em quê? Boas relações com a Índia interessam na medida em que exista Goa portuguesa; se for perdida Goa, nas coordenadas geo-políticas da nação portuguesa é mínimo o papel que cabe à Índia, que não é potência mundial, nem vizinha ou próxima: quando muito, e naquela hipótese, ficarão relações de recordação histórica. E a verdade é que Nova-Delhi não refuta, nem sequer examina os argumentos avançados por Lisboa: não contesta os direitos de Portugal; não declara ilegítima a soberania portuguesa; não impugna o facto de Goa fazer parte integrante de uma nação e de os seus habitantes serem cidadãos como os demais; não rejeita o argumento de que a geografia por si não concede direitos e de que há outros países com territórios separados por vastas distâncias (o Paquistão é dividido em Oriental e Ocidental, os países formados por arquipélagos): e não invoca sequer a vontade dos goeses, porque sabe que estes preferem ser portugueses a indianos. Mas Salazar tem ainda em mente outras considerações. Decerto: Goa é indefensável mili-

tarmente perante o colosso indiano: mas em causa está uma questão de princípio. Se Portugal entregar um território porque um governo estrangeiro o solicita, com que fundamento pode negar pedidos semelhantes quanto a outros territórios portugueses? Se entregar Goa à Índia, em nome de que princípio recusará amanhã Timor à Indonésia? Se entregar Goa, em nome de que princípio defenderá amanhã Angola, ou Moçambique, ou a Guiné? Mas não poderá Nehru invadir e ocupar Goa? Pode: nesse caso Portugal é vítima de um acto de força, de uma afronta à carta da ONU, de uma agressão em suma: os princípios em que Portugal se baseia, todavia, ficam intactos. Se Portugal entregar Goa, não está por esse próprio facto admitindo a ilicitude da sua soberania? Se a soberania portuguesa é ilícita em Goa, como pode ser havida por legítima noutros territórios ultramarinos de igual estatuto? A partir do momento em que, por seu alvedrio, entregar Goa, tem Portugal que ser considerado um país estrangeiro em Angola, ou Cabo-Verde, ou qualquer outro seu território. E por último o chefe do governo tem mais um ponto em mente: Goa é uma posição ocidental: se for perdida, é mais uma posição que o Ocidente perde. Deste modo, a única política que pode salvar Goa é a de cortar a Nehru todas as alternativas, salvo uma: a força, a guerra: mas esta não pode o chefe indiano fazê-la porque esbarra com a sua política pacifista sobre que assentam todo o seu prestígio e a magistratura mundial que se arroga. Salazar sente assim que a sua atitude está certa: não tem mesmo outra. Entre os altos círculos políticos, por tibieza ou tendência para a opção mais fácil, alguns discordam, e sugerem habilidades, conversas dilatórias, meias políticas. Por que não um plebiscito? Por que não dar independência a Goa, mantendo-a ligada a Portugal numa federação? Mas Salazar vê que essas soluções levam inevitavelmente à *entrega* de Goa. Um plebiscito? Mas Nehru já declarou que não aceita os resultados de um plebiscito, como o não aceitou nos estabelecimentos franceses; e os meios indianos já afirmaram que, para ser reconhecido, um plebiscito teria de supor a liberdade *prévia* da União Indiana fazer *dentro* de Goa a propaganda que desejasse, usando para tanto de meios de acção que Portugal de modo algum possui; para mais, aceitar um tal facto seria diminuir e limitar a soberania portuguesa, porquanto

nenhum governo soberano pode admitir em território seu a propaganda de um governo estrangeiro; e por fim, criado o precedente de um plebiscito em Goa, estava aberto o caminho para a exigência de plebiscitos noutros territórios, com as mesmas imposições e com os mesmos resultados. E independência? Somente quantos forem dotados de extrema candura podem acreditar que subsistiria como independente uma Goa minúscula, situada a milhares de milhas de Portugal e paredes meias com um vizinho poderoso, que para Goa enviaria dinheiro, homens, armas, e estabeleceria um *governo* local que em duas semanas solicitaria a anexação à grande Índia. Se Nehru, num momento de desvairo, atacar Goa, perde-se um território: mas salva-se uma política e afirmam-se princípios que estão na base da defesa dos demais territórios. E se alguns entre o escol tem dúvidas, e procuram subterfúgios para afastar dificuldades, na massa do povo Salazar encontra apoio e compreensão: Goa é portuguesa: e o governo não pode entregá-la. Firmada a sua decisão, encontrado o seu caminho, Salazar dispõe-se a executá-la friamente, sem nervos. Procura conhecer bem o carácter de Nehru, o seu temperamento, os seus processos políticos: e lê obras sobre o Primeiro Ministros indiano e estuda a sua auto-biografia. Por seu lado, Nehru colhe informações, deseja saber como actua e como reage Salazar. Além de tudo, está travado um duelo de inteligência e lucidez entre dois homens.

Confirmada pela atitude indiana a procedência da decisão, tudo o mais decorrerá naturalmente, numa linha lógica que permite resolver com facilidade e coerência a posição a tomar perante os incidentes que no dia-a-dia surjam a propósito de Goa, e Salazar pode entregar-se à rotina da administração. Segue atentamente os trabalhos da Câmara Corporativa e da Assembleia Nacional, que debatem o Plano do Fomento, a lei orgânica do Ultramar, a estrutura das forças militares ultramarinas. Há a cerimónia da imposição do chapéu cardinalício ao Núncio Ciriacci(1), e por José Noso-

(1) Segundo um privilégio existente desde o tempo de D. João V, o Núncio em Portugal, quando findasse a sua missão, ascendia à dignidade de Cardeal; e a imposição do chapéu cardinalício constituía uma prerrogativa do Chefe do Estado português, actuando em nome do Papa. Em

lini, que vem a Lisboa para assistir, Salazar informa-se com minúcia sobre a política da Santa Sé. Depois, em Fevereiro, a opinião pública tem um sobressalto de emoção: há tumultos em S. Tomé: o governador Carlos Gorgulho não domina os seus nervos: e um excesso de repressão ocasiona mortos e feridos. Desde logo, todavia, os espíritos atentam em outros acontecimentos: a coroação da Rainha de Inglaterra, por quem a opinião pública sente uma simpatia romântica; a reintegração de professores e médicos distintos, que haviam sido afastados por motivos políticos; o fornecimento pelos Estados Unidos de novos aviões militares a jacto para a Força Aérea portuguesa; grandes manobras aero-navais. De permeio, surge um convite do generalíssimo Franco para que o Presidente Craveiro Lopes visite a Espanha. Salazar teria preferido que fosse ao Brasil a primeira deslocação oficial do novo Chefe do Estado; mas porque continua a não ser retribuída a visita de António José de Almeida, aquela ainda não é viável. E em 1 de Março de 1953 é anunciada ao país a viagem oficial de Craveiro Lopes a Espanha.

Nos meios da *União Nacional*, entretanto, há agitação, troca de ideias, fazem-se sugestões: aproxima-se a data de 27 de Abril; Salazar cumpre vinte e cinco anos ininterruptos de governo; há que celebrar a data com relevo. Na Comissão Executiva, e entre os dirigentes mais grados, combina-se um vasto programa comemorativo. Antes de iniciar a sua execução, todavia, os homens da *União Nacional* procuram Craveiro Lopes, e expõem-lhe os seus projectos. Em alguns números, está prevista a participação do Chefe do Estado; e numa imponente manifestação, que se pensa realizar na Alameda Afonso Henriques, conta-se com a presença do chefe do governo. Craveiro Lopes dá a sua anuência; mas deseja avistar-se com Salazar para obter a reacção deste. Numa das audiências habituais das manhãs de domingo, o Presidente refere os planos da *União Nacional*, e Salazar diz apenas: «*temos muito tempo para pensar nisso*».

---

compensação, o governo português considerava sempre o Núncio apostólico como decano do Corpo Diplomático, ainda que fosse o chefe de missão mais moderno. Privilégios idênticos existiam a favor da Espanha, Itália, França e Áustria. Paulo VI pôs unilateralmente fim a tais privilégios.

Craveiro Lopes comunica à *União Nacponal* o que presume ser a concordância de Salazar, e aquela inicia os preparativos.

De novo em Paris, Christine Garnier retoma a sua correspondência aturada, e Salazar escreve todos os domingos, sem falta. Mas num domingo não escreveu. Quebrou um ritual, lamenta Christine; e a ternura percisa de um ritual. E está numa disposição péssima, presa à cama, atormentada por uma ciática, isolada do mundo. Recorda com mais intensidade a última estadia em Portugal, os momentos de afecto, os episódios com Salazar. Lembra-se de um passeio em que lhe fez uma terrível cena de ciúmes? E como vão os trabalhos da quinta? Ainda estão no mesmo local o *nosso* banco, a *nossa* escada? Ah! a verdade é que encontra em Salazar todas as seduções humanas e sobrehumanas. E no seu pensamento, no seu coração segue-o passo a passo, e diz para si mesma: agora *ele* está sentado num degrau da escada de pedra, ou agarra um cacho de uvas que pende das videiras, ou sobe por um carreiro em que ela torcia sempre o tacão do sapato, ou descansa, ou contempla a lua a brincar por entre as folhas de uma pereira. E quando batia de manso na porta do quarto para a acordar? Enfim, tudo com Salazar é precioso, e toma um ar de eternidade.

27

Regressado aos Estados Unidos, Dwight Eisenhower apresenta a sua candidatura à Presidência, em nome do partido republicano; é eleito; e sucede a Harry Truman. No Departamento de Estado, Dean Acheson é substituído por John Foster Dulles. Tem repercussões no mundo o resultado da eleição: que política será a de Eisenhower? Em França, acentua-se a instabilidade governamental, e desta resulta uma oscilação constante da atitude de Paris. Schumann abandona os Negócios Estrangeiros, e regressa Georges Bidault; e de novo estão em causa o papel da França, na NATO, e as relações com a nova Alemanha de Konrad Adenauer. Neste particular, o debate político em França trava-se sobre a questão de manter um exército francês autónomo, ou de o *europeizar* numa *união da Europa*

Ocidental, ou na estrutura da NATO; e ainda sobre o estatuto da Alemanha, que ressurge como Estado federal, e a cooperação desta com o Ocidente. São tradicionais os receios da França perante um ressurgimento do poderio germânico; restabelecer este, todavia, parece indispensável para resistir ao expansionismo soviético; há que procurar, desta forma, o melhor enquadramento para uma Alemanha remilitarizada; e Londres e Washington, com a anuência de Bonn, inclinam-se para a entrada da nova República Federal no quadro do *Pacto do Atlântico*. Por seu lado os Estados Unidos, sob a orientação de Dulles, reforçam uma política de alianças para além da *NATO*, e destinada a conter a penetração russa: as Filipinas, a Austrália, a Nova-Zelândia, a Tailândia, o Paquistão, a França e o Reino Unido dão o seu aval a essa política; e em paralelo com a *NATO*, é firmada a *SEATO* (1). De súbito, porém, o mundo é colhido por uma notícia inesperada: em de Março de 1953 morre Estaline. Da reunião do presisidium emana a escolha de Georgi Malenkov para lhe suceder em todos os cargos; mas, pouco após, a sua actividade fica cingida à chefia do governo; e as funções de secretário do partido são confiadas a Nikita Krushchev. No exterior, há a sensação de que, no plano político, está constituído um triunvirato formado por Malenkov, Beria e Molotov, e que disporia das decisões supremas: é o princípio da *chefia colectiva ou colegial*, apresentado como inovação na estrutura do poder soviético: e é denunciado o culto da personalidade do tempo de Estaline. Pelo mundo corre uma interrogação: vão cessar o terror, a agressividade, a subversão de terceiros países, o expansionismo imperial da ditadura estaliniana? Muitos ficam persuadidos de que a União Soviética, desaparecido o *ditador de aço*, vai entrar num período de distensão, de liberalismo; e entre os povos dos países satélites há sobressaltos de esperança. E Eisenhower declara: «*o mundo inteiro sabe que com a morte de Estaline findou uma era*».

Em Lisboa, Salazar, sempre apaixonado pela situação do mundo, não deixa de se sentir preocupado, e mesmo perplexo.

---

(1) Iniciais para significar: *South East Asia Treaty Organisation*.

Como a encara neste momento? Escreve para Bruxelas, a Eduardo Leitão: «*Noto na vida internacional uma pausa, de um lado provocada por ninguém saber quais serão e até onde irão as divergências no respeitante aos negócios do mundo entre a administração de Eisenhower e a de Truman, por outro pela mutação no governo da França que se encontra em face de uma opinião pouco disposta a aceitar o exército europeu, ou talvez mais precisamente a dissolução do exército francês no exército europeu*». E quanto a ideias federalistas? «*A meu ver*», diz Salazar, «*as ideias federalistas que parece terem sido tão do agrado de franceses e italianos e não sei se belgas e holandeses, apesar do impulso que por todas as formas lhes dão os americanos, encontram dificuldades de execução e até poucas simpatias em muitos meios, convencidos de que se trata menos de um problema europeu do que de arranjar maneira de resolver dificuldades da política francesa*». Em nada disto tem Portugal que estar envolvido, mas «*o caso é sobretudo desagradável por que estes vai-vens da política europeia fazem perder tempo na organização de forças e no estreitamento da cooperação económica, militar, cultural e política que, sem federação ou confederação, é possível e necessário estabelecer e reafirmar*» (1).

Estas preocupações pela defesa do Ocidente não são exclusivas de Salazar. São partilhadas por homens eminentes, da política e das letras, em muitos países do Ocidente. Há pouco fora Henri Massis, que viera desabafar junto de Salazar a sua ansiedade; e agora é a Gustave Thibon, da mesma linha ideológica de Massis e de Gabriel Marcel, que Salazar recebe, e interroga sobre a situação francesa, e de quem escuta iguais desabafos. E são também homens da política: é André de Staercke, muito ligado a Paul Spaak, que em cartas e visitas não esconde o seu pessimismo; é Van Acker, Primeiro Ministro belga; é Paul Van Zeeland, que continua ministro dos Estrangeiros da Bélgica; são

(1) Esta carta é enviada a Eduardo Leitão pouco tempo antes da morte de Estaline. Por isso, ao comentar a situação europeia, e no meio do seu pessimismo, tem ainda esta frase: «*sobre a tristeza que o espectáculo do mundo ocidental nos causa, vejo apenas uma luz de esperança — é que Estaline não quer fazer a guerra*».

outros ainda. E justamente Van Zeeland acaba de convocar Eduardo Leitão e de lhe pedir para consultar o chefe do governo português sobre a conjuntura mundial, e em particular os negócios da Europa e as ideias em curso quanto ao futuro desta. Leitão tudo transmite para Lisboa, e Salazar responde à consulta de Van Zeeland no dia seguinte ao da morte de Estaline (1). Traça um quadro inicial: «*As coisas aparecem-nos assim: os Estados Unidos, pela simplicidade do seu espírito e ligeireza das suas opiniões, não vêem para a Europa outra solução política que não seja a unidade através da federação; a França, que se nos afigura um país cansado de lutar e a quem a plena independência parece pesar, adopta a ideia como a maneira mais fácil de evitar o rearmamento alemão isolado e amanhã potencialmente hostil; as nações que se agrupam em volta da França parecem convencidas, embora por motivos diversos, de que aquele é o melhor caminho de salvar a Europa e talvez o único de assegurar o apoio americano, em potência militar ou em dólares*». Desdobra depois o seu pensamento: há apenas duas realidades, que são uma ideologia americana e uma política francesa: mas a viabilidade de executar a ideia, o ambiante político e moral, os problemas económicos, estão em plano secundário, embora sejam o essencial. Por ideologia americana, entenda-se uma ideia de partido político no governo; por política francesa entenda-se a de uma fracção dos políticos franceses, porque a França, «*se anseia por não ter de bater-se, também procura não ser mandada por outros*»; e quanto ao receio de perda do auxílio americano, «*penso que esse receio não tem razão de ser, porque a Europa é tão necessária à América como esta à subsistência da liberdade europeia*». Mas «*é sobre tão frágeis fundamentos que se anda a construir a*

(1) Ao elaborar a sua resposta, Salazar ouviu Santos Costa, Paulo Cunha e Costa Leite, e do texto mandou cópia a Craveiro Lopes, com uma carta em que diz: «*Senhor Presidente — Como desejei ouvir os ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, além do ministro da Presidência, acerca do meu projecto de resposta à consulta do Sr. Vaz Zeeland, feita através do nosso ministro em Bruxelas, só hoje essa resposta segue pela mala ao seu destino. Não me foi por isso possível mandar antes a Vossa Excelência uma cópia, o que faço agora*». Da carta de 7-3-1953.

federação da Europa». E essa federação é possível? No domínio lógico, é. Apenas há duas maneiras, no entanto, de a conseguir: por acto de força de um federador ou por lenta evolução que pode levar séculos. Não existe um federador: «*se a Rússia puder, talvez ela o faça nos países danubianos sob a sua égide; se Hitler tem ganho a guerra, era possível que obrigasse a Europa a federar-se sob a hegemonia alemã; e pelos frutos e demoras da evolução não se quer esperar*». E que pode resultar de uma federação? Resultam o abandono de terras, arrumação ou concentração de indústrias, deslocação de populações, desiquilíbrios económicos, perdas de interesses e capitais: são sofrimentos sem conta, alterações profundas nas maneiras de viver e de pensar: «*mas retoma-se a vida em novas bases, e no futuro, num futuro largo, pode até ser melhor para todos os que então existirem*». Isto pode fazer-se pela força; não o podem fazer os políticos, ao menos de um dia para o outro, contra interesses inconciliáveis e os sentimentos das populações. Porque a verdade é que a Europa nasceu de um certo modo e tem um certo carácter; a sua diversidade, se é fraqueza, é também fonte da sua radiação universal; tem nações tão antigas que o seu nacionalismo se confunde com o instinto de propriedade; e é duvidoso que por combinações ou tratados se possa erigir o Estado Europeu. E, se se constituísse, esse Estado Europeu seria por muito tempo destituído de coesão e força efectiva: «*o momento óptimo para o ataque russo, se a Rússia pensasse em atacar o Ocidente, era exactamente o da constituição do Estado Federal Europeu*». Essa federação, a fazer-se, far-se-ia sob a égide republicana: comportaria três grandes repúblicas (França, Alemanha, Itália) e três pequenas monarquias (Bélgica, Holanda, Luxemburgo): a força das primeiras, a dificuldade de escolha de uma dinastia comum, o desejo dos americanos, imporiam a solução republicana: e os três pequenos países teriam de se desfazer das suas instituições. Depois, há o problema colonial. Itália e Alemanha foram despojadas de tudo; os domínios ultramarinos serão integrados na federação, que herdará as colónias belgas e francesas; os que nada têm a perder são os que têm tudo a ganhar; mas a Bélgica e a França não pertencem a esse grupo. Deste modo, uma federação europeia suscitará mais problemas do que resolve; cons-

tituiria por muito tempo uma construção política e economicamente frágil; por cima de sacrifícios e sofrimentos a impor às gerações actuais, a Federação poderá dispor de mais espaço, racionalizar a produção, conseguir com os territórios ultramarinos uma maior base económica para o conjunto. Acontece que, pela sua força e capacidade, será a Alemanha quem conduzirá a federação para *todos* os seus destinos. «*Para isto, talvez não valesse a pena ter feito a guerra*». E a Inglaterra? No território europeu, a Inglaterra funciona já como um estado federal; no mundo, é a cabeça de uma associação de Estados. Se a Inglaterra tomar na Europa o compromisso de um esforço total, será a perda da chefia da comunidade; e os vários Estados que compõem esta, privados daquele ponto de apoio, procurarão outros polos de atracção. Parece desassisado que, em nome de uma unidade hipotética, se desfaça ou corra perigo de desaparecer uma outra unidade, já existente e de real valor.

Neste quadro, que posição convém a Portugal? Independentemente da aliança antiga, e considerando apenas o jogo das forças mundiais que emergem, importa a Portugal uma Inglaterra forte e independente: «*quem nos dera que possa continuar a ser um factor de equilíbrio entre os Estados Unidos e uma federação europeia em que a Alemanha seja o elemento preponderante*». No mais, e «*se posso ser intérprete do sentimento do povo português, devo afirmar que é tão entranhado o seu amor à independência e aos territórios ultramarinos, como parte relevante e essencial da sua história, que a ideia da federação, com prejuízo de uma e de outros, lhe repugna absolutamente*». Nos dissídios da Europa, raras vezes Portugal interveio; e sempre com dano de outros interesses mais altos. Se agora se compromete no *Pacto do Atlântico*, e para caso de ataque pelo imperialismo russo, «*é que há a compreensão nítida de que esse imperialismo traz consigo os elementos destrutivos da nossa mesma razão de ser*»; e por isso evitar aquele ataque «*é condição necessária ao prosseguimento da nossa missão no mundo*». Da Europa, interessam a Portugal a paz, o génio e espírito da civilização cristã, e mais nada; e Angola e Moçambique interessam bem mais. Felizmente, são de tal relevo os Pirinéus que abrigam a península de uma absorção ou decisiva influência; a Espanha, com

as suas ligações à América central e do sul, decerto vê mais futuro no conjunto hispano-americano do que numa federação europeia. Do debate em torno do problema, a Portugal somente interessa não ser embaraçado no seu caminho; e por isso se tem abstido de intervir em discussões públicas ou de pertencer a alguns organismos, como o Conselho da Europa e outros. Portugal sabe que não pode influir na evolução das ideias e dos acontecimentos: «*mas não devemos esquivar-nos a dizer com inteira lealdade o que pensamos acerca de umas e dos outros*».

Nesta mesma orientação, e sem embargo do seu capticismo, Salazar não abandona as relações com o Brasil. António de Faria havia estado em Lisboa avistara-se longamente com o chefe do governo e Paulo Cunha. Fica assente que, no regresso, Faria abordará o Presidente Vargas sobre o conjunto das relações luso-brasileiras, e as queixas no plano económico, e as apreensões no terreno político e cultural: tudo parece suspenso, ou é postergado desdenhosamente pelos brasileiros como se não existissem acordos que vinculam um país e o outro. E Salazar resolve sublinhar a Faria a necessidade de falar a Vargas. Diz ao embaixador: «*Chamar a atenção do Presidente para tudo isto, se feito com suficiente clareza e habilidade diplomática, não pode magoá-lo. É naturalmente inútil, mas nós não podemos dispensar-nos de empregar os máximos esforços por fazer das relações tergado desdenhosamente pelos brasileiros como se não existis-luso-brasileiras uma realidade viva, promissora dos melhores frutos políticos, morais e mesmo económicos*». Faria avista-se efectivamente com Getúlio Vargas, que o acolhe e escuta com bom espírito, e promete dar as suas directivas para que não continuem emperradas as relações entre o Brasil e Portugal. Faria aborda mais uma vez o problema da nomeação de Olegário Mariano. Vargas parece hesitante. E circulam rumores de outros nomes: Cristiano Machado, Caio de Mello Franco, Ouro Preto. Na essência da conversa, todavia, Vargas mostra-se silencioso, e alheio. Salazar cinge-se a um comentário: «*Vejo pelo conjunto de circunstâncias verificadas que o Presidente não quis ou não pôde manifestar interesse pelas questões — e são muitas, e importantes a nosso ver, e que precisavam de estudo e resolução*». Olegário acaba por ser nomeado.

Se estas são no momento as preocupações de Salazar, a curiosidade da opinião pública dirige-se noutro sentido: o Supremo Tribunal Militar está julgando o recurso interposto sobre a sentença de Santa Clara: e a imprensa publica largos relatos. Ao cabo de duas semanas, o Supremo pronuncia o seu veredicto: anula a sentença da primeira instância; com alterações ligeiras, mantém a condenação de Tadeu e Galvão; e absolve os demais acusados. Henrique Galvão considera-se a si próprio uma vítima do regime, um homem perseguido pessoalmente por Salazar, a quem se dirige por escrito com extrema violência; e a oposição adopta-o como uma das suas figuras de destaque. Na véspera da leitura da sentença, o chefe do governo vai ver a passagem de um filme sobre as celebrações de Goa em honra de S. Francisco.

28

Dentro de pouco, Salazar cumpre sessenta e quatro anos de idade. Fisicamente, depois das marcas fundas e dos estragos feitos pela guerra, não envelheceu mais o seu aspecto: cabelo todo branco, mas farto; pele de marfim transparente, lisa e bem escanhoada; semblante grave; e andar compassado, gestos lentos, voz sempre igual, sem emoção ou nervos. Não tem enfermidade grave: apoquentam-no as insónias, as enxaquecas; um pequeno quisto nas costas foi facilmente extirpado por Bissaia Barreto; os cálculos na vesícula são por vezes incómodos; e agora sente de longe em longe umas palpitações cardíacas, de que se queixa a Eduardo Coelho, mas em que este não vê patologia grave. Mentalmente, está intacto: nada perdeu da sua lucidez, da sua frieza, da sua faculdade de avaliar, concluir, interpretar: e tudo está enriquecido por experiência já antiga de homens e coisas. Mas não é a mesma a sua resistência ao trabalho: quando veio para Lisboa, e tomou as Finanças, podia trabalhar dezasseis, dezoito horas por dia: e agora está fatigado ao cabo de oito ou dez horas. Para trás, há um quarto de século de governo: são vinte e cinco anos ásperos, ingratos, de mil horas excomungadas. Pelo caminho, já desbotado na distância, ficam homens do grande mundo com quem se correspondeu, ou tratou de negó-

cios de vulto. Dos seus companheiros de jornada desapareceram muitos: Duarte Pacheco, que o fora buscar a Coimbra, morrera num desastre de automóvel; Manuel Rodrigues e Mendes dos Remédios, que vieram para Lisboa na mesma altura, já mortos; e mortos também D. Manuel II, e D. Amélia, e Teixeira de Sampaio; e Vicente de Freitas; e tinham morrido os homens eminentes da I República, desde Afonso Costa a Bernardino Machado, desde Brito Camacho a António José; e outros e outros; e agora, há dias, morre Fezas Vital, também suspenso em Coimbra e que sempre fora colaborador pessoal de bom conselho. Depois de cruzar as sete partidas como peregrino e apóstolo de Cristo-Rei, morrera enfim o Padre Matteo, há pouco, no Hospital de Saint Joseph, em Trois Rivières, no Canadá: o mesmo Padre Matteo que também habitara os *Grilos*, havia mais de trinta anos, com Cerejeira, e que pressentira em Salazar um vulcão de ambições e lhe dissera para aceitar o cargo de ministro das Finanças, após comungar (1). Em torno de Salazar, dos companheiros de ideal e de combate da *nova escola* de Coimbra envelhecem Gonçalves Cerejeira, Mário de Figuiredo, José Nosolini: e os demais morreram, foram distribuídos pela vida, perderam-se no anonimato. Na aldeia, tudo está diferente. Suas irmãs entraram na velhice: Marta passou os setenta e um anos, as outras rondam a mesma casa. Está rijo o Ilídio, o pedreiro, sempre pronto a erguer um muro, a construir um alpendre. No mais, em redor estão destroços de um mundo que desabara, e ruíra com fragor; perante Salazar, surgiram sombras que a sociedade do após guerra não comportava, e que procuravam sobreviver; e agora recorrem para o chefe do governo português, esperando auxílio ou ao menos uma palavra de consolo. É Suzanne Abetz (2) que pede a intervenção de Salazar para que seu marido seja liberto;

---

(1) Ver vol. I, págs. 336 a 338. Já internado no hospital, Matteo escrevera ainda a Salazar, cuja vida seguiu sempre atentamente.

(2) Otto Abetz fora, com categoria de embaixador, o representante pessoal de Hitler na França sob ocupação alemã. Sincero amigo da França, parece ter feito quanto pôde para expor e defender o ponto de vista do povo francês junto do chefe nazi; mas foi aprisionado depois da guerra.

é a Baronesa de Hoyningen-Huene (1) que, isolada numa Alemanha que a repudia, recorda os seus grandes tempos de Lisboa e solicita amparo; é Helena Lupesco, Princesa da Roménia, e viúva do Rei Carol, há pouco falecido no Estoril, que pede o apoio de Salazar na solução de problemas causados por aquela morte; e são mil outros, grandes e pequenos, que d'além fronteiras dirigem os seus apelos, como se Salazar fosse um roble indestrutível nas tormentas, um granito que desafia acontecimentos e mudanças. Ao cabo de vinte e cinco anos, está firmado o *mundo salazarista*, com o seu sistema de ideias, de ritos, de princípios, de reacções; e quando tudo se desagregou em volta, e estão por terra padrões de valores havidos por sagrados, e todos se debatem na busca de novos marcos de orientação e de novas coordenadas de vida, o *mundo salazarista* aparece com o sortilégio das certezas, apresenta-se com o fascínio das respostas a interrogações e dúvidas, e preenche espaços abertos, abismos profundos. Salazar projecta uma imagem que o ultrapassa, que o transcende, que tem vida própria e independente do seu autor: não é Salazar: é a ideia que os homens se fazem de Salazar. Pelos amigos, os aderentes e partidários políticos, os adeptos, os devotos incondicionais, são-lhe atribuídas virtudes que não tem e poderes de magia que não possui; e os inimigos pessoais, os adversários, os que acalentam ódio cego, assacam-lhe defeitos que não são os seus, censuram-lhe atitudes ou intenções que são imaginárias somente. Para uns, é o super-homem, o asceta, o sacrificado, o vidente, quase o santo; para outros, é o déspota, o tirano, o verdugo, o demoníaco, quase o algoz da sociedade; e uns e outros, por razões opostas, desumanisam-no e endeusam-no. Salazar, em si, é homem de Estado, mestre-escola e cidadão da República, e solicita de suas irmãs que lhe façam uma camisola de malha de lã para usar debaixo do colete — e está a pensar em pedir cento e cinquenta contos emprestados a monsenhor Carneiro de Mesquita enquanto, com Christine Garnier, observa a lua por entre as folhas das árvores.

---

(1) Recorde-se que Hoyningen-Huene, homem de grande distinção, fora ministro da Alemanha em Portugal quase até ao fim da guerra. Salazar tinha pelo Ministro e pela baronesa a maior consideração.

Por devoção pessoal, por motivos políticos, e ainda para corresponder ao sentimento de uma larga parte da opinião pública, a *União Nacional* preparou um vasto programa para celebração dos vinte e cinco anos de Salazar no governo: trata-se de glorificar o homem, aclamar o estadista, salientar um caso raro de longevidade política. E Luís Supico Pinto é encarregado pela *União* de expor o projecto a Salazar, e de obter a sua aprovação. Por outro lado, Craveiro Lopes escreve ao chefe do governo uma carta em que exprime seu interesse e o seu apoio pessoal às comemorações. De súbito, Salazar apercebe-se do que se prepara: e declara a Supico que se recusa a participar, que não aprova o plano, e que em nenhum caso sairá do edifício do Palácio de S. Bento. E em 26 de Março de 1953, à última hora, convoca com urgência um Conselho de Ministros. Expõe Salazar os antecentes do plano da *União Nacional* para celebrar a 27 de Abril os seus vinte e cinco anos de governo; informa que aquela pusera a questão ao Chefe do Estado; e que este, havendo interpretado mal a conversa de há tempo, incitara a *União* a seguir com o projecto. «*O Chefe de Estado não está habituado a trabalhar comigo*», comenta Salazar, «*e por isso não compreendeu as minhas reticências*». Acabava agora de saber que tudo está muito adiantado: como agir? Põe três hipóteses: não se realizar a manifestação de massas; realizar-se, mas não assistir; transferir a manifestação para o dia 28 de Maio, deixando assim de lhe ser dirigida. Que pensam os Ministros? Todos entendem que a manifestação deve efectuar-se, e Salazar assistir. Pires de Lima observa que a transferência para 28 de Maio não tem significado, salvo se pretende amputar-se ao movimento os dois primeiros anos, de 1926 a 1928, e isso poderá ter inconvenientes políticos; e Santos Costa insiste em que o *27 de Abril* reúne uma unanimidade que já se não produz em torno do *28 de Maio*. Salazar deplora a atitude do Conselho, e afirma que aceita alguns actos praticados dentro da Assembleia Nacional, e nada mais. E remata: «*recuso-me a ser canonisado civicamente*».

Dois dias depois escreve uma longa carta a Craveiro Lopes. Decerto: aprecia o interesse do Presidente, e está grato pela gentileza; mas não pode aceitar o programa traçado. E isso por três motivos: falta de resistência física e moral para assistir a

uma consagração daquele género; o melindre de ter de autorizar despesas avultadas do Tesouro em proveito próprio; a estranhesa natural da opinião pública perante o que seria havido como mudança psicológica do chefe do governo. Alguma coisa se pode e deve fazer na data de 27 de Abril: não a glorificação de uma *pessoa:* mas a celebração de um *facto* que simboliza uma estabilidade governativa. Em qualquer caso, o que está projectado — «*pelo facto de eu não poder faltar nem estar presente*» — é irrealizável. E Salazar repete a Luís Supico que não participará em qualquer acto que o force a sair do Palácio de S. Bento (1).

---

(1) Tem interesse documental e biográfico esta carta de Salazar a Craveiro Lopes. Transcrevo-a na íntegra: «*Senhor Presidente—Recebi a carta de Vossa Excelência de cujo teor dei conhecimento aos membros da comissão executiva da União Nacional. Cumpre-me em primeiro lugar agradecer a Vossa Excelência a expressão do seu interesse pelo caso das comemorações que a União Nacional tinha delineado para 27 de Abril. É gentileza pela qual me confesso muito grato. Sem embargo do meu reconhecimento, Vossa Excelência permitir-me-á que diga alguma coisa acerca das razões da minha reserva ao projecto de programa. Lamento não ter sido mais explícito, e apenas reticente, quando Vossa Excelência fez ligeira alusão a uma manifestação que deveria realizar-se na Alameda Afonso Henriques, em 27 de Abril. Porventura partiu dessa minha falta ter a União Nacional avançado afoitamente pelo caminho que a levou ao programa em discussão. Penso no entanto que a Comissão Executiva poderia ter reflectido sobre três aspectos da referida manifestação, que é aliás o fulcro de tudo o mais: a falta de resistência física e moral para assistir a uma consagração daquele género; o melindre de ter de sancionar despesas avultadas do Tesouro em proveito próprio; a estranhesa natural do País perante uma mudança de atitudes que tinha o direito de interpretar como correspondendo a uma mudança psicológica do chefe do governo. O carinho, a dedicação, o entusiasmo não deixaram ver que no que se fizesse haveria em primeiro lugar de não contradizer o passado. Longe de mim a ideia de que nada tinha de fazer-se ou nada podia fazer-se em 27 de Abril. No meu modo de ver podia e até talvez devessem celebrar-se o facto da estabilidade governativa e os princípios de que emana, e de nenhum dado mais concreto podia dispor-se para o efeito do que dos vinte e cinco anos que nesse dia 27 se prefazem. Mas a ideia sofreu gravíssimo entorse ao pretender-se glorificar apenas uma pessoa, o que não é bem, pois que, se os vinte e cinco anos houvessem sido preenchidos por dez vezes, a duração seria a mesma e a estabilidade nenhuma. Indiquei por isso à União Nacional, com grande pesar da comissão executiva, que seria preciso ou desistir em absoluto da manifestação de 27, como estava*

Aproxima-se a Páscoa, Salazar vai passá-la ao Vimieiro. Não se lembrou na última conversa com o Chefe de Estado de informar este. Escreve-lhe: «*Esqueci-me de dizer a V.ª Excelência que tencionava não passar em Lisboa o fim de semana e o Domingo de Páscoa que passarei na aldeia, se Vossa Excelência não precisar de mim nesses dias*». Não se demora Salazar além da Páscoa, todavia, e em 8 de Abril convoca uma reunião especial do Conselho de Ministros. Dois problemas se apresentam com urgência, e gravidade. Solicitado pela NATO, Portugal tem de prestar a sua contribuição para as despesas do conjunto, e estas avaliam-se, de momento, em mais de um bilião de libras, correspondentes a oitenta milhões de contos; e desejar-se-ia que o governo português se responsabilizasse por uma percentagem certa dos custos globais. Não decide assim o Conselho: Portugal entrará com uma quantia a determinar, consoante os recursos, mas não com somas que poderiam oscilar ao sabor dos sucessivos orçamentos que fossem elaborados pela NATO. Mais grave se apresenta o segundo problema. Tendo a Santa Sé elevado ao cardinalato o Arcebispo Gracias, de Bombaim, e não havendo praticado acto que prestigiasse o Patriarca de Goa, este sentiu-se diminuído, e retirou para Macau. Cabe agora ao governo de Lisboa defender a dignidade do Prelado português: como? Salazar sugere que se insista na Cúria romana por uma satisfação ao Patriarca e que, na diligência, se acrescente ter o embaixador português instruções para esperar trinta dias por um acto positivo da Santa

---

projectada, o que seria preferível, ou transferi-la para 28 de Maio, com as alterações decorrentes do novo espírito, e neste caso ainda com diminuição substancial da parte mais cara—decoração ultra-luxuosa, iluminações, etc., etc. Dado o interesse pessoal do Chefe de Estado, devia pensar-se nalgum acto em que o Senhor Presidente pudesse ter intervenção em 27 de Abril. Suponho que se estará trabalhando assim, mas ignoro neste momento se alguma coisa está fixada em definitivo. Compreendo que a transferência da manifestação é difícil para 28 de Maio e um pouco artificiosa a razão dela em 1953, aos 27 anos da Revolução de Maio. Mas não há dúvida de que o projectado — pelo facto de eu não poder faltar nem estar presente — se afigura irrealizável. Desculpe-me Vossa Excelência, Senhor Presidente, a extensão desta carta e a demora em ter acusado a que tive a honra de receber em 24 do corrente. Com a mais subida consideração, de Vossa Excelência, mtto. at. grato, Ol. Salazar». Carta de 28-3-1953.

Sé; e na falta deste, e no termo daquele período, haverá de se concluir por uma recusa do Vaticano, pelo que se retirará para Lisboa o enviado de Portugal. Reconhece o chefe do governo os riscos da atitude: possível tensão de relações com Roma, sem que seja viável esclarecer a opinião pública: ou possível agravamento das relações com Nova-Delhi, se explicado o motivo. Salazar espera, todavia, que um gesto da Santa Sé previna qualquer dos embaraços.

Entretanto, a *União Nacional* continua a preparar as comemorações de 27 de Abril, agora muito limitadas pela recusa de Salazar. Pouco antes da data, em meados do mês, há um facto que intriga os observadores atentos: Salazar não comparece a uma reunião do Conselho de Estado convocada por Craveiro Lopes: haverá atrito entre os dois homens (1)? Dias passados quando o programa é havido como assente, chega a Salazar uma «*inconfidência amigável*»: Craveiro Lopes haveria decidido atribuir ao chefe do governo a Banda das Duas Ordens: e por outro lado propõe-se dirigir uma mensagem à Nação, sublinhando os vinte e cinco anos da entrada de Salazar para o governo. Mas o Presidente do Conselho, se não se opõe à mensagem, recusa a condecoração. E diz os seus motivos: a Banda das Duas Ordens destina-se a Chefes de Estado das grandes repúblicas, e não a nacionais, sobretudo quando são «*simples chefe do governo*»; não aporá no diploma a sua assinatura, e sem esta será destituído de valor jurídico; e além de tudo não usa condecorações. Craveiro Lopes fica surpreendido, e arrufado: mas não insiste (2).

---

(1) Na verdade, Craveiro Lopes convocara a reunião sem prevenir Salazar, e este resolve não assistir. Escreve ao Presidente: «*Acabo de receber a nota convocatória para a reunião do Conselho de Estado, marcada por Vossa Excelência para hoje, em Belém, às 15,30 horas. Tinha já trabalhos de alguma importância para a mesma hora, que me é penoso adiar, mas que da melhor vontade sacrificaria à sessão do Conselho de Estado, se Vossa Excelência tivesse especial necessidade do meu parecer. Suponho porém que este poderá ser dispensado no caso presente, pelo que peço a Vossa Excelência se digne de me relevar a falta de comparência*». Carta de 14-4-1953.

(2) Tem interesse documental e biográfico a carta de Salazar para Craveiro Lopes. Transcrevo-a no que se refere a este assunto: «*Um só ponto, muito importante, resta tratar. Por uma inconfidência amigável, tive*

Desde a véspera de 27, Lisboa apresenta aspecto inusitado, e festivo. Da província, do ultramar, das colónias portuguesas no estrangeiro (em particular das do Brasil e Estados Unidos), vieram representações numerosas; e há ruas e praças com bandeiras, decorações garridas, luminárias. Em 27, há alvorada de gala nos quartéis. Depois, é a sessão conjunta da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa. Estão o Cardeal Cerejeira, o corpo diplomático, toda a alta roda política e oficial, de casaca ou grande uniforme. Craveiro Lopes lê a sua mensagem. Recorda os passos maiores do Estado Novo: a solução da crise financeira; a crise da guerra em Espanha; a política externa; o fomento; uma obra, enfim, que abarca todos os sectores de actividade do Império. E o Presidente proclama: «*é aspiração dos portugueses e meu ardente voto que a Providência conserve a saúde do Presidente Salazar, afim de poder continuar a sua patriótica missão para prestígio de Portugal, sua prosperidade e grandeza*».

---

conhecimento de que Vossa Excelência pensava atribuir-me, no 25.º aniversário da minha investidura no governo, a Banda das Duas Ordens. Penso que o Senhor Presidente deve ter examinado todas as possibilidades de actuação o acto para decidir-se por duas atitudes do maior relevo e significado — dirigir à Nação uma mensagem e outorgar-me uma condecoração excepcional, nunca dada a nacionais. Estou infinitamente grato a Vossa Excelência pela sua ideia, suponho mesmo poder dizer pelo apego a esta ideia, e não poderia nunca traduzir suficientemente o meu reconhecimento íntimo pelo que de estima posso entrever nesse acto. Mas não posso deixar de dizer, aliás torturado ao máximo, duas palavras a esse respeito. Vossa Excelência sabe que não uso condecorações e que possuo as maiores que os portugueses podem ambicionar. Sabe que a Banda das Duas Ordens foi criada para satisfazer exigências de ordem externa e que a destinamos aos Chefes de Estado das grandes Repúblicas (está prevista a entrega dessa condecoração dentro de pouco ao Presidente da República Francesa), e não devíamos, em meu entender, diminuir-lhe o apreço com atribuí-la a um nacional, simples chefe do governo. Eu espero por outro lado que Vossa Excelência não exija de mim a assinatura do respectivo decreto, e, sem a minha assinatura, constitucionalmente, a concessão de Vossa Excelência mantém por certo o mesmo valor moral que lhe quer atribuir mas será destituída de relevância jurídica. Mas neste caso Vossa Excelência podia satisfazer-se talvez com dizer o que faria se pudesse agir sem a minha intervenção. Reconheço que são posições delicadas, estas, mas eu não queria, ainda que causando desgosto a Vossa Excelência, deixar de falar-lhe com a franqueza habitual». Da carta de 24-4-1952.

Diz depois Albino dos Reis: «*Os princípios a que se mantém fiel recebem no momento actual a consagração universal do Ocidente*». E Marcello Caetano afirma: «*A obra de Salazar vale como uma lição e obriga como uma norma*». Concluída a sessão conjunta, Craveiro Lopes vai cumprimentar Salazar ao seu gabinete, e é seguido por Cerejeira, pelos vultos políticos, pelas altas patentes das Forças Armadas. Em frente do Palácio aglomera-se um poder de gente; soltam-se vivas dos que se debruçam das janelas para a multidão, e desta para aqueles; e desfilam bandeiras, dísticos, músicas. Pela província há sessões públicas; e perante um comício no Pavilhão dos Desportos falam Antunes Varela, Fernando Emídio da Silva, Afonso Botelho, Costa Leite, Augusto Cancela de Abreu. E são coroadas as manifestações com um *Te Deum* em São Domingos, da iniciativa de mulheres portuguesas. Salazar comparece, entra no templo pisando um tapete de murtas e margaridas; e Cerejeira conduz o serviço religioso. E diz o Cardeal: «*Pertence à Nação e à História o aniversário do nascimento que hoje ocorre*» (1). E junto das escadas da sua residência, Salazar submete-se a uma fotografia: e rodeiam-no os seus colaboradores antigos, desde Domingos de Oliveira, e os actuais. Com o Reitor Maximino Correia à frente, a Universidade de Coimbra cumprimenta Salazar; e as universidades de Lisboa, Clássica e Técnica aprovam moções que as associam às homenagens. Na imprensa tudo recebe largo destaque. Do estrangeiro, chegam felicitações de homens eminentes: do Papa, de Churchill, de Franco, de Van Zeeland, de Juan Peron, de Lord Templewood, de outros ainda; o Núncio visita Salazar em nome do Pontífice; e Konrad Adenauer institui uma bolsa de estudo para um estudante português.

Assente a emoção dos acontecimentos, Luís Supico Pinto diz a Salazar: «*Afinal V.ª Exia., que não queria assistir a qualquer manifestação ou homenagem fora do Palácio da Assembleia, sempre se deslocou a São Domingos para o Te Deum!?*» Responde Salazar: «*Mas um Te Deum constitui uma homenagem a Deus e não a mim. Ou não é assim?*» É assim.

(1) Repare-se que Cerejeira fugiu a celebrar um *aniversário político* e sublinhou o *aniversário natalício*.

28

Já em Maio, Salazar agradece publicamente as homenagens que lhe foram prestadas. Nada atribui a mérito próprio, mas a factores que lhe são alheios e têm raízes profundas; e lamenta não ter podido fazer mais. Orientam-se já noutro sentido, todavia, as suas preocupações. Há que preparar a ida de Craveiro Lopes a Espanha. Paulo Cunha, com uma actividade que não conhece fadiga, organiza a viagem com pormenorização exaustiva; e o Presidente revela grandes cuidados com problemas de protocolo, de condecorações, de cerimonial. Salazar encara a visita no plano político, como reafirmação simultânea da amizade peninsular e da independência de Portugal e da sua orientação externa. Revê minuciosamente os textos de discursos que o Presidente há-de pronunciar em Espanha. Escreve a Craveiro Lopes: «*Permiti-me apontar a lápis a eliminação de algumas palavras e a substituição de umas frases por outras*». No programa, está incluída uma parte militar, e o chefe do governo, receoso da insenbilidade política do Presidente, teme que seja feita alguma afirmação perigosa. Volta a escrever a Craveiro Lopes: «*Seria conveniente que eu pudesse ainda reler o discurso de Vossa Excelência na cerimónia militar. Há uma passagem que me deixa uma pequena dúvida e que eu gostaria de ver na forma definitiva, que Vossa Excelência lhe deu. Se não fosse grande incómodo, muito agradeceria a Vossa Excelência poder dispor de uma cópia*». E na segunda quinzena de Maio de 1953 parte para Madrid o Presidente, acompanhado de Paulo Cunha e Santos Costa. Salazar despede-se em Santa Apolónia. E o generalíssimo Franco é galhardo, fidalgo, e aliciante no acolhimento. Pelas ruas de Madrid, entre alas da guarda moura, desfila um cortejo de aparato; no Palácio do Oriente há pompa de estilo e grandeza; em Carabanchel são organizados exercícios militares de imponência e Craveiro Lopes, nomeado tenente-general do Exército espanhol, recebe uma espada de honra das mãos de Muñoz-Grandes, que comandara numerosos *viriatos* durante a guerra civil; há visitas ao Alcazar, ao Escurial, ao Vale dos Caídos; e na catedral de Toledo os dois Chefes de Estado assistem a um serviço religioso. No Palácio do Oriente, Franco elogia Salazar, «o *governante*

nunca tão apreciado como deveria ser»; recorda a «*cruzada de libertação*», que encontrara a compreensão dos portugueses; e salienta que, «*superando velhos receios e humanas rivalidades*», Portugal e Espanha constituem uma «*área geográfica e humana perfeitamente definida como uma sólida fortaleza de cuja guarda e paz interna nenhum dos nossos povos se pode alhear*». Há na fase um elemento de ambiguidade: é a sombra de Filipe II e do Conde-Duque de Olivares. Mas Salazar julga que se impõe nitidez nesse ponto crucial. E por isso Craveiro Lopes, em resposta ao generalíssimo, recorda incidentes do passado quando «*duas pátrias fronteiriças talhavam os seus destinos e buscavam definir-se e moldar a personalidade que as havia de caracterizar como realidade permanente*»; houve Tordesilhas, depois da descoberta de um mundo novo que deslumbrou o mundo velho; o Tratado de 1939 e o Protocolo Adicional de 1940, se consagram um estado de espírito de amizade, «*visam assegurar a inviolabilidade dos territórios e prevenir perigos para a segurança e a independência de uma ou outra das duas partes*»; e se Portugal reserva naturalmente à Espanha um lugar de particular relevo, nem por isso deixa de ter velhas e novas alianças com outros Estados e revê-se com orgulho na sua projecção além-Atlântico. E em Conselho de Ministros Salazar congratula-se com o êxito da visita. Mas enquanto Craveiro Lopes se encontra em Espanha, agravam-se mais os problemas de Goa.

Em Bombaim, a imprensa da União Indiana, incendiada pelo governo de Nova-Delhi, começa a acusar Portugal de querer instalar em Goa uma base da NATO; e Nehru, para estimular animosidade contra o governo português, faz-se eco do rumor em discurso no parlamento. Por instruções de Lisboa, Vasco Garin reitera o desejo de relações pacíficas e desmente de pronto a alegação, que «*é completamente destituída de fundamento*». Nova-Delhi não insiste. Mas em Maio a Legação da Índia em Lisboa apresenta mais uma nota: concorda em manter os «*direitos culturais e outros*» dos habitantes de Goa: recorda que o «*governo português fora convidado a abrir negociações entre os dois governos na base de uma transferência directa daquele território*» para a União: e assim, salvo se o governo de Lisboa estiver disposto a acolher aquela sugestão, a legação indiana em Lisboa

será retirada. E conclui: «*as possessões portuguesas na Índia tem de se tornar parte integrante do território da União Indiana*». Em 15 de Maio de 1953, o governo de Lisboa dá a sua resposta: não esconde a sua surpresa pela tese indiana de que uma legação apenas tem utilidade para discutir a cedência de territórios, e recusa-se a reconhecer o seu fundamento; em qualquer caso, a atitude portuguesa é insusceptível de alteração; e, porque não encara nos mesmos moldes a sua legação em Nova-Delhi, não a encerrará, e teria muita satisfação em que o governo da Índia reconsiderasse os seus propósitos. Dias depois, a 21, em nova nota o governo da União regista a recusa de Lisboa em «*discutir as propostas*» que lhe haviam sido feitas; e por esse facto decide encerrar a sua representação em Portugal. E uma semana mais tarde anuncia que a missão indiana será fechada em 11 de Junho. Paralelamente, arrastam-se ainda com a Santa Sé os problemas emergentes de uma redelimitação da Arquidiocese de Goa. Não houvera ainda acordo: Portugal está pronto a aceitar a redução dos limites eclesiásticos aos limites geográficos: exige no entanto que novas dignidades compensem o Patriarca das Índias: e neste ponto hesita o Vaticano. Nosolini espera, todavia, conseguir em pouco alguma satisfação: à diocese de Goa será concedida a *Rosa de Ouro*, ao Patriarca será confiado o cargo de Presidente dos Congressos Eucarísticos e atribuída a dignidade de Vice-Camarlengo da Câmara Apostólica (1). Se estes objectivos forem alcançados, não parece viável ir mais longe; e embora sejam pouco valiosos no plano dos interesses portugueses reais, Salazar considera que está salvaguardado o essencial e que politicamente é possível satisfazer naquele particular os desejos indianos sem prejuízo do brio nacional.

Oliveira Salazar, enquanto se debruça sobre a viagem de Craveiro Lopes a Espanha e a questão de Goa, prepara uma extensa conferência sobre o Plano de Fomento. Apresentado ao país, discutido e corrigido e aprovado pela Câmara Corporativa e Assembleia Nacional, verdadeiramente apenas agora vai ini-

(1) É Cardeal Camarlengo o prelado que, à morte de um Papa, governa a Igreja até à eleição de novo Pontífice; Vice-Camarlengo, que não impõe a dignidade de Cardeal, é portanto o substituto ou adjunto daquele.

ciar-se a sua execução. Pelos departamentos mais directamente interessados, é organizada no Palácio Foz uma exposição documentando as linhas mestras e os objectivos; e para esclarecer a opinião pública e aliciar o seu apoio preparam-se alocuções dos membros do governo responsáveis pelo cumprimento do Plano. Salazar abre a série de palestras; e para celebrar mais um aniversário do regime — o vigésimo-sétimo — profere a sua conferência no dia 28 de Maio. Já regressado de Espanha, preside Craveiro Lopes. Como apresenta Salazar o Plano? Não quer fugir aos princípios da propriedade privada, da iniciativa individual, da liberdade na economia: mas a grandeza das tarefas colectivas impõe, embora apenas como estímulo e a título transitório, algum auxílio estatal. Convém por outro lado ser realista nas ambições; a destruição da estabilidade financeira e monetária, o recurso excessivo ao crédito externo, o desiquilíbrio social, podem comprometer a independência política da nação. Depois, há que procurar uma integração das realizações em si e entre as do Continente, «*Ilhas e Ultramar*»: o objectivo é «*formar no espaço português uma economia nacional*». Mas há que excluir por sistema o concurso de capitais estrangeiros? Não: todavia, importa nunca largar de mão as posições-chave e agir de modo que a economia da Nação obedeça sempre a um comando nacional. E esses capitais, na situação actual, tem de ser sobretudo americanos e isso porque «*a Europa empobreceu com as suas guerras e o seu socialismo*». Sob outros aspectos, há-de acentuar-se que o Plano se dirige à indústria e à agricultura, e em ambos os casos há que respeitar a iniciativa privada. Vão os Estados escorregando por um declive que conduz ao socialismo, e as próprias democracias deixam-se impelir nesse sentido: de tudo resulta uma tendência para a corrupção dos governos, e um poderio económico do Estado, que apenas se cria e mantém com detrimento da liberdade individual. Por isso o papel do governo deverá limitar-se a impulsionar e a apoiar empresas, e a retirar-se quando se torne desnecessário o seu auxílio. Mas toda a concepção do Plano repousa em alguns pressupostos. Antes de mais, a paz externa. Neste particular, o Plano representa «*uma afirmação de paz e um desejo de paz entre as nações*», mesmo «*um protesto contra a nevrose da guerra em que*

a sociedade internacional se consome». E haverá paz? No último conflito, «*só a Rússia teve possibilidade de definir e realizar uma grande política de guerra*»; como esta política é contrária à liberdade das nações que conseguiu subjugar e portanto é contrária aos interesses do Ocidente, e como a Rússia não quererá perder na paz o que obteve na guerra, a paz não será viável senão passado muito tempo e à custa de cedências, que ao menos se desejariam mútuas; mas a Rússia não desejará, por sua própria conveniência, lançar-se em nova guerra; é verdade que o partido comunista tem de se confessar contra o seu próprio país, e adepto de Moscovo; mas os dirigentes russos têm dado provas de realismo e clarividência, e de que se não batem no plano internacional em defesa do comunismo quando tem diante de si outros interesses mais substanciais a defender. Deste modo, «*a conclusão a que chego é que, não tendo a Rússia conveniência em fazer a guerra e não podendo o Ocidente fazê-la até por imposição moral, a paz, esta pobre paz, continuará nos próximos anos, e continuará tão mísera e mesquinha como a temos agora*», sem prejuízo de cada país, no seu interior, dever ter espírito de cruzada em defesa contra o comunismo. Além da paz, que outros pressupostos tem o Plano? Dois fundamentais: a estabilidade económica, a disciplina da administração pública e dos investimentos privados; e talvez se devesse acrescentar a estabilidade política interna, mas não parecem de prever modificações neste domínio que ponham em risco a execução do Plano. E Salazar conclui com a invocação do *28 de Maio*, «*o notável acontecimento que o Exército criou auscultando o sentir profundo da Nação*».

Enquanto prepara a sua palestra, Salazar sente como pano de fundo as mesmas preocupações de ordem externa: as conversas com a Santa Sé, as ambições indianas sobre Goa. Nas primeiras, quase completa satisfação é dada ao governo português, cumprindo a Santa Sé o que prometera a Nosolini. Mas a atitude indiana agrava-se: a missão de Nova-Delhi em Lisboa é efectivamente encerrada: e ao dar conta do facto ao país, em nota oficiosa de 10 de Junho de 1953, reprova-se a decisão indiana e reafirma-se o propósito de Lisboa em manter a sua legação na Índia.

29

Rodeado de curiosidade, e intriga, e de alguns sorrisos irónicos, chega o novo embaixador Atraul Olegário Mariano; com oitenta anos morre João de Almeida, um dos derradeiros heróis de África; torna a discutir-se a eventual construção de uma ponte sobre o Tejo em Lisboa; no *Cruzeiro*, Gilberto Freire faz o elogio de Salazar como um Ministro das Finanças que não tinha vindo do mundo dos negócios; visita Lisboa o general Ridgway, que substitui Eisenhower no comando supremo da NATO, e que Salazar recebe longamente; e o chefe do governo observa na Tapada da Ajuda a exposição-feira de máquinas agrícolas e flores e plantas ornamentais. Vive *habitualmente* a comunidade portuguesa. Fechou a Assembleia Nacional, e com a última sessão estraordinária conclui-se a legislatura: no outono, serão as novas eleições gerais. E por isso, para além da calma de superfície, há naqueles inícios do verão de 1953 alguma excitação nos círculos políticos: movimentam-se os homens da *União Nacional* e do regime na perspectiva de uma próxima campanha eleitoral; e na roda dos oposicionistas multiplicam-se contactos, conversas, planos de intervenção. De seu lado, Salazar resolve antecipar-se, e pensa que é de marcar desde já o clima e o tom em que decorrerá a campanha. Com que pretexto? Justamente a *União Nacional* organiza uma reunião plenária; e os conselheiros privados sugerem que o chefe do governo poderá aproveitar aquele ensejo para se dirigir aos portugueses. E em 10 de Julho, na Biblioteca da Assembleia Nacional, reúnem-se os homens da *União*, e estão os chefes e os veteranos da política. E Salazar comparece.

Refere-se desde logo, para além de tácticas eleitorais que na altura própria hajam de ser adoptadas, aos «*problemas mais transcendentes*» que nos planos externo e interno possam influir em decisões políticas. Como vê Salazar neste momento o quadro mundial? Frente a frente estão dois colossos demográficos e económicos — os Estados Unidos e a Rússia — que projectam a sua sombra em todo o mundo político; entre ambos, o que resta da Europa está a despojar-se de posições que não pode sustentar, a ser ultrapassado no seu potencial financeiro e industrial, a retalhar-se por desorientação moral e intelectual; a Ásia organiza-se

em grandes estados independentes, e hostis à influência e mesmo à colaboração com o branco da Europa ou da América; e a África está agitada pelos nacionalismos árabes ao norte e irredutibilidades raciais ao centro e sul. Pelo que respeita à Ásia, parece ser remoto o *perigo amarelo*, por falta de capacidade ofensiva, durante muitas décadas; e a hegemonia no continente asiático será disputada entre a China, o Japão e a Índia, que hão-de ter as suas dificuldades com a Rússia; e a África poderá ser mantida em íntima união e colaboração com a Europa. Deste modo, «*o ponto nevrálgico duma possível conflagração geral continua centrado no espaço euro-americano, e o perigo imediato circunscrito ao embate leste-oeste*»; «*mas o eventual deflagrar de hostilidades deveria ter repercussões em todo o mundo*». Aquela reduzida Europa poderá um dia representar uma força independente ou de equilíbrio entre os dois blocos? «*É possível, mas não estão ao alcance da vista nem o prazo nem os caminhos por onde lá pode chegar*». E assim, no presente e no futuro próximo, a colaboração com os Estados Unidos, sob a efectiva direcção destes, sem ser a melhor solução, é a única que se apresenta para as dificuldades actuais. E quando um problema tem uma solução apenas, não cabe discuti-lo, salvo pelos que tem interesses diversos, senão contrários aos da nação portuguesa. Deve portanto ser pacífico este ponto, nas próximas eleições.

E o ultramar português? Verifica-se o progresso ultramarino em paralelo com o metropolitano; mas não há que diminui-lo reduzindo-o a aspectos económicos; e mais avulta o reflorir de uma consciência nacional que se afirma na identidade dos interesses, na feição complementar das economias, na comunicabilidade das populações, na cooperação dos serviços, no sincronismo efectivo da vida diária, na comunhão espiritual perante os maiores problemas que importam ao conjunto. É «*obra de civilização e incremento pacífico*». Mas a esta obra são hoje hostis poderosas correntes no mundo. E «*em grandes assembleias como a das Nações Unidas, as potências coloniais, o colonialismo das nações europeias é fortemente agredido, julgado sem piedade, condenado sem remissão*». Felizmente, «*não temos territórios sob mandato de que prestar contas, e ainda não formos admitidos naquela organização*». É verdade também que é ímpar

o caso português: «*os descobrimentos de terras quase ou totalmente despovoadas e o espírito da nossa obra colonizadora criam-nos uma situação a bem dizer única e com ela uma tradição a que devemos ser fiéis*». Estas posições e estes princípios, porque essenciais à Nação portuguesa, ultrapassam o transitório ou acidental «*de um programa de partido ou de um cartaz de eleições*». Deverá assim tratar-se de matéria a excluir de debate em campanha eleitoral.

Neste capítulo, todavia, avolumam-se grandes preocupações vindas do Extremo-Oriente. E Salazar repisa o assunto sem fadiga. Goa, Macau e Timor encontram-se «*física e politicamente nas zonas dos grandes tufões*». Especialmente Goa. Já o mundo é velho o que basta para na matéria nada ser possível inventar, e contra Goa serão tentados os processos e invocados os argumentos gastos em pretensões semelhantes: a propaganda pela palavra falada e escrita, as manifestações de rua, as promessas que se alternam com ameaças, o bloqueio comercial, as dificuldades nas fronteiras, o alegado direito de proteger populações que por terem afinidades rácicas têm de pertencer por força ao mesmo Estado — tudo a União Indiana «*tem feito ou deixado fazer para abalar o nosso direito, e não tem sequer abalado a nossa paciência*» (1). Tudo Portugal tem sofrido, e sempre tem buscado manter boas relações de vizinhança. «*Mas não podemos nem com plebiscito — aliás inultilmente aceite pela França — nem sem ele, negociar a cedência, o trespasse de uma fracção do território nacional e das suas populações*». Nenhum governo português o pode fazer: por exigência constitucional, por imperativo da própria consciência de homens, pelo que é devido aos povos de Goa. «*Nós não podíamos dar prova mais cabal de tratarmos a Índia como colónia que negociar a sua entrega à União Indiana*». Deve portanto ser também incontroverso este ponto.

Aborda então Salazar o domínio da política interna. Julga que o ambiente é favorável, e por duas razões: a campanha contra o analfabetismo, o Plano de Fomento. Reconhece que a econo-

(1) Salazar está neste passo a sugerir que Nehru estava a usar precisamente os mesmos métodos empregues por Hitler e a Alemanha nazi nos seus desígnios imperiais. E era exacto.

mia acusa alguma depressão: explicam-na as recentes péssimas colheitas, e as dificuldades de outros países, que os levam a restringir importações portuguesas. Além daqueles dois factores, outro há a salientar: senão o prestígio, pelo menos a simpatia, o crédito, o louvor que internacionalmente rodeiam Portugal, governo, administração e vida dos portugueses. Apenas a vida política parece suscitar objecções. Há decerto homens de alto espírito que compreendem o que se passa em Portugal e, conscientes da relatividade das instituições políticas, aceitam as portuguesas por legítimas: «*autoridade sem arbítrio, representação sem parlamentarismo, liberdades que para serem efectivas não têm de chamar-se democráticas*». Não se pode esquecer, todavia, que melhor ou pior a generalidade dos países ocidentais se governa por instituições de outro tipo; e a opinião pública mundial, como jornalisticamente interpretada, parece ter prevenções sobre o regime português. E no entanto as deficiências apontadas não são as existentes. Quais são estas? A suspensão da evolução corporativa e a quase inexistência de doutrinação política. Se o corporativismo começou auspiciosamente, a guerra e outros problemas imprimiram-lhe desvios, ou praticaram-se erros; e isso é um mal, «*tanto mais grave quanto contínuo convencido de que só por meio do corporativismo nós podemos evitar os piores choques da luta de classes no campo social e da tendência para o partidarismo no terreno político*». Há portanto que «*levar por diante a cruzada corporativa*». E a doutrinação política? Absteve-se o Estado liberal de fazer doutrina, e devia abster-se por coerência. Modernamente, só uma grande instituição intensificou a educação doutrinária do seu público próprio: a Igreja. Mas a verdade é que deixar o terreno sem cultura equivale a entregá-lo às culturas inimigas. E não basta a acção da Igreja, confinada como é e deve ser à evangelização, nem aquela tem competência para resolver problemas da nação; e não «*se pode estar seguro, porque o reino de Deus não é deste mundo, de que um povo católico não possa vir a ser presa dos piores regimes, e designadamente do comunismo*».

E as próximas eleições do Outono? Assenta a lei eleitoral em dois princípios: o círculo distrital, a eleição por simples maioria. Não há portanto representação para forças políticas

minoritárias, salvo pela vitória em algum ou alguns círculos; mas dado o volume das forças que apoiam o regime, o triunfo de oposições, sendo legalmente viável, não é de prever. Por outro lado, o regime tem procurado um antipartidarismo efectivo, convicto de que a organização partidária, com suas lutas e incompatibilidades, levou à paralisia do Estado, à instabilidade governativa, à contrafacção da representação nacional, a um princípio de guerra civil. A submissão de um deputado a uma disciplina exterior retira-lhe a liberdade de apreciação, de crítica, de voto; a câmara não é a câmara, mas os partidos; os partidos são os seus dirigentes; e de degrau em degrau perde-se o ponto de concordância entre a vontade do eleitorado e o voto do seu representante: «*a partir de certo momento já estamos na ficção pura*». Este o motivo por que «*nos temos oposto a que haja na Câmara deputados monárquicos, republicanos, socialistas ou católicos*». Individualmente, há-os de todos os matizes, mas todos são representantes da nação, e só isso: não de regiões ou grupos, de ligas ou causas, de interesses gerais ou locais. Deste modo, é garantida a absoluta liberdade do deputado e não tem de verificar-se maiorias automáticas, das quais aliás o governo não depende, embora a estabilidade governativa esteja em grande parte confiada ao sentido nacional da Câmara. Será isto suficiente? Não haverá vantagem em considerar bem-vinda, em alentar mesmo uma oposição sistemática, de obediência estranha à função parlamentar? Duas coisas importam: «*fazer iluminar os problemas com a luz vinda de todos os quadrantes, combater a tendência para o endeusamento do poder e anquilose das situações criadas*». «*Por mim*», diz Salazar aos homens da *União Nacional*, «*receio as paixões, mas não temo a verdade; entendo indispensável o respeito, mas não o sentimento da omnipotência ou da infalibilidade; aprecio a continuidade, não o imobilismo*». Mas «*se não somos nem temos um partido, como alentar uma oposição?*» Se o governo não tem autoridade directa ou indirecta sobre a Câmara, como entender que outros a tenham de fora sobre uma fracção dessa Câmara? Que fazer então? «*Confesso que não sei resolver a dificuldade*», nem parece que outros a hajam resolvido bem, e o facto confirma não haver em política soluções perfeitas. Deverá talvez alargar-se a liberdade da Assem-

bleia Nacional, convidar à colaboração maior número de pessoas independentes e desligadas de disciplinas partidárias, e escolhidas somente por competência e idoneidade. Não se sabe neste momento se em alguns círculos se apresentará mais de uma lista, concorrendo ao eleitorado. Há que manter tudo num plano nacional, e sobrepor este a considerações de regime; e isso fazem-no os que costumam apoiar listas da *União Nacional*. Mas «*nós não podemos dar-nos ao luxo de menosprezar quaisquer elementos que estejam dispostos a servir a Nação, ou certo número de princípios em todas as hipóteses essenciais à vida da Nação, para nos queixarmos depois de que não nos compreenderam, nos abandonaram e diminuiram por esse facto as nossas possibilidades*».

Na opinião pública, e sobretudo nos círculos políticos, considera-se que Salazar traçou o quadro em que se vão disputar as próximas eleições gerais. Verdadeiramente, o chefe do governo considera duas séries de problemas: os nacionais, e que lhe parecem insusceptíveis de debate, e os de regime, passíveis de exame. Entre os primeiros Salazar situa os de política externa, e em particular a participação no Pacto do Atlântico e os do Ultramar: e a solução dada a esses problemas afigura-se-lhe incontroversa por corresponder aos interesses essenciais e permanentes de Portugal. Nos segundos, e além do corporativismo, estão os das instituições, e neste particular o chefe do governo indica o seu parecer, previne dos riscos, esboça as suas dúvidas. Mas os adversários políticos reparam num ponto: mais uma vez, como em 1945, Salazar convida à colaboração os homens de boa vontade, os independentes, mesmo os homens de partido que sem prejuízo de convicções queiram cooperar na realização dos fins superiores do povo português, todos em suma que se disponham a dar prioridade aos interesses nacionais sobre os de grupo ou de ideologias transitórias. Vão as oposições explorar a oportunidade e aceitar o convite?

Salazar, nos primeiros dias de Setembro, ausenta-se para a sua aldeia.

30

Mas as férias parece que são agora inquietas, desassossegadas: não têm o sabor de outros tempos. Decerto: o Vimieiro é sempre o Vimieiro: é o repouso e o isolamento, são as flores, as árvores, os passeios pela manhã entre pinhais, um sono tranquilo que lhe foge em Lisboa. E vai procurar restabelecer-se da sua afonia: quase perdeu a voz, não pode falar longamente, e apenas o consegue em surdina: mas o Dr. Albertino (1) afirma que não é moléstia de cuidado, apenas fadiga e nervos: os ares do Vimieiro, o descanso e tranquilidade em pouco o põem bom. Mas entre os seus Salazar sente-se desgostoso. Desgosta-o o estado em que, depois de demorada ausência, encontra as suas terras: há desalinho, desleixo, paira em tudo uma incúria. Recorre ao Ilídio para compor telhados, erguer mais muros, alinhar carreiros. Preocupa-se com as dificuldades de suas irmãs: parece não terem senso de administração: para a sua vida cingida à aldeia num cotidiano modesto, mesmo pobre, e sem horizontes, não chegam os rendimentos do que lhes pertence: e Salazar ainda tem de lhes fazer um largo quinhão do *seu* milho, das novidades da *sua* horta, do *seu* vinho, além de somas em dinheiro. Salazar agora cuida das suas vindimas: é sempre uma ocasião que o apaixona. Vai por latadas, observa os frutos pendentes, com os vindimeiros mete-se pelos vinhedos a examinar cada cepa, a tomar nas mãos com enlevo os cachos mais opulentos. Para além do Vimieiro, está Santa Comba, e toda a sua Beira Alta. E Salazar, desta vez, sai muito da aldeia. Desloca-se amiúde ao Caramulo, a casa dos Lacerdas; e com Abel de Lacerda debruça-se sobre os problemas do Museu de Arte Antiga e Moderna, que aquele trata com carinho. Pelo S. Mateus, vai a Viseu, à feira. Detém-se nos mostruários dos feirantes, atenta nas mercadorias expostas, troca salvações com almocreves que se desbarretam pressurosos e estupefactos, entra em locandas para dois dedos de cavaco aos tendeiros; percorre a fábrica de papel; e visita a Felismina, o seu

(1) Dr. Albertino de Oliveira Mendes, médico em Santa Comba, com quem Salazar gosta de conversar enquanto na aldeia.

derriço dos tempos do seminário, agora já entrada nos sessenta e muitos, e viúva e com um filho. Todos reconhecem Salazar, espalha-se palavra, vem gente à soleira das portas, e à distância apinham-se magotes a comentar. Agostinho Lourenço, da polícia, acha que é imprudente, que pode ser vítima de um louco, de um atentado; mas Salazar encolhe os ombros, diz que mais risco ou menos risco não conta. Em Lisboa, Paulo Cunha conclui finalmente com a Santa Sé, a 27 de Setembro de 1953, o acordo de redelimitação da Arquidiocese de Goa. Acompanhado de Lourenço, vai Salazar a Canas de Senhorim para ver uma fábrica de ferro. Depois recolhe ao Vimieiro. Mas em 1 de Outubro sai para Guimarães, e são os Paços dos Duques que mais uma vez admira, e o Museu Alberto Sampaio, e o local destinado ao novo Palácio da Justiça. E a seguir é Nelas, e o seu centro vitivinícola. E vai ainda à Figueira, em 6 de Outubro, à sua Figueira da Foz, tão querida quando estudante e professor em Coimbra, e onde ia ouvir os concertos da sua amiga Glória Castanheira, ou levava Maria do Resgate, ou passava férias estouvadas, na praia, com raparigas alegres: mas agora vai observar o Grande Hotel, há pouco inaugurado. E torna ao Vimieiro.

E Christine Garnier? Está preocupada com a saúde, a falta de voz de Salazar: se estivesse junto dele, curá-lo-ia com os seus cuidados, a sua ternura. Desejaria ir a Portugal, para aproveitar uns últimos dias de férias em Santa Comba, ou então em Lisboa, nos princípios de Outubro. Mas não pode: continua amarrada à cama com uma ciática dolorosa. E esta prolongada ausência, e a doença, e a distância, tornam mais intensa a sua nostalgia. Para maior mágoa, Salazar esteve três semanas sem escrever: porquê? Enfim, recomeçaram as notícias regulares. E com estas abre-se outra ferida: então circulam «*ditos*» em Lisboa? Sim, Christine sabe que não gostam dela em Portugal, não lhe perdoam o livro, e sente o peito saltar-lhe de indignação. Mas não: antes de tudo, o sossego moral de Salazar, e não lhe causar embaraços. Tem de fazer uma viagem logo que restabelecida, voltar a África; mas procurará evitar Lisboa. Evitar Lisboa? É doloroso, é absurdo; mas vê que Salazar está preocupado; e por isso, se sucumbir à tentação de descer em Lisboa, não aceitará a hospitalidade do forte, tomará um quarto num hotel: é o que

o bom senso impõe. Mas não pode vir: o seu estado de saúde não lho permite. E quanto ao livro? Esse está esgotado, não se consegue um exemplar; e Grasset, numa birra teimosa e inexplicável, recusa-se a uma segunda edição. Mas estão em curso as traduções para espanhol e inglês. Em matéria de livros, fora-lhe sugerido que escrevesse outras obras: um volume sobre Camões e os seus amores, uma história da literatura francesa, mais um romance. De momento, não tem ânimo para empreender seja o que for. E está a pensar em ir a Lisboa pela Páscoa do próximo ano. Entretanto, desaparecera-lhe a *Alzira*, a gata birmaneza: um grande contratempo.

31

Está iminente nova luta eleitoral, e os oposicionistas preparam-se desde há tempo. Fora organizada a *Comissão Promotora do Voto*, presidida por António Sérgio, com um objectivo que se afirma apenas cívico: instigar os eleitores a inscreverem-se no recenseamento e a concorrerem às urnas. Sérgio dirige representações a Craveiro Lopes, que com boa-vontade e simpatia as submete ao governo. Mas com a aproximação do sufrágio tornam-se mais profundas as divisões entre os oposicionistas. De um lado, suscita-se mais uma vez o dilema já cíclico: ir efectivamente às urnas ou abster-se no último minuto? Apresentar-se ao sufrágio pode revelar, pela escassez de votos, a fraqueza da oposição; retirar as candidaturas antes do sufrágio constitui expediente que, por velho e relho, não tem já crédito na opinião pública. Por outro lado, as coligações de oportunidade, feitas na altura de cada sufrágio para formar uma frente perante o governo, tornam-se agora inviáveis, mesmo a título transitório. Surge uma *oposição nacionalista*, que representa um grupo dissidente; vem de novo à superfície o *Movimento Nacional Democrático*, que coincide com a esquerda marxista; o *Partido Republicano Português* afirma-se como entidade separada; e aparece um *Partido Cristão Democrático*, que se diz em preparação. Estes agrupamentos políticos não ocultam uma hostilidade recíproca. Azevedo Gomes declara que são bem-vindos os *Cristãos*

Democráticos; mas outros oposicionistas não lhes dão crédito político e o padre Abel Varzim entende que não são de «*tomar a sério*», e que a Igreja lhes é alheia; e os homens de formação democrática tradicional repudiam o *Movimento Nacional.*

No seu regresso a Lisboa, Salazar logo recebe Trigo de Negreiros, que lhe transmite as informações chegadas ao Interior. Como de hábito, o chefe do governo não altera a sua rotina. Acolhe o general Muñoz-Grandes, ministro da Guerra de Espanha, que a convite de Santos Costa vem a Lisboa em visita oficial; e os participantes do Congresso Internacional de Turismo; e tem longa conversa com Roger Grand, da Sociedade de Economia Belga. Acompanhado de Muñoz-Grandes, Nicolau Franco e Santos Costa, percorre alguns pavilhões da Feira Popular. E compõe para o *Jornal de Genève,* com destino a um número especial, um breve apontamento sobre Portugal, e diz: tem origem europeia o acervo de ideias, sentimentos, instituições, que caracterizam a civilização ocidental; para o alargamento do espaço influenciado por esta, deu Portugal uma larga contribuição, e por isso é obreiro não despiciendo das tarefas colectivas da Europa e actua em fidelidade a esse espírito do velho continente, cujo desaparecimento consideraria como diminuição da sua própria essência. Depois, Salazar recebe os chefes da *União Nacional,* os seus conselheiros políticos: há que assentar a estratégia do sufrágio, há que escolher os candidatos a apresentar pela *União.* E quando o *Journal de Genève* publica a declaração do chefe do governo, está desencadeada em Portugal, na primeira quinzena de Outubro de 1953, a campanha para as eleições gerais.

Em 13, Cunha Leal dirige-se ao país através dos microfones de Rádio Clube Português, e ataca desde logo a imagem do regime, tal como proclamada pelos seus «*panegiristas nacionais e estrangeiros*». E resume essa imagem: «*Paz nas ruas, obras de fachada e de fomento, pão nos lares e contentamento nos espíritos, revelado em festas, muitas festas, públicas e privadas, tal seria, a traços largos, o quadro do fenómeno português dos nossos dias*». Mas para Cunha Leal não é esta a realidade. Antes de a analisar, todavia, examina a situção da Europa. Esta sente-se «*irrequieta e perturbada*». E para lá da «*cortina de ferro, sob a égide duma burocracia omnipotente, pretende obter-se o*

advento de nova orgânica política e social pelo extermínio brutal e odioso, condenado pelas leis de Deus e oposto aos impulsos da afectividade humana, de todos os membros da burguesia e aristocracia e ainda pela sujeição dos trabalhadores a uma férrea disciplina, que, degenerando em escravização, os condena a inenarráveis sacrifícios e torturas». E Cunha Leal sublinha: «*Uns suportam-nos quase com delícia pela antevisão de pretenso paraíso a erguer em futuro distante sobre as inumeráveis ossadas de mártires. Outros vão-nos sofrendo desconsoladamente até morrerem*», perante «*as forças, a tirania execranda do Estado policial mais eficiente de todos os tempos e também o mais implacável no desrespeitar dos direitos naturais dos seres humanos*». E àquem da cortina de ferro? Há os que aderem ao ponto de vista soviético e para tanto «*cerram os olhos e tapam os ouvidos*»; há os que, seduzidos pelo trabalhismo britânico ou pelo socialismo nórdico, preconizam a construção evolutiva e legal de um Estado socialista, sem se «*provocar a destruição de preciosas vidas humanas, sem se recorrer a métodos de intimidação social, sem se desaproveitar o contributo, voluntário ou resignado, que cada cidadão possa dar à tarefa colectiva*»; há os que sustentam não haver o capitalismo esgotado a capacidade de motor do progresso das sociedades, embora reprimindo «*com severidade os desmandos da instituição capitalista, a ânsia imoderada de lucro, exageros de luxo, exibicionismo e licenciosidade*» e assegurando «*elevação do nível de vida dos trabalhadores manuais e intelectuais*»; e há por fim os que, rejeitando este neo-capitalismo ávido do século XIX, procuram fazê-lo através de uma «*ditadura tirânica de retrocesso social, idêntica nos métodos à ditadura comunista*». É o choque de todas estas ideias que dá à Europa «*um fáciés de confusão ideológica*». Como vê Cunha Leal as coordenadas desse choque? Na Rússia ,foram desmentidas as longínquas previsões de Marx; e a chefia soviética traduz-se num «*terramoto político e social*» com o «*aspecto duma cruzada de extermínio, duma hecatombe de homens e de princípios sem precedentes na história, tal a sua desmedida grandeza e ferocidade*». É um fenómeno de «*crueldade similar*» à da Alemanha de Hitler. E os «*defeitos de liderança russa levam os povos a um estado permanente de alerta e de terror*»: porque,

por detrás da miragem suscitada, há «*propósitos similares aos da agressão e conquista hitleriana*». Deste modo, a Europa ocidental, «*berço da milenária civilização cristã*», procura outras soluções ao caos ideológico. É o caso do trabalhismo britânico, que tenta uma revolução social realizada «*do alto*», embora a nova vitória conservadora mostre uma desilusão do eleitorado; é de esperar que se tenda para um regime em que, sem prejuízo da intervenção estadual nos grandes instrumentos da produção, as indústrias nacionalizadas não vejam que o «*patrão Estado se substitui pura e simplesmente ao patrão privado*», sem reservar ao operariado qualquer papel, e em que o «*estado eufórico de segurança*» não anule «*no comum dos mortais o espírito de iniciativa*». Poderá acaso obter-se um «*compromisso entre o socialismo e o capitalismo*». E assim a Europa ocidental, «*desde que perdurasse a sua influência no Continente africano*», poderia «*arvorar-se em bloco autónomo e neutral, entalado entre dois colossos divergentes — a Rússia comunista e os Estados Unidos capitalistas — e quiça poderia readquirir a força material e espiritual bastante para se fazer respeitar por ambos, sem ter que se confinar na posição humilhante de caudatária de qualquer deles*». E Cunha Leal admite, «*tão insondáveis são os desígnios de Deus*», que o prestígio cultural da Europa venha a constituir suficiente atracção ideológica «*para o qual hajam de convergir os dois grandes rivais da actualidade*». «*Apesar de tudo*», afirma Cunha Leal, «*confiemos no bom senso colectivo da velha Europa*».

E o caso português? A tentação de acelerar o desenvolvimento em países que se distanciaram de outras nações, é humana e compreensível, e recorre-se a regimes ditatoriais que procuram encurtar em tempo aquela distância; e foi esta a orientação que prevaleceu na Europa àquem-Pirinéus. Se esse autoritarismo estatal frisasse com o sabor dos tempos, seria lógico que a oposição entre dirigidos e dirigentes se fosse amortecendo para cair num regime democrático; mas, sendo rara a coincidência, pode produzir-se uma situação insuportável. Avolumam-se os interesses criados, personalizam-se as leis, acentuam-se as desigualdades na partilha de riquezas; o Estado tende a intensificar a sua defesa; a paz, «*que certos visitantes exaltam*», traduz um momento de «*impotência nacional*»; e «*quando chega a hora da desforra,*

então a desordem atinge paroxismos de loucura, e num mês, num dia ou até numa modesta hora, paga-se dolorosamente». E Cunha Leal pergunta: não será este porventura o sentido profundo do caso português? Então o chefe oposicionista traça a sua visão da sociedade portuguesa: autoritarismo estatal, mal orientado dirigismo económico, acumulação de grandes fortunas, luxo e festas, cerimónias e paradas, depravação de costumes. E os Planos de Fomento? «*Há neles evidentemente muito de meritório*»; e o governo espera que dos mesmos venha a caber aos trabalhadores manuais comparticipação nos seus benefícios. Mas representam um «*hibridismo ideológico*», uma «*miscelânea de sistemas que não passa de um contrasenso, para não lhe chamarmos mais prosaicamente um disparate*». Parece estar-se perante uma cópia do modelo norte-americano, que se não afeiçoa ao país; não dará resultados; e no decurso dos anos há-de amplificar o divórcio das classes. É um «*regime condenado a desaparecer*». Mas nada há de positivo? Há: e «*para que a obra de mais de duas décadas e meia de vida nacional não venha a sossobrar através dos horrores duma lastimável catástrofe, é indispensável que a situação corrija os seus erros funcionais e que o mesmo façam as oposições, serena, objectivamente*». Impõe-se um exame de consciência: «*se o não querem fazer os situacionistas, façamo-lo nós, os oposicionistas*».

Que propõe Cunha Leal? Depois de admitir a existência de descontentamento numa I República «*prevertida na sua essência e que se tornara inapta para operar*», e de salientar que o Exército fora no *28 de Maio* o intérprete de um estado de espírito colectivo, Leal critica a evolução havida, e que desembocara num regime autoritário, tirânico, apoiado na polícia política e na censura. E de novo descreve este: partido único; dirigismo económico subordinado ao molde de um corporativismo coxo e incompleto, com base na sindicalização forçada das classes trabalhadoras; pseudo parlamentarismo, sem efectiva fiscalização da administração; liberdades inscritas na Constituição mas cerceadas na prática; lugares públicos e promoções reservadas para os incondicionais; perseguições políticas. Não há assim unidade nacional num momento em que «*se estão adensando núvens negras e presages sobre certas parcelas do território português no ultramar*».

Se os situacionistas têm praticado erros, também os têm cometido as oposições; e estas têm sobretudo feito o erro de se não unirem, entendendo-se que seriam de excluir dessa unidade «*todos quantos a si próprios se tivessem excluído pelo facto de prestarem passiva obediência aos ditâmes dum Estado estrangeiro*». E uns e outros, situacionistas e anti-situacionistas, deveriam ter a coragem de bater no peito e dizer, contritos: «*nostra culpa*». Perante todo este quadro, Cunha Leal antevê perigos a que a «*armadura policial e militar*» do regime não poderá resistir: um desastre nacional, a morte de chefes prestigiosos, a luta pelo poder, a ameaça de uma guerra. Há portanto que reflectir. Há que adoptar «*métodos de doutrinamento e de acção que lentamente preparem o povo português para a livre escolha do rumo mais favorável para a sua marcha em direcção ao futuro*». Há que estabelecer, sem actos de degradante compra e venda, individual ou colectiva, um *modus vivendi* de que resulte «*não a anquilose do sistema político e social vigente*» mas «*a sua transformação, concertada segundo as regras de livre discussão*». Para já, Cunha Leal sugere os seguintes «*arranjos*»: pluralidade partidária, excluindo os que recebam directivas de Estados estrangeiros; mais latos poderes à Assembleia Nacional; liberdades públicas efectivas; supressão da censura; reorganização do sistema eleitoral, dando garantias às oposições; ampla amnistia. E para evitar uma «*violenta explosão*» poderia «*concertar-se um plano de liberalização do regime com escalonamento no tempo*». Será esta ideia aceite? Não: «*será repelida com indignação por todos os gregos do poder e quiçá por alguns troianos da oposição*» (1).

(1) Se despirmos o discurso de Cunha Leal de todos os seus exageros ou das críticas sem fundamento, descobrimos uma curiosa aproximação ou mesmo identidade de pontos de vista entre Leal e Salazar nos aspectos básicos. Assim: *a)* rejeição por ambos do comunismo e do socialismo, talvez sendo mesmo mais duras as palavras de Leal; *b)* ambos sublinham a obediência estrangeira daquelas duas doutrinas, pelo que advogam a sua exclusão da comunidade nacional; *c)* ambos reivindicam para a Europa um papel autónomo e próprio, baseado nos valores perenes do Ocidentes; *d)* receio e desconfiança de uma hegemonia russa ou americana; *e)* ambos aceitam a propriedade privada, a iniciativa privada, o capitalismo corrigido pela intervenção do Estado e com efectiva justiça social; *f)* as críticas de Leal ao

De algum modo, as palavras de Cunha Leal constituem resposta ao discurso proferido por Salazar em 10 de Julho. Formulara o chefe do governo um convite aos homens de boa vontade que pudessem e quisessem aceitar princípios básicos e comungassem numa certa visão dos interesses nacionais permanentes. Leal não se afasta desse contexto, e mostra-se compreensivo, isento, quase objectivo: mais do que o de político, assume o papel de estadista, que se coloca no plano nacional, e está acima dos homens e das contingências partidárias. Apresenta-se em face de Salazar como chefe da oposição: responsável por esta, e obedecido, deveria ser o negociador de um lento caminhar do regime para formas de parlamentarismo e de democracia pluralista. Mas a atitude assumida por Cunha Leal não corresponde a uma realidade política: sobrevivente como figura de relevo na I República, desse facto deriva o seu prestígio: mas representa um passado já nevoento nas novas gerações e, por outro lado, o próprio Leal rejeita com vigor o comunismo, o socialismo, e todas as formas de radicalismo, que são advogados por alguns destas gerações. E ao desenrolar da campanha eleitoral é patente que a oposição, além de não estar unida entre si, não reconhece Cunha Leal por chefe. Logo dois dias mais tarde, o *Partido Republicano Português* afirma, pela voz de Carlos Olavo, que não participará das eleições por considerar insuficientes as garantias e liberdades existentes; e a *oposição nacionalista*, que tencionava concorrer no círculo de Aveiro, retira-se do pleito. Ramada Curto, por sua vez, declara que abandonara o *Partido Socialista;* e o *Partido Cristão Democrático* ataca os democratas de velha guarda. Destes, o núcleo central é constituído pelos tradicionais: desde Cunha Leal, Azevedo Gomes, António Sérgio, Câmara Reis, até aos que, identificados com a mesma ideologia, pertencem a

---

capitalismo do século XIX são idênticas às formuladas por Salazar nas suas conferências antes de entrar para o governo; *g)* ambos consideram a África complementar da Europa, e base necessária para uma política ocidental; *h)* ambos têm o ultramar como parte integrante de Portugal. Repare-se por último que Leal não formula críticas em matéria de política externa. As divergências, e essas irredutíveis, são portanto de ordem institucional e de estrutura do Estado.

gerações mais novas, como Acácio de Gouveia, Adão e Silva, Rodrigues dos Santos, Sá Cardoso, outros ainda: desde alguns monárquicos e católicos até republicanos históricos. De harmonia com as diversas correntes, constituem-se polos ou centros de campanha e propaganda. São organizados comícios, manifestações; e nos jornais é desencadeado ataque cerrado ao governo e ao regime. Multiplicam-se os artigos, as entrevistas, as cartas sobre problemas sectoriais, a reprodução dos discursos dos oposicionistas, os manifestos eleitorais. Há o ceremonial das reclamações comuns: melhor recenseamento, unidade gráfica das listas de votos, fiscalização de cadernos eleitorais. Há os protestos rituais, e contra-protestos. São visados em especial alguns ministérios — Economia, Interior, Finanças, Exército — e todos saiem a terreiro com notas oficiosas de refutação e esclarecimento. Lançada a campanha, a oposição invade todos os domínios: apontam-se erros económicos, criticam-se as obras públicas, sublinham-se deficiências do plano de fomento, alegam-se casos de corrupção, impugna-se a ordem financeira, desacredita-se a educação: no hábito, não fica pedra sobre pedra. Reage a *União Nacional* com vigor: afirma a incompetência dos oposicionistas, salienta a sua incoerência, vinca as suas divisões e incompabilidades. Replicam os oposicionistas que, do seu divisionismo, tem culpa o governo, porque não lhes permitiu que se organizassem; e que a falta de uma liberdade irrestrita não consentiu o estudo cabal dos problemas e a elaboração e o debate de um programa unitário. Salazar não participa da luta em público, não se aparta da sua rotina: em 19 de Outubro visita as forças militares de Santa Margarida. Sobe o tom da campanha, torna-se áspero o ambiente.

Cunha Leal, a 26 de Outubro de 1953, discursa num comício do Liceu Camões: mantém a sua combatividade: mas é um homem sem ilusões. Admite ter havido no passado uma «*falta de decisão dos democratas para sustarem a infiltração da 5.ª coluna soviética nos seus arraiais;* mas afirma que, embora lentamente, se foi consumando «*a separação entre comunistas e democratas, porque os factos se encarregaram de convencer os últimos da má-fé visceral dos pregoeiros duma democracia popular, tão antidemocrática como a democracia orgânica*». Cunha Leal, toda-

via, lamenta que os situacionistas não queiram compreender o papel dos democratas em ter «*minimizado*» por aquela forma «*a permeabilidade da nação a doutrinas de guerra civil impiedosa*»; e por isso, promovendo «*os comunistas à categoria de democratas*», vem alegar que «*se operou uma cisão no campo da democracia*». E Leal afirma que há uma contradição dos situacionistas: «*o convívio com eles era ontem motivo de vitupério e de náuseas; a luta contra eles é hoje sintoma de divisionismo e enfraquecimento e não de reconquista de homegeneidade e portanto de força*». Respondem os situacionistas: os democratas não são efectivamente comunistas; mas estes dominam as suas organizações e propaganda; acabariam por submergir aqueles; e, depois da vitória, destruí-los-iam. Aliás, mesmo sem sair do plano democrático, há outras divisões: não é verdade que os oposicionistas se dividem entre parlamentaristas, democratas-cristãos, monárquicos, outros ainda? Cunha Leal alega que esse divisionismo é meramente processual: no fundo, há unidade real de intenções. Quais? «*Enviar uns tantos representantes à Assembleia Legislativa, para termos à nossa disposição a mais alta tribuna do País, e obter que se dê por finda a Censura prévia, para se efectuar o ajustamento de concepções apresentadas*». Por isso, a «*bem de todos os portugueses*», a eleição de alguns deputados oposicionistas seria «*o que melhor podia acontecer*». Que temem os situacionistas? Como podem ver naquelas aspirações um «*sinal premonitor da catástrofe que todos os Portugueses de boa lei temem e desejam portanto evitar?*» E os situacionistas replicam: a experiência fora feita, aquela unidade de propósitos também é meramente processual: e conquistadas as posições, ressurgiria a divergência de objectivos. Mas a campanha aproxima-se do seu termo. E Cunha Leal conclui: convidara situacionistas e oposicionistas a modificar a sua atitude de intransigência: e via confirmada a sua antecipada certeza de que ambos rejeitariam o convite. Depois, num longo artigo no *Diário de Lisboa*, Leal repete as mesmas considerações e o mesmo apelo. Queixa-se dos ataques pessoais de que é vítima, e pergunta: «*E a circunstância de preferirem combater o homem a destruir os seus argumentos não será a prova provada dos erros ideológicos do regime? O drama, de que as suas cons-*

ciências são o miserando palco, obriga-os a cabriolas e contorcionismos de circo, de que saiem suarentos e transtornados».

Pelo país, generaliza-se a interrogação: vão às urnas os oposicionistas, ou não? A campanha continua viva e áspera, e Trigo de Negreiros é o homem incansável, percorrendo o país de lés-a-lés num combate constante. A seu lado, outros vultos do regime entram na luta: Marcello Caetano afirma a crise do parlamentarismo e o início da era da tecnocracia; Tito Arantes defende as realizações do Estado Novo; e surgem homens mais novos, como Baltasar Rebelo de Sousa, a alinhar na situação. De Coimbra, eleva-se uma voz já antiga e cansada: é José Alberto dos Reis, o mestre que convidara Salazar para professor, e agora já no ocaso da vida. Diz José Alberto: «*quanto à esquerda, temos como certo que se por acaso triunfasse, desencadearia no país forças demagógicas e revolucionárias que ela própria seria impotente para dominar e conter*». Antes das eleições, Salazar convoca um Conselho de Ministros, a 3 de Novembro. Trigo de Negreiros assegura que não há motivo para inquietação. Salazar não esconde o seu agastamento com os monárquicos: a *Causa Monárquica* acabava de instruir os seus partidários no sentido da abstenção, salvo nos círculos em que, como candidatos da *União Nacional*, figurassem homens inconstestavelmente monárquicos. E o chefe do governo verbera também a atitude das *Novidades:* parece-lhe que estas fazem o jogo dos adversários, sob influência de eclesiásticos progressistas. Mas a interrogação mantém-se: vai às urnas a oposição? No dia 4 de Novembro há uma resposta: os oposicionistas pelo círculo de Lisboa apresentam-se ao sufrágio, apesar da falta de garantias e liberdades que afirmam existir. E declaram que também se submeterão ao sufrágio os oposicionistas de Aveiro e Porto. Há um despertar de interesse pelo acto eleitoral, e uma mais intensa mobilização das forças do regime. Cunha Leal sai com uma *Epístola aos novos*. em que se dirige a estes e aos governantes; e pede que todos se pronunciem e que a nação a todos julgue. Por Lisboa, como oposicionistas, concorrem os vultos tradicionais: Cunha Leal, Mendes Cabeçadas, Moreira de Campos, Câmara Reys. E também outros de gerações mais recentes: Acácio de Gouveia, Constantino Fernandes, Adão e Silva, Mayer

Garção, Sá Cardoso, Rodrigues dos Santos, Rodrigues Direito, Vasco da Gama Fernandes. Sem embargo, o governo não está seguro da atitude final dos oposicionistas nos três círculos.

Em 8 de Novembro de 1953, são as eleições. Cumprem a sua promessa os candidatos oposicionistas: apresentam-se às urnas nos três círculos. Fiscalizam apertadamente o acto eleitoral; pessoalmente ou pelos seus delegados, percorrem as secções de voto, apuram os resultados; e em alguns locais lavram os seus protestos perante o que consideram irregularidades. Em algumas freguesias, triunfam; mas não obtêm maioria em qualquer dos círculos. Há inusitada afluência de eleitores, e em todo o país não sofre perturbação a ordem pública. Mas alguns elementos da oposição de esquerda, mesmo não tendo sido candidatos, julgam-se ofendidos nos seus brios por referências feitas em jornais ou alusões em discursos situacionistas. Em nome do *movimento nacional democrático* reclamam o direito de resposta. Por seu punho, Salazar escreve a decisão: «*O Movimento Nacional Democrático não tem existência legal e os ataques a um movimento não legalmente constituído não podem justificar qualquer direito de resposta dos seus pretensos representantes. Os signatários, mesmo privados de direitos políticos, têm individualmente o direito de resposta quanto a injúrias ou difamações relativas à sua honra, e esse direito é assegurado pelo recurso aos tribunais, se a invocação da lei de imprensa perante os jornais não bastar. Nestes termos, a censura continuará a não permitir a publicação de comunicados do Movimento que os signatários dizem representar*» (1).

(1) Embora sem intervir publicamente, Salazar seguia com minúcia toda a campanha, e lia com cuidado todos os discursos, manifestos, entrevistas, etc. E com uma carta, um bilhete, uma palavra, animava os situacionistas. Um exemplo: Como João do Amaral interviesse num comício em Setúbal, Salazar logo lhe escreve uma breve carta. Diz-lhe: «*Ao João do Amaral: Pode dar-se-lhe um abraço pelo formoso discurso de Setúbal? Que pena que não tenha discípulos, ou que lástima que os discípulos não possam imitar o mestre! Um abraço, Ol. Salazar*». Cartão de 21-10-1953. Acontece que a Censura, ao que parece por lapso, se propunha fazer cortes no texto a publicar nos jornais. João do Amaral protestou. Salazar deu ordem imediata para que fossem retirados os cortes.

Das preocupações causadas pelo rescaldo das eleições, Salazar distrai-se para uma deslocação a Loulé: está concluído o monumento à memória de Duarte Pacheco: e a 15 de Novembro, décimo aniversário da sua morte, é inaugurado. José Frederico Ulrich, que impulsionara a construção da obra, acompanha o chefe do governo. E este profere no acto palavras de homenagem, saudade, afecto. É subjectivo: «*Quando se tem vivido uma vida já longa e, sobre longa, intensa, de trabalhos, de fadigas, de inquietações, até de sonhos, o caminho que percorremos fica ladeado de numerosas cruzes — as cruzes dos nossos mortos*». É literário: há mortos que não morrem, e «*nem de outra forma se compreenderia que a Providência suscitasse tantas vezes almas extraordinárias, cumes de beleza espiritual, e lhes não conceda mais que uma breve aparição, como voo de asa que corta o céu, botão que murcha sem revelar ao sol da manhã a graça e o perfume da rosa*». É político: o que está feito ou renovado (depois de alguns anos de governo de Duarte Pacheco) na terra portuguesa, «*em monumentos, em hospitais, em escolas e edifícios de toda a natureza, em aeroportos, em pontes, em estradas, em caminhos de ferro, em urbanização, em estádios, em habitações, em hidráulica agrícola, em exposições como essa esplendente Exposição do Mundo Português, constitui uma obra imensa que ficará marcando para sempre a largueza das concepções, o progresso técnico e artístico, a excelência dos sistemas jurídicos, a severidade dos princípios de administração*». E Duarte Pacheco? Esse foi um «*reformador*», um «*inovador*», e o «*seu espírito impunha-se por essa maravilhosa aptidão do geral e do particular, das grandes linhas e do pequeno pormenor, da justa medida do presente e da antevisão do futuro*»; «*não era um político na acepção corrente do termo, mas homem de governo estreme, como permite um regime em que a governação tem podido ser quase tudo e a pequena política quase nada*»; «*e nunca falava no povo — para não o diminuir como plebe e poder servi-lo como nação*». Mais do que a obra realizada, ou planeada, a Duarte Pacheco deve-se a criação de uma escola: se a primeira engrandeceria um século em qualquer país, ainda vale mais a segunda por constituir garantia de continuidade.

Independentemente da campanha eleitoral, a actividade externa do governo prossegue, e assumem particular relevo as conversações finais com o Brasil para a conclusão do Tratado de Amizade e Consulta. E este é assinado no Rio de Janeiro a 16 de Novembro de 1953, entre António de Faria e o chanceler Vicente Rao. Na cerimónia, Rao afirma: «*é um novo rumo nas relações entre os nossos dois países e um sentido novo na política exterior brasileira*». Numa alusão à África portuguesa, o ministro brasileiro invoca a necessidade do Brasil ser ouvido ao «*celebrarem-se os pactos de defesa dos mares meridionais*»; e fala de consultas «*sobre problemas internacionais de manifesto interesse comum*». Responde Faria: «*os nossos dois países encontram-se firmemente unidos na sua fidelidade aos princípios fun-*-lhes: de um lado está «*esse enorme império da América*» e do *damentais da civilização ocidental*». No mesmo dia, ao fim da tarde, Paulo Cunha recebe os jornalistas nas Necessidades. Diz--lhes: de um lado está «*esse enorme império da América*» e do outro está Portugal «*com as suas províncias espalhadas pelas outras partes do mundo*»: e ambos vão formar uma «*grande e verdadeira comunidade*». Aparte este problema, contudo, Salazar está preocupado com o rescaldo das eleições gerais. Decerto: em Conselho de Ministros do dia seguinte, 17, o texto do acordo com o Brasil é aprovado. Mas Salazar ocupa-se sobretudo do momento político interno. Trigo de Negreiros faz o relato pormenorizado, fornece números: não há dúvidas sobre a vitória dos candidatos da *União Nacional*. Salazar, no entanto, é realista, é frio: nem todos os aspectos são risonhos. Houve a defecção de muitos monárquicos, de muitos católicos; segundo relatórios da polícia, a maioria das organizações oposicionistas fora influênciada, se não dominada, pelos comunistas; e o objectivo dos adversários políticos não era o de, à sombra das instituições vigentes, partilhar do poder político ou até assumi-lo, mas o de derrubar a ordem constitucional. Para Salazar, este propósito, se não era o confessado por alguns, era o visado por outros: nesse ponto residia o risco maior: e daí a impossibilidade de transigências, mesmo graduais, que conduziriam a situações não desejadas pelos próprios democráticos de velha estirpe. Trigo de Negreiros e o chefe do governo manifestam, contudo, uma

preocupação mais grave: durante a campanha e no acto eleitoral fora saliente o retraimento, mesmo a falta de apoio da mocidade. Salazar não oculta os seus receios: o Estado Novo não deveria ser para uma geração apenas, ou mesmo para duas.

Dias mais tarde, a 24, o país fica surpresa e emocionado: dá-se uma violenta explosão na fábrica de material de guerra de Braço de Prata. Apuram-se doze mortos, quase duzentos feridos. Acidente? Sabotagem? Acto de terrorismo? Determina o governo um inquérito. E é sob alguma apreensão que se cumpre a praxe já firmada para reabertura das Câmaras. Antes de mais, estas procedem à eleição dos seus presidentes: Albino dos Reis é conduzido na Assembleia Nacional, Marcello Caetano na Câmara Corporativa. E a 28 de Novembro de 1953, é a abertura solene em sessão conjunta. Craveiro Lopes lê a mensagem presidencial elaborada por Salazar. Ocupa-se de política externa, e salienta as linhas de força que ligam Lisboa a Londres, Rio de Janeiro, Madrid. Quanto a esta última, as boas relações são uma *«garantia da integridade das duas nações que partilham entre si a Península Ibérica»*. Por outro lado, importa evitar que as questões europeias desviem Portugal dos muitos problemas que o tocam pelo mundo; nem por isso, todavia, deixa o país de cooperar na defesa da Europa, cujos encargos estão aliás a atrazar o desenvolvimento de todo o continente. Portugal está colaborando na vida internacional, através da sua participação na *OCDE*, na *NATO;* e muito haverá a esperar do novo tratado entre o Brasil e Portugal. Depois aborda a mensagem presidencial assuntos internos. Destaca o Plano de Fomento, em execução; e refere problemas do Ultramar, que vai ser dotado de uma nova lei orgânica e cuja representação nas câmaras será aumentada. Será aperfeiçoada e completada a estrutura corporativa. E Craveiro Lopes comunica às Câmaras que em breve partirá em viagem à África ocidental portuguesa. Responde Joaquim Dinis da Fonseca com o mais integral apoio ao governo e sua política.

Mas ao aproximar-se aquele Natal de 1953, a União Indiana institui o bloqueio de Goa. Medidas severas e exigência de vistos paralisam o movimento de pessoas; os funcionários portugueses que necessitam de transitar entre Goa, Damão e Diu, e para os enclaves de Nagar Aveli e Dadrá, vêm as suas deslocações difi-

cultadas, se não proibidas; e drásticas restrições alfandegárias fazem cessar o comércio e fecham os mercados abastecedores de Goa na Índia. Lisboa reclama, Vasco Garin entrega sucessivas notas; mas são duras e intransigentes as respostas de Nova Delhi. São decorridos mais de seis anos sobre os primeiros pedidos indianos de que seja integrado na União o Estado português da Índia.

32

Há quase trinta anos atrás, muitas estruturas básicas da nação haviam descido ao *ponto zero*. E os homens do *28 de Maio* lançaram as expressões que traduziam aquela realidade. Falava-se do *zero rodoviário*, do *zero pedagógico*, do *zero naval*, de outros ainda, além do *zero financeiro*. Depois de se acreditar nas Finanças, Salazar seriou os problemas do país: o financeiro, o económico, o social, o político. Segundo os seus princípios, lançou naqueles domínios os caboucos fundamentais e, dentro destes, procurou as soluções viáveis. Neste quadro impunha-se desenvolver o país, acelerar o seu progresso, utilizar os novos recursos financeiros. Acudiu Salazar aos problemas mais instantes: estradas, comunicações, transportes, portos, e outros directamente relacionados com o fomento. Ao fim de dez anos, era diferente o rosto de Portugal. Mas a partir de 1936 abre-se a crise europeia. Passa a política externa a ocupar papel eminente, e para apoio desta, além do desafogo financeiro, importa criar e sustentar um mínimo de força militar. Com este objectivo são absorvidos vultosos recursos. Depois é a guerra em Espanha, e a esta segue-se a guerra geral. No mundo, e em Portugal, tudo é travado. Para defender a neutralidade portuguesa, são largas as despesas com forças armadas, compras de material de guerra, guarnição de pontos estratégicos cubiçados pelas potências; uma economia mundial de guerra fecha a Portugal mercados e xportadores e importadores; o bloqueio ânglo-americano dificulta o pouco comércio internacional possível e as trocas entre metrópole e ultramar; e Portugal, se acumula reservas consideráveis, não pode adquirir bens de equipamento e vê esgotados os *stocks* de que dispunha. Há uma estagnação e, embora sempre asse-

gurado o essencial, verifica-se mesmo um definhamento em alguns sectores.

Na paz, a Europa está em escombros. Portugal usa as suas reservas, e relançar o fomento torna-se preocupação de Salazar. Mas as necessidades portuguesas não podem ser satisfeitas entre as ruínas europeias. Voltam-se os ocidentais para os Estados Unidos, que correspondem com o Plano Marshall a partir de 1946; mas Salazar, suspeitoso dos americanos, recusa um auxílio significativo. Com os recursos próprios, é retomado o fomento desde o fim da guerra.

Ocupam lugar destacado os empreendimentos de hidráulica agrícola. Ao longo dos anos decorridos desde 1946, surgem e foram completadas numerosas obras. É o *Paul de Magos* e o *Paúl de Cela;* é a irrigação dos Campos *de Loures*, dos *Campos de Burgães*, dos *Campos do Rio Liz*, dos *Campos de Alvega*, e das *Campinas de Silves* e da *Idanha;* é o aproveitamento da *Veiga de Chaves;* são as barragens do *Vale do Sado* e do *Vale do Sorraia*, que no conjunto valorizam cerca de quarenta mil hectares de terras; e ainda aproveitamentos hidráulico-agrícolas na Madeira e nos Açores. Depois, erguem-se as grandes barragens, além da de *Castelo do Bode*, e surgem as de *Salamonde*, de *Bouça*, de *Guilhofrei*, do *Cabril*, da *Caniçada*, outras ainda. E todo este esquema está a ser ampliado, e em escala mais vasta, com a execução do *Plano de Fomento* aprovado há um ano. Mas outros domínios foram também cuidados. Surgem os bairros para trabalhadores, lançam-se as pousadas para turismo. Em matéria de saúde pública, ergueram-se postos médicos, infantários, hospitais regionais; criam-se ou ampliam-se laboratórios e centros de investigação; e o *Hospital de Santa Maria* em Lisboa, o de *S. João* no Porto, os *Sanatórios de D. Manuel II* e o de *Sousa Martins*, e o *Instituto de Oncologia*, constituem as estruturas mais grandiosas. No plano da educação e cultura, estão concluídas as duas vastas *Cidades Universitárias* de Lisboa e de Coimbra; foram renovados, reconstruídos múltiplos liceus, ou edificados numerosos outros, de que é típico o de Viseu; multiplicam-se as *escolas técnicas*, de que são exemplos característicos os de *Francisco Arruda* e *Gomes Teixeira;* tem novo edifício o *Instituto Superior de Agronomia;* e por todo o país espalham-se novas

salas de aula para instrução primária. São restaurados monumentos nacionais, renovados ou apliados museus, criados outros. Recebem impulso as comunicações postais: estão prontos e em funcionamento cem novos edifícios de correios. E também as comunicações rodoviárias: graças à acção de uma *Junta Autónoma*, estão em boas condições mais de 26 000 quilómetros de estradas: e por todo o país foram construídas cerca de duzentas e cinquenta pontes, desde a de Santa Clara-a-Velha até à de Vila Franca de Xira. Atenção especial foi dedicada aos portos, tanto de tráfego internacional como de pesca, e estão melhorados ou construídos de novo os de Leixões, Aveiro, Figueira, Peniche, Sesimbra, Portimão, Viana do Castelo, Funchal, Horta, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo. São dotados de novas instalações serviços públicos básicos — a *Casa da Moeda*, o *Instituto de Estatística*, muitos outros — e em particular os de Justiça, mediante a construção de novos tribunais na maioria das comarcas. E para apoio de todas as obras, tanto do sector público como da iniciativa particular, foi ampliado o *Laboratório Nacional de Engenharia Civil*, que cria e afirma toda uma escola de técnicos de alta categoria e cuja fama começa a projectar-se além fronteiras.

Paralelamente à política de obras públicas, é praticada uma política de fomento económico, no sector público como no privado, e a este concede o Estado o seu apoio técnico e financeiro. Abre-se no país uma era de desenvolvimento global. Crescem dez vezes as exportações de 1926 para 1952: sobem de cerca de oitocentos mil contos para cerca de sete milhões e meio de contos. No mesmo lapso de tempo, aumentam também as importações: de mais de dois milhões de contos passam para cerca de dez milhões de contos. Há uma alteração dos mercados tradicionais. Diminui o papel desempenhado pela Inglaterra, e assumem maior relevo os mercados alemão, americano, francês, outros ainda; e alargam-se as trocas com o ultramar, nos dois sentidos, no intuito de firmar uma economia portuguesa no espaço português. Nas exportações sobem os têxteis, os produtos químicos, as conservas, mesmo alguns artigos industriais; e o lugar ocupado pela indústria, de um terço, alcança os dois terços. Expandiu-se a pesca e a agricultura, alargou-se a arborização do solo, subiu a produção agrária, e nesse domínio tem papel de relevo a *Junta*

de Colonização Interna. Acompanhando o surto geral do país, cresceu a população: na metrópole, em vinte anos, passou de cerca de sete milhões para cerca de oito milhões e meio. Nos mesmos vinte anos, a taxa de analfabetismo baixou de cerca de 68 % para cerca de 43 %; no ensino secundário a população escolar passou de cerca de 32 000 para cerca de 100 000; e no ensino universitário o crescimento vem de cerca de 7 000 estudantes para cerca de 16 000. Nos últimos dez anos as receitas públicas, de cinco milhões de contos, ultrapassam os dez milhões. E no sector privado, com apoio estadual, surgem, ampliam-se ou modernizam-se numerosas empresas: as de têxteis, de cimentos, de pneus, de metalurgia, de maquinaria diversa, as refinarias, as celuloses, os tractores, os artigos eléctricos. E a Associação Industrial Portuguesa promove, para exposições, a construção da Feira das Indústrias (1).

Salazar debruça-se sobre o conjunto de realizações, e desabafa com alguns íntimos: «*O paiz não tinha nada, foi preciso fazer tudo desde o zero em quase em todos os domínios. Como temos trabalhado na medida dos nossos recursos, pulverizámos estes em mil miudezas, indispensáveis e úteis ao conjunto, mas miudezas. Não deixaremos nada de grande*».

(1) Pela extrema aridez deste assunto, cingi-me a dados essenciais e muito genéricos. Números e percentagens mencionadas foram arredondados, sem prejuízo do seu rigor como indicativos de ordem de grandeza.

CAPÍTULO IV

O cerco

1

Por 1954, quase dez anos cumpridos sobre o segundo conflito mundial, continua o mundo na *guerra fria*. Progride a convalescença da Europa; mas esta mantém-se dividida entre oriente e ocidente. Conseguem as nações ocidentais defender valores por que haviam lutado entre 1939 e 1945. Na Grã-Bretanha, estão no poder os conservadores, sob um Churchill cujas faculdades declinam, e Anthony Eden emerge dentro do partido como futuro chefe; na Alemanha, os cristãos-democratas de Konrad Adenauer conduzem a política do novo Estado federal, cujas preocupações fundamentais são Berlim e a reunificação das duas Alemanhas; em França, um regime de assembleia cria uma instabilidade governativa que oscila entre coligações precárias, enquanto se forma um partido de inspiração anti-parlamentarista em torno da figura do general Charles De Gaulle; na Itália, domina uma democracia-cristã, a que se agregam, em coligações ocasionais, alguns partidos centristas que vão desde os sociais-democratas aos liberais e republicanos; e nos países de periferia, desde a Holanda e a Bélgica até à Escandinávia, os sistemas parlamentares encontram dificuldades que todavia não põem em causa os interesses nacionais básicos. Nem por isso deixa de prosseguir, no interior de cada país, um debate ideológico que

os partidos comunistas, sobretudo em França e na Itália, procuram conduzir em detrimento da política do Ocidente. Em face deste, mantém-se o bloco da União Soviética e seus satélites, impenetrável a qualquer debate ou contacto ideológico: mas a era post-staliniana, repudiando a figura de Estaline, abre um período de luta pelo poder com repercussões na chefia dos partidos comunistas: e em Moscovo a posição de Malenkov aparece abalada quando é substituído, nas funções de secretário do partido, por Kruchtchev. Para além da Europa, preocupam-se os Estados Unidos, sob a orientação de Eisenhower e Foster Dulles, em fazer frente à *guerra fria:* manter a coesão do Pacto do Atlântico, reforçar por toda a parte as alianças defensivas em face da penetração soviética. Mas subsistem os focos de crise aguda: a agressividade da China sob Mao Tsé Tung, a precária situação que resulta do armistício negociado na Coreia, a guerra da Indochina, a luta na Argélia, as perturbações no Irão. E a Ocidente, sob iniciativa de Churchill, lança-se ideia de uma conferência internacional que procure resolver os problemas em suspenso e eliminar as zonas de perigo.

Se a *guerra fria* é um embate frontal entre o bloco do Ocidente e o do Oriente, significa também a conquista de posições em áreas do mundo situadas para além dos dois blocos que se afrontam: o anticolonialismo produz a *zona cinzenta,* cujo domínio se busca. Para o efeito, os dois blocos, além de dissimularem os seus ideais messiânicos, intensificam o duelo de popularidade em que um tenta bater o outro mediante concessões que se sobrepõem e excedem em ritmo acelerado. É a emergência do *terceiro mundo.* É o conjunto de nações ou povos que se catacterizam por sub-desenvolvimento material e cultural, ou por se encontrarem numa relação de dependência política e económica perante centros de decisão alheios, ou por serem vítimas de descriminação baseada em raça ou religião. São estas nações e povos que agora são aproveitados pelos impérios, que exploram em seu favor o movimento anti-colonialista e a ideia política e psicológica da descolonização. Retomam-se, sob outras modalidades, processos antigos: novos impérios põem sempre em causa a estrutura da sociedade internacional que encontram: e para o ataque a esta constroem novas ideologias, e novas justificações

morais também. Em tempos idos, grandes potências procuraram entre si um equilíbrio de interesses que apenas se conseguia por um preço a ser pago pelas pequenas potências: e então as forças imperiais actuaram em nome de altos princípios morais que receberam o nome de *liberdade dos mares*, de *antiesclavagismo*, de *esferas de influência*, de *responsabilidade do homem branco* para com as raças atrazadas, do *governo por mandato*, ainda outras fórmulas. E agora está lançado o conceito de *auto-determinação* dos povos. Para lhe dar toda a virtualidade, recorre-se a sucessivas interpretações da Carta da ONU. Esta dispõe que os povos, submetidos durante a guerra a ocupação e domínio estrangeiro, devem ser libertados, e dotados das instituições que por si escolherem. Na origem dos preceitos da Carta estava assim o fenómeno alemão. Mas na Ásia haviam entretanto emergido, independentemente da Carta da ONU, nações como a Índia, o Paquistão, a Indonésia, o Ceilão, as Filipinas; e estas, juntamente com a nova China e o novo Japão, viam no enfraquecimento da Europa ocidental vantagens próprias. De harmonia com uma orientação já defendida por Lenine, a União Soviética alia-se desde logo aos clamores daqueles países. E é defendida uma interpretação extensiva do conceito de auto-determinação: esta não se aplica somente às nações submetidas ao domínio nazi mas a qualquer povo, ainda que nunca haja sido independente nem forme uma nação. Esse vínculo de subordinação é invocado sobretudo contra a Europa ocidental, e é esta que fica em causa. Para não serem ultrapassados pela União Soviética, e porque desejam influenciar os novos países asiáticos, e porque sentem receios de uma forte Europa ocidental que queira desempenhar um papel mundial, os Estados Unidos são levados a partilhar aquela interpretação extensiva, e apoiá-la. E é em torno do *terceiro mundo*, e para conquista deste, que o debate político se processa. É cómoda e fácil a posição de Moscovo: em cortar a Europa da África nada tem a perder e tudo a ganhar. Mas é embaraçosa a posição dos Estados Unidos: se dão prioridade aos europeus e à aliança atlântica, desagradam ao terceiro mundo, e deixam à União Soviética a vantagem política de surgir como única defensora deste; se dão prioridade ao terceiro mundo, podem perder os europeus, sem cuja cooperação os Estados Unidos difi-

cilmente enfrentarão a Rússia. Cedo se verifica, no entanto, que para além dos princípios, estão em jogo posições estratégicas, mercados e o acesso a matérias-primas. Estes são, para os dois blocos, os factores determinantes. De momento, com a interpretação extensiva da Carta da ONU, duas consequências são imediatas: a internacionalização de todo o problema colonial e o *direito de censura* que se arrogam as Nações Unidas.

Transfere-se o debate, deste modo, para a plataforma parlamentar da Assembleia Geral da ONU (1). São cerca de oitenta os seus membros, e estes dividem-se em grupos consoante os seus interesses nacionais: o grupo afro-asiático; o grupo latino-americano; o grupo europeu; o grupo da União Soviética e países satélites; e os Estados Unidos, que se consideram fora de qualquer agrupamento. Impulsionados pela União Soviética, e com o apoio espectacular desta, os afro-asiáticos multiplicam-se em iniciativas, e todas são apresentadas como simples execução da Carta, em particular do seu artigo 73.º Como instrumento fundamental, é usada a *Quarta Comissão* da Assembleia-Geral; e no seio desta travam-se polémicas que atingem a violência. Defendem os afro-asiáticos um ponto de vista: as nações que são responsáveis pela administração de territórios não-autónomos tem obrigação de informar regularmente a Assembleia de como conduzem essa administração e de encaminhar esses territórios para a autonomia ou independência, conforme as aspirações dos seus povos; e a Assembleia tem o direito de analisar estas informações, formular as suas críticas, definir o processo por que o território deve atingir a autonomia ou independência. A esta tese opõem os europeus com responsabilidades ultramarinas uma

(1) Emprego a expressão *plataforma parlamentar* por ter sido comumente usada. Mas importa sublinhar que, sem embargo de se haver procurado criar essa imagem, a ONU nunca foi nem pode ser um parlamento, equiparável aos parlamentos nacionais. A ideia de que a ONU é um *parlamento mundial*, e representa a *opinião pública mundial*, é inteiramente falsa. A ONU só é parlamentar no *aspecto processual*, no aparato exterior dos votos, das maiorias, dos debates, etc. Na substância, é um organismo político internacional sujeito aos interesses das potências, e das maiorias que estas comandem, e de modo algum é órgão independente, com vida própria e acção autónoma.

argumentação cerrada: a Carta entrega ao critério discricionário dos países membros a definição do que considera como seus territórios não-autónomos; para os que forem assim caracterizados por parte das soberanias responsáveis, as informações a fornecer à ONU dizem apenas respeito a condições sociais, economicas e educativas, e não politicas, e estão sujeitas às limitações constitucionais de que apenas é juiz o governo do país membro; e a Carta não atribui à Assembleia qualquer prorrogativa de intervenção no processo constitucional ou político que possa conduzir um território não-autónomo à autonomia ou à independência, nem este objectivo resulta necessariamente da lei básica da ONU. Salienta-se a Bélgica: esta sugere que, no fundo, se trata de um problema de liberdade individual e de direitos humanos: nesse caso há que examinar qual a situação de todas as populações em todos os países, mesmo nos que sejam independentes (1). Rispostam os afro-asiáticos: se o objectivo não é político, então não há outro, pois que as condições materiais dos territórios, por óptimas que sejam, apenas interessam se o território for independente, e a independência tem de ser havida como objectivo primordial que por si só assegura os demais condições: e em qualquer caso a maioria, porque o é, está autorizada à interpretação da Carta, instrumento vivo e adaptável, que em cada momento parecer mais conveniente. Nestas coordenadas se arrastam as polémicas e os debates: e tudo é entrecortado das acusações de imperialismo, colonialismo, opressão, genocídio, racismo, exploração, dirigidas aos paises europeus ocidentais, e só a estes, ficando excluídos de investigação e ataque os domínios reservados dos grandes impérios.

(1) É a tese belga, então famosa. Sentiram-se logo atingidos os latino-americanos (com populações nativas num estado político e social inferior), alguns afro-asiáticos independentes (os indianos com os seus intocáveis, os etíopes ainda com os seus escravos, etc.), e os russos (Ucrânia, Repúblicas do Cáucaso, etc.). E a *tese belga* foi rejeitada. No fundo assentava no conceito de *situação colonial*, que pode existir num estado independente.

2

Continua Portugal excluído das Nações Unidas, e o facto é pretexto para reiteradas críticas dos oposicionistas: interpretam-no como rejeição de um governo havido por não democrático. Mas Salazar está sem pressa na admissão de Portugal: minuciosamente ao corrente dos debates na Quarta Comissão e na Assembleia-Geral, sabe que aquela significa o desencadear do ataque ao ultramar: e a União Indiana, que em Nova-York se multiplica em propaganda anti-portuguesa, não deixaria de suscitar a questão de Goa num ambiente favorável a Nova Delhi. Justamente em Conselho de Ministros de 19 de Janeiro de 1954, o chefe do governo descreve a situação do Estado Português da Índia e classifica-a de «*gravíssima*», e não esconde quanto ao futuro o seu pessimismo. Encerrada a fase da discussão política, em que o Primeiro Ministro Nehru procurou intimidar Lisboa, atravessa-se agora a fase do bloqueio e da pressão sobre as populações. De Nova Delhi, Vasco Garin dá conta dos obstáculos levantados pela União Indiana; Nehru declara em público que «*está a perder a paciência*». Perante a agressividade de que se mostra possuída a União Indiana, surgem sugestões — de alguns funcionários portugueses e de elementos estrangeiros amigos — no sentido de Portugal recorrer às Nações Unidas: não são estas um organismo dedicado à paz e à prevenção de conflitos? Mas Salazar opõe-se: um apelo às Nações Unidas seria contraproducente: a pretexto de Goa, discutiria Nova Delhi todo o ultramar português: e para o efeito poderia contar com uma atmosfera mais do que propícia.

Em Salazar, contudo, nada transparece na sua actividade do dia-a-dia. Discute economia e finanças com François Perroux, que vem a Lisboa proferir conferências; acolhe um representante do *Corriere della Sera*, que o entrevista; segue com minúcia a participação de Portugal nas celebrações do centenário da cidade de S. Paulo; e estuda com José Frederico Ulrich o lançamento de um novo plano rodoviário. Dedica agora particular atenção ao problema do aproveitamento da energia nuclear. Pires de Lima fornece dados técnicos: na Urgeiriça existem 3 300 toneladas de urânio puro; cada grama pode produzir mil quilovates;

ao ritmo actual de consumo, aquele minério poderia em princípio abastecer Portugal de energia durante dois mil anos. Salazar resolve criar uma *Junta de Energia Nuclear*. Mas nos círculos do governo parece pesado o ambiente. Para muitos, o ministério está *gasto*. E há ministros que se sentem impacientes. Costa Leite, há mais de vinte anos no gabinete, tendo passado dez anos nas Finanças e agora quatro no ministério da Presidência, está fatigado, empobrecido, e quer ser liberto. Paulo Cunha solicita a sua substituição em carta a Salazar; e no mesmo sentido, em mais de uma conversa, insiste José Frederico Ulrich. Por outro lado, há casos especiais: Abranches Pinto, no Exército, não tem sido um êxito, e são muitas as críticas nos meios militares; com Cavaleiro de Ferreira, na Justiça há quase dez anos, são cada vez mais difíceis as relações, e o seu temperamento suscita animosidade; e Pires de Lima, na Educação Nacional há quase sete anos, levanta crescente oposição dos universitários e académicos. Na Assembleia Nacional surgem críticas sérias. Mário de Figueiredo, como *leader*, está preocupado. Mas Salazar comenta: «*Acho bem que os deputados tenham desabafado à sua vontade*». Mas que fazer: uma remodelação ministerial profunda? Deverá abandonar o governo, retirar-se? Mas quando concede ao jornalista brasileiro Crisóstomo da Cruz, nos primeiros dias de Fevereiro de 1954, uma entrevista sobre as relações de Portugal com o Brasil, e o *Tratado de Amizade e Consulta* assinado entre os dois países, o chefe do governo nada deixa pressentir.

3

Naqueles princípios de Fevereiro, Salazar vai de fugida à sua aldeia. Tem uma ideia fixa: ver uma propriedade que está para venda. Desde há tempo, está preocupado com os seus próximos: as irmãs, a governanta Maria de Jesus. Que futuro lhe poderá assegurar? Está «*nos últimos anos de vida*» e não quer «*embaraçar-se com mais terras*». Sim, a sua vida deve estar a atingir o fim. Sente-se a declinar, perturbam-no as palpitações de que se queixara a Eduardo Coelho, afectam-no apertos súbitos no peito. Eduardo Coelho examina-o, prescreve um electrocardio-

grama. Salazar submete-se docilmente. Mas o médico não descobre sintoma grave. Diz-lhe: «*o electrocardiograma mostra uma extrasístole ventricular, funcional e sem significado patológico; representa uma contracção antecipada do coração, de origem nervosa ou digestiva, e deve corresponder àquelas impressões que V.ª Exia. sente por vezes no coração*». Será? Mas pensa nas irmãs, que aliás «*quanto mais propriedades exploram, com mais dificuldades vivem*»; e pensa na Maria de Jesus, a «*quem conviria garantir uma casa*»; e assim a governanta, «*com os capitais que possue ou uma pensão vitalícia que adquira com parte deles, desde o momento que tenha garantida casa, pão, azeite, umas galinhas, uma horta e lenha, deve poder viver*». E num domingo foi «*dar uma vista de olhos à tal propriedade*». Não sentiu entusiasmo; mas pareceu-lhe boa para o fim em vista. Poderia deixar o usufruto vitalício da casa à Maria de Jesus; e por morte desta passaria à Misericórdia de Santa Comba. Simplesmente, a propriedade está à venda por cento e cinquenta contos: como obtê-los? Esteve a «*deitar contas à vida*», e verifica que não tem disponíveis mais de vinte contos. Salazar volta a pensar em recorrer a Carneiro de Mesquita (1). Mas Mesquita não dispõe de cento e trinta contos: empregara os seus haveres em comprar títulos de rendimento para um asilo de pobres. Mesquita quer auxiliar o seu amigo, todavia; e decide vender alguns dos títulos para reunir os fundos necessários; e declara-se pronto a emprestá-los. Mas desvenda a origem dos mesmos a Salazar. E Salazar, além de só querer cento e trinta contos, sente então escrúpulos: como garantir o pagamento da dívida? Não tem herdeiros forçados e não fez ainda testamento geral, e a propriedade que se propõe agora adquirir será para usufruto da governanta e depois para a Misericórdia; mas está livre uma outra quinta; e esta poderá servir «*para sua segurança e dos seus pobres*». Mas não basta essa garantia: «*a emprestar-me os 130 contos, tem anualmente de ver-se o que vai perdido em juros dos títulos vendidos e ao*

(1) Recorde-se que o padre Alberto Carneiro de Mesquita fora companheiro de Salazar em Coimbra e do seu bolso custeara as despesas com o lançamento do *Imparcial* e, mais tarde, a hospitalização de Salazar, quando fracturara uma perna.

fim, se chegarmos ao fim, quanto perdeu no valor dos mesmos». Porque tudo isto «*é negócio de pobres que tem de ser muito bem ajustado*». Carneiro de Mesquita dá a tudo o seu acordo (1).

---

(1) Tem interesse documental e biográfico uma carta de Salazar a Mesquita. Diz Salazar: «*Ao Carneiro de Mesquita: Fui no domingo dar uma vista de olhos à tal propriedade. Consta de duas partes — um pinhal e a casa ou casas com as terras de semeadura. Como me pareceu caro o preço, pedi a um capitão de reserva, avaliador em Santa Comba, que medisse as propriedades e as avaliasse. Medição: terras de semeadura, 24,930 m², pinhal, 34,445 m². Na matriz está: para as terras 25,000 m² (corresponde) e para o pinhal 21,120 m². Se o avaliador se não enganou, há um equívoco nas matrizes, porque também de lá consta que o pinhal tem 32,000 m² com a nota de que 1/3 pertence a outra pessoa. Podem ter destacado o terço em área e deixado ainda a nota. A casa principal tem a área coberta de 174 m² e há uma miudeza de casas arruinadas, pequenas casas, palheiros, etc., com uns centos de metros quadrados. Avaliação do avaliador: pinhal, 49 856$; quinta com as casas, 98 850$ — 148 706$. Se o homem não está feito com os vendedores, a avaliação confere com o preço pedido — 150 contos. Segundo lá soube, tem aparecido bastante gente a pretender comprar, mas o mais alto preço oferecido foi de 125 contos. Esta importância, uns 120/130, parecia-me a mim que estaria bem. Valor das terras de milho, pela renda — 70/75; casa principal — 30/30; pinhal — 20/25 = 120/130. Como decididamente não queria nos últimos anos de vida embaraçar-me com mais despesas com terras e sobretudo em obras — bastam as que tenho — fiquei sem grande entusiasmo, tanto mais que não podia discutir os 150 contos pedidos e garantidos. Mas depois de longa reflexão decidi-me à compra, por motivos muito diferentes. Como não tenho herdeiros forçados, a linha geral do que pensava fazer coincide com a que adoptou (?), pelo menos para depois da morte das minhas irmãs que, aliás, quanto mais propriedades exploram com mais dificuldades vivem. Tenho também pensado na Maria de Jesus a quem conviria garantir o direito a uma casa e a uns géneros para o resto da vida. Com os capitais que possui ou uma pensão vitalícia que adquira com parte deles, desde o momento que tenha garantida casa, pão, azeite, umas galinhas, uma horta e lenha, deve poder viver. Então lembrei-me de que estas propriedades eram óptimas para o efeito — melhores para deixar à Misericórdia de Santa Comba (quer para renda quer para venda ulterior) do que a quinta que o Mário comprou para mim (este ano 12 contos de prejuízo só na lavoura), com tanto que eu pudesse deixar o usofruto, enquanto viva, à Maria de Jesus. E aqui está uma complicação para a combinação que propôs. Para não prejudicar demasiado os seus pobres, proponho-me tomar sobre mim 20 dos 150 contos desde já, e só receber de si 130, se a outra reserva puder ser aceite. Mesmo que venha a pagar-lhe tudo, pelo menos estas propriedades serão destinadas à Misericórdia de Santa Comba ou a outro*

Deste modo, e já regressado a Lisboa, Salazar leva por diante a transacção, e em 8 de Março de 1954, no cartório do notário Romão, é assinada a escritura. Pelos vendedores outorga o Dr. Albertino, como procurador no inventário orfanológico por óbito de Eugénio Pinto Soares de Albergaria; e por Salazar outorga sua irmã Marta. E o chefe do governo compra uma terra de milho, regadio e sequeiro, com videiras, árvores de fruto, casa de habitação e palheiro; e uma terra de semeadura, com cordões de videiras e pinhal; e uma casa de arrumações e palheiro com um releixo anexo de seis metros quadrados e vinte e cinco decímetros; e uma terra com 160 m². Tudo por 150 000$00, localizado no Soito.

Salazar está a reflectir sobre o seu testamento, por considerar que entrou nos seus últimos anos de vida, e está obsecado com o futuro do país, mas nos círculos interiores da política são outros os cuidados. Não seriam excelentes as relações entre Craveiro Lopes e o chefe do governo; e muitos avolumam os atritos entre os dois homens. Craveiro Lopes na verdade mostra-se melindroso, susceptível, com muito alta ideia da dignidade e eminência da sua função; por um frívolo nada julga que foi ofendido, ou menoscabado; a sua honestidade, isenção, escrúpulo, devotamento à causa pública, patriotismo, não deixam dúvidas

---

fim ou instituição semelhantes com a restrição que deixo acima. Poderá fazer-se assim? Não estou ainda orientado acerca de um testamento geral, mas para segurança da sua intenção posso em breve fazer esta parte. Até lá tenho que fazer um papel qualquer. Como me fica livre a outra quinta, talvez outras combinações sejam possíveis para sua segurança e dos seus pobres, mas é preciso tempo e meditação para achar uma garantia um pouco mais sólida do que a que fica aí. A emprestar-me os 130 contos, tem anualmente de ver-se o que vai perdido em juros dos títulos vendidos e ao fim, se chegarmos ao fim, quanto perdeu no valor dos mesmos. É negócio de pobres que tem de ser muito bem ajustado. Se tudo puder ser assim, é favor que o dinheiro me esteja disponível no princípio da semana. Não se preocupe se notar a mais pequena objecção por causa do usufruto que eu desejava instituir. Se não puder ser a operação, não se fará. Com amigos cumprimentos, Ol. Salazar». Carta de 19-11-1954. A «*quinta que o Mário comprou para mim*» deve ser a propriedade adquirida em Julho de 1945 a Adriano Antunes Caminha, e sua mulher Maria do Carmo; e este *Mário* deve ser Mário Pais de Sousa e não Mário de Figueiredo.

em ninguém; mas é rígido, inflexível em minúcias, e rigoroso no formalismo; escapam-lhe as subtilezas aparentemente aveludadas, a sensibilidade política de Salazar; e não sabe surpreender o que há de enérgico e de determinado por detrás da suavidade de maneiras e de tom do chefe do governo, nem tão pouco consegue descortinar a visão com que este trata problemas, que se diriam miúdos e isolados, mas que o Presidente do Conselho enquadra sempre numa perspectiva global e a prazo dilatado. Craveiro Lopes encara a sua função como o topo de uma hierarquia legal e administrativa; e não atenta em que o topo político está alhures. É o cidadão que cumpre o dever, à luz do seu entendimento: não é político: muito menos é homem de Estado. Tudo isto vê Salazar cristalinamente: e por isso, se patenteia pela função o respeito que lhe impõe o seu conceito do Estado, qualquer que seja o homem que a desempenhe, já não sente no indivíduo Craveiro Lopes peso ou dimensão que o impressionem, nem lhe dedica o carinho e amizade que nutria por Carmona e pela sua personalidade de príncipe. Correctíssimas na forma, as relações entre os dois homens não são fáceis; alguns exploram os escolhos; e unem-se em torno do Presidente da República, sem que este disso se aperceba ou o provoque, aqueles que se julgam agravados por Salazar ou que, embora adeptos do Estado Novo, discordam de alguns aspectos da política do chefe do governo.

A este clima de relativa tensão, vem juntar-se a efervescência dos monárquicos. Estes haviam-se reunido na Figueira da Foz, com aparato, para celebrarem em almoço o terceiro aniversário de o *Debate*. De Amílcar de Passos e Sousa (1), lugar-tenente do pretendente ao trono, fora lida uma mensagem que recomendava aos monárquicos que não aceitassem cargos políticos sem ouvir a direcção da Causa e sublinhava quanto era indispensável apressar a Restauração. Suspende a censura a mensagem na imprensa. Passos e Sousa protesta em carta a Salazar: retire-se, corte-se ou mantenha-se a mensagem: mas decida-se. Res-

(1) General Amilcar Valdez de Passos e Sousa. Não confundir com seu irmão, Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa, que foi, já num governo de Salazar, ministro da Guerra entre 1934-36.

ponde o chefe do governo: não sabe, vai informar-se, pedir provas do texto: não toma ainda posição. Mas salienta que a atitude da Causa Monárquica, se aceite, equivaleria à criação de um verdadeiro partido político: aquela passaria a dispor de deputados, procuradores, governadores, que eram *seus*, e «*cuja orientação superior, cuja actividade, cuja presença é determinada por uma força política que não é aquela de onde lhes derivam o poder e a competência legais*». Se fosse tolerada esta posição, outros grupos políticos haveriam de ser consentidos: e seriam graves as repercussões na vida do país. Passos e Sousa replica: não pretende criar um *partido*, mas é necessária uma organização que difunda a doutrina monárquica: atentos os riscos apontados, no entanto, desiste da publicação da mensagem.

Para lá deste episódio, há uma clara crise entre as forças políticas que apoiam o governo. Paulo Cunha, sempre em intensa actividade, está cansado após quatro anos nos Estrangeiros, e sente incompatibilidades de temperamento com Santos Costa: e insiste em ser rendido. Santos Costa, por seu lado, dá conta de mal-estar em alguns meios militares. Cresce o desagrado com Abranches Pinto, que alguns oficiais desejam ver substituído. Humberto Delgado, sempre devotado a Salazar, mostra-se irrequieto: e por intermédio de amigos faz saber a Santos Costa que ambiciona o cargo de Governador Geral de Angola. Mas Salazar não considera o pedido: Delgado criara em Washington, como representante junto do grupo permanente da NATO, um rasto de insensatez, de atrabiliaridade, de primarismo de ideias e de atitudes, de agitação. E também é aproveitado por descontentes o caso de Henrique Galvão: por medida de segurança, este continua detido: pela sua inteligência e qualidades literárias é nome conhecido: e fora protegido de Bissaia Barreto, que todavia lhe retirara essa protecção desde que aquele passara a atacar pessoalmente Salazar. Cavaleiro de Ferreira quer abandonar a Justiça; e está suscitando no gabinete um ambiente pesado pela sua oposição a decretos do Interior e das Finanças, que se recusa a assinar. E Santos Costa, por si mesmo, também se faz eco de críticas. Em memorial que remete ao chefe do governo, salienta que, finda a guerra, as Forças Armadas foram desatendidas, e se encontram agora sem preparação: a defesa nacional

precisa de ser reorganizada: preconiza a nomeação de um novo ministro, sem excluir a possibilidade de este ser um civil: e sugere os nomes de Mário de Figueiredo, ou Pedro Theotónio, ou Armindo Monteiro. E Albino dos Reis e Marcello Caetano, como presidentes das duas câmaras, fazem chegar ao chefe do governo, em cartas e conversas, os ecos do ambiente.

Salazar admite que tem de proceder a modificações que impressionem a opinião pública. Além da sua repugnância íntima, todavia, não está ainda seguro da orientação a tomar e dos homens a escolher. Alguns casos podem desde já ser resolvidos: o de José Frederico Ulrich e o de Abranches Pinto. Para substituir o primeiro, fixou-se no engenheiro Eduardo de Arantes e Oliveira, recomendado pelo próprio ministro cessante: trata-se de homem sem política marcada, havido como técnico de alta envergadura, reputado pela sua lucidez e capacidade de realização, e da escola de Duarte Pacheco. Para Abranches Pinto surge uma oportunidade. Justamente, fora feita uma modificação em altos postos diplomáticos: Rui Ulrich, pela idade que atingira, abandonava Londres e regressava a Lisboa: para o render, Salazar e Paulo Cunha convidam Supico Pinto, que recusa, e depois Pedro Theotónio, que aceita; e por acordo entre Portugal e a África do Sul acaba de ser elevada à categoria de embaixada a representação de cada um dos países. Em 2 de Abril de 1954, é substituído José Frederico Ulrich e nomeado Arantes e Oliveira; e dez dias depois é designado Abranches Pinto para embaixador em Pretória, tomando Santos Costa a gestão interina do Exército. Mas Salazar está consciente de que estes retoques não correspondem às expectativas do país. Quando terá oportunidade de fazer uma remodelação ministerial mais profunda?

Entretanto, na mesma altura em que reflecte em toda a situação, o chefe do governo dedica o seu cuidado minucioso a outro problema: a criação ou restauração de uma Faculdade de Teologia em Coimbra. Sobre o assunto, o Senado Universitário e a Faculdade de Letras de Coimbra haviam aprovado moções; Guilherme Braga da Cruz, em artigo de jornal, defende estas; e Pires de Lima consulta Salazar. Este atribui importância ao assunto: está em causa a formação do Alto Clero português. Que pensa? Do Patriarcado, nada sabe: «*há muito tempo que*

não falo com o Senhor Patriarca a respeito de uma Universidade ou Instituto Católico»: e, quando falou, não lhe pareceu que Cerejeira tivesse ideias muito claras neste particular. Mas pretende-se ou tende-se para a criação de uma universidade católica completa, com todas as faculdades? É *«um sonho sem consistência, aspiração sem possibilidades de realização»*. Já está de acordo, no entanto, na criação, pelo Estado ou pela Igreja, de uma Faculdade de Teologia. Todavia, *«o que certamente aterra o Episcopado é uma Faculdade apenas dependente do Ministério da Educação e independente da Igreja — tipo anterior a 1910»*. Neste ponto, tem razão a Hierarquia: não quer uma faculdade em revolta contra os Bispos ou que ministre doutrinas condenadas ou mal vistas em Roma. Por isso, a ser estabelecida, a faculdade deverá obedecer a um perfeito entendimento entre o Estado e a Igreja. Se não se proceder assim, que sucederá? Se não existirem estudos superiores para formação do Alto Clero, este *«deixará muito a desejar»*. Para evitar a baixa de nível, o Episcopado apenas tem dois caminhos: *«Roma (Universidade Gregoriana) ou as universidades católicas estrangeiras (francesas, belgas, etc.)»*. Mas *«enquanto a primeira vinca sobretudo o internacionalismo da Igreja, as outras habilitam os educandos às lutas políticas partidárias, e em especial aos partidos católicos»*. E ao país *«não podem convir uma nem outra deformação intelectual e profissional»*. Para remediar este perigo, haveria que educar em Portugal os sacerdotes mais inteligentes, com destino ao ensino e ao Episcopado. Mas é erro pensar que se torna necessária uma *física católica*, uma *medicina católica;* tudo quanto o Estado tem serve aos católicos; e só há que completar o ensino oficial com Teologia, Direito Canónico e talvez alguma filosofia. Se se criar uma Faculdade de Teologia e Direito Canónico, de acordo e com subordinação à Hierarquia, e que se poderia instalar em Santa Clara, tudo se resolveria, com grande economia para a Igreja. *«Isto podemos fazê-lo; outras coisas, não»*. Se a Igreja fizer um Instituto Católico — com ciências, letras, medicina, filosofia, teologia, etc. — qual a atitude do governo? No máximo, *«deixar fazer»;* mesmo isso é perigoso, porque o nível será baixo ou haverá a *«invasão incontrolada»* de professores estrangeiros; e o Estado, que ainda não satisfez as necessidades

do seu ensino oficial, «*não vai dar dinheiro para subsidiar a construção ou manutenção de uma Universidade ou Instituto Católico*». Repete: não falou sobre isto com o Patriarca. Em tempos, havia-se suscitado a hipótese de aproveitar para um Instituto Católico o velho Paço de S. Vicente, em Lisboa. Mas tem notado no Patriarca uma aspiração de grandeza «*para que já não bastará S. Vicente mas para que também não haverá dinheiro*». E tudo isto transmite Salazar a Pires de Lima, que por sua vez informa o Patriarca. Logo Cerejeira pede para se avistar com o chefe do governo. E três dias mais tarde escreve a Salazar uma carta extensa. É aceite agora a restauração de Teologia em Coimbra? Então há que rever todo o problema do ensino superior católico; é assunto gravíssimo porque o «*nosso público católico, mesmo com graus universitários, ficou em geral em estado de criança ou adolescente a respeito da doutrina católica*»; e «*só um pensamento católico vivo e consciente pode criar ou sustentar uma civilização cristã*». E Cerejeira admoesta Salazar: «*nem creio que a tua* (consciência) *de cristão e de estadista*» possa quedar indiferente, «*e mesmo como estadista não podes nunca deixar de ver os problemas do Estado com olhos cristãos*». Dentro deste contexto, e perante a possibilidade de restaurar em Coimbra a Teologia, como se apresenta o futuro do ensino superior católico? Há que sobreestar na instalação em S. Vicente, como de início o próprio Salazar sugerira, e considerar a nova hipótese; quanto a esta, desde já exprime hesitação, dadas as vantagens de Lisboa sobre Coimbra, salvo se fosse possível instalar a Teologia «*dentro da colina sagrada*»; mas se assim não for, e a Teologia houver de ir para Santa Clara, então será nulo o seu papel; e nesse caso, para aproveitar os meios culturais de que dispõe Lisboa, poderia aqui instalar-se o Instituto Católico. Se for decidido estabelecer em Lisboa o ensino superior católico, todavia, então S. Vicente também não servirá, porque é pequeno e fica longe da área universitária; e, em qualquer caso, «*impressiona a minha consciência cristã a necessidade de introduzir na Universidade de Lisboa o ensino religioso superior*». Já o tem a Espanha, em Salamanca, e na Universidade Central de Madrid, através dos Colégios Maiores; mas Portugal «*é o único País cristão da Europa onde não existe nada de equivalente*». E por isso a Universidade

Católica é o sonho — «*sonho de que falei ao Ministro da Educação*», e «*sonho aliás bem modesto*». Mas Salazar não considera modesto o sonho, nem viável, ao menos em futuro próximo; e tem dúvidas sobre as vantagens para Portugal de uma universidade católica, que esteja fora e independente da Educação Nacional.

Deixa o chefe do governo em suspenso o problema, e outros mais prementes ocupam o seu espírito. Está mais uma vez amarrado a elaborar uma extensa declaração sobre Goa; e entretanto tem de proferir algumas palavras acerca da nova *Junta de Energia Nuclear*, na posse de José Frederico Ulrich, nomeado para presidir ao organismo. Salazar é breve. Decerto: foi descoberta uma fonte de energia quase incomensurável; «*embora a guerra seja uma constante da história, a vida deve organizar-se para a paz*»; «*uma vez desanuviada a atmosfera de medo que se respira presentemente*», «*é natural que os espíritos se voltem para as preocupações e necessidades da vida corrente e se esforcem por extrair da nova força os meios de as satisfazer mais fácil ou economicamente*»; e «*nisto estamos interessados como todos os mais*».

4

No parlamento, Nehru cita Salazar, e critica a interpretação favorável a Portugal que o chefe do governo português faria da aliança luso-britânica e do Pacto do Atlântico; e na imprensa, instiga-se o governo de Nova Delhi a não ficar passivo perante as *provocações* e *ameaças* portuguesas. Em Portugal, muitos consideram perdidos os territórios; e está criado um clima geral de desorientação e perplexidade. Salazar inicia diligências junto de governos amigos e aliados, que combina com Paulo Cunha; e António de Faria no Rio de Janeiro, Esteves Fernandes em Washington e Otava, e Pedro Theotónio em Londres, entregam notas informando os governos locais do estado da questão e dos intuitos agressivos de Nova-Delhi. Nada pede o governo de Lisboa em concreto, salvo que prestem cuidadosa atenção ao problema; na nota para o gabinete britânico não deixa, todavia, de se fazer alusão aos «*antigos e sempre vigentes tratados de aliança*» que existem entre os dois países; e no documento entre-

gue em Otava repudia-se a declaração que o Primeiro Ministro Canadiano, St. Laurent, teria feito sobre a não aplicação do Pacto do Atlântico a «*territórios não metropolitanos*» (1), e que Nehru logo explora. Toma o Brasil, de novo, uma posição francamente favorável a Portugal: reconhece constituir Goa uma situação *sui generis*, não equiparável a um regime colonial. E o governo canadiano responde que não tem fundamento o sentido que Nehru atribui às palavras de St. Laurent. E deste modo o conflito entra em nova fase: a da *internacionalização*. Do mesmo passo acentua-se o duelo entre Salazar e Nehru: cada um dos dois homens procura bater o outro por inteligência, dialéctica, astúcia, sagacidade, surpresa de manobra. Entretanto, com o decurso dos dias, apossa-se da opinião pública portuguesa o nervosismo, mesmo a angústia: há a sensação de que se aproximam acontecimentos graves.

Salazar completou o texto do seu discurso, e nos meados de Abril de 1954, a 12, dirige-se ao país através da Emissora Nacional. De chofre, responde a Nehru: «*Quando o Primeiro-Ministro da União Indiana, Sr. Nehru, pode distrair das suas imensas preocupações alguns minutos em cada dia para falar de Goa, que não é sua, não se estranhará que ao menos uma vez em cada ano, eu me ocupe em público do pequeno Estado que é nosso, e por imposição da História e força do Direito faz parte da Nação Portuguesa*». No entanto, Salazar não se propõe entabular um diálogo, muito menos discutir, mas assentar alguns factos. É a Índia um país imenso, que busca a unidade, pelo menos geográfica na falta de outra; mas mesmo essa já está irremediavelmente comprometida (2). Portugal, sem embargo da relativa vastidão do ultramar, é uma pequena nação: mas a modéstia «*não nos inibe de falar, porque a razão não depende do número*

(1) O Pacto do Atlântico, com efeito, distingue *áreas geográficas*, mas não territórios *metropolitanos* ou não-*metropolitanos*. Foi o caso da Argélia: enquanto francesa, estava abrangida no Pacto.

(2) Queria Salazar dizer que, além de não ser a Índia uma nação com unidade interna — muitas raças, muitas religiões, muitas línguas, muitas castas — também não conseguira unidade geográfica, pois se separara o Paquistão (Oriental e Ocidental), a Birmânia, o Nepal, o Ceilão, etc.

e a justiça não varia com o valor material das causas». É certo que a imprensa da União, embora «*democrática e constitucionalmente livre*», se recusa a publicar qualquer desmentido ou versão diferente dos seus juízos injustos: apesar disso falará «*porque enfim nunca se sabe onde pode ecoar uma voz ainda que sob a impressão de clamar no deserto*». Mas quais são os factos? Antes de mais, Goa, sob os estritos pontos de vista demográfico, económico e financeiro, não conta no todo português: 4 mil quilómetros quadrados e 600 mil habitantes; menos de um por cento do comércio metropolitano; balança comercial deficitária; encargo anual para a metrópole de cerca de 7 mil contos, e nos últimos tempos mais umas dezenas de milhar em virtude da protecção à navegação; dos seus 4 500 funcionários públicos, apenas umas escassas dezenas são metropolitanos; e na metrópole e nas outras províncias ultramarinas há milhares de goeses que são magistrados, médicos, professores, notários, ou de outras profissões liberais ou públicas. Goa não é portanto um caso de colonialismo: é «*uma comunidade portuguesa na Índia*», «*uma luz do Ocidente em terras orientais*». E por isso «*os nossos interesses são puramente morais — primeiro de portugueses, em seguida de homens do Ocidente*».

Em mais de quatrocentos anos de vida comum, foi criado um tipo social diferenciado: «*por mais que se queira, um português da Índia, um luso-indiano, não se confunde com o natural da União*». E nos argumentos de Nova-Delhi há uma contradição: «*para se arrogar o direito a absorver Goa, diz-se que esta é Índia pela raça, pela religião, pela cultura; para se captar a simpatia dos goeses, promete-se-lhes que se respeitarão as actividades religiosas e os elementos culturais distintos daquela pequena comunidade*». Foram os portugueses ao Oriente conduzidos por altos pensamentos; mas parece que «*a Europa se sente hoje envergonhada e repesa dos seus descobrimentos e do alto pensamento que os conduzia, e o mais discretamente possível procura apagar os seus vestígios*». Mas Goa «*é um pequeno foco do espírito ocidental no Oriente*», e para se manter vivo precisa de estar ligado às origens. Do outro lado, porém, como vê a Índia estas realidades? Para além das ambições dos seus políticos, da agitação parlamentar, da campanha de imprensa, das manifes-

tações organizadas, dos protestos artificiais, das acusações infundadas, não se adiante um argumento válido. Três alegações indianas, contudo, devem reter a atenção: imperativos da geografia; dificuldades administrativas causadas pelo embrechado de alguns territórios; receios de segurança pela contiguidade de uma soberania estranha. No entanto, a geografia não é por si fonte de direito; e se o fosse não poderiam co-existir pequenos estados à ilharga de grandes países; quanto a eventuais dificuldades administrativas, e dado que Diu, Damão e Goa confinam com o mar, apenas poderão existir no que toca aos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, e essas está o governo português pronto a estudá-las com o governo indiano para lhes achar solução; e pelo que respeita a segurança, parece absurdo sustentar que a Índia tem receios de Goa. Neste último particular, porém, Nova-Delhi deve ter em mente a possibilidade da utilização de Goa por parte de potências mais fortes, e inimigas da União Indiana. Se é assim, nada obsta a que sejam dadas à União garantias da sua segurança, e Portugal está pronto a «*definir compromissos precisos a esse respeito*». Aliás, nem por virtude da aliança luso-britânica, nem pelas obrigações gerais da Nação Portuguesa, poderia Goa servir de base a operações hostis à União Indiana. E já que se referiu a este ponto, e uma vez que no Parlamento indiano o Primeiro Ministro Nehru invocou a opinião do chefe do governo português sobre o tratado luso-britânico e sobre o Pacto do Atlântico, deseja Salazar confessar que não tem uma interpretação pessoal daqueles documentos: pela sua clareza não precisam de intérprete. Quanto à aliança com a Inglaterra, a declaração luso-britânica de 14 de Outubro de 1899, confirmando os textos de 1642 e 1661, é bem nítida: o Reino Unido está obrigado a defender «*todas as conquistas ou colónias pertencentes à Coroa de Portugal contra todos os seus inimigos tanto futuros como presentes*». E pelo que respeita ao Pacto do Atlântico, os seus artigos 5.º e 6.º estabelecem uma garantia de acção imediata em caso de ataque dentro de uma zona geográfica delimitada, que não abrange a Índia, e isso mesmo já foi sublinhado perante Nova-Delhi; mas existe também o artigo 4.º, que contempla quaisquer ameaças à integridade territorial de um dos Estados Membros, e a «*declaração peremptória feita no Parlamento da União de que*

estes Tratados nada tem que ver com Goa não pode, pois, ser tida por fundamentada». E Salazar conclui: numa das suas últimas intervenções parlamentares o Primeiro Ministro Nehru notou que o mundo está cheio de inquietação e perigos: vai sem razão acrescentá-los ainda? É de esperar que os seus actos vão corresponder às suas palavras e sentimentos íntimos.

Pelo país, através da rádio, a voz de Salazar ressoa fria, mesmo álgida, sem nervos, sem uma ruga de emoção, como se falasse de um caso a que é alheio, ou estivesse a fazer aos seus alunos de Coimbra uma prelecção sobre matéria de facto. Na massa da opinião pública produz de súbito uma acalmia, uma confiança tranquila. E internacionalmente, no seio dos governos, atenta-se mais a fundo nas implicações do problema. Entretanto, Paulo Cunha parte para Paris, dias mais tarde, a participar numa reunião do Conselho do Atlântico. Comunica a este os desenvolvimentos do problema; e em entrevista pública à imprensa sublinha que o Conselho resolveu intensificar as consultas políticas sobre problemas que estão para além dos casos restritos previstos no artigo 4.º do Pacto e que efectivamente, consoante está autorizado a afirmar pelo seu colega canadiano (1), as declarações de St. Laurent não correspondem a interpretação que lhes emprestara Nehru mas à que lhes dera Salazar, sendo o governo canadiano contrário a qualquer forma de agressão. Em Lisboa, entre a larga comunidade goesa, há um sentimento exaltado de patriotismo, de apoio ao governo; a 27 de Abril, um grupo representativo procura Salazar em S. Bento; e Cunha Gonçalves (2), em nome de todos, apresenta «*o nosso comovido aplauso, a nossa admiração, e a nossa profunda gratidão pela nobre e patriótica atitude de V.ª Exia. no caso da India Portuguesa, e em especial pela sábia e admirável mensagem por V.ª Exia. há poucos dias radiofundida a todo o mundo e em que o problema se encontra posto com clareza, elevação e dignidade*», estando seguro de interpretar «*o sentimento de todos os portugueses da India*».

---

(1) Nessa altura, Lester Pearson, mais tarde Primeiro Ministro do Canadá.

(2) Luís da Cunha Gonçalves, natural de Goa, jurista eminente, doutor em direito.

Responde Salazar: «*Faço um voto e este é que no mundo se compreenda Goa, porque a simples compreensão a defende e a garante na unidade portuguesa*». Acaba o Primeiro Ministro Nehru de pedir à conferência de Colombo (1) um voto no sentido da evacuação dos enclaves estrangeiros? Sim: mas «*não deve ser o caso connosco, visto não haver ocupação nem domínio, nem raça superior que possa ou deva sair*». Entretanto, o discurso de Salazar é lido na Câmara dos Deputados do Brasil, e transcrito no seu *Diário das Sessões;* o Senado Universitário de Coimbra aprova uma moção de aplauso; e Reinaldo dos Santos, que visitara Goa, salienta numa palestra a existência da arte indo-portuguesa que dá «*à nossa presença no Oriente um significado transcendente*». Três dias mais tarde, a 30 de Abril, Salazar assiste no cinema do Secretariado de Informação a um filme de Alan Villiers (2) sobre pesca e pescadores portugueses.

5

No plano do governo, constitui agora preocupação a viagem de Craveiro Lopes à África ocidental portuguesa. São minuciosos os preparativos, e o Chefe do Estado é exigente no protocolo, no formalismo, no pormenor. Sarmento Rodrigues assume a responsabilidade da organização, e em S. Tomé e Angola há expectativa. Paralelamente, chegam a Portugal visitantes de marca: mais uma vez Muñoz-Grandes vem a Lisboa, e segue depois para Fátima, como peregrino; Salvador Moreno, ministro da Marinha de Espanha, vem em viagem oficial; Alfredo Gunther, novo comandante — chefe da NATO, é recebido por Salazar em S. Bento; e de novo Montgomery assiste a manobras militares em Santa Margarida e revê com o chefe do governo os problemas da aliança

---

(1) Conferência reunida na capital do Ceilão, de 28 de Abril a 2 de Maio de 1954, em que participam os chefes de governo da Índia, do Paquistão, do Ceilão, da Birmânia e da Indonésia.

(2) Alan Villiers é australiano de origem, residente em Inglaterra, jornalista e escritor apaixonado pelo mar, amigo de Pedro Theotónio, e que por impulso deste se interessa por assuntos marítimos portugueses.

e das forças portuguesas. Não está afastada a crise de Goa, e Paulo Cunha desloca-se aos Estados Unidos para contactos com os meios americanos; e em Nova-York, depois de acentuar as perturbações na Ásia (1), chama a atenção para o novo foco de conflito que a Índia pretende criar em Goa e afirma que a Nação Portuguesa, «*consciente da sua justiça e do seu direito, mantém serenamente a sua posição*». Num fim de semana, Salazar sai de Lisboa, dá um salto a Santa Comba, vai à Figueira da Foz, percorre a Serra da Boa Viagem. No seu regresso, antes da partida de Craveiro Lopes, Salazar toma conhecimento dos discursos que o Chefe do Estado se propõe proferir em África e de que lhe envia o projecto. Salazar fica admirado: os textos mostram que o Presidente não se apercebe do condicionalismo político, interno e externo, que rodeia as questões de África, e que tem do ultramar uma concepção colonial moldada pela mentalidade do século XIX. Com Sarmento Rodrigues, revê Salazar os discursos, e corta, altera, refunde. Depois devolve-os a Craveiro Lopes, e explica: «*Pensei que seria conveniente obter a colaboração do senhor Ministro do Ultramar, cuja sensibilidade especial no tocante àqueles assuntos nos permitiria evitar alguns deslizes. Foi assim que todas as referências a Império, colónias, pretos, etc., se sacrificaram com receio de qualquer reacção inconveniente, tanto nos meios nacionais como internacionais. Por motivo semelhante se atenuaram as referências a movimentos de insubordinação do gentio*». E Salazar adverte com subtileza: com as modificações introduzidas, os discursos «*parece poderem ser publicados na íntegra sem reacções desagradáveis*». Em 21 de Maio de 1954, acompanhado de Sarmento Rodrigues, sai Craveiro Lopes para S. Tomé e Angola.

Esbatida a impressão inicial causada pelo discurso de Salazar de 12 de Abril, o problema de Goa é pretexto de agitação política interna. Intensificam-se críticas ao governo: este não está a conduzir o litígio com habilidade; está a lançar-se numa colisão

(1) Tem em mente sobretudo a guerra da Indochina. Decorre em Genebra uma conferência em que a França, sob Mendès-France, negoceia um armistício.

com a Índia, que levará à perda dos territórios; apenas por negociação estes poderiam ser salvos; e se as condições internas de Goa fossem melhores, e esta houvesse em tempo sido mais desenvolvida materialmente, e se além disso o regime e o governo de Lisboa fossem democráticos, a União Indiana não teria apresentado as suas reivindicações e não haveria insistido em integrar aquela na grande Índia, satisfazendo-se com qualquer outra solução. Manifestam-se os democráticos de velha cepa, antes de mais; e Cunha Leal, Rodrigues dos Santos, Moreira de Campos apresentam uma exposição ao chefe do governo. Afirmam a sua discordância do regime vigente; mas sublinham o seu respeito pela *herança sagrada* do Ultramar; e repudiam as teses de Nehru. De outro lado, porém, reprovam a Salazar a sua recusa em partilhar com outros das responsabilidades da política relativa a Goa; têm a convicção de que haverá processos diferentes para evitar uma catástrofe; e por isso desejam realizar, sem censura prévia, comícios de protesto contra a tese indiana, patrióticos e não partidários, para defender Goa como expressão da civilização ocidental. Para Salazar, no entanto, os comícios apenas agravariam a atmosfera emocional do país; não tem dúvidas de que, com pretexto no problema de Goa, logo outros assuntos seriam debatidos; e estaria perante uma campanha contra o governo. Em nota oficiosa, é rejeitada por menos conveniente a sugestão dos três políticos democráticos. Mas outros sectores radicais tomam posição mais áspera. Sustentam por igual a necessidade de defender Goa; mas não apoiam o rumo adoptado pelo governo. Dizem: «*em defesa da integridade do nosso território, a unidade mantém-se; em frente das responsabilidades do governo criando desavenças, fomentando desordens e não agindo — ao que nos parece — consoante os mais altos interesses nacionais, o governo não pode falar em nome da Nação, e muito menos em nome de todos nós*». E fazem circular um manifesto. Este transcreve um discurso do deputado goês Froilano de Melo, proferido em 1949 na Assembleia Nacional, onde se fazem críticas a alguns aspectos da administração de Goa naquela altura, sem prejuízo da reafirmação de portuguesismo. E com base nessas críticas, o manifesto conclui: «*declaramos peremptoriamente que consideramos o actual governo responsável pelo que se passa na Índia*» e assim

«procuramos marcar a nossa posição dentro do país, no mundo democrático e em política internacional.» Salazar recebe o manifesto, e sente-se estupefacto: sublinha-o, anota-o: e não compreende como é responsável pela desavença com Nova-Delhi, nem como fomenta desordens na Índia. Alguns amigos do chefe do governo escrevem-lhe a comentar aquele texto. Entre todos, Ribeiro Lopes (1) envia carta após carta, e dá ideias e argumentos a Salazar: são precisamente os princípios democráticos, de respeito pela vontade dos goeses, que se opõem aos intuitos de anexação de Nova-Delhi; a União Indiana, ao pretender que se lhe dê Goa como se esta fosse uma propriedade, é que revela ter ideias do século XVIII; a União, ao ser admitida na ONU, implicitamente reconheceu as soberanias já constituídas; e Ribeiro Lopes sugere que se ameace aplicar aos milhares de súbditos indianos residentes em Moçambique um regime de segregação racial no caso de Nehru persistir na sua reivindicação. Salazar regista, pondera todos os argumentos e ideias (2). Mas outros grupos advogam abertamente a cedência, a entrega de Goa. Firmada pelo comité central do Partido Comunista português, é distribuída uma folha volante. Diz: «*o governo de Salazar pretende fazer do caso de Goa um foco de guerra*»; «*os imperialistas americanos*» «*procuram enquadrar esse país* (a União Indiana) *e essas colónias como bases militares formando um grande cerco à União Soviética e à República Popular da China*»; «*para defender uma base militar que interessa sobretudo aos americanos para fins agressivos,* (Salazar) *entrou a ameaçar os 300 milhões de indianos*»; e para «*que o problema de Goa se solucione por meios pacíficos e justos, impõe-se que se iniciem negociações a este respeito, entre o governo de Portugal e o governo da Índia*» e «*que se garanta a liberdade ao povo goês para ele poder expressar livremente a sua vontade*».

---

(1) Artur Ribeiro Lopes, publicista e escritor, autor de «*Política*» e outros ensaios políticos.

(2) A partir desta data, Salazar regista num caderno todos os factos, argumentos, artigos de jornais, declarações de políticos, opiniões de historiadores, etc., etc., que possam auxiliar na defesa de Goa.

Entretanto, nos fins daquele mês de Junho de 1954, Craveiro Lopes está a terminar a sua viagem pela África Ocidental portuguesa. Na metrópole, a opinião pública está alarmada. Salazar sente-se ansioso. Para uma visita oficial, o governo do Rio de Janeiro convida Paulo Cunha a deslocar-se ao Brasil. De Paris, Christine Garnier escreve uma torrente de cartas. Comenta a sua estada em Lisboa, uns dias, pela Páscoa; e achara Salazar mais jovem e sedutor do que nunca, mas preocupado. E dá conta do seu estado de espírito: queria estar ao pé de Salazar quando florescessem as glicínias: e lamenta as «*complicações indianas*» que o atormentam. Falara com Edgar Faure, com Mendès-France: compreendiam a posição portuguesa em Goa, nada semelhante à dos estabelecimentos franceses. E Christine escrevera um artigo para o *Aurore*, baseado no último discurso de Salazar, e que ela muito admirara; o *Aurore* esteve reticente em acolher o artigo, mas acabara por publicá-lo. E descreve a grande exposição de ourivesaria portuguesa, em Paris, promovida por Ricardo Espírito Santo: causara sensação nos meios artísticos franceses. E está contente, verdadeiramente encantada com a visita da governante Maria de Jesus: esta fora de uma tocante amizade. E no verão? Poderá tornar a Portugal? Não sabe, não deseja ser importuna, não quer distrair Salazar das suas preocupações tão graves; além disso, tem de ir à Alemanha, proferir umas conferências em Heidelbergue, em Munique, em Hamburgo; mas deseja tanto vê-lo! Enfim, oxalá que então já estejam dissipadas as «*complicações indianas*».

6

Em 20 de Julho de 1954, o governador de Damão, quando pretendia dirigir-se para os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, é impedido pelas autoridades da União. São cortadas todas as ligações e ficam isolados os territórios; consideráveis forças militares indianas são postadas em torno dos enclaves; e grupos de civis indianos, designados por «*voluntários*» ou «*nacionalistas*», movimentam-se na área. Em Lisboa, no dia 21, Craveiro Lopes, já regressado de África, recebe Salazar; e o chefe do governo

dá conta da situação. Está mais do que apreensivo: está inteiramente obsecado: espera o pior: e prevê que, além dos enclaves, a Índia invadirá os demais territórios. Salazar tinha a intenção de falar ao Chefe do Estado também no problema da substituição do Ministro da Justiça: Cavaleiro de Ferreira, com efeito, acabava de insistir pela sua exoneração. Mas Salazar, «*absorvido como estava pelas coisas da Índia*», esquece-se de abordar o assunto. Nesse mesmo dia, o Ministério dos Estrangeiros dá conta aos portugueses da gravidade da situação, e manifesta a esperança de que a União Indiana, coerente com os seus princípios pacíficos, se absterá de qualquer ataque. Não sucede assim. Consuma-se a agressão: os enclaves são invadidos e ocupados por «*voluntários*» sob a protecção das forças regulares indianas: e da polícia goesa, que resiste, são feridos ou mortos alguns guardas (1). Em novo comunicado, a 23, o Ministério dos Estrangeiros aponta ao mundo um «*crime contra a Paz e contra o Direito*»; desafia a União Indiana a mostrar a boa fé da sua conduta, permitindo às forças portuguesas o trânsito necessário para restabelecerem a soberania nos enclaves; e o governo português, com a maior firmeza, anuncia que reprimirá com severidade qualquer tentativa de «*voluntários*» para investirem Goa. Conclui com aspereza: «*O preço da tentativa será caro para os que a ela se abalançarem*».

Em Lisboa, e por todos os territórios portugueses, há emoção genuína, e na opinião pública há um arrepio de revolta contra a atitude de Nova-Delhi. Grandes massas vão de romagem ao túmulo de Vasco da Gama; protesta a Liga dos Combatentes da Grande Guerra; e multidão compacta reúne-se na Praça do Município de Lisboa. São endereçadas mensagens ao Chefe de Estado, e este dirige-se ao povo: espera que Deus ilumine os chefes que orientam os destinos da União Indiana: mas «*seguros da nossa razão e direito, estamos dispostos a defender, com os meios de que dispomos, a terra e a gente, que são portugueses, a civilização que ali criamos e a fé que propagámos*». Pelas províncias

---

(1) Comportou-se com excepcional bravura o sub-chefe Anlceto do Rosário, goês, que foi morto.

do Ultramar ressoam os acontecimentos da Índia; e as comunidades portuguesas no estrangeiro, em particular no Brasil, são veementes no seu apoio ao governo de Lisboa. No plano internacional, há surpresa e embaraço de alguns governos. Por instruções de Lisboa, são praticadas diligências em Londres, Paris, Washington, Rio de Janeiro, noutras capitais ainda; e em Nova Delhi apresenta Vasco Garin um protesto enérgico, sublinhando que o governo português não deixa cair o assunto nem abdica dos seus direitos. Do Brasil e sua opinião pública, vem uma solidariedade calorosa com Portugal. Salazar está calmo, e inteiramente concentrado no problema. De pouco mais se ocupa «*nos intervalos que ficam livres dos acontecimentos da Índia*». Convoca o Conselho de Ministros. Este endossa a política seguida, porque qualquer alternativa equivale à entrega de Goa, Damão e Diu; com os meios existentes nos territórios, e alguns adicionais que os completem, as forças portuguesas resistirão até ao limite dos recursos; mas o Conselho entende que o conjunto da Nação não pode desguarnecer-se para se exaurir e se empenhar a fundo num local em que, em todas as circunstâncias, o inimigo poderia acumular homens e armas que *sempre* excederiam as de Portugal. Em Paris, e além da diligência praticada junto do governo francês por Marcello Mathias, levanta o Conde de Tovar todo o problema no conselho da NATO: e Salazar dá assim início ao processo de consultas políticas previsto no Tratado do Atlântico (1). Salazar, impondo-se uma atitude de serenidade fria, recebe no dia 23 o Marechal Montgomery, de novo em visita a Portugal. Entretanto, o governo brasileiro exprime em Nova-Delhi o seu apoio à tese de Lisboa; e outros governos, embora mais reticentes, recomendam a Nehru moderação, paz, legalidade. Fica surpreso o Primeiro Ministro indiano, e intrigado; e inicia um inquérito internacional para ajuizar das reacções provocadas pelo golpe sobre Dadrá e Nagar-Aveli. E afirma ao governo brasileiro: «*na questão de Goa não há compromisso possível*». Neste momento, e por entre as preocupações inter-

(1) Por desentendimento com Paulo Cunha, o Conde Tovar abandonara o cargo de secretário-geral dos Estrangeiros, e assumira a chefia da delegação permanente junto da NATO.

nacionais, Cavaleiro de Ferreira insiste em abandonar o governo, e Salazar, para não «*impor ao Ministro sacrifícios na verdade excessivos*», comunica a Craveiro Lopes que aceitou a exoneração do Ministro da Justiça e que vai procurar um substituto.

Depois do golpe contra os enclaves, a União Indiana enveredа por uma *guerra de nervos* contra Goa, Damão e Diu. Multiplicam-se os incidentes de fronteiras, alguns causando vítimas; são feitas violações do território português por grupos armados, com auxílio de forças indianas; é apertado o bloqueio; e por todos os meios é conduzida uma campanha destinada a desmoralizar a população local e a lançar a perturbação no governo de Lisboa. Em sucessivos comunicados, o ministério dos Estrangeiros mantém a opinião pública a par dos acontecimentos. E em Nova-Delhi, além dos seus protestos, o governo português apresenta pedidos concretos: autorização de passagem de forças portuguesas para os enclaves; ou autorização de passagem de autoridades civis portuguesas; ou autorização para a ida de três delegados, desarmados, afim de estabelecerem contacto com a população de Dadrá e Nagar-Aveli. Em 28 de Julho, todos os pedidos são rejeitados por Nova-Delhi; e o governo indiano, repetindo que não pode aceitar a continuação de qualquer domínio estrangeiro no seu território, afirma que «*o destino natural das bolsas portuguesas na Índia está ligado com a União Indiana*». E então, pela imprensa indiana e em meios oficiais, é lançada a notícia de que, em 15 de Agosto, massas de indivíduos, desarmados e pacíficos, vindos da União Indiana, se apresentarão nas fronteiras e invadirão os territórios portugueses (1). Lisboa reage prontamente: comunica a Nova-Delhi que está «*na firme decisão de resistir pela força a quaisquer actos de violência contra os seus territórios*» e «*avisa o governo da União Indiana de que não permitirá que aqueles indivíduos marchem sobre os mesmos territórios, e considerará o governo indiano responsável pelas consequências, se este aviso for ignorado*».

---

(1) Ficou conhecido pelo movimento dos «*satyagrahis*», que, segundo parece, significa *manifestantes pacíficos*.

Salazar pensa que não pode nem deve tomar apenas sobre si o prosseguimento desta política. Está pessimista, receia o pior; e em 15 de Agosto de 1954 pode surgir um estado de guerra. Dirige-se ao Presidente Craveiro Lopes, em 29 de Julho, e sugere uma reunião do Conselho de Estado. Diz-lhe: «*Como os acontecimentos da Índia parece se agravarão cada vez mais, seria conveniente pôr o Conselho de Estado no conhecimento pormenorizado do que se passa e pedir-lhe o seu parecer sobre a linha política geral que tem sido seguida. Penso que podemos considerar esta uma emergência grave para a vida da Nação, e nos termos do Art. 84.º, al. c) da Constituição cabe ao Conselho de Estado pronunciar-se. O governo receberá assim desse alto órgão político ou apoio à orientação seguida ou conselhos e sugestões que permitissem melhorá-la*». Salazar faz este pedido a Craveiro Lopes numa quinta-feira, e desejaria que a reunião se efectuasse no sábado seguinte. Mas não pode: está marcada para esse dia a inauguração da barragem do Cabril. Solicita então, «*dado que certos acontecimentos podem precipitar-se*», que o Conselho se reúna ao dia imediato, a 30. Craveiro Lopes concorda. Que se passa? Salazar expõe com minúcia as vicissitudes do conflito, e conclui serem de encarar três soluções: aceitação pela Índia da existência de Goa portuguesa; agressão militar e conquista; ataque por «*voluntários*» até à anexação. Não parece possível a primeira solução, porque a tomada de Goa faz parte do plano imperial de Nehru; nem é viável resistir à conquista militar, mas esta, se efectivada, destruirá os princípios pacíficos do Primeiro Ministro, que por isso hesitará; e à anexação gradual por «*voluntários*» pode a firmeza do governo de Lisboa fazer frente. Deste modo, e se se pretende salvar Goa, não se vê outra política além da de colocar Nehru perante o único caminho que lhe repugna: a posse pela guerra. Que pensa o Conselho de Estado? Desde logo se afirma um consenso: não é lícita qualquer cedência da soberania portuguesa. Na expressão deste ponto de vista é particularmente vigoroso Albino dos Reis: a opinião pública não perdoaria um governo que negociasse a transferência de um território nacional: e, como à Índia apenas interessava uma negociação nessa base, a intransigência tinha de ser absoluta. Dois membros do Conselho, todavia, exprimem pare-

ceres que são ambíguos, ou cândidos. Armindo Monteiro concorda com a política praticada até agora; mas para o futuro advoga políticas contraditórias; sustenta que se deve respeitar a vontade portuguesa de resistir por todos os meios e, do mesmo passo, evitar uma agressão; e por isso sugere que se busque uma forma de adiamento, ou de negociação, sem que defina o conteúdo desta. Marcello Caetano, por sua parte, e uma vez que o Conselho recomenda a firmeza, entende que em Goa não seriam de manter efectivos além dos necessários a uma resistência simbólica e que se deveriam guardar os contactos diplomáticos para prevenir uma surpresa e obter uma dilação. Santos Costa pormenoriza perante o Conselho os aspectos militares da situação em Goa. Salazar considera que o Conselho aprova a política seguida, e nada propusera que permitisse melhorá-la. Que sucederá no dia 15 de Agosto?

Não tem Salazar dúvidas de que se avizinha uma crise grave, e talvez o fim de Goa. Paulo Cunha adia a sua viagem ao Brasil: não pode estar ausente no áspero duelo com a União Indiana. E Salazar, firmado agora no consenso do Conselho de Estado, não recua. No mesmo dia em que se efectuou a reunião do Conselho, é expulso o cônsul da Índia em Goa, Vicente Coelho, que transformara o seu consulado num centro de agitação política de propaganda anti-portuguesa; e Nova-Delhi, em represália, expulsa os funcionários consulares portugueses de Bombaim. Garin é chamado a Lisboa para consultas. E de Lisboa é desencadeada uma campanha, em escala mundial, para obter o apoio político de governos estrangeiros. Manifesta-se, encabeçada pelo Brasil, a solidariedade dos países da América Latina; e o mesmo sentimento, embora de forma menos vigorosa, é expresso pelos membros do Tratado do Atlântico. É nítida a Espanha no seu apoio. Algumas figuras eminentes na política mundial assumem uma clara atitude de reprovação da Índia. Destaca-se Paul-Henri Spaak, que escreve a Nehru uma carta pessoal. Todos aqueles governos praticam em Nova-Delhi diligências desaconselhando ao Primeiro Ministro o uso da força. E neste particular causa profunda impressão no governo e nos círculos políticos indianos a atitude assumida, em 7 de Agosto, pelo governo britânico. Este exprime a Nehru «*a sua sincera esperança*

de que não haverá recurso à força ou a métodos que necessariamente conduzirão ao emprego da força» (1).

Aproxima-se o dia 15 de Agosto, e não se podem prever os acontecimentos. Salazar e Paulo Cunha mantêm a iniciativa da acção política. E em 8 de Agosto o governo de Lisboa apresenta, à Índia e ao Mundo, uma sugestão que Nova-Delhi não espera: o envio de *observadores internacionais* para as fronteiras. Lisboa pormenoriza a proposta: entre os países que tem relações diplomáticas com os dois governos, serão escolhidos três por Portugal e três pela Índia, e cada um seria convidado a designar quatro observadores; a estes seriam prestadas todas as facilidades nas fronteiras; e competir-lhes-ia verificar a existência e a natureza de grupos, a nacionalidade dos seus componentes, o seu comportamento, os apoios de que disponham, os incidentes ou violações de fronteiras que possam provocar ou praticar. Acrescenta o governo de Lisboa que a União Indiana, se atribui valor à sua eminente posição internacional e se se arroga o papel de medianeira pacificadora no concerto das nações, não pode recusar a proposta. E num gesto de audácia o governo português declara que dá à União Indiana um prazo para aceitação: até às quatro horas da tarde do dia 10 de Agosto: se até esse momento não for aceite a proposta, Lisboa considerará esta rejeitada por Nova-Delhi. Paulo Cunha, em 9, convoca uma conferência de imprensa, acentua perante o mundo o significado da proposta portuguesa, e afirma: «*Portugal enfrenta a situação com serenidade. Está intransigentemente decidido a defender-se. Não se absterá de reagir por medo, que não conhece. Mas anseia por que se aceite uma fórmula que permita pôr bem a claro as circunstâncias e possa assegurar com dignidade a realização pacífica*

(1) Na altura foram recolhidos indícios de que o comunicado do Foreign Office acabava com as palavras «*recurso à força*». A frase «*ou a métodos que necessariamente conduzirão ao emprego da força*» teria sido acrescentada por Churchill pessoalmente, para assim responsabilizar Nehru pelos «*satyagrahis*» e justificar a resistência portuguesa contra os mesmos. Dois dias antes, a 5 de Agosto, o ministro de Estado Selwyn Lloyd não deixara no entanto de avisar Pedro Theotónio de que o «*empreendimento de operações militares pela Inglaterra estava fora de questão*».

e plena do seu direito». Simultaneamente, Lisboa dirige-se aos governos estrangeiros solicitando-lhes que definam a sua posição perante a iniciativa que tomou. Em Portugal, e no mundo, muitos estão estupefactos com o gesto português, havido por temerário.

No dia 10 de Agosto, enquanto se aguarda a reacção de Nova-Delhi, Salazar fala aos portugueses. De novo justifica a existência de Goa, no campo do direito: tem pelo menos a mesma legitimidade histórica que a União Indiana, aparecida quatro séculos mais tarde. E apoia-se em Toynbee: a transferência «*de províncias e habitantes de um possuidor para outro, como terras com seus gados, revolta a nossa sensibilidade formada na escola democrática*». E depois Salazar entra em debate directo e pessoal com o chefe do governo indiano. Nehru embaraça-se, diz Salazar, quando pretende enquadrar em princípios jurídicos alguns dos seus propósitos políticos. Ter o Primeiro Ministro concluído o curso de direito «*sem glória e também sem desdouro*», como o confessa nas suas memórias, não o absolve, quando tem a responsabilidade de um grande estado e alardeia elevadas posições doutrinais. Afirmar que os territórios portugueses são «*feias verrugas no lindo rosto da India*» não constitui argumento. E Salazar torna-se cáustico: «*As feias verrugas no lindo rosto da India excitam, parece, os oradores políticos que, em idêntica ordem de ideias, tem de considerar o Paquistão e o Ceilão como chagas repelentes no mesmo formosíssimo rosto, e daí, transposto o caso da literatura para a política, a União Indiana poderá tirar mais tarde algumas conclusões* (1). *Sem discutir a propriedade da imagem, é evidente não constituirem as fórmulas poéticas suficiente fonte de direito, e temos de lamentar que na União Indiana a literatura domine a política e seja a sua doce poesia a disparar armas de fogo contra pacíficos portugueses*». Depois Salazar acumula argumentos de direito: haver-se liberto do Império Britânico não dá à União legitimidade para

(1) Com isto — *tirar mais tarde algumas conclusões* — quer Salazar insinuar que a União Indiana, pelo mesmo motivo por que reivindicava Goa, poderia ser levada mais tarde a reivindicar o Paquistão e o Ceilão. Um resultado foi obtido: o desmembramento do Paquistão.

anexar territórios que nunca pertenceram àquele; reivindicar territórios não dá direito a agredi-los e aos seus habitantes; a União Indiana está a violar os princípios da Carta da ONU, de que é membro; está a infringir os princípios de convivência internacional, reafirmados entre a Índia e a China a propósito do Tibete; e «*é por tudo isto que, mesmo nestes momentos, me custa abandonar toda a esperança e a confiança que tenho depositado na clarividência dos supremos responsáveis pela direcção daquele país*». E a verdade é que de toda a parte chegam a Lisboa, do Ultramar e de países estrangeiros, o mesmo apelo e o mesmo grito: «*guardar-se Goa, com os haveres, as armas, os peitos, os novos e os velhos, as orações e os sacrifícios, como o mais caro tesouro da família e da história lusíada*». E Salazar conclui: «*correu já sangue na Índia? A Índia conhece bem o sangue português — no mar e em terra, nas veias, nas almas*».

No tempo em que Salazar se dirige aos portugueses, o governo indiano entrega a Vasco Garin, que regressara a Nova-Delhi, a réplica à iniciativa de Lisboa: está dentro do prazo marcado: e declara que aceita a proposta portuguesa para observadores internacionais.

7

Salazar não está seguro, todavia, do que trará para Portugal o dia 15 de Agosto de 1954. Como reagirá Nehru ao desafio das suas palavras do dia 10? De momento, Salazar tem de se ocupar de um assunto de política interna. Concedida a exoneração a Cavaleiro de Ferreira, há que designar um sucessor. Lançam-se nomes, fazem-se sondagens; e a escolha fixa-se em Antunes Varela (1), professor de Direito em Coimbra, católico militante, que está nos seus trinta e cinco anos, e que na cátedra revelara lúcida inteligência, saber, integridade, e qualidades de exposição e trabalho. Depois, é a agitação a que se entrega António Sérgio, que em cartas a Sarmento Rodrigues faz protestos e críticas contra o governo; e Sarmento informa Salazar,

(1) De seu nome completo João de Matos Antunes Varela.

que por seu turno informa Craveiro Lopes. Mas Salazar entende que não se pode ter com Sérgio «*a atenção de uma resposta sincera*» porque esta logo provocaria «*um longo repositório de impertinências*». E preocupa-se com as celebrações do primeiro centenário da morte de Almeida Garrett, e acha que nos actos comemorativos há «*que dar um lugar ao poeta, ao prosador, ao dramaturgo, ao político, ao parlamentar, ao jornalista*».

Chega a Lisboa o texto completo da resposta indiana de 10 de Agosto. Salazar e Paulo Cunha estudam-no atentamente, e concluem que não há da parte de Nova-Delhi uma aceitação, mas uma enredada manobra. Onde Portugal propõe uma observação nas fronteiras, a Índia dá o seu acordo a que se observe o que se passa «*no interior das possessões portuguesas*»; onde Portugal propõe o envio imediato de observadores internacionais, a Índia dá o seu acordo à designação imediata de delegados das duas partes para discutirem o envio de observadores; e onde Portugal propõe que se investigue quem provoca incidentes e violações de fronteiras, a Índia dá o seu acordo a que se discuta a libertação de possessões estrangeiras no sub-continente indiano. Deste modo, o governo de Lisboa, em comunicado dos Estrangeiros, classifica a resposta de Nova-Delhi de «*desvirtuação*» e «*dilação*». E em nota de réplica à distorção de Nova-Delhi, e depois de sublinhar os desvirtuamentos na reacção indiana, Lisboa aceita o princípio de negociações entre delegados dos dois países, ficando entendido que das mesmas está excluído o debate sobre a soberania portuguesa em Goa, Damão e Diu, e que o governo indiano concede finalmente as facilidades de trânsito para que a autoridade portuguesa seja restabelecida nos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. Mas no momento em que é entregue esta nota portuguesa, a 13 de Agosto, o Primeiro Ministro Nehru discursa em Nova-Delhi e lembra «*ao povo da Índia, em particular aqueles mais especialmente interessados, que a doutrina da não-violência implica não apenas a não-violência mas também o não dar a outros a oportunidade de exercer a violência*». É o reflexo do conselho de Churchill. E no dia seguinte de novo responde o governo indiano. Não repudia a posição portuguesa: anui ao princípio da conferência de delegados: nesta podem decerto ser incluídos todos os pontos indicados pelo governo

português: mas acrescenta que, justamente de harmonia com a prática normal, os delegados de ambas partes estão livres de trazer a debate os assuntos ou propostas que entenderem.

Chega o dia 15 de Agosto. Em Portugal, há ansiedade. Em Goa, as forças portuguesas estão sob instruções para opor resistência, se necessário usando meios militares, a qualquer tentativa de invasão, pacífica ou armada. Passa-se em estado de alerta mas em sossego aquele dia; na noite para 16, no entanto, alguns «*satyagraphis*» infiltram-se e ocupam o Forte de Tiracol. Acorre a polícia portuguesa, e dispara tiros para o ar; e na fuga e confusão é morto um «*satyagrahi*» e feridos outros. Pelas fronteiras, tudo está tranquilo. Nehru recuara.

Há no país uma sensação geral de alívio. Salazar e Paulo Cunha, todavia, querem aproveitar o rescaldo da crise para conseguir de Nova-Delhi o reconhecimento de Goa portuguesa. Não afrouxam, por isso, o debate bilateral e internacional do problema. Salazar não tem ilusões, decerto, e não acredita na honestidade de Nehru. Comentando a carta de Spaak ao Primeiro Ministro indiano, diz a Eduardo Leitão, para Bruxelas: «*Gostei de ler esta última, que me pareceu apropriada ao fim que se tinha em vista e ao modo de ser da pessoa a quem era dirigida. Nenhum de nós — porventura também não o sr. Spaak — acredita na sinceridade do pacifismo de Nehru: aquilo é uma atitude que lhe vale apreço internacional. Neste caso, convém que nós próprios nos apresentemos como acreditando na sinceridade dos sentimentos pacifistas do Primeiro Ministro da União. Nas minhas raras declarações também incluo sempre uma frase de apelo a esses sentimentos. A carta pode ter tido algum efeito, ainda que a Bélgica também esteja no index como país colonial; e não se lhe fazer referência pública não diminui, antes pelo contrário, a sua eficiência real*». E mais: «*Devemos estar gratos ao Sr. Spaak por este serviço que, se é um serviço directo prestado a Portugal, é também um apoio à causa do Ocidente e da civilização que vai quase inteiramente perdida naquelas paragens. Por mais pessimistas que sejamos, o nosso dever é lutar, e eu tenho visto com alguma surpresa que a simples decisão de resistir nos tem conciliado numerosas simpatias e despertado em muitos países grande interesse e apoio moral*». E justamente para aproveitar esta

atmosfera prossegue Paulo Cunha uma actividade sem desfalecimentos. Nas semanas imediatas ao dia 15 de Agosto continua a polémica com Nova-Delhi. Entrecortadas de mil incidentes, as atitudes de um lado e outro reduzem-se a dois aspectos fundamentais: negociar a instituição de observadores internacionais para averiguar violações de fronteiras; negociar problemas decorrentes da vizinhança e co-existência pacífica. Paulo Cunha multiplica-se em entrevistas e declarações à imprensa; e, sem se afastar da posição de firmeza, acentua as disposições de paz e cooperação, se Goa for reconhecida no seu estatuto actual. Mas torna-se nítida a impossibilidade de acordo: a União Indiana, além de recusar devolver os enclaves, insiste em que das negociações nenhum assunto deve ser excluído, indicando assim o propósito de reabrir o processo de reivindicação territorial.

Correspondendo à emoção do país, a imprensa acompanha os acontecimentos com destaque. Por instigação de Salazar, Ribeiro Lopes compõe artigos de refutação das teses indianas; e a Augusto de Castro fornece o chefe do governo elementos que permitem ao jornalista produzir vivas peças de ataque à União Indiana, e que o *Diário de Notícias* publica (1).

---

(1) Tem interesse, para documentar um Salazar trabalhando em *linhas interiores*, as três seguintes cartas: Primeira — «*Ao Dr. Augusto de Castro: Começo por felicitar vivamente V.ª Excia. pelo seu artigo de hoje e por agradecer-lhe a sua preciosa colaboração nesta campanha em que estamos empenhados. O ponto essencial é que de facto não é Goa, não é Portugal que está em causa ou é posto em cheque: a questão é a de um ajuste de contas com o Ocidente, é o ódio do Oriente contra a nossa civilização. E o Ocidente enfraquecido nada pode sob os seus actuais condutores. Mas vamos continuar a lutar. O Dr. Ribeiro Lopes escreveu-me de África, e também de Lisboa depois do seu regresso, algumas cartas recheadas de interessantes considerações acerca de vários aspectos da questão de Goa. Incitei-o a escrever um ou dois artigos que pudessem ser publicados em jornal de grande tiragem, e lembrei-me do «Diário de Notícias». Ainda não vi os artigos que, penso, receberei esta tarde, mas espero que sejam bons. No caso de o «Diário de Notícias» querer ter a amabilidade de prestar mais um patriótico serviço publicando-os, não sei e V.ª Excia. verá — como devem ser apresentados. Assinados? Como sendo da casa? Dando-se a impressão de terem alguma origem oficial? Não julgo que se possa tomar uma posição antes de os vermos. Assim que os receba, enviá-los-ei a V.ª Excia. para sua apreciação e*

8

Em fins de Agosto de 1954, Salazar está instalado no Forte de Santo António, e a 24 recebe uma notícia emocionante: suicida-se o Presidente do Brasil, Getúlio Vargas. Salazar comparece na Embaixada brasileira para condolências oficiais. Mas pensa noutro problema: que modificações trará à política brasileira para com Portugal a morte de Vargas? Este, além de admirador do chefe do governo, era amigo dos portugueses. Como

---

decisão». Segunda — *«Ao Dr. Augusto de Castro: Muito obrigado pela publicação em fundo do artigo do Dr. Ribeiro Lopes. Recebi hoje do Dr. Marcello Mathias, de Paris, alguns recortes dos jornais, cujas apreciações acerca do nosso conflito com a União Indiana foram já transcritas ou resumidas na nossa imprensa. Ele chama porém a minha atenção para três peças que podem ser postas em confronto e sobre que V.ª Exia. poderia fazer ou mandar fazer alguns comentários. 1) O Primeiro Ministro Sr. Nehru discursou em 13 e referiu-se à diferença entre as negociações com a França e o estado de coisas com Portugal. Considera aquelas como civilização dos dois lados e ele próprio confronta esse comportamento civilizado com a mentalidade medieval dos portugueses. 2) em 21 de Abril o governo francês, em comunicado para a imprensa, fez um pequeno resumo das relações com a União Indiana no tocante aos estabelecimentos franceses. A pág. 2 e 3 da cópia que envio, o governo refere as medidas inhumanas de bloqueio e restrições (inclusivamente a retenção de encomendas postais contra o expresso nas convenções, o corte de energia, etc.) tomadas pela União Indiana contra aqueles pequenos estabelecimentos. 3) No terceiro documento, temos a resposta parlamentar do ministro* (nome ilegível) *em 11 do corrente. Não podendo, diferentemente dos portugueses, conservar forças militares, e portanto impossibilitados de defender pela força os estabelecimentos, o governo francês é constrangido a fazer negociações ou a abandonar unilateralmente os territórios, por não poder mais sujeitar as populações aos sofrimentos derivados das providências que a União tomou. Como medida de civilização e de comportamento civilizado, não se pode exigir mais».* Terceira — *«Ao Dr. Augusto de Castro: Vão estas palavras por descargo de consciência. V.ª Exia. pode certamente fazer um explêndido artigo sobre qualquer assunto, mas a minha intenção, ao mandar-lhe ontem aquelas notas, não era obrigá-lo ao trabalho de um artigo. Penso que a matéria ficaria esgotada com um comentário ou pequena nota, semelhantes a vários que nos últimos tempos o «D. de N.» tem publicado. O meu desejo é não incomodar quando não é absolutamente necessário».* O nome ilegível do ministro, na segunda carta, deve ser o de Robert Buron, ministro da França do Ultramar.

se comportará Café Filho, que agora ascende à Presidência? E deverá manter-se a visita oficial de Paulo Cunha, aprazada para a primeira quinzena de Setembro? De súbito, surgem problemas inesperados. Durante a crise das semanas passadas, muito no país — na administração e no governo — estivera em suspenso. Há que retomar a normalidade. De Bruxelas, Eduardo Leitão informa ser possível que o Rei Balduíno, no regresso da viagem ao Congo, se demore em Lisboa para visita oficial. De seu lado, o marechal Papagos, Chefe do Estado Grego, fez constar o desejo de vir a Lisboa. Mas há um problema mais urgente: num memorandum secretíssimo, os Estados Unidos, não tendo conseguido levar a Rússia a aceitar a ideia de uma reserva internacional de urânio, sugerem a constituição dessa reserva com os países livres que sejam produtores daquele mineral: e Portugal está nesse grupo. Vastos interesses materiais e políticos podem estar em causa: que atitude tomar? E através de tudo faz-se sentir a política interna. Causara intriga a saída de Cavaleiro de Ferreira: estava incompatibilizado com Salazar, abrira-se um fosso entre os dois homens. Para mais, a opinião pública espera uma remodelação ministerial profunda: não foi ainda substituído o ministro do Exército; Paulo Cunha persiste em abandonar os Estrangeiros; Águedo de Oliveira está *queimado* nas Finanças; Sarmento Rodrigues confessa-se exausto, e quer retomar a sua carreira naval; Pires de Lima continua com a hostilidade dos meios universitários; e José Soares da Fonseca tem sido hesitante e negativo nas Corporações e Previdência Social. E correm boatos, rumores: Craveiro Lopes e Salazar sentiam crescente dificuldade em se entender; além disso, Craveiro Lopes não conseguira tornar-se popular e querido das massas; e de boca em boca afirma-se que o Presidente da República está gradualmente a congregar em seu redor alguns homens, de que Marcello Caetano seria figura de destaque, e que embora dentro do regime estavam em oposição a Salazar. De tudo tem o chefe do governo clara consciência. Mas não julga oportuna uma remodelação ministerial; não se saiu ainda da crise de Goa; não convém substituir Paulo Cunha; e sobretudo é cada vez mais profunda a sua repugnância por modificações. E aos seus íntimos, principalmente a José Nosolini, volta a exprimir o seu desejo de se retirar do

governo, de se enterrar na sua aldeia. Dobrara os sessenta e cinco anos de idade, cumprira mais de vinte e seis anos de governo: não era tempo de abandonar a vida pública? Simplesmente, não era o momento azado: dir-se-ia que a sua saída resultava de uma inflexão na política do país.

Afinal, o governo brasileiro, vencido o traumatismo do suicídio de Vargas, está pronto a acolher a visita de Paulo Cunha. E nos primeiros dias de Setembro aquele parte para o Brasil. Na sua viagem, Paulo Cunha põe todo o entusiasmo do seu temperamento extrovertido. Multiplica-se em conferências de imprensa, no Rio e em S. Paulo, e em visitas a instituições, portuguesas e brasileiras. Ocupa-se dos problemas bilaterais: acordo comercial luso-brasileiro, acordo cultural, ratificação do *Tratado de Amizade e Consulta Mútua*, fundação de um *Instituto de Estudos Portugueses*, e de um *Centro de Estudos Luso-brasileiros*. Ocupa-se sobretudo do problema de Goa: expõe vigorosamente o ponto de vista português na Associação Brasileira de Imprensa. E encontra sólido apoio do governo do Rio de Janeiro. No Itamaraty, diz o chanceler Raul Fernandes: a «*espontaneidade com que este país se pôs ao seu lado na questão suscitada recentemente em torno dos territórios portugueses da Índia*» inspirou-se em «*sentimentos unânimes do povo brasileiro em relação a tudo quanto respeita a Portugal*», e que derivam de «*uma amizade assente em laços de sangue e cimentada através dos anos por actos de grande sabedoria política*»; e por isso o Brasil espera que o governo indiano, «*representando um povo de vocação pacífica, não desouvirá o seu apelo*». E Paulo Cunha considera que a atitude do Brasil em Goa constitui «*manifestação magnífica e vibrante da comunidade luso-brasileira*». Cunha levanta a questão da visita presidencial a Portugal, para pagar a que ao Brasil fizera António José de Almeida em 1922. Sente o novo Presidente, Café Filho, vivo desejo de efectuar essa visita; mas, no estado incerto em que se encontra a política interna brasileira, aquela parece problemática. E sobre esta questão vem incrustar-se a do embaixador Olegário Mariano em Lisboa. Morto Vargas, aquele perde o seu principal sustentáculo; e surgem novos candidatos, desde Heitor Lira e Barbosa Carneiro até Afrânio de Melo Franco e Sousa Leão. Enquanto estes pontos não se

resolverem, será difícil a deslocação de Café Filho. Paulo Cunha não deixa cair a possibilidade da visita: a realização desta constitui a única forma de permitir a de Craveiro Lopes ao Brasil. Mas nada fica assente. E ainda antes do regresso de Paulo Cunha a Portugal, já nos meados de Setembro, Salazar deseja informar Craveiro Lopes de todos aqueles pormenores. E escreve ao Presidente: «*Seria porém necessário que Vossa Excelência tivesse a bondade de mandar-me buscar, pois estou sem carro*».

Entre meados e fins de Setembro de 1954, Salazar conserva-se no Forte de Santo António. Está incerto sobre se irá à sua aldeia. Sente-se enfermiço. Mandou comprar na Livraria Sá da Costa e está a reler as *Obras Escolhidas*, do Padre António Vieira, e a *Crónica do Imperador Clarimundo*, de João de Barros. Encomendou um sobretudo novo e um fato. Adquiriu umas prendas para o Natal das suas pupilas: seis pares de meias de lã, seis pares de calças, três corpetes, três camisas de dormir. Recebeu da Coimbra Editora mais quinze contos de direitos de autor; mas a empresa fica-lhe a dever outro tanto. Estabelece novo salário para a governanta Maria de Jesus: passa de quinhentos para seiscentos escudos mensais. Assenta por sua mão o início e o fim do mês das criadas novas; paga as propinas da Maria Antónia no Instituto Britânico; e liquida o seu imposto complementar e os seguros do pessoal. Continua a pagar as suas cotas para numerosas instituições: a Associação Académica de Coimbra, o Grémio da Lavoura de Viseu, o Albergue da Polícia de Segurança Pública, a côngrua da Estrela, a Conferência de S. Vicente de Paula, a Paróquia de Nossa Senhora da Lapa, a Obra das Vocações e Seminários, a União Nacional, a Freguesia do Coração de Jesus, o Serviço da Repressão da Mendicidade, outras ainda. E mantém a assinatura de muitas publicações: a revista do *CADC*, as *Saudades de Coimbra*, o *Debate*, o *Jornal da Beira*. E à distância está preocupado com a sua lavoura, e as suas flores. Manda comprar doze roseiras de pé baixo, para colocar junto do depósito de água, em Santa Comba; e um tramo para vinha nova, e seis meadas de dez metros de arame, e duas de doze metros; e troca correspondência com a Estação Agrária de Viseu, com o Director Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas. Mas tudo é fonte de despesas: o «*conserto do alpendre*

da casa das minhas irmãs» ficou em quase oito contos. Através destas ocupações miúdas, permanece a obsessão de Goa, que não considera segura. Deste estado de espírito partilha o seu amigo Cerejeira. Este escrevera a Salazar. Diz-lhe: «*António — Imagino como deves estar cheio de cuidados e aflição. Não precisarás que te diga que estamos todos contido. Confio em Deus (que tanto tem estado a teu lado em transes bem difíceis para a Pátria), confio que salvará a Índia Portuguesa. E não posso duvidar que és o eleito da Sua Providência, que tem sido para Portugal verdadeiramente miraculosa. Lembras-te como foi decidida a tua missão? E se eu não tivesse a manhã comprometida, iria aí dizer-te a Missa e pedir a Deus que continue a iluminar-te, a dirigir-te e a proteger-te*». Mas Salazar sente-se adoentado, sofre do rescaldo das emoções experimentadas durante o mês de Agosto. Entra Outubro, e não vai a Santa Comba. E escreve a Craveiro Lopes: «*Tenho piorado da garganta e nos últimos três dias tenho estado quase completamente afónico*».

9

Regressado Paulo Cunha a Lisboa, recebe Lord Ismay, secretário-geral da NATO. Este vem para inaugurar uma exposição sobre os fins e objectivos do Tratado do Atlântico. E em almoço que oferece a Ismay, o ministro não deixa de perguntar, em discurso público: se a Índia apenas tem propósitos pacíficos quanto a Goa, por que está tão preocupada com as cláusulas defensivas e de simples consulta daquele tratado? Salazar recebe Ismay, e encontra maneira de acentuar ao secretário-geral a aplicabilidade do artigo 4.º, em matéria de consulta política, ao conflito de Goa. Depois, é o marechal Papagos (1), chefe do

(1) Alexandros Papagos, herói da resistência grega ao ataque italiano. Funda em 1950 um partido que ganha as eleições de 1951. Morreria um ano depois da sua visita a Portugal. O nome do chefe do governo grego prestava-se e logo foi aproveitado pelos portugueses para ditos jocosos e críticos. Este, entre outros: os papagos vieram visitar os bempagos à custa dos malpagos.

governo grego, que vem a Portugal. Salazar não considera de utilidade esta visita, e encara-a sem interesse; e quando o marechal chega a Lisboa, em fins de Outubro de 1954, exime-se a todas as cerimónias em que não seja indispensável a sua presença. Trocam-se condecorações com Craveiro Lopes; e o Marechal presenteia Salazar com um vaso grego, de oitocentos anos antes de Cristo; mas Salazar duvida de tamanha antiguidade. E comenta para Craveiro Lopes: «o *programa da recepção do Marechal Papagos tem sido como se previra, com correcção e dignidade. Suponho que são boas as impressões do Marechal e da Esposa acerca da sua visita*». Quanto ao vaso grego, «*gostava que Vossa Excelência o visse*».

Não estando convicto de que seja difinitivo o recuo de Nehru, em Agosto, Salazar procura consolidar a posição portuguesa no plano internacional. Durante Outubro e Novembro, novas diligências são feitas, para abranger todos os países de expressão ocidental, ou não hostis ao ocidente: e, com diferenças de pormenor, em todos o governo de Lisboa obtém declarações de apoio ou pelo menos, na medida em que recomendam uma solução pacífica do conflito, desfavoráveis à União Indiana. Por seu lado, o governo francês, ao resolver abandonar os estabelecimentos franceses no Industão, toma uma atitude de elegância: pela voz do ministro da França do Ultramar, Robert Buron, declara que entre aqueles e Goa não há semelhança, tanto do ponto de vista territorial e político como económico e humano: e por isso não são aplicáveis raciocínios por analogia a uma outra soberania que não a francesa. Simultaneamente, no debate áspero entre Lisboa e Nova-Delhi, nada se conclui quanto às propostas portuguesas, que a Índia rejeita dizendo aceitá-las; persevera Portugal em reclamar para os enclaves facilidades de trânsito, que a União não concede; surgem incidentes isolados, há infiltrações em locais dispersos, que as autoridades portuguesas dominam prontamente; há mesmo a nota pitoresca de Nova-Delhi acusar Portugal de violências sobre o antigo cônsul indiano quando este se encontrava pacificamente entregue à pesca; e de novo se anunciam para fins de Novembro incursões de *satyagrahis*. Salazar resolve falar mais uma vez aos portugueses.

No desejo de imprimir um sentido de rotina à vida externa portuguesa, Paulo Cunha apressa as negociações em curso com a Grã-Bretanha sobre territórios em África. E em 18 de Novembro daquele ano de 1954 são assinados três acordos luso-britânicos: redelimitam trechos das fronteiras entre Moçambique e a Niassalândia e entre Angola e a Rodésia do Norte. Desde o *ultimatum* britânico, a linha raiana de Moçambique corria pela margem oriental dos lagos fronteiriços; agora passa a seguir a linha média das águas; e há assim um alargamento de espaço sob jurisdição portuguesa. Do lado de Angola, contra facilidades concedidas a habitantes da Rodésia, são rectificados alguns troços em favor de Portugal. Em símbolo, é uma revisão mínima do ultimatum de 1891. Simultaneamente, é assinada uma convenção cultural entre os dois países. E no almoço de despedida oferecido a Sir Nigel Ronald, que ao fim de sete anos conclui a sua missão em Lisboa, Paulo Cunha recorda a atitude inglesa na questão de Goa e considera as relações luso-britânicas como «*um pilar fundamental*» na política externa portuguesa, enquanto Sir Nigel exalta o papel civilizador de Portugal.

Porque está em funcionamento a Assembleia Nacional, o chefe do governo decide dirigir-se a esta. Marca-se a sessão para 30 de Novembro. Na véspera, enquanto dá os últimos retoques no seu discurso, recebe uma carta de Christine: esta conta-lhe o brilho, o esplendor da exposição de ourivesaria portuguesa em Paris. E no dia seguinte, Salazar, já recuperado da sua voz, comparece perante a Câmara. Tem por objectivos esclarecer completamente o povo português, por intermédio da representação nacional, da política seguida e seus desenvolvimentos, e responder por outro lado ao Primeiro Ministro Nehru e a quantos no mundo discordam da tese de Portugal. Antes de mais, Goa em face da União Indiana, e os argumentos por esta usados: a geografia, a história, a raça, o princípio da autodeterminação dos povos. De novo Salazar recorda como tudo é contraditório: justamente a história formou Goa há 500 anos; a geografia por si não confere direitos; e além de mais não é o próprio Nehru que reconhece a identidade separada de Goa ao prometer respeitá-la quando anexada? Quanto à autodeterminação dos povos, esta aparece identificada com «*intuitos políticos ou necessidades*

de ocasião». E se a União Indiana invocar esse princípio, então terá de regressar «*à poeira de Estados e soberanias*», que é a sua tradição. Em qualquer caso, Goa não é um problema de política interna da União, mas de política externa, por contender com uma soberania estrangeira. Não há liberdade em Goa para que os goeses se manifestem a favor da União Indiana? Decerto; e é assim em Portugal, e em todo o mundo, e na União; mas é estranho que, podendo manifestar-se a favor da India os goeses residentes nesta ou noutros países que Portugal não pode influenciar, a sua esmagadora maioria continue patrioticamente portuguesa. Em face de tudo isto, Nehru proclama a não-violência. Neste particular, os bloqueios, as infiltrações, o isolamento dos enclaves, as violências de fronteira, as perseguições aos goeses, falam por si. Tem a União o direito de se comportar assim? Não tem. Não disse Nehru em Pequim que a paz não é só a ausência de guerra, e que só existe verdadeiramente numa atmosfera de cooperação entre as nações? «*Para não se poder afirmar que o Primeiro Ministro só pensa com correcção nos domínios do universal*», é de esperar que rectifique quanto a Goa os seus conceitos de paz e não-violência. De outro modo, está ofendendo a consciência do mundo civilizado a que deseja pertencer.

Vítima de ameaças e agressões, continua Salazar, Goa concitou nos últimos meses por toda a parte um movimento de atenção e ansiedade. Não obstante os poderosos meios de propaganda de que dispõe, Nova-Delhi não pôde evitar que pelo mundo se formasse uma consciência condenatória; e a generalidade dos Estados formulou o voto de que a União Indiana se «*sustivesse no caminho da agressão, permitisse a verificação dos factos por olhos imparciais e procurasse dirimir quaisquer diferendos por meios pacíficos*». Mas em relação a Goa perante o mundo, há um ponto em que o Primeiro Ministro indiano acusa pessoalmente Salazar: o de estar mal-servindo o catolicismo na India, associando-o ao colonialismo. «*O Pandita Nehru não está bem informado dos factos*». E Salazar proclama uma afirmação de princípio: «*Tenho escrupulosamente evitado em toda a minha vida pública misturar a religião com a política ou, o que é o mesmo, fazer política com a religião*». E aquela acusação impõe explicações. Antes de mais, Portugal não faz assentar na religião

a sua legitimidade em Goa; mas tem o direito de lamentar a atitude assumida contra Portugal em restrictos sectores católicos. Esta atitude hostil nasce de duas fontes: dos católicos progressistas e de alguns meios da *Propaganda Fide*. Que são os primeiros? «*Católicos que se deram a missão de baptizar o comunismo*». Para esses, assim como Roma convertera os bárbaros, também agora deverá a Igreja abrir os braços e conciliar-se com o comunismo: «*a verdade política e social adviria do comunismo, a verdade religiosa defini-la-ia a Igreja, dentro dos limites consentidos por aquele*» (1). Salazar não discute este ponto: anota somente: e não estranha. Mas já é diferente o caso da *Propaganda Fide*. Há trezentos anos que esta combate Portugal e o seu Padroado do Oriente; e, no entanto, por toda a parte «*aonde o português chegou, implantou a árvore da cruz e ela aí se radicou e cresceu, e mantém viva e na vida fiel a Roma*». Tem a *Propaganda* os seus métodos, a sua concepção política; Portugal tem outra; e a diferença de critérios não deveria justificar hostilidade. E a verdade é esta: Goa tem sido um alfobre de sacerdotes, de apostolado, de evangelização muito para além das fronteiras de Goa. E a *Propaganda* entende que esta obra apenas se salva se se dissociar do Estado que a conduz. Por alguma razão, todavia, Goa tem sido designada por Roma do Oriente. Por ser indiana? Não: por ser portuguesa.

Aparte tudo isto, há um outro ponto: Goa em face dos portugueses. Há problemas internos em Goa? Decerto; mas estes são assunto de Portugal. E quando forem concluídos os aeroportos de Goa, Damão e Diu — o de Goa, segundo a imaginativa imprensa indiana, destina-se à base americana de guerra — cessará

---

(1) Salazar aflora aqui profeticamente um ponto que trinta anos mais tarde seria sublinhado por sociólogos e ensaístas, e que talvez se possa resumir assim: a cooperação ou convivência da Igreja Católica com regimes monárquicos foi viável porque aquela fornecia a inspiração ideológica e os segundos o poder; e também era viável com os regimes republicanos democráticos ou liberais, porque estes supõem justamente uma base ideológica que não é monopolista nem totalitária; mas não é viável com o marxismo-leninismo porque este tira de si próprio, ao mesmo tempo, o fundamento ideológico e o poder efectivo, e não pode, sob pena de se negar, partilhar um ou outro com qualquer inspiração ideológica, moral ou política diversas.

um isolamento dos territórios que apenas é possível quebrar e está sendo quebrado por carreiras marítimas. Mas sobre a forma de conduzir toda a questão e de enfrentar os acontecimentos «*manifestaram-se algumas opiniões divergentes das do governo*», e há que registá-las. Quais são? Estas: negociações com a União Indiana; resistência militar com empenhamento total do país e dos aliados que acaso conseguisse; independência de Goa, dentro de uma federação ou confederação portuguesa. Salazar volta a examinar estas sugestões. Negociar com a Índia? Sem dúvida: mas desde o memorial de 27 de Fevereiro de 1950, e consoante todos os textos posteriores, o objectivo da negociação seria apenas o estudo das condições de integração dos territórios portugueses na União. Tudo se pode discutir — minúcias de tempo, formalidades de transmissão de poderes, garantias para negócios, culto católico, ensino de português — mas essa discussão, como a encara Nova-Delhi, pressupõe estar assente e aceite a entrega de Goa à União. Este caminho apareceu defendido «*apenas pelos que a si próprios se intitulam partido comunista português e por alguns democratas que os seguem e apoiam*». E a resistência militar? Ideia tão ousada como generosa: «*a pequenez dos territórios e a fraqueza dos recursos locais, a desproporção das forças, a entensão das linhas de comunicação, a distância das bases ou pontos de apoio, tornariam uma guerra na Índia para nós sem finalidade útil, para a União sem glória — e o que é pior sem termo, quero dizer, sem paz, por não ser concebível Governo português que pudesse algum dia reconhecer a expoliação*». E a terceira sugestão, a de uma Goa independente? Há aí ingenuidade: no fundo da hostilidade indiana não é o estatuto de Goa que está em causa: estão o amor-próprio e as ambições da União Indiana. E depois, dada a exiguidade e dispersão dos territórios, estes não subsistiriam perante a Índia: fácil e fatal seria Nova-Delhi, em curto prazo, influenciar e pôr no poder em Goa um governo que seria o primeiro a solicitar a integração na Índia.

E quanto ao futuro? Pode a União fazer a guerra, e também pode desistir do intento; receia a primeira, porque compromete a sua doutrina política e repugna à consciência mundial; e não querendo desistir, pode perseverar na atitude presente. Para

enfrentar esta, duas coisas são essenciais: força e paciência. Força, para evitar que seja imposta a Portugal uma pretensa acção policial; e paciência que se não altere com a impaciência inimiga e dure tanto pelo menos como a pertinácia deste. E se apesar de tudo a União fizer a guerra? Então, há que «*bater-se, lutar, não no limite das possibilidades, mas para além do impossível. Devemos isso a nós próprios, a Goa, à civilização do Ocidente, ao mundo, ainda que este se sorria compadecidamente de nós*». E Salazar lança um repto à tempera, ao ânimo, à galhardia, ao fundo ancestral e telúrico dos portugueses: «*Depois de afagar as pedras das fortalezas de Diu ou de Damão, orar na Igreja do Bom Jesus, abraçar os pés do Apóstolo das Índias, todo o português pode combater até ao último extremo, contra dez ou contra mil, com a consciência de cumprir apenas um dever. Nem o caso seria novo nos anais da Índia*».

Produz impressão na câmara o longo, exaustivo discurso de Salazar, e não é menor o embate na massa da opinião pública. Em alguns círculos políticos, todavia, formulam-se críticas. Para uns, é perigosa a orientação seguida, porque prolonga a questão; para outros, se se mostrasse habilidade na negociação, poderia levar-se Nova-Delhi a adoçar a sua atitude. E terceiros defendem a realização de um plebiscito: este mostraria a vontade de Goa em permanecer portuguesa: e decerto perante o facto se curvaria a União Indiana. Abrtamente a favor do abandono, reitera a sua posição o Partido Comunista; circulam de novo panfletos de ataque ao governo; e Ruy Luís Gomes e outros são detidos pela polícia. E entre algumas elites sociais sentem-se receios, hesitações: é a sua incapacidade de *aguentar* uma política forte, é a sua permanente tendência para ceder, transigir: desejariam que se conservasse Goa desde que o facto não imponha sacrifícios: e como o território *pode* vir a perder-se, não seria preferível entregá-lo *desde já*? No *Diário de Notícias*, Augusto de Castro elogia em fundo o discurso de Salazar. E este, dez dias depois, escreve-lhe: «*Eu devia-lhe uma palavra de reconhecimento pelos comentários em artigo seu ao discurso ou exposição da Ass. Nacional de 30 de Novembro; e tinha o dever de enviar-lha sem demora; mas não foi possível. A vida é cada vez mais carregada e dura e nem um agradecimento a tempo permite fazer.*

Estou muito grato a V.ª Exia. pelo relevo dado à exposição e pela forma como o jornal tem acompanhado a crise, o que a V.ª Exia. se deve».

Aproxima-se do seu termo o ano de 1954. Salazar suspira por um descanso, umas curtas férias. Nosolini, num salto a Lisboa, nota-o fatigado; outros íntimos recomendam-lhe que por uns dias se ausente para a sua aldeia. Mas o chefe do governo não julga possível afastar-se. Na opinião pública, e mesmo nalguns meios situacionistas, continua a reclamar-se uma profunda alteração de ministros. Desenham-se facções: fala-se num grupo de civis, ligado a Marcello Caetano; e num grupo de militares, sob a orientação de Santos Costa. Não atribui Salazar excessiva importância ao rumor persistente; mas está atento. E também surgem dificuldades provocadas pelos monárquicos. Estes estão a tomar posição destacada; e em cerimónias oficiais e festas públicas tornam-se salientados, e comportam-se como se fossem *poder*. Não é discreto o Duque de Bragança, D. Duarte; e escreve mesmo uma carta a Salazar exprimindo o desejo de, por lei, ser o usufrutuário dos bens da Casa de Bragança. Fundado em pareceres dos ministros da Justiça e da Educação Nacional, Salazar recusa. Mas a atitude ostensiva de alguns monárquicos provoca a crítica dos republicanos, e Craveiro Lopes tem-na por inadmissível. Salazar vê-se obrigado a escrever à Infanta D. Filipa. E é firme: pede que Dom Duarte Nuno seja discreto, sublinha que o país não pode ter duas representações de duas entidades, e diz: «*As reacções já conhecidas indicam que os inimigos da unidade nacional não esperavam melhores aliados que os que se depararam em certos monárquicos, mesmo contra vontade destes. O governo pode ser colocado em circunstâncias difíceis se abandonar as coisas à marcha em que vão*». E as manifestações de monárquicos portugueses, aproveitando o espectacular casamento da Infanta Maria do Pilar, filha dos Condes de Barcelona, que com grande esplendor e afluência de monárquicos espanhóis fora realizado no Estoril, são havidas por expressão de um monarquismo peninsular, que é intolerável para largos sectores da opinião pública. Por outro lado, mostram-se reservados alguns sectores militares: ressentido por não ver satisfeitas as suas ambições, agita-se Humberto Delgado, que procura arrastar alguns

oficiais e civis; e a situação de Henrique Galvão suscita comentários críticos. E há ainda impaciência em meios económicos e financeiros: não está erguida toda a pirâmide do corporativismo e alguns instam para que o seja: e outros, vendo no sistema um entrave, combatem-no e advogam o seu desmantelamento.

Entretanto, em fins de 1954, a Assembleia Nacional inicia o debate sobre o *Tratado de Amizade e Consulta* luso-brasileiro, já ratificado pelas câmaras brasileiras. Interessa-se a opinião pública pelo tema; e no norte do país, com muitas ligações familiares com o Brasil, há um traço de emoção. Por insistência de Paulo Cunha, e para significar toda a importância que o governo atribui ao documento, Salazar apresenta-se de novo aos deputados, e a 6 de Dezembro recomenda a aprovação do *Tratado* pela Assembleia. Há um alto grau de afectividade nas relações entre os dois países, diz Salazar, mas aquelas não se têm reflectido no tratamento de problemas comuns. Que instrumento é aquele? É a «*tradução em política internacional da comunidade luso-brasileira — os dois países em face um do outro, os dois países em relação ao Mundo*». Pelo Tratado, salvaguarda-se para os dois países a fidelidade às raízes, sem prejuízo das relações específicas com outras nações; e mais importante é o princípio da consulta, consignado quanto a problemas internacionais de interesse comum, e que torna viável uma coordenação de atitudes e de esforços. Decerto existe a Organização das Nações Unidas, que se pretende universal, mas está longe de o ser; e que se arroga uma competência para cujo exercício lhe faltam meios efectivos, que nunca terá. Suprir as deficiências da ONU, com suborganizações que abranjam grandes espaços, é uma forma de encontrar soluções práticas. E o Brasil, além do seu lugar na ONU, tem-no também na Organização dos Estados Americanos; e se o facto corresponde à continentalidade do Brasil, pode todavia não corresponder à parte de interesses universais em que aquele país comunga com Portugal. É típico o caso de Goa, em que povo e governo brasileiros vibraram tão intensamente como os portugueses. Consagrando a comunidade luso-brasileira como um instrumento de política internacional, o *Tratado* vem refazer ou corrigir a história em benefício comum, e impõe aos dois países

responsabilidades imensas. Ratificá-lo, constitui um voto de confiança recíproca e de optimismo quanto ao futuro das duas pátrias.

Aprova a Câmara o *Tratado* com entusiasmo. Salazar passa o Natal e o fim do ano na aldeia. Dias depois, a 5 de Janeiro de 1955, Paulo Cunha e Olegário Mariano trocam os instrumentos de ratificação. Diz Paulo Cunha: o Tratado é «*a chave para toda uma larga política de futuro*». Responde Olegário: o documento é a «*Magna-Carta da comunidade luso-brasileira*». E é anunciada a próxima visita oficial do Presidente Café Filho. Regressado a Lisboa, em meados de Janeiro, Salazar desabafa com Marcello Caetano: sente-se «*afogado em problemas e preocupações de administração corrente cada vez mais*».

10

Decerto Salazar sente-se afogado em problemas e preocupações, e tem de lhes acrescentar uma degradação no estado de espírito da opinião pública. Conselheiros e amigos avisam-no de que o ambiente é «*mau*». Salazar encara mais uma vez o abandono da vida pública, está cansado dos problemas, dos homens. Entre mãos, todavia, tem questões graves; e seria considerada fuga a saída numa crise. Em qualquer caso, um ponto parece claro: o governo está politicamente exausto: e uma remodelação ministerial profunda é inevitável, e urgente. De novo é o mesmo tormento: ter de trabalhar com homens diferentes e que não conhece. Mas perante as circunstâncias, Salazar inicia, ainda neste mês de Janeiro de 1955, os primeiros passos para constituir um novo governo. Antes de mais, a pasta do Ultramar: Sarmento Rodrigues insiste pela saída, pelo regresso à carreira naval: e sob pena de sacrificar esta, terá de assumir o comando de um navio até fins de Fevereiro. Neste particular não se deparam dificuldades. Salazar sente alto apreço pelo sub-secretário Raúl Ventura (1), pela sua inteligência viva e ágil, formação jurídica, espí-

(1) De seu nome completo Raúl Jorge Rodrigues Ventura.

rito de decisão: e considera-o merecedor das «*maiores homenagens*». Em Raúl Ventura fixa a sua escolha, «*no caso de aceitar o encargo*». Mas quando Salazar começa a reflectir sobre a substituição dos titulares de outros departamentos, as opções apresentam-se difíceis. Quem deverá convidar para ministro da Presidência? Costa Leite não desiste de abandonar a função, e quer regressar à vida privada. Mas Costa Leite é um fiel servidor; e soubera apagar-se o suficiente para não suscitar embaraços ou fricção. Onde encontrar outro homem com idênticas características, e que do mesmo passo tenha prestígio no país para dar categoria ao governo? Salazar pensa em Marcello Caetano. Ignora o estado de espírito deste, todavia; e hesita perante os rumores continuados sobre um entendimento de Caetano e Craveiro Lopes. Justamente, cumprem-se em meados de Janeiro vinte anos de funcionamento da Câmara Corporativa, a que Marcello Caetano preside; e com pretexto na celebração daquela data, Salazar convoca Caetano para uma larga conversa. Aborda-se o problema das Corporações, como fecho do sistema corporativo; e são discutidos assuntos de ordem geral; mas Salazar não faz qualquer menção de um possível regresso daquele ao governo. Por outro lado, levanta-se também o problema das Finanças. Águedo de Oliveira, ao fim de cinco anos na pasta, parece cansado; e são difíceis, e por vezes mesmo acrimoniosas, as suas relações com Ulisses Cortez na Economia. Mas para aquele departamento Salazar pensa que a escolha é óbvia: Pinto Barbosa, que há cinco anos no sub-secretariado do Tesouro se tem imposto pelo saber, alta competência técnica, integridade pessoal, inteligência. Aceitará? Mas através destes preliminares da crise, interpõem-se outros problemas.

Recuara a União Indiana quanto a Goa, decerto; mas Nova-Delhi começa a tomar medidas indirectas para sufocar os territórios portugueses. Salazar está «*seriamente preocupado*» com as dificuldades que podem ser levantadas ao movimento de navios portugueses, de guerra ou de comércio, nos mares da Índia. Declarações de Nova-Delhi, oficiosas e oficiais, deixam presumir que Nehru tem intenção de executar a ameaça já feita: proibir a navegação estrangeira nas costas da União Indiana. Pela teoria das *águas territoriais envolventes*, as águas territoriais indianas

sobrepõem-se às de Goa, Damão e Diu: e o acesso de barcos portugueses a qualquer destes portos constituiria uma violação da soberania da Índia. Ao bloqueio por terra, a União Indiana propõe-se assim acrescentar o bloqueio por mar. Ora, «*o bloqueio tem sido considerado acto de guerra e a proibição da navegação nos termos em que se anuncia não pode deixar de ser considerada como bloqueio aos territórios portugueses*». Que fazer? Sem abastecimentos exteriores, a população não poderia sobreviver; e as forças militares portuguesas não poderiam manter-se. Salazar então considera: «*Se a proibição se extender a barcos de qualquer nacionalidade, como é tradicional, é preciso porém que a Inglaterra a respeite*»; e que o bloqueio «*seja efectivo e portanto mantido pela marinha de guerra da União*». Que atitude deve tomar Portugal? Há que conversar com os ingleses e os americanos para saber se estão dispostos a intervir para defender o princípio da liberdade dos mares. E «*como o nosso dever é romper esse bloqueio, é mais que provável que da nossa parte deverão partir actos de guerra contra os barcos de guerra da União*». Que fará ou pensará fazer a União Indiana? «*Se conseguir o bloqueio marítimo, ela ganhará Goa por um de dois meios: um, queda sem luta das populações e das forças militares; outro, a luta que se seguirá a um acto da nossa parte que fure o bloqueio. A minha convicção é que a União Indiana não deseja tomar a iniciativa da guerra, mas sentir-se-á feliz com um acto de guerra que lhe fizéssemos. Não parece poder fugir-se a esta alternativa, e para mim a segunda saída é em qualquer caso melhor que a primeira*». E Salazar solicita à Defesa, à Marinha e ao Ultramar o estudo do assunto: se os navios disponíveis em águas de Goa não são suficientes, que outras possibilidades se oferecem?

No plano político externo, Salazar encara várias hipóteses, e confia-as ao jornalista inglês Martin Moore, do *Daily Telegraph*, numa larga entrevista. Moore compreende bem que, para além da questão de fundo, há um duelo pessoal entre Salazar e Nehru. Nehru assenta a sua força, diz Moore, na sua fama de rectidão internacional; Salazar baseia-se no respeito mundial que a sua figura inspira, e na sua habilidade em utilizar os meios de que dispõe para atingir os seus fins; e acontece que a força de Nehru

está a ser usada contra ele próprio por Salazar, que ao combater a não-violência com a não-violência coloca aquele numa posição crítica. Mas que afirmações faz Salazar ao jornalista britânico? Militarmente, Portugal não pode vencer a União Indiana, que tem superioridade esmagadora; o objectivo português, todavia, é o de assegurar que os territórios não sejam absorvidos mediante subterfúgio ou equívoco; e se Nehru está resolvido a tomá-los, terá de o fazer por agressão armada. É estranho que a ameaça provenha da pacífica India, comenta o chefe do governo, e não da China contra Macau, ou da Indonésia pro-comunista contra Timor. E Salazar abre-se com o jornalista. Três caminhos, três hipóteses se deparam a Portugal: apresentar o caso ao Tribunal Internacional; ou ao Conselho de Segurança; ou à Assembleia-Geral da ONU. Mas o governo ainda não tomou a sua decisão. Nehru não presta atenção a esta entrevista, ou não avalia o seu alcance. E em Bombaim o advogado indiano Bohman-Behram publica um volume — *Goa e Nós Próprios* — em que rebate as teses do Primeiro Ministro e justifica a existência de Goa portuguesa. Procura o governo de Nova-Delhi apreender o livro, que no entanto se esgota rapidamente.

Sem pressas, medindo todos os passos, Salazar dispende o mês de Janeiro de 1955 no trabalho de remodelação ministerial. Não informa alguém das suas intenções; e nas numerosas conversas com os seus amigos políticos e conselheiros cinge-se a avaliar homens, sondar estados de espírito, provocar sugestões. Mas destes cuidados é distraído para se debruçar sobre um pormenor: a celebração do vigésimo-quinto aniversário da posse do Cardeal Cerejeira na Sé Patriarcal de Lisboa: e Salazar dedica-lhe interesse devotado. Comemora vinte e cinco anos de Patriarca o seu companheiro dos *Grilos*, o seu amigo do *Imparcial*. Com Carneiro de Mesquita, e os serviços do protocolo, Salazar estuda a cerimónia, assegura o brilho do *Te Deum* na Sé. E intercede com Craveiro Lopes para que este assista. Diz-lhe: «*pude verificar haver o propósito de dar ao acto a maior solenidade e pompa, com o convite ao corpo diplomático e altas autoridades, de modo que me parece que Vossa Excelência só pode aumentar com a sua presença o brilho da cerimónia*». E Salazar não deixa também de comparecer, fazendo-se acompanhar pelo

governo. Depois, regressa às suas conversas para remodelar o gabinete. De novo recebe Marcello Caetano, Albino dos Reis, Mário de Figueiredo, ainda outros homens de confiança. Em meados de Fevereiro, passa dois dias na aldeia. Mas no regresso outra preocupação vem interromper as suas diligências. Para Abril, com efeito, está prevista a visita oficial do Presidente Café Filho, do Brasil.

Em 22 daquele mês, a bordo do *Tamandare*, aporta a Lisboa o Chefe do Estado brasileiro. Há alguma emoção na cidade: a esta ocorrem muitos portugueses que têm família naquele país. Acompanhado pelo chanceler Raul Fernandes e pelo ministro da Marinha brasileiro Almirante Vale, e esperado pelo embaixador Heitor Lira, que entretanto substituira Olegário Mariano, Café Filho desembarca no Terreiro do Paço, onde o aguardam Craveiro Lopes, Salazar, o governo, todo o mundo oficial. Depois da parada militar, segue em cortejo pela Rua Augusta: a população manifesta-se com entusiasmo: das janelas vêm nuvens de flores. E até 28 de Abril cumpre-se um programa carregado de cerimónias, de actos políticos, de reuniões sociais: há espectáculo de grande gala em S. Carlos; banquete na Ajuda; Café Filho recebe o grau de doutor na Universidade de Coimbra; no Porto, de população muito ligada ao Brasil, é recebido com alegria popular; e é acolhido em sessão conjunta da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa. Na Ajuda, Craveiro Lopes recorda a visita de António José de Almeida ao Rio, invoca o *Tratado de Amizade e Consulta*, agradece ao Brasil a atitude deste no problema de Goa, que constituiu um «*gesto nobre e largo*». E acrescenta: «*nada do que interessa ao Brasil pode ser estranho a Portugal*» e a «*Comunidade Luso-Brasileira tem diante de si os espaços infinitos do Futuro*». Responde Café Filho: os portugueses são «*uma nação de pioneiros*» e «*bandeirantes do Mundo*»; e «*através do tempo e do espaço tudo conduz Portugal e o Brasil a uma vida em comum*». Em Coimbra, Afonso Queiró e Eduardo Correia saúdam o Presidente brasileiro, e este sublinha: perante o «*deslizar das águas do Mondego*» e o «*génio de Camões*», há «*em Coimbra um sentido de eternidade que desafia o tempo*». E em S. Bento, no Palácio da Assembleia Nacional, Lopes de Almeida e Júlio Dantas fazem o elogio de Café Filho, e este

declara que, no simbolismo da reunião, «*Portugal e o Brasil trocam um abraço de vibração e ternura*». E quando Café Filho regressa ao Brasil, concluira-se uma jornada, ao mesmo tempo sentimental e política, da Comunidade Luso-Brasileira, e que tem na imprensa e nos dois países funda repercussão.

Fora um êxito a visita, mas deixa Salazar fatigado. Naquele Abril, cumprira sessenta e seis anos. Quase o exasperam as cerimónias, as recepções, a alta roda política e social; e sente dificuldade crescente em atender a todos os problemas, em manter o mesmo passo, em imprimir aos grandes departamentos do Estado a mesma velocidade de acção. Procura cortar, restringir quanto não seja essencial; mas quer debruçar-se sobre todas as questões, estar informado dos pormenores; e há um afrouxamento de ritmo em alguns sectores da vida pública. Mas é a complexidade do Estado moderno, e o próprio ressurgimento de Portugal que dão maior amplitude aos problemas da política e da administração. Finda a visita de Café Filho, parte Craveiro Lopes, nos primeiros dias de Maio de 1955, para a Guiné e Cabo Verde, em viagem de consolidação da unidade portuguesa; e no regresso o Chefe do Estado é acolhido com entusiasmo na Madeira. Durante a ausência do Presidente, acresce o trabalho de Salazar em Lisboa; mas ao mesmo tempo está mais livre de continuar as suas diligências para a remodelação ministerial que tem em mente.

De Paris, naquele mês de Maio, Christine Garnier escreve longamente. Encontrara-se com o Conde de Paris em casa da Marquesa de Roualle, num jantar íntimo, e estivera com Jean Rostand no Eliseu: falara-se muito de Salazar. Mas inquieta-a a falta de cartas deste e desgosta-a. E pergunta: pode vir a Portugal em Setembro?

11

Paralelamente, na primavera de 1955, o Mundo parece estar à beira de uma nova encruzilhada. Surgem modificações nos centros de decisão da comunidade internacional. Na União Soviética, Malenkov é demitido de todos os seus cargos políticos; Nikita Krushchev fortalece o seu poder como secretário-geral do

partido comunista; e Nikolay Bulganin ocupa a função de chefe do governo. Com o acesso dos dois homens, são afastados os colaboradores de Estaline e os da sua linha política. No ocidente, suscita-se a ideia de que se humaniza o sistema soviético, e de que se atenuam a opressão, a violência sangrenta, as deportações massiças para campos de concentração. Krushchev assume desde logo relevo no governo, proclama um desejo de entendimento; e os países ocidentais entrevem a possibilidade de diminuir a tensão mundial. De momento, ficam perturbados os partidos comunistas nos países satélites, e inicia-se um processo de convulsões políticas e sociais; e a perplexidade varre também os partidos comunistas nos países do ocidente, que vêem de súbito alterada a directriz até então imposta pela União Soviética. Sem embargo do que parece ser um abrandamento na sua política interna, Moscovo nem por isso deixa de se opor à união do ocidente e de intensificar os laços militares com os países de leste; e depois de denunciar as alianças com a Inglaterra e a França, forjadas durante a guerra, a União Soviética reúne uma conferência dos estados satélites, de que emerge o *Pacto de Varsóvia*. Por seu lado, na Inglaterra, os conservadores mantêm-se no poder e alargam mesmo a sua maioria; Churchill, gasto e doente, abandona definitivamente o governo; e a chefia deste é assumida por Anthony Eden, o homem que no gabinete britânico, durante o conflito de Espanha e toda a guerra mundial, melhor compreendera e mais apoiara a política de Salazar. Em França, a IV República não consegue assegurar a estabilidade; mas na Alemanha ocidental consolida-se o novo Estado, prestigiam-se as novas instituições, e Konrad Adenauer firma a República Federal como força política na comunidade de nações. Eisenhower continua a presidir aos destinos dos Estados Unidos. E justamente estes países do ocidente, aproveitando uma ideia inicialmente lançada por Churchill, resolvem sondar a sinceridade de propósitos dos novos homens do Kremlin. Naquele ano de 1955, em Julho, reúne-se em Genebra uma conferência de chefes do governo: Eisenhower, pela América; Eden, pelo Reino Unido; Bulganin, acompanhado de Krushchev, pela Rússia; e Edgar Faure, pela França. Como temas, a conferência discute os problemas de segurança europeia e reunificação da Alemanha, o

desarmamento, as relações leste-oeste. Mas em nenhuma destas questões é viável o acordo: às eleições livres em toda a Alemanha e ao direito desta se reunificar e aderir a qualquer pacto consoante os seus interesses, opõem os russos a exigência prévia de um tratado que neutralize o Estado alemão; os problemas de desarmamento são remetidos às Nações Unidas; e em matéria de relações leste-oeste, à parte uma declaração de princípio sobre liberdade de contactos, os ocidentais recusam admitir a China continental na ONU e a Rússia recusa o exame em comum da situação nos países da Europa oriental. Entretanto, por toda a parte há uma contracção do poder europeu. Retirado do Extremo-Oriente, o Ocidente é agora atacado em África. Ao norte, o nacionalismo árabe agita os povos, desde Marrocos ao Egipto; e pela África Negra, até ao Cabo, há um levante generalizado. Sem embargo da sua aliança com o ocidente europeu, os Estados Unidos dão nítido apoio às reivindicações africanas, procurando antecipar-se à União Soviética; e esta explora a oportunidade, com o objectivo de negar ao ocidente a colaboração do *terceiro mundo*. Mas a viragem decisiva é marcada pela Conferência de Bandung, na Indonésia. Participam cerca de trinta países, que se consideram do terceiro mundo: e em Bandung é proclamada a luta contra o colonialismo e o racismo, e reivindicado o neutralismo e o direito a assistência económica, técnica e cultural: e toda a política do Ocidente, desde a Tunísia, a Algeria, o Marrocos, até à Formosa e a Nova-Guiné, é posta em causa e batida em brecha (1). Transpostos para o âmbito das Nações Unidas, em Nova-York, os princípios de Bandung estimulam e consolidam o *bloco afro-asiático*, e este passa a funcionar como ponta de lança anti-ocidental no plano parlamentar da ONU.

---

(1) Além dos pases do *Grupo de Colombo* — Índia, Paquistão, Ceilão, Birmânia, Indonésia — participaram mais os seguintes: Egipto, Líbia, Iraque, Líbano, Síria, Jordânia, Arábia Saudita, Yemen, Turquia, Irão, Afaganistão, Etiópia, Libéria, Sudão, Cambodja, Laos, Tailândia, Filipinas, Nepal, China (de Pequim), Japão, Costa do Ouro (futura Ghana), Vietnam do Norte. A conferência de Bandung ficou como símbolo da emergência do terceiro mundo no plano internacional.

E muitos observadores perguntam-se se, sem embargo das modificações em Moscovo, findara efectivamente a guerra fria, ou se esta apenas entrara em nova fase.

12

Quando Craveiro Lopes regressa de África, Salazar já se sente orientado finalmente sobre a remodelação ministerial. Não tocará nos Negócios Estrangeiros, não obstante o insistência de Paulo Cunha em abandonar as funções, porque a mudança de ministro poderia ser interpretada como alteração de política; nem em Antunes Varela, que aliás estava na Justiça havia pouco; nem em Santos Costa, na Defesa, apesar da oposição de alguns meios militres; nem nas Obras Públicas e nas Comunicações, onde Arantes e Oliveira e Gomes de Araújo têm desempenhado em alto nível o seu lugar. Para as Finanças e para o Ultramar, a sua escolha mantém-se: Pinto Barbosa e Raul Ventura. São dois homens de prestígio intelectual nas suas escolas, e como sub-secretários têm-se comportado de modo a valorizar um governo. Depois de algumas hesitações, Salazar resolve manter os ministros do Interior e da Marinha: Trigo de Negreiros está muito embrenhado na política interna, e além disso Salazar não espera de momento qualquer emergência grave; e Américo Tomaz, discreto e digno, continua a ser aceite pela corporação. Mas além do Ultramar e Finanças, há que substituir Pires de Lima na Educação Nacional: o ministro está gasto, exausto, e além de reformas do ensino, que se impõem, há que prever uma crise de agitação académica; e torna-se indispensável um homem que possa trazer à Educação Nacional uma mentalidade nova. Esse homem, depois de sondagens e consultas, procura-o Salazar em Leite Pinto (1): é um devotado partidário do Estado Novo, antigo congressista da União Nacional, engenheiro, professor universitário, ainda na casa dos quarenta anos: e é de inteligência viva

(1) De seu nome completo, Francisco de Paula Leite Pinto. Não confundir com Luís Filipe Leite Pinto, irmão daquele, e que foi sub-secretário da Educação de 11-2-1946 a 12-5-1949.

e ágil, que no entanto cultiva um hipercriticismo demolidor. Depois, há o problema das Corporações e Previdência Social. José Soares da Fonseca, sem embargo de toda a sua lucidez, traduzia-se num fracasso: sempre entregue à intriga e manobra política, à vontade nos jogos de bastidores, ficava hesitante e paralizado perante decisões básicas: e apenas ajudara a desprestigiar o sistema corporativo. Salazar, todavia, mantém neste a sua fé, como melhor via de combate ao socialismo e correcção dos excessos do capitalismo; mas para tanto é indispensável pôr em funcionamento efectivo as corporações necessárias. Para o efeito, o chefe do governo convida Henrique Veiga de Macedo, que está como sub-secretário da Educação desde 1949: nessas funções promovera uma bem sucedida campanha contra o analfabetismo e dera provas de lealdade, trabalho incansável e conscienciosо, integridade pessoal. De todas as substituições, no entanto, a mais delicada é a de Costa Leite como ministro da Presidência. Tem Salazar continuado as suas conversas com Marcello Caetano. Como presidente da Câmara Corporativa e há longos anos doutrinador e professor, goza de alta posição política e, além disso, conquistou uma situação económica excelente; e representa um sector importante das forças do regime. Aceitará? Por outro lado, parece indubitável que Marcello Caetano faz parte e é a figura mais eminente do grupo que gira em torno do Presidente da República, e que vê neste o árbitro de uma situação post-salazarista; Marcello Caetano, por si, congrega em seu redor uma falange de homens ainda novos, de ambições políticas, que o tomam por chefe e delfim do regime (1); e, além disso, conserva pelo país relações e contactos permanentes, de matiz ideológico vário, que constituem um verdadeiro partido informal. Será um perigo chamar Marcello Caetano ao governo? Sob outro aspecto, porém, integrar Caetano no gabinete equivale a comprometê-lo; e para mais, desde que Santos Costa parece encabeçar um sector militar, afigura-se de boa política fortalecer um sector civil que se lhe opõe. Quando Salazar menciona o

(1) Era o *Grupo da Choupana*, do nome do restaurante em que se reuniam. Ao grupo pertenciam homens como Rebelo de Sousa, Moreira Batista, Dias Rosas, Silva Cunha, e outros ainda.

nome de Marcello Caetano a Craveiro Lopes para o cargo de ministro da Presidência, o Chefe do Estado aplaude a escolha; e o chefe do governo, se fica persuadido de que têm consistência os rumores de entendimento entre ambos, também adquire a certeza de que a nomeação de Caetano, para um lugar onde será o seu mais próximo e íntimo colaborador, constitui a melhor forma de o neutralizar. Salazar convida Marcello Caetano, e este, declarando-se disposto a exercer qualquer função, aceita.

Paralelamente, Salazar procede a um largo movimento de sub-secretários de Estado, e procura recrutar novos nomes. Por recomendação de Santos Costa, convida Kaulza de Arriaga (1) para o sub-secretariado da Aeronáutica Militar; para o Tesouro, vai buscar Jacinto Nunes (2), havido por técnico competente, muito ligado a Pinto Barbosa; e para o Orçamento recruta Correia de Oliveira (3), por cuja família Salazar sempre sentira particular carinho. Para render Veiga de Macedo na Educação, dirige-se a Rebelo de Sousa (4), e a Carlos Abecassis (5) para o Ultramar, para substituir Raul Ventura. Magalhães Ramalho e Melo e Castro permanecem no Comércio e Indústria e na Assistência Social; Saraiva e Sousa mantém-se nas Obras Públicas; Vitória Pires conserva o sub-secretariado da Agricultura; e Sá Viana Rebelo o do Exército.

Nos primeiros dias de Julho, a 7, é anunciado ao país o nome dos novos ministros e alguns dias mais tarde o dos novos sub-secretários. Sentem alguns frustradas as suas ambições, e outros consideram insuficiente a remodelação feita. Mas os escolhidos para pastas fundamentais — Finanças, Educação, Ultramar, Corporações e Previdência Social — concitam entusiasmo em muitos sectores; e o recrutamento de homens novos para o governo estimula as esperanças de grande parte da juventude. Na massa da opinião pública, conclui-se que permanece forte a

---

(1) De seu nome completo Kaulza Oliveira de Arriaga.

(2) De seu nome completo Manuel Jacinto Nunes.

(3) De seu nome completo José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira.

(4) De seu nome completo Baltazar Leite Rebelo de Sousa.

(5) De seu nome completo Carlos Krus Abecassis.

capacidade política de Salazar: ainda atrai novos valores, que não receia, e que não receiam comprometer-se politicamente com um homem que tem atrás de si vinte e sete anos de governo.

E naquele verão de 1955, a 20 de Julho, morre Calouste Gulbenkian, nas suas salas do Hotel Aviz. Viera para Portugal em 1942, fugindo à tormenta que destroçava o mundo; e no país encontrou repouso e calma. Abre-se o testamento: verifica-se que instituira uma *Fundação* com o seu nome, de sede em Portugal, e com fins caritativos, educativos, artísticos e científicos; e que é seu testador e presidente vitalício da nova instituição um dos maiores advogados portugueses, José de Azevedo Perdigão, democrata, oposicionista responsável e moderado, que durante a vida de Gulbenkian fora seu conselheiro jurídico e depois seu amigo. Informado da notícia, e esclarecido do cunjunto de bens e obras de arte de que é dotada a Fundação, Salazar exclama para Azeredo Perdigão: «*é a coisa mais importante que sucedeu em Portugal nos últimos cinquenta anos* (1).

13

Não obstante as suas reiteradas afirmações de pacifismo, o governo de Nova-Delhi mantém uma atitude agressiva. Repetem-se as violações de fronteira por *satyagrahis*, com apoio da polícia indiana; são apresadas embarcações de pesca portuguesas; e torna-se mais estrito o bloqueio terrestre de Goa, Damão e Diu, que inclui o trânsito de pessoas, a proibição de comércio, de transferências de fundos, de correspondência postal. Em Nova-Delhi, Vasco Garin está em permanente batalha de troca de notas com o ministério dos Estrangeiros indiano: sucedem-se as acusações e contra-acusações, os protestos e contra-protestos, a devolução recíproca de notas consideradas de excessiva brutalidade.

(1) Posteriormente foi dada forma jurídica e aprovados os estatutos da Fundação Gulbenkian pelo decreto-lei n.º 40 690, de 18-7-1956. Salazar tomou parte muito activa, com Azeredo Perdigão e Marcello Caetano, na redacção daqueles documentos. Foi grande preocupação de Salazar tornar a instituição completamente apolítica e independente do governo.

Para além de tudo, a imprensa da União Indiana, estimulada pelas autoridades, mantém a virulência do ataque, propícia a uma aventura militar. Em comunicado especial, emitido pelos Estrangeiros, Lisboa denuncia as infiltrações de agentes em Goa, que tentam no território uma agitação anti-portuguesa, e publica uma lista de agressões de fronteira. Entretanto, o Primeiro Ministro Nehru viaja pela Europa, e visita o Papa. Ao ter conhecimento de que Pio XII vai receber Nehru, Salazar determina a Calheiros, que substituira Nosolini como embaixador no Vaticano, que chame a atenção da Santa Sé para a especulação inevitável em torno da audiência, e solicita que pelo menos o Pontífice possa dizer palavras de moderação. Monsenhor Samoré, da Secretaria de Estado do Vaticano, confidencia o que se passou: Nehru fizera uma longa exposição do ponto de vista indiano; e o Santo Padre respondera que o problema de Goa era político, mas «*for mulo os meus ardentes votos para que tudo se resolva pacificamente, sem violência, sem revoltas, com calma e tranquilidade.* Nehru replicara: «*naturalmente*». Depois, é o embaixador da União em Roma que, no Congresso de Paz e Civilização Cristã, em Florença, ataca Portugal. Está presente António Ferro (1), que refuta os argumentos daquele. Mas Nehru, após a audiência com o Papa, explora esta em reunião de imprensa, mistura o problema de Goa com o problema religioso; e os jornais da Índia sugerem que o Pontífice, por receber Nehru, aprovara as reivindicações de Nova-Delhi. Perante o silêncio da Santa Sé, Salazar acentua a necessidade desta esclarecer o assunto: não tem dúvidas do apelo veemente do Papa: «*mas não o sabe o mundo*», e apenas subsiste a versão indiana: e isso «*fere gravemente o nosso coração de católicos e os nossos legítimos interesses nacionais*».

Salazar resolve então sair a terreiro, e responde directamente ao Primeiro Ministro. Em 22 de Julho de 1955, no dia em que se cumpre um ano sobre o ataque a Dadrá e Nagar-Aveli, publica uma extensa nota. É irónico: «*o senhor Nehru é sem dúvida*

(1) Ao deixar as suas funções no Secretário de Informação, António Ferro fora nomeado ministro de Portugal na Suíça, e mais tarde é transferido para Roma (Quirinal).

uma das individualidades de maior relevo no actual momento internacional, pelo seu alto espírito, pelas suas qualidades pessoais, pelo interesse da sua vida de combatente e doutrinador, pelos supostos serviços, espontâneos ou ingenuamente solicitados, junto dos países comunistas, e ainda pelos seus êxitos, que são o grande padrão para medir o valor político». E depois é sardónico: «*mas o Primeiro Ministro da União é também uma pessoa que, à menor contrariedade, se impacienta e ao menor obstáculo aos seus desígnios se exalta e irrita*». Nesses momentos, «*que são aliás numerosos*», classifica de bárbaros os portugueses e apoda de sórdido aquele imperialismo ocidental que lhe dá apoio político, através da Inglaterra, e subsidia a economia indiana, através da generosidade dos Estados Unidos, com cem milhões de dólares anuais. Apenas Goa, no entanto, parece ser a causa e a fonte da «*sua perene irritação*». Repisa Salazar seguidamente os pontos fundamentais: as agressões indianas, o bloqueio, as perseguições aos goeses residentes na Índia, as infiltrações subversivas em Goa: e denunciando o imperialismo de Nova-Delhi, «*não só na península do Indostão como fora e mais longe*»(1), reitera a recusa de Portugal em «*ceder, e entregar uma massa de cidadãos portugueses com a sua terra, como se fossem terras com o seu grado*». Sim: porque «*séculos antes de ao Primeiro Ministro Senhor Nehru poder ser reconhecida a cidadania britânica, eram já portugueses todos os habitantes de Goa*». Diz-se na União que Goa é um teste. «*E é. Simplesmente o Primeiro Ministro encontra-se enleado entre a verdade, como primeira necessidade do seu espírito, e a campanha de falsidades dos seus agentes, da imprensa e da rádio oficial; entre as exigências do seu apregoado pacifismo e a guerra aberta na qual prometeu há pouco em Roma não nos dar tréguas; entre o apoio do comunismo internacional e a imposição de ordem interna de não aceitar dele nem serviços nem favores. Eis uma situação incómoda e deveres lamentável, quanto à qual estamos perfeita-*

(1) Alusão não só aos desejos indianos de destruir o Paquistão Oriental, anexar o Ceilão, o Nepal, o Butan, o Sikkin, como aos objectivos de Nehru de instalar, para aliviar a pressão demográfica, grandes colónias de indianos na África Oriental.

mente inocentes». Decerto: Portugal está pronto a negociar todos os problemas resultantes da vizinhança: trânsito, tráfego ferroviário, segurança, relações monetárias, ensino, águas territoriais. pesca, regime de trabalho, e outros congéneres: tudo isto faz parte dos princípios da coexistência pacífica: mas se por questão de Goa se entende a transferência para a União Indiana da soberania portuguesa, então *«é seguro que a questão se não resolverá por meios pacíficos»*. E há um ano morreram em defesa de Dadrá alguns homens que não eram portugueses da Europa mas da India. *«O Primeiro Ministro Senhor Nehru poderia reflectir um momento neste mistério de morrerem por uma terra dominada e escrava aqueles mesmos que os seus homens iam tão generosamente libertar»*.

Nehru sente-se exasperado com um ataque pessoal. No dia seguinte, na ausência de Vasco Garin, o encarregado de Negócios é convocado ao Ministério dos Estrangeiros indiano e informado de que o governo de Nova-Delhi decidira o encerramento da legação portuguesa no dia 8 de Agosto. É um corte de relações diplomáticas? Não, responde o sub-secretário indiano: é apenas o encerramento da legação. E acrescenta que o Primeiro Ministro fará no Parlamento uma declaração. Dirige-se o governo de Lisboa ao do Rio de Janeiro e pede que este assuma a protecção dos interesses portugueses na União Indiana; e o Brasil, *«com a fraterna solidariedade e compreensão de sempre»*, prontamente acede(1). Pelo mundo, as comunidades goesas — em particular as de Nairobi e Karachi — manifestam a sua hostilidade à União Indiana; e numa longa exposição à imprensa, Paulo Cunha ataca duramente o governo de Nova-Delhi e sublinha o contraste do seu pacifismo com as suas atitudes agressivas. E Nehru faz o seu discurso parlamentar: a integração de Goa na Índia é inevitável: não se quer impor aos goeses: *«mas nós não estamos dispostos a tolerar a presença dos portugueses em Goa, ainda que os goeses queiram que eles ali estejam»*. Salazar, por seu

(1) Foram também encerrados os consulados portugueses. Para substituir estes, nomeou o Brasil agentes seus. A União Indiana, por seu lado, solicitou do Egipto, que acedeu, que se encarregasse da protecção de interesses indianos em territórios portugueses.

lado, escrevera antes a Augusto de Castro: «*Em 22 (de Julho) passa o 1.º aniversário do ataque a Dadrá. É conveniente lembrá-lo. Desculpe-me estar sempre a importuná-lo.* E naquele dia Augusto de Castro publica um editorial em que classifica Nehru de *quixotesco:* e, porque o Primeiro Ministro houvesse proferido motejos sobre essa velharia que era a aliança luso-britânica, Castro observa que um tratado solene entre dois países não expira apenas por ser antigo.

Com motivo no fecho da representação portuguesa em Nova-Delhi, a extrema esquerda e alguns círculos democráticos redobram os ataques ao governo. e são distribuídos panfletos, folhas volantes; disseminam-se rumores sobre mobilização geral, envio de um largo corpo expedicionário para a Índia; e são presos e julgados alguns dos autores da agitação. E é repetida a acusação: Portugal não é admitido nas Nações Unidas porque estas rejeitam a política de Salazar, não só no problema de Goa como no plano interno. Outros motivos, contudo, prendem a atenção dos portugueses: as grandes manobras militares em Santa Margarida; a visita do Lord Mayor da Cidade de Londres, Sir Seymour Howard; a actuação dos novos ministros. E é anunciado o convite da Rainha Isabel II para que o Chefe do Estado português visite oficialmente a Inglaterra.

Entretanto, as potências ocidentais, em particular os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, retomam em Lisboa o problema da admissão de Portugal nas Nações Unidas. Não retirara o governo português o seu pedido, nem o repetira. Mas a questão é agora encarada em âmbito global. Por um lado, a União Soviética deseja reforçar a sua posição no quadro da ONU, mediante a entrada dos países seus satélites; por um lado, opõem-se a esse objectivo os países ocidentais, salvo se também forem admitidos alguns aliados; e nesta base é conduzida a negociação. Chega-se a acordo: tornar-se-ão membros a Albania, a Hungria, a Roménia, a Bulgária, da Europa Oriental; da Europa Ocidental serão admitidos a Áustria, Portugal, Itália, Espanha, Finlândia e Irlanda; e não será suscitada objecção a alguns outros, como a Jordânia e a Líbia, o Cambódia e o Laos, o Nepal e o Ceilão. Feito o arranjo, espera-se pelo voto da Assembleia-Geral da ONU.

Salazar comenta para os seus colaboradores: «*vamos entrar no meio dos trocos miúdos*».

Alguns em Portugal saúdam a entrada próxima do país na ONU, mas Salazar não sente regozijo, embora pelo facto cessem as críticas ao governo neste particular. Considera de maior importância e significado o convite inglês para a visita de Craveiro Lopes a Inglaterra. A preparação desta é feita por Pedro Theotónio em Londres e Paulo Cunha em Lisboa; e no Forte do Estoril ou nuns dias rápidos que passa no Vimieiro, o chefe do governo segue atentamente os pormenores, e intervém a cada passo com uma sugestão, um reparo, sempre no sentido de dar relevo e dignidade à viagem (1). Poucos dias antes da partida do Presidente, Salazar tem de dar um novo salto a Santa Comba: morre-lhe o cunhado Abel Pais de Sousa, marido de sua irmã Laura (2). Mas logo torna a Lisboa. E a 20 de Outubro de 1955, a bordo do *Bartolomeu Dias*, Craveiro Lopes parte para Londres, acompanhado de Paulo Cunha. É recebido com a pompa e o protocolo minucioso da Inglaterra. Isabel II, aliando à juventude graciosa uma dignidade soberana, contribui para o brilho da visita, sem embargo do tom grave e formal de Craveiro Lopes. Aposentado no Palácio de Buckingham, a Rainha saúda o Presidente português. Diz: «*a antiga aliança que nos úne tem seus fundamentos no Tratado assinado nesta cidade de Londres em 1373. Foi confirmado pelo Tratado de Windsor em 1386, o qual, ligando-nos por uma aliança perpétua, foi assinado no lugar que tem o meu próprio nome*». Craveiro Lopes reitera o respeito pela aliança: «*a amizade entre Portugal e a Grã-Bretanha sobreviveu à marcha do tempo em toda a sua diversidade*». Depois, é o programa festivo: opera em Covent Garden, banquete na *City*, visitas a instalações civis e militares. Na Academia Real

---

(1) Desde a visita do Rei D. Carlos a Eduardo VII, nenhum Chefe de Estado português se deslocara oficialmente a Londres.

(2) Craveiro Lopes apresenta as suas condolências, e Salazar responde com uma carta: «*Estou imensamente grato a Vossa Excelência pela sua extrema amabilidade, querendo associar-se ao nosso desgosto pelo falecimento do meu cunhado. Minha família e muito especialmente minha irmã viúva pedem-me que leve até Vossa Excelência a expressão do seu reconhecimento*».

de Belas Artes, é inaugurada a grande exposição de *800 anos de arte portuguesa*, que durante meses Reinaldo dos Santos organizara. Estão os grandes tesouros nacionais, desde a *Custódia* de Belém atribuída a Gil Vicente até aos painéis de Nuno Gonçalves: e a crítica britânica, surpreendida e interessada, faz apreciações que prestigiam a cultura portuguesa. Anthony Eden, Primeiro Ministro, empresta à visita todo o seu nível político. Paulo Cunha, por seu lado, tem conversas no *Foreign Office*. São examinados problemas que preocupam os dois governos: a ONU, o Pacto do Atlântico, sobretudo as questões de África. Neste último particular, os responsáveis ingleses esclarecem que a política britânica no continente negro é a de facilitar a independência de territórios de exclusiva população aborígene; mas a Grã-Bretanha procurará manter-se nos países (Kénia, Federação das Rodésias) onde os elementos europeus, pelo seu número, representam um valor político e económico. E, ao despedir-se da Rainha, Craveiro Lopes confessa-se «*encantado*», enquanto Isabel II afirma que teve na visita um «*enorme prazer pessoal*».

Ao tempo em que Craveiro Lopes se encontra em Londres, Christine Garnier escreve de Bruxelas e de Paris. Afinal não pudera vir a Lisboa em Setembro: tivera de fazer umas viagens; o editor Grasset morrera, num quarto de hotel, abandonado por todos, salvo por Christine, que assistira aos seus últimos instantes de vida; e além disso, em Lisboa, a governante Maria de Jesus estava doente, e Salazar tinha assim dificuldade em receber Christine. Poderá vir em Novembro? Entretanto, a convite do advogado belga Hupin, que tudo organiza, Christine vai a Bruxelas, e profere no Palácio das Belas Artes uma conferência sobre o chefe do governo português, e descreve-o com a sua visão romântica. Está a sala «*cheia, mesmo repleta*»; a conferencista é aplaudida; Eduardo Leitão dá uma grande jantar na embaixada, a Casa de Portugal organiza uma festa. E durante a conferência, Christine observa, aqui e ali, lágrimas nos olhos dos ouvintes. E muitos disseram-lhe depois: «*não imaginavamos que Salazar fosse assim*».

14

Desvanecidos os ecos da viagem de Craveiro Lopes a Londres, Salazar tem de debruçar-se sobre dois problemas de política externa: escrever um artigo sobre a política portuguesa em Goa, a pedido da revista americana *Foreign Affairs*, e considerar uma diligência que, relativamente à base nos Açores, os Estados Unidos acabam de fazer junto de Santos Costa.

Foreign Affairs é uma prestigiosa publicação, e influente nos meios políticos; e Salazar, entre fins de Outubro e princípios de Novembro, esmera-se em compor uma síntese da história de Goa e da argumentação portuguesa. Está receoso: nunca escreveu para o público americano: que deverá dizer? Dado que este desconhece o passado histórico, Salazar condensa em linhas os descobrimentos e navegações e o quadro político e militar da época: «*os navegadores portugueses descobriram o caminho marítimo para a Índia, fazendo o percurso pelo Cabo da Boa Esperança, em 1498. Em face dos documentos coevos, pode assentar-se em que era triplo o objectivo que levava os portugueses ao Oriente — comercial, político e religioso, este estreitamente ligado ao fim político. Desviou-se deste modo o comércio do Oriente com a Europa, feito por Suez e Mediterrâneo, e traçou-se-lhe uma nova rota pelo Atlântico, fazendo de Lisboa um empório comercial. O facto traria a decadência às repúblicas italianas e diminuiria o poderio Turco. Por outro lado, enfraquecer o poderio turco, tornando insegura a retaguarda no Mar Vermelho e no Índico, e aliviar assim a pressão exercida na Europa, consideravam-no os Portugueses da época mais eficaz que a resistência frontal, que foi durante muitos anos a estratégia das potências do Ocidente. Por último, fazer cristandade, missionar os povos, levar-lhes a mensagem de Cristo, era como um imperativo da Nação Portuguesa, fielmente traduzido nas ordens emanadas dos Reis*» (1). Depois Salazar traça a evolução

(1) Repare-se na actualidade da interpretação que Salazar dá aos aspectos militares dos descobrimentos e navegações dos portugueses. É o quadro contemporâneo (1979): conter por defesa frontal as forças da Europa de Leste e tornar insegura a retaguarda destas pela aliança do Ocidente

política e territorial de Goa, e salienta as instruções do Conselho da Índia, do século XVII: as terras ultramarinas não são distintas nem separadas deste reino, mas são membros do mesmo reino, como o Algarve e as províncias do Alentejo e entre Douro e Minho, e por isso «*tão português é o que nasce e vive em Goa ou no Brasil ou em Angola como o que vive e nasce em Lisboa*». E assim, «*ainda os Estados Unidos não tinham alcançado a independência*», já os naturais da Ásia portuguesa eram por lei tão portugueses como os nascidos no Reino. E era esta a realidade quando, em 1947, a União Indiana adquiriu a sua independência. Mas o que se tornou independente foi a *Índia*, não o *Industão;* e por isso ao lado da União surgiram a Birmânia, o Paquistão, o Ceilão. Nenhum destes se arroga qualquer direito a Goa: por que há-de arrogar-se a União? Foi neste pressuposto, contudo, que Nova-Delhi baseou o clamor dos seus direitos; e estes não podiam ser-lhe reconhecidos por Portugal. Por isso, Lisboa não pode aceitar a tese inicial — Goa seria um caso de política interna da União — que aliás foi abandonada por Delhi, nem a de que é um caso de política externa, e com isto a União pretende aludir à aliança luso-britânica e ao Pacto do Atlântico, porque não há legitimidade de política externa contra os direitos soberanos de outros países. E se a tese for a de que se trata de *uma questão interna dos goeses*, então o problema seria entre Portugal e Goa, e portanto alheio à União; e isso significaria que os goeses só teriam de escolher entre continuarem portugueses, o que Nova-Delhi não toleraria ainda que aqueles o quisessem e o votassem, como fora oficialmente declarado pelo governo indiano, ou tornarem-se independentes, para o que não teriam uma resistência que lhes permitisse subtrair-se à absorção pela Índia. Mas há um plano mais amplo a observar: «*por detrás da pretensão da União Indiana há o pano de fundo de toda a questão asiática em face da Europa e, dentro em pouco, o seu alastramento ao continente africano*». E no entanto o Oriente

---

(Estados Unidos) com o Japão e pelo reforço da China. Correspondentemente, as forças de Leste procuram tornar insegura a Europa Ocidental, contornando esta pelo sul, através da África. No fundo, a situação é resultado da contracção do poder europeu, e do vácuo criado pela retirada deste.

não conta no seu seio apenas sociedades de raiz asiática: a Austrália, a Nova-Zelândia, as Filipinas são de formação europeia. Através da Ásia, além do nacionalismo, ressoam os estribilhos da propaganda russa, que se oferece para ajudar a libertação dos povos; os novos Estados aprestam-se a incitar um movimento subversivo em toda a África, como se as condições fossem idênticas; e a União Indiana chefia aquele movimento desde Bandung. «*Pode ser que nem todos os que gritam o seu anticolonialismo tenham consciência do que isso representa em África, quando posto em acção. A Europa, e em geral o Ocidente, não podem ser absolvidos de ignorá-lo*». Como quer que seja, para Goa apenas três soluções parecem possíveis: a integração por acto de guerra da União Indiana; o *desconhecimento* de Goa por parte da União, como se aquela *não existisse;* e uma negociação aberta sobre todos os problemas que resultam da vizinhança. Esta é a única solução natural e que acreditaria a «*apregoada política de paz*» do governo de Delhi.

Do mesmo passo que compõe e revê este artigo para *Foreign Affairs*, Salazar recebe, em 10 de Novembro de 1955, o embaixador de Inglaterra, Sir Charles Stirling, que deseja tratar de questões referentes à Espanha e à África do Norte. Sir Charles deseja saber se, na opinião do chefe do governo português, os encontros entre Carmen Franco (1) e o Conde de Barcelona, no Estoril, serão prelúdio da próxima restauração do trono espanhol. Salazar não o julga. Depois, o embaixador aborda o problema da Argélia; mas não esclarece o pensamento do governo britânico quanto à eventual independência daquele país, nem quanto a uma ligação de todo o *Magreb* com a França. E considerando toda a África, Sir Charles pergunta a Salazar: «*quanto tempo pensam os portugueses poder-se aguentar em África?*» Salazar reflecte para si: será uma pergunta inocente? capciosa? ou ligada porventura a ideias assentes do lado britânico acerca da sua própria situação naquele continente? Em todo o caso, «*respondi que não sabia respoder em era possível responder*», e isso «*porque o problema podia evolucionar, não conforme os seus dados essen-*

(1) Mulher do generalíssimo Franco.

ciais, mas em obediência a acções exteriores». Em favor da permanência, dois factores eram importantes: a boa convivência racial; a decisão portuguesa de não autorizar nos territórios os elementos desagregadores e de luta de classes, importados do exterior. Em contrapartida, é intensa a actividade da Rússia, da Índia, da Checoslováquia, do Egito: mantém cursos para africanos negros aprenderem a técnica de sublevação, multiplicam as emissões radiofónicas em línguas africanas: e tudo isso sem protesto de ninguém. «*Quanto a nós, é apenas e desde já certo que lutaremos e lutaremos*». Sir Charles comenta, em final de conversa, que a corrente anti-colonialista americana é também muito profunda.

Dias mais tarde, a 16, Salazar examina então a diligência dos Estados Unidos. Reúne-se com Santos Costa, Américo Thomaz e Paulo Cunha. Santos Costa informa que o governo de Washington solicitou uma extensão das facilidades concedidas às forças americanas na base dos Açores. Salazar considera que a diligência foi indevidamente feita, no sentido de que devia ter sido praticada junto dos Estrangeiros e não da Defesa, por ser política e não técnica apenas. E no terreno político como encara Salazar o pedido americano? Como este não pretende somente o prolongamento das pistas mas a ampliação das facilidades, o pedido não se comporta dentro dos acordos em vigor, pelo que em princípio não pode ser deferido, salvo se houver revisão dos textos, o que não foi solicitado. Todavia, o problema não pode ser visto exclusivamente no terreno legal, mas à luz do quadro político e militar do mundo. Ora o governo de Washington obrigara-se a formar pessoal português que pudesse, em 1957 ou até 1958, tomar conta dos serviços das Lages. Não foi isso feito; e de momento Portugal não dispõe de pessoal e meios para manter a base a partir daqueles anos. Deste modo, impõe-se uma negociação de natureza política, e Portugal, sendo assim, pode manifestar pretensões de ordem política ou económica; e há que reconhecer, por outro lado, que a situação mundial não permite o encerramento da base em 1957 ou 1958. Perante isto, qual deverá ser a atitude do governo de Lisboa? Durante a guerra, os americanos utilizaram as Lages, em conjunto com os ingleses, e Santa Maria, de forma privativa. Foram negociações duras

porque Washington, ao contrário de Londres, não dispunha de um ponto de partida político-jurídico (1); e, para mais, não eram «*inteiramente tranquilizadoras as suas intenções relativamente aos Açores*». Finda a guerra, foi conseguido que ingleses e americanos terminassem a ocupação e entregassem às autoridades portuguesas a parte de soberania que detinham; Santa Maria foi destinada à aviação comercial; e as Lages continuaram como base militar portuguesa. Foi negociado novo acordo, dentro de um esquema preciso: existência de uma base portuguesa, autorização do seu uso pela aviação americana em serviço das tropas dos Estados Unidos na Europa, manutenção do pessoal americano destinado a esse serviço. Estavam salvaguardados os interesses da soberania portuguesa; e não sofria dúvidas o carácter temporário das facilidades concedidas. Mas a «*guerra-fria*» veio alterar as coordenadas político-jurídicas existentes; surgiu o Pacto do Atlântico; e em 1951 houve que negociar um novo acordo, que está em vigor. Dos perigos potenciais procurou o governo português defender-se, ligando a base aos fins e duração do Pacto do Atlântico, e negociando sempre dentro do pressuposto de que Portugal e os Estados Unidos eram membros daquele Pacto. No decorrer dos anos, os Estados Unidos foram criando a mentalidade de que se tratava de uma base permanente: e o *New York Times* lançara mesmo a fórmula de uma *base permanente sob forma temporária*. Parece assim que ignoram a existência de uma *base portuguesa* para falarem somente de uma *base americana*. Como quer que seja, a realidade é a de que, sob os aspectos técnico, financeiro e político, Lisboa não pode exigir o abandono da base em 1957; e se este ponto não deve ser confessado aos americanos, já as condições políticas e militares mundiais, que são ao mesmo tempo irremediáveis e temporárias, aparecem como suficientes para aceder à revisão do acordo, quanto às obras a realizar e ao prazo de abandono das Lages. Mas se os novos pedidos americanos não puderem ser enquadra-

(1) Queria Salazar dizer que não havia entre Portugal e os Estados Unidos um tratado semelhante à aliança que existia entre Portugal e a Grã-Bretanha.

dos no Pacto do Atlântico? Então deve supor-se que Washington visa finalidades suas, independentes da defesa conjunta dos países da NATO, e que podem estar ligadas a interesses exclusivos americanos, ou a objectivos imperialistas dos Estados Unidos. Quer dizer: os Estados Unidos estariam procurando, à semelhança do que fez a Inglaterra nos últimos dois séculos, «*criar no mundo exterior ao seu próprio território bases reputadas necessárias à extensão ou conservação do seu poderio*». Ora, «*não vou longe de julgar que os Estados Unidos, dada a secundarização da Inglaterra no mundo e designadamente no Atlântico, entendam — e isso me foi afirmado já — que a nossa aliança não só não pode funcionar contra os Estados Unidos — e isso é mais que evidente por muitas razões — mas não é mesmo efectiva sem o seu concurso: as primeiras facilidades nos Açores foram-nos pedidas partindo desta base*». De modo que «*isto pode querer dizer que um entendimento, senão aliança, com os Estados Unidos pode ser reputado necessário para a defesa dos interesses portugueses*»; e «*dever-se-ia então encarar uma modificação ou extensão da nossa política externa nesse sentido e ver as suas possibilidades, que aliás não creio tenha no presente momento*». Neste quadro, quais serão os interesses americanos? Seguramente, interessam-lhe os Açores e Cabo Verde, para bases e pontos de apoio permanentes no Atlântico; e a África portuguesa, economicamente sobretudo. Devem considerar-se perdidas e sem valor para o Ocidente ou para os americanos as posições orientais. Mas aqui abre-se uma interrogação essencial: «*ignora-se que posição tenham quanto à unidade ou dualidade peninsular, mas sem experiência da Europa, das suas competições e lutas, e dadas as suas ideias acerca da unidade europeia, é de prever que não sintam o caso da independência portuguesa como nós e a Inglaterra, por diferentes motivos aliás, o sentimos*». E há ainda o anti-colonialismo americano, muito forte em relação às colónias alheias. E do lado português? «*Não se pode prever se as ideias de união, unidade, integração, federação europeia, virão a ter realização e se em alguma dessas fórmulas caberá a existência de Portugal tendo integrado ou a si ligado (e não dissolvido no conjunto) o Ultramar. É para mim seguro que a dualidade peninsular só tem valor e significado, existindo o Impé-*

rio Português; sem ele, é duvidosa e precária nos tempos futuros a existência de Portugal independente da Espanha». Esta consideração «*leva-nos a pôr em primeiro lugar a defesa e existência portuguesa do nosso Ultramar, e acima de tudo do Ultramar africano, como a própria razão de ser da independência nacional, sendo tudo o mais secundário em face desta necessidade*». Daqui se deveria deduzir que o único compromisso de interesse a assumir por Washington seria o da garantia e defesa do Ultramar português; mas esse está para além das possibilidades de qualquer governo americano no actual momento. Se houver um dia que substituir a aliança inglesa ou acrescentar a esta uma garantia americana, então Portugal teria de se dispor espiritualmente a uma ordem diferente de relações, e estas teriam de contar com o exclusivismo americano, a falta de experiência com que ascenderam ao primeiro plano da política mundial, a sua superioridade material. Por si mesmas, as Nações Unidas, universalistas ou não, não constituem para ninguém garantia de paz e integridade do território nacional; a NATO pode fracassar no seu plano defensivo; e contra os interesses portugueses continuará a haver tendências agressivas da parte de alguns. Assim, «*concluo que a defesa do interesse português estará, enquanto não for possível esclarecer muitas das incógnitas apontadas, em mantermo-nos dentro das linhas mestras do acordo vigente: limitação de prazos, limitação de facilidades, ligação aos fins do Pacto do Atlântico Norte, solidariedade com a Inglaterra e igualdade de posições desta com os Estados Unidos em tempo de paz, extensão das facilidades aos países da NATO em tempo de guerra, previsão de evacuação das forças americanas no prazo mais curto que seja possível obter razoavelmente. A maior defesa desta posição é a extrema sensibilidade do país a concessões que tomem o aspecto de ocupação militar do território, diminuição ou perda da soberania sobre eles*». Deverão exigir-se compensações materiais dos Estados Unidos? Talvez; mas «*receio sempre que as compensações as tomem como preço de compra — noção que lhes é corrente — e que a ideia de compra os confirme na ideia de propriedade e soberania do território ocupado, coisa tanto mais de recear quanto mais sinais exteriores de soberania lhes forem consentidos em território português*».

Todo este assunto constitui grave preocupação de Salazar: considera que em torno da base dos Açores é todo o problema nacional que está posto. E por isso quer ter o Chefe do Estado no conhecimento da questão. Escreve a Craveiro Lopes: «*O assunto tem os aspectos mais delicados e pareceu-me útil, não só para melhor esclarecimento do meu espírito, como para tentar meter as discussões ou negociações a haver dentro de um quadro de princípios gerais, escrever algumas reflexões atinentes ao caso. Receei que as negociações que os americanos propuseram, indevidamente aliás, à Defesa, viessem a desenrolar-se à luz de considerações puramente militares, perdendo-se de vista as grandes linhas da política a seguir*». E repisa: «*Tratando-se de questões muito delicadas e difíceis, de cuja solução dependem os mais sérios interesses nacionais, pedia a Vossa Excelência uns momentos de atenção para as considerações de que tenho a honra de juntar um exemplar*».

Nestas coordenadas se fixa a atitude portuguesa para as negociações luso-americanas, mas não se iniciam desde logo porque Paulo Cunha parte para os Estados Unidos em visita oficial. Salazar está céptico sobre os resultados desta, e receia que uma declaração intempestiva dos americanos, ou a ausência de qualquer declaração, possam prejudicar a política portuguesa quanto a Goa. Cunha está optimista, e confia no seu entusiasmo. E em Washington tem conversas demoradas com o secretário de Estado John Foster Dulles. Todos os problemas entre os dois países, ou de interesse para estes, são examinados: a base nos Açores e a defesa do Ocidente no quadro da NATO, o comércio entre as duas nações, o uso da energia atómica para fins pacíficos. Cunha consegue impressionar Dulles, e é completo o seu êxito. Em 2 de Dezembro de 1955, é publicado um comunicado conjunto. Insere frases que são um apoio claro às ideias e à política de Lisboa. Diz: «*foi sublinhada a interdependência da África e do Mundo Ocidental*»; e «*as várias afirmações atribuídas aos governantes soviéticos em visita à Ásia* (1), *incluindo referências à política das*

(1) Krushchev e Bulganin haviam visitado Nova-Delhi e feito afirmações de apoio à tese de Nehru.

potências ocidentais e alegações respeitantes às províncias portuguesas no Extremo-Oriente, foram examinadas pelos dois Ministros», que «*consideram que tais afirmações não constituem uma contribuição para a causa da paz*». No mesmo sentido, Paulo Cunha faz uma larga exposição no Clube Americano de Imprensa, em Washington. De tudo, resultam os pontos fundamentais: coincide com a tese portuguesa a importância que os Estados Unidos dão à África para o mundo ocidental; Goa, Macau e Timor são qualificadas como *províncias* portuguesas; a menção dos assuntos de defesa dentro do quadro do Pacto do Atlântico desliga aqueles dos interesses puramente americanos. Nos seus resultados, a visita de Cunha excedera as esperanças mais optimistas.

Na primeira quinzena de Dezembro, todavia, Salazar cai doente. Alta temperatura, opressão, debilidade geral: Eduardo Coelho diagnostica uma pneumonia. De cama, impossibilitado de trabalhar, o chefe do governo tem o sentimento de que está parada a administração do país. E afinal Christine Garnier não pode neste inverno vir a Lisboa: também está afectada por um resfriamento, perturbam-na enxaquecas de enlouquecer. Por conselho dos médicos, faz uma cura no *meio-dia* francês: passa uma temporada em casa do poeta Paul Geraldy, na sua vivenda do Mediterrâneo, em Sainte Maxime. E anota para que Salazar o saiba: Paul Geraldy tem setenta e seis anos. Poderá vir a Portugal pela Páscoa?

15

Em execução do acordo entre o Ocidente e a União Soviética, a Assembleia-Geral das Nações Unidas, sobre parecer favorável do Conselho de Segurança, vota em 14 de Dezembro de 1955 a admissão de novos países. Entre estes Portugal. Passam a cerca de oitenta os membros do organismo. Causa a notícia impressão na massa do público; e de súbito ficam sem sentido as críticas contra o governo, até agora acusado de desprezar os ideais da Carta da ONU. Mas é outro o motivo por que a votação de Nova York é aguardada com ansiedade em Lisboa. Com efeito, logo no dia imediato, Paulo Cunha executa o plano gizado com Salazar: demandar a União Indiana perante o Tribunal Interna-

cional de Justiça (1). Em 15 de Dezembro, é o ministro de Portugal na Haia, onde tem sede aquele tribunal, nomeado agente português junto do mesmo, e é-lhe enviada a petição inicial a apresentar àquela jurisdição. Dias depois, a 19, o embaixador em Washington, Esteves Fernandes, entrega ao Secretário-Geral da ONU uma declaração formal: nos termos do § 2.º do Art. 36.º do Estatuto do Tribunal, Portugal reconhece, e acata como compulsiva, a jurisdição daquele: e esta declaração entra em vigor com a notificação ao Secretário-Geral. Ao mesmo tempo, segue para a Haia um grupo de juristas chefiado por Galvão Teles, advogado de Portugal na causa, e de que fazem parte os professores estrangeiros Maurice Bourquin, Lalive d'Epinay e Eduardo Hambro, e os portugueses Braga da Cruz, Silva Cunha, Castro Mendes, Vaz Pinto. E em 22 de Dezembro é entregue na Haia a petição portuguesa. Em Lisboa, Paulo Cunha comunica a notícia ao país: o governo de Lisboa pede que o Tribunal afirme o direito de acesso aos enclaves tomados pela União Indiana e declare que esta, pelos obstáculos levantados, tem ofendido aquele direito, devendo Nova-Delhi cessar imediatamente a ofensa em curso.

Causa estupefacção nos portugueses este golpe de surpresa do governo de Lisboa: considera-se que foi hábil e astuto. Aos observadores mais atentos não passam despercebidas as implicações imediatas: Portugal dera um exemplo de recurso a meios pacíficos e legais; mostrara a sua boa-fé e vontade de cooperar, submetendo-se por sua iniciativa à decisão de um órgão judiciário internacional; exibia confiança absoluta nos seus direitos; e sobretudo manietava a União Indiana, que ficava politicamente impossibilitada de tomar Goa enquanto a causa estivesse pendente, salvo afrontando uma legalidade de que o Primeiro Ministro Nehru se mostrava paladino ardente. Em Nova-Delhi, além da surpresa, é a desorientação: o debate contraditório vai decerto demorar anos: que fazer entretanto? Nada ocorre ao governo indiano. Apressadamente, procura recusar a jurisdição do Tri-

(1) Na entrevista ao *Daily Telegraph*, Salazar já revelara essa intenção. Nehru não lhe atribuiu importância.

bunal; mas este esclarece que uma recusa não pode aplicar-se a feitos já objecto de petição e sob justiça. Depois, Nehru apresenta em Washington um protesto contra o comunicado Cunha-Dulles. Mas Washington rejeita-o. E em declarações à imprensa, Foster Dulles reafirma os mesmos pontos de vista. Pergunta um jornalista: «*o governo americano considera Goa como uma província portuguesa?*». Responde Dulles: «*Todo o mundo a considera uma província portuguesa. Penso que o é desde há 400 anos*». Insiste o repórter: «*Disse província ou colónia?*» Volta o Secretário de Estado: «*Província*». Mas o jornalista repisa: todo o mundo, não; pelo menos a Índia não considera Goa uma província. Houve neste particular alguma discussão entre o governo americano e o da Índia? E Dulles reproduz a lição tomada de Paulo Cunha: Goa é província nos termos da Constituição portuguesa; os seus residentes, e os de outras áreas como Macau, tem os mesmos direitos dos portugueses, e podem ser eleitos em Portugal. Remata o Secretário de Estado: «*Não julgo que haja qualquer discussão quanto ao estatuto daqueles territórios, de harmonia com a Constituição de Portugal*». Tornam-se acerbas as relações entre Washington e Nova-Delhi. Na sua política, Salazar soubera combinar firmeza com astúcia, intransigência e altivez nos princípios e nas atitudes com imaginação e flexibilidade na táctica. Não cede, não recua, afronta todos os riscos; classifica Nehru de grande homem e aponta-lhe todos os defeitos; elogia-lhe o pacifismo e enreda-o em contradições agressivas; está céptico quanto à eficácia das normas por que a comunidade internacional diz reger-se — resolução pacífica de conflitos, respeito por soberanias, obediência à Carta da ONU — e coloca-a no dilema de apoiar Portugal em Goa ou desautorizar-se; e negando-se a tratar o único ponto que importa a Nehru, e que não é negociável porque negociar era entregar Goa, mostra-se aberto a discutir todos os outros pontos, em relação aos quais o Primeiro Ministro exibe um desinteresse que lhe desmascara as intenções. Conduz Nehru à única solução que está inibido de adoptar: o ataque militar. Combateu Nehru nos terrenos em que eram iguais as armas, e afastou-o do único terreno em que aquele tinha superioridade. E assim Salazar apresenta-se em face de Nehru apoiado na decisão dos portugueses, e com o apoio do Brasil, dos Estados

Unidos, da Inglaterra, da América Latina e da Europa em geral — e agora leva Nehru à barra da mais alta instância internacional. Era exasperante.

16

Craveiro Lopes está inquieto com a doença de Salazar. Mas este sossega-o, escreve-lhe: «*Recebi a carta de Vossa Excelência de ontem e agradeço muito o cuidado pela minha saúde. Estou praticamente restabelecido, embora continue a fazer alguns tratamentos, e faço a minha vida normal de trabalho, mas com um pouco mais de esforço que habitualmente*». Todavia, Salazar ainda se mantém pela residência, e recebe poucos visitantes. Mas retomou o contacto com os problemas do Estado. E agora, neste final de ano, está preocupado com alguma agitação da política interna. Circula uma exposição do directório da *Causa Republicana*, e a Craveiro Lopes é enviado um telegrama de protesto de que o Presidente dá conhecimento a Salazar. Está em causa a prisão de alguns estudantes, feita pela polícia. Craveiro Lopes interessa-se pelo assunto. Salazar promete colher elementos junto do ministro do Interior e de Agostinho Lourenço. Mas dá ao Presidente algumas informações desde logo: «*Nos últimos tempos a polícia tem manifestado a sua grande preocupação acerca da captação muito intensa de estudantes para as organizações comunistas. Rapazes e raparigas das melhores famílias, tanto em bens como na formação moral, aparecem enredados nessas organizações*». Depois Salazar faz a sua própria análise do fenómeno: «*E o pior é que se mostram tão facciosos que toda a conversão ou esperança de conversão parecem perdidas. É um caso muito grave que só por meios policiais é difícil de contrariar; uma contra ofensiva ideológica é que se torna necessária*». Na Educação Nacional, Leite Pinto está igualmente preocupado e, tanto como a agitação promovida pelas associações estudantis, receia a mentalidade de que está permeado o próprio ministério. Mas não é o problema académico que de momento mais prende as atenções do chefe do governo. Refeito da sua doença, e depois de um rápido salto a Santa Comba nos primeiros dias de Janeiro de 1956, ocupa-se da remodelação dos quadros directivos da

União Nacional. Anda nos espíritos uma ideia: realizar um novo *congresso* do movimento. Salazar não teme esse congresso, mas há que estar atento para evitar divisões nas forças do regime. Entretanto, o ministro do Ultramar, Raul Ventura, propõe a nomeação de um novo Governador-Geral de Angola, e sugere o nome de Sá Viana Rebelo, que está exercendo as funções de sub-secretário do Exército. Salazar dá o seu acordo; e para o substituir, consultado Santos Costa, convida Almeida Fernandes (1), que aceita. Por outro lado, Craveiro Lopes quer preencher uma das duas vagas (2) do Conselho de Estado, e concorda em convidar Pedro Theotónio, a quem Salazar escreve para Londres, formulando o convite em nome do Chefe do Estado; e aquele dá a sua pronta anuência. Mas é sobre a remodelação da *União Nacional* que incidem agora os cuidados do chefe do governo. Ouve os seus conselheiros políticos, percorre listas de nomes com Marcello Caetano, Albino dos Reis, Bissaia, outros ainda. E pensa em Mário de Figueiredo, dá-lhe conta do problema em que está embrenhado. Diz-lhe: «*Está a mexer-se nos corpos supremos da U. N. e tem de se arranjar alguém para a Comissão Consultiva, presidente e vice-presidente, visto ter falecido o primeiro e o segundo, que é o Alm. Ortins Bettencourt, pedir dispensa pelo seu estado de saúde. Lembramo-nos que podias fazer o sacrifício de ficares na presidência da Comissão — cujo trabalho é nulo — com o Diniz da Fonseca ou o Mendes do Amaral na vice-presidência, conforme melhor te parecer. Não falei a nenhum destes, evidentemente. O cargo não exige esforço, nem dá interesses ou honras. Mas existe e tem de ser preenchido. Que te parece? Não podes fazer este serviço à causa?*» Figueiredo responde que aceita, e «*nem podia recusar desde que se trata apenas de prestar um serviço à causa*».

Há muito que Salazar se mantém silencioso. Desde 6 de Dezembro de 1954, quando defendera perante a Assembleia

(1) De seu nome completo Afonso Magalhães de Almeida Fernandes.

(2) Era tradição manter sempre uma vaga no Conselho de Estado. Como Salazar apenas tinha assento neste órgão por ser chefe do governo, entendia-se que essa vaga lhe estava reservada para quando abandonasse aquelas funções.

Nacional o *Tratado* com o Brasil, o chefe do governo não tem comunicado com o país. De novo se sente sem «*pachorra*»; e cada vez é mais funda a sua repugnância pela política interna. Põe nos assuntos do Estado e nos problemas de administração toda a meticulosidade e minúcia; está intacta a sua força de vontade; mas as intrigas, os ditos, as facções, inspiram-lhe aversão. Correm boatos em torno de Henrique Galvão, que continua preso, e hospitalizado; e muitos dizem que Humberto Delgado, nas suas vindas a Portugal, se mostra excitado e inquieto; e que um e outro suscitam divisões nas forças armadas. Maior preocupação causam, de momento, os rumores que se acentuam sobre Santos Costa e Marcello Caetano. Nestes princípios de 1956, está formada uma convicção: os sectores políticos que apoiam o regime estão divididos em duas grandes correntes. De um lado, os conservadores, os monárquicos, os salazaristas que dizem defender a pureza dos princípios, capitaneados pelo Ministro da Defesa; e este apoia-se em algumas unidades militares e em comandos da sua confiança. De outro lado, os salazaristas ressentidos, os homens com tendências dissidentes, os que desejam mudanças, os que ambicionam ascender à luz de um novo sol, acolhem-se em torno de Marcello Caetano e Craveiro Lopes. Salazar não atribui importância particular ao que se rumoreja, nem acredita que se hajam formado dois blocos; e também não vê inconveniente, como qualquer dos dois não tem força para se impor, em que ambos se afrontem. Mas os homens da *União Nacional*, e a massa que apoia Salazar, sentem receios, e entendem que o chefe do governo tem de reafirmar a sua autoridade, e definir a orientação a seguir. Impõe-se que fale ao movimento, e à nação.

Em 19 de Janeiro de 1956, Salazar dirige-se à alta hierarquia da *União Nacional*. Que lhes diz? No momento que corre, vida política é agitação em torno de conceitos imprecisos: *liberdade, democracia, ditadura, direitos dos povos*, e outros. Suscitam torrentes emocionais estas palavras; e os comunistas, desafiando a lógica e a realidade, invertem o sentido das expressões, e falam «*da sua democracia popular, da sua ditadura do proletariado, da sua libertação dos povos, etc.*». Mas fora dos domínios da «*grande mentira*», também há divergências quanto aos termos usados, e o facto comporta lições a tirar; e a primeira será a de

distinguir *governo* e *política*. Que sentido atribuir-lhes? Pela primeira, entende-se o conjunto de indivíduos detentores do poder de governar ou dirigir os negócios públicos para satisfação do bem comum. Mas o bem comum desdobra-se em múltiplos problemas, e para solução destes são necessárias linhas de rumo, que por sua vez vão entroncar num interesse global, num condicionamento de facto, num princípio doutrinal. Neste contexto, há várias *políticas* (a política financeira, económica, externa, etc.) que constituem execução de uma política superior. «*E nesta primeira acepção a palavra política está já a nossos olhos regenerada*». Ora, neste sentido, a razão e o respeito da pessoa humana, que constitui o sujeito político por excelência, indicam ser altamente vantajoso o assentimento do povo às providências ou imposições da autoridade; a acção política consiste pois em obter a adesão espiritual dos indivíduos de modo a converter esta em acção colectiva, vida nacional, governação; e para tanto é indispensável um «*ambiente esclarecido e favorável*». Deste modo, o estudo e debate dos problemas, a informação sobre os factos, a sugestão de soluções, a defesa de princípios, a avaliação do condicionalismo existente, tudo isto é acção política, é política; e é não só útil como necessária. Aos governos compete a missão de definir e equacionar os problemas, e propor soluções; aos organismos políticos cabe a *política* naquela acepção. «*Nós compreendemos agora bem o dualismo governo — política e como seria ideal que se completassem sem esta se sacrificar àquele*». Mais oneroso do ponto de vista social, todavia, é sacrificar o governo à política, quando esta se limita, consoante a divisão dos espíritos, o grau de moralidade geral, e o abatimento da consciência colectiva, a destruir para trepar ou a distribuir benesses para se manter. Então os governos são arrastados para o plano da defesa da sua própria existência, e a absorver-se nessa defesa, levando-os a descurar a sua actividade específica. Mas que finalidade tem estas considerações? «*Pois não é senão o convite formal para uma intensificação bem necessária da actividade política*». No dia 28 do próximo mês de Maio cumpre trinta anos a situação que tem «*a exclusiva responsabilidade do governo durante as três últimas décadas*»: é título de capacidade governativa mas também de pesadas responsabilidades que

não podem ser partilhadas nem atribuídas a outrem. Decerto: houve guerras externas e crises internacionais graves: e tudo isso limitou a acção do governo. Mas nos domínios em que este se pode determinar livremente, «*há que responder perante a Nação e perante a História pelo que se fez e pelo que se não fez e podia e devia ter sido feito*». Haverá comemorações festivas e realizar-se-á o IV Congresso da *União Nacional*: é o momento propício para um «*largo exame retrospectivo da marcha da coisa pública e criar a oportunidade de apreciar princípios e métodos, problemas e soluções, esforços e resultados*». E tudo «*se resumirá em saber se de facto a Nação se elevou moral e materialmente, isto é, se progrediu e se se nobilitou*». Alguns dizem que este período, «*mercê de algumas necessárias limitações de liberdade de imprensa, marca uma zona escura do pensamento e da cultura portuguesa*». Essa decadência poderia ser independente de causas políticas: da crítica, no entanto, nasceu a ideia de uma exposição cultural, relativa aos trinta anos do regime: se a produção literária, científica ou artística for comparável à de outras épocas, deve cair pela base a acusação. «*A mim ser-me-ia particularmente doloroso verificar ter contribuído, embora na defesa de interesses igualmente sagrados, para um eclipse — ainda que passageiro — da inteligência portuguesa*».

De todo o modo, o equacionamento dos problemas nacionais não pode desprender-se da luz projectada pelo que vai pelo mundo. São inegáveis alguns estados de impaciência dos povos; a esta corresponde muitas vezes uma agitação de actividades políticas excessivamente apaixonadas, vazias e ineficientes, que são fins de si mesmas e se exercem desligadas dos interesses nacionais, ainda que sob a reiterada invocação da sua defesa; e de tudo resulta o fenómeno contraditório de, apar do cansaço ou enjoo dos povos perante lutas pelo poder, existir um redobrado interesse pela coisa pública, avivada pela vulgarização da cultura e pelo anseio de um sistema que responda a interrogações e necessidades. Quem é capaz de realizar esse objectivo: a democracia ou o comunismo? Quando se afirma que a democracia, por si, não constitui esse alimento espiritual, «*acusam-nos de antidemocratas*». E é inútil, neste particular, dizer «*que o comunismo não pôde realizar-se ainda nem jamais se realizará*

em parte alguma, é contrário à natureza, falso nas suas premissas e nas suas conclusões»; e é inútil porque o argumento não tem acção nos espíritos desde que o comunismo «*possa continuar a apresentar-se como dando uma resposta aos problemas do mundo contemporâneo*». «*Por mim, estou seguro de que a doença comunista, não tendo podido realizar-se em revolução mas só em crueldade, acabará por esgotar-se e passar*», e isso porque «*atenta, quase sem excepção conhecida, contra a independência dos Estados, a liberdade dos indivíduos, as conquistas da civilização*». Por seu lado, a *União Nacional* tentou compendiar aquele «*acervo de ideal*» necessário ao português de hoje e à permanência dos seus interesses nacionais, definindo princípios que, «*pela sua transcendência e perenidade, não tinham que ser sujeitos a revisão*». Mas se se subir do plano das políticas internas ao da comunidade das nações, verifica-se que se afirma, por um lado, um movimento nacionalista, que leva à formação de numerosos novos Estados, e um movimento internacionalista ou supranacional, como se alguns países estivessem fatigados de existirem independentes. Por detrás do primeiro, ocultam-se outros factores e interesses que estimulam a autodeterminação dos povos; e quanto ao segundo, para além da solução de problemas que pode ser favorecida pela soma de esforços de espaços nacionais, existem aspectos mais sérios, que palpitam já nos projectos de federação europeia, acalentados por alguns. Se estes projectos se podem compreender nalguns países, para outros podem significar «*uma sorte de liquidação nacional*», porque não salvaguardam o «*que há de essencial*» em algumas formações históricas. E para Portugal? Impõe a prudência que, sem prejuízo da cooperação com outros, se não sacrifique um são nacionalismo, que constitui a melhor defesa contra experiências ousadas «*de que infelizmente se não haveriam de avaliar os benefícios possíveis senão depois de sofridas as desvantagens reais*». Em face da inquietação e desassossego, muitos supõem indispensável uma revolução: e é esta que o regime tem empreendido, em paz. «*Demasiado devagar? Talvez um tanto devagar, mas repito e sublinho — em paz*».

Não contém este discurso elementos novos, nem o pretende: é apenas uma chamada de atenção para a necessidade de acti-

vidade política, no sentido da doutrinação ideológica, da informação factual, do aliciamento dos espíritos. Para além do dia-a-dia, Salazar pensa no próximo Congresso da *União Nacional*, nas eleições para a Assembleia Nacional, acaso já na eleição presidencial de 1958. Assim o entendem os chefes do movimento. A par do discurso, todavia, correm agora rumores: Salazar está gravemente doente, deseja em verdade retirar-se para o Vimieiro: e em Paris fica aturdida Christine Garnier que escuta pela rádio a notícia sobre a séria enfermidade do chefe do governo. Entretanto, as câmaras discutem um projecto de lei sobre a reorganização militar de Portugal, que Santos Costa preparara e a que Marcello Caetano dera forma jurídica, e organiza-se a exposição de *Trinta Anos de Cultura*, ideia de Caetano, em que se recusam a participar alguns artistas por sustentarem que a referência feita por Salazar introduz um matiz político que altera a expressão puramente cultural do projecto; e discute-se, nos círculos do governo, uma eventual lei de imprensa que ponha termo à censura.

Dias depois do discurso de Salazar, a 22 de Janeiro de 1956, chega Juscelino Kubischek de Oliveira, Presidente eleito do Brasil, ainda não empossado. Não é oficial a visita; mas é conduzida como se o fosse, porque Juscelino, além de futuro Presidente, é havido como um bom amigo de Portugal. Craveiro Lopes oferece na Ajuda um banquete dos dias solenes. Diz: é uma grande família a comunidade luso-brasileira; «*bastaria relembrar a pronta reacção de um dos membros da Comunidade quando ainda há bem pouco uma Província do outro esteve sombriamente ameaçada*»; e há que persistir numa «*larga política luso-brasileira em que razão e sentimento não podem destrinçar-se*». Responde Juscelino: tem admiração pela «*Nação viril, renovada, respeitada, equilibrada, que é o Portugal de hoje*»; e a «*nação viva, nova, alerta, que está realizando nas próprias terras e nos territórios do Ultramar uma proeza de que se dará conta a História, e será tratada com a mesma surpresa com que foram celebradas as conquistas e glórias nos mares, nas Índias, na América portuguesa*». Ao outro dia, Salazar convida Juscelino para um almoço íntimo na residência oficial. E depois são as visitas à Assembleia Nacional, à Câmara Corporativa, ao Município, ao Hospital de Santa Maria; e pela noite Salazar

e Juscelino voltam a conversar no decurso do jantar na Embaixada do Brasil. Salazar fica com uma simpatia funda pelo novo Presidente brasileiro. Este confessa que se sente atraído pela personalidade do chefe do governo. Naquela noite, regressa Juscelino ao Brasil.

17

Salazar mantém as suas visitas dominicais, pela manhã, a Craveiro Lopes. Admira o ambiente doméstico do Presidente: respira dignidade, honestidade, devoção à coisa pública: e Berta Craveiro Lopes é uma excelsa mulher, pronta a todos os sacrifícios em nome do dever. No tratamento dos negócios do Estado, o Presidente demonstra a maior boa vontade e interesse, desejo de acertar, cuidado pelo pormenor, escravidão perante as exigências do cargo; mas é cada vez maior a sua rigidez, o seu formalismo protocolar; e as suas limitações naturais de inteligência e cultura cada vez mais se chocam com as subtilezas de Salazar, a sua visão em alto plano, a sua perspectiva global e histórica. Em muitos domingos, depois da visita a Craveiro Lopes, vai Salazar pelo Ribatejo, mete-se pela Quinta do Cabo, de José Palha, com quem gosta de conversar. E quase diariamente telefona a suas irmãs, para o Vimieiro, e aos Lacerdas, para o Caramulo. Mas nestes primeiros meses de 1956 as preocupações do chefe do governo incidem sobre o sistema corporativo. Salazar não desconhece as críticas, as deficiências, os abusos; e pensa que tudo isto foi possível porque justamente o sistema não está completo, não foi levado até às últimas consequências. Por um motivo ou outro — a crise europeia, as dificuldades da guerra, a situação económica e financeira mundial no após-guerra — não foi viável implantar devidamente as cúpulas da estrutura corporativa. Muito insistira com José Soares da Fonseca nesse sentido; mas aquele não fora capaz de vencer os problemas. E agora Salazar recebe amiúde Veiga de Macedo, empenhando-se em que este realize o que Soares da Fonsca não conseguira: firmar os órgãos últimos do corporativismo. Preparado o projecto de lei, é submetido à Câmara Corporativa e a debate na Assembleia Nacional. Constitui um enunciado de princípios básicos: as cor-

porações integram as actividades de ordem moral, cultural e económica, e cumpre-lhes defender os interesses destas, para realização do bem comum; e têm, por outro lado, múltiplas atribuições, desde o exercício de funções políticas até à negociação das convenções colectivas de trabalho, desenvolvimento da previdência, promoção da consciência corporativa, aperfeiçoamento das relações entre capital e trabalho, de modo a conseguirem-se os menores preços e maiores salários compatíveis com a justiça social, e a fomentar a conciliação entre patrões e trabalhadores. E propõe-se que sejam instituídas corporações da Lavoura, Indústria, Comércio, Transportes e Turismo, Crédito e Seguros, Pesca e Conservas (1). Salazar pretende que o texto definitivo esteja pronto para promulgação em 28 de Maio, data em que cumpre trinta anos a Revolução Nacional. Na presidência da Câmara Corporativa, Costa Leite procura acelerar as actividades desta, sob pressão do chefe do governo; e por outro lado há que organizar os debates da Assembleia Nacional e uma reunião do Conselho de Estado, que deve preceder uma convocação extraordinária da Assembleia. Já entra Abril, e Craveiro Lopes quer saber o programa das suas obrigações, tanto mais que está prevista a sua viagem à África Austral e a Moçambique; mas Salazar não consegue arrancar às câmaras a indicção de datas firmes. Estão em atraso os pareceres da Câmara Corporativa, em particular precisamente sobre a lei das Corporações. Em 20 daquele mês, Salazar convoca uma reunião de alguns dos seus conselheiros, e conclui-se pela inviabilidade de promulgar a lei na data desejada pelo chefe do governo. Este escreve a Craveiro Lopes: «*é lamentável que a lei das corporações não possa ser assinada em 28 de Maio, no 30.º aniversário da Revolução. Paciência*». E no mesmo mês de Abril a revista americana *Foreign Affairs* publica finalmente o artigo sobre Goa, que Salazar compusera e que os jornais portugueses reproduzem com relevo (2).

---

(1) Ulteriormente, o projecto, com as alterações da Câmara Corporativa e da Assembleia, foi transformado na Lei n.º 2086, de 22-8-1956.

(2) A revista considerou o artigo como colaboração, e para pagamento enviou a Salazar um cheque de 300 dólares, que ele devolveu. Salazar aliás ficou profundamente ferido com a atitude de *Foreign Affairs*; esta dera conhe-

Durante os trabalhos das câmaras, preparam os meios políticos o IV Congresso da *União Nacional*. Em torno deste surgem enredos, conflitos de forças, rivalidades pessoais; para debate são apresentadas algumas teses audaciosas; e agitam-se alguns círculos de esquerda, que fazem incidir os ataques sobretudo em matéria de política externa. Num ponto há acordo generalizado: Salazar mantém-se como vulto central do movimento e da situação política: e nem Marcello Caetano, ou Santos Costa, ou outra figura, se dispõem a desafiar directamente a autoridade daquele, nem tão pouco congregam apoio suficiente para o tentar. Dos seus mais próximos colaboradores e conselheiros — sempre Mário de Figueiredo, Bissaia Barreto e, de forma cada vez mais acentuada, também Luís Supico Pinto — Salazar recebe um parecer insistente: tem de abrir o IV Congresso e, por intermédio deste, falar ao país. Salazar sente a já habitual relutância íntima, mas acaba por ceder; e nos primeiros dias de Maio começa a preparar o discurso que há-de pronunciar. Outros cuidados, todavia, cortam a elaboração do texto: é ainda o problema de Goa, que tudo parece dominar. Com efeito, o embaixador de Espanha, Nicolau Franco, acaba de praticar nos Estrangeiros uma «*atrapalhada diligência*» anunciando o estabelecimento de relações diplomáticas entre Madrid e Nova-Delhi. Havia a Espanha apoiado firmemente, até agora, a política portuguesa acerca de Goa; e Salazar vê na atitude espanhola um traço de oportunismo, mesmo de traição. Com frieza, o chefe do governo comenta para José Nosolini, agora em Madrid: «*O argumento com que esse governo se defende não pode deixar de ser o desejo de nos prestar serviço. No fundo, devemos ver o empenho de estar em toda a parte e de procurar fazer uma política de omnipresença que não corresponde em frutos às esperanças que nela a Espanha deposita*». E não tem ilusões quanto ao futuro: «*Por ora, creio que a Espanha se esforçará por nos ser útil, mas temo que o não consiga. O desejo e propósito da União Indiana são não só aumentar o seu prestígio externo com o alargamento do seu corpo*

---

cimento prévio do artigo aos indianos, de modo que, no mesmo número, aparecia uma resposta ao artigo de Salazar, subscrita pela irmã de Nehru.

diplomático como, no caso especial de Espanha, tirar a prova real perante o mundo de que os países católicos não temem a política religiosa da União Indiana nem acompanham Portugal na tese que a este respeito defende. Nós vamos ter em Madrid um foco de intriga e propaganda contra Portugal e o Estado da Índia, não só para adormentar os sentimentos espanhóis para connosco como para dali envenenar e aliciar alguns portugueses. Como fez no Rio, a Embaixada da Índia vai seduzir os espanhóis, com festas, presentes, atracções, convites de viagens, etc., e vai inundar os jornais de comunicados e respostas a tudo o que se atreverem a publicar a nosso favor». Não desejará o governo espanhol, segundo prevê Salazar, «*opor-se às réplicas da embaixada da Índia, nem terá força para as evitar; esta, só por este meio, terá neutralizado um país amigo; e como Nehru acredita que oitenta por cento dos portugueses são nesta matéria contrários ao governo, porque assim lho afirmam os comunistas indianos, Madrid vai converter-se num centro perigoso de irradiação da mesma propaganda para Portugal. Perderá a Espanha, deste modo, a possibilidade e a coragem de estar firme e abertamente do lado português*». «*Veremos o desenvolvimento desta situação, mas por mim já não tenho ilusões*». Salazar fica consciente do jogo duplo da Espanha: mas esta «*não ganhará muito mais que a satisfação de vaidades e nós perdemos*»: «*devemos ir-nos habituando a que caiam no esquecimento as regras e o espírito do Tratado de Amizade e Protocolo respectivo*». Porque «*as coisas tem o vigor da sua utilidade prática*» e «*à medida que a Espanha puder voar com as suas asas pelos largos céus, a questão repetir-se-á*», e «*não vale a pena sublinhá-lo mais do que anedoticamente*». E Salazar conta ainda a Nosolini um caso pitoresco: o padre Pereira, do Colégio Urbano da *Propaganda Fide*, negara num jornal italiano a existência do caminho de ferro de Mormugão; o jornalista Marini quis desmentir; mas a pedido da embaixada da Índia, a Santa Sé interveio junto do jornal; e desse modo não houve possibilidade de o jornalista, «*que viajara no caminho de ferro, dizer no jornal que o caminho de ferro existe*». Depois o chefe do governo transcreve o comentário de um jornalista indiano no *Manchester Guardian:* Nehru mostrou através do seu reconhecimento do governo espanhol que

se deu conta, ainda que tardiamente, da necessidade de mobilizar todo o mundo católico contra Portugal no caso de Goa. Mas tudo isto escreve Salazar à pressa: é o dia 20 de Maio, decorrem desde a véspera as comemorações de trinta anos da Revolução Nacional: Craveiro Lopes celebrara em Braga a memória de Gomes da Costa e de Carmona: e o chefe do governo tem de aprontar o discurso a pronunciar ao outro dia, na abertura do Congresso da *União Nacional*.

Em 30 de Maio de 1956, na Sociedade de Geografia de Lisboa, inaugura-se o Congresso. Está repleta a *Sala Portugal*, há entusiasmo, há expectativa pelas palavras de Salazar. É a *velha guarda* que sustenta o congresso. São os vultos tradicionais no Estado Novo que conduzem os trabalhos: Albino dos Reis, mais do que veterano; Mário de Figueiredo, peça obrigatória nos actos políticos; os sobreviventes dos tempos de Coimbra, de João do Amaral a Dinis da Fonseca; e alguns outros, mais novos, que haviam despertado para a vida política com o Estado Novo, desde Marcello Caetano a Luís Supico Pinto, Veiga de Macedo, Henrique Tenreiro, outros ainda. De facto, todavia, há uma perda de velocidade: o movimento não alicia recrutas em número significativo: e está rarefeita a sua implantação nas massas. Homens de mérito, técnicos de boa categoria, valores políticos novos, estão prontos a servir o regime, por ambição pessoal, ou espírito público, ou patriotismo: mas não se inscrevem na *União Nacional*. Negando os partidos, e não sendo fonte de pessoal político porque Salazar vai buscar competências onde as encontra, sem curar da filiação no movimento, a *União Nacional* definhava, vítima dos seus próprios princípios e sacrificada ao seu êxito inicial.

Vitoriado de aplausos, Salazar abre o Congresso. Qual o objectivo deste? Fazer o balanço da obra que é responsabilidade do Estado Novo; julgar da adequação dos princípios à resolução dos problemas; e rasgar novos horizontes à acção e futuro da comunidade portuguesa. Há dúvidas e interrogações, estão perplexos e desorientados por toda a parte os defensores da cidade: seriam de comparar acontecimentos e sistemas políticos; mas isso cabe às potências que conduzem o mundo e que, pelo caminho seguido, lhe podem comprometer os destinos. Basta que se examine o assunto no que toca a Portugal. Como se apresenta para

este o mundo? Salazar reitera as suas teses. Na Europa, o Ocidente permitiu à Rússia o engrandecimento territorial e a imposição do comunismo em numerosos Estados; na Ásia, nações antigas e novas afirmam com vigor a sua presença, e esta aparece eivada de ódio ao Ocidente e ao homem branco; no Norte de África, novas independências procuram definir uma comunidade pró-árabe ou pró-islâmica; a restante África começa a agitar-se em movimentos que, não podendo ser nacionalistas nem ideológicos, se hão-de apresentar como rácicos, negando ao Ocidente todo o esforço civilizador e os direitos deste decorrentes; e nas Américas, àparte sobressaltos de política interna, a situação parece estável, pacífica, e dotada de espírito de colaboração. Na verdade, contudo, o ponto nevrálgico da política mundial continua a situar-se na Europa, e isso não só pela sua força e riqueza próprias como por ser o centro onde nasceu e está ameaçada a única civilização universal: e para este efeito Europa e América são o Ocidente. Ora bem: quais são os princípios norteadores do Ocidente? Este parece mergulhado em confusão; os seus estribilhos, mais do que ideias básicas, resultam de jogos de política interna; e são tão imprecisos que perturbam os mais serenos e esclarecidos. Vejam-se alguns exemplos: o anticolonialismo e o direito de autodeterminação dos povos; as deficiências económicas como suposta origem do comunismo; a integração europeia; a panaceia universal das Nações Unidas para solução de conflitos internacionais. Convém no entanto examinar mais de perto a Europa e o seu drama dos últimos anos — o conflito Leste-Oeste.

Engrandecida a Rússia, e tornada poderosa, e tendo aproveitado inteligentemente a sua hora, os problemas complicaram-se *«com o facto de a Rússia se ter constituído em pátria do comunismo e activo fautor de uma revolução mundial, que teria como ponto de apoio em cada nação os partidos comunistas»*. Sem embargo de a Rússia ser membro das Nações Unidas, houve que organizar a Ocidente um sistema defensivo que travasse o expansionismo de Leste. Mas agora o Ocidente está em face de novas atitudes do lado russo: o último Congresso Comunista de Moscovo, as visitas diplomáticas, a extinção do *Kominform*, e emprego de outras modalidades de influência, como a acção económica.

São novas tácticas: como interpretá-las? Correm muitas interrogações, e «*não parece haver inconveniente em arriscar mais uma*». Afigura-se de partir de duas realidades: perda de virulência da revolução comunista dentro da Rússia; impotência revolucionária dos partidos comunistas nos diferentes países. «*Se não estou equivocado, há muito que a Rússia operara o máximo de destruição e negação que podia fazer*»; e uma revolução «*não pode manter indefinidamente nem a força inicial nem a violência com que eclodiu*»; mas «*isto nada tem que ver com o reforço da potência militar, o desenvolvimento da capacidade industrial, a consolidação da força política no interior ou no exterior*». Derivou a impotência revolucionária dos partidos comunistas da sua «*filiação russa e obediência a Moscovo*»; e ter-se-á pensado que, «*tornados nacionais os partidos comunistas, seria porventura mais aceitável a sua entrada no jogo normal da vida partidária e mais fácil o acesso ao governo dos povos*». Esta é uma nova estratégia: a instalação por via democrática, sem que a revolução deixe de ser a revolução. E essa estratégia haverá de desenvolver-se em três fases. «*Primeira fase: os partidos comunistas devem aliar-se com outras forças políticas mais ou menos afins ou mesmo com afinidades transitórias ou superficiais para conseguirem participação no poder. Segunda: os partidos comunistas e os governantes do partido ocuparão as posições e desenvolverão o esforço requerido para converter a actual minoria em maioria democrática. Terceira fase: instalados no poder, farão a revolução comunista, tão autêntica, tão completa e brutal como se o comunismo não houvesse ainda sido ensaiado no mundo*». Mas esta nova táctica cria problemas. Reconhecer a impossibilidade de uma luta entre blocos, diminuir a tensão internacional, coexistir pacificamente — tudo será de utilidade para os povos, cansados de lutas e ódios, e sobrecarregados à conta desses ódios nas respectivas economias. Há dificuldades e riscos. A coexistência pacífica importa «o *abandono das propagandas hostis, a não intervenção na vida interna dos Estados, o respeito das convenções, a garantia dos direitos, o abandono dos propósitos de domínio, a colaboração no que seja interesse comum ou geral*». E há perigos: se se produzir «*amolecimento ou conformismo*» com os acontecimentos, quando do outro lado haverá sempre

uma «*política activa e de fins determinados*», então não se haverá progredido no caminho da paz. «*Ora tudo isto que é corrente a oeste exige, com a total inversão das atitudes soviéticas, um grau de boa-fé recíproca e de crédito que a Rússia terá penosamente de conquistar*». E se há vantagem na coexistência pacífica com a Rússia, há também que prosseguir a luta interna de defesa contra o comunismo: porque a verdade é «*que a ideia dos partidos comunistas nacionais não foi concebida para os exterminar mas para marcar o novo caminho por que poderão chegar ao poder e realizar a revolução*». Em face destes riscos, cabe perguntar: «*estão as democracias em estado de defender-se?*» Se é certo que alguns países nórdicos quase não conhecem o comunismo, «*no continente europeu não se verifica que os partidos socialistas tenham impedido o comunismo de se enraizar e progredir até ao ponto de mobilizarem importantes fracções do corpo eleitoral*»; e se à Rússia for permitido jogar com os princípios democráticos propugnados a oeste, «*toma uma posição contra a qual dentro dos mesmos princípios parece difícil lutar*». Neste ponto, Salazar não deseja insistir, porque o problema é melindroso para alguns países: «*é porém claro que um problema internacional põe aqui a nu a precariedade de certos princípios políticos*».

E quanto à África? Se for possível assegurar a colaboração dos novos países norte-africanos independentes, o problema não será grave para a Europa: a Grécia, a Itália, a França, a Espanha, Portugal, não podem ter inimigos na extrema frente afro-mediterrânea: de outra forma, ficaria afectada a segurança europeia. Mas se, para além das dificuldades transitórias, vingar uma solução hostil, então é o problema de África que em parte ali está em jogo. «*Não nos temos cansado de dizer que a África é o complemento natural da Europa, necessário à sua vida, à sua defesa, à sua subsistência*». Porque, «*sem a África, a Rússia pode desde já ditar ao Ocidente os termos em que lhe permite viver*». Não se compreende que a África possa estar mais ligada à Ásia do que à Europa; e aquelas realidades, e problemas decorrentes, tem de ser encarados. Um vento de revolta agita a África Negra, atiçado por imperialismos, e constitui base do anticolonialismo em moda; e a Europa, por cobardia colectiva, parece envergo-

nhada e alinha com um movimento que, sendo sobretudo racista, ameaça erguer-se contra a civilização do Ocidente. Este princípio de autodeterminação é ilegitimamente invocado quando um povo não constitui nação; e então levará ao caos ou à substituição da soberania efectiva mas não à independência e à liberdade. Mas verdadeiramente este aspecto não diz respeito a Portugal. Porque os descobrimentos portugueses, e a obra que se lhes seguiu, permitiram constituir uma unidade pátria, tendo nascido uma nação «*sem dúvida estranha, complexa e dispersa pelas sete partidas do mundo*», mas com o sentimento comum em toda a parte de «*que ali é Portugal*». Há que fazer compreender este fenómeno a terceiros, para que entendam, por exemplo, que relativamente a Angola ou Moçambique «*não se põe mesmo a questão de saber se são ou não territórios autónomos, porque são mais do que isso — são independentes com a independência da nação*» (1). Deste modo, salvo por abusivas pressões exteriores, a que aliás será imprudente não estar atento, não há elementos de dissociação nas províncias ultramarinas; e o caso de Goa é uma prova. De resto, repete Salazar, neste caso de Goa não há propriamente um conflito de interesses mas de noções políticas e regras morais; e, na medida em que haja interesses económicos ou de segurança a acautelar, Portugal continua disposto a dar todas as garantias. E mais uma vez Salazar verbera a atitude da União Indiana: dos princípios políticos que esta defende, e da sua filosofia de não violência, tinha de esperar-se outra atitude e a nobreza de outra política.

E pelo que respeita ao Congresso? Estão preparados muitos discursos, vão ser apresentadas muitas doutrinas; e o chefe do governo entende «*que muitas teses inconsideradamente aceites estão alimentando a confusão*». Surgem nacionalismos por toda a parte; e é bem, contanto que reconheçam aos outros e à sua integridade política os mesmos direitos. É de grande transformação a época que o mundo atravessa, e são graves os problemas e riscos; e «*eu desejaria que mantivéssemos o entendimento desa-*

(1) Com esta frase, que é da maior importância, Salazar rejeita categoricamente a tese então vigente, na ONU, sustentada por esta à sombra da Carta e do seu Art. 73. Ver-se-ão adiante os desenvolvimentos do assunto.

nuviado, o coração limpo, a vontade decidida e firme». Assim se poderia colaborar com o interesse alheio e defender com vigor o interesse português. «*Parece-vos que é demasiado pedir*»?

Muitos esperavam que Salazar se houvesse ocupado de problemas internos, de eventuais modificações do regime, e sua possível evolução: e há algum desapontamento. Mas os elementos de velha guarda, os nacionalistas, os conservadores, sentem-se fortalecidos pelas palavras do chefe do governo; em qualquer caso, a autoridade deste é indiscutível perante todos, ainda mesmo que tentados por ideias que supõem novas, lançadas através do mundo; e Salazar é aplaudido, aclamado. Depois são os trabalhos do Congresso, os debates, a crítica de teses, a elaboração de conclusões. Estas abrangem a *vida política*, a *vida económica*, a *vida social*, a *educação e ensino*. Quanta à primeira, o Congresso «*reconhece*» que os princípios em que assentou a política nacional são os que melhor asseguram a estabilidade necessária ao engrandecimento português; recomenda que progressivamente seja eliminado o sufrágio directo para designação dos órgãos de soberania, substituindo-o pelo sufrágio orgânico; chama a atenção para o cuidado a haver com a formação político-social da juventude, a que cabe assegurar a perdurabilidade do regime e a defesa dos valores próprios da lusitanidade e da missão histórica (1) de Portugal; aprova a política externa seguida e a colaboração internacional para o bem comum (2); e pelo que toca ao Ultramar defende a unidade fundamental da Nação, a sua integração progressiva no plano político, com respeito de regimes administrativos diferentes conforme as condições de cada território. No plano da economia, advoga-se a unidade económica da Nação, com intensificação do fomento ultramarino e do povoamento branco; defende-se a livre circulação de mercadorias entre a metrópole e territórios ultramarinos, e entre estes; atribui-se função decisiva às Corporações, quer na organização da

---

(1) O Congresso aprovara a referência à *missão imperial*, e Salazar, quando lhe foi submetido o projecto de conclusões, alterou para *missão histórica*.

(2) O Congresso falava de defesa material e moral do Ocidente, que Salazar substituiu por *bem comum*.

produção, quer nas relações entre o capital e o trabalho; considera-se imperativo o aumento da produtividade nacional, mediante melhor organização de mercados, melhor utilização dos factores de produção, maior maleabilidade do crédito, destacando-se em particular a assistência técnica à lavoura, o desenvolvimento pecuário, a reorganização industrial, a ampliação da política de energia, a correcção de disparidades de capitações do país, o desenvolvimento das regiões rurais. No sector *social*, acentua-se a defesa e protecção das classes trabalhadoras, com alargamento da previdência; recomenda-se a revisão dos problemas do trabalho, no sentido de maior justiça social e elevação das condições de vida dos trabalhadores, de harmonia com as possibilidades progressivas do rendimento e produtividade nacionais; aconselha-se a actualização da legislação do trabalho e que aos contratos colectivos seja atribuída uma utilidade social, tendo em conta os factores que condicionam, compõem ou estruturam a produção; sublinha-se a necessidade de valorização do trabalhador como factor humano, e a sua possível associação na empresa (1); e exprime-se receio perante excessiva concentração económica e financeira, que podem acarretar sérias consequências sociais e económicas. Por último, na *educação e ensino*, e cultura de forma geral, propõe o Congresso o prolongamento da escolaridade obrigatória; a selecção de valores com base no mérito pessoal; a alteração e modernização de programas liceais e universitários; o desenvolvimento da investigação científica; a formação de quadros que sejam elementos de escol no domínio do pensamento e acção política; o desenvolvimento do ensino agrícola, industrial e comercial no ultramar, e a criação sucessiva de institutos docentes de graus superiores, com diplomas válidos para todo o território nacional; e destaca-se a função pública da imprensa, cinema, radiodifusão e televisão, e é sugerido que seja promulgado um estatuto que assegure a autencidade da informação e harmonize os interesses gerais com os direitos e aspirações individuais. E através das conclusões a que o Con-

(1) O Congresso recomenda a *integração na empresa*, que Salazar substitui por *associação na empresa*.

gresso chegou, define-se o espírito e o pensamento a que obedeceu: foi um congresso nacionalista; ao mesmo tempo, procurou ser independente, progressivo e renovador; actuou de forma responsável mas reivindicativa e implicitamente crítica; e revelou como preocupações fundamentais as de fomento, educação e justiça social; e em matéria ultramarina é decididamente unitário e integracionista.

Ao mesmo tempo, nestes começos do verão de 1956, a Livraria Fayard lança em Paris uma colectânea de textos de Salazar sob o título de *Principes d'Action* (1). Envia o chefe do governo um exemplar a Craveiro Lopes, com uma carta: «*Recebi de Paris os primeiros exemplares de um livro editado pela casa Fayard — Principes d' Action. Embora algum trabalho preparatório tenha sido feito em Portugal há bastante tempo, os textos foram reunidos e sistematizados por Melchior-Bonnet. Penso que a Livraria Fayard mandou preparar e fará enviar a Vossa Excelência um exemplar especial; mas porque recebi agora a amostra, permito-me enviar a Vossa Excelência um exemplar da edição corrente*» (2). Dias mais tarde, Salazar explica a Craveiro Lopes o objectivo do volume: procurou-se divulgar no meio francês certo número de princípios que têm informado a «*nossa acção em Portugal*»: e «*o interesse que no caso possa haver é de ordem internacional e de modo algum pessoal*». E como Marcello Mathias houvesse proposto de Paris algumas condecorações para os que tinham trabalhado na organização do volume, Salazar acentua que «*tenho melindre*» em se pronunciar sobre o caso, embora seja «*facto que não trabalhei nem nada fiz*» para o aparecimento do livro, e «*só tem ou leva o meu nome porque é composto de trechos de discursos e notas publicadas através dos anos*»; mas as propostas do embaixador «*ficam ligadas a qualquer coisa que embora de longe me respeita*»; e por isso «*Vossa Excelência terá a bondade de examinar o problema sob todos os aspectos e pronunciar-se sobre ele como entender*». Craveiro Lopes aprova

(1) Os textos foram escolhidos por Christian Melchior-Bonnet, em tradução de Jean Haupt, com prefácio de Pierre Gaxotte e um ensaio de Gustave Thibon. Paris, Livraria Arthème Fayard, 1956.

(2) Carta de 25-6-1956.

as condecorações. E chega o dia 5 de Julho de 1956. Salazar, que está no governo há vinte e oito anos, cumpre vinte e quatro anos de Presidente do Conselho. É lembrada a data, e celebrada na imprensa. Mas o chefe do governo sente, como escreve o Augusto de Castro, que a sua vida é cada vez mais «*carregada e dura*»; e é indiferente àquele aniversário. Craveiro Lopes, no entanto, felicita e cumprimenta Salazar. Este responde: «*Estou muito reconhecido a Vossa Excelência pela amabilidade da sua carta e dos seus cumprimentos. Não é data, a de ontem, que eu tenha de memória, mas há algumas pessoas que, movidas pela sua bondade, se empenham em ma fazer recordar. Quis Vossa Excelência ter a mesma gentileza; do coração lha agradeço*». Dois meses e meio atrás, Salazar completara sessenta e sete anos de idade.

18

Admitido Portugal nas Nações Unidas, o secretário-geral da organização, de harmonia com a prática desta, dirige ao governo de Lisboa uma nota perguntando se este administra algum território nos termos e para os efeitos do Art. 73.º da Carta da ONU (1). É inocente a nota, e singela no seu teor; e parece destituída de gravidade. Salazar estuda-a atentamente, e examina-a com Paulo Cunha; e é dada uma resposta negativa: nesta

(1) Embora já referido atrás, caberá aqui resumir o Art. 73 da Carta. Este inclui-se num capítulo da Carta — o Cap. XI — intitulado *Declaração Sobre Territórios Não-Autónomos*, e em essência estabelece: *a)* os membros da ONU, responsáveis por territórios cujos habitantes não hajam atingido governo próprio, reconhecem que os interesses daqueles são prioritários; *b)* comprometem-se a assegurar o desenvolvimento político, económico, social e educativo dos povos respectivos, e promover governo próprio, tendo em conta as suas aspirações políticas, e a colaborar para aquele efeito com as agências especializadas das Nações Unidas; *c)* e os membros da ONU têm ainda a obrigação de transmitir ao Secretário-Geral, *para fins de informação*, dados estatísticos e outros elementos técnicos sobre as condições nos territórios, *tudo ficando sujeito às limitações que possam ser impostas por razões de segurança ou considerações de ordem constitucional*. (Itálicos meus).

declara-se que Portugal não é responsável por qualquer território a que seja aplicável o Art. 73.º da Carta da ONU. Nada mais é dito, nem é recebida ou enviada outra correspondência. Nesta simples troca de notas, todavia, Salazar acaba de tomar uma decisão de profundo significado, das mais sérias implicações e extensas consequências. Que querem dizer a atitude de Salazar e a resposta do governo de Lisboa? Indicam às Nações Unidas que as províncias ultramarinas portuguesas não têm vocação para independência separada; sublinham que o governo português se arroga o exclusivo direito de interpretar e aplicar a sua ordem constitucional, e que neste domínio não admite interferências alheias; afirmam que Portugal não submeterá a sua administração ultramarina a qualquer sistema de censura internacional, e que portanto não transmitirá quaisquer informações à comunidade dos países; e finalmente notificam as Nações Unidas de que, se se respeita a letra do art. 73.º, é repudiada a prática política e processual que à sombra deste a ONU fora estabelecendo gradualmente. Deste modo, Salazar assume uma posição, coerente no plano interno, que desafia a corrente política mundial. Na efectividade das coisas, executa os preceitos constitucionais sobre a unidade da nação, e leva às últimas ilações o conceito territorial, político e sociológico de um ultramar *que é Portugal* no seu perfil histórico. Dissera-o no discurso de 30 de Maio: os territórios portugueses não têm sequer que se tornar autónomos porque *já são independentes com a independência da nação*. E no plano internacional, por uma nota de algumas linhas, Salazar rompe as coordenadas em que se está movendo a comunidade de nações; proclama a sua rebeldia perante o anticolonialismo em moda; e afirma que os interesses da nação portuguesa são prioritários, não oscilam ao sabor de decisões de terceiros, e são oponíveis a tudo e a todos.

Enovelada no jogo da política interna, a alta roda dos homens da situação e mesmo dos oposicionistas não se apercebe da magnitude da decisão de Salazar; e fica alheia a massa da opinião pública. Não é essa, no entanto, a atitude da ONU. Não está em funcionamento a Assembleia-Geral, nem as respectivas comissões; mas as delegações permanentes dos países membros, em Nova York, compreendem desde logo todo o alcance da resposta

de Lisboa. Ficam perplexos os delegados das nações ocidentais: estas tinham aceite quase passivamente as imposições da Assembleia-Geral, que as impelia no caminho do abandono das suas posições fora da Europa: de súbito são surpreendidas com a atitude de um governo do Ocidente que diz *não* à Assembleia e recusa a prática desta: e ficam embaraçadas entre o receio que sentem da ONU e a atitude de um amigo e aliado. Ficam desnorteados os representantes afro-asiáticos, e possuídos de exaltação emotiva: toda a orientação anticolonial, tenaz e pacientemente executada nos últimos anos, seria posta em causa, e poderia ser destruída, se a atitude portuguesa fosse acatada pela Assembleia: porque nessa hipótese era inevitável que os demais países ocidentais arripiassem caminho e deixassem de se submeter aos ditames da maioria da ONU: e seria o colapso de toda a política de cerco ao ocidente. Por estes mesmos motivos, os delegados soviéticos e de países seus satélites vêem o perigo da posição assumida por Portugal, e no sentido da sua impugnação trabalham intensamente junto dos representantes afro-asiáticos. E num outro dilema se encontram os delegados dos países latino-americanos: assimilando a origem das suas independências a uma sublevação anticolonialista (1), e desejando por interesse assumir uma atitude reivindicativa quanto aos Estados Unidos, sentem-se seduzidos pelas teses dos afro-asiáticos, cujo apoio pretendem conquistar para objectivos puramente latino-americanos; mas pelas raízes e afinidades nutrem pelo ocidente europeu, e em particular por Portugal e Espanha, uma simpatia e uma solidariedade que lhes torna constrangedora uma atitude hostil; e perante a resposta de Lisboa vêem-se embaraçados, e divididos.

Para além destes aspectos, a entrada de Portugal nas Nações Unidas tem outra consequência imediata: se não se modifica a substância da política externa portuguesa, é alterado o seu estilo.

---

(1) Na base desta posição dos latino-americanos esteve um equívoco político-sociológico fundamental: é que a independência dos povos da América Latina foi feita pelos *colonizadores*, que criaram nações; enquanto a nova independência de África seria feita pelos *colonizados*, a quem era estranho o conceito de nação e de pátria. No fundo, estes últimos eram, na altura, peões de interesses alheios.

Gradualmente, aos entendimentos bilaterais, às negociações no segredo dos gabinetes, à discrição nas conversas, ao estudo ponderado dos assuntos, à prudência das palavras, vem acrescentar-se uma diplomacia de praça pública, de decisões rápidas, de ambientes indiscretos, de publicidade de atitudes, de tomadas de posição que, não obstante respeitarem a problemas alheios, se reflectem todavia nos interesses portugueses. Dispondo de posições mundiais, da Europa à Ásia, e tendo deixado a Europa de constituir centro exclusivo do poder, o governo de Lisboa fica envolvido nos conflitos de forças e choques de interesses que se produzem pelo vasto mundo, e em que os participantes definem a amizade ou a hostilidade de terceiros pela posição que estes assumirem na luta que os opõe. Do facto resultam pressões sobre Lisboa; mas também resultam possibilidades de, em troca da satisfação de pedidos alheios, obter contrapartidas em favor de desejos portugueses. Disperso por um mundo em tensão e luta, Portugal é vulnerável; mas, ao mesmo tempo, o seu papel adquire relevo porque a sua voz conta em muitos planos.

No conjunto, a entrada de Portugal na ONU confirma o cepticismo e apreensão de Salazar. Não acredita na eficácia da organização, nem na genuinidade dos seus propósitos. Sob uma capa legal, o objectivo é político, e político é o seu comportamento. Reflecte o peso das forças em presença, e destas é um instrumento, que utilizam consoante os desígnios próprios; e o preço há-de ser suportado pelos mais fracos, porque os mais fortes, se impõem as decisões, não pagam os custos materiais e políticos da sua execução. De momento, contudo, o organismo de Nova-York disfruta nos espíritos ingénuos de uma aura generalizada: é o governo mundial, o símbolo dos direitos humanos, a garantia da paz e da prosperidade para sempre e em toda a parte, o sacrário dos grandes princípios e dos grandes ideais, o altar onde ajoelham interesses egoístas e ambições de Estados e governos: e as suas decisões, havidas por sagradas, devem ser cumpridas com escrúpulo religioso. Mas para além do instante que passa, Salazar procura esquadrinhar o futuro. Não acreditando que o mundo caminhe para a unidade política e se transforme numa federação universal, e não correspondendo a ONU à estrutura natural da comunidade de nações, o chefe do governo

português pensa que o organismo de Nova-York é efémero, e que tem um poder apenas mítico, enquanto lho for consentido pelas grandes potências; e está destinado a ir de crise em crise até à decadência. Dentro de vinte ou trinta anos, tudo será diferente. Deste modo, como obedecer a decisões que, emanadas de um organismo de força provisória, afectariam interesses portugueses a título permanente? Como e por que sacrificar esses interesses a umas Nações Unidas que não representam ideais ou princípios estáveis e duradouros, que devam condicionar as perspectivas históricas de um país, mas traduzem a manifestação de ambições e interesses alheios num momento transitório? Por outro lado, as necessidades reais dos países, e da sua colaboração, hão-de impor as organizações regionais — o Pacto do Atlântico, a Organização Económica de Cooperação Europeia, outras ainda — como base suficiente para salvaguarda dos interesses legítimos. E nessas e na vontade nacional confia Salazar para se eximir às injunções da ONU. Por isso, a esta dá uma resposta que é um desafio: em matéria de ultramar, Portugal não possui territórios dependentes ou não-autónomos: estes são independentes com a independência da nação: e do que faz, ou não faz, contas nenhumas têm a prestar em Nova-York.

19

Pelo verão de 1956, Salazar, fiel ao seu hábito, instala-se no Forte de Santo António. Desloca-se com frequência a Lisboa, para os Conselhos de Ministros, ou em visitas a Craveiro Lopes. Parece calmo o ambiente político interno. Na Haia, perante o Tribunal Internacional, arrasta-se o debate entre Portugal e a Índia; aos juízes eleitos foram acrescentados mais dois, sendo um de nomeação indiana e outro de nomeação portuguesa (1), e aos magistrados são submetidos, nos largos prazos marcados pelo tribunal, os memoriais portugueses, os contra-memoriais indianos,

(1) Manuel António Fernandes, antigo Director Geral de Justiça, e actualmente procurador à Câmara Corporativa, é o juiz designado pelo governo português.

as réplicas, as tréplicas, as acusações, as refutações, num processo lento que entretanto paralisa Nehru em Nova-Delhi. Ao mesmo tempo, e agora que Portugal se tornou membro das Nações Unidas, inicia-se a participação de delegados portugueses na actividade intensa em que aquelas se multiplicam: são as agências especializadas, são as comissões económicas ou técnicas, é a conferência antiesclavagista de Genebra (1). Simultaneamente Salazar, Paulo Cunha e Raul Ventura preparam a viagem de Craveiro Lopes à África Austral e a Moçambique. Salazar sente algumas apreensões. Estão neste momento em debate com a União da África do Sul e a Federação das Rodésias e Niassalândia alguns assuntos de alta importância para Angola e sobretudo para Moçambique: são os problemas de transportes e comunicações. Por parte da Federação, e no seguimento do resgate feito por Portugal do Caminho de Ferro da Beira, deseja-se a expansão deste porto, levanta-se a questão do Caminho de Ferro da Trans-Zambézia, que é propriedade da Federação; há mesmo quem se aventure a reivindicar um «*corredor*» para o mar através de território português; e pretende-se a construção de uma nova linha férrea que estabeleça ligação para o Atlântico pelo sul de Angola e vá entroncar com aquele que, atravessando o Sudoeste Africano (2), tem o seu termo em Walvis Bay. É um conjunto de questões difíceis, que muito de perto se ligam à soberania portuguesa, e que podem se mal resolvidos pôr esta em causa; Salazar vê a necessidade de os territórios interiores abrirem saída para o mar; está disposto, todavia, a que tais saídas sejam construídas por portugueses e fiquem inteiramente em mãos portuguesas; mas para o efeito, além de estudos técnicos, são indispensáveis investimentos vultosos que sobrecarregam o tesouro nacional. Em qualquer caso está excluído um «*corredor*» alheio, por Moçambique ou Angola. Mas agora recebe o chefe do governo a notícia de que, na África do Sul e na Federação, se propõem aproveitar a visita do Presidente da República para

(1) Foram delegados a esta conferência Ferreira de Carvalho, antigo governador de Timor durante a guerra; Adriano Moreira; e o autor desta biografia.

(2) Hoje, Namíbia.

abordar com este aquelas matérias. Salazar, em 21 de Julho (1), avista-se com Craveiro Lopes, e ao dar-lhe conta dos problemas em aberto sugere que o Presidente se abstenha de os tratar, receoso de que este possa cometer um deslize. E repisa em carta, com subtileza: «*É evidente que essa questão* (a do corredor) *não será tratada e sobretudo ninguém importunaria Vossa Excelência com o assunto*». E a 21 de Agosto é a partida do Presidente, acompanhado de Raul Ventura. Depois da resposta de Portugal à ONU, adquire a viagem um sentido político mais vasto, em particular quanto a Moçambique. Não se trata somente de proclamar a soberania nacional mas de afirmar a sua unidade; e com este intuito, o Presidente, sua comitiva e a imprensa portuguesa não desperdiçam uma oportunidade. Também o reconhece a África do Sul. Em Pretória, o Governador Geral diz: «*Por feliz acidente histórico, somos vizinhos*». Em Lisboa, no uso constitucional de poderes presidenciais, Salazar promulga a lei finalmente votada pela Assembleia Nacional sobre as corporações. E na primeira quinzena de Setembro, a 9, Craveiro Lopes regressa a Lisboa. Christine Garnier está no Forte de Santo António, e acha Salazar trsite, mesmo melancólico.

20

De súbito, no tempo em que Craveiro Lopes realiza a sua viagem, abre-se no plano internacional uma nova crise, e grave. Gamal Nasser, presidente do Egito (2), projecta construir a barragem de Assuão, e tem a oferta de auxílio financeiro americano e britânico; mas como esta fosse retirada pelo Secretário de Estado Dulles, e depois pelo governo de Londres, o chefe egípcio

---

(1) Era o aniversário da eleição de Craveiro Lopes. Salazar tinha em mente cumprimentar este pela data. Mas esqueceu-se durante a conversa. Escreve depois: «*Que a bondade de Vossa Excelência me desculpe*».

(2) Nasser fora eleito presidente do Egipto nos termos de uma constituição promulgada em Janeiro de 1956. Em muitos aspectos, aquela inspira-se na constituição portuguesa de 1933, para cujo estudo Nasser enviara delegados seus e juristas egípcios a Lisboa.

anuncia naquele verão de 1956, durante uma manifestação de massas em Alexandria, a nacionalização do Canal de Suez, que passa ao exclusivo controle do governo do Cairo. É um golpe rude para as potências ocidentais marítimas, cujos navios usam o Canal como importante via estratégica e de comunicação. Ao prestígio que já alcançara na Conferência de Bandung, Nasser acrescenta agora o de homem que desafia os grandes impérios: torna-se uma figura internacional e um dos chefes do terceiro mundo. Em Agosto, o governo britânico convoca para Londres uma conferência dos utentes do Canal. Recusa o Egipto a sua participação. Portugal, como potência marítima, é convidado; Paulo Cunha desloca-se a Londres para representar o governo de Lisboa; e este, embora alinhando com os ocidentais, mantém uma atitude comedida para com o Egipto. Da conferência, resulta um projecto de internacionalização do canal, e para negociar esta é enviado ao Cairo um comité de cinco membros, presidido pelo Primeiro Ministro australiano Robert Menzies. Mas as negociações falham. Em Nova-York reúne-se o Conselho de Segurança, a que é submetida uma proposta de gestão do Canal por uma *Associação dos Utentes;* mas o veto soviético impede que seja aprovada. Então, já em Outubro, as forças armadas de Israel atacam, invadem o Sinai, infligem perdas graves aos egípcios. Londres e Paris enviam ao Cairo e Tel Aviv um ultimato para suspensão das hostilidades, e Nasser recusa (1). Ingleses e franceses ocupam Porto Said, desembarcam tropas, destroem aeroportos no Egipto. De novo se reúne, em sessão de emergência, o Conselho de Segurança: procura-se satisfazer a queixa do Cairo, condenar a Inglaterra e a França: mas agora são os anglo-franceses que opõem o seu veto. Tranferido o debate para a Assembleia-Geral, numa atmosfera tensa, é aprovado por larga maioria um projecto americano de resolução que ordena o cessar fogo aos franceses e britânicos. Apenas cinco países votam a favor da França e da Inglaterra; somente seis se abstêm; e entre estes está Portugal. Perante o voto da ONU, Londres e Paris parecem hesitar; mas não suspendem as operações militares.

(1) Nunca foi oficialmente admitida, mas parece não oferecer dúvidas a coligação secreta prévia anglo-franco-israelita.

Intervém então a União Soviética: esta lança um ultimato a Londres e Paris: e o governo de Moscovo faz a ameaça pública de usar armas nucleares contra a França, Inglaterra e Israel. Produz-se uma desorientação colectiva a Ocidente. Nos Estados Unidos, Eisenhower e Dulles transformam o pânico em reacção indignada: acusam Londres e Paris de deslealdade, de ruptura da *frente atlântica*, de atentado contra as Nações Unidas: e Washington toma medidas de precaução militar. Por outro lado, do terceiro mundo eleva-se um clamor de críticas e acusações à Inglaterra e à França: estas são arguidas de colonianismo, de imperialismo violento. Na opinião pública americana há um sentimento hostil à aventura franco-britânica. Eisenhower, candidato a reeleição e receoso de perder esta, e não querendo deixar à União Soviética o exclusivo de paladina da causa árabe e do terceiro mundo, intervém contra Londres e Paris. Além das medidas militares, o presidente americano aplica pressão pessoal sobre o Primeiro Ministro Anthony Eden; o esterlino é vítima de especulação e o seu valor declina rapidamente; e Londres, arrastando Paris, submete-se às injunções da ONU e à pressão norte-americana. Cessam as operações militares; retiram os anglo-franceses; é criada a força internacional de paz da ONU; o secretário geral desta, Hammarskjoeld, vai ao Cairo para negociar a intervenção das Nações Unidas. Perante os ataques dos trabalhistas, cai em Londres o Primeiro Ministro Eden, amargurado e doente, e é substituído por MacMillan; e ulteriormente é derrubado em França o gorveno do socialista Guy Mollet. Mantém-se a nacionalização do Canal, a União Soviética afirma-se como defensora do terceiro mundo, e Nasser triunfa.

Pelos acontecimentos do Médio Oriente é geral a tensão no mundo. Mas é ainda agravada por uma convulsão na Europa Central. Depois de uma revolta em Poznan, na Polónia, Gomulka é reabilitado, e torna ao poder, apoiado por intelectuais e liberais; e o marechal soviético Rokossowzki é expulso. Trata-se de um golpe de Estado, que os responsáveis não levam todavia às últimas consequências para evitar uma intervenção de Moscovo; mas a Polónia obtém alguma autonomia perante a União Soviética. Alastram à Hungria os acontecimentos da Polónia. Em fins de Outubro de 1956, realiza-se uma manifestação de simpatia pelos

polacos, organizada por estudantes e intelectuais; e em 24 daquele mês transforma-se em luta armada. Ganham terreno os revoltosos, que chamam Imre Nagy para constituir governo, e aquele forma-o numa base não comunista. Nagy proclama a criação de um novo partido; denuncia o Pacto de Varsóvia; afirma que a Hungria terá um estatuto político de neutralidade, como a Áustria; pede às grandes potências para reconhecerem o novo regime; propõe-se fazer eleições livres; e apresenta nas Nações Unidas uma queixa contra as intrigas e ameaças soviéticas. No mundo estupefacto, todos se perguntam qual será a atitude do governo de Moscovo. Este enfrenta um golpe que põe em causa um dogma essencial: são irreversíveis as conquistas do comunismo em virtude da satisfação profunda que este desperta nas massas operárias. E encontra-se também perante dois factos que não pode admitir: a realização de eleições livres, que implicariam a rejeição do comunismo, porquanto Nagy tinha o apoio dos intelectuais, do exército, dos camponeses, do operariado, praticamente de toda a população; e a neutralização da Hungria, que privaria o exército russo de bases na Europa Central. Então intervêm as forças armadas soviéticas: massiçamente invadem a Hungria; derrubam o governo Nagy, que é apodado de fascista; esmagam toda a resistência; e confiam o governo, sob a protecção dos efectivos soviéticos, a Janos Kadar. Em Moscovo, Khrushev, que denunciara os «*crimes*» de Estaline, declara: «*Estaline esmagava os nossos inimigos. Sob este ângulo, sinto-me orgulhoso de que sejamos estalinistas*». E mais de duzentos mil húngaros refugiam-se na Áustria.

Pelo mundo além, há emoção e pânico: os sucessos do Médio Oriente e da Europa Central levarão à guerra? Em Nova-York, na Assembleia das Nações Unidas, os debates atingem violência sem precedente, e é de desvairo a atmosfera. Todo o Ocidente, os países da América Latina, muitos do terceiro mundo, denunciam a União Soviética; e a Assembleia aprova numerosas resoluções condenando a intervenção militar de Moscovo. Ripostam os delegados russos e dos países satélites, e acusam o Ocidente de imperialismo, de manobras, de intrigas, de colonialismo; e Moscovo repudia as resoluções da Assembleia. Nas capitais do mundo livre, multiplicam-se os protestos, as manifestações,

as denúncias dos regimes da Europa Oriental; e sentem-se embaraçados os partidos comunistas. Em Lisboa, milhares de estudantes desfilam em silêncio pelo centro da cidade, em acto de protesto contra a repressão soviética na hungria.

21

Na superfície está em Portugal tranquilo o ambiente político; as oposições sentem-se perturbadas; entre os elementos democráticos tradicionais lavra também indignação pelos sucessos na Hungria; e os círculos nacionalistas e partidários do regime salientam, na imprensa e em reuniões, a lição política a tirar da atitude soviética. Mas suscita-se uma controvérsia que vem excitar alguns ânimos. Fora reavivado na *União Nacional*, neste outono de 1956, o Centro de Estados Políticos e Sociais: propõe-se congregar homens novos, refutar o marxismo, alimentar ideologicamente as novas gerações. Marcello Caetano profere uma conferência para lançar os trabalhos do Centro. Faz a crítica do marxismo, demonstra a sua inviabilidade; e defende a propriedade individual e a iniciativa privada. Coloca-se rigorosamente na posição doutrinária do Estado Novo: «*Na nossa doutrina a iniciativa privada diz lucro, que é o seu motor, e propriedade privada, que é a sua consequência*»; mas também «*dizemos que a iniciativa não pode ser tão livre como querem os liberais, estabelecemos o condicionalismo da concorrência, e subordinamos a empresa ao interesse nacional*». Mas quando responde às críticas feitas contra a nomeação de vultos políticos para gestores de sociedades ou empresas em que o Estado tem interesses, Caetano compara a situação actual com a anterior a 1926, e conclui que na época também eram de uso aquelas nomeações, e entre estas cita a de Cunha Leal, que fora vice-governador do Banco Ultramarino e consultor dos Caminhos de Ferro. Cunha Leal considera-se atingido, e sai a terreiro; e em duas cartas, que a imprensa pública, responde a Marcello Caetano. Leal amplia a sua réplica: para além de explicar e defender as suas próprias nomeações, critica o domínio do poder económico sobre o poder político, que por seu turno influenciaria aquele: e apro-

veita o pretexto para sublinhar a falta de liberdade e a impossibilidade dos oposicionistas em efectuar reuniões públicas, salvo «*dando solenes garantias de obedecer à batuta dos que nos vêm privando da nossa própria liberdade*». Cunha Leal, fiel ao seu ideário democrático, não deixa de condenar o caso húngaro: fala do «*martírio da nobre nação hungara, vilmente espesinhada pelo selvagem bolchevismo asiático, por essa horda de criaturas satânicas, que tentam escravizar a humanidade sob a invocação duma doutrina desvirtuada dos seus objectivos aparentes, despida, na prática, dos mais ligeiros resquícios de simpatia humana*». No fundo do problema, todavia, não é larga a divergência de posições entre Caetano e Leal: este também considera que a propriedade privada e a iniciativa particular não esgotaram a sua capacidade criadora de progresso, embora se torne imprescindível um moderado intervencionismo estatal para equilíbrio das forças capital-trabalho; e faz o elogio do cooperativismo, que António Sérgio defende com fanatismo revelador de perturbação de espírito. E a polémica é seguida com curiosidade pela opinião pública, e por alguns explorada contra o governo. Mas os acontecimentos internacionais concentram as preocupações do país.

Salazar pensa que, perante o momento grave, Portugal tem de exprimir o seu juízo. Em sessão especial do Conselho de Ministros, de 9 de Novembro de 1956, o assunto é debatido; e é tornado público que o gabinete condena a repressão soviética na Hungria e ofecere a refugiados húngaros todo o possível auxílio. Convicto de que o estado de tensão não leva à guerra, Salazar mantém a sua rotina. Segue com atenção o progresso da Central do Picote; e Arantes e Oliveira insiste com Salazar para que visite a obra; mas aquele diz que «*não poderei ir*». Salazar, com efeito, não quer afastar-se de Lisboa. Paulo Cunha vai deslocar-se a Nova-York, acompanhado da delegação portuguesa à primeira Assembleia-Geral das Nações Unidas em que participa Portugal; e o chefe do governo tem de prender-se com mais minúcia aos assuntos dos Negócios Estrangeiros. Não tem dúvidas de que vai ser fortemente atacada a resposta portuguesa à pergunta do Secretário Geral; e há que enfrentar as reacções internacionais e nacionais, e avaliá-las. Por outro lado, neste final de ano, parece suscitar-se nova turbulência na política

interna. Surpreendida e paralisada pela repressão soviética da revolta húngara, a extrema-esquerda retoma a sua actividade, e são também alguns meios estudantis que se agitam, em particular os do Instituto Superior Técnico. Está apreensivo Leite Pinto; prepara um projecto de diploma que, reorganizando as associações e concedendo a estas benefícios, dá no entanto às autoridades escolares alguns poderes de fiscalização; Salazar tem dúvidas sobre a oportunidade e vantagem política do decreto (1); mas este, por desejo do ministro da Educação, acaba por ser publicado, e torna-se motivo de ataque ao governo. E não esconde a polícia, por sua parte, quanto está preocupada com a propaganda ideológica da extrema esquerda entre os estudantes, mesmo já nos liceus. E neste mesmo momento levanta-se e circula um rumor: Salazar proíbe que se preste homenagem à memória de Egas Moniz: os oposicionistas acusam o governo de menoscabar, pelo viés político, um homem que honrou a cultura e a inteligência portuguesa: e fazem-se intrigas junto de Craveiro Lopes. Este fala no assunto a Salazar; mas o chefe do governo desconhece o caso; e vai informar-se. Verifica-se que se projecta uma sessão na Academia das Ciências, promovida por Júlio Dantas. Salazar aprova, e explica ao Presidente: «*Trata-se de honrar o homem de ciência através de pequenos discursos dos Reitores das Universidades, de dois ilustres cientistas, um norte-americano e outro espanhol, e ainda das palavras que se espera o Ministro da Educação proferirá, para associar o governo à homenagem devida ao sábio*». E Salazar sugere que Craveiro Lopes deveria presidir a uma homenagem destinada a «*pôr em relevo o valor das descobertas científicas daquele Professor*».

Entretanto, a bordo do *Vera Cruz*, chega a Lisboa o novo embaixador do Brasil, Álvaro Lins. Vem precedido de grande fama: é ensaista e crítico literário de tomo, e membro da Academia Brasileira de Letras; e é homem de confiança pessoal do novo Presidente da República do Brasil, Juscelino Kubistchek,

(1) Foi o Decreto n.º 40 900, usado depois como causa de protesto e arma de ataque contra o governo.

que tomara posse no seu regresso de Lisboa (1). Lins lança a imagem de homem influente na alta roda política do seu país; e não esconde o propósito de, com o apoio de Kubistcheck, exercer a sua missão em Portugal de harmonia com os seus ideais democráticos e intervir, se necessário, na política interna portuguesa. Nos círculos do Itamaraty e das Necessidades, todavia, existem outras informações. Kubistchek nomeara Lins para se desembaraçar deste como chefe da sua Casa Civil; a escolha de Lins não agradara a Macedo Soares, chanceler brasileiro; Décio Moura, secretário-geral do Itamaraty, não oculta a Faria a sua penosa impressão do novo embaixador; e nos meios sociais e políticos do Rio afirma-se que Lins sofre de doença nervosa, que impõe medicamentação frequente. Mas Álvaro Lins, rodeado do prestígio que se lhe atribui, é acolhido desde logo nos meios sociais, políticos e intelectuais de Lisboa; com os protestos de amor e admiração por Portugal deixa cair palavras crítica do governo; e em redor do enviado brasileiro começam a congregar-se oposicionistas de matiz vário, que vêem naquele um confidente de desabafos e um ponto de apoio. Por outro lado, Álvaro Lins está consciente de que representa um país que, além de íntimo de Portugal, é o maior da América do Sul; e a esse título vê-se no papel oficioso de chefe dos embaixadores latino-americanos em Lisboa. E não disfarça o encanto que sente nas suas novas funções.

Na primeira quinzena de Novembro de 1956, Paulo Cunha e a delegação portuguesa partem para Nova-York e são acolhidos pela Assembleia-Geral nos termos da rotina protocolar. Proferido o seu discurso de apresentação e de promessa de coope-

(1) Não se processara sem incidentes esta posse. Em Novembro de 1955, Café Filho sofrera uma crise cardíaca, e transferira o poder ao seu substituto constitucional, Carlos Luz, presidente da Câmara de Deputados. Este indica que pretende demitir o Marechal Lott, ministro da Guerra, que apoia Kubistchek, já eleito mas não empossado; e este facto, junto a uma campanha da imprensa conservadora que considera Kubistchek muito radical, é interpretado como golpe para evitar a posse deste. Lott dá um contra-golpe, depõe Luz, a que sucede o seu substituto legal, Nereu Ramos; e o novo presidente toma posse na data aprazada, em Janeiro de 1956, sem mais incidentes.

ração com a ONU, Cunha regressa a Lisboa. Fica entregue a Vasco Garin, que abandonara a Índia, a chefia da delegação portuguesa. No ambiente pesam os acontecimentos do Suez e da Hungria: continua a atmosfera de crise, quase de pânico. Este clima projecta-se em todos os problemas, invade todos os debates; e tornam-se mais radicais as atitudes assumidas pelos governos e seus representantes em Nova-York. Desde logo se apercebem os delegados portugueses de que será áspero o ataque à posição definida por Lisboa, quando mais tarde a *Quarta Comissão* da Assembleia-Geral abordar o problema dos *territórios não-autónomos*. Entretanto, pouco após o seu regresso, Paulo Cunha adoece com gravidade, atingido por uma afecção cardio-pulmonar; e Salazar, de momento, dirige o ministério dos Estrangeiros. Perante as informações pessimistas transmitidas de Nova-York pela delegação, o chefe do governo envia uma curta mensagem de instruções: «*podem ser mais ou menos violentos e desagradáveis os debates, mas em todos os casos invocar-se-á o n.º 7 do artigo 2.º da Carta* (que proíbe a intervenção nos negócios internos das nações), *e não será preciso mais nada*».

Em Lisboa, como a *Legião Portuguesa* completasse a 8 de Dezembro vinte anos de existência, é celebrada a data, e no Palácio dos Desportos é promovida uma sessão especial. Salazar comparece. E diz aos legionários presentes: «*Há vinte anos foi nítido para nós — mas não o foi para muitos — em face do caso espanhol, que o que essencialmente se desenrolava no Mundo eram conflitos de civilização; ou mais precisamente que a civilização ocidental estava sendo desmantelada até aos alicerces e batida nos seus princípios fundamentais e nas suas criações por outros conceitos filosóficos, outras maneiras de encarar o homem e a vida, novas medidas de valor para as realizações do espírito*». Estão ameaçadas as «*ameias da fortaleza nacional*», e a ameaça será tanto maior quanto aquela for mais «*intransigente e mais firme*»; e por isso há que manter a guarda para segurança de todos, mesmo dos que «*nos combatem ou atraiçoam*». De uma coisa apenas há que ter medo: do medo. «*Ora ter medo da vida e ter medo de bater-se para defender a dignidade dessa mesma vida são a maior causa do nosso abatimento e Deus queira a não sejam da nossa perdição, pois aqueles que se opõem, se mostram*

desprezo pela vida alheia, também estão decididos a jogar a sua». E por isso é «*preciso estar disposto, em face dos poderes agressivos que não desarmam, a lutar por aquilo que temos como essencial à nossa vida e à vida da nossa Pátria*». Pela mesma altura, Nehru desloca-se em visita oficial aos Estados Unidos, e confessa a Eisenhower que, no problema de Goa, é vítima de «*forte pressão dos socialistas e dos comunistas*» e se acha em posição difícil. Pergunta ao Presidente americano: que há-de fazer? Responde Eisenhower que não lhe ocorre nenhuma solução. Salazar não compreende a resposta do Presidente americano: apenas havia um problema de Goa porque Nehru o suscitara. E dias mais tarde, como se prolongue a doença de Paulo Cunha e Salazar sinta o peso de excessivo trabalho, resolve confiar a gerência interina dos Negócios Estrangeiros a Marcello Caetano, de que este toma posse a 26 de Dezembro de 1956.

No último dia daquele ano, Salazar tem de receber o embaixador dos Estados Unidos, Bonbright. Paulo Cunha continua doente, e o enviado americano não deseja ocupar-se do assunto com Marcello Caetano: trata-se ainda da base nos Açores. Termina agora o acordo luso-americano; e repetidas conversas não haviam produzido um entendimento que permitisse a renovação. Que fazer? Bonbright expõe o historial das negociações, que se arrastam desde fins de 1955, e diz que os sucessivos adiamentos podiam ter criado, no Departamento de Estado, a impressão de que Portugal seguia uma política dilatória, para não reconduzir o acordo de 1951. Foster Dulles sugere que a duração do acordo coincida com a do Pacto do Atlântico, ou que fosse pelo menos prolongada por novo período de cinco anos. Washington encontrava-se numa posição difícil: como pedir ao Congresso novos créditos, e iniciar obras, sem garantias de permanência? Por isso Bonbright recebera ordem para se dirigir ao chefe do governo. Que responde Salazar? Não, não havia uma política dilatória deliberada; e apenas «*houve sem dúvida uma sucessão de circunstâncias desagradáveis e infelizes que não permitiram concluir no aspecto político as negociações*». Somente os múltiplos trabalhos de Paulo Cunha, as conferências e visitas internacionais, a sua fadiga crescente, explicavam que o ministro não houvesse concluído o acordo; ele próprio, Salazar, chegara a adiar as férias

de verão por uns dias, na esperança de que a sua presença em Lisboa facilitasse as negociações; mas fora inútil. Salazar não queria ocultar ao embaixador, no entanto, que outros motivos haviam acrescido àqueles. Com efeito, as declarações proferidas em Outubro e Novembro de 1956 por Dulles e pelo Vice-Presidente Nixon, afirmando ser missão dos Estados Unidos conduzir todos os povos à liberdade e à independência, «*a mim mesmo causaram uma grande perturbação e me levaram a preferir deixássemos passar algum tempo até que a política americana em particular e a política internacional geral se esclarecessem mais*». Na verdade, que se deve entender por conduzir todos os povos à liberdade e por proteger e amparar a sua independência? «*Quando isto se afirma com ênfase e sem condições, sabe-se o que quer dizer ou, melhor, sabe-se como é interpretado no mundo*». Decerto: os Estados Unidos são uma grande potência, com interesses e portanto com uma política em todo o mundo. «*Nós nada temos com essa política, excepto quando se apresenta como contrária aos nossos próprios interesses e direitos. Porque nós somos um pequeno país na Europa, mas formado de parcelas noutros continentes*». E Salazar acentua ao embaixador: «*Podemos e temos vantagem em cooperar com os Estados Unidos na medida em que os nossos interesses sejam concordantes*»; mas «*ninguém poderá estranhar que não cooperemos quando os nossos direitos ou interesses correm o risco de ser destruídos por aqueles mesmos que fazem apelo à nossa boa vontade*». «*Por mim*», continua Salazar, «*considero altamente perigosa a política acima aludida: ela representará para alguns um convite à subversão, por contarem com o apoio moral dos Estados Unidos*». Quanto à dificuldade perante o Congresso, «*não sabia nem podia eu resolvê-la*». Neste momento, nada mais se podia fazer do que confirmar por escrito uma anterior oferta de Paulo Cunha: prorrogar por um ano o prazo que terminava hoje. Continuava doente o ministro, e Salazar não ousava substituí-lo apenas para precipitar um acordo. Bonbright insiste em que Salazar resolva por si o assunto, e imediatamente. Recusa o chefe do governo, e diz ao enviado americano: se não se tem presente que, nos termos do acordo, os elementos americanos da base se destinam a ser substituídos por portugueses, poderia «*concluir-se que a ocupação*

será de facto definitiva, dedução que aliás já vi tirada na grande imprensa americana». Sim: Salazar conserva do tempo de guerra a impressão de que os americanos só confiam em si mesmos, e não desejam entregar os seus serviços a outros. «*Eu compreendia esse estado de espírito em tempo de guerra, mas não o considerava defensável em tempo de paz. Se assim fosse, estaria destruída uma das bases essenciais do acordo de 1951*». Em todo o caso, Salazar declara a Bonbright, vai remeter imediatamente uma nota com a prorrogação por mais um ano e a promessa de negociações em breve. «*O Embaixador, que entrara muito nervoso e deprimido, pareceu-me ter o espírito mais desanuviado depois da conversa*». Salazar acrescenta uma nota final: não conseguia compreender a política americana, nem sabia se as declarações dos responsáveis eram reflectidas ou improvisadas. «*É pôr tudo isso de lado e olhar apenas para os factos*», aconselha Bonbright. «*Mas os factos não ajudam também muito a fazer uma ideia exacta*», remata o chefe do governo.

E Craveiro Lopes, na mensagem que dirige aos portugueses com votos de felicidade para 1957, recorda os povos de Goa, Damão e Diu, que tem resistido «*às pressões exercidas e continuam a afirmar o seu portuguesismo*» (1).

22

Somente em Janeiro de 1957 aborda a *Quarta Comissão* o problema dos *territórios não-autónomos*. Como previsto, contra a posição portuguesa é lançado o ataque, e é delegação do Iraque

(1) Salazar ocupa-se minuciosamente do projecto desta mensagem, e rescreve-a na quase totalidade. Diz a Craveiro Lopes: «*A leitura da mensagem de Vossa Excelência deu-me a impressão de serem demasiado vivas as alusões nela feitas. Por isso tentei outra versão mais atenuada que no entanto pretende manter os vários capítulos em que a de Vossa Excelência se dividia. Mando-a no borrão original, possivelmente com muitas dificuldades na leitura para quem não esteja habituado. Vossa Excelência decidirá se deseja se faça aqui uma primeira cópia limpa ou se prefere mandar tirá-la aí. Se surgirem muitas dúvidas na compreensão do texto, seria prudente que eu o revisse em cópia dactilografada*». Carta de 30-12-1956.

que o desencadeia, logo apoiada pelos blocos afro-asiático e soviético. Afirmam que todas as disposições da Carta são obrigatórias para os Estados membros; e Portugal, que acaba de ingressar na organização, não se pode eximir ao mesmo dever. Ora o art. 73.º impõe aos Estados membros a prestação de informações sobre a forma como administram os territórios não autónomos sob sua responsabilidade; e Portugal, recusando-se, está a infringir a Carta. E a verdade é que, segundo é geralmente admitido, Portugal possui «*colónias*». Não está em causa a legitimidade da soberania portuguesa nesses territórios, nem tão pouco se impugna a unidade da nação portuguesa, nos termos da sua constituição, que não se pretende discutir. Mas é a própria lei portuguesa que reconhece existir, sob o nome de «*indigenato*», uma vasta camada de população que não goza de direitos de cidadania, como se verifica em Angola, Moçambique e Guiné. Desta forma, Portugal tem o dever de prestar à Assembleia, acerca da maneira como administra tais populações, os devidos esclarecimentos, e de os submeter à censura internacional. Perante estas dúvidas, compete à Assembleia examinar criticamente a resposta portuguesa, e para o efeito há que designar uma comissão especial.

Como a *quarta comissão* se mantém aparentemente dentro da legalidade, a delegação portuguesa reage no mesmo espírito. Com efeito, todas as disposições da Carta são obrigatórias, e Portugal não tem intenção de se lhes eximir. Mas o artigo 73.º está subordinado a um título que a Carta descreve como «*declaração sobre territórios não-autónomos*». Trata-se, por conseguinte, de uma «*declaração*» a fazer pelos Estados membros, na plenitude da sua soberania e segundo os seus preceitos constitucionais. Portugal assumiu portanto, e apenas, o dever de fazer essa declaração, e isso cumpriu. No passado, nunca a Assembleia examinara ou discutira qualquer declaração feita pelos Estados membros, e muito menos a impugnara, cingindo-se a «*tomar nota*»; e iniciar agora um novo procedimento, além de constituir uma violação da própria Carta, representa por parte da Assembleia uma medida descriminatória, que Portugal rejeita. Para mais, sendo reconhecida, como era, a unidade da nação portuguesa, esta não poderia conter uns territórios com um estatuto inter-

nacional e outros com estatuto diferente; não o admitia tão pouco a constituição portuguesa; e a interpretação e aplicação desta, sob pena de poderem ser discutidas as constituições de todos os Estados membros, eram matérias da exclusiva competência de Portugal. De outro modo, estaria a ser infringido o n.º 1 do artigo 2.º da Carta, que estabelece a igualdade de todos os Estados membros, e o n.º 7 do mesmo artigo, que proíbe qualquer interferência da ONU nos assuntos internos naqueles. Finalmente, o próprio artigo 73.º afirmava que quaisquer informes dados à Assembleia estavam sujeitos às limitações constitucionais que os Estados membros entendessem de aplicar. E Portugal não se prestava a entregar a outros ou à ONU a avaliação da amplitude dessas limitações, de que o governo de Lisboa era juiz único.

Nos anais da *quarta comissão* era nova esta atitude. Ficam desorientados os representantes afro-asiáticos, e perplexos perante o caminho a seguir. Produzem-se reacções que não esperavam. Encorajados pela atitude de Portugal, os países ocidentais reduzem a colaboração que nesta matéria prestavam às Nações Unidas, e apoiam a atitude de Lisboa; idêntica orientação adoptam os Estados Unidos; e os latino-americanos, que sempre haviam seguido os afro-asiáticos em virtude dos seus complexos anti-colonialistas, aparecem de repente divididos em dois blocos, com o Brasil a chefiar o grupo maioritário em favor de Portugal, e o México a encabeçar os que, embora com relativa moderação, rejeitam a resposta portuguesa. Mas os afro-asiáticos, resolutos no seu ataque e impelidos pela União Indiana e pelo bloco soviético, não desistem: conformidade com a resposta portuguesa significaria o colapso de todo o sistema de ataque ao ocidente, elaborado com perseverança pela ONU desde o seu início. Neste espírito, apresentam o seu projecto de resolução; e este é aprovado na *quarta comissão* por uma maioria de dois votos. Mas quando o projecto, nos inícios de Fevereiro de 1957, para se tornar definitivo sobe à Assembleia, a delegação portuguesa solicita e propõe a aplicação da regra que impõe a necessidade de receberem dois terços dos votos os projectos que tratem de problemas havidos como *importantes;* para fundamentar a sua proposta, invoca as palavras proferidas pelo próprio delegado do

Iraque, que classificara a questão de *vital* e de *máxima importância;* e a Assembleia, por maioria simples, concorda em que o projecto, *em si,* tem de alcançar uma maioria de dois-terços. Submetido à votação o texto em que se impugna a resposta de Lisboa, não obtém essa maioria, e é havido por derrotado. Na Assembleia-Geral, o representante indiano, Krishna Menon, levanta em termos aguerridos o problema de Goa, que classifica de «*colónia*», e Vasco Garin, invocando o direito de resposta, dá uma réplica áspera, em que resume os argumentos portugueses, repudia as acusações indianas, e sublinha o carácter belicoso do suposto pacifismo da União Indiana.

Em Lisboa, a imprensa dá relevo considerável aos debates, e a opinião pública acompanha-os com fervor. No ultramar, sobretudo em Angola e Moçambique, é profunda a emoção; e multiplicam-se as manifestações de protesto, os telegramas de desagravo, os actos de adesão à atitude do governo perante a ONU. E Raul Ventura, comentando os acontecimentos ao dar posse ao novo governador de Macau, afirma: «*Portugal não tem territórios não-autónomos porque as províncias ultramarinas administram-se por si próprias, tanto como as metropolitanas*».

CAPÍTULO V

O Ataque

1

Derrotada nas Nações Unidas a moção anti-portuguesa, e tido como vitória do governo o resultado do debate, acalma-se a emotividade da opinião pública, na metrópole e no ultramar. Nestes princípios de 1957, fervilham os rumores e intrigas. É explorado pelos oposicionistas o ataque na ONU. Fora criticado o governo por haver durante anos sido rejeitado pela organização mundial; é agora acusado de ter aceite o ingresso sem garantias adequadas. Para alguns, o governo deveria na realidade manter a unidade do estatuto internacional da nação; mas fora inábil a resposta à ONU, e imprudente, devendo ter mostrado uma flexibilidade que iludisse os blocos afro-asiáticos e soviéticos, e assim evitasse o debate. Para outros, a delegação em Nova-York comportara-se de forma excessiva, dura; e terceiros entendiam que a reacção ao ataque fora mole, frouxa. Em qualquer caso, para os adversários do regime um ponto não oferecia dúvidas: o ataque na ONU apenas fora possível porque as instituições e o governo de Lisboa não eram de base democrática e liberal, como as Nações Unidas: e somente o derrube do regime poderia prevenir novos ataques e seus perigos. Mas também na roda política que apoiava o governo não escasseavam as críticas e os enredos. Fora uma surpresa o debate na ONU; além disso, mal conduzido,

porque se deviam ter enviado oradores de raça, homens de comício, que decerto haveriam dominado a Assembleia; e esta, sucumbindo à eloquência, teria aceite a razão portuguesa (1). Para além dos comentários suscitados pelo que se passara em Nova-York, no entanto, surgiam outros aspectos mais graves. Craveiro Lopes está rodeado de uma impopularidade crescente, e em torno da figura do Presidente dividem-se os homens do Estado Novo. Para os nacionalistas, os partidários pessoais de Salazar, Craveiro Lopes transformara-se em homem de esquerda; e pensaria mesmo em demitir o chefe do governo e confiar o poder a Marcello Caetano. Paralelamente, toma consistência a ideia de uma facção militar, zeladora da pureza dos princípios, e crítica de vícios na administração; e em Santos Costa deposita a esperança de defesa da situação. E os situcionistas liberais, e que julgam avizinhar-se novos tempos, pensam que Craveiro Lopes e Caetano serão os homens do futuro. Por outro lado, 1957 é ano de eleições para a Assembleia Nacional; e em 1958 termina o mandato do Chefe de Estado. Perguntam-se alguns se não seria conveniente desde já assumir atitudes para garantir posições. E deverá ser reeleito Craveiro Lopes? Salazar sente-se preocupado. Constantemente os monárquicos, para quem Craveiro Lopes encarna um republicanismo jacobino, não cessam de trazer notícias de conversas, de arranjos, mesmo de conspirações contra o chefe do governo, e em que se aponta o Presidente como figura central. Salazar, apesar de tudo, se está impressionado, mostra-se também incrédulo: não julga Craveiro Lopes capaz das intrigas que lhe atribuem: e continua a tratar com o Presidente de maneira correcta. Marcello Caetano permanece como ministro da Presidência do Conselho e entrega-se à preparação de um segundo Plano de Fomento, que deverá iniciar-se em 1958; e Santos Costa mantém-se na Defesa Nacional, e no exercício das suas funções não oculta a sua animosidade, até o seu desdém para com o Chefe

(1) A ideia de que os delegados dos vários governos em Nova York sucumbem à eloquência dos oradores e não às instruções que recebem, é muito frequente e é muito arreigada em Portugal. Era essa ideia que Spaak fustigava com sarcasmo quando disse: «*alguns discursos já fizeram mudar o meu parecer mas nunca o meu voto*».

de Estado. Perante os enredos, os mais devotados seguidores de Salazar sentem-se perplexos: o chefe do governo parece hesitante, incerto: e em surdina voltam a perguntar onde está na efectividade das coisas a fonte do poder, o centro de decisão última. Sem embargo de tudo, Salazar não deixa de atender ao pormenor, por mais longínquo que esteja das suas preocupações. Cumpre noventa anos o general Maxime Weygand (1), e Salazar envia-lhe uma palavra de felicitações, e oferece-lhe um exemplar dos seus *Princípes d'Action*. Weygand responde comovido: considera um «*raro privilégio haver por um momento ocupado o pensamento*» de Salazar, e sente que a leitura daquele volume o remoça, e afervora o seu sentimento «*de admiração e veneração pelo maior homem de Estado que o Mundo hoje possui*». De Paris, Christine Garnier continua assídua nas suas cartas: vê Salazar sobrecarregado de trabalho e de cuidados: e parece-lhe que Salazar é o único ser no Mundo que não muda, não oscila, e segue sempre o mesmo rumo: e isso é muito belo. Há uma perda que Salazar sofre: morre António Ferro: desaparece o jornalista do Estado Novo, o homem que há mais de vinte anos publicara no *Diário de Notícias* as entrevistas com Salazar, e que fizera a propaganda do regime aquém e além fronteiras. E há agora uma alteração profunda: Christine volta a casar: e espera, mais tarde, vir a Lisboa com seu marido. Salazar está a caminho dos seus sessenta e oito anos.

2

De repente, as atenções concentram-se noutro acontecimento: é anunciada a visita oficial da Rainha Isabel II da Grã-Bretanha. Ficam consternados os oposicionistas democráticos, além dos da extrema esquerda, por encararem a visita num plano partidário, e como apoio político ao governo de Salazar. Alguns protestam junto da embaixada de Inglaterra; e outros sentem-se

(1) Famoso oficial francês da I Grande Guerra e durante pouco tempo comandante-chefe na II Grande Guerra, tendo aconselhado o governo francês a fazer o armistício com os alemães.

traídos. Exultam os monárquicos, que desejam aproveitar a ocasião para se salientar. Na massa do povo, a notícia excita curiosidade, alegria, mesmo emoção, por se acolher em Portugal uma rainha a cuja juventude se mistura um traço de romantismo. Salazar, por si, dá a maior importância à visita; e, enquanto decorriam na ONU os ataques a Portugal, dedica-se aos preparativos, na preocupação de que tudo decorra com perfeição e dignidade. Encarrega Marcello Caetano de superintender nos arranjos necessários; mas nem por isso deixa de se ocupar de tudo pessoalmente. Está em contacto assíduo com Pedro Theotónio em Londres, com o embaixador de Inglaterra em Lisboa, e inspecciona os locais onde se prevê que decorrem os principais pontos do programa, em particular o Palácio de Queluz, onde a Rainha e seu marido ficarão alojados. Para estar às ordens da Soberana, é designado o Duque de Palmela; e Isabel II manifesta o desejo de dar, a título privado, um passeio pelas propriedades de Palmela no Calhariz, e ali almoçar. Esta atitude da Rainha, comenta Salazar, «*tem a meu ver enorme importância social e política: a Rainha não nota em Portugal a separação noutros países evidente entre a classe governante e a sociedade em geral*», e «*pensa que o regime não vive à margem de qualquer sector da população e que existem aqui famílias às quais em inteira intimidade pode pedir lhe dêem de almoçar, no espaço de tempo em que faz apenas vida privada e durante um passeio pelos campos*»; e assim «*só temos a lucrar com esse juízo*». Talvez o facto não seja de rigor protocolar, e Craveiro Lopes, que estará ausente do almoço, poderá sentir melindre. Mas Salazar quer em tudo ser agradável à Rainha, e escreve ao Presidente: «*Podem invocar-se outras razões que desaconselhem o almoço, aliás íntimo e particularíssimo, no Calhariz. É Vossa Excelência juiz do valor dessas razões, mas os telegramas que vêm da Embaixada e cartas recebidas dos altos funcionários que privam com a Rainha dão ideia de tal entusiasmo da parte da Soberana quanto à Sua visita a Portugal, pelo conjunto de circunstâncias que se verificam nela, que eu, com receio de A maguar, tendo para a compreensão e para aquiescência*». Craveiro Lopes concorda. Entretanto, Marcello Caetano tem de deslocar-se a Paris para uma sessão da OECE; e Paulo Cunha, não obstante Salazar temer que «*retome o serviço*

com o ardor costumado», regressa às suas funções nos princípios de Fevereiro. E surgem problemas de convites a autoridades, a figuras da vida pública, a representantes da velha aristocracia portuguesa. Há pedidos de favores, despeitos, invejas; e o caso chega a ter repercurssões políticas. Por sugestão de Marcello Caetano, os convites do Presidente da República para a festa da Ajuda são enviados aos membros da antiga nobreza indicando apenas os nomes civis e omitindo os títulos, e aqueles julgam-se amesquinhados; atribuem a ofensa ao republicanismo faccioso do Chefe do Estado; e recusam os convites. Levanta-se celeuma, há uma irritação dos monárquicos contra Craveiro Lopes. «O *caso é aborrecido*», diz Salazar ao Presidente, «*mas parece não ter solução para já*»; e «*o que mais me penalisa é que os comentários hão-de ser desfavoráveis a Vossa Excelência que nenhuma responsabilidade teve na solução adoptada*» (1).

Ainda a título privado, a Rainha Isabel II chega a Portugal em 16 de Fevereiro de 1957. O avião desce no Montijo, e aí se lhe junta seu marido, o Duque de Edimburgo, que regressa da Austrália. Depois da estadia privada com os Duques de Palmela, seguem para Setúbal, e tomam o iate real *Britânia*, para subir a barra do Tejo no dia 18; e desembarcam do bergantim dos Reis de Portugal no Cais das Colunas. Recebe-a Craveiro Lopes, e estão Salazar, o governo, todo o mundo oficial, no meio de aparato militar e colorido popular. E depois é o cortejo para o Palácio de Queluz, e três dias de festejos, de cerimonial, de sumptuosidade. É o grande banquete da Ajuda; e pronunciam-se aí os discursos de conteúdo político. Craveiro Lopes destaca o «*esplendor que irradia de Vossa Majestade*» e «*a mocidade e o encanto*» da Rainha; recorda o que no passado é comum a ingleses e portugueses; e lembra «*uma amizade secular*» que marca «o *bom entendimento e mútua cooperação*» entre as duas nações e que se estende «*a todos os domínios em que se desen-*

(1) Na preparação da visita, os cuidados de Salazar descem às minúcias. Escreve a Craveiro Lopes: «*Como Vossa Excelência deve proferir o discurso em português, seria gentil da nossa parte fazer uma edição em inglês que pudesse ser distribuída e colocada no lugar de cada convidado inglês, com a ementa*».

volvem as relações de ambos os países, o político, o cultural e o comercial» (1). Responde Isabel II: «*Não creio que haja no mundo outra* (aliança) *tão antiga e contudo tão sólida*», e foi com emoção, ao entrar na barra do Tejo, que recordou os «*indómitos navegadores portugueses que daqui sairam para descobrir novos continentes e dar forma concreta de litorais e estuários aos sonhos e fábulas da Europa de então*». E são as visitas à Nazaré, à Batalha; e em Alcobaça a Rainha almoça no refeitório dos monges decorado numa exuberância de tapeçarias, de obras de arte, de flores. E são mais visitas à Câmara Municipal, e aos Jerónimos, e ao Museu dos Coches; em S. Carlos, para récita de gala, comparece a alta roda política e social; nas lezírias de Vila Franca, Pedro Theotónio organiza uma festa de campinos e toiros; em Coimbra, Isabel II pisa as capas de estudantes entusiastas; e no Porto, por entre multidão delirante, a Soberana é recebida no Palácio da Bolsa. Isabel II e Salazar conversam longamente, são fotografados a sós; e a Rainha, na sua mocidade, não oculta o seu deslumbramento perante aquele homem antigo, de quase setenta anos, que lhe fala serenamente das coisas do mundo. Selwyn-Lloyd, Secretário de Estado, tem entrevistas com Paulo Cunha. E durante três dias o país vive intensamente a visita real, num misto de carinho embevecido, de orgulho, de hospitalidade sentimental, e com um traço de provincianismo ingénuo também.

3

Através de todos os rumores, acentua-se a impopularidade de Craveiro Lopes. São esquecidas as virtudes cívicas, e sublinham-se as limitações. Muitos sectores políticos, dentro e fora da *União Nacional*, não se acanham de dizer que Craveiro Lopes não deve, não pode ser reeleito. E alguns de novo lançam desde já o nome de Salazar. Por seu lado, o chefe do governo repete com insistência o desejo e mesmo a intenção de abandonar a

(1) O discurso de Craveiro Lopes fora elaborado por Paulo Cunha, e revisto por Salazar e Marcello Caetano.

vida pública. Di-lo aos seus íntimos. Mário de Figueiredo reage com vigor, afirmando que é impossível encarar tal hipótese. Por veses, em reuniões privadas da *União Nacional*, Salazar acentua a necessidade de se prepararem as coisas, porque pode em qualquer momento retirar-se para Santa Comba. Nos círculos do Estado Novo, muitos sentem-se abalados com a perspectiva da partida de Salazar, a que os seus sessenta e oito anos dão credibilidade, e de eleições gerais no fim do ano, seguidas de uma eleição presidencial em 1958. Alguns, como Figueiredo ou Costa Leite, tornam à ideia da restauração do trono; mas neste particular Salazar está impenetrável, e nada faz para provocar uma evolução nesse sentido; e muitos monárquicos, considerando que o chefe do governo mantém o equívoco somente para conciliar o seu apoio, abandonam o regime. Suscitado por uns e outros, esboça-se um clima de desagregação de dissolvência; e para alguns Salazar está gasto, exausto, entrara mesmo no declínio.

Perante o país, todavia, o governo dá a sensação de esforço, de trabalho. Marcello Caetano impulsiona a elaboração do novo Plano de Fomento. Traçam-se grandes objectivos: aumento do produto nacional bruto, melhoria do nível de vida dos portugueses, criação de novos postos de emprego. E assenta-se na execução de vastos projectos: a electrificação das vias férreas, a rega do Alentejo, a construção de novas barragens hidro-eléctricas, a montagem da siderurgia nacional, o lançamento de uma ponte sobre o Tejo em Lisboa, a expansão do ensino técnico, o incremento do turismo, a montagem de novas indústrias. Simultaneamente, prossegue a política de obras públicas, completando-se a rede de edifícios públicos para correios, tribunais, quartéis, escolas e liceus, hospitais concelhios, serviços de administração. Arantes e Oliveira, na linha de Duarte Pacheco, demonstra grande capacidade de concepção e de realização. Nas Finanças, Pinto Barbosa assegura em alto nível as tradições de integridade e rigor do seu ministério, e defende severamente o equilíbrio orçamental, o valor da moeda, a estabilidade financeira. Ulisses Cortez, na Economia, não está isento de críticas, e muitos fazem restrições à sua política de liberalização, que em alguns sectores é havida por demagógica; mas o abastecimento do país e os preços não sofrem abalo significativo. Paulo Cunha, regres-

sado à actividade, está no entanto um homem diferente: a doença afectou gravemente o seu dinamismo, a sua capacidade de trabalho e decisão. Antunes Varela, na Justiça, e Gomes de Araújo, nas Comunicações, conquistam prestígio pela sua dignidade e inteligência; Américo Thomaz, na Marinha, é discreto, mas homem íntegro, e contribui para a paz política na sua corporação; e Veiga de Macedo aparece como um incansável, devotado à sua missão, e contribui para a paz social. E Trigo de Negreiros, no Interior, é hábil, moderado, perito no cultivo de homens, e procura relações e contactos em todos os sectores.

Sem embargo, nestes primeiros meses de 1957, paira no ambiente político um traço de incerteza, de desassossego. Porquê? Ressentem-se os círculos militares; e se muitos são partidários de Santos Costa, outros não escondem a sua hostilidade ao ministro, e esta confunde-se para alguns com uma hostilidade ao governo e ao seu chefe. Continua preso Henrique Galvão; e o seu nome inspira a oposição de alguns grupos. Por seu lado, Humberto Delgado, no seu posto de representante militar em Washington, está envolvido numa atmosfera de maledicência, mesmo de escândalo, pela sua vida privada; e revela uma crescente exaltação, em que se misturam planos de ambição pessoal. Mantém assíduos contactos com Lisboa, e aos seus amigos, mais do que por meias palavras, revela uma atitude de crítica às instituições, ao chefe do governo, à administração. Muito influenciado pelos Estados Unidos, e pelos processos e hábitos americanos, Delgado considera que os portugueses vivem em atraso profundo, e que em Portugal se deveriam adoptar muitas das práticas norte-americanas. Numa vinda a Lisboa, Delgado visita Galvão em Santa Maria. Pela polícia, Salazar fica a par do facto, e conhece as críticas de Delgado; mas a nada atribui significado particular. Junto do chefe do governo, Bissaia Barreto é defensor de Henrique Galvão, e Salazar sente por este a benevolência e a sedução que tem pelos homens de inteligência. De Delgado, recorda muitas sessões de trabalho em comum, desde os tempos da guerra mundial, e a devoção que sempre lhe mostrara: e se tem verificado gestos sem senso e até de paranóia, nem por isso acredita que tome posições extremas, e muito menos que alinhe com ideologias de esquerda. Alguns íntimos de Salazar, no

entanto, exprimem receios de solidariedades que Delgado e Galvão possam ter ou despertar nas forças armadas. Bissaia Barreto faz saber a Galvão que deixará de o proteger a partir do momento em que atacar pessoalmente o chefe do governo; e como aquele oficial envereda por esse caminho, Bissaia desinteressa-se da sua sorte. E Mário de Figueiredo está indignado: pensa que é inadmissível o favor de que tem disfrutado Henrique Galvão desde o processo disciplinar de 1949 e o inquérito de 1950. Mas de momento não há indício de que os dois oficiais tenham apoio de monta nas forças armadas.

Salazar parece sereno, mesmo desinteressado, e tudo encara com bonomia e equanimidade. Como Augusto de Castro fosse condecorado pelo governo espanhol, Salazar escreve-lhe: «*Não pude há dias felicitá-lo pela condecoração espanhola com que foi agraciado. Não veio acrescentar nada aos méritos da pessoa, mas o reconhecimento do valor que ela traduz deve ter-lhe sido grato. Vejo também que voltou ao palco do D. Maria com o* Amor à Antiga *e que muitos amigos o quiseram homenagear com esse pretexto. Por tudo o cumprimento e felicito vivamente, com os melhores votos por longa vida e, podendo ser, mais alguma peça, sem medo do boi*». Recebe os ministros, na rotina de sempre. E em 27 de Março de 1957 acolhe o general americano Norstad, novo comandante supremo da organização militar do Pacto do Atlântico. Salazar agrada-se de Norstad: é longa a conversa: e este diz ao chefe do governo que considera fundamentais para a defesa do Atlântico e do Ocidente as posições portuguesas em África. Pela política interna, Salazar sente cada vez mais viva a sua repugnância, e esta é quase invencível. Diz aos seus íntimos: «*é lama, lama da mais sórdida*». Volta-se para os acontecimentos internacionais, com uma atenção pormenorizada e um pensamento concentrado. Preocupam-no agora novos factos. Vê que em torno de Portugal se adensa um mundo diferente, que alicia as imaginações, os espíritos, as vontades. Muitos tomam-no como gestação de uma nova época, de uma nova vida, de uma nova civilização. Para além das aparências, contudo, Salazar vê nos sucessos internacionais o definhamento de uns impérios, e a emergência de outros, e as novas construções políticas e os novos conceitos ideológicos, são os instrumentos dessa

deslocação dos grandes centros do poder. Naquele mês de Março de 1957 produz-se um facto capital: é assinado o *Tratado de Roma*, de que são membros a França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Estabelece a Comunidade Económica Europeia, ou Mercado Comum, e prevê a redução progressiva de tarifas pautais entre os signatários, a abertura das fronteiras ao capital e ao trabalho, a criação de instituições supra-nacionais. Por entre as disposições de natureza económica, financeira ou administrativa, o tratado é eminentemente político: que atitude deve Portugal assumir para defesa dos seus interesses? Do tratado surgirá uma nova Europa? E qual? Por outro lado, nessa mesma Europa, os grandes povos parecem entregues à luta entre si próprios, presos de ideologias que os dividem. Na sequência de Suez, está traumatizada a Inglaterra, sem embargo da solidez das suas instituições políticas; está traumatizada a França, e a sua IV República desagrega-se de crise em crise; e perde terreno na Itália a democracia-cristã. Salazar sente-se apreensivo, e está pessimista. Para além da Europa, agravam-se os conflitos. Todo o mundo árabe está em efervescência, e na Argélia enfrenta a França um levantamento, que não consegue dominar, e que é ajudado pela Tunísia, por Marrocos, pelo bloco-soviético, por alguns círculos políticos norte-americanos. E por toda a África Negra francesa alastram as influências ideológicas que fermentam a instabilidade; e o escol local, educado em França, arvora o estandarte do nacionalismo. Paris lança a *lei-quadro*, que define um estatuto de autonomia interna numa estrutura comunitária. Processo diverso, de um desenvolvimento constitucional que conduz a resultados idênticos, adopta a Inglaterra na África britânica: e a Costa do Ouro, com o nome de Ghana, surge para a independência, sob Nkrumah, que considera seu mandato providencial *libertar* a África ao sul do Saará, desde Dakar ao Cabo e a Madagascar. E nos demais continentes lavra a inquietação, a ansiedade, o conflito latente ou aberto, a guerra civil disfarçada. No desarmamento, e sem embargo de sucessivas reuniões internacionais, não é dado um passo; a guerra fria, oficialmente abandonada, mantém-se sob a coexistência pacífica; e os novos messianismos imperiais alastram pelo mundo. No contexto das Nações Unidas, na lógica política da contracção europeia, definha

a força ocidental; com esta, e para surpresa de Washington, sofre uma erosão a influência dos Estados Unidos, que encontram dificuldade crescente em manipular a ONU; e produz-se um esforço dos blocos afro-asiático e soviético. Muitos vêm nos factos a eficácia da Organização de Nova-York. Salazar vê nos factos a alteração do equilíbrio de poderes no mundo, que a ONU reflecte. E quando a União Soviética faz explodir a sua bomba de hidrogénio, num avanço tecnológico que frisa com o dos Estados Unidos, não se modifica por essa circunstância, de súbito, a posição: mas agrava-se, em desfavor do Ocidente, o desiquilíbrio psicológico e político. E acentua-se a tendência para levantar no seio da ONU problemas de raiz nacional: a educação, a política económica, a política comercial, os direitos humanos; passa-se ao debate sobre o acesso aos mercados, à distribuição de matérias primas e seus preços; e discutem-se conflitos internos, problemas de soberania, questões bilaterais. De tudo, são de confirmar as conclusões já tiradas: o anticolonialismo tem por alvo o ocidente; atacada, a Europa concentra-se sobre si própria; nessa contracção, tem a tendência para acreditar na supra-nacionalidade como defesa; os problemas nacionais são internacionalizados, com enfranquecimento das soberanias; e essa internacionalização, estimulada e explorada pelos novos impérios, conduz a um intervencionismo mundial praticado pelas forças em conflito. Perante esta sociedade que desponta, cabe a pergunta: é definitiva ou efémera? Está-se à beira de uma nova época e de uma nova arrumação da humanidade? Ou enfrenta-se uma vicissitude mais ou menos longa mas passageira? Num caso e noutro, há que tomar decisões diferentes, e todas são vitais para o futuro. Que fazer de Goa, que tanto significa na história de Portugal? E de Timor, que tantos esforços consumiu durante a guerra? E de Macau, uma jóia de Família? E da África, de tão grande valor e importância? Salazar desabafa com homens de confiança: «*Estou na ponte de comando mas em torno só vejo nevoeiro cerrado*».

4

Entre Março e Maio de 1957, nada distrai Salazar da sua rotina. No mesmo ritmo lento e minucioso, nos despachos com os ministros escuta atentamente os relatos que fazem, é exaustivo nas perguntas; e tanto se interessa pela electrificação da linha de Sintra, o Congresso de Industriais e Economistas ou a exposição de arte luso-indiana como pelos danos das trovoadas sobre Lisboa ou o litígio entre Nubar Gulbenkian, filho de Calouste Gulbenkian, e a Fundação por este instituída em Portugal. É a *habitualidade* que Salazar considera um mérito político e social. Mas nessa habitualidade há agora qualquer coisa de distante, acaso de perda de contacto, de isolamento. Nos círculos políticos cresce o nervosismo, o desassossego. Tendo em mente o acto eleitoral do fim do ano, as posições reaproximam-se, procuram reorganizar-se, ajustar entendimentos entre grupos. Os monárquicos não vencem o seu despeito; e além dos que apenas se afastam, há os que pretendem formar um partido que tenha por fonte de actuação política não o regime mas um trono exilado no próprio país. Salazar não acredita que a causa monárquica forme maioria na opinião pública; considera a conservação do princípio real um valor do património político do povo português, a resguardar; mas entende que a emergência dos monárquicos como partido e com actuação independente representa elemento de grave divisão. Por outro lado, nos meios situacionistas lavram divergências e conflitos. Dentro da *União Nacional* está descontente Cancela de Abreu, que ambiciona ascender à comissão central; nos órgãos executivos alguns vogais abandonam os cargos, como Tito Arantes, e são admitidos outros, como Camilo de Mendonça; Costa Leite, que continua a presidir à Câmara Corporativa, deseja uma profunda reforma desta, mas encontra a firme oposição de Veiga de Macedo; e Mário de Figueiredo sente-se magoado por lhe parecer que Salazar não o consulta com a frequência antiga, e desabafa com Santos Costa. Salazar vê o perigo da falta de unidade em ano de eleições, e decide reorganizar a comissão executiva do movimento. Pro-

cede a consultas, faz convites; mas depara com dificuldades. Consegue que a presidência seja ocupada por um fiel partidário, Costa Leite, que vê no desempenho das novas funções, aliadas às da Câmara Corporativa, um meio de obter a reforma que deseja. Para os restantes lugares são escolhidos Domingos Braga da Cruz, Camilo de Mendonça, César Moreira Baptista, e de novo Henrique Tenreiro, que dá provas de dinamismo e capacidade de organização. Salazar resolve empossar pessoalmente a nova comissão executiva.

Corta o mal-estar a notícia conjunta dada no Rio de Janeiro e em Lisboa: Craveiro Lopes visita oficialmente o Brasil, de harmonia com o convite de Juscelino na passagem em Lisboa. Mas Salazar, para além do interesse político da viagem, fica apreensivo com outros aspectos: não tem confiança na sensibilidade política de Craveiro Lopes e receia que este, perante hábitos diferentes e assediado por uma imprensa sensacionalista, se deixe arrastar para algum deslize; teme que a rigidez do Presidente se choque ou ofenda a informalidade desataviada dos brasileiros; e pergunta-se que representará para o futuro político de Craveiro Lopes uma visita que o prestigie, se bem sucedida. Dedica à preparação da viagem, por isso, toda a atenção. E desde logo se interpõe uma intriga de Álvaro Lins. Este pretende que tudo seja tratado por seu intermédio; procura fazer acreditar a sua influência decisiva no Rio e ao mesmo tempo destruir a acção de António de Faria; e transmite para o Itamaraty exigências ou condições que Lisboa não formula. Na verdade, todavia, é muito limitada a posição de Lins junto do seu governo; e Faria consegue desfazer perante o chanceler Macedo Soares os propósitos de enviado brasileiro em Lisboa. Salazar tem repetidas conversas com Craveiro Lopes, e previne-o das ciladas que pode encontrar, e das subtilezas de algumas situações: na sessão do Gabinete Português de Leitura, «*convirá que seja muito cuidada a oração a pronunciar*»; e quanto à entrevista de imprensa, «*como em Portugal o Presidente da República dirige superiormente a governação pública mas sempre por intermédio do governo, aqueles senhores deverão compreender a impossibilidade em que de*

facto o Chefe do Estado Português se encontra de dar resposta a problemas políticos que lhe fossem postos». E Salazar, por outro lado, anota com Paulo Cunha a maneira de conduzir a visita e evitar quaisquer escolhos embaraçosos (1).

---

(1) Salazar chega a todos os pormenores, e julgo ter interesse documental e biográfico a seguinte carta para Craveiro Lopes: «*Senhor Presidente — Devolvo a Vossa Excelência as palavras destinadas à rádio brasileira. Mando junto uma versão que segue o mesmo curso de ideias e só aqui e ali difere um pouco da forma. Tive ontem uma longa conferência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, na qual se reviram alguns pontos do programa que mais me interessava aclarar. Quanto à sessão solene do Gabinete Português de Leitura, chegou-se à conclusão de que os ministros não deveriam falar, o que aliás era a posição do Dr. Macedo Soares. Como temos a notícia de que o Presidente K. de Oliveira fará um grande discurso, entendeu-se que a sessão devia restringir-se à saudação do português do Brasil, Dr. Sousa Baptista, e aos discursos dos dois Chefes de Estado. Convirá portanto que da nossa parte seja muito cuidada a oração a pronunciar nessa sessão. Nós temos aí um pouco mais de liberdade de acção, visto que no banquete oficial temos de seguir um pouco as linhas da que ali proferir o Presidente dos E.U. do Brasil. Falou-se na entrevista colectiva à Imprensa. Ela está completamente fora dos nossos usos e acarreta alguns riscos. Como em Portugal o Presidente da República dirige superiormente a governação pública mas sempre por intermédio do governo, aqueles senhores deverão compreender a impossibilidade em que de facto o Chefe do Estado Português se encontra de dar resposta a problemas políticos que lhe fossem postos. Pareceu-nos que seria de adoptar a seguinte orientação: recepção pelo Chefe do Estado aos jornalistas; breve alocução; oferecimento de um beberete qualquer; convolar para o ministro dos Negócios Estrangeiros a prossecução da entrevista colectiva. Supomos que assim as coisas se podem passar com correcção e dignidade. Falámos nos discursos. Se as coisas correrem como o Ministro as tinha disposto, com a distribuição do trabalho que fez no ministério, talvez os três ou quatro principais discursos possam ser lidos ainda em Lisboa amanhã ou depois. O trabalho de mais apertada revisão seria porém feito já a bordo pelo Doutor P. Cunha e seus colaboradores. Sendo assim, e assente que na sessão do Gabinete Português de Leitura o Ministro não falará, há tempo de sobra para as revisões, embora Vossa Excelência não pudesse dispor aqui dos discursos e só no Rio. O discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros ficaria para os Altos Estudos Militares de lá, onde com toda a facilidade se pode ocupar da política internacional, sem interferência possível no que o nosso Chefe do Estado tem de fazer, em paralelo com o Presidente do Brasil, no Gabinete Português de Leitura. Eu não via possibilidade de nos sairmos convenientemente da dificuldade. Parece-me por isso que as coisas ficarão agora melhor, e mesmo bem, salvo no que respeita*

Craveiro Lopes parte para o Brasil em 4 de Junho de 1957, por via aérea, enquanto Paulo Cunha seguira dias antes, a 28 de Maio, por mar. Na comitiva, vai Mário de Figueiredo, depois de muito instado por Salazar. Craveiro Lopes desce na Bahia, e aí passa a bordo do *Almirante Barroso*, navio chefe da esquadra brasileira, que o conduz à Guanabara. E então, apoiada na colónia portuguesa do Brasil e numa hospitalidade brasileira que Juscelino torna eufórica e afectuosa, inicia Craveiro Lopes uma visita apoteótica. Pela Candelária, pelas avenidas do Rio moderno, regorgitam multidões de portugueses e cariocas. Desde António José de Almeida, há trinta e cinco anos, que não se desloca ao Brasil um Chefe de Estado português. É grande a emoção entre os portugueses, e há curiosidade em muitos brasileiros. E multiplicam-se os festejos, banquetes, paradas, sessões solenes; é assinado o regulamento do Tratado de Amizade e Consulta; a Craveiro Lopes é atribuído o grau de doutor pela Universidade do Brasil; a Juscelino é entregue a Banda das Três Ordens; são as deslocações a S. Paulo, Santos, e a Brasília, futura capital; e no Jardim Botânico, Craveiro Lopes planta uma palmeira imperial junto da que, trazida da Índia, fora disposta por D. João VI. Paulo Cunha e Macedo Soares têm repetidas entrevistas. Sousa Batista, um dos patriarcas da colónia portuguesa, proclama o patriotismo e a lealdade desta. E Juscelino e Craveiro Lopes trocam discursos de amizade e apoio recíprocos: é um momento alto da comunidade luso-brasileira.

Em Lisboa, surge um conflito: há um embate do Bispo da Beira, D. Sebastião Resende, com o ministro do Ultramar e, através deste, com o governo. Escrevera o Prelado uma pastoral sobre as responsabilidades dos Bispos; impressa, não chegou a ser publicada, mas circulara na metrópole e em Moçambique; e Salazar anota que contém um trecho «*que não corresponde fielmente aos factos e é injurioso para o governo na pessoa do ministro do Ultramar*». Não possuía a cidade da Beira um liceu e estava a cargo da Diocese o ensino secundário; pela visita de

---

a não se poder dispor dos discursos em Lisboa daqui até à partida. Este ponto ou dificuldade parece-me já invencível pela demora que houve na elaboração dos projectos».

Craveiro Lopes, a população reclama o liceu; e Raul Ventura, depois de larga correspondência com o Prelado e da aprovação deste, resolve criá-lo. Ofende-se o Bispo, por julgar que se lhe sonega o ensino, e na Pastoral dirige-se ao Ministro, perguntando: «*se um homem procede desta maneira, que lhe resta digno de ser homem?*» Em carta pessoal, Ventura replica ao Prelado: «*se um Bispo mente desta maneira, que lhe resta digno de ser Bispo?*» Então o Presidente do Conselho toma posição de firmeza: considera a matéria como estranha ao governo da Igreja e ao ministério pastoral, e portanto para além das liberdades previstas na Concordata; e nestas circunstâncias o texto devia ter sido sujeito à censura, que o autorizaria ou não. «*Desde que que o Senhor Bispo não cumpriu a lei, a pastoral podia ser apreendida, mas não o foi. O facto de não ser apreendida não elimina a responsabilidade do autor por ter publicado a pastoral sem a sujeitar à Censura e por injuriar o governo na pessoa do Ministro do Ultramar*». Do incidente, Salazar tira uma conclusão de ordem geral. «*Como o caso tem tendência para repetir-se, temos primeiro um problema de princípio a resolver — como levar o Episcopado a cingir-se ao artigo 2.º da Concordata, desde que pretenda reivindicar o privilégio que ali lhe é concedido. Isto é, tem de saber-se se a Santa Sé se dispõe a tomar providências a este respeito, ou se as não toma e prefere que o governo as tome, no cumprimento da letra e espírito da Concordata, enquanto esta vigorar*». E quanto ao Bispo da Beira, que fazer? Pois bem: «*o governo não prescinde de que o Bispo reponha em público a verdade dos factos e a Santa Sé informe o governo da sanção que vai aplicar ao prelado para satisfação da verdade, da consciência pública e da dignidade do poder*». Salazar chama o Núncio, e põe-lhe o problema; e o Núncio confessa-se «*desolado*» e promete intervir. De repente, o Bispo da Beira surge como polarizador da oposição em Moçambique e bandeira de aspirações locais; toda a Hierarquia tem conhecimento do conflito; e formam-se solidariedades com o Bispo e outras com o governo. Há um quarto de século, quando assumira as funções de Presidente do Conselho, Salazar prevenira o seu amigo Cerejeira, Cardial Patriarca de Lisboa: «*Eu defendo os interesses de Portugal e do Estado, e os interesses da Igreja só contam para*

mim enquanto se conjugarem com aqueles e apenas nessa medida. E o Estado é independente e soberano». Salazar está a cumprir a sua palavra: a Deus só que é de Deus; a César tudo o que é de César (1).

Na segunda quinzena de Junho de 1957, Craveiro Lopes regressa da sua viagem ao Brasil, e é acolhido em Lisboa com aparato oficial e manifestações públicas. E o embaixador de Espanha transmite a Salazar uma mensagem do generalíssimo Franco: este sugere um encontro numa cidade junto à fronteira.

5

Em 4 de Julho de 1957, Salazar comparece na sede da *União Nacional*, como havia prometido, para empossar a nova comissão executiva, e dirige-se aos altos corpos do movimento. Traça desde logo um quadro do mundo actual: mudanças radicais verificaram-se na Europa e noutros continentes, nos últimos vinte ou trinta anos; as grandes potências, guias e ordenadores dos interesses mundiais, não são as mesmas doutrora; numerosos países ascenderam à independência; pelos organismos internacionais pretende-se fazer passar boa parte da vida das nações; o comunismo subjugou grande parte da Terra e quer fazer uma revolução «*que se revelou impossível nos domínios económico e social, mas continua a ser viável no campo político*»; elementos subversivos, ódios políticos e rácicos, nacionalismos imprudentes e excessivos, trazem a ruína aos povos; e apoiada numa técnica, a que se atribuem possibilidades sem limite, criou-se a miragem do crescimento indefinido das riquezas, que alvoroçou as maginações. Há em tudo isto choques de interesses, aspirações ilusórias, erros, contradições: «*com eles nos temos de haver para preservar o nosso ser nacional, fazê-lo progredir e afirmar-se entre as nações*». Entretanto, os homens continuam «*desalentados, ansiosos, inquietos*». Perante os factos, há que ver se «*a fórmula de união nacional é ainda actual ou se perdeu, ante a feição dos acontecimentos, a sua eficácia política*».

(1) Ver Vol. II, págs. 152 e 153.

Entre outras, há contra o regime a acusação de que não mantém um alto grau de algumas liberdades públicas. É fundada? Liberdades ilimitadas destroiem-se a si próprias, e por isso estão condicionadas por toda a parte; e a sua regulamentação jurídica depende de factores sociais. Ponto essencial é fazê-las viver na prática da vida; e esta apenas tem como fronteira o perigo que faça correr a outras liberdades ou bens superiores do homem e da sociedade. Dentro deste quadro, pretendeu-se criar um ambiente político que fosse propício à marcha regular das instituições. Primeiro, foi preciso rejeitar os partidos como elementos da estrutura do Estado; depois, houve que pôr de lado tudo quanto pudesse dividir os portugueses; por último, apelar para os homens de boa vontade, empenhando-os num trabalho de salvação colectiva. Assim tem sido possível que nos governos desde o *28 de Maio* hajam servido homens que num regime partidário se distribuiriam por vários partidos políticos; e a diferença está em que, ao participar no governo, se encontram livres de uma disciplina exterior e isentos de mandatos conferidos por outras forças ou organizações, e por isso podem actuar consoante a sua capacidade e consciência. Para o trabalho nessas condições é indispensável um denominador comum, e esse é o «*interesse nacional*». E este aspecto levanta um problema: o dos monárquicos. Foi instalada a Família de Bragança com a dignidade que compete aos descentes directos dos Reis de Portugal, e isso pela justiça devida aos que conduziram a grei por oitocentos anos, e pela previsão prudente de que pode haver um momento em que a solução monárquica seja uma solução nacional. Na sequência desta ideia, todavia, está implícito o pensamento de que a Casa de Bragança se «*encontre afastada duma chefia política que, em determinado momento, em vez de unir, divida os portugueses*». Por isso, «*quando noto certas exteriorizações que podem não ser acidentais*», e «*receios que sei serem infundados*», o menos que se pode dizer é que «*no fundo se ameaça a união nacional estabelecida*». E quanto aos partidos? Trabalhar sem estes, e sob uma constituição que os não prevê, deixa Portugal quase sozinho no mundo; mas se as aparências são estas, as realidades são muito diferentes. Todas as constituições se classificam a si próprias de democráticas. Há as «*democracias por excelência*», que

são os Estados comunistas; intitulam-se não só democráticos como populares; «*mas dando às palavras o seu sentido corrente, temos de considerá-los como Estados totalitários*». E existem as democracias parlamentares. Com estas, examinando o seu funcionamento, podem constituir-se três grupos: o dos raros Estados em que os partidos pouco numerosos permitem maiorias homogéneas, que podem governar; o daqueles em que as modificações governamentais, tão intolerante é a vida partidária, são praticadas por golpes de Estado ou revolução; e o dos que, pela proliferação partidária, vivem de crise em crise, com governos condenados à inacção.

Em face destes problemas, alguns têm exprimido ansiedade «*por que se prepare para futuro uma engrenagem partidária que suceda ao actual regime*». Mas «*quando os partidos viessem a ser consentidos*», diz Salazar, «*nós teríamos, logo desde o primeiro momento, pela imitação do estrangeiro e as tendências desagregadoras do sistema a actuar sobre o nosso modo de ser, cinco ou seis agrupamentos pelo menos*»; e se «*há países com mais, aqueles chegavam para regressarmos à desordem anterior e à impossibilidade de nos governarmos*». E por tudo isto «*não há dúvida de que a democracia política, sob a sua forma parlamentar e partidária, entrou há muito em crise de descrédito e decomposição*»; «*há-de arrastar-se décadas*»; «*filosoficamente, pode dizer-se que está já ruindo pelos alicerces*». Deste modo, os partidos estão à margem dos factos, e não reflectem os problemas ou necessidades nacionais, nem tem ressonância nas classes da população. Um perigo há que ter em mente: o aferro a princípios e instrumentos sem eficiência. Quando se observa a fragilidade orgânica dos Estados ocidentais e «*vejo da outra banda que os dirigentes não levantam a mão da alavanca de comando, tremo pelo futuro destes povos e da sua civilização*». Podem ser muito justas as divergências e as reivindicações, «*mas o essencial pode perder-se nas discussões de Bizâncio*». E em Portugal? Está constitucionalizado o regime e legitimado juridicamente, além de o estar por trinta anos de vida. E terá servido o interesse nacional? Trinta anos é tempo longo, e o regime deveria afirmar-se por obra de relevo; mas a verdade é que, fora da natureza, o tempo nada cria, e apenas desgasta e destrói.

É outro o problema: poderia ter-se conseguido mais por outros processos e as bases existentes permitem resolver o muito que ainda falta e faltará fazer? «*Eu aconselharia, com a prudência que uma dura experiência me deu a mim e ao País, que continuássemos a trilhar este caminho*». Valem os países pela sua população, riqueza, potencial económico, e também pelas suas posições estratégicas e como factores de uma política. Ora «*nós somos na Europa uma pequena e modestíssima nação, mas com fracções relevantes em várias partes do mundo, suficientes para nos permitir mudar de plano na vida internacional*». E por isso, «*se temos consciência de uma missão, e vontade de cumpri-la, havemos de consolidar a nossa própria situação interna, tornar bem coeso o nosso espírito e bem sólida a formação moral, como maneira de mobilizar, sem compromissos ou hipotecas indesejáveis, os elementos alheios de interesses coincidentes*». Não foram dados passos em falso: neutralidade que permitiu a paz na Península, formação com a Espanha do bloco peninsular, estreitamento da aliança inglesa, instituição da comunidade luso-brasileira, «*tão sentida e entusiasticamente exaltada na recente viagem do Senhor Presidente da República*». E para o futuro? «*Se as inclemências do tempo presente nos não embaraçarem as estreitas relações com as nações africanas nossas vizinhas, nem nos impedirem de realizar o nosso programa de África, sobretudo de Angola e Moçambique, essa comunidade luso-brasileira, ao lado da comunidade britânica e da comunidade hispânica que se estruture englobando as Américas de filiação espanhola, podem vir a ser três dos maiores factores de ordem e estabilidade da política internacional*». E tudo isto «*impõe a União Nacional*».

É um discurso explicativo, e repetitivo de ideias anteriores, e reveste-se de um tom defensivo: constitui uma recomendação, um conselho aos portugueses. Vem fortalecer os ânimos dos homens da *União Nacional*, vem confirmar nos seus pontos de vista os partidários do regime. Agrada aos republicanos, que sentem dissipados os seus temores e dúvidas; mas encoleriza os oposicionistas, sempre irredutíveis e sempre esperançosos num abrandamento do antipartidarismo. Desagrada contudo, mais do que àqueles, aos monárquicos: estes vêem no discurso o repúdio do pretendente ao trono e o corte definitivo com uma restau-

ração monárquica. Nos meios realistas, é intensa a emoção; e em muitos monárquicos, que sem prejuízo das suas convicções colaboram com o regime, suscitam-se problemas de consciência. Salazar tem clara percepção do facto; mas sente maior risco em criar dúvidas nos republicanos do que em alienar os monárquicos. Lamenta-se aos seus colaboradores: «*Fugiram-me os monárquicos, não me compreenderam*».

Dias mais tarde, Salazar segue para Cidade Rodrigo, e a 10 de Julho de 1957 está com o generalíssimo Franco. Encontram-se os dois homens pela quinta vez. Francisco Franco fizera em Fevereiro anterior uma remodelação do seu governo, e no ministério dos Assuntos Exteriores Martin Artajo fora substituído por Fernando Maria Castiella (1). Este acompanha o generalíssimo; e Paulo Cunha acompanha Salazar. Em Espanha, a situação é agora diferente: havia findado o isolamento político e diplomático; o país fora admitido nos organismos internacionais; estava ligado aos Estados Unidos por acordos bilaterais de auxílio económico, financeiro e militar; e Franco fizera evoluir o regime no sentido da monarquia. Juntamente, todos estes pontos interessam a Salazar, e este sente-se pouco esclarecido em virtude da reserva espanhola habitual, contrária ao espírito do pacto de amizade e não-agressão entre os dois países. E nas conversas com o generalíssimo, Salazar aborda estes problemas. Franco dá explicações, pormenoriza alguns aspectos: a Espanha não está profundamente interessada em entrar para o Pacto do Atlântico: e considera que os acordos com Portugal e os Estados Unidos são suficientes para a integrar no sistema de defesa do Ocidente e para garantir a sua própria segurança. Depois, alude à sua *política árabe*, em que deposita muitas esperanças, e à situação de Gibraltar, que deve regressar à Espanha; e tem como preocupações fundamentais a expansão do comunismo e o papel da maçonaria. E a política de África? Salazar reafirma a posição portuguesa, a sua disposição de a prosseguir em face dos ataques da ONU; e relata a situação em que se encontra o problema

(1) Castiella representava as forças católicas e monárquicas, e as tendências imperiais de Espanha. Com José Maria de Areilza era autor de um livro intitulado justamente *Reivindicações de Espanha*.

de Goa. Franco esclarece que é idêntica a política espanhola em África, e que se propõe não ceder a pressões exteriores; e em qualquer caso pode Portugal contar com a firme solidariedade de Espanha. Perante os movimentos europeus para criação de uma comunidade económica, o generalíssimo não se mostra entusiástico, e está céptico quanto ao seu êxito; e em qualquer caso a Espanha não se precipitará. Num ponto, Franco é nítido: no desejo de apertadas relações com os Estados Unidos. Salazar comenta para os seus: «*Franco não é muito falador e tem a lábia dos galegos*».

De regresso de Cidade Rodrigo, Salazar e Paulo Cunha expõem em Conselho de Ministros os assuntos tratados nas entrevistas com Franco e Castiella (1). As agências noticiosas internacionais divulgam relatos diversos: Salazar e Franco haver-se-iam ocupado da evolução interna dos dois regimes e Portugal acompanharia a Espanha na restauração da monarquia. Este rumor sem fundamento é disseminado internacionalmente, e sobressalta os monárquicos portugueses, que por seu turno se entregam a especulações no interior do país. De novo se erguem críticas e apreensões dos republicanos. Resolve Marcello Caetano, definitivamente convertido à república, e na linha do último discurso de Salazar, fazer declarações às agências, e diz: «*não existe em Portugal problema de regime e tudo quanto se diga em contrário carece absolutamente de fundamento*». Transmitido do estrangeiro para Portugal, e publicado nos jornais da tarde, o desmentido agrava a celeuma; e Salazar fica «*preocupado com os reflexos que se poderiam verificar em outros sectores do interior*»; e telefona à censura indicações para eliminar na imprensa da manhã a repetição do desmentido. Como houvesse informado Salazar do teor das declarações que fizera, sem ouvir deste reparo, Caetano ficou surpreso, e perturbado; queixa-se ao chefe do governo,

(1) É curioso, e talvez significativo, que seja muito escassa a documentação sobre os encontros entre Salazar e Franco. Salazar costumava registar por escrito todas as suas conversas importantes; mas não deparei com quaisquer documentos neste particular. Tudo o que se pode saber é o que resulta de inferências de outros documentos. De algumas investigações que fiz do lado espanhol concluí que Franco procedia de igual modo. Porquê?

considera-se desautorizado; e se não pede a demissão, afirma que «*não quero de maneira nenhuma ser um embaraço*». Salazar dá longas explicações. Dizer que *não existe* em Portugal um problema de regime é diferente de dizer que *não está posto* esse problema. Aliás, «*a ideia de que uma afirmação do governo, alienando o apoio de uns, pode trazer o apoio dos outros, julgo-a ilusória, porque os verdadeiros republicanos ou os que se julgam tais, não querem esta República, mas outra muito diversa que importa a denegação e a destruição do que está feito*». Salazar pensava ter aquietado uns e outros com o seu discurso de 4 de Julho, e assim lhe parecera no primeiro momento; mas o encontro com Franco, a especulação da imprensa, e «*a falta de sensibilidade de alguns monárquicos*» permitiram «*jogar com uma frase solta do discurso, e os inimigos da situação com outras, para fins que não respeitam aliás à consolidação do regime actual mas aos seus interesses partidários*». Marcello Caetano pergunta se efectivamente o chefe do governo acalenta o propósito de tentar a restauração do trono. Salazar é nítido: não tem essa intenção: e, além das reservas quanto ao momento, tem reservas quanto ao actual representante da dinastia. Por nada, porém, se acalma a agitação dos monárquicos e a intriga entre os republicanos. Para alguns, está iminente a saída de Salazar, por vontade própria; para outros, é Craveiro Lopes que deseja demitir o chefe do governo; e para terceiros, se Salazar abandonar o poder, deveria este ser entregue a Santos Costa, que teria o apoio de Mário de Figueiredo e de Costa Leite. Fala-se mesmo numa conspiração urdida por Craveiro Lopes. Mas Salazar não acredita: «*não tem inteligência suficiente para me iludir*». Santos Costa, contudo, parece dar algum crédito à ideia, e em reuniões com altos chefes militares critica o Presidente da República. Nos meios políticos, tanto governamentais como oposicionistas, vive-se uma atmosfera pré-eleitoral.

6

Naquele verão de 1957, perfazem-se dez anos sobre a data em que, pela primeira vez, a União Indiana reivindicara Goa. Parece justificada a atitude definida por Salazar: ao cabo de uma

década, através de mil dificuldades e ameaças, subsiste uma Goa portuguesa. Violações de fronteira, actos de terrorismo, obstáculos e perseguições aos goeses que vivem na Índia, continuam a constituir a rotina; mas Lisboa organizou-se para enfrentar os embaraços causados por Nova-Delhi. Entretanto, desenvolveu-se apertada cooperação com o Pasquistão, também de relações tensas com a União Indiana pela disputa sobre Kashimir; e os portos e aeroportos paquistaneses são usados por Portugal no apoio logístico a Goa. De parte portuguesa, todavia, mantém-se uma posição tão intransigente quanto à soberania como flexível quanto à negociação de problemas de vizinhança. E justamente, em declaração de 30 de Julho de 1957, Paulo Cunha reitera o «*oferecimento de negociações amigáveis*», para corresponder a propostas de alguns deputados indianos, no sentido de serem abertas conversas com Portugal. Mas o governo de Nova-Delhi não altera o objectivo de total integração de Goa; e nenhuns contactos são estabelecidos. Para mais, continua em debate perante o tribunal da Haia a petição portuguesa. Contra esta deduz o governo de Nova-Delhi *seis excepções:* três são de forma e procuram negar a competência do tribunal; e as demais respeitam à substância, e alegam a improcedência dos pedidos portugueses. Num plano e noutro, responde Portugal aos argumentos indianos na primeira quinzena de Agosto. E o tribunal marca para fins do verão o julgamento desta fase do processo.

Salazar acompanha o debate processual e judiciário da questão de Goa. Lê as alegações indianas, as réplicas portuguesas de Galvão Teles e Maurice Bourquin; e interessa-se pelas informações secretas que o juiz português Manuel Fernandes vai enviando sobre as deliberações e o estado de espírito do Tribunal. Na opinião pública, de momento, são outras as preocupações. É a política interna, são as férias de verão; e é a visita do Governador Geral da África do Sul, Ernest Jansen. Este é recebido, na primeira quinzena de Agosto de 1957, com o protocolo fixado na visita de Isabel II; mas o esplendor e a magnificência reais são substituídos por ceremonial cívico, paisano. E suscitam sempre curiosidade os grandes números: banquete na Ajuda, oferecido por Craveiro Lopes; tourada *à portuguesa* no Campo Pequeno; visitas ao Município, e aos Jerónimos, onde

o Governador Geral presta honras a Vasco da Gama; almoço no Palácio da Vila, em Sintra, a convite de Salazar; e banquete que Jansen oferece a Craveiro Lopes em Queluz. Paulo Cunha e Eric Louw, ministro dos Estrangeiros da África do Sul, têm repetidas conversas. São debatidas as relações entre os dois países; o uso do porto e caminho de ferro de Lourenço Marques, vitais para o Transvaal; as convenções de trabalho com Moçambique; o aproveitamento do rio Cunene, entre Angola e o Sudoeste Africano; problemas de defesa, de ligações aéreas; e a posição dos dois países nas Nações Unidas. Mas a visita de Jansen é acto de governo e negócio de Estado: não é acontecimento popular (1).

Salazar conserva-se entre o Forte do Estoril e Lisboa. Dá um salto a Santa Comba e ao Vimieiro, e logo regressa. Sente-se agora de boa saúde; e o ar do mar, depois de umas palpitações cardíacas nos primeiros dias, revigora-o, dá-lhe boa disposição, atenua-lhe as insónias de Lisboa e da residência da Rua da Imprensa. Está activo, interessado; e alude com menos frequência à sua retirada da vida pública, por não a julgar oportuna. Em face dos boatos, da agitação dos círculos políticos, e das críticas, alguns sugerem que é indispensável reconstruir o governo. Mas Salazar é de outro parecer, e por motivos análogos aos que o levam a pensar não dever retirar-se nesta altura: é ano de eleições para uma nova Assembleia Nacional, o Presidente da República está a menos de um ano do termo do mandato: modificações nos órgãos supremos do regime acarretam sempre estremecimentos, sobressaltos: e convém por isso que a substituição do chefe do governo seja feita quando as instituições tenham à sua frente uma vida constitucional prolongada. De momento, Salazar aplica-se na escolha dos nomes de candidatos à nova Câmara, e a combinar com Craveiro Lopes a data das eleições. De novo, se abre luta nos sectores políticos: há os candidatos apoiados por Mário de Figueiredo ou Costa Leite; a estes opõem-se os que pretendem representar a facção Marcello Caetano;

---

(1) Pertencendo ainda na altura à Comunidade Britânica, a África do Sul, como os outros Domínios, tem à sua frente um Governador Geral, que desempenha as funções e tem as honras de Chefe de Estado.

e a estes por seu turno são contrários os da facção Santos Costa; e surgem os que são propostos por Ulisses Cortês, ou Soares da Fonseca, ou Albino dos Reis, outros ainda; e depois há os independentes, que dizem representar forças locais, e os técnicos, que se tem por especialistas em matérias particulares, e os que desejam ser reeleitos porque sempre o foram e consideram ofensa não o ser. Salazar tem de interpor a sua autoridade para joeirar da multidão de nomes os que hão-de constituir a lista final; mas procede por tentativas e compromissos para evitar, no que for viável, recriminações e ressentimentos; e do mesmo passo tenta aproveitar os melhores valores pessoais. Nas suas audiências dominicais com o Chefe do Estado, Salazar dá conta do desenrolar do processo político, e mostra preferência por que seja fixada para 3 de Novembro a data das eleições: há que prever um novo debate na ONU sobre a posição de Portugal; esperam-se visitas oficiais; vai realizar-se o julgamento preliminar da Haia; e não convém que o sufrágio se verifique antes daquela data. E em 18 de Setembro daquele ano de 1957 escreve a Craveiro Lopes: «*Quanto ao projecto de decreto (a marcar eleições), o ministério do Interior copiou o de 1953, com excepção da data, que seria este ano 3 de Novembro pelas razões que aduzi no passado domingo*».

Nos primeiros dias daquele mês de Outubro, abre-se a campanha eleitoral. Na Haia, advogados portugueses e indianos degladiam-se perante o tribunal internacional. E em 4 de Outubro a União Soviética lança em órbita, no espaço, um satélite artificial — o *Sputnik* I — que incendeia as imaginações através do mundo e perturba o povo americano, de repente possuído de um complexo de inferioridade.

7

Nos fins de 1957, repete-se o sobressalto eleitoral a que a a opinião pública já se habituou. De novo, é o debate entre governo e oposição. Humberto Delgado, vindo dos Estados Unidos, regressa a Portugal, exprime a sua irrequietude, a sua hosti-

lidade ao governo. Delgado, que pretendera ser Governador Geral de Angola ou Administrador dos Caminhos de Ferro, desejaria agora ser administrador do Banco Nacional Ultramarino. Não é viável a solução, todavia; e Kaulza de Arriaga pensa em entregar a Delgado o Comando da I Região Aérea; mas este recusa, por não querer ficar subordinado a Costa Macedo, general mais moderno e chefe do Estado Maior da Força Aérea. No mês de Outubro daquele ano, toma Delgado posse do lugar de director-geral da Aeronáutica Civil; e não tem qualquer manifestação exterior de oposicionismo. Na mesma altura, abre-se a campanha. Inicia-a a *União Nacional* com a apresentação dos seus candidatos à Assembleia. É profunda a renovação de nomes e, entre estes, muitos são também homens novos: cerca de metade dos cento e vinte candidatos da *União* não pertenceram à câmara cessante. Simultaenamente, declara-se a oposição: concorrerá em Braga, Aveiro, Porto e Lisboa. Desde logo, é anunciado o elenco oposicionista de Lisboa: homens antigos, como Ferreira Martins ou Câmara Reys, e homens mais novos, como Arlindo Vicente ou Manuel João da Palma Carlos. Do mesmo passo, é entregue a Craveiro Lopes uma representação de oposicionistas: alega-se a falta de liberdade para o sufrágio, a censura, o «*recenseamento tendencioso*», o totalitarismo do regime. É um protesto; e subscrevem-no os antigos da I República: Jaime Cortezão, Azevedo Gomes, Tito de Morais, Helder Ribeiro, José Domingues dos Santos, Nuno Simões, e ainda Adão e Silva e Acácio de Gouveia. Desde logo se notam entre os oposicionistas divergências de ideologia e de táctica. Democratas, liberais, republicanos históricos, sociais-democratas, monárquicos, não conseguem estabelecer uma frente unida, e apenas há identidade de vistas no repúdio do apoio oferecido pelos comunistas, sobre quem pesa a sombra da repressão soviética na Hungria; mas nas críticas ao governo e ao regime há na superfície completa solidariedade. Surgem divergências quanto à estratégia, contudo: alguns propõem o intervencionismo e a disputa do sufrágio; outros recomendam o abstencionismo, perante o que consideram a insuficiência de garantias e a percentagem reduzida de votos com que a oposição, por aquele facto, apareceria aos olhos do país.

Na primeira quinzena de Outubro de 1957, está em curso vigoroso o debate. Como de uso, multiplicam-se os comícios, as sessões de propaganda, os discursos, as declarações e artigos de jornais, os panfletos que circulam de mão em mão. Na grande imprensa, como o *Diário de Notícias* ou o *Século*, a campanha eleitoral é apresentada com aparente equilíbrio, pendendo no entanto para o lado do governo; os jornais de opinião, como o *Diário de Lisboa*, ou a *República*, tomam partido oposicionista; outros, como o *Diário Popular* ou as *Novidades*, procuram manter a neutralidade; e o *Diário da Manhã* atinge por vezes a violência ao vergastar os adversários do regime. Reentram na liça os mesmos homens de gerações passadas: Cunha Leal, que é um ano mais velho do que Salazar; António Sérgio, já nos seus setenta e quatro anos; Helder Ribeiro, a caminho dos oitenta; e Jaime Cortezão, com sententa e três anos, é um patriarca da democracia, intelectual e patriota. E são também os mesmos homens de gerações mais novas, agora entre os trinta e os cinquenta anos, que activam e conduzem a campanha eleitoral: Acácio de Gouveia, Adão e Silva, Rodrigo de Abreu, Abranches Ferrão, Vasco da Gama Fernandes, Cal Brandão, Mário Soares, outros ainda. Voltam a comungar num objectivo: derrubar as instituições. E as suas críticas incidem de novo sobre todos os sectores da actividade governativa. Insuficiência de hospitais e serviços de saúde; erros da política agrícola; carácter obsoleto da política industrial; defeitos e inviabilidade do corporativismo; ausência de uma política social, rasgada e moderna; má concepção dos planos de fomento; negação das liberdades públicas, dos direitos individuais; opressão policial; incompetência e corrupção da administração; desbarato dos dinheiros públicos; baixo nível de vida dos portugueses; política financeira ultrapassada e dúvidas sobre as contas públicas; política externa conflituosa e ao arrepio das grandes correntes mundiais — constituem os ângulos de ataque das oposições. Perante a gravidade dos problemas, reclamam um governo nacional. Paralelamente, é feito um apelo a governos estrangeiros, democráticos e amigos, e a organismos internacionais, para que intervenham e ajudem a libertar Portugal da opressão, quer auxiliando as forças democráticas internas, quer recusando ao governo por-

tuguês legitimidade no plano externo. Ripostam com igual vigor as forças que apoiam o governo. Praticamente, está mobilizada a alta administração para responder às acusações dos adversários. É dada réplica a cada alegação concreta, são fornecidos elementos factuais para ilucidar insinuações e críticas; e a *União Nacional* organiza comícios e contra-comícios, manifestações, sessões de propaganda. Mas a campanha decorre perante a interrogação habitual: vão os oposicionistas às urnas, desta vez, ou não?

Para além do ambiente generalizado de críticas e sua refutação, estabelecem-se polémicas individuais. Destas, assume especial relevo a que é provocada por Cunha Leal. Este publica as «*considerações de um abstencionista*», e ocupa-se do conjunto dos problemas nacionais. É um homem sem esperança, e frustrado porque não convenceu o campo democrático a abster-se em massa; e aos intervencionistas deseja boa sorte. E que observa no país? Pela «*opressão intelectual da censura*», «*receio da polícia política*» e «*perseguições governamentais*», há no país um «*pávido silêncio*», e este esconde a «*penúria material*» e o «*baixíssimo nível de vida*»; e a «*miséria de hoje é talvez ainda maior que a de um passado denegrido que, aliás, ninguém pretende ressuscitar*». Tem sido meritório o esforço de industrialiazção, mas o mercado interno não tem sido assegurado por aumento do poder de compra; impõe-se na agricultura uma política de irrigação e de mecanização; e há que sincronizar a racionalização industrial com a racionalização agrícola. Neste contexto, que posição tomar perante os projectos de mercado comum europeu? Suprimir bruscamente barreiras alfandegárias faria retrogradar Portugal ao tempo da selva, e tudo deveria ser escalonado em fases durante trinta ou cinquenta anos; e, se não for hábil, Portugal poderá um dia ver-se «*entalado*» entre a impossibilidade de dar a sua adesão ao mercado comum europeu, ou de lha recusar. Por isso Leal não acredita, como alguns imaginam, que Salazar e Franco, em Cidade Rodrigo, hajam acalentado o «*sonho falacioso de um mercado comum peninsular*», porque este conduziria Portugal «*a uma subalternização contrária ao sentido de uma história muitas vezes secular*». Por esta razão também, Leal vê perigos numa aliança peninsular, e defende a manutenção da atitude portuguesa clássica: «*de face para o Atlântico e de costas*

para a Espanha» (1). «*Foi esta*», comenta Leal, «*a suprema garantia da nossa independência contra as manobras do expansionismo hispânico e a razão de ser da perenidade do nosso império colonial*». Noutro plano, Cunha Leal critica a injustiça da distribuição do rendimento nacional, os privilégios, o «*parasitismo de alguns*» e a «*penúria de muitos*», o «*carnaval da vida portuguesa*»; e afirma que os campeões da luta contra o comunismo não são os homens do Estado Novo, mas «*somos nós, os democratas, que combatemos o veneno corrosivo da insinuação bolchevista com a implacável condenação dos desmandos sociais*» que lhes são propícios. Depois, é a política ultramarina que Leal critica: deseja-a diversificada, descentralizada. E Cunha Leal, «*velho sobreviventes de outros tempos*», faz um apelo aos novos para que imprimam «*ao futuro um cunho diverso do de um passado estéril e do de um presente calamitoso*». A estas «*considerações*» de Cunha Leal responde Sarmento Rodrigues, em especial no que respeita ao Ultramar, cuja política explica e defende. E também a *União Nacional*, que produz estatísticas, elementos de facto, para refutar as «*considerações*». Leal, por seu lado, volta a terreiro contra Sarmento Rodrigues, e a polémica concentra-se sobre a política ultramarina, para que Cunha Leal recomenda uma estrutura federal ou confederal.

No desenrolar da campanha, a propaganda incide em zonas consideradas perigosas ou importantes, como o Alentejo, e as grandes cidades. No norte, fecha com uma sessão espectacular no Coliseu do Porto, a que preside e em que discursa Marcello Caetano. E depois, em Lisboa, é Oliveira Salazar que se dirige ao país através da Emissora Nacional. Entretanto, os oposicionistas não conseguem estabelecer entre si um acordo sobre a ida às urnas, nem parece que nos seus arraiais se forme um consenso em torno de nomes a apresentar. São entregues às autoridades, todavia, algumas listas de candidatos oposicionistas: doze por Lisboa, dez pelo Porto, seis por Aveiro, seis por Braga. Por falta de cumprimento de formalidades, e por haver sido entregue

(1) Assinale-se: Salazar dizia «*face ao Atlântico e de costas para a Europa*».

além do prazo legal, é rejeitada a lista oposicionista de Lisboa, depois de recurso para o Supremo Tribunal Administrativo; retiram-se os demais; e ficam em campo os de Braga.

Que diz Salazar aos portugueses no encerramento da luta em 1 de Novembro de 1957? Abre com um sarcasmo: da campanha, «*ficou-se sabendo que não há liberdade, nem administração, nem Governo em termos de responder pelos interesses nacionais*»; e «o povo *tirita de frio, morre de fome, sufoca por não poder respirar o ar livre das instituições democráticas*». Houve exagero nas afirmações que fizeram: os oposicionistas arrecadam e gozam dos seus proventos, progridem nas suas actividades, publicam os seus trabalhos literários e científicos, não há expatriados ou exilados para além dos seus interesses pessoais, e os estrangeiros entram e saiem livremente. Num ponto não foram elegantes os adversários: o apelo a forças ou organismos internacionais é contra a regra de não intervenção nos negócios internos, e não convém a ninguém que seja abandonada aquela regra. E no entanto, os ataques, externamente, não se filiam em pecados contra a democracia, mas apenas por «*sermos Portugal*». No mais, foram feitas críticas e reivindicações e apontadas deficiências? Decerto: e «*como sou independente, posso dizer que várias as subscrevia eu*». Em todo o processo, uma coisa pareceu séria. Democráticos ou democrato-sociais arrecearam-se dos comunistas e declinaram uma coligação com estes; e apenas uns tantos se dispuseram a seguir-lhes as directrizes e a obedecer às suas indicações. Deste modo, se não se for para o pluralismo político e se os democratas não desejarem colaborar, ficarão condenados à inacção e inutilizados os seus valores; e os «*comunistas, que entre nós não têm passado, não terão também futuro, desde que externamente as circunstâncias continuem a ser-lhes hostis e internamente a feição nacional e social da política portuguesa lhes quebre nas mãos as armas com que pretenderiam bater-se*». E por isso «*não é de estranhar nem que açodadamente ofereçam aliança a todos os que têm algum motivo de descontentamento e de oposição, nem a tendência que há-de acentuar-se a encobrirem-se atrás do que pode ser considerado neutro ou humanitário — a técnica, a economia, o bem-estar social*».

Mas Salazar deseja examinar alguns dos pontos suscitados pelos candidatos oposicionistas. Sente alguma dificuldade: dadas as suas diversas formações filosóficas ou políticas, esses pontos são díspares, desproporcionados, ou contraditórios. Mas porque esses candidatos se propõem, ao que parece, anunciar a sua desistência, com abandono dos seus programas, «*é o nosso que tem de ser executado*». E em que contexto internacional, nos tempos próximos, se vão desenvolver os interesses e a vida do agregado nacional? De momento, aquele pode caracterizar-se assim: domínio do poderio da Rússia e sua política; desagregação afro-asiática e anti-colonialismo; progresso económico e ânsia do aumento do nível de vida das populações. Acontece que a Rússia de hoje nasceu com a revolução, mas não é fruto do comunismo porque, sendo este uma doutrina antinatural e irrealizável, os dirigentes aproveitaram a força e a engrenagem da revolução para construir uma grande potência militar, política, industrial, que desafia e pretende ombrear com as maiores potências económicas do Ocidente. Esvaziada da sua própria essência e fins, a revolução submeteu as populações a sofrimentos indivizíveis, dominações crúeis, fomes e restrições na sua vida; não foi servido o homem mas o Estado russo; o alargamento territorial deste nada tem que ver com o comunismo; e não se está «*em face de um credo que se expande*» mas «*de um Império em fase de crescimento*». Para barrar o caminho do Atlântico, com o apoio dos Estados Unidos, se ergueu a NATO; e vê-se agora que a torrente soviética evitou o *Pacto do Atlântico* e, «*aproveitando as dificuldades ou fraquezas do Médio Oriente, aí se instala e daí tentará prosseguir os seus avanços*». E a desintegração afro-asiática, «*em que os pretendentes à África Negra se associam aos esforços russos com mira na herança africana, trabalha no mesmo sentido*». Talvez a Rússia não consiga conquistar tudo: mas «*representa um ganho se o fizer perder aos outros*». Talvez seja inviável uma terceira guerra mundial como tentativa de expansão do poder russo, dado o progresso dos armamentos; mas um entendimento militar também parece distante porque a Rússia, tendo desperdiçado o seu capital de crédito, dificilmente o há-de recuperar, e para mais só em último caso abrirá mão dos trunfos de que dispõe; e assim, «*onde a ideologia falhe e os exércitos não che-*

guem como veículo do poder hegemónico, surgirão as combinações políticas, os atropelos do direito, a intriga subterrânea, a acção económica, a sublevação». Nada disto interessa aos comunistas, que «*recebem do exterior as suas ordens e apoio*»; mas deverá interessar aos que, «*conservando a liberdade de pensar e agir, se sentem ainda presos pelo sangue ao agregado nacional e pela inteligência ou pelo sentimento a determinada civilização*».

E quanto ao anticolonialismo? Tem a Rússia uma posição já tomada na matéria, por motivos próprios à estratégia da revolução comunista ou à expansão do império russo; mas é mais difícil de explicar a atitude de outros, ao promover a penetração de influências que buscam a linha de menor resistência das independências frágeis. Neste capítulo, porém, podem distinguir-se de momento três caminhos: o da Inglaterra, que não sente embaraço de maior em dar independência a territórios onde não houve miscigenação nem se fixou população branca; o da França, que tende à formação de Estados federados com a metrópole francesa; e o da integração num Estado unitário, que é a orientação portuguesa. Deste último, quais são os traços dominantes? «*Trata-se, se bem interpreto a nossa história, de uma tendência secular, alimentada por uma forma peculiar de convivência*»; são os mesmos «*os meios de acesso à civilização*»; «*só o nível desta pode ser meio de diferenciação do regime jurídico atribuível a uns e a outros*»; e além disto existem «*a equiparação dos territórios a províncias, a representação destas diversas parcelas na única Assembleia representativa, e a intercomunicação dos elementos do funcionalismo por todos os territórios, independentemente de origem e de raça*». Nem é procedente o argumento da separação geográfica, desde que numerosos Estados são constituídos por parcelas mais distanciadas entre si do que Lisboa está de algumas províncias. Noutro plano, todavia, o anticolonialismo tem levado a um nacionalismo exaltado, resultante de uma sementeira de ódios, e que está tolhendo a solução dos verdadeiros problemas; a ideia de que os países ricos devem colocar ao serviço da comunidade internacional os capitais necessários não parece prática; e o recurso a capitais privados envolve garantias e compensações a que os novos nacionalistas reagem violentamente. «*Parecem-me por isso inconsistentes muitas aspi-*

rações ou requerimentos trazidos aos organismos internacionais, ilusórias muitas esperanças, desmedidas muitas ambições»; «as ideologias não bastam para matar a fome dos povos»; e «quero dizer, em resumo, que todo este vento de agitações ou de subversão que vai pelo mundo», sem atender à «*maturidade e condições de vida*», «*não postula por si a satisfação das necessidades*» dos povos. Salazar, no entanto, quer referir-se mais especialmente ao caso de Portugal. Neste ponto, e «*à parte a ressaca que possa atingir o Ultramar português e contra a qual temos de defender-nos*», as campanhas que atingem Portugal provêm da União Indiana, secundada por Estados comunistas, e visam Goa. Mas a União não tem conseguido que os goeses queiram deixar de ser portugueses, nem tem convencido o mundo a tomar o seu partido. E não foi hábil o apelo feito por Nehru aos Estados Unidos, Inglaterra e França: porque estes países respeitam o direito: e a soberania portuguesa em Goa está claramente estabelecida. Portugal, por seu lado, fez um apelo a um tribunal internacional: trata-se de procurar que seja definida uma situação jurídica: e será seguramente um serviço à paz se órgãos daquela categoria não se eximirem a exercer a sua jurisdição própria. Quando a União proclama a sua hostilidade, está a negar a coexistência pacífica; e quando reclama a libertação de Goa, está a ser ambígua, porque nuns casos libertação é independência e noutros é integração pura e simples. Deixou-se o Primeiro Ministro indiano enlear num problema que não pode resolver dentro dos seus princípios e sem prejudicar os interesses da União Indiana: por isso, «*estamos em dizer-lhe que se esqueça de nós*». Além do mais, «*ser Goa uma colónia ou uma província, gozar de mais ou menos liberdades, pode criar-nos a nós deveres, mas não faz nascer direitos em favor da União Indiana*».

Por último, a preocupação do progresso económico, com o intento de produzir cada vez mais riquezas e de distribuir cada vez melhor as que forem criadas. «*Nós menos que todos podemos fazer reparo aos fins em vista*». Poderão os filósofos assinalar os perigos de uma ambição constante e ilimitada, por criar estados de insatisfação permanente; mas não há que entrar nesse debate porque de momento o que importa é prover às necessidades de populações imensas ainda desprovidas do indispensável à vida.

A técnica e o desejo de maior produtividade estão tentando criar grandes espaços económicos, como é o caso do Mercado Comum, que vem romper o equilíbrio existente com os demais países no quadro da *OECE*; e daí a ideia de criar uma *zona de comércio livre* que salvaguarde os interesses de todos sem destruir a liberdade de trocas e de liquidações em bases monetárias estáveis. Longas hão-de ser as negociações, e será possível conciliar os interesses em jogo? «*Nestas discussões bravas a que deu lugar a propaganda eleitoral, um engraçado acusou-nos, falando a sério, de não sabermos precisamente qual a atitude a tomar perante o mercado comum. Pois não. Temos cuidadosa e afincadamente estudado todos os aspectos da questão, com os números e os factos que lhe dão vida, mas sabermos bem quais são os nossos interesses não equivale a ter garantidos aqueles que em boa parte dependem da vontade alheia*». Uma coisa é certa: Portugal não pode sujeitar-se a ter um mercado aberto se os outros oferecerem restrições ou dificuldades especiais à entrada dos produtos portugueses, nem poderá aceitar-se que fique vedado ao país o desenvolvimento económico exigido pelas necessidades e vida do seu povo; e em qualquer caso, para acompanhar o movimento em marcha, «*há-de ser necessário revolucionar alguns sectores económicos atrazados ou adormecidos, enriquecer o apetrechamento industrial, modificar muitos aspectos do nosso regime de trabalho*». E ainda que se inclua o recurso possível ao crédito externo, o próximo plano de fomento e outros que se lhe sigam não serão suficientes para satisfazer todas as aspirações, se estas se alhearem das circunstâncias que as limitam. E haverá sempre dificiências, que aliás «*darão matéria para outras campanhas*».

Salazar conclui. É sério o momento que se vive e é sério o ambiente geral, e disso deverá o país convercer-se. Alguém da oposição, reflectindo sobre a transcendência dos problemas, entendeu que a solução destes deveria ser confiada a um governo nacional. Na terminologia partidária, este governo emerge da colaboração de vários agrupamentos políticos, embora não possua unidade de orientação nem confiança nacional. Mas «*eu tenho muita dificuldade em compreender estas combinações, porque não foi assim a minha formação*»; e «*para mim todo o governo há-de ser nacional; ou não é*». Nacional porque defende o inte-

resse comum, coordenando e subordinando o de grupos; e porque disfruta da confiança e apoio da nação. E é este apoio que se espera dos portugueses na consulta eleitoral, «*de modo expresso, votando*». Há muitos que não estão contentes? «*Mas nem eu, e vou votar*».

Neste discurso, Salazar defende perante os portugueses os princípios com que governa, mostra os perigos do seu abandono em face da crise mundial. Mas dirige-se também ao exterior: aos grandes países do Ocidente, à União Indiana, às Nações Unidas. Reafirma uma política externa de defesa firme do Ultramar; chama a atenção das potências ocidentais para os riscos que correm, e em que estão a enlear todo o mundo livre; e denuncia os imperialismos que actuam por detraz e em nome do anti-colonialismo. E se se mostra compreensivo das novas ideias e aspirações dos homens, aponta por outro lado as limitações que as realidades impõem à sua efectivação. E com as palavras de Salazar está encerrada a campanha eleitoral. Sem incidente, decorre o acto eleitoral a 3 de Novembro de 1957. Obtêm larga maioria em Braga os candidatos da *União Nacional*, e são eleitos os dos demais círculos sem oposição. Às agências noticiosas estrangeiras, alguns adversários do governo declaram que este ganhou as eleições fraudulentamente.

8

Enquanto se desenrola a campanha, é lançado nas Nações Unidas novo ataque contra a posição portuguesa. Está em curso XII Assembleia Geral da organização, e como nos termos regulamentares qualquer assunto, ainda que decidido no ano anterior, pode ser retomado no ano seguinte, a Assembleia reabre o exame da resposta do governo de Lisboa sobre territórios não-autónomos. Na origem do debate estão as mesmas forças políticas: o bloco afro-asiático, o bloco soviético, a União Indiana. É duplo o seu objectivo: anular se possível o voto favorável a Portugal, obtido na Assembleia precedente; em qualquer caso, ir corroendo a posição portuguesa, não só retirando-lhe progressivamente apoios como pela erosão da opinião pública portu-

guesa, que se procura cansar. Mas agora os adversários da posição assumida por Portugal modificam a sua táctica. Para evitar que possam ser acusados de descriminação contra Portugal, generalizam o debate, e dão a este um carácter abstracto e de questão de princípio; e para frustrar a alegação, feita por Portugal, de que se a Assembleia era competente para examinar as declarações produzidas voluntariamente, não o era para compelir os governos a fazer declarações contra a sua lei constitucional, os adversários da posição portuguesa procuram levar a Assembleia a afirmar a sua própria competência activa. Neste particular encontram receptividade: todos os órgãos favorecem sempre o empolamento do seu poder e atribuições: e muitos delegados à ONU, em particular os do terceiro mundo e do bloco latino-americano, vêem no alargamento das funções da Assembleia possibilidades de desempenhar um papel que lhes atribua uma fama e uma importância que não tem no seu país. Nesta linha de ataque, os adversários de Portugal apresentam um projecto de resolução que reivindica para a Assembleia o estabelecimento dos critérios a que os países membros tem de obedecer na definição do que sejam territórios não autónomos; como alguns desses países têm expresso opiniões divergentes, a Assembleia deve eleger uma comissão de seis membros para examinar o problema e recomendar um critério uniforme e obrigatório; e convidam-se os Estados membros a submeter por escrito os seus pontos de vista, para consideração pela Assembleia. Em torno deste projecto de resolução se desencadeia o debate.

Por parte dos adversários, o tom do debate é aparentemente moderado. Não desejam qualquer descriminação contra Portugal; não põem em dúvida a sinceridade da posição portuguesa; reconhecem à política de Lisboa o seu carácter não racista. Simplesmente, está-se perante uma questão de princípio; e para evitar que seja tratada no plano político convém examiná-la somente no plano jurídico e processual. Para o conseguir, não se descobre melhor maneira do que realizar um estudo imparcial, objectivo, desapaixonado, dos preceitos legais aplicáveis, da doutrina dos tratadistas. E por isso se propõe que o secretariado faça uma compilação da doutrina e que a comissão a eleger seja formada por três membros ocidentais, com responsabilidades de potên-

cias administradoras, e três membros que as não tenham. Pode acaso exigir-se maior isenção de atitude? Mas nem o governo de Lisboa, nem a delegação portuguesa em Nova-York se deixam iludir. Sob o aspecto da moderação, destinada a conquistar apoio e a retirar aos delegados latino-americanos os motivos que os haviam levado a alinhar com Portugal, os objectivos prosseguidos são rigorosamente idênticos aos que se buscavam na sessão anterior: impugnar a resposta portuguesa, internacionalizar o problema português africano, decretar que Portugal possui *colónias* com estatuto análogo às de outros países coloniais, e que tais territórios hão-de ser declarados independentes (1). Do lado português, todavia, a defesa também foi feita no plano dos princípios. Sublinharam os delegados portugueses que a nova proposta contrariava as cláusulas do artigo 73.º da Carta, e a interpretação que a Assembleia lhes dera desde o início sem desvios; uma nova comissão, além de se sobrepor à Assembleia, é desnecessária, e não pode conduzir a resultados úteis; e além disso, atendendo ao contexto em que é proposta e seria criada, constituir discriminação contra um Estado membro. Em qualquer hipótese, o problema era de importância maior, consoante na sessão anterior e nesta fora afirmado pelos que atacavam a aitude do governo de Lisboa; e por isso, nos termos regulamentares, a nova proposta teria de ser também aprovada por uma maioria qualificada de dois-terços. Neste último ponto, abre-se novo debate: os autores da proposta mantém que o estabelecimento de uma comissão é assunto de rotina, a ser decidido por maioria simples; Portugal replica que uma comissão destinada a dar nova interpretação à Carta e a firmar novos princípios compulsivos não é

(1) Convém mencionar nesta altura que a Espanha, que nenhuma resposta dera de início, declarou depois que, *embora não administrasse territórios não autónomos*, estava pronta a fornecer informações sobre as suas províncias ultramarinas, para esclarecimento do Secretário-Geral. Esta atitude espanhola foi também rejeitada pela Assembleia, e a Espanha passou a ser atacada. Esta se encarregou assim de dar uma resposta aos que em Portugal afirmaram que, se fornecesse informações à ONU reservando ao mesmo tempo o carácter unitário da Nação portuguesa, Portugal não seria atacado.

matéria de rotina, mas do mais alto significado e consequência, impondo voto qualificado.

Já entra o mês de Novembro de 1957, e na *Quarta Comissão* e no *Plenário* da Assembleia ainda se arrastam os debates. Portugal defende sempre a separação entre os aspectos processuais e os de substância. É uma táctica parlamentar que encerra um objectivo: permite aos países que querem apoiar o ponto de vista português uma *saída* que não atinge os seus princípios anti-colonialistas: ao considerarem e votarem que o problema é importante e requer dois terços dos votos, e sabendo que o governo de Lisboa dispõe de votos que excedem o terço bloqueador, estão a apoiar Portugal; ao votarem depois em favor da proposta, são fiéis aos seus princípios, e não podem ser acusados de incoerentes. Este recurso táctico revela-se decisivo para obter o auxílio dos latino-americanos, que ao mesmo tempo são anti-colonialistas e não desejam hostilizar Portugal. Submetida ao *Plenário* a proposta portuguesa para que seja aplicado o *princípio dos dois-terços*, é aprovada por 38 votos contra 36. Submetida depois a proposta dos adversários de Portugal é aprovada por 41 votos contra 30, com 10 abstenções (1). Está derrotado o projecto de resolução afro-asiático e soviético.

No tempo em que é debatida em Nova-York a posição portuguesa quanto ao Ultramar, está reunido na Haia o Tribunal Internacional para julgar as seis *excepções* deduzidas pela Índia. Profere a sua decisão em 26 de Novembro de 1957. Rejeita as quatro primeiras, e assim aceita a validade da propositura da acção por parte de Portugal, afirma que o momento em que esta foi iniciada não prejudicou direitos indianos, repudia a alegação de Nova-Delhi de que apenas conhecera a declaração portuguesa depois de já proposta a acção, e afasta por fim o argumento indiano de que estavam em curso negociações diplomáticas (2).

---

(1) Convirá esclarecer que a exigência de *dois terços* se aplica aos delegados *presentes* e *votantes*. Quer dizer que dos 81 delegados, que estavam presentes e votaram, apenas 41 se pronunciaram *a favor*, quando para aprovação eram requeridos pelos menos 55 votos afirmativos.

(2) É curioso notar que o próprio juiz indiano votou a rejeição desta quarta *excepção*.

Quanto às duas restantes *excepções* — estar a questão do *direito de passagem* para Dadrá e Nagar Aveli fora da competência do Tribunal e referir-se a factos anteriores a 1930 — aquele órgão entende que não dispunha de dados bastantes para julgar, pelo que apreciaria essas excepções ulteriormente, em conjunto com a matéria de fundo. Para o prosseguimento do processo, são fixados prazos que se prolongam até Julho de 1958: até essa data, o Primeiro Ministro Nehru continua manietado. No plano político, a vitória pertence ao governo de Lisboa. Para Nehru, é uma frustração, um desafio à sua paciência. E quando, naquele mês de Novembro de 1957, o Presidente do Paquistão, Iskander Mirza, visita oficialmente Lisboa, com cerimonial e aparato que já constituem praxe, os círculos políticos de Nova-Delhi sentem-se exasperados, e falam de conluio entre Portugal e o Paquistão contra a Índia (1).

Como é seu hábito, Salazar segue atentamente em Lisboa o desenrolar do debate na ONU e do processo na Haia. Ao serem conhecidos os resultados, escreve a Craveiro Lopes: «*Hoje houve duas decisões internacionais que nos interessam — uma, a do Tribunal da Haia; outra, da ONU*». E esclarece e comenta: «*O Tribunal considerou inconsistentes as quatro primeiras excepções apresentadas pela União Indiana, e quanto à 5.ª e à 6.ª decidiu pronunciar-se sobre elas no julgamento da questão. Quer dizer, o processo prossegue e depois se verá o resultado final. Nestes termos, o tribunal pode ainda julgar-se incompetente afinal para fugir a um acórdão contrário à União, ou pode dar razão a Portugal. Neste momento, ganhámos*». E quanto ao que se passou na ONU? «*Trata-se da nova investida da União Indiana e países comunistas, acompanhados por alguns simplesmente anti-colonialistas. A questão não foi este ano posta abertamente contra nós mas no fundo o que se queria invalidar era a decisão do ano passado quanto aos nossos territórios ultramarinos (que não consideramos territórios não autónomos). Sob uma forma*

(1) Recorde-se que era vivo o conflito entre a Índia e o Paquistão por causa de Kashimir, questão de que repetidas veses se ocupa em Nova York o Conselho de Segurança, em termos geralmente desfavoráveis para Nova-Delhi.

especiosa e processual havia de votar-se: 1.º, se a questão estava sujeita à regra dos 2/3; 2.º, se se devia criar uma comissão para estudar as respostas dadas por todos os governos àquele respeito desde o princípio da organização. Foi aprovada a necessidade de 2/3 para esta questão por 38 contra 36, e foi depois votada a moção relativa à comissão por 41 contra 30 e 10 abstenções, mas como os 41 não fazem os dois-terços, considera-se rejeitada a proposta». Salazar não tem ilusões: «*A luta continuará no próximo ano, creio eu, porque a União Indiana e a Rússia não desistem. Estudarão com os seus advogados outra forma de ataque. Para já foi, porém, uma vitória nossa*». Trata assim o chefe do governo estes dois assuntos com algum descanso. De súbito, apercebe-se de que ambos têm no público a maior repercussão. Na imprensa, nos círculos políticos, nas tertúlias, são matéria de conversa, e pela surpresa provocam admiração; e mesmo os oposicionistas, embora lamentem dois êxitos que julgam fortalecer o regime, não se eximem a admitir a destreza e a habilidade do governo e seus agentes. Salazar volta a escrever a Craveiro Lopes: «*A retumbância que tiveram na opinião os dois casos que ontem nos tocaram na Haia e na ONU, parece-me aconselhar que se lhes faça referência discreta, expondo sucintamente em relação a cada um os princípios que julgamos correctos*» (1). E como está próxima a abertura solene das câmaras, saídas das últimas eleições, Salazar redige para a mensagem presidencial «*um aditamento*» alusivo aos dois casos. Na presidência da Câmara Corporativa, prevê-se a continuação de Costa Leite. Mas o conflito entre este e Veiga de Macedo agrava-se: Costa Leite insiste em modificações profundas na estrutura daquela câmara; opõe-se-lhe Veiga de Macedo, na qualidade de ministro das Corporações. Costa Leite não encontra apoio do governo, nem de Salazar; e declara que não continuará nas funções. É um embaraço de última hora. Salazar recorre a Luís Supico Pinto: este,

(1) Estas duas cartas de Salazar são datadas respectivamente de 23 e 24 de Novembro de 1957. Mas a decisão oficial da Haia é de 26 do mesmo mês. Como sucede em tantos documentos firmados por Salazar, devem as cartas estar erradamente datadas: errar as datas constitui pecha sua através da vida.

como conselheiro político, tem dado sobejas provas de tacto, bom-senso, argúcia, discrição: ficara traumatizado depois do episódio do Ministério dos Estrangeiros (1), mas sem ressentimento ou despeito: e perante o apelo empenhado de Salazar, aceita. E com o cerimonial solene que é timbre do regime, reabrem as câmaras para nova legislatura.

9

Instaladas as novas câmaras, retomam as instituições e o regime o seu curso normal. No dia 1 de Janeiro de 1958, o Presidente da República dirige uma mensagem aos portugueses: apresenta saudações e votos pela felicidade de todos, na segurança e na paz: e tem uma palavra para os povos de Goa, «*lamentando os sofrimentos que lhes são infligidos pela incoerência e incompreensão dos vizinhos, pelo simples facto de pretenderem manter, respeitada e íntegra, a terra portuguesa*» (2). Tudo parece estar bem: o governo ganhara as eleições; no plano externo, haviam sido alçadas duas vitórias de tomo; os partidários da situação readquiriram confiança; e a opinião pública preocupa-se com os tremores de terra de Évora e da Madeira. É a *habitualidade* de vida, que Salazar muito preza e considera um bem político e social. Mas nos meios políticos prolonga-se a agitação da campanha eleitoral, e torna-se mesmo mais aguda. Voltam a manifestar-se os monárquicos. Em 1 de Fevereiro de 1958, cumprem-se cinquenta anos sobre o assassínio do Rei D. Carlos e do Príncipe D. Luís no Terreiro do Paço; a Fundação da Casa de Bragança, para vincar o aniversário, organiza uma missa cantada de requiem em S. Vicente; e D. Duarte Nuno, representado pela Infanta Dona Filipa, encomenda exéquias solenes, com oração fúnebre, para S. Domingos. Para as duas cerimónias, há a intenção de expedir convites a entidades oficiais altamente representativas. Mas Salazar opõe-se a que, por parte do governo, sejam

(1) Ver págs. atrás.

(2) Mensagem redigida por Salazar, «*numa tentativa não muito feliz*».

aceites os convites feitos em nome do pretendente ao trono: «*os membros do governo teriam a maior dificuldade em aceitar convites para a cerimónia de S. Domingos, mas podem, ao menos parte, comparecer à missa da manhã, 11,30, em S. Vicente*». E explica: é que esta última «*é promovida por uma instituição que tem carácter oficial mas é politicamente neutra*». E a Fundação pergunta se Craveiro Lopes se fará representar em S. Vicente. Salazar escreve ao chefe do Estado: «*Disse-lhes que nenhum convite devia ser formulado sem que eu particularmente soubesse que atitude seria tomada*». E quando, em 1 de Fevereiro, o Presidente se faz representar em S. Vicente e fica deserta de entidades oficiais a celebração de S. Domingos, os monárquicos consideram que o pretendente ao trono foi ofendido, humilhado. Por outro lado, parece mais fundo o abismo entre o grupo cuja chefia se atribui a Santos Costa e a facção que se afirma encabeçada por Marcello Caetano. Fala-se em choque entre ambas; e Salazar não dominaria qualquer das duas, nem teria força política para as conter. Avoluma-se a especulação em torno de Henrique Galvão. Este continua detido, no seu quarto do hospital de Santa Maria; daí envia para o exterior alguns escritos que as autoridades consideram difamatórios para o Chefe do Estado e governo; é organizado processo, que é submetido a tribunal; mas, por doença, Galvão não comparece às sessões de julgamento, que são conduzidas em privado (1). Delgado visita Galvão em Santa Maria; e intercede junto de Marcello Caetano e outros elementos oficiais para que seja devolvida a Galvão a máquina de escrever, que lhe fora apreendida depois de haver agredido com ela um agente policial (2). Ao mesmo

(1) Com Galvão são julgados também Filipe Mendes, Abel das Neves, Almeida Loureiro; e como testemunhas de defesa, entre outros, comparecem Cunha Leal, Quintão Meireles, José Magalhães Godinho.

(2) Galvão parecia continuar a disfrutar de uma protecção especial, além da que lhe fora retirada por Bissaia Barreto, Mário de Figueiredo sentia-se exasperado com o facto. Escreve numa nota: «*O próprio Galvão foi coberto em Conselho de Ministros dos latrocínios que fez na Exposição do Mundo Português. Latrocínios — igual a despesas que não pôde justificar. E ainda sei mais coisas — de complacências com o Galvão*».

tempo, está muito activo junto dos círculos oposicionistas o embaixador do Brasil, Álvaro Lins: convida para a embaixada vultos da oposição, aceita convites destes. Álvaro Lins procura influenciar os representantes diplomáticos latino-americanos, que aceitam o juízo político de Lins. Não está este há muito em Lisboa? Não é este o embaixador do maior país da América Latina e o mais íntimo de Portugal? Não é Álvaro Lins um familiar da sociedade política e intelectual portuguesa? E o enviado brasileiro afirma aos seus colegas latino-americanos que lhes cumpre ajudar os portugueses a derrubar as actuais instituições, e encaminhá-los para um regime democrático. E nestes inícios de 1958, aos círculos políticos chega um rumor: Humberto Delgado pretende candidatar-se à Presidência da República. Mas não há uma confirmação: será verdade?

De há muito que Salazar revolve no seu espírito o problema de Craveiro Lopes: convirá ou não que seja reeleito? Torna-se agora urgente encontrar uma resposta; e o chefe do governo não julga possuir elementos bastantes para uma decisão. Que grupos políticos desejam ou contrariam a reeleição? Que representam e qual a sua força relativa? E qual o pensamento dos círculos militares? Mário de Figueiredo, Costa Leite, Albino dos Reis dão conta de que o ambiente político está carregado, e de que em torno de Craveiro Lopes se tecem intrigas, ou se projectam mesmo profundas alterações políticas. Há agitação entre oficiais, e reuniões, e conversas; e alguns pretendem avistar-se com o chefe de Estado. Este mantém uma atitude correcta, no entanto, e não encoraja quaisquer tentativas fora da legalidade; e nas entrevistas dominicais com o chefe do governo não desvenda os seus propósitos ou desejos. Salazar pergunta-se se Craveiro Lopes pretende ser reeleito; mas não aborda o assunto frontalmente. Por outro lado, Salazar gostaria de que na Presidência da República estivesse finalmente um civil: terá chegado o momento? Pensa mesmo em alguns homens; em conversa com Luís Supico Pinto deixa cair uma palavra para dizer que alguém lhe sugeriu o nome deste; mas Supico reage à sondagem com um não terminante. Nas audiências com o Chefe do Estado, Salazar em nada altera o seu comportamento: é correcto, defe-

rente, obsequioso como de hábito: e aquele convence-se de que Salazar favorece a sua reeleição.

Nestes primeiros meses de 1958, outros cuidados se sobrepõem por momentos. Em Março, numa visita secretíssima, chega a Lisboa o indiano Gilani. Este é presidente da Associação Católica de Nova-Delhi, e é amigo pessoal e da confiança de Nehru; e nesta qualidade procura Salazar. Gilani vem defender a justiça das reivindicações indianas; e propõe a procura de fórmulas que permitissem satisfazer o amor-próprio dos portugueses. Sejam quais forem as fórmulas, Salazar apenas pretende resposta a uma pergunta: a soberania em Goa seria portuguesa ou indiana? Gilani não oculta que, neste particular, o pensamento de Nehru não se alterou: Goa tem de ser integrada na União Indiana. Salazar expõe então os princípios, os motivos da política portuguesa, e a impossibilidade da sua modificação. Gilani sai duvidoso de que a razão esteja do lado do seu Primero Ministro. E depois, ainda neste mês de Março, é Setalwad (1) que se desloca a Lisboa: a polícia secreta indiana entrara em contacto com a portuguesa: e é esta que organiza, em sigilo total, a vinda daquela personalidade indiana. Que deseja Setalwad? É simples: que Portugal desista de prosseguir o processo na Haia e retire a sua petição. Se o fizer, que obteria em troca? Nesse caso, a União Indiana poderia pôr uma *surdina* nas suas reivindicações. Pergunta Salazar: quer isto dizer que o governo de Nova-Delhi, oficialmente, publicamente, e por escrito, reconheceria a soberania plena e definitiva de Portugal em Goa? À pergunta não está Setalwad em posição de responder. Salazar conclui que aquela *surdina* seria temporária, poderia durar alguns meses apenas; por outro lado, uma vez retirada a petição, não poderia Portugal reapresentá-la; e desconhecendo-se publicamente o motivo por que o fizera, todos concluiriam que o governo de Lisboa estava agora convencido de que perderia a acção. Torcendo tudo, o Primeiro Ministro Nehru poderia mesmo deduzir que Portugal

(1) Setalwad é o Procurador Geral indiano, e advogado principal da União Indiana no processo da Haia.

desistia da sua política, e tirar do facto as consequências lógicas: ficava aberto o caminho para a integração de Goa na Índia. Não: o processo na Haia tem de ser mantido e continuar até final: o tribunal julgará.

Torna Salazar aos cuidados da eleição presidencial. Pierre Boutany, da *Nation Française*, entrevista o chefe do governo, e encontra-o sereno, mas grave e preocupado. Tudo se simplificaria se Craveiro Lopes escrevesse uma carta declarando que não era candidato à reeleição; mas o Presidente, além de pronto a continuar nas funções, está convicto de que possui para o efeito o apoio de Salazar (1). Não podendo contar com esse gesto de Craveiro Lopes, Salazar multiplica as consultas a personalidades políticas. Das conversas, apura um consenso: Craveiro Lopes não deveria ser reeleito. Alguns, como Figueiredo ou Costa Leite, retomam uma posição já defendida em ocasiões anteriores: Salazar deveria ser o candidato. Mas a recusa do chefe do governo é igualmente firme. E que argumentos se apresentam contra a reeleição de Craveiro Lopes? Antes de mais, a sua impopularidade no país; depois, a sua identificação, real ou imaginária, com as esquerdas; e por fim, a hostilidade que suscita da parte dos militares, ou de alguns destes. Salazar pede sugestões de outros nomes: há quem proponha Gomes de Araújo, ou

---

(1) Craveiro Lopes nunca pôde compreender que Salazar, sem embargo de ser contrário à sua reeleição, o considerava Chefe de Estado *até ao último minuto do mandato*, e portanto detentor de todos os poderes e credor de todas as deferências devidas ao Presidente da República. Revelador desta *maneira* de Salazar, há um episódio que tem sabor e significado. Como Mário de Figueiredo, na sua qualidade de *líder* da Assembleia, tivesse de defender um projecto e lei do governo, e quisesse obter deste todos os dados necessários, Salazar explicou-lhe com minúcia os aspectos políticos, e disse-lhe: «*Para os aspectos técnicos e administrativos, entende-te com o sub-secretário do Ultramar Trigo de Morais*». Figueiredo assim fez, e Trigo de Morais deu todos os elementos que habilitaram aquele, no dia seguinte, a defender na Câmara a proposta do governo. Menos de 48 horas depois, Trigo de Morais era demitido e abandonava o governo. Estupefacto, Figueiredo diz a Salazar: «*Então tu dizes para eu obter de Trigo de Morais os elementos oficiais necessários e dois dias depois o homem aparece demitido!*» Responde Salazar: «*Sim, mas naquele momento era ele o sub-secretário do Ultramar. Ou não era?*».

Júlio Botelho Moniz, ou Américo Tomaz, ou civis como Albino dos Reis, Pedro Theotónio, Figueiredo, Luís Supico ou Costa Leite. No entanto, a tendência geral pende para a escolha de uma figura militar. E neste contexto põe-se outro problema: Carmona pertencia ao Exército, Craveiro Lopes à Força Aérea: à Marinha caberia agora ocupar a Presidência da República. Por outro lado, escutadas personalidades civis, há que ouvir os elementos militares. Neste particular, Santos Costa é terminante: considera gravíssima a reeleição de Craveiro Lopes; e pensa que a candidatura de Salazar constituiria a única solução verdadeiramente nacional. Excluída esta, Santos Costa inclina-se para Botelho Moniz, chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, e com a aprovação de Salazar tem com aquele longa conversa. Mas Moniz recusa: admira Salazar, mas não os que o rodeiam: e além disso julga-se de saúde tão precária que está preocupado com a situação em que, por sua morte, ficará sua família. E Américo Tomaz, pela Marinha, embora de forma menos incisiva e sem prejuízo de alguma simpatia por Craveiro Lopes, também julga inconveniente a reeleição deste. É indispensável dizer uma palavra a Craveiro Lopes. Salazar sente-se constrangido, e preferia não ter de o fazer; mas, como chefe político supremo, não pode eximir-se a essa conversa desagradável. Todavia, e antes de dar esse passo, convoca uma reunião, em fins de Abril, a que comparecem Albino dos Reis, Mário de Figueiredo, Marcello Caetano, Costa Leite, Trigo de Negreiros. Este último afirma que, depois de consultar os governadores civis, é agora favorável à reeleição de Craveiro Lopes, menos impopular no país do que se poderia pensar. Marcello Caetano, desde que Salazar não queira candidatar-se, apoia igualmente a reeleição. Mas todos os demais se manifestam em sentido contrário. E de novo se volta a Américo Thomaz, e neste se fixam as atenções. São de excluir candidatos civis, porque nenhum tem nome que se imponha ao país; e, entre os militares, Gomes de Araújo não desejaria as funções e Botelho Moniz, além de recusar, não reuniria largo apoio das forças armadas. Salazar conclui que é de apresentar o nome de Américo Thomaz à Comissão Central da *União Nacional*.

Em 26 de Abril de 1958, Salazar avista-se com Craveiro Lopes, e aborda o assunto. Das pessoas consultadas, diz Salazar, a grande maioria pronuncia-se contra a reeleição: embora sem motivo, na ideia de muitos o Presidente identificou-se com a esquerda: e esses temiam que a reeleição fosse causa de atritos, de divisões. Ele, chefe do governo, não estava seguro de que assim fosse, nem do sentir do país. De qualquer modo, tinha de submeter o problema à Comissão Central, de que ficava pendente. Craveiro Lopes surpreende-se com a opinião dos homens consultados. Mas se Salazar tem parecer diferente, a Comissão não se lhe oporá: e Craveiro Lopes continua confiante.

10

Em 27 daquele mês de Abril de 1958, Salazar cumpre sessenta e oito anos. É já uma grande idade: fisicamente, parece estacionário o seu aspecto: cabelo muito farto, mas todo branco, e pele muito lisa, de uma cor de marfim transparente: apesar do seu porte erecto, dá a sensação de fragilidade que uma aragem pode derrubar: os olhos muito vivos, sempre num investigar inquieto de todos e de tudo: muito nítido, cuidado, meticuloso, mas sóbrio: e de uma saúde delicada, sem enfermidade de monta, mas afeita a uma rotina de que não se afasta sem transtorno. Mentalmente, está intacto, e é o mesmo homem do seminário de Viseu, do Colégio da *Via Sacra*, dos *Grilos* e de Coimbra, ainda que cinquenta anos de experiência, de conhecimento de homens e coisas, tivessem passado sobre a sua formação; psicologicamente, não sofre quebras a sua força de vontade, a resolução do seu espírito; mas no plano moral, se não abdica dos seus princípios e ideias, sente-se invadido por cepticismo, por falta de pachorra. Continua a ser o homem dos grandes problemas e das pequenas coisas. Conhece-o bem o seu amigo de sempre, o Cardeal Cerejeira: este compara-o a D. João II: e diz a Azeredo Perdigão: «*tem durezas joaninas e fraquezas femininas*». No país, mesmo entre os adversários políticos, não se atira uma pedra à sua honestidade pessoal, não tem mácula a sua dignidade de homem de governo. Para muitos, Salazar é uma *instituição* natu-

ral, inerente às coisas e ao tempo, e parece não conceberem a vida e a nação sem Salazar. Para outros, está cansado, velho, esgotado. E Salazar cumpre também trinta anos de governo. São três décadas sem interrupção, massiças, ásperas, através dos acontecimentos e perigos mais graves: desde a crise financeira e a reforma do Estado até à guerra de Espanha, à guerra mundial, à guerra fria. De 1928 até hoje, mil homens no mundo subiram à eminência na sociedade, e foram derrubados, e destruídos, e estão mortos para a vida, e muitos também para a história. Salazar é havido por caso invulgar de longevidade política, e muitos perguntam-se: como e porquê? E consoante o seu ângulo ideológico, uns explicam-na pelas virtudes e a genialidade do homem, outros pelo despotismo que lhe atribuem.

São celebrados os trinta anos de governo de Salazar. Há solenidades, e participação popular; a *União Nacional* organiza manifestações; a imprensa salienta a data. Destaca-se a inauguração, no páteo interior do Palácio Foz, de uma estátua do Chefe do Governo, em escultura de Francisco Franco: Salazar de pé, sereno, grave, com trajos doutorais. À cerimónia, assiste Craveiro Lopes; e Marcello Caetano faz o elogio do homem que há trinta anos está no governo. Fala da «*era de Salazar*», que soube imprimir ao seu tempo «*um sentido, uma significação, um espírito*»; e sublinha em Salazar o «*pensador que não é ideólogo*», o «*homem de leis*» que é um mestre. Salazar observa a cerimónia na televisão, e agradece a Caetano; mas escusa-se a qualquer acto. Abre uma excepção: em 29 de Abril, recebe pessoalmente em S. Bento e responde aos portadores de mensagens dos portugueses do Ultramar e dos que vivem no Brasil. Mas é muito breve. Deve fugir a todas as manifestações com que a «*bondade*» dos portugueses quisesse comemorar os trinta anos de governo: porque estes, apesar de tudo, são «*discutíveis*», salvo «*no doloroso esforço dispendido através de tão longa caminhada*». Não quer deixar de corresponder e dar valor «*aos sacrifícios e às dificuldades*» dos que vieram de longe. Não para lhes louvar o portuguesismo, porque este existe como facto, mas para salientar que Portugal constitui «*uma vasta família de povos*» cujas ligações afectivas, criadas em séculos de história, e cujo parentesco espiritual são mais poderosos e aglutinadores do que os interesses

económicos, ou a força, ou outros elementos havidos por sólidos e que no entanto estão cavando a hostilidade entre os homens. E é por isso que, em datas festivas, surge de homens isolados no vasto mundo, entre raças diferentes e meios estranhos, um «*grito de alma*» que corresponde a sentimentos profundos: «*trabalho aqui, sou português, estou com Portugal*». E Salazar apenas «*desejaria que no regresso todos fossem emissários e portadores fiéis de uma mensagem de saudação e de agradecimento aos que nestes dias levaram a peito fazer-se especialmente lembrados*».

Craveiro Lopes mantém-se correcto, sem embargo de assediado por quantos desejariam firmar na sua pessoa uma oposição ao chefe do governo. Mas Salazar nota nas conversas dominicais, e íntimos do Presidente confirmam-no, que o Chefe do Estado sente profunda amargura, uma emoção a custo reprimida, E não subsistem já dúvidas: pelas informações recebidas de muitos círculos políticos, Humberto Delgado apresentará a sua candidatura, salvo contra Craveiro Lopes, porque não deseja atravessar-se no caminho de um camarada de armas. Delgado afirma-o a amigos e conhecidos: Salazar está velho, exausto, ultrapassado: é preciso renovar o governo, o país: e para tanto procurará ser eleito como *candidato independente*. Não surgirão outras candidaturas? E que forças representam? Salazar avista-se sucessivamente com os membros da Comissão Central da *União Nacional*, e prepara a reunião desta para decisão última. E chama o Almirante Thomaz: este, depois de se «*torcer todo*», acaba por aceitar que seja proposta a sua candidatura.

Em 1 de Maio de 1958, está reunida a Comissão Central. Caetano não comparece, consoante o acordo com Salazar na véspera, para evitar que se apresentassem em posições divergentes. Um vez arredada de novo uma candidatura de Salazar, os demais membros pronunciam-se contra a reeleição de Craveiro Lopes e em favor da candidatura de Américo Thomaz. No dia seguinte, Salazar escreve a Craveiro Lopes: «*Senhor Presidente — Reuniu-se ontem a Comissão Central da União Nacional para se ocupar da eleição presidencial. Foi decicido apresentar como candidato da União Nacional o Almirante Américo Thomaz, Ministro da Marinha. A notícia só será publicada amanhã, nos jornais da manhã, pois não se desejava que o fosse antes de se*

poder comunicar a Vossa Excelência o que foi deliberado. Em todo o caso, ou por inconfidência, ou como expressão de boatos correntes, parece que as agências transmitiram para o estrangeiro a informação. Nos jornais de Madrid, por exemplo, vem já a notícia. Não houve na sessão da União Nacional propriamente discussão, mas exposição de motivos. A generalidade inclinava-se para a tese que Vossa Excelência teve também a bondade de defender — de que o Presidente do Conselho deveria deixar candidatar-se. Respondi não ter já resistência nem física nem moral para recomeçar a vida nesse alto posto. Tive a grande satisfação de não ouvir senão encómios aos serviços prestados por Vossa Excelência e palavras de justiça para as suas qualidades. Foi altamente consoladora sob esse aspecto a sessão. A deliberação final nasceu apenas do reconhecimento de circunstâncias políticas a que pareceu conveniente atender. Quando for apresentada a candidatura do Alm. Am. Thomaz, será necessário estudar a sua substituição, porque, embora não haja, segundo penso, lei para o caso, não parece bem que continue no exercício das funções». Craveiro Lopes, que estava convicto da sua reeleição, fica magoado, ressentido, e considera que Salazar não procedeu com lisura. Atribui a decisão de Salazar e da Comissão Central a pressões de um grupo de militares hostis, impulsionados por Santos Costa. Outros oficiais, conhecida a candidatura de Américo Thomaz, procuram avistar-se em segredo com Craveiro Lopes; mas este exime-se a recebê-los. Salazar está informado de tudo, e reconhece perante Marcello Caetano que é impecável a conduta de Craveiro Lopes. E teria Salazar sido desleal para com o Presidente? Salazar terá procurado não ferir este; ainda que há muito houvesse tomado no íntimo uma decisão contrária à reeleição, não quis que fossem afectadas as suas relações com Craveiro Lopes, nem se lhe terá afigurado que este possuisse envergadura para se manter até ao fim do mandato sem se deixar afectar pelo conhecimento antecipado da não reeleição; e como chefe político, Salazar terá querido manter abertas todas as opções, desde que no momento próprio as circunstâncias poderiam aconselhar a recondução daquele. Depois, sentiu reluctância crescente em abordar um assunto constrangedor. Não terá assim sido desleal; mas não terá sido inteiramente franco. Em verdade,

é deste facto que se queixa Craveiro Lopes, e desabafa com Marcello Caetano: Salazar, os políticos, a nação, não estavam de nenhum modo obrigados a reelegê-lo: não censurava a escolha de outro candidato: doía-lhe que, a tempo e horas, não lhe houvesse sido dito que se pensava na sua substituição.

Salazar sente-se apreensivo, e os seus conselheiros e colaboradores, se o encontram sereno, notam ansiedade, mesmo amargura. No ambiente geral do país, há qualquer coisa que muda, que evolui, que modifica a paisagem política. Além das manobras e combinações e rumores normais, há crescente agitação. Nos militares, que parecem divididos entre Santos Costa, Craveiro Lopes, e outros ainda. E também nos meios académicos: estão irrequietos os estudantes, tomam atitudes de oposição alguns professores. Intensifica-se a crítica ao governo entre os homens de profissões livres, os médicos, os advogados, os engenheiros. E abre-se nos católicos uma cisão: aos tradicionalistas opõem-se agora os progressistas. Surgem estes na *Acção Católica*, no baixo clero, e mesmo na cúria patriarcal de Lisboa; e encontram receptividade entre alguns elementos da Hierarquia. Segundo Salazar está informado, ainda há pouco, numa reunião dos dirigentes da *Juventude Universitária Católica*, realizada em Fátima, o progressismo imprimira a sua marca. Foi havida como secundária a instituição da família, foi tida como ultrapassada a velha ideia da paróquia; a acção católica deveria basear-se nas ordens profissionais; o *CADC*, de Coimbra, fora criticado por ser impermeável às ideias novas; é acusado o Cardeal Cerejeira de ser responsável por uma *Concordata* que não restituiu à Igreja os bens que possuía, nem lhe garante as facilidades que pretende, em particular no ensino; os Bispos mostraram-se divididos, ou hesitantes, e o Núncio pareceu perfilhar o progressismo; e os jovens presentes estavam nitidamente influenciados por correntes ideológicas estrangeiras. Salazar vê que há um fervilhar de novos conceitos, novos valores, que põem em causa e negam quanto *está*, e que ambicionam ou visualisam um *mundo novo*, ainda vago, caótico, mas que pretende ir ao encontro do *novo futuro* e da *nova civilização* que estão às portas da nova sociedade, da nova humanidade, una, fraterna, liberta de peias e convenções arcaicas. Salazar tem receios: na atmosfera que se desenha, a

campanha eleitoral vai ser áspera: trinta anos de esforços podem afundar-se em trinta dias: e tudo pode ser lançado na ruína.

Sem embargo da sua ansiedade, Salazar mantém a rotina do governo e da administração. Américo Thomaz abandona a Marinha, e é substituído, a título interino, por Raúl Ventura. Este, por seu turno, levanta um problema: o governador geral de Goa, general Benard Guedes, tem a saúde abalada: e há que substituí-lo (1). Na situação actual da Índia, é delicada a escolha; e esta recai no general Vassalo e Silva. Depois, há os graves problemas pendentes: o litígio que decorre na Haia, o cerco aos territórios portugueses em África, os ataques na ONU, o novo Plano de Fomento, o desenvolvimento das instituições corporativas. Salazar confessa aos seus colaboradores: tudo pode ser abalado pela campanha eleitoral.

II

Anunciada a de Américo Thomaz, são apresentadas duas candidaturas de oposição: a de Humberto Delgado e a de Arlindo Vicente (2). Delgado classifica-se como «*candidato nacional independente*»; e o seu nome e a sua biografia, apenas conhecidos em círculos restritos, são lançados através da opinião pública. Corre que o inspirador da candidatura de Delgado fora Henrique Galvão, que a aconselhara a António Sérgio; e este persuadira

---

(1) Sucedera a Fernando Quintanilha. No dia imediato àquele em que escreve a Craveiro Lopes, Salazar manda para Goa a seguinte carta: «*Ao Sr. General Benard Guedes — O Sr. Ministro do Ultramar comunicou-me as notícias recebidas acerca do estado de saúde de V.ª Exia. Este força-nos a uma escolha dolorosa entre privar a Índia do seu governo ou não atender, para servir a Índia, às imposições de um sentimento de humanidade. Recordo-me do que V.ª Exia. me disse aqui: tenho vindo a ver aproximar-se o momento em que não seria possível, sem risco grave, a vida nesse clima e o trabalho do governo. Parece que esse momento chegou e não devemos adiá-lo. Far-se-á o que se puder para assegurar uma substituição conveniente, ao menos provisória. Não desejava que isso se fizesse, sem agradecer a V.ª Exia. o esforço dispendido e os sacrifícios feitos na defesa e na administração desse pedaço de Portugal*».

(2) De seus nomes completos, respectivamente, Humberto da Silva Delgado e Arlindo Augusto Pires Vicente.

os oposicionistas tradicionais a perfilhá-la. Arlindo Vicente, por seu turno, é homem sem brilho, de cultura limitada, cujo nome aparecera à luz pública como candidato oposicionista nas eleições de 1957. Advogado sem nomeada, de hábitos e mentalidade médio-burguesa, sobressai em alguns meios artísticos pelos seus desenhos e quadros; e fora frequentador assíduo da tertúlia literária em que pontificavam Ferreira de Castro e Assis Esperança. Delgado, sem embargo de se intitular independente, tem o apoio dos democratas de velho estilo, dos republicanos liberais, dos monárquicos dissidentes, dos ressentidos do regime, de todos os oposicionistas, em suma, que não sejam de extrema-esquerda. Vicente é arrastado pelos socialistas e comunistas. Logo na abertura da campanha eleitoral, os dois candidatos oposicionistas submetem ao país os seus planos de governo. Delgado lança uma *proclamação*, recorda a sua trajectória política. Estivera na última guerra ao lado dos aliados, e por alguns fora acusado de comunista; está ao lado dos princípios que rejem as nações livres e os direitos do homem e do cidadão, e acusam-no de fascista; mas espera que o compreendam os liberais, os democratas independentes e antitotalitários, os portugueses de boa vontade; e isso porque é liberal e como «*liberal me dirijo a todos os portugueses que desejam a sua pátria libertada*». Afirma que disputará as eleições «*até final*». Lembra que «*fui dos patriotas que intervieram no 28 de Maio*» para pôr ordem na vida da República; mas esta evoluiu; e «o *Estado caiu no mais rígido totalitarismo*». Como candidato, pretende «*elevar-se acima dos movimentos e particularidades partidárias e situar-se em posição de compreender, apoiar e conduzir as aspirações dos portugueses*» para construir uma «*pátria livre, antitotalitária, cristã, alicerçada na família e desassombradamente equiparada às potências do mundo ocidental e da civilização a que pertencemos*». Para o efeito, Delgado propõe a «*adoção progressista e tão rápida quanto possível dos hábitos correntes nos países democráticos*». Considera valores essenciais «a *Pátria, a Família, a Religião*». Combaterá a «*pressentida conjura*» para restauração de uma monarquia absoluta, que estaria sendo planeada por alguns monárquicos «*altamente colocados*»; e opor-se-á também ao «*projecto urdido noutro sector de suprimirem de futuro as eleições por sufrágio*

popular». Na ordem interna, Delgado propõe-se cumprir a Constituição, em especial os preceitos sobre liberdades e garantias dos cidadãos; assegurar, por uma autoridade forte, limitada pela moral e pelo direito, as condições para que a nação se organize em pacífica convivência; sustar os «*desmandos oligárquicos*»; combater a doença e a miséria e elevar o nível de vida das classes desprotegidas; actualizar a política ultramarina na unidade de «*aquém e além mar*», com iguais direitos para todos; pacificar a Família portuguesa; promover a promulgação de uma nova lei eleitoral e organizar um novo recenseamento para serem realizadas eleições gerais dentro de um prazo conveniente. E na ordem externa, Delgado preconiza a manutenção dos compromissos e direitos nacionais de «*potência ocidental geograficamente dispersa mas política e moralmente unida*»; fidelidade ao Pacto do Atlântico e aos princípios do seu preâmbulo; e a defesa e prestígio «*a todo o transe*» dos direitos da soberania portuguesa. Por seu lado, Arlindo Vicente publica um *manifesto*. Confessa-se «*homem sem medalhas*», sem cargos oficiais ou honrarias, entregue aos «*cuidados da profissão e do aconchego do lar*»; a sua candidatura é um sacrifício; mas este é mínimo se comparado ao da nação. E que panorama é o desta hoje? «*O País não bole, nem fala*». Está em penosa agonia a classe média; as classes trabalhadoras empobreceram «*até ao envilecimento*»; «*degradam-se os intelectuais, subordinam-se os artistas*»; «*abandonam-se os velhos trabalhadores à despecunia total e as crianças à deseducação e à fome*»; «*operários, camponeses e intelectuais ombreiam nas prisões*»; valores da inteligência e da cultura «*são demitidos e buscam no exílio as condições que na sua pátria lhe são negadas*»; «*o terror impõe-se e o medo instala-se*»; e «*o caminho da decadência é rápido*». Sim: construíram-se casas, escolas, hospitais, barragens: mas torna-se mais difícil o alojamento, mantém-se o analfabetismo, agravam-se as doenças, não sobe o nível de vida: «*e multiplica-se a frota bacalhoeira e o preço do bacalhau não desce*». Perante este quadro, que se impõe? Unir todos os portugueses, acima da condição social, ideologia ou credo; restaurar as liberdades democráticas, abolir a censura, constituir partidos políticos, organizar um «*amplo e honesto*» recenseamento; elevar o nível de vida, com-

bater o «*super capitalismo*» e o «*domínio dos monopólios*»; defender a classe média, o pequeno e médio comércio, a indústria, a lavoura; dignificar os trabalhadores da cidade e do campo; defender as riquezas nacionais e praticar uma política agrária de limitação aos latifundios e auxílio aos «*que trabalham a terra*»; proteger a cultura e garantir o acesso de todos ao ensino; modificar a política ultramarina, coordenando os «*sectores económicos da metrópole e das diversas parcelas do território ultramarino, em bases igualitárias, com vista a reforçar os laços de amizade e cooperação*»; e por último conduzir uma política externa que, «*respeitando as amizades históricas e geográficas do país*», tenha por base o entendimento e a cooperação com «*todos os povos e todos os governos, independentemente das suas diversidades geográficas, raciais ou políticas*» para salvaguarda dos «*superiores interesses nacionais, designadamente de natureza económica, e da própria humanidade*». Deste modo, a *proclamação* de Delgado apresenta-se moderada, em moldes de democracia clássica, num estilo que a aproxima do parlamentarismo: é um regresso à I República. Vicente, por forma resguardada e cuidadosa, inclui no seu *manifesto* todos os elementos de uma política económica e social de extrema esquerda: é o caminho de uma socialização da comunidade portuguesa. Nestas bases, conduzem os dois candidatos a sua propaganda eleitoral.

Instalada a sua *comissão de candidatura* num prédio da Avenida da Liberdade, Delgado inicia a sua campanha com uma conferência de imprensa. Declara que é seu objectivo implantar a democracia em Portugal; mas ao cabo de mais de trinta anos do regime vigente, esse objectivo não poderá ser atingido imediatamente; a ordem nas ruas terá de ser mantida e uma situação de força, apoiada nos militares, será necessária para preparar a mudança; mas depois será autorizada a liberdade de imprensa, e a de reunião, e com base em novo recenseamento efectuar-se-iam eleições livres. Qual a sua atitude perante Salazar? Foi um grande homem, que muito fez para reconstruir Portugal; mas está hoje ultrapassado como economista e financeiro. E um jornalista pergunta: no caso de vir a ser eleito, como procederia quanto ao chefe do governo? Responde Delgado: «*evidentemente demitia-o*». Depois, prossegue a campanha em *estilo americano*.

Avista-se com Trigo de Negreiros, parte em deslocações pelo país, lança-se numa agitação que excita as massas populares. Vai ao Porto. Preparam os oposicionistas uma recepção, logo na gare, e Delgado é aplaudido nas ruas da cidade por milhares de pessoas. Regressa a Lisboa, e desembarca em Santa Apolónia, em 16 de Maio. De novo é aguardado por manifestantes. Há exaltação, gritos, correrias. Intervém a polícia, e esta leva Delgado de automóvel por itinerário diferente do previsto, para evitar que se organize cortejo atraz do candidato. Prosseguem os manifestantes, dirigem-se ao centro da cidade, para o Rossio e os Restauradores. Cortam-lhes o passo os agentes da ordem, e surge a cavalaria da Guarda: há recontros, tumultos, vozearia: são apedrejados os guardas, soam tiros: mas as autoridades dispersam a manifestação. Durante a noite, toda a Baixa e a Avenida da Liberdade estão patrulhadas pela Polícia e pela Guarda, com instruções para manterem a ordem a todo o preço. No dia seguinte, Salazar manda para a imprensa uma nota oficiosa: verifica que se procura criar um clima de agitação social, de desordem e intranquilidade pública: e este facto força «*o Governo a reafirmar a sua intransigente disposição de evitar toda e qualquer perturbação da ordem pública e de impedir a criação de um ambiente emocional propício a actos de carácter subversivo, pelo que serão reprimidos com a maior severidade quaisquer manifestações que para eles possam concorrer*». Mas ao outro dia, 18 de Maio, que é um domingo, Delgado realiza um comício no Liceu Camões, cedido pelas autoridades para o efeito. Apura a polícia que, além do comício, há o propósito de juntar nas cercanias do liceu uma multidão que depois desfile pelas avenidas até ao Terreiro do Paço, sendo possível uma tentativa de assalto aos ministérios. Santos Costa actua com firmeza e capacidade de organização; e são tomadas providências rigorosas de ordem pública. Efectua-se o comício, e regorgita de público o liceu; mas a polícia apenas deixou entrar os portadores de convite; são vedados depois os acessos e toda a zona adjacente é ocupada por elementos militares; e a área central e baixa da cidade está patrulhada. De vários locais, surgem manifestantes, mas as medidas tomadas não permitem que se congreguem; alguns infiltram-se em ruas contíguas, de mistura com moradores que regressam a suas casas;

provocado tumulto, as forças disparam para o ar, e gera-se pânico; há correrias; mas não há vítimas de monta. Rapidamente, a ordem é restabelecida. Pela cidade, durante a noite, são mantidas as mesmas precauções. Delgado queixa-se de que os seus partidários são vítimas de violências e perseguições, e declara que receberá a tiro o autor de qualquer desacato sobre a sua pessoa. Em 19 de Maio, o ministério do Interior reitera a disposição de firmeza, em que o governo se encontra, de salvaguardar a ordem pública.

Por seu lado, Arlindo Vicente conduz também a sua campanha. Reúne-se com a imprensa. Declara: o seu «*primeiro acto será promover a constituição de um governo que procure estruturar essencialmente as necessidades mais prementes da nação, no sentido de uma reposição perfeita dos princípios democráticos*» e a «*reparação de todas as injustiças, aumento do nível de vida com melhoria económica para todos mas essencialmente para os que vivem em regime de restrição*». Vicente é também recebido por Trigo de Negreiros, escreve a Américo Thomaz pedindo a cooperação deste na impressão de boletins de voto em papel idêntico, formula representações aos poderes públicos; e de forma mais recatada, e sem o espectáculo de Delgado, desloca-se pelo país, em comícios e sessões de propaganda. Em Braga, os oposicionistas pronunciam-se por Arlindo Vicente; mas torna-se patente que o candidato apenas dispõe do apoio da extrema-esquerda.

Entretanto, Delgado continua a cruzar o país em todo o sentido. Sucedem-se as manifestações em Braga, Coimbra, Évora, noutras cidades. Há choques entre grupos populares, recontros com as forças públicas, de que resultam feridos. Delgado ataca com vigor crescente o governo, as instituições, e atinge então a demagogia sem freio: promete tudo, desde a liberdade sem limites até à quase extinção dos impostos; e nalgumas povoações atira punhados de notas aos que vêm escutá-lo. E acusa e protesta: é perseguido pelas autoridades, estivera mesmo por um dia impedido de sair da sua residência; a difusão das suas ideias é cerceada; a polícia não o protege, nem aos seus agentes e serviços; a sede da sua candidatura fora invadida pelas autoridades; algumas das suas comissões locais haviam sido ameaçadas ou mesmo

detidas; os jornais estão sob pressão; e o povo está apavorado. Replica o governo, com esclarecimentos, desmentidos: a lei está sendo cumprida, os agentes do candidato tomam atitudes deliberadas de provocação, a polícia protegia o candidato por próprio pedido deste e não havia qualquer perseguição. Delgado multiplica-se em manifestos e declarações: critica o atraso do país, acusa de desactualizada a política ultramarina, defende um plebiscito para definir a situação de Goa, propõe uma política externa independente, anuncia uma política social nova e rasgada. Apela para os trabalhadores, reclama facilidades de habitação e alargamento de férias, reivindica o direito à greve. E dirige-se também à pequena e média burguesia, aos homens de profissões liberais, aos artistas e escritores. Oferece tudo a todos. E perante os dispêndios vultosos da campanha, perguntam-se alguns observadores: donde provêm os fundos necessários? Segundo as autoridades, alguns industriais e homens de negócios, pensando obter as boas graças de um candidato cujo futuro se desconhece ainda, estão contribuindo com meios substanciais; e outros insinuam que não podem deixar de ser oriundos de fonte estrangeira muitos subsídios, quer concedidos a organizações partidárias, quer directamente ao candidato e seus serviços (1). Delgado, à medida que progride a campanha, redobra de agressividade. E a polícia julga saber que, no maior segredo, há discretos contactos entre a comissão de candidatura de Delgado e Botelho Moniz, chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

Se Arlindo Vicente tem o apoio da extrema-esquerda e do seu *movimento democrático*, Delgado concita o apoio dos democratas tradicionais. Mais uma vez, num ritual de trinta anos, surgem os mesmos nomes, numa mistura cruzada de ideologias opostas. É Vieira de Almeida, a presidir à comissão de candidatura de Delgado, e Luiz de Almeida Braga, que representa os monárquicos dissidentes; são Azevedo Gomes e António Sérgio, que simbolizam a I República; e Aquilino Ribeiro, pelos intelectuais

(1) Nada é lícito afirmar, por óbvia falta de documentação, mas alguns bancos portugueses notaram uma súbita e avultada remessa de fundos dos Estados Unidos a favor de pessoas ligadas a Delgado, e que cessou depois da campanha.

democráticos; e até Rolão Preto, antigo nacional-socialista, sempre no gosto de se salientar. E também Ramada Curto, que se tem por dissidente de todos os partidos, apoia publicamente Delgado, assim como o directório do *Partido Democrático*, pela voz de Carlos Olavo. E Cunha Leal, que considera sempre de sua obrigação entrar na liça. Pelo que concede uma entrevista ao Rádio Clube Português, e depois abre debate com o governo e a *União Nacional*. Ulisses Cortês refuta as afirmações de Leal em matéria de economia; e Raul Ventura destrói o que Leal insinua quanto aos erros no lançamento de companhias ultramarinas, em particular a *Sonefe*. Através de tudo, Delgado exibe primarismo no que diz, demagogia no que promete, populismo nos apelos que lança. Mas conquista terreno pelo inusitado da campanha, pela irreverência de atitudes, pela audácia do seu desafio ao regime. E os seus representantes e conselheiros jogam a fundo na sua figura. Vendo bem, trata-se de um general, um homem das forças armadas e do *28 de Maio:* há-de ser um defensor da ordem e da disciplina. Trata-se de um devotado defensor das instituições, a cuja sombra fez carreira: há-de ser um garante das classes médias, da propriedade, da família. Trata-se de um homem que trabalhou no quadro militar da defesa do Ocidente: não pode ser em favor do comunismo. E vendo bem, trata-se de uma figura que viveu longamente nos Estados Unidos, na atmosfera da democracia americana: há-de ser um arauto da liberdade, da iniciativa privada, da melhoria do nível de vida para todos. Deste modo, é um moderado, um patriota, em quem se pode confiar. E grande número de portugueses, por convicção, por esperança, por candura, por oportunismo, enfileira nas hostes de Delgado, para além das forças que o comandam. Em 20 de Maio, Américo Thomaz, apresenta-se também à imprensa. Declara: se eleito, não será «*o chefe de uns tantos, mas de todos, mesmo daqueles que o não hajam designado*». É sóbrio, digno, discreto. Mas já não estão em causa as virtudes cívicas ou os méritos e deméritos de Américo Thomaz: está em causa o regime.

Na noite de 29 para 30 de Maio de 1958, Delgado está em Almada, a presidir a um comício. Encontra-se ali também Arlindo Vicente. Entre os dois candidatos oposicionistas e seus conse-

lheiros travam-se conversações. É patente que Vicente dispõe somente de apoio de socialistas e comunistas, e estes, ainda atingidos pelos acontecimentos da Hungria, e pela denúncia da sangrenta opressão estalinista, não ousam aparecer a uma luz ostensiva; mas em qualquer caso tem vantagem no triunfo de Delgado, que lhes abrirá um caminho mais fácil. Regressam a Lisboa os dois candidatos, e pela manhã do dia 30 parte Delgado para Santarém e Covilhã. Na tarde desse dia, é tornada pública a retirada da candidatura de Vicente, e este recomenda aos seus partidários que transfiram para Delgado o seu apoio. Considera o governo, todavia, que estão em liça os três candidatos. Cumpre ao Conselho de Estado pronunciar-se sobre a sua ilegibilidade. Em 1 de Junho reúne-se aquele órgão, em Belém. Havendo unanimidade sobre Américo Thomaz, o problema em debate respeita apenas a Delgado e Vicente, e neste ponto estão divididas as opiniões. Salazar não se pronuncia. Albino dos Reis entende que ambos devem ser admitidos ao sufrágio; Luís Supico sustenta a rejeição de ambos; e no mesmo sentido se manifestam Lopes Navarro, procurador geral da República, e Mário de Figueiredo, Santos Costa, Soares da Fonseca, Marcello Caetano. Cruz Alvura, do Supremo Tribunal de Justiça, julga num plano de estrita legalidade que devem os dois ser aceites, salvo se houvesse possibilidade de algum ganhar a eleição, caso em que deveriam então ser excluídos. Ortins de Bettencourt aceita Delgado mas não Vicente; e idêntica é a atitude de Costa Leite. Decide o Conselho admitir ao sufrágio os dois candidatos oposicionistas. E em nota à imprensa aquele órgão anuncia: somente o almirante Thomaz oferece garantias de respeito e fidelidade à ordem política e social consignada na Constituição: mas resolve não levantar obstáculo à ilegibilidade de Delgado e Vicente «*para que o eleitorado não fique privado de votar em mais de um candidato*». E o Supremo Tribunal de Justiça, em face da documentação produzida, declara ilegíveis os três candidatos.

Salazar, embora habituado às campanhas anteriores, pensa que se está agora perante uma tentativa revolucionária. Da campanha de Delgado, é imensa a repercussão em todo o país: sente-se um clima insurreccional. Rodeiam o chefe do governo muitos elementos desorientados, perplexos, paralizados pela irrupção de

violência. Governadores civis sentem-se impotentes em face das forças desencadeadas; os chefes da *União Nacional* estão desnorteados; e Trigo de Negreiros, no Interior, sem embargo de conservar a sua coragem política, parece desalentado, nervoso. Salazar convoca uma reunião com Marcello Caetano, Santos Costa, Trigo de Negreiros. Verifica que está criada no país uma crise de revolta, de subversão. Custe o que custar, há que manter a ordem pública e garantir o acto eleitoral. Salazar entrega a Santos Costa a responsabilidade de assegurar aqueles objectivos, cabendo-lhe desde aquele momento a coordenação e emprego das forças militares e para-militares. O ministro reúne-se com os altos comandos, e o general Valente de Carvalho, falando pelas Forças Armadas, afirma que estas continuam alerta e não estão dispostas a que impere a desordem, a que proliferem os aventureiros. No Palácio de Belém, Craveiro Lopes assiste ao desenrolar dos acontecimentos. Está amargurado, receia pelo futuro, não perdoa o que considera ter sido uma deslealdade de Salazar. Mas quer manter-se correcto até ao fim do seu mandato, e repele todas as sugestões para tomar uma atitude contra o chefe do governo. Julga que a sua recandidatura, todavia, teria evitado grandes males.

Na mesma altura em que se reúne o Conselho de Estado, convergem para S. Bento os representantes dos Municípios, afim de exprimir o seu apoio ao governo. São os «*homens bons dos concelhos*», ao modo antigo, que vêm perante o governo, como em outros lances históricos, marcar a sua posição, diz-lhes Salazar. Com «*pés firmes no solo pátrio, braço e mentes dados ao trabalho, longe de ambições políticas e perto da vida*», representam bem os municípios, e podem falar em nome destes. Salazar levanta objecção às referências pessoais que lhe foram feitas: não é herói, nem sábio, nem santo: é um qualquer que trabalha pelo país no posto que lhe foi designado e «*está sempre ao dispor de quem lho confiou*». E depois o chefe do governo responde às acusações da campanha eleitoral. Na hora presente há portugueses que, a propósito de uma eleição presidencial, proclamam a vacuidade do esforço e da obra feita, e o mal fundado da política: é a paixão que desvaira os melhores espíritos. Há que examinar com calma e desapaixonadamente o que foi dito ou

publicado pelas oposições, ou em seu nome e por sua ordem. Tirante «*faltas, desvios, ou mesmo erros*», todos corrigíveis, os programas apresentados giram em torno da política externa, política ultramarina, política económica, política social. Há que examinar «*ponto por ponto*» as posições tomadas.

Em matéria de política externa, deduz-se da documentação produzida «*que nada foi achado mal*»; e não houve coragem de atacar a política da aliança inglesa, nem a do bloco peninsular, nem a da comunidade luso-brasileira; nem ainda a da neutralidade durante a guerra, que aliás funcionou a favor dos aliados; e nem tão pouco a correcção ou excelência de relações com outros Estados, as amizades conquistadas, os apoios conseguidos. «*Tudo foi bem, tudo está certo, não há que tocar-lhe*». Há dúvidas sobre se as instituições portuguesas são compatíveis com os princípios das Nações Unidas? Mas estas têm exactamente como princípio fundamental o de não intervenção no regimes internos; e além disso Portugal foi admitido pela unanimidade de 56 votos, sem um voto contra, sem uma abstenção, e é pelo menos estranho que se suscitem no meio interno dúvidas sobre uma idoneidade que a ONU tão insuspeitamente reconheceu. Reclama-se uma política independente? Mas «*se alguém se pode ufanar de sem agravo ter quebrado laços e servidões desagradáveis, e ter dessa forma reforçado a independência nacional, somos nós*». Não o poderiam ter feito «*aqueles que através dos anos vêm esperando de potências estrangeiras auxílio à sua investidura no poder*». Não: quando se reivindica uma política independente tem-se em vista outra coisa: «*aquela palavra significa no vocabulário comunista o mesmo que neutralismo ou neutralidade activa, isto é, não participação em alianças ou blocos ideológicos ou políticos*»: «*é o que a Rússia pede aos seus amigos quando não lhes pode solicitar a adesão*». E não se sabe se, quando um candidato se dispõe a desistir em favor de outro, se somaram com as respectivas forças os respectivos programas, e isso porque a concepção geopolitica que inspira um é inconciliável com a política independente que outro deseja. E quanto à pretensão de relações com todos os países? Se se trata de relações comerciais, e se a alusão visa os Estados para além da cortina de ferro, Portugal já as tem com a Polónia, Checoslováquia, Alemanha Oriental,

Hungria e Rússia. Se se trata de relações diplomáticas, deparam-se aí obstáculos enquanto tais relações forem um veículo de proselitismo inadmissível: todos os homens isentos compreenderão que o problema só pode ser resolvido na base da inocuidade proselítica das missões estrangeiras e da reciprocidade completa das regalias habitualmente concedidas. E isso nada tem a ver com o problema da paz. Todos se dizem a favor da paz, do desarmamento. Mas paz e desarmamento são noções recíprocas: quando não há esta exigência prévia de reciprocidade, «*é que se está disposto a aceitar no plano nacional a servidão*».

E quanto à política ultramarina? Falou-se em actualização e em plebiscito no que respeita a Goa. Ao primeiro ponto, ainda que vago, «*não faço reparos*», porque o crescimento das províncias há-de ir reclamando revisões de estrutura de governo e de administração. «*O mesmo não direi de Goa, acerca da qual a posição enunciada tem marca conhecida*». E Salazar esclarece: «*Quase se deve ter dó dos comunistas. Mandaram-nos ser aqui germanófilos no começo da guerra, e foram; mandaram-nos ser aliadófilos depois, e foram; mandaram-nos admitir a independência das repúblicas soviéticas, e admitiram-na; mandaram-nos aceitar a absorção das mesmas repúblicas, e aceitaram-na. São colonialistas para engrandecer o Estado socialista russo e anticolonialistas para diminuir o seu próprio país. Não procuremos lógica, mas obediência, não esperemos patriotismo, mas serviços a uma política estrangeira*». De modo que «*a ideia do plebiscito para definir nova situação para Goa é um derivado de declarações soviéticas a favor da União Indiana, e só não foi estendida pelos nossos comunistas a todas as outras províncias porque de momento isso agravaria a irredutibilidade do povo relativamente à voluntária amputação da Nação Portuguesa*». Goa é pois «*o máximo que os comunistas ousaram jogar*»; mas a reacção encontrada dispensa Salazar de mais uma vez afirmar a política do governo. Está é aliás clara: «*não nos negamos nem repudiamos os nossos*».

No campo da política económica, foi dito que nada se fez, ou não se fez tudo o que se devia fazer, e isso sem comparação com os níveis anteriores, nem avaliação das possibilidades financeiras e técnicas. Com seriedade, o assunto deveria ter sido deba-

tido de outro modo: saber se o problema económico foi bem equacionado, de forma que o desenvolvimento da economia nacional se faça ordenada e progressivamente; se o que se realizou está enquadrado nessa linha, ou teve desvios ou entraves; e se se podia ir mais longe com os meios existentes, ou com outros que não hajam sido utilizados. Ora a verdade é que Portugal não é país rico no solo, no subsolo, no litoral; e a maior riqueza, na metrópole, é o homem e o seu trabalho. Capital e técnica não se inventam: importam-se ou formam-se. E «*por mim preferia ir um pouco mais lentamente no âmbito de uma vida modesta que sujeitar o país a novas formas de colonização estrangeira*». Está publicado e em análise pelas Câmaras o novo Plano de Fomento: e é lamentável que as oposições, tão interessadas no rápido progresso económico do país, não se hajam sentido em condições de o examinar e debater. E quanto à política social? Neste ponto, há o manifesto da oposição dirigido aos trabalhadores. Contém muitas reivindicações? Decerto: mas «*nada disto nos impressiona nem constitui para nós dificuldade*». «*Muito antes que fossem formuladas ou sonhadas sequer determinadas reivindicações, nós afirmamos, em nome dos nossos princípios, não pormos qualquer limite à ascensão económica, política ou cultural das massas*». Compreende-se que no manifesto não se pusesse a nu a ideologia que o inspirava; a exigência da socialização dos meios de produção afastaria simpatias; e era preciso «*que a pequena burguesia esperasse ser poupada*». Mas a reclamação do direito à greve põe nestes problemas a nota da luta de classes: «*aqui nos separamos*». Não é de aceitar a incompatibilidade entre o patronato e o operariado; e quando se destina a um operário um trabalho duro, como serviço nocturno, não se trata de proteger um interesse patronal ou operário mas o da colectividade. Este último não pode ser esquecido; e por isso, quanto ao direito à greve, «*o comunismo varreu-o das leis e da prática*». «*Nós não podemos perder uma hora de trabalho; nós não podemos diminuir o ritmo do nosso esforço; nós não podemos admitir que o espírito de luta e o ódio se enxertem onde só a cooperação amiga pode triunfar*». Há egoísmos, abusos, mesmo pobreza que podem resultar destes? Decerto: mas «*digo*

que há formas mais correctas e mais seguras de dominá-los, com benefício geral».

Tendo dado resposta às críticas essenciais da oposição, Salazar vai mais fundo no debate. «*O pior é pensar-se*», diz, «*que se pode realizar qualquer política social com qualquer política económica; que se pode erguer qualquer política económica com qualquer política financeira; e que uma política económica ou financeira qualquer pode servir de base à política internacional ou ultramarina que nos apraza realizar*». E Salazar, respondendo às promessas feitas pela oposição durante a campanha, acrescenta: «*Se um dia os que alguma vez disseram que iriam buscar dinheiro onde o houvesse, pudessem dispor do poder; se o alcançassem aqueles que se jactam de ter aprendido não ter importância nem a solidez nem o valor da moeda mas a sua quantidade; se pudessem algum dia influenciar o poder aqueles que pretendem garantir-se da distribuição de riquezas antes de serem produzidas — devemos estar certos de que seria impossível executar qualquer plano e pôr de pé qualquer política*» que mantivesse a independência e a integridade nacional, aumentasse a riqueza pública e privada, distribuisse com equidade o rendimento nacional, e assegurasse aos portugueses melhores condições de vida, ordem e paz. E remata, neste ponto: «*Infeliz povo se, confundindo promessas vãs com realidades, vier a convencer-se um dia de que o trabalho é sinal de servidão e a desordem atmosfera saudável de vida*». Mas como pretende a oposição realizar todo o seu programa? Por meio de uma ditadura educativa, seguida da formação de partidos políticos; se se consente isso, é porque nada se aprendeu em trinta anos; e os que nesse período se tem sentido oprimidos desejam começar a gozar de liberdades em tão grande amplitude que não chegarão para mais ninguém. Quanto à formação de partidos, não há que ter receios: «*da noite para o dia*» apareceriam um «*partido do centro, um ou dois partidos monárquicos, um partido das esquerdas democráticas, um partido socialista e naturalmente um partido comunista, sem falar no da democracia cristã, visto haver quem julgue que em tais circunstâncias por esse caminho mais assegurada fica a defesa da Igreja*». Não se consegue compreender, comenta o chefe do

governo, que a divisão partidária seja a melhor maneira de representar a unidade nacional nem que haja uma relação necessária entre partidos e liberdades públicas, nem que a existência de partidos evite a explosão revolucionária das facções. Mesmo os oposicionistas fizeram soar um rebate prudente: com a liberdade não podia fazer-se tudo. «*Pois não. Direi que não se pode fazer tudo, nem se pode fazer nada*». Se se está convencido, no entanto, que a Revolução já se esvaziou do seu conteúdo ideológico, e que os seus princípios não são eficientes, ou que os homens não são capazes de aplicá-los — então a transferência do poder para outros apenas terá relevância «*na medida em que possam ou não preservar o que através de tanto esforço se conseguiu a bem da Nação*». E Salazar conclui por elogiar os serviços prestados pelo Presidente cessante e a personalidade do candidato da *União Nacional* — um «*homem probo, digno e prudente*».

Este discurso refaz o ânimo das hostes governamentais, e é glosado pelos homens do regime nos últimos dias da campanha. Tendo desistido Arlindo Vicente, as atenções concentram-se sobre Humberto Delgado. Este redobra de dureza nos seus ataques e acusações: as fraudes das autoridades, as perseguições da polícia. Pelos serviços da candidatura de Delgado é distribuído um último manifesto, que usa o hino nacional: «*às armas, às armas*». Consideram as autoridades que há incitamento à violência, e são detidos alguns dos signatários. Sem que seja alterada a ordem pública no conjunto do país, são constantes os incidentes, os pequenos episódios de violência. Santos Costa aguenta com firmeza as precauções de segurança, mas Salazar não está tranquilo sobre as suas forças políticas. No Palácio dos Desportos, em Lisboa, efectua-se em 4 de Junho de 1958 um último comício. Na mesma altura, o governo desmente em nota oficiosa as acusações de Delgado. Para o comício, à noite, está cheio o recinto, e o chefe do governo comparece para um derradeiro apelo e uma palavra de coragem. Fala alguns minutos somente. «*Perdemos um pouco no bom nome penosamente granjeando em muitos anos; ganhámos em podermos interrogar-nos sobre se se tratou duma campanha eleitoral à portuguesa ou à americana ou da preparação à sua sombra de um movimento sedicioso à russa*».

Considera a eleição «*uma prova de força que podemos permitir-nos no próprio terreno do adversário*». E lança a exortação final: «*Não tenhamos receio*».

17

No domingo, 8 de Junho de 1958, é o acto eleitoral. À distância regulamentar das secções de voto, há postos de propaganda dos dois candidatos, que fornecem prospectos e boletins de sufrágio. Nas assembleias de voto, delegados da *União Nacional* e da oposição fiscalizam o desenrolar das operações eleitorais. Está um domingo de verão, os eleitores concorrem às urnas em número avultado. Nalgumas povoações, há um ambiente tenso Mantêm-se vigilantes as forças policiais, mas discretas; e salvo incidentes de somenos, não há alteração de ordem pública. No Ultramar, é idêntico o quadro. E nos dias imediatos é tranquila a vida do país.

Torna-se evidente, no entanto, que o rescaldo da campanha é extenso na sociedade portuguesa, e profundo. Salazar reconhece-o, e vê que tem de actuar em consequência: há que apurar responsabilidades. Da refrega sai queimado Trigo de Negreiros: à frente do ministério do Interior, e não obstante toda a sua fidelidade política, deu provas de nervosismo, de depressão, acaso de desalento. Ulisses Cortês, há oito anos na Economia, sofreu a erosão do tempo: e durante a campanha foi alvo de ataques numerosos, e duros. Paulo Cunha, nos Estrangeiros, jamais se recuperou completamente, e está esgotado; e Raul Ventura, no Ultramar, foi também alvo de críticas, e além disso deseja de há tempo abandonar o cargo. E há dois problemas graves: o de Santos Costa e o de Marcello Caetano. Salazar tem dúvidas de que o ministro da Defesa ainda represente a expressão autêntica do conjunto das forças armadas; encabeça no entanto uma facção influente; a esta opõe-se o grupo, também significativo, orientado por Marcello Caetano; mas Santos Costa assumiu na campanha eleitoral uma posição decisiva, e demonstrou grande coragem política e capacidade de organização. Se mantém Santos

Costa, Salazar pode desagradar às forças armadas; se o demite, está a menosprezar os serviços prestados e a reforçar o grupo de Caetano. Que fazer? Por outro lado, os responsáveis pela *União Nacional* não se mostraram à altura das exigências do momento: não deverão ser substituídos? Por último, e além de tudo, o país espera alterações, e estas deverão ser feitas de modo a causar um choque favorável na opinião pública. Mas Salazar põe a si mesmo outro problema: com um novo Presidente da República, que abre um novo mandato, deverá continuar no governo? Salazar repete aos seus colaboradores íntimos que está «*farto*», e não oculta a sua desilusão e a sua amargura perante os últimos acontecimentos. Ao cabo de trinta anos, não será tempo de abandonar a vida pública? E será oportuno? Justamente, o país vai ter um chefe de Estado sem provas dadas na função: acaba de viver horas dramáticas: não será preferível deixar decorrer algum tempo antes de uma decisão? Em qualquer caso, há que aguardar a posse do novo Presidente e a atitude deste perante a questão de confiança.

Entretanto, as autoridades administrativas e o Supremo Tribunal de Justiça estão a realizar o apuramento dos resultados eleitorais. Está agora mais calmo o ambiente; e há uma apreciação mais objectiva, por parte de muitos, do significado da campanha eleitoral. Despojado da roupagem emocional própria do fragor da luta, Delgado aparece reduzido, como vulto político e homem de Estado, às suas verdadeiras proporções: símbolo ocasional de forças que se ocultam por detrás da sua figura, mito transitório para ferir e conquistar imaginações: mas esse símbolo e esse mito passam, todavia, a constituir realidades socio-políticas. Se triunfasse, Delgado não exerceria funções por longo tempo: justamente, como símbolo e como mito não dispõe da força e do poder: desempenhado o seu papel, seria afastado por aqueles que representam as forças reais e detêm o poder efectivo. Finda a campanha, aliás, de novo se dispersam os elementos políticos de apoio a Delgado: e este passa a ser um factor de cisão, mais do que de unidade. Mas estão também divididos os arraiais do governo. Perante a crise atravessada, e vencido o que parece ser o perigo eminente, surgem quezílias,

e cada um procura atribuir aos demais um quinhão de responsabilidades. Daniel Barbosa (1) escreve ao chefe do governo: considera que o ambiente político está muito carregado. Kaúlza de Arriaga e Almeida Fernandes, em memorandum conjunto dirigido a Santos Costa e que este transmite a Salazar, criticam o governo, e exprimem receios quanto à situação política do país, que estaria desacreditada: e as recentes eleições presidenciais, dado o carácter do candidato oposicionista, teriam sido ilusórias. Costa Leite está perturbado, e Mário de Figueiredo julga indispensável implantar uma situação de força para evitar que tudo seja subvertido. Mais incisivo do que outros, é o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Em exposição que envia a Salazar, diz o prelado que há um divórcio entre o país e o Estado Novo, e comprova-o com o que afirma passar-se no Minho católico. Há que defender o país; e cerrar fileiras em torno do Estado Novo não pode ser o único meio de salvação. Decerto: o Bispo recorda-se de tempos antigos. Em Roma, há trinta anos, não conseguira trocar dinheiro português. E assim o início da carreira de Salazar foi *«uma espécie de resgate e reabilitação perante o estrangeiro desprezador»*. E não diminuiram no prelado a *«estima e o respeito pela personalidade de V. Exia. nem a minha admiração pela sua inteligência»*. Decerto ainda: parecem-lhe bem as políticas externa e ultramarina. Mas discorda da política social. Não acredita na arbitragem do Estado como forma de prevenir as greves; não acredita no patronato; o operariado identifica este com o Estado Novo; há benefício dos grandes contra os pequenos; estão oprimidos os pobres; e as perspectivas são as de uma tremenda *«irrupção anarco-social-comunista»*. Sem dúvida: o Bispo do Porto não escreve em nome da Hierarquia; mas Salazar fica apreensivo, e desagradado. E depois são ainda autoridades administrativas — governadores civis, chefes de municípios — que desejam abandonar as suas funções. Do ânimo de muitos, apossa-se a ideia de que se está perante uma desagregação geral.

---

(1) Recorde-se que fora ministro da Economia de 4-2-1947 a 16-10-1948.

Em 28 de Junho de 1958 são proclamados, pelo Supremo Tribunal de Justiça, os resultados do sufrágio: Humberto Delgado alcança 23 % dos votos: há alguns boletins nulos ou inválidos: Américo Thomaz recolheu os demais votos, cerca de 75 %.

18

Àquele *rescaldo* político que a campanha deixou, não põe termo a proclamação dos resultados eleitorais. Humberto Delgado acusa publicamente o governo de manipulação de votos, de fraude; e afirma que só por tais motivos não saiu vencedor do pleito. Fora-lhe roubada a Presidência da República (1). Em virtude da gravidade das declarações, Santos Costa manda apresentar Delgado nas forças armadas, e é dada por finda a sua comissão na Aeronáutica Civil, onde permanecera em regime de licença durante a campanha; e desde logo os partidários de Delgado lançam um clamor de perseguição, de vingança contra o candidato vencido. No Alentejo, na área de Montemor, deram-se algumas perturbações sociais, e houve que fazer intervir a Guarda Republicana. No ar pairam interrogações, e por parte de alguns desejar-se-ia continuar a campanha para além do sufrágio realizado. Como o mandato de Craveiro Lopes termina apenas nos primeiros dias de Agosto, e só em 9 tomará posse Américo Thomaz, Salazar julga que politicamente não é impróprio dirigir-se ao país, sobretudo porque tem em mente o futuro. Em 1 de Julho de 1958, o chefe do governo, da sede da *União Nacional*, fala aos portugueses.

Agradece os esforços da *União Nacional*, mas não se exime a notar «*aqui e além alguma falta de zelo ou excesso de boa-fé*»,

(1) Objectivamente, desapaixonadamente, não se pode dar crédito a esta afirmação do general Humberto Delgado. Na quase totalidade das assembleias de voto, estavam presentes e fiscalizaram as operações representantes da sua candidatura; e não foram concretamente indicadas fraudes ou irregularidades. Admita-se que algumas possam ter existido, contudo. Suponhamos que a Humberto Delgado deveriam ser atribuídos mais 10 % dos votos. Ou mesmo mais 20 %. Isto dar-lhe-ia uma votação de 33 % ou de 43 %. Ainda assim Américo Thomás teria obtido maioria de votos.

e tem uma palavra de reconhecimento para as mulheres portuguesas que deram «*tão largo apoio e tão proveitosa lição*». E depois Salazar afirma que as eleições foram ganhas: «*estarmos bem convencidos disso é o ponto de que havemos de partir*». Pretendem agora as oposições que não foi livre e lhe foi roubado o acto eleitoral? «*Nunca ouvi dizer coisa diferente em Portugal às oposições que perdem*». E é tão grande a diferença na votação que ninguém poderá crer fosse possível obtê-la com «*baixas manigâncias, de que aliás fomos grandemente vítimas por muita parte*». Apesar de tudo, foi útil a campanha, por radicar no país hábitos de tolerância e civismo; mas a designação do Chefe do Estado não deve continuar a fazer-se pela mesma forma. Independentemente da atenção devida a todas as críticas feitas, é em face da vitória e não das recriminações que se deve encarar o futuro. Que futuro? Duas vias estão abertas: completar, renovar, prosseguir o regime; ou evoluir para um sistema que apenas pode ser o dos partidos. Por regime, não se deve entender a monarquia: esta é antes uma instituição que pode fornecer o quadro para regimes diferentes: mas de momento não é prudente nem necessário remexer em paixões ainda vivas que «*turvariam o nosso juízo*». E quanto ao sistema de partidos? De dentro e de fora há sugestões nesse sentido, e o governo devia suscitar a sua própria oposição; mas isso «*não é possível nem conveniente*». No passado, houve a monarquia não partidária, as guerras civis, os pronunciamentos, o caudilhismo dos marechais, o rotativismo, as cisões partidárias, as tentativas de aglutinação, o presidencialismo sidonista, o *28 de Maio*. Perante as realidades, como formar uma oposição válida? Para alcançar 23% do eleitorado, os adversários do regime houveram de formar a mais completa coligação de forças: sobreviventes do partido democrático, monárquicos liberais, integralistas desgarrados, socialistas, elementos da *Seara Nova*, sociais-democratas, republicanos moderados, e os comunistas, de que os demais tiveram de aceitar a cooperação, senão a preponderância. Mas a coligação foi feita para derrubar, não para construir; e isso porque não se pode ser liberal e socialista, monárquico e republicano, católico e comunista. Deste modo, as oposições não podiam constituir uma alternativa, a não ser que esta se confundisse com uma poeira de partidos de que

o partido comunista, clara ou encapotadamente, seria o imperador. Mas não se deve confundir partidos com oposição. Em termos de facto, apenas governos não partidários, abertos e nacionais, podem sem se negar incorporar na sua doutrina aquela parte de verdade, ou de interesse nacional, que possa surpreender-se nas oposições. Todas as coisas realizadas nos últimos trinta anos, «*aceitamos que com outras pessoas se pudessem conseguir; com outros princípios, não*». E por isso não se afigura indicado «*regressar à desordem parlamentar e à fraqueza dos governos*»: não há que destruir a experiência feita: há que «*renová-la, se necessário, em pessoas e métodos, e prosseguir*». E quanto à eleição do Chefe do Estado? Uma vez que a Câmara Corporativa, pela estruturação das corporações, é agora verdadeiramente representativa, com base naquela e na Assembleia Nacional se deverá formar o colégio eleitoral para designar o Presidente da República. E convém, apesar do hibridismo do sistema, manter a Assembleia Nacional: e «*se homens independentes, de qualquer formação partidária ou representantes de oposições esporadicamente constituídas, aí tiverem assento, através de vitórias eleitorais sempre possíveis, nada disso acarretará prejuízos ao funcionamento do regime e à sua evolução*». Pelo que respeita à Câmara Corporativa, assenta no princípio de que os interesses patronais e operários não são essencialmente contraditórios, porque a ambos se sobrepõe o interesse geral do consumidor ou da sociedade. Não se pode basear uma organização económica na luta de classes; o próprio comunismo, «*partindo aliás da luta de classes, o que pretende é chegar à destruição dos antagonismos, fundindo no Estado a propriedades dos meios de produção*», mas nega ao mesmo tempo «*a iniciativa da empresa e a liberdade do operário*»; e assim, se os operários querem «*manter-se livres, têm de repudiar o socialismo e o comunismo*», e compreender que se impõe uma organização que substitua a luta de classes pela colaboração e pela conciliação de interesses.

E de momento? Seja qual for o governo, terá vida árdua nos próximos seis meses. Além de problemas de administração — fomento, vencimentos do funcionalismo, outros ainda — haverá que proceder a mudanças de pessoal em vários escalões. E Salazar

fala de si. É refractário à mudança pela mudança, e isso lhe ensinou a experiência; mas há que compreender impaciências e necessidades políticas. Tem sido acusado o regime de imobilismo, e em maior grau no que respeita ao chefe do governo. Em verdade, à moda antiga e em trinta anos, poder-se-ia já dispor de trinta chefes de governo, a cuja inteligência e honestidade se prestaria homenagem, «*sobretudo depois de mortos*». Não se deve barrar a ascenção dos maiores valores aos mais altos postos; e a Nação apenas beneficiará com o alargamento das possibilidades de todos. Pessoalmente, e «*embora o tenha proposto, não tenho forçado uma saída, na esperança de atingir um grau de estruturação e consolidação do regime que lhe permitisse singrar sem dificuldades de maior*». Outros teriam feito «*tão bem, melhor do que eu*». Mas houve sentimentos que se sobrepuseram à razão. Em qualquer caso, «*sou um homem que está sempre preparado a partir, não digo sem desgostos mas sem desilusões*». E Salazar sugere que seja meditada a Paixão de Cristo por quantos alguma vez julgaram que as honrarias e o poder são sua pertença e direito. Há sobretudo o episódio em que Pedro nega o mestre, num acto de «*traição pura, quero dizer, sem fim, sem razão e sem proveito*». Foi facto único na história, pelas pessoas e circunstâncias, e não se repetirá jamais. E Salazar atira uma pedra aos que, durante a campanha eleitoral, hesitaram e se transferiram para a oposição: «*a nós, pobres de Cristo, só podem acontecer-nos pequenas coisas que sem motivo nos espantam — haver quem esqueça as mercês recebidas, não corresponda aos serviços que se lhe prestaram, não se contente com todas as satisfações do interesse ou da vaidade — coisas que não significam nada e são apenas expressão da fraqueza desta pobre humanidade*».

E Salazar conclui: foram escassas as liberdades concedidas durante a última campanha? Não foram. Mas surgiram clamores contra a censura à imprensa, e à rádio e outros meios. Não se pode esquecer o interesse nacional, mas «*eu compreendo que a censura molesta um pouco os jornais*». Há que estudar o assunto, e conjugar as responsabilidades de quem governa e o interesse público com os direitos de quem escreve. Mas «*nesta espécie de interinidade que decorre até à posse do novo Chefe do Estado, não se pode ir mais além*»; e se for possível chegar-se depois

a um texto que concilie todos os interesses, «*ninguém por capricho ou teimosia se lhe oporá*». E afinal onde está a verdade? «*Há muitos anos, no velho Convento dos Grilos, em Coimbra, discutia-se, a propósito de uma notícia de jornal que me dizia pessoalmente respeito, o valor informativo da imprensa. Eu não tinha saído naquele dia, não tinha viajado naquele comboio, não fora àquela terra, não estivera ausente aquele tempo. Onde a verdade da informação?*» Ora, «o *Senhor Cardeal-Patriarca, que sempre foi de espírito mais liberal do que eu, concluiu que a verdade, a essência da notícia estava em que tinha saído de Coimbra. Não fiquei convencido, mas a vida ensinou-me depois que mesmo essa pequena fracção da verdade pode ser útil porque por ela se pode vir a conhecer e a afinar o resto*». Seja como for, há que chamar a atenção do país para a seriedade do momento. Agitadores têm procurado levar operários e trabalhadores à greve, contra os interesses destes, que apenas na ordem podem ser protegidos. Sofre o mundo sob todos os aspectos uma grande e rápida transformação; e a gravidade dos problemas não vai diminuir mas aumentar. Perante tudo, a nação deve estar «*unida no pensamento de se perpetuar e engrandecer*». Não terão outro sentido os votos entrados nas urnas e os apelos, angustiados ou vibrantes, recebidos de todos os portugueses de Portugal e dos que andam pelas mais longínguas regiões do mundo.

Deste discurso de Salazar fica no país um sabor de testamento político. Perante um novo mandato presidencial, Salazar assegura ao novo Chefe do Estado a sua liberdade de acção e de escolha do chefe do governo. Parte do princípio de que pode ser dispensado das suas funções. Disse-o: não se deve barrar a ascenção aos mais altos postos; há que renovar o regime quanto às pessoas e métodos; e é um homem sempre pronto a partir, com desgostos talvez, certamente sem ilusões. Que convém ao país? Responde: não derrubar as instituições mas aproveitá-las; não destruir o regime, mas aperfeiçoá-lo; não evoluir para um sistema multipartidário, mas permitir o acesso de uma oposição nacional, independente, patriota e de boa-fé; não aceitar a luta de classes, mas harmonizá-las; não inutilizar o corporativismo, mas corrigir-lhe os defeitos, os vícios, os abusos; não sufocar a liberdade de espírito e de expressão mas conjugá-la com o inte-

resse colectivo; e este consiste em perpétuar e engrandecer Portugal. E de repente muitos se perguntam: então Salazar, depois da vitória, vai abandonar o governo?

19

Não é idêntico o juízo que os homens do governo formulam sobre o *rescaldo* da eleição. Salazar está consciente das modificações profundas no mundo, e na sociedade portuguesa. Em sucessivos Conselhos de Ministros, são debatidos os problemas políticos do momento. Alguns dos ministros estão eufóricos perante os resultados obtidos: tudo está bem: há apenas que continuar. Marcello Caetano critica Santos Costa por este ter determinado a intervenção da força pública; e o ministro da Defesa reage com vivacidade, afirmando que na verdade cortara a liberdade dos revolucionários se apoderarem dos ministérios. Arantes e Oliveira, ministro das Obras Públicas, lança uma palavra de precaução e aviso: nem tudo está bem: alguma coisa há que mudar. Do debate em Conselho de Ministros, todavia, não extrai Salazar qualquer conclusão. Mas por si verifica ser necessário alterar o governo. No entanto, Salazar pergunta-se: ser-lhe-á mantida a confiança do novo Presidente? No Estoril, no Forte de Santo António, Salazar pensa e repensa: deverá aguardar a posse de Américo Thomás para pôr formalmente a questão de confiança e, uma vez esta reiterada, iniciar então diligências para a formação de novo governo? Ou deverá dar desde já os passos necessários para o efeito? Das conversas já tidas com Américo Thomás depreende que este é o caminho: o novo Presidente dá-lhe a sua confiança: mas não se pronuncia quanto à amplitude da crise.

Em 4 de Agosto de 1958, ao princípio da tarde, Salazar convoca Santos Costa. Partindo do princípio de que será reconduzido, deseja ocupar-se com o ministro da Defesa da próxima crise ministerial. Vão ser momentos enfadonhos, confessa Salazar, que se traduzem sempre em choques com pessoas que não querem sair e outras que querem entrar, e em desconsolação, porque os governos que chegam em pouco ou nada se avan-

tajam aos que partem. Mas as circunstâncias aconselham uma crise. Que parece a Santos Costa? Decerto: impõe-se uma crise: «*Mas para a próxima remodelação ministerial, V. Exia. não poderá contar com o actual ministro da Defesa*». Salazar fica surpreso: porquê? Santos Costa declina os seus motivos: está no governo há 22 anos, tem 58 de idade, já fora preterido para o generalato há seis anos, quer agora prosseguir a sua carreira militar, e tem de pensar na sua situação económica. Não há outra forma de resolver o problema? Há; mas Santos Costa não deseja aproveitar-se das excepções previstas na lei e quer «*passar por onde todos os seus camaradas passaram*». É definitiva a decisão de Santos Costa; e Salazar quer saber as sugestões do ministro da Defesa para a sua própria sucessão. Santos Costa aconselha um convite a Botelho Moniz: como chefe do Estado Maior General, está em contacto com as Forças Armadas; tem um passado político; e havendo sido sondado para Presidente da República, e não tendo aceite por motivos de saúde, é politicamente conveniente incluí-lo no primeiro governo do novo Chefe do Estado. Botelho Moniz, todavia, está ressentido com Santos Costa: pensa que este dera a Salazar um apoio sem limites durante a campanha, comprometendo a oficialidade: e cumpria ter sido mais circunspecto. Não sabe Santos Costa que este é o parecer de Moniz e julga que este lhe deve suceder: será a maneira de provar que não há intervenção da política na escolha do ministro da Defesa. Salazar não se compromete, e pede a Santos Costa a indicação de nomes para o Exército e a Marinha. Para esta, Santos Costa lembra o almirante Quintanilha Dias, embora pense dever consultar-se Américo Thomaz, sempre muito apegado a assuntos da sua corporação; e para o Exército entende que pode ser aproveitado Almeida Fernandes. Salazar pergunta: será este um homem para ocasião difícil? Santos Costa julga que Fernandes é homem brando, mas fiel e de confiança. Depois, propõe outros nomes para os departamentos militares: entende que o tenente-coronel Kaúlza de Arriaga deve ser mantido na Força Aérea: e defende a nomeação de um sub-secretário para o Exército, ainda que este passe a ter um ministro independente e efectivo. Pergunta Salazar: quem? Santos Costa pede vinte e quatro horas para reflectir. Salazar pondera a decisão de Santos Costa: «o *país não*

resse colectivo; e este consiste em perpétuar e engrandecer Portugal. E de repente muitos se perguntam: então Salazar, depois da vitória, vai abandonar o governo?

19

Não é idêntico o juízo que os homens do governo formulam sobre o *rescaldo* da eleição. Salazar está consciente das modificações profundas no mundo, e na sociedade portuguesa. Em sucessivos Conselhos de Ministros, são debatidos os problemas políticos do momento. Alguns dos ministros estão eufóricos perante os resultados obtidos: tudo está bem: há apenas que continuar. Marcello Caetano critica Santos Costa por este ter determinado a intervenção da força pública; e o ministro da Defesa reage com vivacidade, afirmando que na verdade cortara a liberdade dos revolucionários se apoderarem dos ministérios. Arantes e Oliveira, ministro das Obras Públicas, lança uma palavra de precaução e aviso: nem tudo está bem: alguma coisa há que mudar. Do debate em Conselho de Ministros, todavia, não extrai Salazar qualquer conclusão. Mas por si verifica ser necessário alterar o governo. No entanto, Salazar pergunta-se: ser-lhe-á mantida a confiança do novo Presidente? No Estoril, no Forte de Santo António, Salazar pensa e repensa: deverá aguardar a posse de Américo Thomás para pôr formalmente a questão de confiança e, uma vez esta reiterada, iniciar então diligências para a formação de novo governo? Ou deverá dar desde já os passos necessários para o efeito? Das conversas já tidas com Américo Thomás depreende que este é o caminho: o novo Presidente dá-lhe a sua confiança: mas não se pronuncia quanto à amplitude da crise.

Em 4 de Agosto de 1958, ao princípio da tarde, Salazar convoca Santos Costa. Partindo do princípio de que será reconduzido, deseja ocupar-se com o ministro da Defesa da próxima crise ministerial. Vão ser momentos enfadonhos, confessa Salazar, que se traduzem sempre em choques com pessoas que não querem sair e outras que querem entrar, e em desconsolação, porque os governos que chegam em pouco ou nada se avan-

tajam aos que partem. Mas as circunstâncias aconselham uma crise. Que parece a Santos Costa? Decerto: impõe-se uma crise: «*Mas para a próxima remodelação ministerial, V. Exia. não poderá contar com o actual ministro da Defesa*». Salazar fica surpreso: porquê? Santos Costa declina os seus motivos: está no governo há 22 anos, tem 58 de idade, já fora preterido para o generalato há seis anos, quer agora prosseguir a sua carreira militar, e tem de pensar na sua situação económica. Não há outra forma de resolver o problema? Há; mas Santos Costa não deseja aproveitar-se das excepções previstas na lei e quer «*passar por onde todos os seus camaradas passaram*». É definitiva a decisão de Santos Costa; e Salazar quer saber as sugestões do ministro da Defesa para a sua própria sucessão. Santos Costa aconselha um convite a Botelho Moniz: como chefe do Estado Maior General, está em contacto com as Forças Armadas; tem um passado político; e havendo sido sondado para Presidente da República, e não tendo aceite por motivos de saúde, é politicamente conveniente incluí-lo no primeiro governo do novo Chefe do Estado. Botelho Moniz, todavia, está ressentido com Santos Costa: pensa que este dera a Salazar um apoio sem limites durante a campanha, comprometendo a oficialidade: e cumpria ter sido mais circunspecto. Não sabe Santos Costa que este é o parecer de Moniz e julga que este lhe deve suceder: será a maneira de provar que não há intervenção da política na escolha do ministro da Defesa. Salazar não se compromete, e pede a Santos Costa a indicação de nomes para o Exército e a Marinha. Para esta, Santos Costa lembra o almirante Quintanilha Dias, embora pense dever consultar-se Américo Thomaz, sempre muito apegado a assuntos da sua corporação; e para o Exército entende que pode ser aproveitado Almeida Fernandes. Salazar pergunta: será este um homem para ocasião difícil? Santos Costa julga que Fernandes é homem brando, mas fiel e de confiança. Depois, propõe outros nomes para os departamentos militares: entende que o tenente-coronel Kaúlza de Arriaga deve ser mantido na Força Aérea: e defende a nomeação de um sub-secretário para o Exército, ainda que este passe a ter um ministro independente e efectivo. Pergunta Salazar: quem? Santos Costa pede vinte e quatro horas para reflectir. Salazar pondera a decisão de Santos Costa: «*o país não*

vai entender que o ministro da Defesa, o homem que dentro do governo mais se empenhou na campanha eleitoral que conduziu à vitória do candidato oficial, seja um dos membros do governo a ser afastado na recomposição ministerial que vai seguir-se à posse do Presidente da República». Santos Costa refuta a ideia: «*apenas me parece difícil que V. Exia., dadas as intrigas urdidas à volta do Presidente da República cessante, possa manter no Ministério o Doutor Marcello Caetano e o ministro do Interior Trigo de Negreiros...*» E acrescenta que, para explicar tudo, bastará uma pequena nota na imprensa, esclarecendo que o ministro da Defesa tem de abandonar o cargo, afim de frequentar o Curso de Altos Comandos, necessário para acesso ao generalato.

Mas no mesmo dia 4 de Agosto, ao fim da tarde, Salazar recebe também Marcello Caetano. Informa este de que, logo após a posse de Américo Thomaz, abrirá a crise ministerial; de momento pensa *mexer* nas pastas do Interior, Estrangeiros, Economia, Ultramar, Comunicações; e não sabe ainda se haverá de tocar noutras. É uma remodelação ampla, e além disso convirá alterar a estrutura do governo. Para nenhum destes casos se apresentam embaraçados de monta. Verdadeiramente difícil, contudo, é o problema da Defesa: Santos Costa exprimiu a vontade de sair: e parece irrevogável a sua decisão. Por outro lado, embora se houvesse destacado na manutenção da ordem durante a campanha eleitoral, Santos Costa já não estará em situação de se responsabilizar pelas forças armadas: é a opinião dos grandes chefes militares consultados. Moniz previne mesmo Thomaz de que se prepara uma conspiração militar contra Santos Costa. Acontece ainda que pelo país se espalhou a ideia de que os ministros da Defesa e da Presidência encabeçam e representam, dentro do regime, duas facções que entre si se opõem e se hostilizam. E se sai o ministro da Defesa e permanece o da Presidência, dir-se-ia que um grupo triunfou sobre o outro. Estava Caetano a compreender? Caetano declara que «*compreende perfeitamente*» e que está pronto a retirar-se. E Salazar convida Supico Pinto, que recusa com firmeza; e este sugere Pedro Theotónio, que o chefe do governo chama de Londres, e que aceita.

Entretanto, Santos Costa avistara-se com Almeida Fernandes. Desvenda-lhe as perspectivas da crise, e informa-o de que recomendara o seu nome para ministro do Exército. Fernandes parece aturdido. Depois, Santos Costa aborda o problema de um sub-secretário para o Exército. E esclarece que se propõe submeter ao chefe do governo quatro nomes: tenente-coronel Luz Cunha (1), major Bettencourt Rodrigues (2), major Rocha Simões (3), tenente-coronel Costa Gomes (4). Concorda Almeida Fernandes com os três primeiros nomes; mas com empenho pede a Santos Costa que retire da lista o último nome «*por se tratar de pessoa nem sempre clara nos seus desígnios*». E Santos Costa, ao cair da noite do dia 5 de Agosto, de novo visita Salazar. Submete-lhe o apontamento com os quatro nomes. Pormenoriza as qualidades pessoais de cada oficial, «*demorando-me um pouco mais sobre a personalidade do tenente-coronel Costa Gomes que, embora politicamente menos idóneo que os outros candidatos, me parecia ainda reunir as condições indispensáveis para o exercício do cargo*». Salazar não se compromete: tem de convidar Botelho Moniz e Almeida Fernandes: e tanto um como outro quererão dizer uma palavra sobre o novo sub-secretário do Exército. E o chefe do governo remata para Santos Costa: «*Isto não vai sair bem*».

Aproxima-se a data da posse do Presidente, e Salazar desenvolve grande actividade de consultas. Em Belém, sobre as amarguras dos últimos tempos, Craveiro Lopes sofre ainda a morte de sua mulher, Berta, desfeita quase de súbito por desgostos que suportara com a mais alta dignidade; e nos Jerónimos um serviço oficial religioso, a que assiste Américo Thomaz, marca o desaparecimento de quem naquele momento ainda era a mulher do Chefe do Estado. Ao Forte do Estoril, acorrem Albino dos Reis, Mário de Figueiredo, Costa Leite, Luís Supico Pinto, Soares

---

(1) De seu nome completo Joaquim da Luz Cunha. Não confundir com Edmundo da Luz Cunha, irmão daquele, e também oficial.

(2) De seu nome completo José Manuel Bettencourt Conceição Rodrigues.

(3) De seu nome completo Francisco Rocha Simões.

(4) De seu nome completo Francisco da Costa Gomes.

da Fonseca, ainda outros conselheiros políticos de Salazar. Há acordo quanto à necessidade de uma crise, e de o novo governo causar um embate psicológico na opinião pública; e é examinado o preenchimento de cada pasta. Paulo Cunha está ansioso por abandonar os Estrangeiros, e recomenda Marcello Mathias (1), elemento de carreira, que está como embaixador em Paris. Salazar conhece-o desde o tempo em que, à morte de Teixeira de Sampaio, em 1945, Mathias assumira nos Estrangeiros o encargo dos assuntos políticos. Mathias é homem de inteligência subtil, conversador vivo, de espírito imaginoso: «*tem o que eu não tenho, completa-me*», diz Salazar. Mathias vem a Lisboa; mas o seu sonho é Paris, continuar em Paris; perante o convite, oferece alguma resistência; devotado a Salazar, acaba por ceder. Na Justiça, há acordo em manter Antunes Varela, que tem desempenhado o cargo com inteligência e dignidade, e tem o apoio de largos sectores católicos. Nas Corporações, Veiga de Macedo tem sido trabalhador afincado: não se impõe uma alteração. Nem tão pouco nas Obras Públicas, em que Arantes e Oliveira, pela sua competência e dinamismo, tem prestigiado aquele sector. Já suscita dúvidas Leite Pinto, na Educação Nacional, onde é alvo de críticas de alguns meios académicos e de círculos progressistas; mas não é pasta de relevo político no momento; e dada a sua confiança política e as dificuldades estudantis que podem sobrevir, não é prudente substituí-lo. Pelo que respeita às Finanças, há unanimidade: pela sua competência, integridade, conhecimento dos problemas, dignidade pessoal, prudência e rigor de execução, Pinto Barbosa deve ser conservado. Ulisses Cortês, na Economia, está inteiramente queimado: há cerca de oito anos à frente do departamento, sofreu a erosão de um sector em que as necessidades são sempre superiores aos recursos: pelo seu temperamento, suscitou conflitos: e foi alvo de ataques ásperos durante a campanha eleitoral. Para a Economia, um nome se impõe: Ferreira Dias. Dera boa nota de si no sub-secretariado do Comércio e Indústria entre 1940 e 1944; é homem de alta integridade; e é a grande esperança dos círculos

(1) De seu nome completo Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias.

industriais, económicos, financeiros, para imprimir um ritmo mais acelerado ao desenvolvimento do país. Ferreira Dias aceita. Mas a remodelação ministerial não está concluída. Para o Ultramar, e como Raul Ventura não desiste de sair, há quem sugira Galvão Teles, prestigiado pela sua conduta na Haia; mas o julgamento ainda não findou, e aquele não pode ser dispensado, além de que não conhece efectivamente os problemas ultramarinos. Salazar fixa-se no almirante Vasco Lopes Alves: não é homem para quem o trabalho seja um hábito: antigo governador geral de Angola, conhecedor dos problemas ultramarinos, é no entanto de inteligência muito viva, e um moderado. Lopes Alves, sem entusiasmo, também aceita o convite. Para a Marinha, lança-se o nome de Roboredo e Silva: mas depois de obtido o acordo de Américo Thomaz, a escolha recai no recomendado de Santos Costa: é Quintanilha Dias (1), homem da corporação, antigo governador de Goa: não é havido por oficial de excepção: mas é tido por desembaraçado e sem tibiezas numa emergência. Nesta altura, Salazar considera que no novo governo, para evitar uma preponderância militar, não deverão ser incluídos mais oficiais. Aliás, a entrada de Lopes Alves para o Ultramar com a saída de Manuel Gomes de Araújo: desde sub-secretário da guerra, há mais de catorze anos que está no governo: oficial de grande distinção e prestígio entre os seus pares, quer agora abandonar as Comunicações e prosseguir a sua carreira militar. Salazar pede nomes de civis para o cargo: e escolhe Carlos Ribeiro (2), engenheiro de reputação. E não está ainda concluída a solução da crise a abrir. Com efeito, além de vastas mudanças nos gestores das pastas, Salazar quer reorganizar a própria estrutura do governo: impõe-no a crescente complexidade dos problemas, a sua multiplicação e ritmo acelarado, a necessidade de eficiência. Há que cuidar em bases novas dos sectores da Saúde e Assistência. Estes são destacados do ministério do Interior; e é criado um ministério autónomo. Constitui o facto, por outro lado, uma justificação para a saída de Trigo de Negreiros, politicamente destruído

(1) De seu nome completo Fernando Quintanilha Mendonça Dias.
(2) De seu nome completo, Carlos Gomes da Silva Ribeiro.

durante a eleição presidencial. Quem escolher? Para o Interior, Salazar vai buscar um civil, Pires Cardoso (1), professor, homem neutro, moderado, sem passado político de destaque. Para a Saúde e Assistência, recorre a um novo, Martins de Carvalho (2), nome conhecido na sua geração, inteligente, activo, muito ligado ao sector católico e aos círculos monárquicos, e já com intervenção política nas forças do Estado Novo. Mas são mais profundas as modificações no domínio da Economia, e são criados três departamentos, que se elevam a Secretariados de Estado: Agricultura, para que é escolhido Luís Quartin Graça; Comércio, para que é convidado Correia de Oliveira, que abandona o sub-secretariado do Orçamento; e Indústria, que Ferreira Dias deseja tomar para si próprio (3). E também no Ultramar há um desdobramento de funções, embora se mantenha o nível de Sub-secretário de Estado: o do Fomento Ultramarino, atribuído a Carlos Abecassis, que assim continuará no governo; e o da Administração Ultramarina, para que Salazar decide convidar Álvaro da Silva Tavares.

Todas estas alterações não provocam debate entre os conselheiros políticos de Salazar. Quando o chefe do governo, todavia, lhes dá conhecimento das mudanças previstas para as pastas militares, defronta profundas discordâncias. Albino dos Reis julga oportuna a saída de Santos Costa: considera que está esgotado o seu papel nas forças armadas: e que naquela hipótese não poderá Marcello Caetano permanecer. Mário de Figueiredo julga que se impõe a saída de Caetano, que considera muito ligado a Craveiro Lopes e a Botelho Moniz; mas entende constituir erro grave a saída de Santos Costa. Para Figueiredo, Santos Costa é esteio do regime e da ordem pública; e atribui as críticas de alguns meios militares a intrigas de Craveiro Lopes, de Botelho moniz e de alguns oficiais, que em segredo manteriam contactos com Delgado e Galvão. Salazar sente-se indeciso. No

(1) De seu nome completo, José Pires Cardoso.

(2) De seu nome completo, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

(3) Para coadjuvar Ferreira Dias, é no entanto convidado João Ubach Chaves como sub-secretário.

mesmo sentido, em conversa de 6 de Agosto de 1958, se pronuncia Costa Leite. Pensa que é um perigo a saída de Santos Costa. Para Costa Leite, a oposição de alguns militares a Santos Costa resulta das manobras conspiratórias de Delgado e para as frustrar são justamente necessárias a «*decisão e a coragem moral*» daquele. Para mais, saindo Santos Costa e também Gomes de Araújo, pergunta Costa Leite, «*não ficará V. Exia. privado de dois elementos de inteira confiança política, e conhecedores de assuntos militares cujo apoio e conselho podem ser, em certas emergências, extremamente úteis à acção de V. Exia.?*» Que solução oferece Costa Leite? Manter Santos Costa e Marcello Caetano no governo como ministros sem pasta ou como vice-presidentes do Conselho. É defeituosa e pouco lógica a solução, diz Leite; mas como solução de oportunidade poderia ser útil. De nenhum modo, no entanto, convém afastar Santos Costa.

20

Em 9 de Agosto de 1958, com o ceremonial do uso, presta juramento perante as Câmaras reunidas o novo Presidente da República. Reiterada formalmente a confiança de Américo Thomaz a Salazar, este procede às últimas diligências para a constituição do novo governo. Transpirara para a opinião pública a crise, e há expectativa generalizada. De boca em boca correm perguntas: Salazar está nas mãos de Santos Costa? ou de Caetano? ou de ambos? E terá força política suficiente para prescindir de um e outro? A partir de 10 de Agosto, o chefe do governo convoca aqueles a quem ainda não havia formulado convites. Chama sucessivamente Botelho Moniz e Almeida Fernandes: ambos aceitam, respectivamente, as pastas da Defesa Nacional e do Exército. Salazar submete a ambos os quatro nomes sugeridos por Santos Costa para o cargo de Sub-Secretário do Exército; Almeida Fernandes não exprime uma opinião marcada; Botelho Moniz manifesta a sua preferência por Costa Gomes; e Salazar convida este para aquelas funções. Depois, são os convites aos demais nomes que estão assentes: não há qualquer recusa. E em 14 de Agosto é tornado público o novo gabinete;

e também a sua restruturação. Há surpresa na opinião pública, e causa particular sensação o afastamento simultâneo de Marcello Caetano e Santos Costa: a muitos parecia inconcebível que Salazar ousasse fazê-lo: e uns concluem que o chefe do governo dispõe afinal de uma grande força política que manobra com destreza, enquanto outros pensam haver aquele cometido um erro sério que lhe será fatal. Entre estes está Mário de Figueiredo que escreve a Santos Costa uma carta de amizade e admiração, e diz-lhe: «*O que tenho agora é necessidade de afirmar-lhe que considero grave, gravíssimo para a situação e — o que é o mesmo — para o seu representante máximo, a sua saída do governo. Não quero discutir se Você quis ou não quis sair do governo. As questões às vezes são postas por modo que só tornam possível com dignidade um caminho*». E Figueiredo não oculta a sua emoção: «*Tem Você no peito um fogo patriótico e uma fé nos princípios que crê conduzirem ao engrandecimento de Portugal, a que já se não está habituado*». Entretanto, tomam posse os novos ministros. Um nome suscita particular entusiasmo em alguns sectores: o de Ferreira Dias. E pelo país há a sensação de um virar de página, de um capítulo novo. Renascem esperanças em muitos; e tudo parece finalmente reconduzido à normalidade. Nos círculos oposicionistas, há desânimo; e considera-se que a luta terá de assumir novas formas, adoptar uma estratégia diferente. Santos Costa regressa às fileiras, é um coronel entre muitos, frequenta o curso de Altos Comandos; e Marcello Caetano declara que abandona toda a actividade política e informa o novo Presidente de que deseja renunciar à sua qualidade de membro vitalício do Conselho de Estado. E escreve a Salazar uma carta de despedida: reafirma que encerrou a sua vida política, considera-se exonerado também da comissão central da *União Nacional*, protesta a sua amizade e os seus agradecimentos. Quando Pedro Theotónio, feitas as suas despedidas oficiais em Londres, regressa a Lisboa para assumir as funções de ministro da Presidência, Caetano não comparece para o receber; e é Salazar que em seu nome acolhe publicamente o novo titular. E responde a Marcello Caetano: agradece-lhe a colaboração, espera que continue a prestá-la ao regime. E é emotivo: «*os últimos meses de vida política foram para mim tão atribulados*

e cheios de desgostos e amarguras que não sei se era possível acrescer a todos os que tive mais algum. Se era possível, ver-me privado da sua colaboração na Presidência foi o último e até agora o maior». E a Mário de Figueiredo envia um cartão de visita. Diz: «*O Sebastião Ramirez lembrou-se, ao passar por S. Miguel, de me mandar uns ananazes. Mando um para prova*».

21

Quando Humberto Delgado, ao iniciar a sua campanha, se refere a Salazar e diz que se eleito o demitirá — *obviamente, demito-o* — abre-se uma nova época no *Estado Novo*. Para uns, a frase é de um louco: como tem a ousadia de afrontar a autotidade incontestada de Salazar, o seu prestígio sem mácula, o seu vulto intocável? Para outros, é uma frase audaz que afinal reduz o chefe do governo às proporções de homem comum: acaso Salazar é sacrossanto ou eterno? De súbito, pelo país além, tudo parece posto em causa: está quebrada a redoma em que o Estado se diria envolto, vê-se apeado o andor em que se diriam transportados os governantes, parece que são frágeis as instituições que se diriam de bronze. É outra a atmosfera da nação, do povo. Não é a figura de Delgado que impressiona: nos homens esclarecidos, mesmo entre os oposicionistas, não há ilusões quanto ao seu primarismo, falta de bom senso, incoerência, demagogia, incapacidade de encarar os problemas no plano superior do Estado. Encontrando-o no seu pouso da Livraria Bertrand, depois da campanha, pergunta Santos Costa ao seu amigo Aquilino Ribeiro: «*Mas você acha que aquele homem tem as condições para exercer algum dia, com proveito para a nação, as funções de Presidente da República?*» Responde o mestre escritor: «*É evidente que não, meu caro amigo! É a política! Nós precisamos acima de tudo alguém que nos abra a porta. O resto se verá depois!*» Mas a candidatura de Delgado, conduzida como o foi, rompe os moldes estabelecidos, derruba padrões assentes; e a sociedade portuguesa é batida por uma rajada que a faz estremecer até aos seus fundamentos. Em si, o acontecimento transcende o candidato, que se transforma em instrumento. E os reflexos projec-

tam-se sobre Salazar. São os seus sessenta e nove anos, e a conclusão de que está necessariamente gasto e ultrapassado; são as suas três décadas de governo, e a idade de que abafa tudo e todos; é o *mundo salazarista*, de repente visto como *camarilha* que, em nome de interesses pessoais, rodeia e domina o chefe do governo; e é a erosão inerente ao exercício do poder, reflectido nos homens e nas instituições. No fascínio de Salazar, que cega amigos e desespera adversários, há uma quebra; e o seu carisma tem uma fractura. Salazar não se apresenta como vulto a que tudo é reconduzido, nem parece afinal constituir o centro único de decisão e de poder. Cruamente, pergunta-se que *força efectiva* tem Salazar, e em que se apoia? E os observadores mais atentos não encontram resposta. Não tem um partido político que o apoie: porque a *União Nacional* não pode ser considerada como partido e, ainda que o fosse, não teria eficácia política bastante para o sustentar. Não dispõe de uma guarda pretoriana, militar ou militarizada, que pela sua fidelidade e efectivos possa constituir base do poder: nem as Forças Armadas se dispõem a desempenhar esse papel, nem as corporações para-militares de ordem pública ou a *Legião Portuguesa*, apagada e esquecida, contam para o efeito. Não comanda interesses económicos ou financeiros que sejam determinantes pela sua influência: justamente entre aqueles encontram-se alguns dos seus críticos mais aguerridos. E do seio da Igreja Católica, de que fora militante destacado e cujo apoio contribuira para a sua ascensão ao poder, erguem-se hoje algumas vozes de discordância, e muitas que preconizam o descomprometimento. E no plano internacional, porque a política portuguesa se choca com a de terceiros, encontra a hostilidade de uns governos, e a frieza de outros. E no entanto Salazar *está* e *continua*. Como? Porquê? Por quanto tempo?

Três gerações se sucederam já: a que fizera o 28 de Maio, trinta e dois anos atrás; a dos homens que, tendo na altura entre trinta e quarenta anos e perante instituições e sistemas completamente desacreditados, aderiram com fé ao Estado Novo; e a dos que, muito jovens na época, cresceram no regime e por este foram absorvidos. Mas agora chegou à superfície e quer intervir na vida colectiva uma nova geração para quem o ponto

de partida das instituições, e do regime e seus princípios, está esquecido: para estes, recordações dos tempos antigos e a comparação com os actuais são desprovidas de significado; o contacto com ideias que supõem novas e modernas leva à tentação da aventura, da mudança pela mudança; e julgando que não podem percorrer novos caminhos e satisfazer as suas ambições políticas no quadro do regime, há que derrubar este, ainda que não haja projecto assente para o futuro e sejam quais forem as consequências para interesses nacionais, já encarados à luz daquelas ideias, e a curto prazo. «*Depois se verá*», dizia mestre Aquilino. Por detrás de tudo, há a massa do povo português. Ao cabo de mais de trinta anos do mesmo regime, os portugueses viram subir o seu nível de vida, o país caminhou; e, dentro dos seus recursos e sem embargo de faltas e desvios, a sociedade portuguesa ampliou os seus horizontes, incorporou as novas técnicas, avançou no plano material. Sociologicamente, houve uma circulação de élites. Não são rígidas as classes do *sistema*, nem estão fechadas, e comportam o ingresso de novos valores, e o seu acesso até aos mais altos escalões. Salazar viera do *nada*; e do nada viera a esmagadora maioria dos seus ministros. No sector privado, muitos homens também surgidos do nada atingem, por trabalho e iniciativa, os mais elevados postos na economia, na indústria, na banca, nas profissões liberais, na vida social. Alarga-se a classe média, e a esta ascende toda uma massa que vem dos assalariados e do proletariado. Generalizam-se, sobretudo nas cidades, alguns sinais exteriores do progresso, do conforto, do desafogo económico. Não aumenta velozmente o poder de compra, os salários são modestos; mantém-se o valor da moeda, todavia, e são firmes os preços; e o crescimento da sociedade, se é lento, é estável também. Mas o *sistema*, ao mesmo tempo que é sociologicamente aberto, não cria mecanismos de defesa ideológica: conduz uma sociedade que lhe aproveita as vantagens sem lhe absorver a mística nem lhe suportar os inconvenientes. Quase de repente, fica perante um quadro de novos princípios e de novos valores, importados sob pressão exterior. É antes de mais o internacionalismo. De novo, como em épocas passadas, a humanidade é uma só: os homens são todos irmãos, as fronteiras entre países são um artifício sem

fundamento, as soberanias das nações são um entrave à felicidade colectiva. Estas convicções conduzem directamente ao mito dos organismos internacionais, a que se atribui pureza de objectivos, e isenção de procedimento, e cujas decisões, por espelharem a consciência da humanidade, devem ser respeitadas como imperativos categóricos. Daqui o apego ao pacifismo; a paz é valor supremo, superior ao direito, à justiça, à verdade: e não se aceita como lícita a defesa em face de uma violência ou de um ataque que, se invocarem os novos princípios em curso, são criadores da sua própria legitimidade. São por isso de condenar as estruturas militares, os gastos com a defesa. E no plano religioso surge o progressismo no seio da Igreja Católica: esta é acusada de autoritarismo, de imobilismo, de apego a um passado que não se conforma com o progresso e a ciência, de comprometimento com César: e procura-se transferir para uma sociedade, que se transforma em messiânica, os atributos de Cristo. Da Cúria de Roma, o progressismo é disseminado em larga parte do mundo católico; e crescem os seus adeptos na Cúria de Lisboa, na Hierarquia, em sectores da Acção Católica, e entre membros do clero secular. Está-se à beira de uma nova civilização, de um mundo novo e sem raízes; e a Igreja tem de lhe corresponder. Por outro lado, há toda uma concepção sociológica que deve comandar a política: é a sociedade permissiva, é a sociedade de abundância, é a sociedade de consumo. São opressivas as peias morais, e a consciência de cada homem é o juiz último dos seus actos; e apenas é livre o homem pletórico, e sem passado. Há a certeza da felicidade pelo progresso contínuo; a obsessão do crescimento constante; a ânsia do futuro; e os conceitos de diálogo, de contestação, de abolição de hierarquias entram na vida e nos hábitos correntes. Surgem as crises de camadas sociais: a alta burguesia está receosa da sua própria função; a classe média descrê dos seus princípios; a classe operária reivindica uma economia independente dos recursos; e os homens não devem estar ao serviço de nada, salvo de si próprios. É cega a fé na ciência e na técnica para resolverem problemas sociais ou morais. Negam-se as hierarquias por destruirem a igualdade. Qualquer constrangimento é entrave à liberdade. E para debater todo o acervo de novas ideias multiplicam-se em Lisboa, e pelo país, os cursos, as conferências,

os colóquios, os seminários, os centros de estudo e cultura, e são discutidas as ciências sociais, as ciências económicas, as ciências políticas, as novas disciplinas, as novas técnicas, os novos temas do presente e do futuro que apaixonam os homens. Influenciável pela *última verdade*, que toma como definitiva; volúvel, e crédulo, de entusiasmo tão súbito como fugaz; facilmente deslumbrado pelo que é alheio — o povo português sente um peso, uma fadiga, um desejo de mudar: a *habitualidade* de Salazar é havida como um *travão*. Contrapõem-se a estes sentimentos o receio de aventuras, a defesa dos bens alcançados, a suspeita perante o desconhecido: então, a *habitualidade* de Salazar constitui uma *garantia*. Até quando? E se há que mudar, mais tarde ou mais cedo, não é preferível mudar imediatamente? Ou será melhor fazê-lo o mais tarde possível?

Destas contradições e impulsos e ideias são reflexo os círculos intelectuais e literários portugueses. Pelo mundo além, novas correntes, novos valores, novas tentativas estéticas estão sendo aproveitadas ou experimentadas, no romance, na poesia, no ensaio. Intelectuais e ficcionistas portugueses actualizam-se, modernizam-se. Aquilino Ribeiro é ainda um grande nome: mas a sua capacidade criadora está no seu termo; e *A Casa Grande de Romarigães* e *Quando os lobos uivam* são obras de final de carreira (1). Idêntica é a posição de Ferreira de Castro: *A Curva da Estrada* e *A Missão* são livros de quem disse ao público quanto tinha a dizer. Mais novos, Miguel Torga, José Régio, outros do grupo da *Presença*, estão consagrados, tornam-se clássicos. Por 1958, atinge o seu apogeu a obra de outros homens. Joaquim Paço d'Arcos, com o *Espelho de Três Faces* e *Corça Prisioneira*, completa o seu quadro crítico da média e alta burguesia e das classes dirigentes; Domingos Monteiro, nos *Contos do Dia e da Noite* e *Histórias Castelhanas*, perfaz o seu mundo do pitoresco, do boémio, do sobrenatural, do humano ignorado; Francisco Costa baseia no catolicismo os seus personagens e quadros sociais; José Rodrigues Miguéis, depois da *Páscoa Feliz* de há mais de vinte anos, resuscita de um longo silêncio

(1) Viria a morrer em 27-5-1963.

com *Léah;* e Vitorino Nemésio, entre os temas açoreanos, os seus exercícios verbais, e a poesia, tem praticamente completa a parte criadora da sua obra. Noutro plano, estão os neo-realistas, os homens do *realismo social,* que a partir de 1940 ergueram o seu pendão de protesto contra a sociedade estabelecida, as injustiças, a opressão, as leis, as convenções, à luz do novo mundo sonhado para depois da guerra e que se multiplicaria em bens para a humanidade. Esses homens, entretanto, realizaram a sua obra: é Fernando Namora, com o *Trigo e o Joio* e *O Homem Disfarçado;* é Carlos de Oliveira, com *Uma Abelha na Chuva;* é Virgílio Ferreira, com *Mudança* e *Manhã submersa;* e outros, não já neo-realistas, como Manuel Mendes, Aleixo Ribeiro, ou Manuel do Nascimento. De gerações anteriores, ou saídos de gerações actuais, continuam João Gaspar Simões, do grupo da *Presença,* que mantém a sua magistratura crítica; e João Pedro de Andrade, na crítica literária e teatral; e Luís Forjaz Trigueiros, na crónica do dia-a-dia, no ensaio de ideias, na crítica impressionista. Também surge uma historiografia nova, que percorre os vários quadrantes ideológicos, e que vai de Joaquim Veríssimo Serrão e Jorge Borges de Macedo até Vitorino Magalhães Godinho e António José Saraiva. E afirmam-se os poetas das mesmas gerações, e que por 1958 tem concluído o essencial da sua faculdade criadora. É José Gomes Ferreira, que já vem de longe; Carlos de Oliveira, também na poesia; Eugénio de Andrade, de um lirismo e imagismo límpidos, com *Até Amanhã* e *Coração do Dia;* António Manuel Couto Viana que afirma o seu lirismo íntimo d esde *No sossego da hora* até *A Face Nua;* Amândio César, que se realiza numa poesia impetuosa; António de Navarro, que também vem de longe e esconde no seu hermetismo uma alta realização poética; António Gedeão, muito introspectivo e conhecedor dos homens e das coisas em *Movimento Perpétuo* e *Teatro do Mundo;* Pedro Homem de Melo, com o seu lirismo tradicional; e Sebastião da Gama, morto muito novo, e cuja obra de sensibilidade atormentada só agora adquire relevo. E é um friso de mulheres, que sobem a alto lugar na criação poética: é Sofia de Mello Breyner Andersen, com um mundo poético ligado à realidade concreta; é Natércia Freire, de uma sensibilidade muito súbtil e muito pura, que se liberta no que é eterno

ou cósmico; e Natália Correia, com a sua sátira e o seu protesto. Mas todos estes homens, todas estas mulheres não incorporam ainda, verdadeiramente, os novos mitos, os novos princípios ideológicos, as novas experiências estéticas.

E surge a geração desgarrada dos moldes habituais, impregnada do fervilhar de conceitos que cruzam o Ocidente, e mesmo o mundo, e alinhada pelo debate ideológico e político de que messianismos contrários são prosélitos. Há uma ânsia de captar para a obra literária o processo político-sociológico, de recorrer a temas universalistas, de explorar um humanitarismo convencional, e por vezes piegas; proclama-se o primado do indivíduo sobre a grei; e pratica-se um intervencionismo político pela condenação implícita de instituições e valores. Proliferam as revistas, as colectâneas, as folhas avulsas, as pequenas brochuras de crítica, de poesia, de estética: são a *Távola Redonda*, a *Serpente*, o *Contraponto*, a *Cassiopeia*, a *Árvore*, o *Graal*, a *Cítara*, o *Búzio*, o *Eros*, mil outras. Circulam em meios restritos, não atingem o grande público; mas reflectem ou influenciam os homens da inteligência, e da cultura, ou que aspiram à criação intelectual e literária, ou se imaginam nesse plano. Há uma abundância de produção na prosa de ficção e na poesia. Desde Garibaldino de Andrade a Júlio Graça, desde José Marmelo e Silva a Faure da Rosa, surgem novos prosadores que procuram integrar os novos temas e as novas estéticas. É Alexandre Cabral, e os seus temas ultramarinos; são críticos e ensaistas como Jacinto do Prado Coelho, ou David Mourão-Ferreira ou Joel Serrão. Entre prosadores e poetas avultam Mário Cesariny de Vasconcelos, António Maria Lisboa, Alexandre O'Neill, Jorge de Sena, Raul de Carvalho, Alberto de Lacerda, Fernando Guedes, Egito Gonçalves, Matos e Sá, ainda outros. E ao lado destes homens impõe-se um friso de mulheres que, na ficção e na poesia, ampliam as letras femininas. São Celeste de Andrade e Patrícia Joyce; é o travejamento romanesco de Fernanda Botelho em *Ângulo Raso* e *Calendário Privado;* é Augustina Bessa Luís que em *A Sibila*, *Os Incuráveis*, a *Muralha*, usa uma torrente de pormenores que, por si, constituem temas independentes; é Ester de Lemos, e o seu idealismo católico; e Maria Judite de Carvalho, Maria da Graça Freire, outros nomes ainda.

Em que são compatíveis o mundo das novas ideias e o mundo expresso na criação estética com o mundo de Salazar? Para este, o mundo baseia-se nas sociedades nacionais, no patriotismo, no cristianismo de matriz, na hierarquia de valores, na autoridade que administre a liberdade, nas classes que colaboram e ascendam por mérito e trabalho, no engrandecimento de Portugal, na defesa dos seus valores e do seu património. Como se conciliam os dois mundos? Na aparência e para os coevos, não se conciliam: os homens de visão histórica desentendem-se com o presente. No momento em que se inicia um novo mandato presidencial, e em que a sociedade portuguesa atravessou um sobressalto, e em que o chefe do governo se avizinha dos setenta anos, e em que cumprira trinta anos de poder sem interrupção — o mundo e o universo de Salazar erguem-se ao arrepio das grandes correntes, das grandes ideias-forças que mobilizam os homens, e parece em escombros. Está à vista o fim da sua vida politica. Depois de alguma experiência do novo Chefe do Estado, não se imagina que Salazar possa continuar no governo. Está desgastado, puído por mil trabalhos; e para mais, desiludido, amargurado. Afigura-se claro o seu futuro a curto prazo: decerto quererá, antes de cumprir setenta anos, ministrar algum curso na Faculdade de Direito em Coimbra, e assim regressar às origens, fechar o círculo de uma vida intensa; e depois descansar enfim entre as árvores e as latadas do Vimieiro, praticando com as irmãs da sua pequena lavoura e com o pedreiro Ilídio de muros e portais, e contemplando à distância um mundo em que interveio, que lhe parece enlouquecido, e que já não é o seu. É uma questão de tempo, e pouco: quanto?

FIM DO IV VOLUME